UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ENERGIA E MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL

MARCELO TEIXEIRA CESAR DE OLIVEIRA

**Proprietários e as razões da conservação voluntária nas Reservas
Particulares do Patrimônio Natural da Reserva da Biosfera do Cinturão
Verde da Cidade de São Paulo.**

v.1

São Paulo
2020

MARCELO TEIXEIRA CESAR DE OLIVEIRA

**Proprietários e as razões da conservação voluntária nas Reservas
Particulares do Patrimônio Natural da Reserva da Biosfera do Cinturão
Verde da Cidade de São Paulo.**

v. 1

Versão Corrigida

(Versão original encontra-se na Programa de Pós-graduação)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Meio Ambiente
da Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Doutor em Ciência Ambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Sueli Ângelo Furlan

São Paulo
2020

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

Oliveira, Marcelo Teixeira Cesar de.

Proprietários e as razões da conservação voluntária nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo. / Marcelo Teixeira Cesar de Oliveira; orientadora: Sueli Ângelo Furlan. – São Paulo, 2020.

436 f.: il; 30 cm.

Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental - Instituto de Energia e Meio Ambiente - Universidade de São Paulo

1. Conservação biológica 2. Reservas naturais – São Paulo – Região metropolitana. 3. Biodiversidade. 4. Propriedade rural. I. Título.

Elaborado por Maria Penha da Silva Oliveira CRB-8/6961

Nome: OLIVEIRA, Marcelo Teixeira Cesar de

Título: Proprietários e as razões da conservação voluntária nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Meio Ambiente
da Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Doutor em Ciência Ambiental.

Aprovado em: 21/05/2020.

Banca Examinadora

Prof. Dr.(a) Cristina Cuiabália Rodrigues Pimentel Neves.

Instituição: RPPN SESC Pantanal – MT.

Julgamento: Aprovado.

Prof. Dr. Gustavo Luis Schacht.

Instituição: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - BA.

Julgamento: Aprovado.

Prof. Dr.(a) Laura Rudzewicz.

Instituição: Universidade Federal de Pelotas – RS.

Julgamento: Aprovado.

Prof. Dr.(a) Marília Britto de Moraes.

Instituição: Fundação Florestal - SP

Julgamento: Aprovado.

Prof. Dr. Sidnei Raimundo.

Instituição: Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo – SP.

Julgamento: Aprovado.

AGRADECIMENTOS

Aos meus avós, mãe e pai pela minha formação e apoio num longo caminho de gerações da roça à universidade. Às minhas filhas que torceram pela conclusão desse trabalho. À minha netinha por sua alegria sempre contagiante e importante na reta final.

À Anna Deák pelo apoio gentil e rico debate sobre o projeto e sobre a pesquisa, por suas inquietações pertinentes e pelo carinho.

À Priscila Perdigão pelo carinho e pela torcida.

À Profa. Sueli Angelo Furlan, por compartilhar comigo sua experiência e conhecimento.

À geógrafa e amiga Mônica Pavão pela cooperação na confecção dos mapas.

À amiga e pesquisadora Fernanda Pegas (Griffith University-Austrália) pelo incentivo e pela extensa bibliografia disponibilizada. Aos pesquisadores Ivone Mautner (FAU-USP), Carla Morsello (EACH-USP), Luiz Antônio Bittar Venturi (FFLCH-USP) e José Jeremias de Oliveira Filho (FFLCH - USP) pela troca de ideias durante a pós-graduação.

Aos diversos autores que contatei pela internet e que, entendendo a dificuldade de acesso a periódicos científicos que a Universidade não assina e nem a CAPES disponibiliza, fizeram a gentileza de enviar suas separatas enriquecendo minhas leituras e pensamentos.

Aos vinte e sete proprietários rurais participantes das entrevistas pela gentil acolhida, pelo tempo disponível, pelos diversos diálogos produtivos e pelas importantes informações e pontos de vistas debatidos.

Também ao fotógrafo e amigo Silvestre Silva pelas fotos e pela cooperação no contato com os proprietários. Ao Beto Mesquita, a Bruna da World Wildlife Fund (WWF) e ao Angelo Guimarães Simão (RPPN Brasil-Facebook) pela mesma colaboração. Ao Vinicius Gaburro de Zorzi da ONG da Simbiose pela ajuda em Atibaia, SP.

Ao Clayton Ferreira Lino (RBMA), à FREPESP-SP e ao Oswaldo Bruno (Fundação Florestal - SP) pelas entrevistas iniciais.

Aos funcionários Luciano, Raphael e Adriana da Secretaria do PROCAM-USP que sempre me atenderam e orientaram no que foi preciso. À Maria Penha, bibliotecária, pela ajuda final na ficha catalográfica.

Ao grupo de mão do Hospital das Clínicas com todos seus profissionais que o compõem e que estiveram envolvidos em encaminhar meu tratamento de forma adequada. A eles a minha enorme gratidão por possibilitarem que eu voltasse a escrever e pudesse concluir esse trabalho. Assim como ao grupo de Ortopedia da Medicina Esportiva, na pessoa do Dr. Julio Nardelli,

pela cirurgia de joelho e acompanhamento posterior e pelo fundamental trabalho de recuperação da coluna, que foi de grande importância para a recuperação da minha saúde, possibilitando-me concluir esse percurso.

Ao Instituto Ipá Ti-uá de Meio Ambiente Cultura e Sociedade pelo constante apoio institucional tão importante em toda minha empreitada acadêmica e pela conservação da biodiversidade. A possibilidade de idealizar, integrar e coordenar o *Projeto Verde Perto a Natureza ao redor de São Paulo* que aprofundou minha experiência de campo na região estudada anterior à escolha do tema de pesquisa. Prospecção inicial que contou com a Lei de Incentivo à Cultura, Ministério da Cultura (MINC), junto a empresa Corn Products Brasil e que gerou a publicação de mesmo nome.

À biodiversidade brasileira, representada pela maravilhosa Mata Atlântica, que sempre me encantou desde quando caminhava descalço em suas entranhas e nem sabia seu nome.

A Allan Holdsworth, John McLaughlin, Mahavishnu Orchestra, Buddy Guy, Pat Metheny, Chick Corea, Gary Burton, Wheeler Reporter, Genesis, Yes, Robert Cray, Lee Ritenour, Jeff Beck, Marcus Miller, Keith Jarrett e tantos outros instrumentistas maravilhosos que compuseram a trilha sonora da pesquisa toda, colaborando na produtividade do meu cérebro em se concentrar melhor no emaranhado todo da minha pesquisa.

E meu agradecimento póstumo ao Prof. Dr. Luis Lordello Engelberg, professor e pesquisador da ESALQ-USP, falecido em 04 de fevereiro de 2002, em Piracicaba, com 76 anos incompletos e que foi o meu mentor e estimulador das ciências durante a infância. Foi o *Doutor sabe tudo* que acurou minha observação pelo mundo vivo com toda sua gentileza em apontar, explicar e instigar a minha curiosidade. Guardo esses momentos de exploração da natureza entre as lembranças agradáveis que tenho de seu sítio em Piracicaba, SP.

A todos meu muito obrigado!

*Through a crack in Mother Earth
Blazing hot, the molten rock
Spills out over the land
And the lava's the lover who licks your boots away
If you don't want to boil as well
Better start the dance
Do you want to dance with me
You better start doing it right.
(Dance on a Volcano)
(RUTHERFORD et al, 1975, faixa 1)*

*Que tempos são esses, em que
falar de árvores é quase um crime pois,
implica silenciar sobre tantas barbaridades?
(BRECHT, 2000. p. 212-214).*

*Eu me atrevi a falar sobre as árvores e fiz silêncio sobre os ossos secos,
isso me condenou a anos de solidão,
mas se eu falei sobre árvores
é porque eu acredito que são os poemas que falam sobre árvores
que ressuscitam os ossos secos espalhados no deserto.
Visões de ossos secos não tem poder para dar vida aos ossos secos.
Imaginei uma política que nascesse da beleza.
Lutam melhor os que tem sonhos belos.
(ALVES, 2003, p. 68-69).*

RESUMO

OLIVEIRA, Marcelo Teixeira Cesar de. **Proprietários e as razões da conservação voluntária nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da cidade de São Paulo**. 2020. 428 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental - Instituto de Energia e Meio Ambiente da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Considerando o estado crítico dos sistemas ambientais no mundo, há necessidade premente do comprometimento da pesquisa acadêmica em gerar conhecimento para elucidar as diversas questões socioambientais envolvidas na conservação ambiental. Esse pequeno estudo pretendeu dar sua contribuição nesse sentido ao estudar a conservação *in situ* em terras privadas. O objetivo do estudo foi buscar identificar quais fatores impulsionaram as decisões dos proprietários para criarem as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). Também se buscou compreender quais as motivações que permeiam a dinâmica das decisões de preservar/conservar. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os proprietários de RPPNs, que têm terras dentro da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da cidade de São Paulo (RBCV-SP), norteadas por formulários com questões fechadas, escala tipo Likert (1932), e questões abertas. Sobre as respostas foi aplicada a análise de conteúdo (BARDIN, 1977) em busca de maior objetividade na interpretação do material recolhido. Também foram analisadas as poligonais, imagens de satélite, mapas, legislação, documentos dos proprietários e dos órgãos públicos, planos de manejo e outros documentos técnicos. Do grupo de 27 entrevistados representando 33 RPPNs, a maioria deles considerou a conservação da natureza como a sua principal razão e motivação para a criação das reservas (58%), sendo o fator de pertencimento apontado como relevante. Fatores pessoais, de incentivos e proteção da propriedade foram considerados indiferentes pela maioria. Nas RPPNs corporativas o marketing ambiental foi indicado como relevante. Os proprietários foram classificados por uma "tipologia" que considerou a crescente participação e envolvimento dos mesmos no exercício dos direitos e deveres legais. Com base nos resultados, os proprietários foram agrupados em quatro categorias: 1) **Proprietário Legalmente Obrigado**: constituída por proprietários denominados "não voluntários" diferente do que ocorre outras três categorias composta por proprietários denominados "voluntários"; 2) **Proprietário de Atividades Legais Obrigatórias**; 3) **Proprietários de Atividades Legais Não Obrigatórias** e 4) **Proprietários de Atividades Não Sugeridas na Lei**. Na primeira categoria figuram-se RPPNs criadas por alguma forma de barganha ou compensação com o Poder Público, passando por aqueles que apenas cumprem a lei a risca, seguidos dos predispostos a executar o que a legislação permite e chegando àqueles

que vão além disso e aos que cumprem as categorias anteriores apresentando maior poder transformador. Os resultados demonstraram que a maioria das RPPNs foram criadas “voluntariamente” (67%), com um grande número de “não voluntárias” (33%). Mudando o critério para área (ha) total ocupada, o índice inverte-se e passa a apresentar como maioria as terras das RPPNs da RBCV-SP criadas por atos “não voluntárias” (58%) seguidas pelas criadas “voluntariamente” (42%). Isso demonstra uma oposição a uma ideia inicial de motivação altruísta para a criação das RPPNs na área de estudo.

Palavras Chave: Conservação biológica, Reservas naturais – São Paulo – metrópole, Biodiversidade.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Marcelo Teixeira Cesar de. **Owners and the reasons for voluntary conservation in the Private Natural Heritage Reserve of São Paulo City Green Belt Biosphere Reserve.** 2020. 428 f. Doctorate Thesis. Graduate Program of Environmental Science, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Considering the critical state of environmental systems in the world, there is an urgent need for academic research commitment to generate knowledge in order to elucidate the various social and environmental issues involved in environmental conservation. This small study intended to contribute to this matter by studying in situ conservation on private land. The aim of the study was to identify which factors had driven owners' decisions to create Private Natural Heritage Reserve (RPPNs). It also aimed to understand what motivations permeate the dynamics of preservation decisions. Semi-structured interviews were conducted with the “RPPNnistas” who own land within São Paulo Green Belt Biosphere Reserve - RBCV-SP guided by closed question forms, Likert scale (1932), and open questions. On the answers, content analysis was applied (BARDIN, 1977) in search of greater objectivity in the collected material interpretation. Polygonal, satellite imagery, maps, legislation, owner and public agency documents, management plans and other technical documents were also analyzed. From the group of 27 respondents representing 33 RPPNs, most of them considered nature conservation as their main reason and motivation for the reserves creation (58%), with the belonging factor being considered relevant. Personal factors, incentives and property protection were considered indifferent by the majority. In corporate RPPNs, environmental marketing was indicated as relevant. The “RPPNnistas” were classified by a “typology” which considered their increasing participation and involvement in the exercise of their legal rights and duties. The results grouped the owners into four categories: **1) Legally Bound Owner**, denominated Non-Voluntary Owners followed by three others named Voluntary Owners: **2) Obligatory Legal Activities Owner**; **3) Owners of Non-Mandatory Legal Activities** and **4) Owners of Activities Not Suggested in the Law**. In the first category figures RPPNs created by some form of bargaining or compensation with the Government, passing through those who only strictly comply with the law, followed by those predisposed to execute what the legislation allows them to, and reaching those who go beyond that, and those who fulfill the previous categories presenting greater transformative power. The results showed that most RPPNs were voluntarily created (67%), with a large number of non-volunteers (33%). Changing the criterion to total occupied area (ha), the index is inverted and presents the majority of the RPPNs from RBCV-SP lands created by non-voluntary acts (58%) followed by the voluntary acts categories

(42%). This demonstrates opposition to an initial idea of altruistic motivation for the creation of RPPNs in the study area.

Key words: Biological Conservation, Private Reserves - São Paulo - Metropolitan Region, Biodiversity, Private Rural Lands.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA - Área de Proteção Ambiental

AP - Áreas Protegidas

APP - Área de Preservação Permanente

APP - Área de Proteção Privada

ARL - Área de Reserva Legal

ART – Anotação de Responsabilidade Técnica

BCN – Banco de Crédito Nacional

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CBNRM – Community-Based Natural Resource Management

CCIR - Certificado de Cadastro do Imóvel Rural

CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica

CI - Conservation International

CNRPPN - Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento¹

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico

COP8 – 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica

CQNUMC – Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima

CRA – Cota de Reserva Ambiental

CVN – Centro de Vivência com a Natureza

DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica

DOU - Diário Oficial da União

EACH-USP - Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

ETEP - Espaço Territorial Especialmente Protegido

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo

FEMA - Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

FF - Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo

FFLCH - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente

¹ Conferência também conhecida como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da terra.

FREPESP - Federação das Reservas Ecológicas Privadas do Estado de São Paulo
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
IDE-Sisema - Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
IUCN - International Union for Conservation of Nature
MA – Ministério da Agricultura
MaB - Man and the Biosphere
MINC - Ministério da Cultura
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MRNBC – Manejo do Recurso Natural com de Base Comunitária
OEMA – Órgão Estadual do Meio Ambiente
ONG - Organização não governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PARNA - Parque Nacional
PF – Pessoa Física
PJ – Pessoa Jurídica
PNAP – Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente
PN – Parque Nacional
PPA – Privatecy Protected área
PROCAM - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental
PSA – Pagamento por Serviços Ambientais
RBCV-SP – Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo
RBMA – Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
REPAN – Reserva Particular de Fauna e Flora
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
RL - Reserva Legal

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente

SEMADES – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SICAR - Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural.

SIMA - Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo

SIMRPPN - Sistema Informatizado de Monitoria de Reservas Particulares do Patrimônio Natural

SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente

SMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente

SMVM – Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

SVMA - Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

TBNRM – Transboundary Natural Resource Management

TDA - Títulos da Dívida Agrária

TNC - The Nature Conservancy

UC - Unidade de Conservação

UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza

UNCED – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

UNEP – United Nations Environment Programme

UNEP-WCMC- World Conservation Monitoring Centre

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

USP - Universidade de São Paulo

ZA - Zona de Amortecimento

WCPA - World Commission on Protected Areas

WPC – Congresso Mundial de Parques

WWF - World Wildlife Fund

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	19
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE PESQUISA.....	31
3. CAPÍTULO 1 - PARADIGMAS DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA.....	62
4. CAPÍTULO 2 – POLÍTICA AMBIENTAL E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	74
5. CAPÍTULO 3 - CONSERVAÇÃO EM TERRAS PRIVADAS	99
6. CAPÍTULO 4 - RAZÕES DA CONSERVAÇÃO VOLUNTÁRIA NAS RPPNs DA RBCV-SP (RESULTADOS)	164
7. CONCLUSÕES.....	318
REFERÊNCIAS.....	324
APÊNDICE A - Poligonais das RPPNs.....	366
APÊNDICE B - Painel fotográfico das propriedades.....	432
APÊNDICE C - Painel fotográfico de todos dos entrevistados.....	439

1. INTRODUÇÃO

Dentro do cenário ambiental brasileiro e também mundial há uma grande necessidade de se contribuir com conhecimento científico para se compreender e buscar resolver as questões socioambientais envolvidas na conservação da biodiversidade. Esse entendimento pode colaborar na compreensão dessas questões e em respostas que possam elucidar muitos pontos vagos, confusos ou intrincados desses temas, como também pode trazer um novo olhar sobre como essas ações para conservação da biodiversidade vem se desenvolvendo.

Respostas a algumas questões podem enriquecer a reflexão sobre políticas públicas atuais adotadas e vigentes, bem como sugerir a adoção de mudanças para as novas políticas que possam ser implantadas.

Como parte dessas políticas, a conservação *in situ*, que vem sendo adotada no Brasil desde a década de 30, foi iniciada com a criação do Parque Nacional de Itatiaia. Hoje se contabilizam diversos Parques Nacionais como Unidades de Proteção Integral Públicas, além de diversas outras Unidades de Conservação Federais em todo território nacional e das Áreas de Proteção Públicas criadas pelos governos estaduais e municipais.

A conservação privada *in situ* já é uma realidade mais recente. Foi uma ideia catalisada e legislada no início da década de 90, portanto há 30 anos. Assim, a legislação permitiu a adoção de outra alternativa de conservação da biodiversidade por reservas, passando a transferir ao proprietário rural, através da iniciativa voluntária e espontânea, a adoção desse modelo para a criação dessas reservas privadas. Desse modo, transferiu a eles a responsabilidade para conservar parte da biodiversidade em suas terras particulares. Com isso, foi feita a promulgação dessa legislação e suas alterações até essa tornar-se parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Criou-se, então, uma expectativa de que a partir desse momento pudesse haver uma reação positiva e de certa cumplicidade e envolvimento dos proprietários rurais para colaborar mais diretamente na conservação dos recursos naturais no país.

Ao fazer isso, os órgãos públicos federais, estaduais e municipais lançaram para a sociedade a responsabilidade de ampliar as unidades de conservação, antes criadas apenas por determinação dos órgãos públicos e pela administração dos mesmos, sem com isso poder prever qualquer reação e se a sociedade faria a sua gestão de forma positiva ou negativa dentro dessa proposta. Alguns dos proponentes envolvidos na elaboração dessa legislação afirmam, inclusive, que a mesma teve um eco e participação em meio aos proprietários rurais

quanto à solicitação de sua gênese. Mas, mesmo assim, não haveria garantias de sucesso em haver adesões desse formato de reserva entre os proprietários rurais brasileiros.

Assim, ao estabelecer um escopo legal que permitiu aos proprietários particulares criarem suas reservas, apostou-se e passou-se a depender da influência dos motivos familiares, do sentimento de pertencimento², do seu rol de crenças, de suas posições políticas, de suas convicções e da disposição dessas pessoas em colaborar espontaneamente com essa iniciativa, dentre outros possíveis fatores e razões, que levam esses proprietários a empreender nesse caminho.

A mesma legislação também procurou estabelecer incentivos e facilidades oferecidos pelo Estado para aqueles que aderissem à criação de reservas sob proteção privada. Tais proprietários teriam, no entanto, que cumprir certos critérios para adquirirem os benefícios e um dos principais critérios era o de terem em suas propriedades áreas com cobertura vegetal considerada significativa e de relevante interesse ecológico. A avaliação seria feita por técnicos do Estado para dar o aval às áreas candidatas a se tornarem Reservas Privadas do Patrimônio Natural (RPPN). Essa legislação foi uma aposta do Estado aguardando uma reação social voluntária, visando assim ampliar as unidades de conservação no país.

Um panorama histórico apontando aspectos positivos e negativos desse processo desde a criação das RPPNs no Brasil foi apresentado, estudado e avaliado por diversos autores que apontaram, principalmente, aspectos positivos disso, pois havia no momento do estudo, por parte dos envolvidos, um certo entusiasmo baseado no número crescente desse tipo de reserva (até 14 de outubro de 2019 segundo o Painel de Indicadores da Confederação Nacional de RPPN existiam no Brasil 1.563 RPPNs criadas em todo o país). Esses trabalhos demonstraram tom de otimismo e destacaram vários aspectos em que o proprietário rural, em teoria, poderia contribuir no cenário da conservação. No entanto, poucos trabalhos investigaram em campo se os benefícios teóricos possíveis apontados como positivos estavam ou não sendo implantados pelos proprietários particulares e se essa expectativa de altruísmo correspondia à realidade e quais seriam os problemas que surgiram.

Ainda existem poucos pesquisadores que chegaram a avaliar os problemas enfrentados pelos proprietários na criação das reservas ao longo da sua história depois da criação da RPPN. Pouco se sabe e se entende sobre os motivos de tais proprietários voluntariamente aderirem à proposta, em que termos e em que contextos acontecem essas adesões e quais

² “Crença subjetiva numa origem comum que une distintos indivíduos. Os indivíduos pensam em si mesmos como membros de uma coletividade na qual símbolos expressam valores, medos e aspirações. Esse sentimento pode fazer destacar características culturais e raciais” (AMARAL, s.d.).

poderiam ser também os interesses não apenas generosos das pessoas, representadas por esse grupo. O destaque feito pelos estudos realizados até o momento aponta para servir quase que de endosso a esse processo, ao evidenciar apenas pontos positivos da criação desse tipo de reserva, apoiados no sucesso da expansão numérica crescente de reservas em todo o país. Existem poucos estudos trazendo críticas negativas a tudo isso, ou, pelo menos, destacando aspectos contraditórios dessas ações, tratando de apontar falhas que impedem avanços mais significativos e profundos em nossa realidade ambiental e todos esses pontos também precisam ser elucidados. Alguns autores estudaram grupos de proprietários rurais em diversos estados do país, como Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, em busca de indicativos motivacionais dos proprietários rurais para a criação de suas RPPNs.

Enfrentando realidade bastante diferente dessa, na área de estudo escolhida, a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo (RBCV-SP) - UNESCO, Mab, as RPPNs inseridas nela são influenciadas por outros fatores, pressões e interesses diferentes das outras RPPNs inseridas tipicamente na realidade rural brasileira. Essas RPPNs paulistas dentro da RBCV-SP estão à mercê de outro planejamento estatal, de diferente uso e ocupação do solo e de pagamentos de impostos. Assim, apresentam outros problemas e particularidades no contexto da conservação de biodiversidade, criando, desse modo, a expectativa de que outros fatores poderiam estar ligados às motivações de criação de RPPNs ao redor da maior metrópole do país, que encaram, por sua diversidade, outros desafios.

As RPPNs típicas da zona rural são mais desprovidas dessa grande infraestrutura de acesso. Não estão em regiões cortadas por tantas grandes estradas que são indutoras de crescimento e urbanização como se dá próximo à capital paulista, com vias de acesso de movimento intenso, com suas demandas e seus impactos. Essa é a região onde está o maior mercado consumidor do país e o maior porto do Brasil. Nesse contexto metropolitano as reservas particulares tem como vizinho as pressões da expansão crescente das manchas urbanas das cidades da metrópole de São Paulo, impulsionadas pelo crescente populacional que supera mais de 20 milhões de habitantes.

O maior conhecimento sobre essas RPPNs da RBCV-SP pode contribuir para aumentar a eficácia e eficiência da conservação *in situ* em terras privadas, considerando os fatores que envolveriam essa decisão voluntária de conservação ambiental para uma região fortemente urbanizada e respeitando os mecanismos que o Estado dispôs para induzir a iniciativa de criação de RPPNs. A pesquisa sobre essas reservas particulares pode esclarecer

também quais poderiam ser os novos indutores para expansão das reservas particulares no Brasil, ou mesmo os possíveis entraves para isso. Ou até, em outro extremo, trazer razões para o abandono da proposta inicial, apontando razões e alternativas para outras que pudessem dar indicativos de que poderiam ser mais eficazes e eficientes.

Assim, esse estudo pode trazer a oportunidade de entender quais motivações poderiam ser identificadas dentro desse cenário de proprietários dessas áreas verdes sob a pressão de crescimento da metrópole, trazendo novos fatores a serem considerados, diferentes da RPPNs inseridas na realidade rural brasileira, das áreas de produção agrícola, observando, então, os pontos positivos e negativos desse outro panorama. Há a necessidade de somar e expandir o entendimento e conhecimento da questão para se aprofundar o debate sobre todo o processo que vem sendo escrito sobre a história da conservação sob proteção privada no Brasil. Dessa forma, tornou-se um desafio estudar a inserção dessas reservas particulares dentro desse cenário para se trazer luz e entendimento sobre as razões e as motivações que levam esses proprietários particulares a criarem tais reservas.

Avançar sobre a identificação e compreensão de quais fatores foram indutores dessa ação voluntária de proprietários privados em criar suas reservas privadas pode trazer respostas a questões importantes para a criação de Unidades de Conservação no Brasil em terras privadas, gerando conhecimento e contribuindo para o progresso científico para o entendimento e avanço desse tema socioambiental contemporâneo.

Tal pesquisa também visa contribuir para construção de modelos de interpretação, análise e explicação desses processos e seus impactos na sociedade, aprofundar os estudos, de (re)apropriação, transformação, (re)construção do conhecimento, de novas ideias acerca desse processo em um ambiente de desenvolvimento de projetos para a evolução das áreas do saber e participar de forma ativa da geração de conhecimentos para buscar, formular e resolver problemas.

1.1. Estrutura da tese.

Expostos os objetivos e a hipótese central serão apresentados os procedimentos metodológicos em basicamente três etapas: a) prospecção; b) levantamento de dados principais; c) levantamento de dados complementares. A primeira fase serviu para coletar as informações de partida em separatas, livros, mídias diversas, documentos e legislação e participação de encontros acadêmicos e de reuniões com proprietários de reservas privadas.

Essas informações iniciais também foram fundamentais para se localizar e escolher entrevistados que pudessem ser representativos e que tivessem informações nucleares e centralizadas para formar um panorama inicial do estado da arte das RPPNs da metrópole de São Paulo. Também foi nessa etapa que foi feita a definição da abrangência espaço-temporal da pesquisa que pudesse indicar supostas particularidades dessas reservas particulares que as permitissem agrupá-las para iniciar a investigação.

Com essas informações em mãos partiu-se para a o estudo e escolha dos procedimentos metodológicos mais adequados para o levantamento de dados que se objetivava obter em busca de revelar quais seriam as motivações desses proprietários rurais para aderirem à criação das RPPNs na região. Finalizada essa fase, mostrou-se a necessidade de voltar à bibliografia e buscar novos atores desse cenário que pudessem esclarecer algumas questões que se revelaram durante o levantamentos de dados e que precisariam ser abordadas para clarear e concluir o estudo.

No capítulo 1, são apresentados os diferentes paradigmas da conservação da natureza, suas definições, períodos, desenvolvimento histórico e características. Esse embasamento central teve como principal meta ser a base de como poderiam ser situadas as motivações dos proprietários das RPPNs para identificá-los e agrupá-los segundo essas visões da relação homem/natureza, da sua evolução e de seus diferentes propósitos, que surgiram ao longo do tempo na sociedade. E, assim, situá-los dentro desse panorama da conservação ambiental revelados por suas motivações iniciais, que os levaram à adesão e à criação de RPPNs e ao encaminhamento e aplicação posterior de seus propósitos e às iniciativas tomadas com suas reservas particulares criadas.

O capítulo 2 traça um panorama sobre as políticas ambientais que auxiliam na criação de reservas *in situ*, suas tipologias no Brasil e, particularmente no Estado de São Paulo e sobre a legislação que dá suporte à criação dessas unidades de conservação.

No capítulo 3, é tratado o tema da conservação da natureza em terras privadas, primeiramente apresentando um panorama mundial com algumas situações e formatos adotados. Seguido de uma abordagem mais aprofundada da situação brasileira, que fala de como evolui a conservação da biodiversidade por esse mecanismo, da evolução da legislação tanto federal, estatal, como municipal nos municípios que fizeram parte do estudo, da criação dessas reservas e do *boom* da adoção do “formato RPPN” para conservação de terras privadas. Além disso, nesse capítulo, mencionou-se também os estudos que já foram desenvolvidos no

Brasil buscando identificar o perfil dos proprietários rurais e suas motivações para a criação de suas reservas.

O capítulo 4 foi reservado para apresentação dos resultados da pesquisa, análise e discussão e para a discussão dos possíveis fatores que mais colaboraram para a adesão dos proprietários particulares na criação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) na região de estudo.

1.2. Objetivos.

O objetivo da tese foi identificar como os proprietários das RPPNs percebem e avaliam os paradigmas ecológicos que impulsionam as suas decisões de conservar. Também buscar compreender as ações dos proprietários das reservas privadas (RPPNs) com relação à conservação da natureza, principalmente com relação ao bioma Mata Atlântica considerado bastante ameaçado.

Como objetivos específicos procurou-se:

- a) identificar quais são os principais fatores correlacionados positivamente com a atitude conservacionista;
- b) identificar e compreender quais as motivações estão por traz da decisão de preservar/conservar;
- c) determinar o que estimula o ato voluntário dos proprietários de RPPNs em conservar a biodiversidade;
- d) Identificar e classificar por uma "*tipologia*" os "*RPPNistas*³" com relação aos paradigmas ecológicos, além de identificar os grupos/classes aos quais pertencem esses proprietários dentro da sociedade rural;
- e) avaliar a capacidade de contágio de ideias conservacionistas que essas reservas podem ter em seus locais de implantação junto à comunidade local e tentar verificar se elas se tornaram um polo de disseminação de ideias conservacionistas, em que grau e de que forma;
- f.) identificar quais os outros fatores de cunho não conservacionista e que poderiam estar envolvidos na criação das reservas.

³ "*RPPNistas*" é uma denominação sugerida por Silveira (2009) e Silveira (2010a, b) para se referir aos proprietários de terras com RPPNs no Brasil e que será adota no texto para se referir aos mesmos.

1.3. Hipóteses.

É a disseminação dos paradigmas conservacionistas e valores intrínsecos da conservação da biodiversidade o fator que tem mais colaborado para a adesão dos proprietários particulares para a criação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).

As RPPNs não representam um novo paradigma da conservação.

1.4. Desenvolvimento da pesquisa e contexto local.

A pesquisa pode contribuir diretamente com gestores públicos, técnicos, membros de Conselho de Unidades de Conservação e com diversos outros agentes envolvidos na conservação da biodiversidade *in situ* em se tratando das relações entre os proprietários rurais, diversos atores sociais envolvidos nesse contexto e as comunidades no entorno.

Não estando vinculado a nenhuma instituição pública, mas se apresentando como pesquisador dentro de um programa de pós-graduação em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo poderia haver a criação de falsas expectativas juntos aos proprietários como ocorreu. Durante o contato e desenvolvimento da pesquisa houve uma abordagem posterior com pedidos de auxílio para tarefas de levantamento faunístico, para a explicação de problemas de explosão populacional, para obtenção de cartas para aval de participação em Conselhos de Meio Ambiente, para o desenvolvimento de outras atividades de pesquisa que pudessem elucidar os diversos problemas enfrentados por alguns dos proprietários. Esses “desabafos” mostraram que o pesquisador fora visto como se estivesse exercendo algum papel institucional com a chancela USP que pudesse auxiliá-los. Essa distorção foi contornada com o esclarecimento de vínculo e do papel do autor como aluno nessa investigação, mas demonstra o peso institucional que deve ser considerado na aproximação com os entrevistados, podendo inclusive intimidar, inibir ou causar qualquer tipo de interferência em suas respostas, pois, de certa forma, parece que se representa o Estado quando se apresentam para conseguir as entrevistas necessárias.

Esta sendo feita essa colocação, pois, o autor trabalhou durante décadas no terceiro setor junto ao Instituto Ipá Ti-uá de Meio Ambiente, Cultura e Sociedade, fundado em 1988, onde se desenvolviam atividades de Educação Ambiental, Pesquisa e Ecoturismo, sendo assim identificado junto aos atores sociais com que trabalhou e houve diferença na forma

como o autor foi recebido ao sair portando um “crachá da USP” no início desses trabalhos e isso deve ser considerado no levantamento. Principalmente em se tratando de entrevistas colhendo depoimento de pessoas em que variáveis como essa devem ser consideradas, pois podem interferir no teor das respostas, na sua profundidade e em deixar ou não o entrevistado aberto para fazer suas colocações sem receios. O processo de entrevistas é bastante delicado e a origem e ligação institucional do entrevistador deve ser considerada uma variável de interferência junto ao entrevistado. A experiência anterior citada do autor, no terceiro setor, com relações mais duradouras, de anos, nos locais onde trabalhou testemunharam cumplicidades diferentes e importantes no entendimento e envolvimento do emaranhado das relações entre atores sociais que esse estudo não pode possibilitar diante dos prazos a que ele se limita, a abrangência do estudo, a inexistência de qualquer recurso que tenha sido conseguido em forma de bolsa de estudo ou de apoio durante esse trabalho, limitando essa aproximação maior de relações que poderia ter dado maior profundidade ao estudo e mesmo chegando a resultados diferentes.

Cabe também colocar que o exercício jornalístico no trabalho de divulgação científica, de agricultura e criação de animais em trabalhos junto à Folha de São Paulo (caderno de Ciência e Agrofolha), Superinteressante, fascículos da Ed. Três, dentre outras publicações com o levantamento de notícias e informações no formato de entrevista, pode deixar o autor mais à vontade com a escolha dessa forma de interação como o vetor principal dessa metodologia para o levantamento dos dados sobre os “*RPPNistas*”. A entrevista direta e pessoal traz em si o desenvolvimento de procedimentos que possa tornar o ambiente e o cenário do levantamento de informações apto para a coleta de dados, buscando uma precisão maior e menor distorção dos resultados e de sua contestação.

Assim, o que pode ser feito, e se tornou satisfatório, foi que, a primeira abordagem para identificar motivações de criação das RPPNs, pode trazer uma luz a esse processo para estimular ou não sua adoção como política pública de conservação da natureza sem ufanismos e mais pautada na realidade dos acontecimentos.

Dito isso, em outro momento adiante, seria importante o aprofundamento desse estudo para dirimir dúvidas que ainda restaram quanto às reais intenções sobre a conservação das áreas e a preservação das florestas nelas inseridas, levando em consideração o mote principal alardeado para as RPPNs que são a sua perpetuidade e adoção voluntária, que, dentro da área de estudo escolhida, não foram tão transparentes e, assim, não se obteve as garantias que pareceriam conquistadas ao início da pesquisa.

Ainda dentro desse mote, vale ainda refletir sobre a espontaneidade do proprietário em ser um baluarte da conservação ambiental e a expectativa de seu envolvimento nessas questões.

No entanto, no que concerne da parte ao avaliar o papel do pesquisador no estudo, foi possível se aproximar de uma pesquisa mais engajada com o “*comprometimento do pesquisador com a causa e o grupo social estudado*” (BRANDÃO, 1981).

Com a pesquisa deseja-se buscar identificar e propor instrumentos de gestão das áreas protegidas (AP), avaliar seus fatores socioeconômicos e suas implicações, para colaborar nas decisões do que e como preservar.

Esse percurso teve início como motivação para se estudar o tema já no mestrado, cursado no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), campus da Capital, onde o autor estudou a relação entre a atividade de ecoturismo e as possíveis contribuições e impactos desse na conservação da biodiversidade. Nesse período entrou em contato com algumas RPPNs na região de Bonito e interessou-se bastante em aprofundar estudos sobre essa forma de preservação em terras privadas e sobre como esse modelo poderia colaborar para a conservação da natureza (OLIVEIRA, 2010, 2011).

Assim, em 17 de julho de 2011 participou do Encontro de RPPNs Paulistas – experiências e incentivos à conservação em áreas privadas, promovido pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, em conjunto com a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (Fundação Florestal - SP), Fundação Mokiti Okada, Solo Sagrado de Guarapiranga e Fundação Grupo O Boticário, com a finalidade de obter as informações necessárias sobre o cenário e situação dessas reservas no Estado de São Paulo, de onde constituiu a primeira lista de contatos, bibliografia e legislação sobre o tema (SÃO PAULO (SP), 2011b. SÃO PAULO (ESTADO), 2016).

Elaborado o projeto e sendo aceito no Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM/USP), iniciou novas buscas. Antes de delinear toda a metodologia e alguns procedimentos da pesquisa, reuniu-se com algumas vezes com o geógrafo Luis Antônio Bittar Venturi, professor titular do Departamento de Geografia da USP, que havia participado da banca de qualificação no Mestrado e que também se dedica a escrever publicações de orientação para elaboração de trabalhos acadêmicos. Esse contato foi importante para que revisasse alguns procedimentos da pesquisa e focasse em

alguns pontos do que desejava analisar.

A primeira visita à Reserva Ibirapitanga, empreendimento imobiliário onde se localiza a RPPN Rio Pilões no município de Santa Isabel, SP, em onze de setembro de 2014, foi fundamental, juntamente com as informações levantadas na época sobre as reservas privadas no entorno da metrópole, para decidir sobre qual seria a área de estudo e suas particularidades. Depois, ampliou-se os limites espaciais da pesquisa, ao se escolher a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo (RBCV) como área de abrangência do estudo, definindo a região e a trajetória da pesquisa. A região somava a importância de ser uma das sete áreas no Brasil que formam as reservas da Biosfera pelo Programa MaB (*Man and the Biosphere*), o Homem e a Biosfera da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Uma ótima colaboração acadêmica inicial foi feita pela pesquisadora Fernanda de Vasconcellos, gestora ambiental pela *Hawaii Pacific University*, EUA, e que era pesquisadora contratada pela *Griffith University*, Austrália. Antes mesmo do ingresso do autor no Doutorado, ela colaborou gentilmente em ler o projeto inicial dessa pesquisa e prosseguiu como uma colaboradora fundamental na troca de bibliografias, tendo ajudado bastante no envio de artigos de revistas que não são assinadas pela Universidade de São Paulo, ainda carente em acessar importantes publicações científicas da área ambiental, e que continham artigos fundamentais para esse trabalho, enriquecendo bastante o material de leitura e, assim, colaborando para que essa limitação dos poucos títulos de periódicos sobre conservação da biodiversidade e para as reservas privadas disponíveis em nossas bibliotecas públicas fosse finalizada. Sobre esse assunto, vale salientar que alguns periódicos renomados e importantes desse campo de estudo não são assinados pelas universidades nacionais e, desse modo, não se encontram disponíveis para melhorar a qualidade da produção científica brasileira na área e o intercâmbio com outros autores.

Depois de desenhado esse quadro inicial, o autor buscou contato com as entidades ligadas às RPPNs representadas pela Federação das Reservas Ecológicas do Estado de São Paulo (FREPEESP), na pessoa da Ana Maria Vieira Soares, comunicadora social, da Coordenação Geral da Secretaria Executiva e do Flávio Ojidos, advogado, da Diretoria de Relações Institucionais, estabelecendo um Termo de Compromisso de cooperação, no qual foi assumido o compromisso de fornecer os dados da pesquisa que poderiam ser de interesse da entidade sobre o perfil dos proprietários, recebendo, em contrapartida, facilidade na apresentação e no contato com os proprietários rurais, além de convites para

a participação em eventos organizados para eles. De maneira mais informal também buscou apoio da Fundação Florestal - SP da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, através do Oswaldo José Bruno, engenheiro agrônomo, coordenador do *Programa RPPNs Paulistas*, para que ele fosse também um facilitador na obtenção de informação e na questão logística de deslocamento para as áreas a serem estudadas (SOARES, 2016; BRUNO, 2016; FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2016).

Delimitada a área de estudo, foi feito contato com Clayton Ferreira Lino, arquiteto, presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) e Coordenador da Rede Brasileira de Reservas da Biosfera, em busca de melhor viabilizar o levantamento de dados através da aproximação com os proprietários rurais da região. Ele auxiliou na intermediação e facilitação desses contatos, através da atuação da entidade junto aos proprietários de reservas privadas.

Dessa maneira, objetivou-se facilitar a apresentação das intenções da pesquisa com a colaboração dessas três entidades e de seus técnicos e fazer alianças com os proprietários, ajudando, assim, os trâmites do desenvolvimento do contato e pesquisa de campo.

A aproximação com esses três atores foi fruto de entrevistas não estruturadas – 13 de junho de 2016 (FREPESP, 2016); 22 de junho de 2016, Programa RPPNs Paulistas (BRUNO, 2016) e 27 de junho de 2016 (RBMA, 2016), aplicadas como pesquisa de prospecção inicial sobre o tema. Tal método auxiliou bastante no delinear do trabalho. Desse modo, o autor agradece as importantes informações disponibilizadas por essas pessoas, nomes e os respectivos contatos dos profissionais que foram convidados a participar da terceira e última etapa da pesquisa.

Também contribuíram para a o amadurecimento da pesquisa, nessa fase de prospecção, as conversas com o biólogo Oliver Hillel, Oficial de Programa, da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e com Roberto Mesquita, engenheiro florestal, Diretor de Políticas e Relações Institucionais no Instituto BVRio.

Todas essas conversas trouxeram diferentes pontos de vista importantes de pesquisadores, técnicos e gestores do poder público e terceiro setor envolvidos no trabalho com as Unidades de Conservação e mais particularmente com as reservas privadas. Muitas, mesmo que pontuais, complementaram diversas brechas do estudo e lançaram vários desafios que poderiam ser elucidados na pesquisa de campo e na análise de seus dados sobre as RPPNs da metrópole de São Paulo.

Para ampliar o contato com os proprietários de reservas privadas também houve a participação em dois workshops. O primeiro, contando com a participação de cerca de 50 participantes, dentre eles vários proprietários de RPPN, foi o Seminário Áreas Naturais: Alternativas econômicas com a Floresta em pé, no SESC Bertioga, SP, promovido pela Fundação Florestal - SP, em 28 de junho de 2016 (SÃO PAULO (Estado), 2016).

No decorrer do programa foram cursadas quatro disciplinas que trouxeram subsídios importantes à tese, a saber:

- a) biogeografia e conservação de florestas tropicais (FLG5030), ministrada pela professora Sueli Ângelo Furlan;
- b) potencialidades e gestão da paisagem (ICA5754), ministrada pelos professores Euler Sandeville e Sueli Ângelo Furlan;
- c) pesquisa interdisciplinar ambiental (PCA50012), ministrada pelo professor Pedro Jacobi;
- d) fundamentos da metodologia científica (PEN50311), ministrada pelo professor José Jeremias de Oliveira.

Posteriormente, após cursar a disciplina “Fundamentos da Metodologia Científica” oferecida por ele no PROCAM-USP, o autor reuniu-se por duas vezes com o Prof. José Jeremias de Oliveira, da Ciências Sociais, FFLCH – USP, para tratar das questões metodológicas e tirar algumas dúvidas a respeito. Essas conversas de orientação também consideraram questões sobre a pesquisa com pessoas, quanto à formulação e abordagem dessa, aproximação entre entrevistador e entrevistado, métodos a serem constituídos nas entrevistas com ferramentas que poderiam contribuir para esse processo e que fugiam um pouco da minha formação como biólogo e pedagogo, mas são intensamente utilizadas na área da Sociologia.

Na qualificação, em 2017, foram significativas as contribuições teóricas e analíticas da banca à presente pesquisa, que contou com a Prof. Neli Aparecida de Mello-Théry da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), geógrafa, e com Marília Britto Rodrigues de Moraes, arquiteta, da Fundação Florestal - SP (SIMA – SP⁴).

No final, a forçada desvinculação de outras obrigações profissionais depois do período de licença médica ocorrida nos últimos meses que precederam a conclusão dessa tese propiciou o tempo e instrumentos necessários à conclusão das atividades de campo

⁴ A Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA) foi uma mudança de nome da antiga Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA) em 2019 durante a gestão do governador João Dória.

junto aos entrevistados proprietários das RPPNs na região escolhida à pesquisa.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE PESQUISA

2.1. Método de investigação.

Um método de investigação deve incluir as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e o potencial criativo do pesquisador (NETO; BARBOSA; CENDÓN, 2006). Yin (2001) afirma que um passo de suma importância em todos os procedimentos de replicação é o desenvolvimento de uma rica estrutura teórica, que deve expor as condições sob as quais é provável que se encontre um fenômeno em particular (uma replicação literal), bem como as condições em que não é provável que se encontre (uma replicação teórica).

Fontes múltiplas de evidências devem ser utilizadas para o levantamento de dados - pesquisa documental (documentos em papel e arquivos eletrônicos), entrevistas, observação direta com registro fotográfico e artefatos físicos (NETO; BARBOSA; CENDÓN, 2006).

Essas fontes múltiplas devem ser organizadas por algum método em alguma forma de pesquisa sistemática. O presente trabalho tem as características de um estudo de caso e pode ser tratado como tal, cabendo a ele a utilização da pesquisa exploratória, o uso da pesquisa documental, somada à *entrevista semiestruturada* e a aplicação da análise de conteúdo e interpretação sobre os dados do levantamento.

2.2. Pesquisa exploratória.

A *pesquisa exploratória* é caracterizada pela utilização de métodos amplos e versáteis, como: levantamentos em fontes secundárias (bibliográficas, documentais, entre outras), levantamentos de experiência, estudos de casos selecionados e observação informal (Mattar, 1996).

Para Malhotra (2001:105-106):

A pesquisa exploratória é usada em casos nos quais é necessário definir o problema com maior precisão, identificar cursos relevantes de ação ou obter dados adicionais antes que se possa desenvolver uma abordagem. As informações necessárias são definidas apenas ao acaso neste estágio e o processo de pesquisa adotado é flexível e não estruturado. A amostra, selecionada para gerar o máximo de discernimento, é pequena e não representativa. Os dados primários são de natureza qualitativa e como tal analisados.

Conforme observado por Selltiz *et al* (1960) estudos do tipo exploratórios são os mais indicados ao tratar de pesquisas que têm como objetivo familiarizar-se com o fenômeno ou conseguir nova compreensão do mesmo.

2.3. Estudos de caso.

Estudos de caso são válidos para a criação de teorias e modelos, observando-se o rigor e os procedimentos metodológicos (EISENHARDT, 1989; YIN, 2001). Segundo Yin (2001, p. 32-33), um estudo de caso é: uma investigação empírica que estuda um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. A investigação de estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados e um de seus resultados baseia-se em várias fontes de evidências e outro no desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados. O poder diferenciador do estudo de caso revela-se pela sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, arquivos, entrevistas e observações.

Para Mattar (1996:22):

uma terceira forma de aprofundar o conhecimento de problemas não suficientemente definidos é através de estudos de caso selecionados. É um método muito produtivo para estimular a compreensão e sugerir hipóteses e sugestões para a pesquisa. O método do estudo de caso pode envolver o exame de registros existentes, a observação da ocorrência do fato, entrevistas estruturadas, entrevistas não estruturadas etc. O objeto do estudo pode ser um indivíduo, um grupo de indivíduos, uma organização, um grupo de organizações ou uma situação.

Yin (2001) sugere que, como estratégia de pesquisa, utilize-se o estudo de caso em muitas situações, nas quais se incluem pesquisas em política, em administração pública e em sociologia, estudos organizacionais e gerenciais, pesquisa de planejamento regional e municipal, supervisão de dissertações e teses nas ciências sociais, dentre outros.

Yin (2001) é categórico ao afirmar que a utilização de evidências provenientes de duas ou mais fontes, que convergem em relação ao mesmo conjunto de fatos ou descobertas, aumentam substancialmente a qualidade de estudos de casos (quadro 2.1).

Estudos de caso podem incluir evidências quantitativas, qualitativas ou quali-quantitativas (TRIVIÑOS, 1987). Estudos de casos múltiplos podem ser também holísticos (com uma única unidade de análise) ou incorporados (com várias unidades de análise) (NETO; BARBOSA; CENDÓN, 2006).

Segundo vários autores (TRIVIÑOS, 1987; YIN, 2001; LAKATOS, 2003), a entrevista é uma das mais importantes fontes de informação para um estudo de caso. As entrevistas podem assumir diversas formas, como a entrevista espontânea ou totalmente desestruturada, a entrevista focal, a entrevista de grupo de enfoque e até mesmo entrevistas estruturadas.

Quadro 2.1 – Fontes de evidências – pontos fortes e pontos fracos.

		pontos fortes	pontos fracos
Fontes de evidências	Documentação	Estável - pode ser revisada inúmeras vezes; Discreta - não foi criada como resultado do estudo de caso; Exata - contém nomes, referências e detalhes exatos de um evento; Ampla cobertura - longo espaço de tempo, muitos eventos e ambientes distintos.	Capacidade de recuperação pode ser baixa; Seletividade tendenciosa, se a coleta não estiver completa; Relato de visões tendenciosas - reflete as ideias pré-concebidas (desconhecidas) do autor; Acesso: pode ser deliberadamente negado.
	Registros (arquivos)	(Os mesmos acima); Precisos e quantitativos.	(Os mesmos acima); Acessibilidade aos locais graças a razões particulares.
	Entrevistas	Direcionadas - enfocam diretamente tópico do estudo de caso; Perceptivas - fornecem inferências causais percebidas.	Visão tendenciosa devido a questões mal elaboradas; Respostas tendenciosas; Ocorrem imprecisões devido à memória fraca do entrevistado; Reflexibilidade: o entrevistado dá ao entrevistador o que ele quer ouvir.
	Observações diretas	Realidade: tratam de acontecimentos em tempo real; contextuais - tratam do contexto do evento.	Consumem muito tempo; Seletividade - salvo ampla cobertura; Reflexibilidade - o acontecimento pode acontecer de forma diferenciada porque está sendo observado; Custo - horas necessárias pelos observadores humanos.

Fonte: adaptado pelo autor a partir de Yin (2001).

2.4. Entrevista semiestruturada.

Triviños (1987) afirma que a *entrevista semiestruturada*, para alguns tipos de pesquisa qualitativa, é um dos principais meios disponíveis para que o investigador realize a coleta de dados. Esse autor privilegia a *entrevista semiestruturada* porque acredita que essa, ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante disponha da liberdade e espontaneidade necessárias que enriquecerão a investigação. Sugere também que o entendimento do termo *entrevista semiestruturada* é aquele que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses (que interessam à pesquisa) e que, em seguida, oferece amplo campo de interrogativas, frutos de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as

respostas do informante. Para concluir, Triviños (1987) afirma que as perguntas que constituem, em parte, a *entrevista semiestruturada*, no enfoque qualitativo, não nascem a priori. Elas são resultados não apenas da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação já por esse recolhido sobre o fenômeno social que interessa.

A coleta de informações e a realização de entrevista semiestruturada permitem certa organização dos questionamentos, ao mesmo tempo que podem ser ampliadas na medida em que as informações vão sendo fornecidas (FUJISAWA, 2000).

A priori, para a coleta de dados em campo, o rigor da postura do entrevistador deve ser objeto de reflexões profundas a priori à coleta de dados em campo. O objetivo disso é o policiamento contínuo da postura e falas do entrevistador para que esse não influencie os entrevistados e nem direcione suas respostas, conforme as questões levantadas de “*objetivação subjetivada*” e “*subjetivação objetivada*”, aludidas por Bourdieu (1989).

2.5. Análise de conteúdo.

Uma forma de tratamento das pesquisas, tanto qualitativas quanto nos aspectos quantitativos, pode ser a *análise de conteúdo* de Bardin (1977)

Para a autor o termo análise de conteúdo designa:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 1977, p. 47).

Godoy (1995) afirma que a análise de conteúdo, segundo a perspectiva de Bardin, (1977) consiste em uma técnica metodológica que se pode aplicar em discursos diversos e a todas as formas de comunicação, seja qual for a natureza do seu suporte. Nessa análise, o pesquisador busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão por traz dos fragmentos de mensagens tomados em consideração. O esforço do analista é, então, duplo: entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, e, principalmente, desviar o olhar, buscando outra significação, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira (quadro 2.2).

A utilização da análise de conteúdo segundo Bardin (1977), deve ser feita em três fases fundamentais: *pré-análise*, *exploração do material* e *tratamento dos resultados* - a inferência e a interpretação (imagem 2.1).

Quadro 2.2 - Características da Análise de Conteúdo e Análise documental.

Análise de Conteúdo	Análise Documental
Foco: mensagens (comunicações); Categorial temática ⁵ ; Objetivo: manipulação de mensagens para confirmar os indicadores que permitam inferir sobre outra realidade que não a da mensagem.	Foco: documentos; Classificação-indexado ; Objetivo: representação condensada da informação para consulta e armazenagem.

Fonte: adaptado pelo autor a partir de Bardin (1977).

Alguns pesquisadores escolhem a palavra como unidade, outros as sentenças, parágrafos e, até mesmo, o texto, podendo elas serem tratadas de forma diferente. Enquanto alguns contam as palavras ou expressões, outros procuram desenvolver a análise da estrutura lógica do texto ou de suas partes, e outros, ainda, centram sua atenção em temáticas determinadas (BARDIN, 1977; GODOY, 1995).

Imagem 2.1 - As três etapas da análise de conteúdo.

Fonte: adaptado pelo autor a partir de Bardin (1977).

Essa análise de conteúdo trata-se de um conjunto de técnicas de análise das comunicações e baseia-se na dedução e na inferência, que é a interpretação mais profunda dos dados. Para isso, ela relaciona estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados (MINAYO, 2002).

A primeira fase, a “*pré-análise*”, pode ser identificada como uma fase de organização. Nela estabelece-se um esquema de trabalho que deve ser preciso, com procedimentos bem definidos, embora flexíveis. Normalmente, segundo Bardin (1977), envolve a leitura “*flutuante*”, ou seja, um primeiro contato com os documentos que serão submetidos à análise, à escolha deles, à formulação das hipóteses e objetivos, à elaboração dos indicadores que orientarão a interpretação e a à preparação formal do material.

Inicia-se o trabalho escolhendo os documentos a serem analisados. Em seguida, passa-se à escolha de índices ou categorias, que surgirão das questões norteadoras ou das hipóteses, e à organização desses em indicadores ou temas. Os temas que se repetem com

⁵ É apenas umas das possibilidades de análise.

muita frequência são recortados “*do texto em unidades comparáveis de categorização para análise temática e de modalidades de codificação para o registro dos dados*” (BARDIN, 1977, p. 100).

No caso de entrevistas, elas serão transcritas e a sua reunião constituirá o corpo da pesquisa. Para tanto, é preciso obedecer as regras de exaustividade (deve-se esgotar a totalidade da comunicação, não omitir nada); representatividade (a amostra deve representar o universo); homogeneidade (os dados devem referir-se ao mesmo tema, serem obtidos por técnicas iguais e colhidos por indivíduos semelhantes); pertinência (os documentos precisam adaptar-se ao conteúdo e objetivo da pesquisa) e exclusividade (um elemento não deve ser classificado em mais de uma categoria) (BARDIN, 1977).

Visitas de campo como observação direta também podem gerar ricas oportunidades para observações *in loco* de comportamento ou condições ambientais relevantes. Incluem-se aqui observações de reunião, dos locais de trabalho, locais de encontro, fotografias do local de estudo e outras atividades semelhantes e a oportunidade de flagrantes. De acordo com Yin (2001), as provas observacionais são úteis para fornecer informações adicionais sobre o objeto de estudo.

Na segunda fase, ou fase de exploração do material, são escolhidas as unidades de codificação, adotando-se os seguintes procedimentos: 1) que compreende a escolha de unidades de registro – recorte; a seleção de regras de contagem – enumeração; a escolha de categorias - classificação e agregação e rubricas ou classes que reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) em razão de características comuns; 2) classificação - semântico (temas, no exemplo dado), sintático, léxico (agrupamento pelo sentido das palavras); expressivo (agrupamento das perturbações da linguagem tais como perplexidade, hesitação, embaraço, entre outras, da escrita, etc. e 3) categorização - que permite reunir maior número de informações à custa de uma esquematização e assim correlacionar classes de acontecimentos para ordená-los (BARDIN, 1977).

Com a unidade de codificação escolhida, o próximo passo será a classificação em blocos que expressem determinadas categorias, confirmando ou modificando aquelas, presentes nas hipóteses e em referenciais teóricos inicialmente propostos. Assim, num movimento contínuo da teoria para os dados e vice-versa, as categorias vão se tornando cada vez mais claras e apropriadas aos propósitos do estudo.

A terceira fase do processo de análise do conteúdo é denominada tratamento dos resultados – a inferência e a interpretação. Calcado nos resultados brutos, o pesquisador

procura torná-los significativos e válidos. Essa interpretação deverá ir além do conteúdo manifesto nos documentos, pois, interessa ao pesquisador o conteúdo latente, o sentido que se encontra por traz do imediatamente apreendido.

Já a inferência na análise de conteúdo orienta-se por diversos polos de atenção, que são os polos de atração da comunicação. Ela é um instrumento de indução (roteiro de entrevistas) para se investigarem as causas (variáveis inferidas) a partir dos efeitos (variáveis de inferência ou indicadores, referências), segundo Bardin (1977, p. 137).

Assim, passa-se à interpretação de conceitos e proposições. Os conceitos dão um sentido de referência geral, produzem imagem significativa. Eles derivam da cultura estudada e da linguagem dos informantes e não de definição científica. Ao se descobrir um tema nos dados, é preciso comparar enunciados e ações entre si, para ver se existe um conceito que os unifique. Quando se encontram temas diferentes, é necessário achar semelhanças que possam haver entre eles. E a proposição é um enunciado geral baseado nos dados que derivam do estudo cuidadoso do levantamento.

Enquanto os conceitos podem ou não ajustar-se ao tema, as proposições são verdadeiras ou erradas, mesmo que o pesquisador possa ou não ter condições de demonstrá-las. Essa técnica pode ser aplicada em mensagens escritas, orais e iconográficas.

Em uma revisão de literatura apresentada por Carlomagno e Rocha (2016), tratando de como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo, eles defendem, ao analisar diversos autores, que se adotem cinco regras: a primeira que apontam é a de que *“devem existir regras claras de inclusão e exclusão nas categorias”*. Uma segunda ideia defendida por eles é a de as categorias precisam ser mutuamente excludentes. A terceira vem de propor que as categorias não podem ser muito amplas, sendo seu conteúdo homogêneo entre si. O quarto princípio é o de que as categorias devem contemplar todos os conteúdos possíveis e recomendam que se lance mão de se ter um categoria sempre presente que seria o *“outro”* na qual ficaria o material residual do estudo. Sugerem como quinta ideia a atenção para que essa classificação seja objetiva, *“não passível de ser codificada de forma diferente a depender da interpretação do analista”*.

Assim, deve haver uma classe apropriada para cada um dos elementos da pesquisa, mas apenas uma classe correta para cada, com nenhum caso sendo membro de duas classes, ou seja, as categorias devem ser mutuamente exclusivas. Por outro lado, ser objetivo não seria propriamente uma regra para criação de categorias, mas para a prática de classificação.

Por fim, o planejamento do estudo deve ter componentes flexíveis, de modo a permitir a consideração de muitos aspectos diferentes de um fenômeno.

2.6. Protocolo de estudo.

Essa pesquisa sobre os proprietários das RPPNs se configura como exploratória (MATTAR, 1996; MALHOTRA, 2001; SELLTIZ ET AL, 1960) a ser desenvolvida como estudo de caso (TRIVIÑOS, 1987; ENHARDT, 1989; MATTAR, 1996; YIN, 2001; NETO; BARBOSA; CENDÓN, 2006) sobre uma amostra pequena. Como forma de preparação para a coleta de dados, duas estratégias de especial utilidade serão usadas: a elaboração de protocolos de estudo de casos e a condução de estudos de caso piloto. Yin (2001) sugere que o protocolo de estudo de caso contenha não só os instrumentos para a coleta de dados, mas também os procedimentos e as regras gerais que devem ser seguidas na utilização dos instrumentos. Em suma, trata-se de uma orientação ao pesquisador na condução do estudo de caso com as seguintes sugestões de seções: uma visão geral do projeto de estudo de caso, os procedimentos de campo, as questões do estudo de caso e um guia para o relatório do estudo de caso.

Por ser mais adequada aos objetivos da pesquisa será aplicada sobre os proprietários a entrevista semiestruturada (TRIVIÑOS, 1987; BOURDIEU, 1989; FUJISAWA, 2000). O roteiro de perguntas foi construído pelas recomendações apontadas por Selltitz *et al.* (1960) e Taylor *et al.* (2016), autores que fornecem diretrizes para a elaboração de questões de entrevistas. Foram elaboradas perguntas fechadas e abertas, já que essas são perguntas necessárias à natureza desse estudo. Nas questões fechadas foi usada a escala Likert (1932) de cinco pontos para algumas das questões e para outra apenas concordância e oposição, ou sim ou não.

Para interpretação da pesquisa documental e das entrevistas será aplicada a análise de conteúdo de Bardin (1977). A categorização será baseada nas considerações de Carlomagno e Rocha (2016).

Para essa pesquisa o protocolo de estudo de caso foi composto de informações preliminares, fichamento, entrevistas de prospecção, roteiro de entrevista semiestruturada, entrevistas piloto, reavaliação de formulários e roteiro de entrevista semiestruturada com

escalas de cinco pontos⁶, entrevistas gravadas, anotações das entrevistas, observação direta com registro fotográfico, transcrição das entrevistas, análise de conteúdo e interpretação. Com essas diretrizes, foi alcançado um procedimento de pesquisa que corroborou com a lógica de fontes múltiplas de evidência que foram divididos em quatro etapas.

2.7. Instrumentos da pesquisa documental.

Para o trabalho de coleta de dados dessa pesquisa foi necessário o levantamento exaustivo de informações diretas e indiretas para compor um cenário físico consistente com a localização das propriedades, com o tamanho delas, com a proximidade com Unidades de Conservação brasileiras e com programas de incentivo existentes em todo o país para a conservação da biodiversidade para os quais as RPPNs possam recorrer, além de se levar em conta as políticas públicas a respeito do tema, informes socioeconômicos e uso do solo.

Assim, procurou-se de utilizar várias fontes de evidências e, especificamente para esse estudo de caso, tais evidências vieram de: bibliografia acadêmica, *web* gráficas, registros em arquivo, registros organizacionais (tabelas, gráficos e outros), participação em eventos e palestras, *site* das associações de proprietários, órgãos públicos, reportagens e artigos publicados na mídia da internet, entrevistas à mídia televisiva, imagens de satélite, mapas, documentos dos proprietários e dos órgãos públicos, minutas de reuniões, relatórios, lista de nomes, registros pessoais e outros documentos técnicos ligados à criação das RPPNs. Foram empreendidas buscas tanto em sites como o buscador *Google*, no *Youtube*, pela rede social *Facebook*, como em buscadores de artigos acadêmicos como *Google scholar*, *Schielo* e *Researchgate*. Todos esse registros fizeram parte do material coletado. Documentos esses em papel e em formato eletrônico, dos mais variados tipos e propósitos, a saber: documentos do pacote de software, documentos *Microsoft Office* (2010) (extensões *.ppt, *.doc, *.xls), documentos do software *Foxit Reader* (2010) (*.pdf). Esse material foi complementado com farto levantamento de toda legislação nacional (esferas federal, estadual e municipal) pertinente as RPPNs e sua implantação, desde as leis de criação, bem como leis de incentivos considerando o imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS) ecológico, compensação ambiental, corredores ecológicos no âmbito da implantação das mesmas. Também foram colhidas informações de mais três fontes: 1) “*Lista de discussão sobre as*

⁶ Desenvolvido a partir de Alvarenga Neto; Barbosa; Cendón (2006, p. 400); (Pellin (2009, 2014); Silveira (2009, 2010a ,b); FREPESP; WWF, (2013); IUCN (2014) e entrevistas com Clayton Lino (RBMA), Ana Maria Vieira Soares e Flávio Ojidos da Federação das Reservas Ecológicas Privadas do Estado de São Paulo (FREPESP) e Oswaldo Bruno do Programa RPPNs Paulistas da Fundação Florestal, SP.

RPPN”, grupo público com 497 participantes, iniciado que existe desde 2011 (RPPN, 2019), 2) página “*RPPN Brasil*” da rede social *Facebook*, que contam com 1078 membros (RPPN Brasil, 2019) e 3) página “*RPPNs Brasil*” criada pelo autor para agregar proprietários em torno do tema da pesquisa e que conta com 332 membros (RPPNs Brasil, 2019).

Por fim, foram recolhidas todas as informações encontradas nos *sites* dos órgãos públicos que publicam a relação das RPPNs criadas e são atualizados periodicamente. Neles consta: o nome das RPPNs, o município onde foi criado, o nome dos proprietários que encaminharam seu pedido, o escopo legal da criação das áreas (portarias, resoluções e decretos), a localização aproximada das reservas, o memorial descritivo da área e um croqui da propriedade como sendo a lista oficial dessas reservas no país nos âmbitos federal, estadual e municipal (ICMBIO, 2010a, 2019a, b, c; SIMA, 2019; SÃO PAULO (SP), 2019)

Vale, então, ressaltar que a função mais importante do uso de documentos para estudos de caso é corroborar, principalmente, com as evidências oriundas das entrevistas e valorizá-las.

2.8. Fichamento preliminar.

Para o agrupamento e organização das informações documentais levantadas e para a preparação das entrevistas, será buscado o inventário mais completo de cada proprietário e propriedade e a coleta do máximo de informações. Desse modo, contendo os dados mais essenciais das propriedades, foi elaborado um formulário para fichamento de cada proprietário particular e da propriedade, buscando organizar as informações. Nele consta: condições pessoais (faixa etária, o gênero, nível de escolaridade, faixa de renda); se possui atividade econômica na propriedade; há quanto tempo está envolvido em atividades agrícolas em sua própria terra; se tem o local como residência; se se trata de propriedade familiar (herança); características da propriedade e condições físicas da área (limites, relevo e acessos); personalidade jurídica da reserva (particular ou corporativa); condições econômicas (o potencial de incentivos para a conservação da área, acesso ao crédito agrícola); condições institucionais (legislação favorável, assistência técnica e histórico local).

Foi considerado também no levantamento de informações aspectos relativos ao levantamento dos clientes dos proprietários, pois no caso da RPPNs corporativas, a informação colaborou para entender a adesão da criação das RPPNs motivada por marketing

ambiental, pelo estabelecimento da imagem da empresa junto à sociedade ou por comercial imobiliário.

Imagem 2.2 – Fichamento do proprietário e da propriedade para caracterização.

Levantamento do perfil dos proprietários das RPPNs da RBCV-SP.

Formulário de fichamento
Informações sobre a propriedade e proprietário.
 (preenchido pelo pesquisador)

Cadastro da RPPN. Características da reserva.				
Nome da RPPN:				
Nome do proprietário:				
Nome da propriedade:				
Fazenda/Condomínio/Empresa:				
Município:				
e-mail:				
Tel/cel:				
Site:				
Facebook:				
Skype:				
Outros:				
Área total da propriedade:				
Área total da reserva:				
Percentual de área da RPPN:				
Localização/cotas:				
Croqui:				
Poligonal:				
Imagem de satélite:				
Data de criação:				
Portaria/Resolução				
Âmbito de criação:	Federal ()		Estadual ()	Municipal ()
Personalidade Jurídica:	Pessoa Física ()		Pessoa Jurídica ()	
Associativismo – FREPESP:	Sim ()		Não ()	
Associativismo – CNRPPN:	Sim ()		Não ()	
PSA:	Sim ()		Não ()	
Editais PSA/Valor:	2014	R\$	2016	R\$
Editais SOS/CI/Valor:	2003	R\$	2007	R\$
Editais SOS/CI/Valor:	2009	R\$	2011	R\$
SIM RPPN:	Sim ()		Não ()	
Plano de Manejo:				
Unidades de Conservação:	Sim ()		Não ()	
Quais:				
Atividades desenvolvidas(*):	EA ()	UP ()	PQ ()	FZ ()
Outras atividades:				
Motivações declaradas:				

(*) educação ambiental; UP: uso público; PQ: pesquisa; FZ: fiscalização.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Cunha *et al.* (2014).

Essas fichas também tem o objetivo de serem usadas nas entrevistas semiestruturadas com a amostragem de proprietários para sua complementação e esclarecimento de alguns pontos (imagem 2.2).

Esse levantamento também tem a finalidade de, posteriormente, cruzar os dados obtidos pela pesquisa documental com os obtidos nas entrevistas para elucidar o máximo de questões que envolvem as motivações que levam à decisão de conservar uma área. E assim, compreender esse processo decisório e configurar com maior detalhamento o perfil do “*RPPNista*” e suas ações.

2.9. Levantamento qualitativo e quantitativo através de entrevistas.

O levantamento de dados através de entrevistas foi executado em três etapas: a) entrevistas de prospecção; b) entrevistas-piloto e c) entrevistas com os “*RPPNistas*”. A seguir falaremos sobre esses três momentos.

a) entrevistas de prospecção.

Essas entrevistas foram realizadas logo no início da pesquisa e tiveram a finalidade principal de se obter um panorama geral do tema e de se verificar o estado da arte do cenário das RPPNs da área de estudo.

A fase de prospecção serviu para se encontrar indicadores iniciais que deram suporte à fase posterior de entrevistas diretas com os proprietários das RPPNs. O estudo partiu de uma contextualização inventarial a partir da pesquisa documental. As informações que se seguiram tiveram o caráter complementar. O inventário inicial compilou informações de 33 RPPNs criadas no período entre 1992 e 2016 como amostragem para dar início a essas entrevistas de prospecção. Foram pesquisadas RPPNs situadas em 18 diferentes municípios e criadas tanto pela legislação federal, estadual ou municipal, quanto por iniciativa de empresas (pessoa jurídica) e por particulares (pessoa física).

Os participantes das entrevistas desse estudo foram escolhidos constituindo uma amostra que pode representar atores atuantes nas RPPNs da RBCV-SP que ocupassem posições de coordenação nos diversos programas voltados à criação e apoio dessas reservas em órgãos públicos e organizações na área escolhida do setor. Desse modo, foi escolhido um total de três entrevistados que representavam: 1) a coordenação da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo - MaB (RBCV- SP, 2016); 2) a Federação das Reservas

Ecológicas Privadas do Estado de São Paulo (FREPESP, 2016) e 3) a coordenação do Programa RPPNs Paulistas (SÃO PAULO (Estado), 2016). Essas escolhas, portanto, foram suficientes para fornecer um quadro geral atualizado da situação das RPPNs na RBCV-SP.

Foram realizadas também entrevistas informais complementares com proprietários de RPPNs em dois eventos: 1) “Encontro de RPPNs Paulistas – experiências e incentivos à conservação em áreas privadas em São Paulo, SP” (SÃO PAULO (SP), (2011b). Esse se tratou do primeiro contato com grupos “*RPPNistas*” e 2) “Áreas Naturais: Alternativas econômicas com a Floresta em pé” (SÃO PAULO (Estado), 2016). Nesse encontro foi feita uma aproximação com os proprietários já mais focada no propósito desse estudo. As informações coletadas nessas entrevistas de prospecção realizadas tiveram a função de construir um cenário inicial para orientar o foco na busca de informações para essa pesquisa.

O contato inicial para agendamento das entrevistas foi feito por telefone. As entrevistas foram realizadas, individualmente, em local determinado pelos participantes ou por telefone e tiveram duração média de duas horas. Elas desenvolveram-se de forma livre, dando oportunidade para o entrevistado tecer suas considerações sobre algumas perguntas básicas relativas às prováveis razões para a adesão de proprietários em criar RPPNs na área de estudo escolhida. Para essas entrevistas foram definidos os seguintes eixos temáticos: histórico de criação e desenvolvimento das reservas, impressões sobre as motivações e decisão para criação das reservas, como é difundida a informação sobre as RPPNs, as práticas de conservação aplicadas e o perfil dos proprietários dessas reservas particulares.

b) entrevistas-piloto

Aplicar um estudo de caso piloto pode auxiliar no aprimoramento dos instrumentos de coleta, principalmente no que se referem ao conteúdo, procedimentos e antecipação das questões e problemas a serem enfrentados em campo (YIN, 2001).

A elaboração dos questionários da entrevista semiestruturada para essa fase já foi feita buscando um produto final de perguntas abertas e fechadas, cobrindo, assim, todos os aspectos que se desejava levantar. Essa entrevista-piloto teve por finalidade testar a adequação do material, o entendimento que o entrevistado tinha das questões, diminuir a dubiedade e sentido ambíguo que algumas questões pudessem ter e também cronometrar o tempo de entrevista para contar com um bom grau de atenção do entrevistado e para minimizar o tempo de levantamento de informações, pois se trata de uma colaboração voluntária e espontânea do entrevistado. Isso foi pensado, pois, em situações de entrevista, em muitos casos o entrevistado parece demonstrar muito pouco interesse em fazê-las. Essas situações foram

levantadas por Neto, Barbosa e Cedón (2006). Eles afirmam que alguns entrevistados podem demonstrar hesitação e até medo em responder as perguntas e/ou participar das entrevistas – medo de parecer despreparado, limitado, desinformado, fornecer informações erradas e até mesmo pelo fato de imaginar que a futura publicação de uma tese ou de artigos poderia prejudicá-lo de alguma forma.

Com relação a essa questão de abordagem, de buscar empatia, de argumentar sobre a proposta e participação do entrevistado, de buscar tirar esse peso da entrevista e fazer com que o entrevistado disponha-se a uma conversa, em que possa, de forma descontraída e com tranquilidade, trazer as informações que a pesquisa busca com as garantias da condução do processo, pode-se dizer que o autor tem familiaridade para executar e aplicar essa forma de levantamento de dados, devido à facilidade pessoal de comunicação, de comunicar ideias, de criar ambiente para deixar o entrevistado à vontade. Essa experiência foi desenvolvida dentro e fora da academia. O autor trabalhou por mais de 15 anos com divulgação científica, entrevistando pesquisadores e também em revista agrícola e de criação de animais. Também possui um longo exercício jornalístico no trabalho de divulgação científica, feito junto à Folha de São Paulo (caderno de Ciência e Agrofolha), à Superinteressante, em alguns fascículos da Ed. Três, Revista Horizonte Geográfico, Natureza, Cães e Cia, dentre outras publicações.

Além disso, durante o mestrado do autor, em estudo desenvolvido em Bonito, MS, analisando o modelo de ecoturismo e conservação da natureza na região, também aplicou entrevistas como parte do levantamento de informações junto aos agentes locais envolvidos com a atividade de ecoturismo e a conservação da diversidade biológica (OLIVEIRA, 2010, 2011). Essa experiência também contribuiu bastante para o levantamento das informações desse novo estudo.

A entrevista direta e pessoal, como foi adotada nessa pesquisa, traz em si o desenvolvimento de procedimentos que possam tornar o ambiente e cenário do levantamento de informações mais adequado em busca de uma precisão maior e menor distorção dos resultados e de sua contestação.

A elaboração dos questionários e formulários também foi muito importante nesse aspecto e buscou-se formular perguntas objetivas e concretas focadas no cotidiano. As questões versaram sobre os possíveis indutores da criação das RPPNs, sobre qual poderia ser o interesse do proprietário em criar a RPPN, por onde soube e de onde veio o interesse pelo tema, qual papel tiveram as mídias na decisão de criar reservas, se outros e quais fatores

influíram nesse processo decisório. A experiência docente de cerca de 30 anos do autor também foram usadas para colaborar nas formulações do questionário.

Optou-se também por perguntas de redundância proposital embutidas no roteiro da entrevista semiestruturada, pois poderiam ser de grande valia para esclarecer e aprofundar questões e até mesmo registrar algumas contradições nas falas dos entrevistados (NETO; BARBOSA; CEDÓN, 2006).

Neto, Barbosa e Cedón (2006) afirmam que, no caso de entrevistados com alto nível de formação escolar - principalmente mestres e doutores – esses anseiam por responder tudo o que sabem acerca do assunto em pauta e *“das coisas do mundo e da vida”*. Tal percepção foi especialmente útil para o desenvolvimento da espinha dorsal do roteiro.

Nessa etapa foi realizada previamente a aplicação dos questionários em entrevistas-piloto. Ela foi aplicada em um universo de dois entrevistados fora da amostragem escolhida para a pesquisa. A partir do resultado dela passou-se a revisão dos questionários antevendo a forma de como tabulá-los para executar a análise de conteúdo e categorial.

Assim, a entrevista-piloto colaborou para um primeiro contato com proprietários, fornecendo a oportunidade de colher melhores impressões sobre a natureza da implantação das RPPNs, antes de se iniciar o processo de entrevistas definitivas com o grupo da amostragem. Nessa etapa, foi avaliada a clareza das perguntas elaboradas, o acréscimo ou a retirada de questões e o treino da abordagem ao entrevistado (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

O estudo de caso-piloto foi de grande valia, uma vez que possibilitou algumas reflexões acerca da pesquisa e apontou ajustes e melhorias no projeto de pesquisa considerado em seu todo, e, particularmente, no refinamento dos instrumentos de coleta de dados.

c) entrevistas com *“RPPNistas”*.

Os questionários da pesquisa reformulados após as entrevistas-piloto foram direcionados aos proprietários rurais das reservas particulares - proprietários de RPPNs paulistas - dentro do perímetro da RBCV-SP, buscando primeiramente cenários comuns onde as propriedades estão inseridas. Os questionários para as entrevistas semiestruturadas levantaram aspectos qualitativos e quantitativos das motivações principais que levaram os *“RPPNistas”* à decisão de criação das RPPNs. Essas categorias serviram para facilitar o mapeamento para se tentar elencar quais foram as principais, as primárias ou secundárias ou até terciárias razões de criação das reservas. Depois do texto realizado durante as entrevistas-piloto, foram elaborados os formulários a seguir para serem aplicados nas entrevistas com o máximo de proprietários da região de estudo que se dispusessem a participar.

As imagens 2.3 e 2.4 apresentam o formulário “Informações sobre o proprietário”. No cabeçalho de identificação estão as informações sobre o local e data da entrevista, nome da RPPN, município, nome do proprietário, informações pessoais (nascimento, idade, sexo) e contatos. Em seguida foram feitas perguntas sobre escolaridade/formação, práticas de sustentabilidade, hábito alimentar, participação em eventos ligados à conservação da natureza e se reside na propriedade. Sobre seu conhecimento ambiental foram propostas perguntas sobre qual(is) biomas são encontrados na reserva, se teria capacidade de citar de cinco a dez animais frequentes na área e o mesmo para flora, sobre quais seriam os principais problemas ambientais enfrentados pela RPPN e como os tem combatido. Sobre o conhecimento da legislação ambiental foi perguntado como acompanha a temática ambiental. Com relação ao conhecimento sobre RPPN foram feitas perguntas sobre como tomou contato com a temática das RPPNs, se participa de redes sociais de “*RPPNistas*”, se está afiliado a alguma associação, como avaliaria a atuação da mesma, se participa de algum conselho ambiental, como avaliaria a atuação da entidade, se existe uma Unidade de Conservação (UC) próxima e se ela interferiu na tomada de decisão, se o implantar da reserva privada mudou a relação com proprietários vizinhos, como avalia a sua relação com os proprietários da vizinhança, se houve iniciativa em dialogar com eles e se estabeleceu alguma parceria.

A imagem 2.5 apresenta o formulário “Motivações para a tomada de decisões” que trata das categorias que foram definidas com os fichamentos e levantamentos prévios sobre os propósitos motivacionais e razões do processo decisório encontrados na literatura científica e em outras fontes já citadas. No cabeçalho de identificação estão as informações sobre o local e data da entrevista, nome da RPPN, município, nome do proprietário, informações pessoais (nascimento, idade, sexo) e contatos, seguidas das instruções de preenchimento para os entrevistados e significado da escala Likert (1932), escala sugerida de avaliação de 1 a 5.

Estão apresentados no formulário aspectos sugeridos como motivações para a tomada de decisão para a criação da RPPN. Esses aspectos foram agrupados em: conservação (uso integral e uso sustentável), fatores econômicos (incentivos públicos e incentivos do terceiro setor e privados), pessoais (intrínsecos e extrínsecos), jurídicos, sagrado-religiosos, marketing ambiental e outros fatores.

Imagem 2.3 - Formulário informações sobre o proprietário página 1.

Levantamento do perfil dos proprietários das RPPNs da Região Metropolitana de São Paulo.

Formulário 3

Informações sobre o proprietário

Nome da RPPN: _____ Município: _____

Nome do proprietário: _____ Data: ____/____/____

Local da entrevista: _____

Local de Nascimento: _____ Idade: _____ () Masculino () Feminino

Contatos: tel com: () _____ tel res: () _____ cel/whats: () _____

E-mail: _____ Skype: _____ Hangout: _____

Escolaridade () Ensino Fundamental () Ensino Médio () Universitário () Pós -graduação.

Área de formação (em caso de Ensino Técnico e Universitário): _____

Questionário perfil do proprietário

- Tem alguma prática de sustentabilidade em sua residência? () Sim () Não.
- Quais? () reciclagem () compostagem () água de reuso () Outros _____ (escala Likert).
- Hábito alimentar: () irrestrita () orgânico () vegetariano () vegano. (2)
- Participou de algum evento ligado a conservação da natureza? () Sim () Não.
- Cite alguns: _____
- Há quanto tempo está na região? _____
- Reside na propriedade? () Sim () Não. A propriedade é herdada? () Sim () Não.
- Qual(is) os ambientes (biomas) podem ser encontrados na área? () Mata Atlântica () Cerrado () Floresta Amazônica () Caatinga () Pantanal () Pampas.
- Pode citar de cinco a dez animais frequentes na área da reserva? _____
- _____
- Pode citar de cinco a dez plantas encontradas na área da reserva? _____
- _____
- Quais os principais problemas ambientais enfrentados pela RPPN? () caça () desmatamento () queimada () palmeiros () captura de animais () poluição da água () degradação do solo () lixo () outros _____ (escala Likert).
- Como tem desenvolvido ações para o combate ou minimização deles? _____
- _____
- Como auto avaliaria seu conhecimento sobre legislação ambiental? () 1 () 2 () 3 () 4 () 5
- Como acompanha a temática ambiental? () TV () rádio () jornais impressos () revistas impressas () sites da internet () redes sociais () outros _____ (escala Likert).
- Como tomou contato pela primeira vez com a informação sobre a possibilidade de transformar parte de sua área em RPPN? () TV () Rádio () Internet () Jornal impresso () Amigos () Outros _____

¹ Nota: Rendimento do proprietário (elaborado pelo autor (baseado em Cunha et al, 2014). Baseado em Tabela 6 - Caracterização - Rendimento da propriedade II (Elaborado pelo autor (baseado em Cunha et al, 2014).

Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo
 Cidade Universitária CEP 05508-010 - Butantã - São Paulo SP
 Avenida Professor Luciano Gualberto, nº 1.289.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Imagem 2.4 - Formulário informações sobre o proprietário página 2.

Levantamento do perfil dos proprietários das RPPNs da Região Metropolitana de São Paulo.

18. Participa de redes sociais? (☐ Sim (☐ Não. Quais? _____
19. Pertence a algum grupo de temática ambiental nestas redes? (☐ Sim (☐ Não.
20. Quais? _____
21. Pertence a algum grupo sobre RPPNs nestas redes? (☐ Sim (☐ Não.
22. Quais? _____
23. Está associado/afilado a alguma Associação de proprietários de RPPNs? (☐ Sim (☐ Não.
24. Quais? _____
25. Como avalia a atuação desta entidade? (☐ 1 (☐ 2 (☐ 3 (☐ 4 (☐ 5
26. Participa de algum conselho ambiental ou entidade? (☐ Sim (☐ Não.
27. Quais? _____ Qual forma de atuação? _____
28. Como avalia a atuação desta entidade? (☐ 1 (☐ 2 (☐ 3 (☐ 4 (☐ 5
29. Ter uma UC próxima interferiu na tomada de decisão em criar um RPPN? (☐ Sim (☐ Não.
30. Implantar a reserva privada mudou sua relação com proprietários vizinhos? (☐ Sim (☐ Não.
31. Como avalia a sua relação com os proprietários da vizinhança depois da presença da RPPN?
(☐ 1 (☐ 2 (☐ 3 (☐ 4 (☐ 5
32. O que mudou? _____
33. Houve iniciativa sua em dialogar com eles sobre a criação da RPPN para convencê-los a aderir à proposta? (☐ Sim (☐ Não.
34. Estabeleceu alguma parceria com proprietários locais em função das atividades da RPPN?
(☐ Sim (☐ Não.

Formulário em [Google Forms](#)

Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo
Cidade Universitária CEP 05508-010 - Butantã - São Paulo SP
Avenida Professor Luciano Gualberto, nº 1.289.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Imagem 2.5 - Formulário com questionário sobre os aspectos sugeridos como motivações para a tomada de decisão para a criação da RPPN⁷.

Levantamento do perfil dos proprietários das RPPNs da Região Metropolitana de São Paulo.

Motivações para a tomada de decisão.

Nome da RPPN: _____ Município: _____

Nome do proprietário: _____ Data: ____/____/____

Local da entrevista: _____

Como a RPPN é unidade de conservação de domínio privado, com o objetivo de conservar a diversidade biológica, gravada com perpetuidade, por intermédio de Termo de Compromisso averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis desejamos saber quais os principais fatores que o motivaram a criar uma RPPN.

Assim, pedimos que, usando esta escala sugerida de avaliação de 1 a 5, você coloque o valor que os fatores citados abaixo influenciaram em sua motivação pessoal para esta decisão.

1- não é importante, 2- pouco importante, 3- um pouco importante, 4- muito importante 5- extremamente importante.

Tomada de decisão.		1	2	3	4	5
Conservação (uso integral)	Preservar atributos cênicos / paisagem.					
	Colaborar para a proteção perpétua de um legado para as futuras gerações.					
	Preservar mananciais/recursos hídricos.					
	Preservar espécies nativas.					
	Preservar animais ameaçados, raros, endêmicos ou migratórios.					
	Estimular a pesquisa científica					
	Promover a conservação da biodiversidade.					
	Colaborar para o aumento da quantidade de UCs.(SNUC)					
	Colaborar na formação de corredores/mosaicos ecológicos.					
	Receber maior apoio público para melhorar a fiscalização, inibir a caça, desmatamento, queimada, caça, captura de animais.					
Conservação (uso sustentável)	Colaborar para evitar o aquecimento global.					
	Promover práticas conservacionistas.					
	Reflorestar áreas degradadas.					
	Promover a conservação do solo.					
	Recuperação de recurso hídrico.					
	Promover educação ambiental.					
	Promover ecoturismo					
	Implantar viveiro comercial de mudas de espécies nativas.					
	Promover agricultura sustentável/orgânica.					
	Fatores econômicos (incentivos públicos)	Isenção de Imposto Territorial Rural (IIR).				
Repasse de ICMS ecológico.						
Incentivos e benefícios do Poder Público Municipal.						
Incentivos e benefícios do Poder Público Estadual. (Programa RPPN Paulistas).						
Incentivos e benefícios do Poder Público Federal. (FNMA, priorização em crédito rural)						
Fatores econômicos (incentivos 3º setor e privados)	Receber apoio de fundos ambientais não públicos.					
	Receber apoio do Terceiro Setor/ONGs					
Pessoais (intrínsecos)	Participar de redes e Associações de RPPNistas					
	Tomou a decisão por fatores familiares, herança, legado.					
	Tomou a decisão pela relação afetiva com o local/pertencimento.					
Pessoais (extrínsecos)	Tomou a decisão por representar bem estar.					
	Tomar uma iniciativa filantrópica pela causa ambiental.					
	Promover a garantia da terra a pressões do entorno.					
Jurídicos	Prevenção de mudanças de uso da terra.					
	Firmar o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).					
Sagrado/Religioso	Compensação ambiental para uso de recurso em outra área.					
	Promover a proteção de sítios sagrados.					
Marketing Ambiental	Buscar a vinculação da marca da empresa com o esforço no compromisso com meio ambiente.					
	Buscar a vinculação do produto ou serviço a uma imagem ecologicamente consciente.					
Outros Fatores						

Aspectos sugeridos como motivações para a tomada de decisão para a criação da RPPN.¹

¹ Desenvolvido a partir de Alvarenga Neto (2005 p.400); Pellin (2009) e (2014); Silveira (2009) e (2011); FREPESP & WWF, (2013) e IUCN (2014) e entrevistas com Clayton Lino (RBMA), Ana Maria Vieira Soares da e Flávio Ojidos da FREPESP – Federação das Reservas Ecológicas do Estado de São Paulo, e Oswaldo Bruno (Programa RPPN Paulistas - Fundação Florestal).

Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo
Cidade Universitária CEP 05508-010 - Butantã - São Paulo SP
Avenida Professor Luciano Gualberto, nº 1.289.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

⁷ Desenvolvido a partir de Alvarenga Neto; Barbosa; Cendón (2006 p.400); (Pellin (2009) e (2014); Silveira (2009) e (2011); FREPESP; WWF, (2013) e IUCN (2014) e entrevistas com Clayton Lino (RBMA), Ana Maria Vieira Soares da e Flávio Ojidos da FREPESP – Federação das Reservas Ecológicas do Estado de São Paulo, e Oswaldo Bruno (Programa RPPN Paulistas - Fundação Florestal).

Imagem 2.6 - Formulário de perguntas abertas.

Levantamento do perfil dos proprietários das RPPNs da Região Metropolitana de São Paulo.

Nome da RPPN: _____ Município: _____

Nome do proprietário: _____ Data: ____/____/____

Local da entrevista: _____

PERGUNTAS ABERTAS

1. No seu entendimento, quais foram os principais objetivos para que outros proprietários criassem suas RPPNs? _____

2. Por que foi este o nome escolhido de batismo para a RPPN? _____

3. Suas motivações e metas mudaram ao longo da história da sua RPPN? () Sim () Não.
4. O que te impulsionou a fazer esta(s) alteração(ões)? _____

5. Suas perspectivas hoje são otimistas ou pessimistas para a sua RPPN? () otimistas () pessimistas.
6. Por que? _____

7. Sua perspectiva hoje é otimista ou pessimista para a proposta de Política Pública Governamental de criação de novas RPPNs? () otimista () pessimista.
8. Por que? Quais entende hoje como seus prós e contras? _____

Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo
 Cidade Universitária CEP 05508-010 - Butantã - São Paulo SP
 Avenida Professor Luciano Gualberto, nº 1.289.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A imagem 2.6 apresenta o formulário “Perguntas abertas” com a finalidade de levantar sentimentos, entendimento e impressões do entrevistado sobre o cenário das RPPNs. No cabeçalho de identificação o preenchimento das informações sobre o local, data da entrevista, nome da RPPN, município, nome do proprietário, informações pessoais (nascimento, idade, sexo) e contatos. Foram questionados sobre o entendimento deles em quais poderiam ser os

principais objetivos de outros proprietários criarem suas RPPNs; qual o motivo da escolha do nome de batismo para a RPPN; se suas motivações e metas mudaram ao longo da história; o que os impulsionou a fazer as alterações; se as perspectivas são otimistas ou pessimistas para a RPPN. Também foi perguntado sobre a Política Pública Governamental para a área. As perguntas do formulário foram preenchidos pelos próprios entrevistados.

Os formulários foram aplicados em entrevistas-piloto que colaboraram nas mudanças, adaptações, adequação e melhoria dos formulários, para criar um roteiro padrão de entrevista e a elaboração do “*checklist* de campo” para a saída a campo. (quadro 2.3).

Quadro 2.3 – Lista para checagem antes da saída de campo.

<u>CHECKLIST DE CAMPO</u>
Aparência; Impressão dos formulários; <i>Checklist</i> de campo; Roteiro de entrevista; Formulário Motivações; Formulário Perguntas Abertas; Formulário Informações sobre o Proprietário (2 págs.); Formulário Informações sobre a propriedade; Termo de consentimento de entrevista; Carta de agradecimento; Preenchimento de todos os cabeçalhos dos formulários.
MATERIAIS
Note book; Carregador notebook; Mouse e mouse pad; Dois adaptadores de notebook; Caixinha de som e cabo carregador; Mochila de rodinha; Dois celulares para gravação e para informações da rota/destino (<i>Waze/Google maps</i>); Dois carregadores dos celulares; Bloco de anotações; Canetas; Duas pranchetas; Formulários impressos (mais de uma cópia de cada um); Alimentos; Água; Rolo de PH; Livro Verde Perto; Livro RPPN; Pedágio (R\$); Mapa da rota; Fotos; Documentos: plantas, resoluções, escritura, certidões de matrícula dos imóveis; Mapas; Imagens de satélite; Estatística de entrevistados.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Já o formulário “Roteiro de entrevista” serviu para ajudar o pesquisador durante a entrevista para que não fosse deixado de executar nenhuma das etapas dessa e fosse respeitada a mesma ordem de como elas seriam aplicadas para todos os entrevistados (imagem 2.7). No cabeçalho de identificação estão as informações sobre o local e data da entrevista, nome da RPPN, município, nome do proprietário informações pessoais (nascimento, idade, sexo) e contatos. No restante, algumas questões lembrete para o entrevistador, prevendo até mesmo a consulta para um intervalo.

Imagem 2.7 - Formulário roteiro de entrevista.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome da RPPN: _____ Município: _____

Nome do proprietário: _____ Data: ____/____/____

Local da entrevista: _____

Pedir autorização para gravação com cópia de segurança, para a entrevista fluir melhor e será usada para tirar dúvidas sobre os preenchimentos dos formulários e respostas. ()

1. Tabela preenchida pelo pesquisador com ajuda de entendimento ao proprietário. ()

2. Perguntas abertas (registro fotográfico do entrevistado). ()

Intervalo água. ()

3. Perguntas perfil do proprietário. ()

4. Ficha da propriedade (conferência das informações previamente colhidas). ()

Apresentar formulário de pedido de consentimento e compromisso do pesquisador para assinatura. ()

Apresentar formulário de pedido de consentimento para fotografias. ()

Carta de agradecimento e encerramento. ()

Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo
Cidade Universitária CEP 05508-010 - Butantã - São Paulo SP
Avenida Professor Luciano Gualberto, nº 1.289.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Como cuidado ético da pesquisa foi elaborado para todos os participantes entrevistados o formulário “Termo de consentimento de entrevista” para que os mesmos pudessem preencher e assinar, concordando com a utilização dos dados coletados para fins de pesquisa e publicação científica. Os objetivos da pesquisa foram explicitados, e o caráter sigiloso que preserva a identidade dos participantes foi enfatizado (imagem 2.8).

Imagem 2.8 - Formulário - Termo de consentimento de entrevista.

Levantamento do perfil dos proprietários das RPPNs da Região Metropolitana de São Paulo.

PROCAMUSP III

TERMO DE CONSENTIMENTO DE ENTREVISTA

Eu _____ abaixo assinado(a),
 aceito participar no estudo de forma voluntária e autorizo **Marcelo Teixeira Cesar de Oliveira**,
 estudante de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM) do
 Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE-USP) a utilizar as informações
 por mim prestadas nesta entrevista. Também estou ciente da necessidade da gravação de som,
 vídeos e imagens de minha entrevista e da RPPN para registro, sem custos financeiros a nenhuma
 parte, com a finalidade de elaborar a sua tese de Doutorado com título provisório
**PROPRIETARIOS E AS RAZOES DA CONSERVAÇÃO VOLUNTARIA NAS RESERVAS
 PARTICULARES DO PATRIMONIO NATURAL DA RESERVA DA BIOSFERA DO
 CINTURAO VERDE DE SAO PAULO**, orientado pela Profa. Dra Sueli Angelo Furlan. Também
 autorizo a apresentação dos resultados deste estudo em eventos acadêmicos e publicação em
 revista científica. Autorizo a publicação das imagens da RPPN nos exemplares da mencionada
 tese, em eventos e publicações acadêmicas.

Esta AUTORIZAÇÃO foi concedida mediante o compromisso do pesquisador acima citado
 garantir-me os seguintes direitos:

1. poderei ler a transcrição de minha gravação;
2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa
 aqui relatada e para outras publicações dela decorrentes;
3. por ocasião da publicação dos resultados, meu nome será mantido em sigilo.;
4. qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita
 mediante minha autorização;
5. os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade do pesquisador e,
 após esse período, serão destruídos.

_____ de _____ de 2019 .

 Assinatura do entrevistado

*Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo
 Cidade Universitária CEP 05508-010 - Butantã - São Paulo SP
 Avenida Professor Luciano Gualberto, nº 1.289.*

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

2.10. Como procurar os proprietários.

As fontes e ferramentas de busca de contatos dos proprietários usadas foram através do: 1) Poder Público - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Fundação Florestal - SP; Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA), Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo (SVMA), as associações de RPPNs, a Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (CNRPPN), a FREPESP; 2) redes (*Facebook/Instagram*) e 3) grupos de discussão por e-mail e buscador *Google*.

O grupo “*RPPNs Brasil*” foi criado pelo autor na rede social *Facebook* para agregar proprietários em torno do tema da pesquisa e facilitar esse contato com os mesmos durante esse estudo. Também houve a colaboração de outro grupo na rede social, o “RPPN BRASIL” que também postou a carta convite da entrevista para avisar o membros que acessam a página sobre a existência da pesquisa (RPPN BRASIL, 2019; RPPNS BRASIL, 2019) (imagem 2.9).

Imagem 2.9 - Página mantida pelo autor para troca de informações sobre RPPNs.

Fonte: adaptado pelo autor a partir de RPPNs Brasil (2019).

O contato inicial para agendamento das entrevistas foi feito por telefone, e-mail e através das redes sociais. As entrevistas foram efetuadas, individualmente, em local determinado pelos participantes ou por telefone e tiveram duração de uma hora e meia.

Para a gravação das entrevistas foi utilizado um antigo celular e carregador que faz um bom registro e áudio das gravações e tem sido utilizado há vários anos. Trata-se do aplicativo para gravação do celular modelo Nokia 501 2 tipo: RM-951 (imagem 2.10). Esse aparelho apresenta autonomia de duas horas para cada registro que deve ser finalizado antes desse período para início de novo registro. Esse equipamento tem sido utilizado apenas para essa finalidade e não tem chip de linha telefônica, já que isso interfere nas gravações com chamadas e aviso de chegadas de mensagens etc..

Imagem 2.10 - Celular para gravações de entrevistas.

Fonte: foto do autor (2019).

Os registros fotográficos seriam feitos por dois equipamentos: 1) celular iPhone modelo SE Modelo A-1723 Cinza Espacial. Fabricação 2018; 2) câmera fotográfica Nikon semiprofissional modelo D3100 lente acessória Nikon 55-300 mm AF S DX F/1: 4.5-5.6.

A busca de localização e do traçado dos limites e das poligonais das RPPNs foram buscados nos *sites* dos órgãos públicos que mantém a documentação de registro das RPPNs (ICMBIO, 2019b; FUNDAÇÃO FLORESTAL 2019b; SÃO PAULO (SP), 2011a).

A obtenção das poligonais teve como objetivo localizar as áreas, visualizar delimitação, verificar cobertura vegetal junto ao *software Google Earth Pro*, além de verificar e analisar seu entorno. Tudo isso serviu de subsídio durante a entrevista.

Para o contato formal com os proprietários foi elaborada uma “Carta convite” contendo a apresentação da pesquisa e justificando a importância da mesma. Tal documento foi enviado por e-mail, correio, *inbox* no *Facebook* (2019)| ou pelo aplicativo *Whatsapp* (2020) (imagem 2.11).

Imagem 2.11- Carta Convite para ser enviada aos proprietários de RPPN.

Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo
Cidade Universitária CEP 05508-010 - Butantã - São Paulo SP
Avenida Professor Luciano Gualberto, nº 1.289.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A imagem 2.12 traz os elementos utilizados durante a entrevista, e os materiais levados para localização e consulta (rotas e mapas de acesso, documentos legais sobre as RPPNs, fotos de satélite da propriedade) e os materiais e equipamentos usados durante a entrevista (bloco de notas, caneta, lapiseira, caneta marca texto, gravador, pranchetas, pasta, formulários de entrevistas com cópia e carta de agradecimento)

Imagem 2.12 - Elementos usados durante a entrevistas.

Fonte: foto do autor (2019).

Como forma de agradecimento e certificação da participação do entrevistado na pesquisa foi elaborada uma carta de agradecimento para ser entregue aos entrevistados em mãos quando a entrevista fosse feita pessoalmente e pelo correio para aqueles que a fizessem por telefone ou aplicativo (imagem 2.13 e imagem 2.14).

Imagem 2.13 - Carta de agradecimento para os entrevistados.

CARTA DE AGRADECIMENTO

São Paulo, 10 de fevereiro de 2019

Prezado Sr.

É com muita satisfação e alegria que desejo agradecer a sua importante participação voluntária como protagonista da criação das RPPNs fornecendo a sua colaboração para esta pesquisa que tem como objetivo traçar um perfil dos proprietários, suas razões e motivações para a criação das RPPNs em suas propriedades. O entendimento e o conhecimento destes fatores esperamos que possam ajudar gestores públicos, entidades do terceiro setor, Associações, RPPNistas e todos envolvidos com a conservação da biodiversidade para ampliar o conhecimento sobre as reservas privadas e para a tomada de medidas mais efetivas para que este instrumento de preservação evolua.

Escolhi reservas como a sua pois, elas estão inseridas dentro da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica da UNESCO e tem uma significativa contribuição a ser dada na preservação deste bioma já muito explorado.

A sua RPPN faz parte agora de uma pesquisa desenvolvida para o meu Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM) do Instituto de Energia e Meio Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE-USP). Cabe lembrar que as informações de todo este levantamento estarão disponíveis a partir do segundo semestre no site da Universidade para consulta de todos os interessados.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Cordialmente,

Prof. MSC Marcelo T. C. de Oliveira

Orientadora: Prof. Dra. Sueli Ângelo Furlan. Credenciada no PROCAM e professora do Depto de Geografia Física da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo
Cidade Universitária CEP 05508-010 - Butantã - São Paulo SP
Avenida Professor Luciano Gualberto, nº 1.289.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Imagem 2.14 - Cartas de agradecimento preparadas para envio pelo correio.

Fonte: foto do autor (2019).

d.) Análise categorial.

A elaboração e análise dos questionários foram feitas à luz da técnica de investigação denominada análise de conteúdo (BARDIN, 1977), que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto na comunicação, como um recurso ordenador em auxílio aos estudos de comunicação não verbal.

Essa análise foi executada em três etapas, uma de *pré-análise*, outra de *exploração do material* e ao final a de *tratamento dos resultados*. Na *pré-análise*, inicialmente com a leitura flutuante, a finalidade foi a de sistematizar para tornar operacionais os procedimentos seguintes. Na *exploração do material*, foram criados indicadores que poderiam fundamentar a interpretação final de todo material coletado. Essa etapa também teve como objetivo a familiarização com o mesmo. Depois, foram aplicadas as regras da representatividade, da exaustividade, da homogeneidade e da pertinência (BARDIN, 1977).

O levantamento dos dados das entrevistas dentro do *tratamento dos resultados* levou à checagem de todas as informações obtidas previamente sobre as propriedades e os proprietários e o agrupamento delas nos fichamentos executados. Essas informações também levaram à necessidade de checagem de algumas informações obtidas nas entrevistas para precisar os dados, já que algumas estavam baseadas em documentos e alguns entrevistados não mostraram clareza de lembrança sobre os mesmos. O cruzamento dessas informações contrapostas teve como finalidade preparar a etapa de interpretação dos dados para elucidar todas as variáveis que poderiam estar envolvidas nos cenários das motivações e processos

decisórios dos “*RPPNistas*”. A análise de conteúdo segundo Bardin (1977) serviu para decodificar as respostas abertas e interpretar esses dados coletados.

Para a digitação do farto material das entrevistas foram levantados alguns aplicativos que transformam o ditado oral em texto escrito. Foram aplicativos encontrados para *Iphone* e se trata de aplicativos como *Dictate* (2019) e *Speechy* (2019) além de uma ferramenta recente incorporada pelo aplicativo *Whatsapp* (2020) de larga utilização. Ao se ditar pausada e claramente as palavras essas ferramentas transformam a narração oral em texto digitado, acompanhado online na tela do aparelho celular (imagem 2.15). Diretamente para as entrevistas tais ferramentas não são recomendadas ainda, pois falas mais rápidas e interferências no ambiente das entrevistas distorcem os registros. A ferramenta foi procurada pelo autor que a menciona e incorpora nos procedimentos metodológicos devido à sua limitação crônica da rizartrorse nas mãos, agravada com o passar dos anos como uma deficiência que dificulta e chega a impedir o trabalho de digitação importante na metodologia adotada em que há a necessidade de transcrição de material, além de outras operações com texto. Com isso, é uma ferramenta que pode auxiliar e resolver parte desse impeditivo com outras questões que envolvam essas necessidades em pesquisas de campo. Foi escolhida uma gama de três softwares para que fossem testados durante a pesquisa.

Imagem 2.15 - Tela dos aplicativos *Dictate* (2019), *Speechy* (2019) e *Whatsapp* (2020)⁸.

Fonte: elaborada pelo autor a partir de imagem da tela do celular (2019).

⁸ Apps, ou aplicativos, são ferramentas e utilitários usados principalmente por dispositivos móveis como celulares, *tablets* e *e-readers*. A seta vermelha indica a ferramenta nos aplicativos.

2.11. Ferramentas para tratamento dos dados.

Para a tabulação dos dados das perguntas fechadas e de algumas abertas, pois ficou resolvido que tudo que fosse pertinente e identificado nas perguntas abertas também seria tabulado, foi utilizado o *software Excel* (2010) (*Office*) da *Microsoft* para o sistema *Windows*, pois todo esse material receberia tratamento estatísticos feito por esse programa de computador. Já para a elaboração de gráficos de nuvens de palavras para apresentação das mais frequentes nos discursos foi escolhida a ferramenta online *WordArt* (2019)⁹, sendo que outras podem ser testadas¹⁰.

Para a confecção dos mapas, o software a ser utilizado foi o *software ArcGis* (2017) *Maps for Office*; para consulta e exploração de imagens e elaboração de mapas o software a ser utilizado foi o *software Google Earth Pro* (2019) e para tratamento de imagens e montagens, *software Photo Filtre* (2006).

3. CAPÍTULO 1 - PARADIGMAS DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA.

3.1. O movimento de conservação.

Os movimentos de conservação modernos surgiram no final do século XIX, em resposta a mudanças fundamentais nas visões sobre a natureza. A ideia de natureza no mundo ocidental questionava a relação entre os seres humanos e o mundo natural, concepções que emanaram, em grande parte da elite da sociedade da costa leste americana e da Europa Ocidental (JEPSON; WHITTAKER, 2002). O movimento foi motivado tanto pelo desejo de preservar os sítios com significado especial para a contemplação estética e intelectual da natureza, como pela aceitação de que a conquista humana da natureza traz consigo uma responsabilidade moral de assegurar a sobrevivência de formas de vida ameaçadas. Uma visão antropocêntrica marca esse início das ideias de conservação como descreve Thomas (2010) em seu livro “*O homem e o mundo Natural*”.

Esses princípios iniciais foram posteriormente combinados com uma gama de perspectivas utilitaristas. Mas, durante a primeira metade do século XX, as forças motivadoras dessas ações focavam a conservação da vida selvagem, especialmente de grandes animais,

⁹ <https://wordart.com/create>.

¹⁰ <http://www.praticadapesquisa.com.br/2014/05/ferramentas-on-line-para-criar-nuvens.html>.

objeto da caça, e de aves, junto com o desejo de preservar locais maravilhosos de grande beleza cênica natural (LADLE; WHITTAKER, 2011).

O movimento de conservação, inicialmente marcado pela valorização da vida selvagem, com ênfase na proteção da natureza, abraçou razões ecológicas e científicas e ganhou terreno principalmente durante a segunda metade do século XX, quando a ciência e o ambientalismo juntos construíram a imagem da Terra como “*nave mãe*”. O embaixador americano nas Organização das Nações Unidas (ONU) Adlai Ewing Stevenson II em seu último discurso perante o Conselho Econômico e Social, em Genebra, em 9 de julho de 1965, referiu-se à Terra como uma pequena nave espacial na qual viajamos todos juntos, “*dependentes de seus suprimentos vulneráveis de ar e solo*” (WARD; DUBOS, 1973).

Naquele momento surge a ideia de que a cuidadosa administração da Terra é uma condição *sine qua non* para a sobrevivência da espécie humana e para a criação de padrões de vida decentes para todos os povos perante os problemas inerentes às limitações da nave espacial Terra (WARD; DUBOS, 1973).

A abordagem dominante da conservação da biodiversidade no século XX foi o estabelecimento de áreas protegidas das quais as populações locais foram excluídas, em uma visão dicotômica entre natureza e cultura. No entanto, na década de 1980, as abordagens descentralizadas, baseadas na comunidade, para conservação da biodiversidade e para a gestão de recursos naturais começaram a se espalhar rapidamente, especialmente no sul da África. Já no início dos anos 1990, houve uma crescente divisão entre esses defensores das abordagens comunitárias de conservação e aqueles que advogam um retorno às abordagens preservacionistas mais tradicionais de conservação da biodiversidade. Mudanças nas narrativas tiveram impactos profundos na conservação e no gerenciamento de recursos naturais, estratégias de subsistência e processos políticos em décadas recentes (HUTTON; ADAMS; MUROMBEDZI, 2005).

Mesmo com o imperativo imediato de salvar determinados tipos de espécies da extinção, ao longo do tempo, o movimento de conservação diversificou-se com o aumento do reconhecimento de outras (muitas vezes profundamente enraizadas) ideias motivacionais (LADLE; WHITTAKER, 2011). Assim, a conservação da natureza pode ser pensada como um movimento social que trabalha para desenvolver ou reafirmar certos valores na sociedade a respeito da relação homem e meio ambiente (JEPSON; WHITTAKER, 2002).

É importante ressaltar que o movimento de conservação moderna cresceu e evoluiu em resposta às ameaças ambientais decorrentes da potencialização de armamentos de extermínio,

da energia nuclear e também da poluição industrial. Surgiram em poucas décadas várias organizações de conservação nacionais e internacionais mais proeminentes, ajustando sua atenção em utilizar melhor a orientação científica para canalizar os recursos para conservar a biodiversidade, já altamente valorizada (LADLE; WHITTAKER, 2011).

Ladle e Whittaker (*op. cit*) apontam três principais paradigmas ou grandes temas e fases de conservação da natureza: 1) a conservação dos animais selvagens, 2) a conservação da natureza baseada em um sistema delicado, intrincado e sensível à interferência humana e 3) a conservação da biodiversidade (quadro 3.1).

Quadro 3.1 - Paradigmas da Conservação.

Paradigmas da Conservação
1) A conservação dos animais selvagens, no sentido do uso controlado da natureza e da proteção sistemática da fauna silvestre, nativa.
Tinha dois objetivos principais: a) a criação de santuários e refúgios onde os animais selvagens poderiam sobreviver protegidos da expansão das fronteiras humanas; b) mudar a cultura da caça para exaltar as qualidades nobres da perseguição em cima da quantidade de animais mortos.
2) A conservação de um sistema delicado, intrincado e sensível à interferência humana como ideia de proteção.
A conservação dos animais selvagens e a conservação da natureza, por vezes, resultaram em uma abordagem de "conservação em fortificações" ¹¹ , em que as áreas foram cercadas e tornaram-se inacessíveis às comunidades locais.
3) A conservação da biodiversidade
A abordagem contemporânea para a conservação abrange tanto os dois conjuntos acima de valores e vai além por estender sua ênfase em tentativas para conservar a biodiversidade biológica.

Fonte: tradução nossa e adaptação de Ladle e Whittaker (2011).

O item 1) do quadro 3.1 trata da tendência inicial do movimento de conservação que foi enraizada na história natural também se refere aos passatempos de caça da elite da sociedade do século XIX e pode ser exemplificada pela criação em 1887 por Theodore (Teddy) Roosevelt, que se tornaria presidente dos EUA, do Boone and Crockett Club (B & C Club) que tem atuação ambientalista até hoje (LADLE; WHITTAKER, 2011).

O segundo aspecto traz a ideia de preservação do *status quo* e de monumentos da natureza - lugares para a contemplação da paisagem natural, antídotos da vida urbana. O conceito de monumentos naturais foi promovido principalmente pelo silvicultor alemão Hugo Conwentz (LADLE; WHITTAKER, 2011).

No desenvolvimento do conceito do paradigma da conservação, Wilshusen et al. (2002) destacaram cinco aspectos centrais dentro do argumento protecionista, e que foram defendidos por diversos autores na época com permanência até os dias atuais:

- 1) áreas protegidas requerem proteção estrita;

¹¹ Tradução nossa de "*fortress conservation*" termo usado na literatura internacional sobre conservação da biodiversidade para caracterizar a ideia bastante difundida atualmente sobre a criação de parques e reservas, delimitando as áreas e restringindo usos e acessos. No Brasil o termo adotado é "*in situ*".

- 2) situações de emergência requerem medidas extremas (o Estado deve limitar a liberdade pessoal para o bem público).
- 3) a conservação da biodiversidade é um imperativo moral;
- 4) conservação ligada ao desenvolvimento não protege a biodiversidade;
- 5) harmonia e comunidades locais ecologicamente amigáveis são mitos;

Nota-se que os autores fazem menção a diversos atores distintos na conservação: Estado (1 e 2), cidadão (3), empresas (4) e comunidades (5).

A análise desses argumentos foi ampliada por Hutton, Adams e Murombedzi (2005) que estenderam a ideia de valorizar a conservação da natureza e identificaram oito argumentos que apoiam o retorno à visão protecionista de conservação com estratégias baseadas na criação de áreas protegidas restritas (quadro 3.2).

Esses oito argumentos são um resumo dos conceitos desenvolvidos pelos autores que defendem essa visão e trazem ideias que apoiam a conservação da natureza baseada em áreas protegidas restritas, mencionando a sua explicação, suas diferentes abordagens, nuances e estratégias dentro da proposta de *"conservação em fortificações"*. Na análise feita no artigo, os autores fazem críticas a essa proposta e defendem as contribuições dadas pela conservação da biodiversidade com base e participação comunitária. Estabelecem uma contraposição com a *"conservação em fortificações"* apresentada por Ladle e Whittaker (2011). Essa ideia está presente na caracterização do aspecto do item 2) e , de certa forma também abrange o item 1) já que os dois têm medidas de restrição do acesso de pessoas aos santuários de preservação de animais selvagens de caça e outras áreas de proteção. Hutton, Adams e Murombedzi (2005) examinaram o aparecimento e crescimento da narrativa comunitária não abordada por Ladle e Whittaker (2011).

Quadro 3.2 - Argumentos que apoiam o retorno da "conservação em fortificações"¹²

Argumento	Explicação	Referências
1. A conservação da biodiversidade é um imperativo moral.	A ciência mostra a escala e a velocidade da perda de biodiversidade e a humanidade tem o dever moral de resposta, preservando a biodiversidade.	Kramer, Van Schaik, 1997; Terborgh, 1999.
2. O movimento em direção à conservação de base comunitária representa um abandono de uma clara análise científica em favor de "influências pós-modernas não científicas".	As prioridades de conservação baseadas na ciência foram afetadas adversamente por "influências pós-modernistas não científicas". A noção de que ideias sobre o estado de espécies e ecossistemas são construídas socialmente não se relaciona a "fatos concretos" derivados de "boa ciência" e mina as prioridades e argumentos estabelecidos.	Attwell e Cotterill, 2000.
3. A conservação comunitária é baseada em ideias românticas e irrealistas.	A abordagem de conservação comunitária tirou parte de sua popularidade de uma imagem romântica e imprecisa das comunidades "tradicionais" e de suas práticas de gerenciamento de recursos.	Redford, 1992; Redford, Mansour, 1996. Redford <i>et al.</i> , 1998;
4. O chamado uso sustentável raramente é sustentável.	Fracas instituições de propriedade comum denotam que a colheita de espécies selvagens raramente é sustentável. O MRNBC ¹³ , portanto, não impede a perda de biodiversidade.	Ludwig, Hilborn, Walters, 1993; Hoyt, 1994;
5. As abordagens orientadas para as pessoas na conservação da biodiversidade falharam.	As atividades mais amplas da comunidade e do desenvolvimento raramente alcançam a sobrevivência de espécies e ecossistemas ameaçados.	Wells E Brandon, 1992; Oates, 1999;
6. A abordagem da conservação comunitária é insuficiente como meio de conservação de recursos.	O desenvolvimento e a participação da comunidade canalizam uma parte significativa do financiamento disponível para longe da conservação da biodiversidade e produzem resultados mínimos na proteção da biodiversidade. A conservação deve parar a oferta em benefícios humanos no nível local e focar no objetivo central que é a proteção da natureza.	Oates, 1999.
7. As áreas protegidas provaram funcionar.	Parques nacionais e outras áreas protegidas são necessários, eficazes e são os últimos refúgios seguros para grandes extensões de ecossistemas tropicais. A necessidade dessas áreas é tão grande que todos os fundos disponíveis devem ser dedicados à sua seleção, estabelecimento, proteção e gerenciamento.	Brandon, Redford, Sanderson, 1998.
8. A escala da ameaça à biodiversidade exige a proteção mais rigorosa das áreas protegidas.	A terrível ameaça à biodiversidade exige medidas extremas, incluindo práticas autoritárias de fiscalização.	Rabinowitz, 1999; Terborgh, 1999; Oates, 1999;.

Fonte: elaborado pelo autor com tradução nossa a partir de Hutton, Adams e Murombedzi (2005)¹⁴.

¹² Attwell, C.A.M. and F.P.D. Cotterill, 2000, 'Postmodernism and African Conservation Science', *Biodiversity Conservation*, v. 9, p. 559–577. Brandon, K., K.H. Redford and S.E. Sanderson, eds, 1998, *Parks in Peril: People, Politics and Protected Areas*, Washington DC: Island Press. Hoyt, J., 1994, *Animals in Peril: How sustainable use is wiping out the world's wildlife*, New York: Avery Publishing Group. Kramer, R.A., C.P. van Schaik and J. Johnson, eds, 1997, *Last Stand: Protected areas and the defense of tropical biodiversity*, New York: Oxford University Press. Ludwig, D., R. Hilborn and C. Walters, 1993, 'Uncertainty, Resource Exploitation and Conservation: Lessons from History', *Science*, v. 260, p. 17. Oates, J.F., 1995, 'The dangers of conservation by rural development: A case study from the forests of Nigeria', *Oryx*, v. 29, p. 115–122. Rabinowitz, A., 1999, 'Nature's last bastions: Sustainable use of our tropical forests may be little more than wishful thinking', *Natural History*, v. 108, p. 70–72. Redford, K.H., 1992, 'The empty forest', *Bioscience*, vol. 42, pp. 412–422. Redford, K.H. and J. Mansour, eds, 1996, *Traditional peoples and biodiversity conservation in large tropical landscapes*, Rosslyn, VA: The Nature Conservancy. Redford, K.H., K. Brandon and S.E. Sanderson, 1998, *Holding Ground*. In: K. Brandon, Redford, K.H. and S.E. Sanderson (eds.), *Parks in Peril: People, Politics and Protected Areas*. Washington, D.C., p. 455–464. Terborgh, J., 1999, *Requiem for Nature*, Washington DC. Wells, M. and K. Brandon, 1992, *People and Parks: Linking Protected Areas with Local Communities*, Washington DC.

¹³ No original em inglês está a sigla CBNRM que significa "Community-Based Natural Resource Management" e, como não foi achada uma tradução sedimentada na língua português a tradução nossa fica a sigla "Manejo do Recurso Natural com de Base Comunitária (MRNBC)".

¹⁴ Tradução nossa e adaptação de Hutton, Adams e Murombedzi, (2005) sobre a tabela apresentada em artigos dos autores e desenvolvida a partir dos argumentos de Wilshusen *et al.* (2002).

Entre o conjunto de mecanismos disponíveis para resolver o problema da biodiversidade ameaçada, formulado principalmente por cientistas da biodiversidade e ONGs internacionais, a tendência é o apoio à primazia de áreas protegidas contra a atividade humana. Desse modo, os programas de conservação da biodiversidade restringem os recursos naturais procurados pelas comunidades agrárias dependentes desses recursos. Segundo os opositores da conservação ambiental de base comunitária, os processos dirigidos localmente serão a maior ameaça às áreas protegidas, situação que poderá ser exacerbada se a democracia se enraizar e a população local ganhar poder político. Em condições como essas, as soluções lideradas pela ciência por si só não serão suficientes para salvaguardar a biodiversidade. Nem mesmo as de abordagem autoritária (HUTTON; ADAMS; MUROMBEDZI, 2005).

Outro aspecto negativo que a ideia de "*conservação em fortificações*" traz é a narrativa de que a "*volta das barreiras*" da restrição de uso e acesso para conservação da biodiversidade seja uma volta ao que é visto como "*real*" solução para o problema, abandonando a conservação de base comunitária. Mas, as áreas protegidas não podem fazer todo o trabalho de conservação sozinhas. Hutton, Adams e Murombedzi (2005) acreditam que os autores que defendem esses argumentos estão se tornando cada vez mais isolados pois, essas ideias são uma ameaça à conservação em longo prazo de muitas espécies (DEFRIES et al., 2005), e consideram que, além disso, é preciso criar atividades de conservação eficazes nos outros 90% da paisagem onde as pessoas ganham a vida e onde o uso sustentável e abordagens com base comunitária podem estar entre as poucas opções práticas (HUTTON; LEADER-WILLIAMS, 2003). A *International Union for Conservation of Nature* (IUCN) em seu último relatório anual vem acentuando a ideia de conservação colaborativa, uma vez que o Estado tem demonstrado incapacidade gerencial das áreas protegidas para a proteção da biodiversidade. No Brasil essa nova conceituação também foi abordada pelo ICMBio.

Precisamos adotar a conservação colaborativa, buscando o apoio dos vários setores sociais, das comunidades, principalmente nos momentos mais difíceis (...) Há um sem-número de populações tradicionais que atuam na conservação da natureza. Essa conectividade entre governo e sociedade e, também, entre países amazônicos torna-se mais importante ainda quando pensamos nas mudanças climáticas (Claudio Maretti, 2017 - ex-diretor do ICMBio em discurso sobre o tema) (AUGUSTO, 2017),

A gestão transfronteiriça de recursos naturais¹⁵, pagamentos diretos e parcerias público-privadas apoiam a volta da narrativa da "*volta das barreiras*", da conservação pela criação de áreas protegidas, e, sem dúvida, têm um papel a desempenhar na garantia da

¹⁵ Gestão transfronteiriça de recursos naturais é uma tradução nossa da sigla TBNRM, Transboundary Natural Resource Management, atribuída ao dinheiro estrangeiro vindo de diversas formas para projetos de conservação em um país.

biodiversidade. No entanto, parece provável que em muitos, senão na maioria dos casos, eles terão que ser implantados em conjunto com ou como parte de atividades mais amplas baseadas na comunidade, a fim de alcançar seu potencial. Os primeiros programas de gestão transfronteiriça de recursos naturais focaram quase exclusivamente na gestão da vida selvagem, sob a forma de caça em safaris como geradores de recursos, inclusive. Não se pode confiar que tal estratégia exclusiva levará a resultados satisfatórios em termos humanos ou ecológicos. As áreas protegidas tiveram e continuarão a ter valor para a conservação da biodiversidade, serviços ecossistêmicos e o bem-estar humano mais amplo (HUTTON; LEADER-WILLIAMS, 2003).

Com essa crítica, Hutton, Adams e Murombedzi (2005) não desejam sugerir que apoiam acriticamente as abordagens de conservação da biodiversidade de base comunitária. E, desse modo, pregam que o ceticismo em relação a essas seja saudável e muitas vezes bem colocado. No entanto, defendem que a abordagem de base comunitária deveria fazer parte de um processo de aprendizado, não como parte de uma campanha de extinção dessa abordagem. Tais autores acreditam que os apelos ao abandono estrito das abordagens comunitárias são prematuros e irresponsáveis. Para eles, a questão não é se deve haver conservação da biodiversidade por áreas protegidas, mas como isso poderia ser melhor alcançado. Não se trata das áreas protegidas, mas de como elas são implantadas. Da mesma forma, não deve haver exclusividade na abordagem de base comunitária, mas como elas também são implantadas, na forma e não na opção. Trata-se de um conjunto de mecanismos disponíveis para abordar o problema.

Para os autores, as áreas protegidas tiveram e continuarão a ter seu valor para a conservação da biodiversidade, para os serviços ecossistêmicos e o bem-estar humano em geral. Hutton, Adams e Murombedzi, (2005) não contestam que as áreas protegidas possam ser legítimas e eficazes, nem que a estrita exclusão humana possa ser apropriada e possível em alguns casos, mas consideram a realidade de que tanto a eficácia, quanto a sustentabilidade das áreas protegidas estão frequentemente sob considerável dúvida. Embasam isso em dados de Bruner et al. (2001) que afirmaram que 40% dos parques investigados por eles em regiões tropicais não estão, em muitos aspectos, em melhores condições do que a terra fora deles.

Brechin et al. (2002) afirmam que a maioria das áreas consideradas *hotspots*, que são áreas de alta prioridade para a biodiversidade também são *hotbeds* sociais e políticos, tornando o desafio da conservação muito mais complexo. Estabelecer processos legítimos

através do trabalho construtivo com a sociedade poderá ser a maneira mais viável e moralmente justa de obter proteção da natureza a longo prazo. Isso poderá resultar em programas de uso sustentável que envolvam as comunidades. O debate político deve ser melhor formulado para que os resultados sejam positivos para a conservação da biodiversidade. Essa integração reconhece a importância da conservação fora das áreas protegidas, mas ainda não se pode saber se isso se desenvolverá como uma ferramenta eficaz de conservação da biodiversidade (HUTTON; ADAMS; MUROMBEDZI, 2005).

A conservação da natureza pode ser pensada como um movimento social que trabalha para desenvolver ou reafirmar certos valores na sociedade a respeito da relação homem e natureza e, além disso, esse movimento busca estratégias para implantar suas ideias (JEPSON; WHITTAKER, 2002).

A respeito desse tema, é importante concentrar-se nas lições aprendidas e iniciar uma discussão aprofundada para que um caminho possa ser traçado adiante através das deficiências, decepções e falhas que os processos de conservação do meio ambiente já adotados mostrou-nos.

Um último aspecto a ser abordado sobre as questões dos paradigmas ambientais é a questão dos paradigmas de limites e outras perspectivas mais recentes. Dois dos paradigmas de limites estão na literatura internacional apresentados como metáforas e são eles o “*rivet metaphor*”¹⁶, a “*metáfora do rebite*” que trata do limite da biodiversidade e do que implicaria a extinção gradativa da mesma e o “*cliff metaphor*”¹⁷, a “*metáfora do penhasco*” que propõe a imagem de um penhasco como limite para a ação destrutiva para uma alarmante catástrofe. Outro modelo apresentado é o da “*tapestry metaphor*”¹⁸, que sugere a “teia da vida”, onde tudo está interligado e cada abalo nos nós ou fios da teia provocam alterações e um possível empobrecimento dela. Essas ideias se apresentam menos como catástrofe e mais como princípio da precaução (DAVIDSON, 2000).

Davidson (*op. cit*) apresenta, pondera e analisa cada um desses paradigmas e apresenta algumas críticas aos modelos catastróficos, propondo outro tratamento para o encaminhamento das questões ambientais. Para ele, a maioria dos biólogos, ambientalistas e economistas ecológicos adota o conceito de limites e esse deve ser o paradigma dominante para se entender as interações entre a economia e o meio ambiente adota o conceito de

¹⁶ A metáfora original do “*rebite*” refere-se à extinção de espécies e à perda de biodiversidade como um limite para a população humana e para a economia fazendo comparação com um avião que perde aos poucos os rebites de sua asa até que colapsa e cai (EHRlich; EHRlich, 1981)

¹⁷ A metáfora do “*penhasco*” em economia está relacionada à ideia de “*pular de um penhasco*” e se refere aos impactos econômicos negativos dos aumentos automáticos de impostos e cortes de gastos, e a não redução concomitante do déficit.

¹⁸ A metáfora da “*tapeçaria*”, ou da “*teia*” para a degradação ambiental é uma perspectiva particular dos limites físicos interligados.

limites. A ideia é de que existem limites biológicos e físicos para o crescimento econômico e a dia além deles limites acarretaria colapsos ecológicos e econômicos. Nessa visão, os limites são vistos como restrições absolutas à atividade econômica, não apenas como um ponto além do qual o crescimento econômico resulta em destruição ambiental. Embora o conceito de limites tenha sido usado com sucesso para mobilizar preocupações com questões ambientais, o autor aqui mencionado entende o conceito como problemático, pois esse conceito de limites não seria ecológico e economicamente útil e, assim, dificultaria politicamente a causa da conservação.

Percebe-se, claramente, porém, que as atividades humanas atuais estão causando destruição ambiental em uma escala e ritmo sem precedentes na história humana. E isso é preocupante porque qualquer recurso natural específico pode ser finito e, portanto, existem limites absolutos para seu uso. Além disso, os sistemas biológicos e físicos estão subjacentes a toda atividade econômica e provocam restrições às quais a economia humana deve se adaptar. No entanto, contrariamente à perspectiva dos limites, os limites biológicos ou físicos raramente limitam o crescimento econômico, ao ponto de causar colapso econômico ou até interromper esse crescimento. Na maioria dos casos, a economia humana tem se mostrado extremamente adaptável e encontrando formas de se adaptar e continuar a se expandir. Além disso, na maioria dos casos, o crescimento econômico contínuo resulta não em colapso ecológico, mas em degradação ambiental contínua sem pontos-limite claros (DAVIDSON, 2000).

Para o autor, a relação entre atividade econômica e qualidade ambiental é extremamente complexa. É difícil definir essa relação sem falar em medir significativamente o tamanho da economia ou a qualidade ambiental. Consequentemente, nossa compreensão da interação entre a economia e o meio ambiente é primariamente conceitual. Pressupostos conceituais básicos geralmente assumem a forma de metáforas (ou modelos conceituais). As metáforas não estão apenas nas palavras que usamos, mas nos próprios conceitos; portanto, eles podem moldar a maneira como pensamos e agimos. Muitas vezes, nem estamos cientes do conteúdo e poder dessas nossas metáforas (DAVIDSON, 2000).

Assim, três aspectos essenciais das metáforas do “*rebite*” e do “*penhasco*” moldam o pensamento sobre os problemas ambientais. Primeiro, nenhuma transição de efeito para efeito é abrupta. O fato de as mudanças iniciais terem pouco efeito contribui para uma falsa sensação de segurança e para a falta de vontade de reconhecer limites de mudar de rumo dos acontecimentos. Segundo, quando os limites são alcançados, os resultados são catastróficos -

o avião cai, o carro despenca no penhasco. Os teóricos dos limites geralmente preveem que, se os limites forem alcançados ou excedidos, haverá um colapso ecológico que, por sua vez, forçará tanto o colapso da economia humana quanto a qualidade ambiental. Os limites são vistos como restrições absolutas à atividade econômica, e não apenas como pontos além dos quais o crescimento econômico resulta em degradação ambiental. O terceiro componente essencial dessas metáforas é que, no caso de uma catástrofe, todos sofrem e, portanto, todos teriam um claro interesse próprio em evitar um acidente. Já o uso do argumento de que não há esses limites não é alegar que as perdas de biodiversidade não importam. Em vez disso, ao pedir uma parada na destruição ambiental, são as próprias perdas que contam, e não a tentativa de fazer os seres humanos agir apenas devido a um suposto penhasco, do qual os humanos despençarão em algum lugar no fim da estrada, mas pelo que ocorre a todo momento com o meio ambiente (DAVIDSON, 2000).

A perspectiva dos limites tende a se concentrar em números agregados de recursos, consumo e população e obscurece as causas subjacentes da destruição ambiental. É necessário o desenvolvimento econômico e não só o crescimento econômico, o que poderia proporcionar um maior bem-estar humano sem o aumento do uso de materiais ou resíduos. Davidson (2000) adota o termo qualidade ambiental em seu sentido mais amplo para incluir diversidade biológica, resiliência e valores estéticos, de recreação, refúgio e serviços ecossistêmicos para os seres humanos.

A metáfora baseada na “teia” fornece uma visão mais precisa e útil da relação entre atividade econômica e meio ambiente do que as metáforas limites de “rebites” e “penhascos” ou o modelo otimista tecnológico da economia neoclássica. As “teias” são há muito usadas como metáforas para a riqueza e complexidade de sistemas biológicos (por exemplo, a teia da vida). Como metáfora da degradação ambiental, cada pequeno ato de destruição (semelhante à remoção de um rebite) seria como puxar um fio da “teia”. A função e a beleza da teia diminuem um pouco com a remoção de cada fio. Se muitas linhas forem puxadas - especialmente se forem puxadas da mesma área — a “teia” começaria a ser desgastada e poderia rasgar localmente. Não há como saber com antecedência se puxar um fio causará um rasgo ou não. Na metáfora da “teia”, como nas metáforas do “penhasco” e do “rebite”, os danos ambientais podem ter consequências negativas imprevistas; portanto, essa metáfora defende o uso do princípio da precaução. (DAVIDSON, 2000).

Ainda para esse autor, os ambientalistas costumam prever catástrofes iminentes e esse catastrofismo é prejudicial à causa da proteção ambiental. Primeiro, porque previsões de

catástrofes podem causar efeitos, como a fábula de Pedro e o Lobo. Inicialmente motivam a preocupação das pessoas, mas quando a ameaça se revela repetidamente menos grave do que o previsto, as pessoas ignoram os avisos futuros. Em segundo lugar porque a crença na catástrofe iminente levou alguns ambientalistas a apoiar a retenção de alimentos e assistência médica a nações pobres, esterilização forçada e outras medidas repressivas. Essas posições não são apenas repulsivas da perspectiva da justiça social, mas também desviam a energia de soluções reais. E, ao culpar as pessoas pobres e do terceiro mundo pelos problemas ambientais globais, essas visões tendem a limitar o apoio ao ambientalismo aos ricos no primeiro mundo. Felizmente, ambientalistas com perspectivas políticas amplamente diferentes, incluindo alguns pensadores de limites, agora veem a erradicação da miséria e da pobreza humanas como essenciais para resolver problemas ambientais globais (DAVIDSON, 2000).

Ao focar em quantidades agregadas de recursos naturais, consumo e população, a perspectiva de limites despolitiza nossa compreensão da destruição ambiental. O que consumimos, quanto consumimos e como os produtos são produzidos são decisões políticas que mudam ao longo do tempo e variam de país para país. No entanto, na perspectiva dos limites, o consumo e a tecnologia de produção são vistas como mais ou menos fixas, e mudanças sociais significativas nem sequer são consideradas uma possibilidade. Nas análises mais simplistas, o crescimento da população humana torna-se a única variável na explicação da destruição ambiental (DAVIDSON, 2000).

Assim, ao examinar as estruturas sociais de produção e consumo oferece maior esperança para entender e mudar a destruição ambiental do que uma análise baseada em limites. É necessário examinar os múltiplos fatores que moldam o consumo e a produção e ir além do foco singular da perspectiva de limites na população e nos recursos agregados. Essa abordagem significa examinar estruturas econômicas, relações sociais de poder e propriedade, controle de instituições estatais e cultura. Embora a população seja um fator importante para a análise de questões ambientais, o foco da perspectiva de limites na população deixa de fora outros fatores igualmente importantes para a resolução do problema, como os incentivos econômicos que envolvem interesses imobiliários dominantes; as decisões de zoneamento e planejamento do uso da terra ou o financiamento do governo para autoestradas indutoras de expansão em detrimento do transporte e mobilidades urbanas (DAVIDSON, 2000).

Sobre o tema, o autor mostra ainda que a abordagem político-ecológica é parte de um crescente corpo de pesquisa de geógrafos, antropólogos, economistas e biólogos que se

baseiam em ciências biológicas e sociais para entender os problemas ambientais. Interromper processos destrutivos é uma luta política que exige que as pessoas vejam além do número agregado de recursos, consumo e população para entender as forças políticas, econômicas e sociais responsáveis pela destruição ambiental. Uma análise político-ecológica frequentemente revela que os níveis de consumo e processos destrutivos de produção não são fixos e inevitáveis, mas resultado de decisões políticas, econômicas e culturais que estão sujeitas a alterações. Os movimentos ambientalistas em muitos países foram bem-sucedidos e trouxeram mudanças significativas, muitas vezes contra poderosos interesses políticos. Assim, uma abordagem político-ecológica pode iluminar possíveis soluções para problemas ambientais que podem ser obscurecidas pela perspectiva dos limites. Finalmente, uma abordagem político-ecológica vincula questões ambientais a lutas mais amplas pela justiça social e aponta para possíveis aliados pela conservação. A metáfora da “teia” e a abordagem político-ecológica têm um lado esperançoso. (DAVIDSON, 2000).

4. CAPÍTULO 2 – POLÍTICA AMBIENTAL E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

4.1. Instrumentos legais de proteção.

As legislações criam exigências para que a sociedade cumpra certos deveres e obrigações que deveriam refletir os avanços socioambientais das sociedades. Na proteção dos recursos naturais, elas podem ser o melhor mecanismo para que se restrinja a utilização dos bens naturais garantindo a proteção e conservação do meio ambiente (BORGES; REZENDE; PEREIRA, 2009).

O Brasil passou por uma evolução da legislação de proteção ambiental desde a colonização do Brasil até os dias de hoje. Magalhães (2002) divide historicamente esses progressos em três períodos: 1) período do Brasil colônia (1500-1822); 2) período do Brasil império (1822-1889) e 3) período republicano (a partir de 1889).

No período colonial vigoravam as leis de proteção importadas de Portugal. Algumas delas atendendo ao interesse da Coroa portuguesa foram aplicadas em território nacional como, por exemplo, a proibição do corte deliberado de árvores frutíferas ou a proteção das aves. O furto de aves era equiparado, para efeitos criminais, a qualquer outra espécie de crime (MAGALHÃES, 2002).

O “*Regimento do pau-brasil*”, decretado pelo rei de Portugal D. Felipe II em 12 de dezembro de 1605 é considerado a primeira lei de proteção florestal brasileira (NAZO; MUKAI, 2001; HISTORIA DO BRASIL, S.D.).

D. João VI, em 13 de junho de 1808, por meio de uma série de decretos, incorporou à Coroa, tomando posse, a área do engenho e terras da Lagoa Rodrigo de Freitas e criou o Jardim de Aclimação que se tornaria o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Essas instituições tiveram o objetivo de aclimatar as especiarias vindas das Índias Orientais (BRASIL, 1891; NAZO; MUKAI, 2001, BORGES; REZENDE; PEREIRA 2009, BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL DO BRASIL, 2019) (imagem 4.1). Vejamos um exemplo de decreto:

Imagem 4.1 - Trecho (redigitado) do texto dos decretos de
D. João VI de 13 de junho de 1808.

DECRETO — DE 13 DE JUNHO DE 1808

Manda incorporar aos proprios da Corôa o engenho e terras da Lagôa de
Rodrigo de Freitas.

Sendo-me presente a grave e urgente necessidade que ha de erigir sem perda de tempo uma fabrica de polvora, onde se manufacture este tão necessario genero para a defesa dos meus Estados, e igualmente para o mesmo fim outra fabrica para a fundição, forneação e perfuração das peças de artilharia, o que tudo exige não só um local espaçoso, mas ainda abundancia de aguas, para o movimento das differentes machinas, por cujo meio se hão de executar todas as necessarias operações; e constando-me outrosim que o engenho e terras denominadas da Lagôa de Rodrigo de Freitas, seja o logar mais proprio para estes grandes estabelecimentos: sou servido ordenar que pelo Conselho da Fazenda se proceda logo a incorporar nos proprios da minha Real Corôa e a escrever nos livros delles o sobredito engenho e terras da Lagôa de Rodrigo de Freitas, procedendo-se primeiro á competente avaliação, cujo valor com o augmento estabelecido pelas minhas Leis que mando sempre dar áquelles cujos bens se tomam para o serviço publico, será pago pelo meu Erario Régio, logo que seu dono, ou quem por elle se achar legitimamente autorizado, assim o requerer e mostrar que nada obsta a que se lhe faça a mesma entrega; ordeno outrosim, não havendo embaraço legal, que até a época em que possa ser embolsado, se lhe pague sempre o mesmo que actualmente percebe do arrendamento que tem feito; o que tambem se continuará, si a sobredita fazenda for vinculo, até que possa mostrar a compra de outra do mesmo valor que possa sobrogar-se a esta que ora mando tomar para o meu real serviço e publico, dando todas estas providencias a fim de que o legítimo proprietario ou administrador, não soffra damno em seu haver, e dispensando para o preciso effeito destas minhas reaes ordens em todas e quaesquer Leis que possa haver em contrario, como se das mesmas aqui fizesse expressa menção. O Presidente do meu Real Erario e do Conselho da Fazenda assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Junho de 1808.

Com a rubrica do Principe Regente Nosso Senhor.

Fonte: Brasil (1891).

Em 1821 foi promulgada a legislação sobre o uso da terra, talvez uma possível inspiradora da Reserva Legal, prevista na lei florestal, a qual previa a manutenção de reservas florestais em um sexto das áreas vendidas ou doadas (KENGEN, 2001).

No período seguinte, o do Brasil império, foi mantido o monopólio do Estado na exploração do pau-brasil pela promulgação de legislação em 1825 que reiterava a proibição de licença a particulares para a exploração a planta (KENGEN, 2001). Em 11 de junho de 1829, foram reafirmadas as proibições de roçar e derrubar matas em terras devolutas sem autorização das câmaras municipais, com a interdição também do corte das madeiras de construção, conhecidas por madeiras nobres ou *madeiras de lei* (BORGES; REZENDE; PEREIRA, 2009).

Nesse período houve um grande incentivo à ocupação do território brasileiro. As atividades agrícolas em expansão devastaram as florestas brasileiras para limpar terrenos e implantar pastos e lavouras cultivadas com mão de obra escravizada (KENGEN, 2001).

Já a legislação ambiental no período republicano pode ser dividida em três fases: 1) a evolução do direito ambiental, entre os anos de 1889 a 1981, 2) a consolidação do direito ambiental, entre os anos de 1981 a 1988 e o 3) o aperfeiçoamento do direito ambiental, de 1988 aos dias atuais (MAGALHÃES, 2002).

De partir de 1889 a 1930, durante a República Velha, a legislação ambiental sofreu um processo de mudanças significativas e representou inicialmente uma legislação liberal que garantia aos proprietários rurais autonomia e poder ilimitado sobre a propriedade.

A partir dos anos 1920, surgiu a ideia de se criar no Brasil um Código Florestal para estabelecer o uso racional das florestas com uma norma que regulasse esse das florestas. Mas, somente em 1934, com a implantação do Estado Novo, foi instituído o primeiro Código Florestal pelo decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, junto ao Código de Águas. Assim, reservas privadas existem na legislação brasileira em forma de reserva legal como “floresta de propriedade privada” desde 1934, a partir desse Código Florestal criado durante o Governo de Getúlio Vargas (BORGES; REZENDE; PEREIRA, 2009; BRASIL, 1934).

O estado legislou, mas não conseguiu intervir efetivamente na questão na conservação da flora, como fez com a mineração e com as águas. Ela ficou, como os solos agrícolas, a mercê da lógica privada. O Código Florestal teve efeitos preservacionistas, embora não tivessem a finalidade de preservar os recursos, mas regulamentá-los. Ele criou quatro classes de florestas: "*protetoras*", "*remanescentes*", "*modelo*" e "*produtivas*". As "*protetoras*" conservam águas, solos, dunas, saúde pública, belezas naturais e espécies raras. Já as "*remanescentes*" seriam as localizadas em parques nacionais, estaduais e municipais. E as "*modelo*" seriam as florestas plantadas ou replantadas para fins comerciais, muito raras naquela época. As demais - a imensa maioria - eram consideradas "*produtivas*", ou seja, sujeitas à exploração comercial. Sobre essa maioria a ação controladora do estado deixou a desejar. As florestas "*protetoras*" e "*remanescentes*" foram colocadas sob regime de "*preservação permanente*" (BRASIL, 1934; DRUMMOND, 1998), um conceito que perdura até hoje na legislação florestal brasileira

Nessa mesma década, o decreto nº 1.713, de 14 de junho de 1937, criou o primeiro Parque Nacional do Brasil, o de Itatiaia (ICMBIO, 2019). No período que se segue até 1965 foram criados 14 novos Parques Nacionais com o total de 1,2 milhões de hectares e uma

Reserva Florestal na Região Amazônica com 200.000 hectares (BORGES; REZENDE; PEREIRA, 2009).

O primeiro regulamento ambiental desde 1934 a ter efeitos amplos foi o *Novo Código Florestal*, instituído pela lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965, no período da ditadura militar. O artigo 1º do código considerou as florestas (e, agora, todas as formas de vegetação) como sendo do "*interesse comum*" de todos os brasileiros, o que sugere que elas não podem ser propriedade privada, tal como minérios e águas. As violações desse Código Florestal estariam sujeitas a punições do Código Civil, por constituírem em uso "*nocivo*" da propriedade particular (BRASIL, 1965; DRUMMOND, 1998).

No artigo 2º foram colocadas duas novas importantes medidas de conservação dos biomas, a definição precisa dos locais onde toda a flora seria permanentemente protegida e a inclusão de novas formações vegetais. As coberturas florísticas a serem "*permanentemente protegidas*" seriam: ao longo dos rios, em torno de lagos, lagoas, reservatórios e mananciais, topos de morro, encostas íngremes, e toda e qualquer vegetação acima de 1800 m de altura acima do nível do mar. A inclusão na lei de novas formações vegetais, além das florestas do Código anterior, permitiu o reconhecimento e inclusão dos cerrados, restingas, manguezais e caatingas como áreas a serem preservadas (BRASIL, 1965; DRUMMOND, 1998).

O artigo 3º da lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, sinalizava que outras formações vegetais deveriam ser colocadas sob regime de proteção permanente para evitar erosão, fixar dunas, proteger estradas, preservar locais de beleza cênica extraordinária ou por representar grande valor científico e histórico, salvar habitats e proteger populações indígenas. Esse artigo expandia consideravelmente o escopo das áreas passíveis de proteção e estabelecia motivos "*modernos*" para essa proteção - ecológicos (proteção de habitats) e multiculturais (proteção a indígenas) (BRASIL, 1965; DRUMMOND, 1998).

O artigo 5º da mesma lei ampliou e renovou os conceitos de parques e de reservas biológicas e introduziu um conceito novo, o de "*Florestas Nacionais*", com finalidades "*econômicas, técnicas e sociais*", uma modernização da classe "*modelo*" das florestas do Código de 1934. Essas foram caracterizadas como áreas de flora nativa, de domínio público, sujeitas a licitações para a exploração racional de produtos florestais (BRASIL, 1965; DRUMMOND, 1998).

Ainda, o artigo 6º trouxe outra inovação: florestas particulares poderiam ser classificadas como unidades de preservação permanente. Promulgado durante o Governo do presidente Castelo Branco criou-se, pela primeira vez, a figura da Reserva Privada como

Reserva Legal e diz que: *“O proprietário da floresta não preservada, nos termos desta Lei, poderá gravá-la com perpetuidade, desde que verificada a existência de interesse público pela autoridade florestal. O vínculo constará de termo assinado perante autoridade florestal e será averbado à margem da inscrição no Registro Público”* (BRASIL, 1965; ANTUNES, 2005).

No artigo 9º da mesma lei encontra-se a primeira referência legal a parques nacionais, definidos como *“monumentos naturais”* com características especiais que fizeram seus biomas serem preservados. Toda atividade prejudicial à sua flora e fauna foi proibida. Os primeiros parques nacionais basearam-se nesse artigo de um decreto produtivista (BRASIL, 1965; DRUMMOND, 1998).

Segundo Pereira e Scardua (2008), o artigo 19º determinava que direito de propriedade não fosse absoluto. Assim, na exploração da propriedade rural deve ser cumprida a sua função social, que é a de propriedade para fins de proteção ambiental. O proprietário deve atender a função social da propriedade que deve ser cumprida. Pode-se citar, como exemplo disso, o recorrente caso do bioma da Mata Atlântica, onde não é permitido o corte raso de floresta nativa já que: *“exploração de florestas e formações sucessoras, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de prévia aprovação pelo órgão estadual”*. (BRASIL, 1965).

Para cumprir e fazer cumprir essa legislação foi criado pelo decreto lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967, um órgão específico, vinculado ao Ministério da Agricultura, que se tratava do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) (BRASIL, 1967).

Na mesma linha da legislação florestal, o primeiro (I) Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), aprovado pela lei nº 5.727, de 4 de novembro de 1971, foi o primeiro que incluiu medidas de aperfeiçoamento e amparo à pesca, na captura, industrialização e comercialização de pescados, ao desenvolvimento agrícola do Nordeste e à adaptação dessas atividades às condições ecológicas, sobretudo de zona semiárida. Esse documento previu a elaboração dos programas de prevenção contra os efeitos da seca no Nordeste, prevendo medidas de florestamento e de controle da poluição nas metrópoles (BRASIL, 1971; BRASIL, 1979).

No ano de 1972, quando esse plano começou a ser implantando ocorreu em Estocolmo, Suécia, a 1ª Conferência das Nações Unidas para o meio Ambiente, evento que influenciou sobremaneira a Política Ambiental do Brasil (UNEP, 1972).

Em 1973 foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) no âmbito do Ministério do Interior através do decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973, que teve o objetivo de acompanhar as transformações do ambiente; assessorar órgãos e entidades incumbidas da conservação do meio ambiente, tendo em vista o uso racional dos recursos naturais; promover a elaboração e o estabelecimento de normas e padrões relativos à preservação do meio ambiente; realizar diretamente ou colaborar com os órgãos especializados no controle e fiscalização das normas e padrões estabelecidos; promover, em todos os níveis, a formação e treinamento de técnicos e especialistas em assuntos relativos à preservação do meio ambiente; atuar junto aos agentes financeiros para a concessão de financiamentos a entidades públicas e privadas com vista à recuperação de recursos naturais, afetados por processos predatórios ou poluidores; cooperar com os órgãos especializados na preservação de espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção e na manutenção de estoques de material genético; manter atualizada a Relação de Agentes Poluidores e Substâncias Nocivas e promover, intensamente, através de programas em escala nacional, o esclarecimento e a educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1973).

Em quatro de dezembro de 1974, aprovado pela lei nº 6.151, foi criado II PND, que tratou da política ambiental de uma forma mais ampla, colocando como objetivo dessa *“realizar o desenvolvimento sem deterioração da qualidade de vida e, em particular, sem devastação do patrimônio de recursos naturais do país”* (BRASIL, 1974).

O Congresso Nacional, em cinco de dezembro de 1979, pela resolução de nº 1, aprovou o III PND onde se destaca a afirmação: *“Terão preferência para execução também projetos para prevenir ou combater problemas atuais ou eminentes relacionadas com a poluição das águas e do ar...”* (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1979).

A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) foi criada pela lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. No artigo 2º dessa lei, são mencionados os objetivos da PNMA, da seguinte forma: *“A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana”*. Esse momento representou a consolidação do direito ambiental no Brasil. A partir desses princípios surgiram leis, decretos e resoluções que objetivaram a conservação mais efetiva dos recursos naturais. Surge com o PNMA o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) (BRASIL, 1981). Esse breve relato

demonstra que apesar das posições controversas do Brasil na reunião de Estocolmo, outros agentes do estado e também a sociedade civil organizada conquistou alguns avanços normativos nesse período.

4.2. Tipos de espaços territoriais especialmente protegidos.

A Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, que também tratou do meio ambiente, nesse aspecto, foi fruto da evolução das discussões sobre a questão ambiental das décadas anteriores, particularmente impulsionada por movimentos ambientalistas e instituições de pesquisa. Essa constituição enunciou o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Para a efetividade desse direito, a Constituição, além de impor de forma genérica o dever tanto da coletividade quanto do Poder Público de preservar o meio ambiente, especificou alguns deveres desse último. Dentre eles está o dever de definir espaços territoriais especialmente protegidos de alteração e supressão permitidas somente por meio de lei. É o que está disposto no artigo 225, § 1º, inciso III da Constituição:

Artigo 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: (...) III – definir, em todas as unidades da federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidos somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (BRASIL, 1988a).

O legislador constituinte criou no texto acima o instituto que hoje é comumente chamado de Espaço Territorial Especialmente Protegido (ETEP), impondo restrições aos espaços assim considerados. No entanto, não o conceituou, não delimitou a sua abrangência, e nem poderia, já que a dinâmica rápida das transformações, das questões ambientais e das demandas dos cidadãos comprometem a atualização da legislação e defasam a diretamente a Constituição. Sendo assim, visto que a própria Constituição, que criou o instituto dos espaços territoriais especialmente protegidos, não o definiu, cabe aos legisladores infraconstitucionais ou ao intérprete da norma defini-los (PEREIRA; SCARDUA, 2008).

É importante saber com exatidão o significado do termo ETEP, que muitas vezes é confundido com os de unidades de conservação ou áreas protegidas. Dessa forma, a pergunta

a que se tenta responder é: deve-se esperar que a lei especifique quais são os ETEPs ou, de outra forma, que os administradores ou mesmo o judiciário apliquem as restrições constitucionais a todos os espaços que entendam como especialmente protegidos (PEREIRA; SCARDUA, 2008).

Assim, percebe-se que o termo ETEP foi utilizado e interpretado considerando-se que esses são as áreas de preservação permanente e que a elas devem ser aplicadas as restrições constitucionais. A norma constitucional instituidora dos espaços territoriais especialmente protegidos (artigo 225º) é uma norma constitucional de eficácia plena restringível (DINIZ, 1998; PEREIRA, 2006 *apud* PEREIRA; SCARDUA, 2008).

É fato que, uma vez definidos em lei como espaços territoriais especialmente protegidos, não há como refutar essa situação (imagem 4.2).

Imagem 4.2 - Representação esquemática de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos, Áreas Protegidas (AP) e Unidades de Conservação (UC).

Fonte: Pereira e Scardua (2008).

Assim, além daqueles espaços para proteção da natureza em si, também aqueles criados pelo poder público e que visam proteger a cultura, ou o meio ambiente cultural, devem ser considerados espaços territoriais especialmente protegidos. Destarte, ao se considerar os critérios fixados, pode-se conceituar o ETEP como aquele espaço, público ou privado, criado pelo poder público e que conferem proteção especial ao meio ambiente, tomado esse em sua acepção mais ampla, de modo a incluir o aspecto cultural do meio ambiente. Quanto à supressão e alteração desses espaços, a Constituição é taxativa ao dispor que os espaços territoriais especialmente protegidos somente poderão ser suprimidos ou alterados por lei e é vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem a sua proteção (PEREIRA; SCARDUA, 2008).

Desse Modo, a legislação ambiental brasileira atua nessa s duas correntes: na proteção do ambiente natural, em especial da biodiversidade, a partir da criação de diferentes ETEPs, mais ou menos restritivos; e no controle e uso sustentável dos recursos naturais, mediante a

utilização de instrumentos de comando e controle da poluição (PEREIRA; SCARDUA, 2008).

Assentou-se o entendimento de que o direito à propriedade, também assegurado constitucionalmente, não deve suprimir outros direitos, no caso, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado um direito difuso. Outros são os dispositivos constitucionais que também permitem ao poder público impor restrições ao acesso e uso do meio ambiente. Ao passo que o artigo 5º, inciso XXII garante o direito de propriedade, o inciso XXIII condiciona-o ao atendimento de sua função social. Lembrando que essa função já havia sido declarada nas constituições anteriores. Segundo o artigo 186 da Constituição de 1988, a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, dentre outros requisitos, *“à utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e à preservação do meio ambiente”* como consta no 2º parágrafo do artigo (BRASIL, 1988a; PEREIRA; SCARDUA, 2008).

O que se exige com o cumprimento desse requisito é o respeito à *“vocaço”* natural da terra, com vistas à manutenção tanto do potencial produtivo do imóvel como das características próprias do meio natural e da qualidade dos recursos ambientais, para o equilíbrio ecológico da propriedade e, ainda, a saúde e qualidade de vida das comunidades vizinhas (MARQUES, 2001, p. 54). Pereira (2006) considera ETEP como no quadro 4.1.

Quadro 4.1 - Espaços territoriais especialmente protegidos.

Espaços territoriais especialmente protegidos	
1) as unidades de conservação;	2) as áreas destinadas às comunidades tradicionais, sejam, elas terras indígenas ou territórios quilombolas;
3) as áreas tombadas;	4) os monumentos arqueológicos e pré-históricos;
5) as áreas especiais e locais de interesse turístico, destinados à prática do ecoturismo;	6) as reservas da biosfera;
7) os corredores ecológicos;	8) as zonas de amortecimento;
9) os espaços protegidos constitucionalmente como patrimônio nacional como a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, a Zona Costeira e o Pantanal Mato-grossense;	10) as áreas de proteção especial, destinadas à gestão ambiental urbana;
11) os jardins botânicos;	12) os hortos florestais;
13) os jardins zoológicos;	14) as terras devolutas e arrecadadas, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais;
15) as áreas de preservação permanente e as reservas legais, previstas no Código Florestal.	16) os megaspaços ambientais, protegidos também pelas seguintes normas internacionais: a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, o Tratado da Bacia do Prata, o Tratado de Cooperação Amazônica, a Convenção Relativa a Zonas Úmidas de Importância Internacional e a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Pereira (2006).

O que se seguiu a *posteriori* da publicação da Carta Magna de 1988 foram apenas normas de aperfeiçoamento do direito ambiental. Depois das novas garantias ambientais constantes, as mudanças da legislação deram sequência a esse processo.

A nova reorganização da gestão pelo Estado institui mudanças nos órgãos públicos federais. Em 1989 pela lei nº 7.735, de 22 de fevereiro, foram extintos: 1) o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), ligado ao setor produtivo dentro da Ministério da Agricultura (MA); 2) a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) e 3) a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), para dar lugar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 1989a).

Nesse mesmo ano foi criado o Fundo Nacional do Meio Ambiente pela lei nº 7.797 de 10 de julho de 1989, que em seu artigo 5º definiu a prioridade de aplicação de recursos como: *“I - Unidade de Conservação; II - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico; III - Educação Ambiental; IV - Manejo e Extensão Florestal; V - Desenvolvimento Institucional; VI - Controle Ambiental e VII - Aproveitamento Econômico Racional e Sustentável da Flora e Fauna Nativas”* (BRASIL, 1989_b).

Nessas circunstâncias a estratégia de promover a conservação da natureza por meio de áreas protegidas privadas ganhou força e importância no contexto nacional no final da década de 1990, o que exigiu um instrumento legal mais adequado para isso e com uma regulamentação mais detalhada. Assim, surgiu o decreto nº 98.914, de 31 de janeiro de 1990, que dispôs sobre a instituição, no território nacional, de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, por destinação do proprietário, criando as RPPNs (BRASIL, 1990).

Dando sequência às transformações no âmbito legal e social do processo de redemocratização do Brasil, em 1992 foi realizada no Rio de Janeiro de 3 a 14 de junho a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), também conhecida como *"Cúpula da Terra"*. Essa conferência global, realizada no 20º aniversário do primeiro encontro internacional da Conferência sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972) reuniu legisladores, diplomatas, cientistas, mídia e representantes de Organizações Não-Governamentais (ONG) de 179 países, em um esforço massivo para reconciliar o impacto das atividades socioeconômicas humanas sobre o meio ambiente. Como resultado desse encontro foram escritos importantes documentos *“A declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento”* e a *“Agenda 21”*. A *“Agenda 21”*, um documento de 40 capítulos, indica diversos procedimentos para a preservação do meio ambiente em sua Seção

II - Conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento. Do capítulo 9 ao 21, foram destacados os seguintes temas: proteção da atmosfera, promoção do desenvolvimento sustentável, abordagem integrada do planejamento e do gerenciamento dos recursos terrestres, combate ao desflorestamento, manejo de ecossistemas frágeis: a luta contra a desertificação e a seca, combate à degradação do solo, estímulo e promoção da participação popular e da educação sobre a questão do meio ambiente centrados no controle da desertificação e no manejo dos efeitos da seca, promoção do desenvolvimento integrado das bacias hidrográficas, gerenciamento integrado e desenvolvimento sustentável das zonas costeiras, proteção do meio ambiente marinho, manejo ecologicamente saudável das substâncias químicas tóxicas, dos resíduos perigosos, sólidos, esgotos e resíduos radioativos e a conservação da diversidade biológica. Nesse documento também foi ratificada a “*Convenção sobre Biodiversidade Biológica (CDB)*” e a “*Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC)*” (CBD, 1992, UNITED NATION, 1992a, 1992b, UNESCO, 1992). Dessa forma, no Brasil e no mundo a Eco-92, como ficou conhecida essa conferência foi um marco que conduziu grandes avanços nos marcos legais internacionais e também na pesquisa.

Em 1996 o decreto nº 1.922 de 5 de junho de 1996, substituiu o decreto de 1990 que criou as Reservas Particulares do Patrimônio Natural e lançou em seu artigo. 1º a seguinte informação:

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é área de domínio privado a ser especialmente protegida, por iniciativa de seu proprietário, mediante reconhecimento do Poder Público, por ser considerada de relevante importância pela sua biodiversidade, ou pelo seu aspecto paisagístico, ou ainda por suas características ambientais que justifiquem ações de recuperação (BRASIL, 1996).

No artigo 4º também determina a voluntariedade da ação afirmando: “*A área será reconhecida como Reserva Particular do Patrimônio Natural por iniciativa de seu proprietário*” (BRASIL, 1996).

Relevante também no contexto da criação das reservas privadas no Brasil e, desse modo, é importante ser mencionada, é a lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispôs sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e sobre o pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária (TDA) (BRASIL, 1996).

As RPPNS foram instituídas pela portaria nº 217, de 27 de julho de 1988, e foram consolidadas pelo decreto que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (BRASIL, 1988). Nesse decreto está, no artigo 21º, a definição da

categoria de Reserva Particular do Patrimônio Natural como sendo *“uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica”* e dispõe:

§ 1º O gravame de que trata este artigo constará de termo de compromisso assinado perante o órgão ambiental, que verificará a existência de interesse público, e será averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis. § 2º Só poderá ser permitida, na Reserva Particular do Patrimônio Natural, conforme se dispuser em regulamento:

I - a pesquisa científica;

II - a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais;

§ 3º Os órgãos integrantes do SNUC, sempre que possível e oportuno, prestarão orientação técnica e científica ao proprietário de Reserva Particular do Patrimônio Natural para a elaboração de um Plano de Manejo ou de Proteção e de Gestão da unidade (BRASIL, 2000).

No artigo 22º, em seu parágrafo único, foi mencionado está que, depois de averbada, a RPPN só poderá ser extinta ou ter seus limites recuados na forma prevista nessa Lei.

Dois anos depois foi promulgada a lei nº 9.605, de 12 de dezembro de 1998, que dispôs sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e criou a Lei de Crimes Ambientais (BRASIL, 1998).

Havia no Brasil diversas categorias de unidades de conservação com denominações próprias anteriores à criação do SNUC. A categorização dessas unidades de conservação era confusa e os processos de criação delas, conflitantes, uma vez que não existia uma unificação de nomenclatura e as mesmas eram definidas isoladamente pelos mais diferentes critérios e pelas mais diversas instâncias governamentais que as criavam. A promulgação do SNUC, apesar de seu lento e trabalhoso processo de 10 anos de elaboração, definiu com maior clareza as diversas categorias de unidade de conservação, tanto de uso integral como de uso sustentável, que poderiam passar a vigorar no território nacional, como seria seu processo de criação e quais seriam as instâncias competentes para tal. Nesse processo, as unidades de conservação e áreas protegidas criadas com base nas legislações anteriores foram reavaliadas objetivando a adequação das mesmas a essa nova regulamentação, criando, assim, um sistema unificado para todo o país (BRASIL, 2000).

Em 2000, com a publicação da lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC), as RPPN passaram a ser uma das categorias de unidade de conservação do grupo de uso sustentável. A define em seu artigo 2º, essa lei define as unidades de conservação como: *“espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de*

proteção” (BRASIL, 2000). Apesar das reservas particulares já estarem contempladas no Código Florestal, no PNMA e na Constituição Brasileira de 1988, foi somente com essa lei que elas foram consolidadas e com essa consolidação, consolidou-se também os propósitos da criação de áreas privadas de proteção da biodiversidade.

Pode-se afirmar que a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) coroou diversos esforços em garantir às gerações futuras a proteção de parte do território natural brasileiro como regulamentou o artigo 225º, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal (BRASIL, 1965, 1981, 1988a, 2000).

O SNUC, constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Dessa forma, os progressos alcançados com a publicação da lei do SNUC são consideráveis, pois trouxeram benefícios aos órgãos públicos responsáveis pelas Unidades de Conservação e para a sociedade civil, oferecendo os dispositivos legais à preservação de significativos remanescentes dos ricos biomas brasileiros e se constituiu como um verdadeiro instrumento de afirmação da cidadania, oferecendo, a cada cidadão, os meios necessários para participar de forma ativa na definição das estratégias e das políticas de conservação da natureza no território brasileiro (BRASIL, 2000).

Em 2001 foi publicada a medida provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, que alterou alguns artigos do Código Florestal de 1965, bem como alterou a lei que dispunha sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) (BRASIL, 2001). Esse assunto será importante quando tratarmos das características específicas das RPPNs

A regulamentação do SNUC deu-se apenas dois anos após a publicação da lei que o criou e foi feita através do decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 (BRASIL, 2002).

4.3. Categorias de Unidades de Conservação.

As unidades de conservação integrantes do SNUC foram divididas em dois grupos, com características específicas: as unidades de proteção integral e as unidades de uso sustentável como foi definido no Artigo 7º:

As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

I - Unidades de Proteção Integral;

II - Unidades de Uso Sustentável.

§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nessa Lei.

§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000).

Mais adiante no artigo 8º foram definidas quais são as Unidades de Proteção Integral, que ficaram compostas pelas seguintes categorias de unidade de conservação: “I - *Estação Ecológica*; II - *Reserva Biológica*; III - *Parque Nacional*; IV - *Monumento Natural*; e V - *Refúgio de Vida Silvestre*” (BRASIL, 2000).

Nos mapas 4.1 e 4.2 encontram-se as Unidades de Proteção Integral públicas criadas pelo governo federal até 2018 contabilizando 74 Parques Nacionais, 5 Monumentos Naturais, 31 Estações Ecológicas, 31 Reservas Biológicas e 9 Refúgios de Vida Silvestre (IBGE a, 2018a).

Mapa 4.1 - Unidades de conservação federais de Proteção Integral. Parques e Monumentos.

Fonte: IBGE (2018a).

Mapa 4.2 - Unidades de conservação federais de Proteção Integral. Estação Ecológicas e Reservas Biológicas.

Fonte: IBGE (2018a).

O artigo mencionado define quais Unidades de Proteção Integral federais constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável, que ficaram compostas pelas seguintes categorias de unidade de conservação: “*I - Área de Proteção Ambiental; II - Área de Relevante Interesse Ecológico; III - Floresta Nacional; IV - Reserva Extrativista; V - Reserva de Fauna; VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural*” (BRASIL, 2000, negrito do autor). No mapa 4.3 encontram-se as Unidades de Uso Sustentável públicas criadas pelo governo federal até 2018 contabilizando 36 Áreas de Proteção Ambiental, 67 Florestas Nacionais e 13 Áreas de Relevante Interesse Ecológico (IBGE, 2018b).

Mapa 4.3 - Unidades de conservação federais de Uso Sustentável.

Fonte: IBGE (2018b).

As RPPNs têm sido consideradas uma importante alternativa para a ampliação do SNUC, principalmente, por ser uma categoria de unidade de conservação que integra a sociedade civil com o poder público, na busca pela conservação dos ecossistemas brasileiros.

Em função da necessidade de adequar os procedimentos de criação, gestão e manejo da categoria RPPN, foi publicado o decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006, regulamentando as RPPNs e as tornando a primeira categoria de unidade de conservação regulamentada por decreto após a publicação do SNUC. Esse decreto em seu artigo 1º determina que:

A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é unidade de conservação de domínio privado, com o objetivo de conservar a diversidade biológica, gravada com perpetuidade, por intermédio de Termo de Compromisso averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis (BRASIL, 2006a).

E, completa, em seu parágrafo único: “As RPPNs somente serão criadas em áreas de posse e domínio privados” (BRASIL, 2006a).

Já o artigo 3º do decreto trata dos encaminhamentos para que o proprietário interessado possa ter seu imóvel, integral ou parcialmente, transformado em RPPN. Como a

pesquisa levantou na área de estudo algumas RPPNs condominiais é importante salientar nesse texto o que consta no item 3º: *“quando se tratar de condomínio, todos os condôminos deverão assinar o requerimento ou indicar um representante legal, mediante a apresentação de procuração”* (BRASIL, 2006a).

Os aspectos ligados ao custo da documentação a ser enviada para a criação da RPPN são tratados no parágrafo 1º, item 9º do mesmo artigo, o qual aponta a necessidade da:

planta da área total do imóvel indicando os limites; os confrontantes; a área a ser reconhecida, quando parcial [...] as coordenadas dos vértices definidores dos limites do imóvel rural e da área proposta como RPPN, georreferenciadas de acordo com o Sistema Geodésico Brasileiro, indicando a base cartográfica utilizada e assinada por profissional habilitado, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (BRASIL, 2006a).

Ainda sobre a documentação solicitada para a criação desse tipo de reserva, no item 10º do referido decreto também consta a enumeração dos seguintes documentos obrigatórios: *“memorial descritivo dos limites do imóvel e da área proposta como RPPN, quando parcial, georreferenciado, indicando a base cartográfica utilizada e as coordenadas dos vértices definidores dos limites, assinado por profissional habilitado, com a devida ART”* (BRASIL, 2006 a).

Além disso, segundo a lei, o proprietário interessado na criação da reserva deverá também apresentar: *“a descrição dos limites do imóvel, contida na certidão comprobatória de matrícula do imóvel e no seu respectivo registro e indicar, quando possível, as coordenadas do ponto de amarração e dos vértices definidores dos limites do imóvel rural georreferenciadas, conforme especificações do Sistema Geodésico Brasileiro”* (BRASIL, 2006a).

Quando o órgão responsável emitir parecer positivo ao proprietário ele deverá providenciar a assinatura do Termo de Compromisso e a averbação da reserva junto à matrícula do imóvel afetado no Registro de Imóveis competente, no prazo de até sessenta dias contados do recebimento da notificação (BRASIL, 2006a).

No artigo 9º, parágrafo único é colocado que: *“a partir da averbação do Termo de Compromisso no Cartório de Registro de Imóveis, ninguém mais poderá alegar o desconhecimento da RPPN”* (BRASIL, 2006a).

A lei também prevê em seu artigo 11º que até trinta por cento da RPPN poderá ser criada abrangendo áreas para a recuperação ambiental, com o limite máximo de mil hectares, que cria a possibilidade de criação de reservas sobre áreas degradadas e que poderão retornar a ser ocupadas por vegetação nativa. Essa é uma possibilidade interessante, não só de conservar

o meio ambiente, mas também de possibilitar a expansão do bioma original da região (BRASIL, 2006a).

No artigo 12º o que cabe destacar, que é importante para a pesquisa e que será discutido oportunamente, é o trecho citado a seguir: *“não será criada RPPN em área onde já incida decreto de utilidade pública ou de interesse social incompatível com os seus objetivos”*, (BRASIL, 2006a).

Na RPPN, segundo o artigo 14º, o desenvolvimento de pesquisas científicas e visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais só poderá ser feito segundo o que estiver previsto no Termo de Compromisso e no seu plano de manejo. E, como complemento, o artigo 15º determina em seu parágrafo único que, antes que seja aprovado o plano de manejo, *“as atividades e obras realizadas na RPPN devem se limitar àquelas destinadas a garantir sua proteção e a pesquisa científica* (BRASIL, 2006a)”.*”*

A questão de moradia é tratada no artigo 17º, que admite a moradia do proprietário e de funcionários diretamente ligados à gestão da unidade de conservação dentro da área preservada, conforme dispuser seu plano de manejo. Como diversas RPPNs da área de estudo estão ligadas a loteamentos cabe contrapor esse artigo ao artigo 3º, item 3º, que menciona a possibilidade de loteamentos condominiais tornam-se RPPN e, assim, fica uma dúvida lançada: como essa questão seria tratada, já que alguns desses empreendimentos têm dezenas de proprietários (BRASIL, 2006a).

A pesquisa científica em RPPN deverá ser estimulada e dependerá de autorização prévia do proprietário como determina o artigo 18º, sem especificar como isso pode ser operacionalizado quanto a instalações, custos e incentivos (BRASIL, 2006a).

Se houver áreas alteradas dentro da unidade de conservação, segundo o artigo 22º será permitida a instalação de viveiros de mudas de espécies nativas dos ecossistemas onde está inserida a RPPN. Para essa recuperação ambiental será permitida a coleta de sementes e outros propágulos dentro da reserva (BRASIL, 2006a).

A lei, em seu artigo 24º, determina também outros compromissos para o proprietário que fizer a requisição de criação de reserva ambiental, como: *“assegurar a manutenção dos atributos ambientais da RPPN e sinalizar os seus limites, advertindo terceiros quanto à proibição de desmatamentos, queimadas, caça, pesca, apanha, captura de animais e quaisquer outros atos que afetem ou possam afetar a integridade da unidade de conservação”* (BRASIL, 2006a).

Em contrapartida a lei, em seu artigo 25º, também determina ao órgão responsável pela certificação da RPPN, que esse mantenha cadastro atualizado sobre as RPPNs, conforme previsto no artigo 50º da lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000).

Os incentivos aos proprietários podem ser encontrados em diversos aspectos da lei. O artigo 6º, por exemplo, isenta o proprietário de quaisquer taxas junto ao órgão que receberá a documentação. Já o artigo 8º exclui da área onde for criada a RPPN da tributação do imóvel para fins de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). Também é dada prioridade para concessão de recursos oriundos do Fundo Nacional do Meio Ambiente – (FNMA) e de outros programas oficiais, através do artigo 27º (BRASIL, 2006a).

Dentro dos incentivos aos proprietários rurais interessados na criação de RPPNs a lei ainda atrela condições para facilidade de obtenção de crédito rural, como consta no artigo 28º afirma que:

Os programas de crédito rural regulados pela administração federal priorizarão os projetos que beneficiem propriedade que contiver RPPN no seu perímetro, de tamanho superior a cinquenta por cento da área de reserva legal exigida por lei para a região onde se localiza, com plano de manejo da RPPN aprovado (BRASIL, 2006a).

Por fim, a lei ainda prevê casos em que a RPPN possa ser beneficiada por compensação ambiental, como é mencionada no artigo 29º:

No caso de empreendimento com significativo impacto ambiental que afete diretamente a RPPN já criada, o licenciamento ambiental fica condicionado à prévia consulta ao órgão ambiental que a criou, devendo a RPPN ser uma das beneficiadas pela compensação ambiental, conforme definido no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 2000, e no artigo 33 do Decreto nº 4.340, de 2002 (BRASIL, 2006a).

Como último destaque importante dentro do contexto dessa pesquisa, a lei também prevê representatividade da RPPN com direito de integrar o conselho de mosaico de unidades de conservação, segundo o artigo 30º e conforme previsto no artigo 9º do decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 (BRASIL, 2002b, 2006a). Esses aspectos demonstram como esses dispositivos são complexos, envolvem inúmeros aspectos que devem ser cumpridos e outros que são facultativos e exigem muita atenção.

Outro ponto a se considerar é que a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) foi totalmente internalizada pelo ordenamento jurídico brasileiro e, no intuito de cumprir todas as obrigações impostas por ele, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), seguindo o que dispunha o documento apresentado na conferência das partes (COP8¹⁹) realizada em Curitiba,

¹⁹ 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-8).

em março de 2006, elaborou o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), instituído pelo decreto nº 5.758, de 13 de julho de 2006, no qual indica os objetivos, metas e estratégias para a conservação dessas áreas. O plano visava, também, integrar todas as áreas protegidas até 2015 (BRASIL, 2006a; PEREIRA; SCARDUA, 2008).

Ainda nesse ano foi também publicada a “*Lei da Mata Atlântica*”, a lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispôs sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma da Mata Atlântica (BRASIL, 2006c)

“*Área protegida*”, segundo o artigo 2º dos termos da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), “*significa uma área definida geograficamente que é designada ou regulamentada e gerenciada para alcançar objetivos específicos de conservação*” (CDB, pag.4, 1992).

Pela portaria do Ministério do Meio Ambiente (MMA) nº 09, de 23 de janeiro de 2007, o termo “*área protegida*”, em sua definição estabelecida pela Convenção sobre Diversidade Biológica de 1992, agrupou, na legislação ambiental brasileira, todas as áreas destinadas à conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade brasileira como se encontra em seu artigo 1º:

Ficam reconhecidas como áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira as áreas referenciadas no § 2º desta Portaria, denominadas Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira ou Áreas Prioritárias para a Biodiversidade, para efeito da formulação e implantação de políticas públicas, programas, projetos e atividades sob a responsabilidade do Governo Federal voltados à:

I - conservação in situ da biodiversidade; II - utilização sustentável de componentes da biodiversidade; III - repartição de benefícios derivados do acesso a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado; IV - pesquisa e inventários sobre a biodiversidade; V - recuperação de áreas degradadas e de espécies sobre exploradas ou ameaçadas de extinção; e VI - valorização econômica da biodiversidade (MMA, 2007).

Ainda de interesse ao estudo das RPPNs, destaca-se a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 428 de 2010, na qual se encontra, em seu artigo 1º que:

o licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental que possam afetar Unidade de Conservação (UC) específica ou em Zona de Amortecimento(ZA), assim considerados pelo órgão ambiental licenciador, com fundamento em Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) só poderá ser concedido após autorização do órgão responsável pela administração da UC ou, no caso das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), pelo órgão responsável pela sua criação (MMA, 2010).

Um fato político que marcou um grande debate nacional, foi a mudança do Código Florestal. Em 2012, o Código Florestal de 1965 foi revogado pela lei de Proteção da Vegetação Nativa nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que também alterou as leis da Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981, da Propriedade Territorial Rural (ITR), de 1996 e a “*Lei da Mata Atlântica*” de 2006, além de revogar a lei nº 7.754, de 14 de abril de 1988, de proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios além da medida provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001. Cabe ressaltar que essas alterações despeito do debate sobre perdas da proteção ambiental não alteraram a categoria das RPPNs (BRASIL, 2012).

4.4. Legislação Estadual e dos municípios da RBCV.

A legislação do estado de São Paulo e de alguns municípios da RBCV também foram estudadas, levando em conta a questão ambiental, porém não foram encontrados fatos de relevância que justificasse um desenvolvimento de informações maiores sobre as mesmas nesse capítulo já que desde o ano 2000 com a promulgação da lei do SNUC buscou-se integrar as unidades de conservação do país dentro das categorias que são propostas pela lei²⁰. Cabe apenas, como ressalva, tratar das legislações específicas quanto aos mecanismos de incentivo às RPPNs.

No mapa 4.4 encontram-se as Unidades de Conservação do Estado São Paulo públicas criadas pelo governo do estado contabilizando 53 Unidades de Proteção Integral, 34 Parques Nacionais, 2 Monumentos Naturais, 15 Estações Ecológicas, 2 Refúgios de Vida Silvestre e Unidades de Uso Sustentável, 33 Áreas de Proteção Ambiental, 2 Florestas Nacionais, 5 Áreas de Relevante Interesse Ecológico, 2 Reservas Extrativistas e 7 Reservas de Desenvolvimento Sustentável – totalizando 102 UCs Estaduais (Fundação Florestal, 2019a).

Com intenção também de tornar mais ágeis os trâmites na criação das RPPNs no Estado de São Paulo surgiu o decreto nº 51.150, de 3 de outubro de 2006, que dispôs sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, no âmbito do Estado de São Paulo e instituiu o Programa Estadual de Apoio às Reservas Particulares do Patrimônio Natural (SÃO PAULO (Estado), 2006).

²⁰ No Estado de São Paulo áreas como a Reserva Florestal do Morro Grande, Cotia, SP, criada pela resolução nº 21, de 20 de junho de 1981, e o Parque Ecológico do Tietê, São Paulo, SP, criado pelo decreto estadual nº 7.868, de 30 de abril de 1976, não são UCs do SNUC. (CONDEPHAAT, 1981, DAEE, 2019).

Mapa 4.4 - Unidades de Conservação do Estado São Paulo.

Fonte: Fundação Florestal (2019a).

Dentro da linha de incentivo para a criação e expansão das RPPNs foi publicada a resolução SMA²¹ nº 37, de 5 de junho de 2012, que definiu as diretrizes para a execução do Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais para as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) Projeto PSA/RPPN, no âmbito do Programa de Remanescentes Florestais (SÃO PAULO (Estado), 2012).

O Projeto CAP/RPPN – é um instrumento público pioneiro com o objetivo de promover a conservação e, quando necessária, a restauração de processos ecológicos em áreas privadas reconhecidas como RPPN, visando manter e/ou ampliar o provimento dos serviços ecossistêmicos de conservação da biodiversidade e de produção de água, remunerando os proprietários por serviços ambientais prestados por eles em suas áreas (SÃO PAULO (Estado), 2019b).

O sistema de pagamentos por serviços ambientais (PSA) tornou-se um instrumento econômico de conservação dos recursos naturais, pelos quais produtores e proprietários rurais podem ser beneficiados ao recuperar ou manter áreas de interesse na manutenção e melhoria das águas, dos solos e das condições climáticas. Trata-se de um instrumento de gestão que, em áreas de importância ambiental, busca viabilizar a restauração e conservação da vegetação

²¹ Antigo nome da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA), atual Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA), criada em 2019.

nativa e a conversão de sistemas produtivos convencionais para modelos mais sustentáveis (OUTUBO, 2014).

O Governo do Estado de São Paulo, através do decreto nº 59.260, de 5 de junho de 2013, institui o Programa Estadual de apoio financeiro a ações ambientais, denominado Crédito Ambiental Paulista. No artigo 3º, esse decreto trata do destino dos recursos:

II - pessoas físicas ou jurídicas que sejam proprietárias de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, instituídas na forma da Lei federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e do Decreto Estadual nº 51.150, de 3 de outubro de 2006, em áreas consideradas prioritárias para conservação, segundo critérios definidos pela Secretaria do Meio Ambiente (SÃO PAULO (Estado), 2013a).

As diretrizes, critérios e o cálculo do PSA para participação e remuneração dos proprietários de RPPN foram definidos pela resolução SMA nº 89, publicada em 18 de setembro de 2013 (SÃO PAULO (Estado), 2013b). A participação dos proprietários de RPPN é voluntária para se inscreverem nos editais de chamada pública, lançados pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. A seleção foi realizada pela Fundação Florestal - SP do Estado de São Paulo de acordo com as regras estabelecidas nos editais e na resolução. Em caso de comprovação e homologação como área de soltura da fauna silvestre ou a aprovação do Plano de Manejo da RPPN pelo órgão competente os proprietários podem receber um “*bônus*” de 20% do valor da última parcela (SÃO PAULO (Estado), 2019b).

Segundo a Fundação Florestal o 1º Edital de Chamada Pública aberto em 14 de outubro de 2013 selecionou 11 RPPNs, perfazendo uma área total de 1.884,34 hectares, cujos proprietários foram remunerados pelos serviços ambientais comprovadamente prestados à sua conservação, por um período de cinco anos. O valor total para os cinco anos de contrato foi de R\$ 1.900.606,01 (SÃO PAULO (Estado), 2014, 2019b).

As RPPNs contempladas no 1º Edital foram: Bela Aurora, Estância Jatobá, Fazenda Renópolis, Meandros II, Meandros III, Pedra da Mina, Reserva Amadeo Botelho, Rio dos Pilões, Serra dos Itatins, Sítio Manacá e Toca da Paca. (SÃO PAULO (Estado), 2014)

O 2º edital de chamada pública, de 4 de novembro de 2015, teve como foco as RPPNs localizadas nas bacias hidrográficas de maior importância para o abastecimento d’água no Estado de São Paulo (PCJ, Rio Paraíba, Alto Tietê), priorizando aquelas localizadas nas “*Bacias Formadoras de Mananciais de Água do Programa Nascentes*” da SMA de que trata o decreto nº 60.521, de 5 de junho de 2014. Foram selecionadas oito RPPNs que tiveram seus planos de ação aprovados pela Fundação Florestal, perfazendo uma área total de 770 hectares, cujo valor total dos contratos foi de R\$ 789.373,52. As RPPNs contempladas foram:

Catadupa, Chácara Santa Inêz, Hinayna, Mahayana, Santa Rita Serrinha parte 1 e 2, Travessia e Fazenda Serrinha (SÃO PAULO (Estado), 2014, 2015).

4.5. Discussão e resultados para as unidades de conservação.

É importante, para os proprietários rurais interessados em criar uma reserva ambiental, terem em mãos a evolução da legislação ambiental brasileira, pois ela determina quais subsídios são necessários para o proprietário de terras providenciar a conservação da biodiversidade em suas áreas. E é através dela que se pode criar ferramentas que possibilitem as ações necessárias para a conservação da diversidade biológica. Ela também trata do repasse de recursos aos proprietários, da isenção de alguns impostos e tarifas e de outros incentivos, da possibilidade de se desenvolver atividades como educação ambiental e ecoturismo, dentre outros.

O Brasil é o único país onde as reservas privadas tem caráter de perpetuidade e de voluntariado. Em outros países os proprietários particulares podem até ter motivações e mentalidade conservacionistas mais progressistas mas estão engessados em uma legislação que não os permite colaborar e não são amparados por uma legislação que garanta a conservação da diversidade biológica para as futuras gerações.

Um exemplo disso são as reservas privadas que em alguns países são apenas temporárias ou limitadas ao direito em vida de seus proprietários, não existindo a obrigatoriedade da transferência da instituição da reserva para seus herdeiros ou no ato de compra e venda (LANGHOLZ, 1996; LANGHOLZ, LASSOIE, 2001).

Por isso, no estudo das reservas privadas brasileiras e na definição das motivações dos proprietários diante dos paradigmas teóricos da conservação da natureza, devem ser considerados os aspectos possivelmente limitantes ou amplificadores da conservação da biodiversidade, gerados através das normas legais, já que não os considerar poderia trazer distorções às interpretações. É possível desenvolver essa abordagem já que desde 2000 os proprietários particulares rurais brasileiros podem adotar tal medida para a criação de reservas privadas em suas áreas legitimadas pelas leis.

As mudanças de paradigmas conservacionistas estão intrinsecamente ligadas à legislação e caminharam em velocidades diferentes em diferentes de países para país às vezes com defasagem de muitos anos, graças às medidas adotadas pelos seus Estados e por seus governantes. Para essa pesquisa não basta apenas ser considerada “*utopicamente*” a

abordagem teórica sobre os *paradigmas da conservação da biodiversidade*, já que são essas ferramentas legais que definem no país o que pode ou não ser realizado com relação à preservação em áreas sob proteção privada. Proprietários privados poderiam ter a intenção de fazer mais, mas estariam limitados pela legislação de seus países.

5. CAPÍTULO 3 – CONSERVAÇÃO EM TERRAS PRIVADAS

5.1. Conservação em terras privadas no mundo.

Segundo a União Internacional de Conservação da Natureza (IUCN), em definição mais recente, encontrada em seu *site*, área protegida é: *“um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerenciado, através de meios legais ou outros meios eficazes, para alcançar a conservação da natureza em longo prazo com serviços ecossistêmicos e valores culturais associados”* (IUCN, 2019a, p. 1²²).

Quadro 5.1- Áreas protegidas segundo a IUCN.

I Reserva natural estrita
Estritamente protegida pela biodiversidade e provavelmente por características geológicas / geomorfológicas. Possui visitação, uso e impactos humanos controlados e limitados para garantir a proteção dos valores de conservação selvagem. Grandes áreas não alteradas ou pouco modificadas, mantendo seu caráter e influência naturais, sem habitação humana permanente ou significativa, protegida e gerenciada para preservar sua condição natural.
II Parque Nacional
Grandes áreas naturais ou quase, protegendo processos ecológicos em larga escala, ecossistemas e espécies características. Nessas áreas há a possibilidade de se trabalhar de forma compatível questões espirituais, científicas e educacionais, com oportunidades recreativas e de visitação.
III Monumento ou característica natural
Áreas reservadas para proteger um monumento natural específico, que pode ser o relevo; a formação de uma caverna ou um espaço com características vivas como um bosque antigo.
IV Área de habitat / manejo de espécies
Áreas para proteger espécies ou habitats específicos, onde o manejo reflete essa prioridade. Muitos precisarão de intervenções regulares e ativas para atender às necessidades de determinadas espécies ou habitats, mas isso é não é um requisito da categoria.
V Paisagem ou paisagem marinha protegida
Local onde a interação das pessoas com a natureza, ao longo do tempo, produziu um espaço com significativo valor ecológico, biológico, cultural e cênico. Para salvaguardar a integridade desses ambientes, a interação ser humano/natureza é vital, pois protege e sustenta a área e sua conservação da natureza, associada a outros valores.
VI Áreas protegidas com uso sustentável dos recursos naturais
Áreas que conservam ecossistemas, junto com valores culturais, associados a sistemas tradicionais de gestão de recursos naturais. Geralmente são grandes, principalmente em uma condição natural, com uma proporção sob gestão sustentável de recursos naturais. Nessas áreas o uso de baixo impacto não industrial de recursos naturais compatível com a conservação da natureza é visto como um dos principais objetivos. A categoria deve basear-se nos objetivos principais de gerenciamento, que precisam ser aplicados a pelo menos três quartos da área protegida – seguindo, assim, a regra dos 75%.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Dudley (2008²³); IUCN (2019a).

O III Congresso Mundial de Áreas Protegidas, organizado pela IUCN em 1982, apresentou como estratégia vital para a conservação dos recursos naturais do planeta a expansão do número de áreas protegidas no mundo (BARRETO FILHO, 2001). Da mesma forma, a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), da qual o Brasil foi um dos

²² No site da *International Union for Conservation of Nature* (IUCN) tal citação aparece da seguinte forma: *“What is a protected area? A protected area is a clearly defined geographical space, recognised, dedicated and managed, through legal or other effective means, to achieve the long term conservation of nature with associated ecosystem services and cultural values.”* (IUCN, 2019a).

²³ Em documento elaborado para a *World Commission on Protected Areas* (WCPA) da IUCN.

signatários, também estabeleceu a conservação *in situ* como prioridade. (WIEDMANN, 2006). A definição de áreas protegidas da IUCN sugere dividi-las em seis categorias que são resumidas no quadro 5.1 a seguir (DUDLEY (2008); IUCN (2019a)).

A imagem 5.1 traz uma matriz de áreas protegidas, utilizada pela IUCN para estabelecer categorias pelo tipo de gerenciamento e governança a que essas áreas estão submetidas (DUDLEY, 2008).

Imagem 5.1 - Matriz de áreas protegidas da IUCN: categorias de áreas protegidas/tipo de gerenciamento e governança.

Tipos de governanza	A. Gobernanza por parte del gobierno			B. Gobernanza compartida			C. Gobernanza privada			D. Gobernanza por parte de pueblos indígenas y comunidades locales	
	Ministerio o Agencia federal o nacional a cargo	Ministerio o Agencia subnacional a cargo	Gestión delegada por el gobierno (por ej., a una ONG)	Gestión transfronteriza	Gestión colaborativa (diferentes formas de influencia pluralista)	Gestión conjunta (consejo de gestión pluralista)	Declarada y administrada por propietarios individuales	...por organizaciones sin ánimo de lucro (por ej., ONGs, universidades)	...por organizaciones con ánimo de lucro (por ej., propietarios corporativos, cooperativas)	Áreas y territorios protegidos por pueblos indígenas – establecidos y administrados por pueblos indígenas	Áreas conservadas por comunidades – declaradas y administradas por comunidades locales
Categorías de áreas protegidas											
Ia. Reserva natural estricta											
Ib. Área natural silvestre											
II. Parque nacional											
III. Monumento natural											
IV. Área de gestión de hábitats/especies											
V. Paisaje terrestre/marino protegido											
VI. Área protegida con uso sostenible de recursos naturales											

Fonte: Dudley (2008, p. 33).

Os governos de Estado têm sido vistos como os principais e dominantes gestores de parques e áreas protegidas por mais de um século. No V Congresso Mundial de Parques (WPC) da IUCN, realizado em 2003, em Durban, África do Sul, foi identificado de quem seria a responsabilidade pelo gerenciamento das áreas protegidas além da estatal. Foi feita, então uma descrição de quem deteria a autoridade para isso e foi elaborada uma classificação basicamente em quatro tipos de governança geral: 1) governança governamental; 2)

governança compartilhada; 3) governança privada e 4) governança pelos povos indígenas e comunidades locais (quadro 5.2) (MITCHELL, 2007; DUDLEY, 2008; IUCN 2019a).

Quadro 5.2- Categorias de gestão e tipos de governança da IUCN.

Governança governamental
Agências federais ou nacionais responsáveis; ministérios / agências subnacionais no comando e gestão delegada pelo governo (por exemplo, para ONG).
Governança compartilhada
Gerenciamento colaborativo (vários graus de influência); gestão conjunta (pluralista - Conselho de Administração; gestão transfronteiriça (vários níveis através das fronteiras internacionais).
Governança privada
Por proprietário individual; por organizações sem fins lucrativos (ONGs, universidades, cooperativas); por organizações com fins lucrativos (pessoas físicas ou jurídicas)
Governança pelos povos indígenas e comunidades locais
Áreas e territórios conservados pelos povos nativos; áreas conservadas pela comunidade - declaradas e administradas pelas comunidades locais (área indígena, quilombos, comunidades caiçaras).

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Dudley (2028); IUCN(2019a).

Há, no entanto, uma grande quantidade de áreas protegidas de fato que não atendeu à classificação proposta pela IUCN e não foi especificamente reconhecida como área protegida. Como pode ser visto, então, o sistema internacional de categorias de gerenciamento de áreas protegidas historicamente enfatizou o papel dos governos de Estado na preservação ambiental. E, desse modo, áreas de proteção privada não foram tão bem compreendidas globalmente, justificando suas contribuições (MITCHELL, 2007).

5.2. Governança Privada.

Talvez o pioneiro na gestão privada tenha sido o ornitólogo Charles Waterton (1782-1865) que criou a primeira reserva de proteção de aves na década de 1820 entre 1821 e 1826. Depois de suas incursões naturalistas pela América do Sul e Caribe. Waterton retornou a Walton Hall, um palácio rural inglês do século XIX, que está localizado no condado de West Yorkshire, Inglaterra e construiu um muro de três metros e meio de altura, com cerca de 5 km em torno da propriedade, transformando-a na primeira reserva natural de aves selvagens e da natureza do mundo (WATERTON, 1891; KIM; MALTBY, 1997).

Imagem 5.2 - Charles Waterton (1782-1865)²⁴.

²⁴ Retrato para impressão em metal (alumínio), elaborado por Paul D. Stewart.

Atualmente, as áreas sob proteção ambiental privada são um grande e crescente subconjunto do universo das áreas protegidas, mas ainda estão sub-representadas no conjunto de áreas reconhecidas pela IUCN e não foram listadas no Banco de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas. Somente nos Estados Unidos, existem milhares de áreas sob proteção privada que satisfazem a definição de áreas protegidas, mas apenas 23 estão atualmente listadas como reservas privadas no banco de dados (MITCHELL, 2007).

A governança privada compreende áreas protegidas sob gestão particular, cooperativa, ONGs ou controle corporativo gerenciados sob esquemas com ou sem fins lucrativos – como exemplo - existem as áreas adquiridas por algumas ONGs explicitamente para conservação da biodiversidade. Em todos esses casos, a autoridade para gerenciar a terra e seus recursos protegidos cabe aos proprietários, que determinam os objetivos de conservação, desenvolvem e fazem cumprir a administração do planejamento no comando das decisões, sujeitas à legislação aplicável (DUDLEY, 2008).

No Brasil segundo o artigo 30º da lei do SNUC, pode haver gestão das UCs também por Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) (BRASIL, 2000).

As formas de governança definem os diferentes tipos de autoridade de gestão e responsabilidades que possam existir para áreas protegidas, mas não necessariamente se relacionam à propriedade. Em algumas formas de governança, por exemplo, as estatais e as áreas sob proteção privada - governança e propriedade frequentemente serão o mesmo. Porém, em outros casos, isso dependerá da legislação nacional: por exemplo, muitas áreas protegidas de povos indígenas e áreas conservadas para comunidades tradicionais se encontram em terras do Estado. Em áreas protegidas grandes e complexas, particularmente nas categorias V e VI, pode haver múltiplos tipos de governança dentro dos limites de uma possível égide de uma autoridade geral (DUDLEY, 2008).

No caso da maioria das áreas marinhas protegidas, a propriedade pode estar com o Estado que gerencia diretamente a área ou pode delegar a gerência dessa a comunidades, ONGs ou outros. Existem, no entanto, muitas áreas marinhas, nas quais as leis dos povos indígenas são reconhecidas e respeitadas pela sociedade em geral. Embora a maioria da região marinha não seja de posse privada, um número crescente de ilhas de propriedade, concedida pela União e protegidas, tem sido representado. Nas águas internacionais e na Antártica, onde não existe uma única autoridade estatal, as áreas protegidas deverão estar, inevitavelmente, sob um tipo de governança compartilhada (DUDLEY, 2008).

Considerando a descrição “*governança privada*” de área protegida que é a que mais interessa nesse estudo, quatro tipos dela puderam ser identificados também em publicações posteriores das determinações do V Congresso Mundial de Parques de Durban (quadro 5.3) (MITCHELL, 2007).

Quadro 5.3 - Diferentes tipos de governança privada.

Governança privada	
Individual	
Áreas em que a propriedade pertence a uma única pessoa ou família.	
Corporativa	
Empresa com fins lucrativos ou grupo de pessoas autorizadas a agir como entidade única, geralmente controlada por um executivo, um conselho de supervisão e, finalmente, acionistas individuais.	
Organização não governamental (ONG)	
Organizações privadas sem fins lucrativos operando para avançar em uma determinada missão e geralmente controlada por um conselho e regulamentos específicos.	
Cooperativa	
Talvez a forma mais rara ²⁵ .	

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Mitchell (2007).

O sistema de categorias tem potencial para auxiliar governos no monitoramento de atividades privadas de conservação da biodiversidade, através da avaliação dos objetivos de gestão corporativa de áreas sob proteção privada e sua eficácia. Existem salvaguardas locais e nacionais em alguns países para garantir que as áreas sob proteção privada sejam gerenciadas por designação, regulamento ou proclamação. A importância da prática e implantação dessas salvaguardas variam amplamente de um país para outro. A aplicação do sistema de categorias da IUCN, estabelecido nessas diretrizes, poderia fornecer aos governos uma base de comparação para monitorar as áreas sob proteção privada dentro de estratégias nacionais de conservação do meio ambiente (DUDLEY, 2008).

A definição da IUCN de área sob proteção privada é clara quando afirma que tais áreas devem ser gerenciadas para conservação em perpetuidade e que esse é o principal critério que distinguirá se uma área específica de terra ou água de propriedade privada é ou não uma área protegida. O fornecimento da segurança da conservação da biodiversidade em longo prazo é um dos desafios enfrentados pelas áreas protegidas privadas. Desse modo, alguns governos nacionais abordaram isso introduzindo legislação, na qual declaram uma área sob proteção privada com um compromisso juridicamente vinculativo ao longo do tempo, embora, outros mecanismos, além desse possam ser necessários para que se garanta a conservação do meio ambiente em longo prazo nessas áreas. Esses, no entanto, ainda estão sendo desenvolvidos e incluem vários sistemas de certificação e sistemas institucionalizados de declaração de proteção de áreas (DUDLEY, *op. cit.*).

²⁵ Exemplo inclui a conservação na Comunidade Ahuenco no Chile.

A terminologia sobre esse assunto sofreu alterações recentemente e ao invés de se chamar essas áreas e reserva privada ou área protegida privada, elas passaram a ser denominadas “*área sob proteção privada (APP) - privately protected area (PPA)*”.

Vale ressaltar que as diretrizes (IUCN) utilizam o termo “*área sob proteção privada – APP*”, em vez de reserva privada/particular, para enfatizar que essas áreas oferecem muitos benefícios públicos, apesar do fato de serem estabelecidas e gerenciadas por entidades privadas em terras particulares. (Em prefácio por Dr. Kathy MacKinnon e por Prof. Dr. Beate Jessel) (MITCHELL *et al.*, 2018, p. ix.)”.

No Brasil, recentemente, passou a existir o regime de concessões, em que é feita a transferência temporária da área a empresas para que essas explorem os serviços que serão oferecidos na UC. Tal transferência é atrelada a prazos definidos, que podem ou não ser renovados. Os serviços explorados nessas áreas são a arrecadação pela cobrança de ingressos, de transporte, de estacionamento e de condução de visitantes a atividades ecoturísticas de baixo impacto, entre outras (SANSÃO, 2017).

A concessão de serviço público tem sido prática crescente no Brasil desde os anos 1990, feita a partir da promulgação da lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que atribui à pessoa jurídica de direito privado (podendo ser consórcio) a execução de serviços que seriam de responsabilidade por parte do Estado. Trata-se, no entanto, de uma questão que, passados vários anos, ainda gera polêmica e tem ainda sido debatida. O desenvolvimento desse tema progrediu e foi tratado também na instrução normativa nº 2, de 30 de fevereiro de 2017, que disciplinou, no âmbito do ICMBio, o planejamento, a execução e o monitoramento dos contratos de concessão de uso para prestação de serviços de apoio à visitação em UCs. A medida provisória nº 809, de 1 de dezembro de 2017, transformou-se na lei nº 13.668, de 28 de maio de 2018, que permitiu a concessão da exploração de serviços para as UCs federais (BRASIL, 1995; ICMBIO, 2017a; BRASIL, 2017, 2018).

Para o Estado de São Paulo, a lei estadual nº 16.260, de 29 de junho de 2016, autorizou a Fazenda do Estado a conceder a exploração de serviços ou o uso, total ou parcial, de terras públicas abrindo licitação para concessões em 25 Unidades de Conservação estaduais de São Paulo (SÃO PAULO (Estado), 2016) (imagem 5.3).

No regime de concessão, remunera-se a pessoa pela própria exploração do serviço. Ninguém na iniciativa privada aceitará concessão de unidade de conservação com fins filantrópicos e portanto essa possibilidade de exploração de reservas ecológicas deverá gerar lucro para a concessionária. Ou seja, parte da renda gerada por essas concessões vai para o explorador de serviço. Esse modelo de concessão neoliberal de serviços privilegia as UCs

com potencial turístico, em detrimento de outras que são menos “importantes” do ponto de vista ambiental. Além disso, a imposição de valores para sua visitação pode tornar o bem ambiental inalcançável para uma parcela da população, descumprindo a função social a esse bem público e excluindo a população mais carente do uso dos recursos do parque, podendo levar à discriminação dessas pessoas e à crescente mercantilização dos ecossistemas. Esse aspecto é bem conhecido, por exemplo, no Parque Nacional (PARNA) de Foz do Iguaçu, onde o custo de visitação é caro para a população de renda baixa e média. Pensa-se que a cobrança para se ter acesso a um bem público já parece ser uma contradição em si (LI, 2008; PETERSON *et al.* 2008; FAIRHEAD; LEACH; SCOONES, 2012).

Imagem 5.3 - Unidade de Conservação autorizadas à exploração de serviços pela lei estadual nº 16.260, de 29 de junho de 2016.

Anexo

a que se refere o artigo 1º da Lei nº 16.260, de 29 de junho de 2016

ORDEM	PRÓPRIO ESTADUAL
1.	PE CAMPOS DO JORDÃO
2.	PE CANTAREIRA
3.	PE INTERVALES
4.	PE TURÍSTICO DO ALTO RIBEIRA
5.	PE CAVERNA DO DIABO
6.	PE SERRA DO MAR (NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA)
7.	PE SERRA DO MAR (NÚCLEO SÃO PAULO)
8.	PE JARAGUÁ
9.	PE CARLOS BOTELHO
10.	PE MORRO DO DIABO
11.	PE ILHA DO CARDOSO
12.	PE DE ILHA BELA
13.	PE ALBERTO LÖFGREN
14.	CAMINHOS DO MAR
15.	ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE ARARAQUARA
16.	ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE ASSIS
17.	ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE ITAPEVA
18.	ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE MOGI GUAÇU
19.	ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE ITIRAPINA
20.	FLORESTA ESTADUAL DE ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA
21.	FLORESTA ESTADUAL DE ANGATUBA
22.	FLORESTA ESTADUAL DE BATATAIS
23.	FLORESTA ESTADUAL DE CAJURU
24.	FLORESTA ESTADUAL DE PEDERNEIRAS
25.	FLORESTA ESTADUAL DE PIRAJU

Fonte: São Paulo (2016).

Para as áreas sob proteção privada, nos casos em que não há reconhecimento oficial pelos governos a responsabilização pode ser limitada. Mesmo assim, muitos proprietários de terras também buscam a conservação de suas áreas por respeito à terra e por um desejo de manter seus valores estéticos e ecológicos. Um proprietário de terra que administra a área hoje, pode não tomar providências para que haja certeza da gerência, no futuro, seguir contribuindo para a conservação da biodiversidade dessa área, reconhecida como protegida (DUDLEY, 2008).

Diversos autores têm demonstrado que mesmo com os esforços governamentais para a criação dessas APs públicas, as mesmas não têm sido suficientes para conter a perda de habitats e a consequente perda de biodiversidade em escala mundial, mais ainda, nos países onde as prioridades de investimento dos recursos públicos visam demandas consideradas mais urgentes, como saúde, educação e geração de empregos (LANGHOLZ, 1996, p. 271; MESQUITA, 1999, p. 6; MORSELLO, 2001).

Desse modo, reservas particulares têm sido usadas no mundo todo como uma estratégia de conservação, agindo como catalisadores para as práticas de gestão de terras maiores, que suportam os objetivos de conservação (MILLER *et al.*, 2012; UICN, 2012; TAYLOR *et al.*, 2011). Assim, as terras privadas abrigam a maioria das espécies ameaçadas (KNIGHT, 1999, p. 233), ajudam a estabelecer corredores ecológicos e zonas de amortecimento (WORBOYS; LOCKWOOD; LOCKWOOD, 2010) e mitigar os impactos ambientais da mudança climática (HELLER; ZAVALITA, 2009). Além disso, proporcionam retornos econômicos por meio de pagamentos por serviços ambientais (ALDERMAN, 1994; LANGHOLZ; LASSOIE, 2001; SWIFT *et al.*, 2004; KAREIVA, 2010, p. 15) e do turismo (BUCKLEY, 2008, p. 6).

Áreas protegidas de propriedade privada têm surgido como uma opção e estão se proliferando por grande parte do mundo. Pouco se sabe sobre elas, no entanto. Alguns estudos de caso foram concluídos e destacaram vários aspectos específicos. Tem havido tentativas de realizar pesquisas em todo o mundo para coletar dados sobre as atividades de parques privados, seus problemas, rentabilidade e outros atributos. Outros estudos ainda têm verificado o papel crescente do setor privado na conservação da biodiversidade. A literatura científica de cerca de uma década atrás mostrava uma produção de dimensões modestas sobre esse tema e, na verdade, agora se promete um desenvolvimento do tema importante para a gestão de áreas sob proteção privada, constituindo-se em uma grande inovação (LANGHOLZ; KRUG 2004).

Áreas protegidas de gerência privada estão crescendo em extensão e número em muitas partes do mundo, principalmente na América Latina e Caribe, no leste e sul da África, na Austrália e na Europa. Uma suposição subjacente ao recente crescimento do setor de áreas sob proteção privada é que a gestão dessas pode ser mais eficaz quando os gerentes têm um interesse na terra: um interesse como indivíduo, como grupo ou como corporação; um interesse legal ou um interesse econômico. Embora sem confronto e, na maioria dos casos, apolítico, trabalhando de bom grado voluntariamente, nem todos esses proprietários são motivados por intenções altruístas (MITCHELL, 2007).

Um estudo piloto da *World Conservation Monitoring Centre (WCMC)* integrante da *United Nations Environment Programme (UNEP)*, indica que as iniciativas privadas contribuíram para a conservação da biodiversidade em muitas partes do mundo. Esse estudo específico foi limitado a países da África Oriental, a leste do continente, e Austral, ao sul do continente, e detectou que há áreas sob proteção privada no Quênia, Namíbia, África do Sul e no Zimbábue em um percentual maior, mas não muito significativo, se comparada a áreas protegidas legalmente e administradas por agências governamentais (WATKINS *et al.*, 1996; WATKINS; GREEN, 1998).

Estudos revelam também que as reservas privadas assumem várias formas e refletem as condições sociais e econômicas dos países em que estão inseridas. Geralmente são mais avançadas em países com sistemas mais seguros de posse da terra e que garantem a propriedade (MITCHELL, 2007).

Apesar do Código Civil brasileiro, lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, em seus artigos 1.196º ao 1.224º ratificarem a posse e permitir, por exemplo, a transmissão da posse da terra através de escrituras de posse, bastante frequentes no país, as mesmas não podem se tornar candidatas a Reservas Particulares do Patrimônio Natural, pois para isso se exige certidão de matrícula e registro do imóvel (BRASIL, 2002; ICMBIO, 2011).

No Brasil, a averbação da RPPN, à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis, é obrigatória. E um dos pré-requisitos para que o proprietário possa ter uma RPPN é o título de domínio da propriedade devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis. “Com essa exigência, ficam excluídas posses e, também, os aforamentos de imóveis da União, posto que as primeiras não são propriedades tituladas e os aforamentos não são propriedades plenas, e, sendo temporários, não ensejam a averbação *ad perpetum*” (RIO DE JANEIRO, 2018, p. 33).

Ainda segundo Mitchell (2007), área sob proteção privada é um fenômeno relativamente recente e é lógico supor que reservas privadas aumentarão em número e alcance geográfico se os sistemas de posse da terra continuarem a formalizar e a regularizar esse tipo de reserva ao redor do mundo. Quase todos os países do hemisfério ocidental têm alguma forma de sistema de reservas privadas, muitos deles originários a partir desse século.

Na maioria dos casos, a criação e a gestão de uma área sob proteção privada é feita atendendo aos mesmos intuitos e objetivos de conservação do meio ambiente- é um ato voluntário por parte dos proprietários. Um reconhecimento crescente das oportunidades para alcançar objetivos de conservação em terras privadas - e especialmente a proliferação de mecanismos e incentivos para que isso seja feito - resultou em um aumento dramático no número e na extensão da proteção ambiental privada em áreas privadas no século passado e, em alguns países, esse aumento foi logarítmico em escala, nas últimas décadas (MITCHELL, 2007).

Cada um desses modelos de propriedade (e existem inúmeras variações deles) tem particular implicação para a gestão. É de vital importância evitar julgamentos de valores simplistas sobre quais tipos de áreas protegidas são mais importantes ou sobre que tipo de modelo de governança é melhor que outro. Vivemos em um mundo complexo e o fato de termos muitas nuances diferentes de áreas protegidas reflete isso. Algumas categorias de gestão podem ser mais adequadas para alguns locais do outras. O ponto importante, é claro, não são quantas áreas protegidas existem, em quais categorias são descritas, nem mesmo quem as possui, mas quão bem elas são gerenciadas para benefícios ecológicos para outros benefícios públicos (MITCHELL *op cit*).

De uma perspectiva governamental, as áreas sob proteção privada corporativas (bem como áreas conservadas de comunidades ou co-gerenciadas) pode representar um “*meio eficaz*” para alcançar objetivos de conservação. Grupos privados e comunitários podem às vezes ser mais eficientes que o governo e gerar uma contrapartida de contribuições que pode reduzir a carga de gerenciamento das autoridades governamentais. Significativamente, como estratégias de proteção de áreas, essas reservas têm crescido em escala exponencial. Dessa forma, outros tipos de governança se tornam necessários, até como grandes projetos de conservação da paisagem sobre extensas áreas de terras privadas (MITCHELL, 2007).

A extensão das áreas sob proteção privada em outras partes do mundo é presentemente não quantificada, mas é provavelmente significativa, particularmente nas Américas e na Europa. É também oportuno incluir o setor militar entre os proprietários de áreas a serem

conservadas, dada às significativas e, muitas vezes, extensivas áreas de importância para a biodiversidade que são ocupadas pelos militares. A ocupação de zonas desmilitarizadas após o fim da Guerra Fria, por exemplo, é uma oportunidade rara para ampliar a proteção de áreas frequentemente sensíveis ou frágeis do ponto de vista ambiental (IUCN, 1996).

Alfaia Júnior (2014) a este respeito afirma:

Instituições do sistema securitário internacional como a OTAN passaram a atribuir maior relevância aos desafios que emanam da temática ambiental. Fundamentada em uma definição alargada do conceito de segurança, reconhecem que fatores políticos, econômicos, sociais e ambientais, para além dos tradicionais parâmetros, são também causas dos conflitos. A organização, desse modo, busca correntemente maneiras de direcionar e gerenciar riscos ambientais à segurança em geral, bem como àqueles que influenciam diretamente suas atividades militares

5.3. Incentivos.

As restrições legais são muitas vezes inadequadas para evitar a perda de habitat e incentivar os proprietários de florestas a gerenciar áreas de biodiversidade, especialmente quando essas ações de gerenciamento requerem tempo, dinheiro e outros recursos. Desse modo, programas ambientais que incentivam essas ações por meio de incentivos econômicos podem ser usados ao invés de restrições legais adicionais, embora, para ser eficiente e bem-sucedido, um programa de incentivos deve ser cuidadosamente desenvolvido e seus objetivos de conservação devem estar claros e monitorados. Além de economicamente eficientes, os programas devem ser aceitáveis pelos proprietários de terras e ecologicamente adequados (MAYER; TIKKA, 2006).

Assim, os esquemas de incentivos constituem fortes motivações para alguns proprietários de terras. Incentivos para aumentar a função de conservação das áreas sob proteção privada através da expansão de seu tamanho, do aumento da conectividade e com foco nas espécies ameaçadas devem ser as principais preocupações de quem irá viabilizar esse projetos de recompensas. Como política pública também é destacada a importância da autoridade nacional de áreas protegidas ou outra entidade governamental de fornecer incentivos para propriedades com reconhecimento formal. Pode-se com isso propor a redução de impostos, pagamentos por serviços ambientais ou assistência técnica (STOLTON; REDFORD; DUDLEY, 2014).

Como o preço da terra é extremamente alto em alguns locais, o governo não pode suportar o custo financeiro da criação e indenização de áreas protegidas. Nesses casos, o papel

das áreas sob proteção privada torna-se particularmente importante (STOLTON; REDFORD; DUDLEY, 2014).

Cabendo, então, ao governo, fornecer suficientes incentivos para obter de donos de terra, que não se interessam pela conservação de sua propriedade ou que tenham recursos limitados para isso, uma mudança de postura, motivando-os a criar uma área sob proteção privada. Incentivos também podem ser importantes para permitir que ONGs alcancem seus objetivos de criar essas áreas. Esses incentivos podem ser implantados para ajudar o governo a atingir suas metas nacionais de conservação ambiental, como ocorre em países como Austrália, Finlândia ou África do Sul. Alguns países oferecem incentivos fiscais aos proprietários que doam terras para criarem áreas sob proteção privada. Isso ocorre, por exemplo, em algumas províncias do Canadá (STOLTON; REDFORD; DUDLEY, 2014).

Langholz, Lassoie e Schelhas (2008) entrevistaram 68 proprietários de reservas naturais particulares na Costa Rica para saber mais sobre um dos programas de incentivo à conservação do meio ambiente desse país. Os dados apontam para algumas conclusões principais. Primeiro, um país em desenvolvimento pode expandir e aprimorar seu sistema formal de parques através do uso de incentivos à conservação do meio ambiente. O programa pode fornecer um modelo para os formuladores de políticas ambientais de outros países que desejam alavancar recursos limitados para obter o máximo de conservação possível.

Outro ponto levantado pelos autores é que existe uma lacuna substancial de informações em relação à categoria de refúgio de vida selvagem privada. Eles afirmam que o programa foi insuficientemente promovido interna e externamente e tornou-se ineficaz. Os pacotes oficiais de incentivo foram apenas parte da história dessas áreas protegidas, pois as decisões dos proprietários de terras para ingressarem no programa geralmente tiveram pouco a ver com proteção contra posseiros, incentivos fiscais ou acesso a assistência técnica. Desse modo, os autores acreditam que formuladores de políticas ambientais devem consultar os proprietários de terras sobre suas preferências e necessidades mais urgentes, ao vez de criar pacotes de incentivos baseados em suposições. Na pesquisa os proprietários de refúgios de vida selvagem sugeriram vários incentivos adicionais, alguns dos quais seriam menos onerosos e mais atraentes do que os oferecidos atualmente pelo governo da Costa Rica. Os proprietários de terras também identificaram restrições e obrigações adicionais, os quais eles estariam dispostos a considerar em troca desses incentivos. Essa lista de possíveis trocas deve ser útil não apenas para as autoridades responsáveis em aperfeiçoar um programa de reservas privadas, mas também para conservacionistas em todo o mundo.

Os autores também alertam que programas de incentivo à conservação podem produzir consequências não intencionais. Nesse caso, o programa da Costa Rica pode estar contribuindo para a tensão entre o governo nacional e os governos locais pelo controle da terra. O programa também pode, inadvertidamente, apoiar a concentração da propriedade da terra pelos ricos. Assim, aconselham que os formuladores de políticas ambientais devam considerar cuidadosamente as maneiras pelas quais os pacotes de incentivo à conservação em terras privadas possam colocar objetivos amplamente apoiados para conservação da biodiversidade e justiça social entre si. Acreditam finalmente que o programa, mesmo com problemas, parece estar dando uma contribuição positiva para a conservação da biodiversidade na Costa Rica. Pesquisas como essa que possam analisar os programas e incentivos ambientais e suas pretensões devem ser implementados em todos os países que detêm ou planejam implantar políticas públicas para a conservação da biodiversidade em terras privadas (LANGHOLZ; LASSOIE; SCHELHAS, 2008).

Além dessa análise de um programa como um todo, alguns autores defendem esquemas de incentivos na governança privada que envolvem possibilitar receitas monetárias com ecoturismo, caça ou redução de taxas e impostos (DUDLEY; IUCN, 2008).

Para Mitchell (2007) e Dudley (2008), reservas privadas criadas por empresas são motivadas pelo lucro, é claro, mas isso nem sempre poderá ser o incentivo mais imediato. O valor das relações públicas como “*bom cidadão corporativo*” pode ser uma motivação suficiente no caso de multinacionais ou mesmo corporações locais, que visam que a imagem de sua empresa ou de seu produto ocupe destaque (quadro 5.4).

Quadro 5.4- Exemplos de mecanismos e incentivos para a proteção privada da terra.

Incentivos
Sistemas de designação voluntária de áreas protegidas, nos quais os proprietários concordam com certos objetivos ou restrições de gerenciamento em nova tentativa de assistência ou outros incentivos ²⁶ .
Perda voluntária dos direitos legais ao uso da terra na propriedade privada, às vezes para obter vantagens conferidas pela perda teórica de valor ou para garantir proteção em perpetuidade ²⁷ .
Contribuições beneficentes, nas quais as ONGs levantam fundos de forma privada ou pública para a compra de terras para proteção ambiental ou recebem doações de terras diretamente de doadores dispostos ²⁸ .
Retirada, doação ou gerenciamento corporativo de uma área para conservação, geralmente para fins de relações públicas, como concessão ou compensação para outras atividades, obtenção de certificação “verde” ou investimento no futuro.

Fonte: adaptado pelo autor a partir de Mitchell (2007).

²⁶ As RPPNs do Brasil são um excelente exemplo.

²⁷ Servidões de conservação e convênios e servidões relacionadas.

²⁸ É comum que grandes ONGs como *The Nature Conservancy* (TNC), *Conservation International* (CI) e *World Wildlife Fund* (WWF) tomem essas iniciativas, mas existem muitos exemplos disso em âmbito nacional e local em todo o mundo.

5.4. Antecedentes legais das RPPNs no Brasil.

Stolton, Redford e Dudley (2014) em documento elaborado para a IUCN, colocam que o governo brasileiro oferece poucos incentivos para a criação das áreas protegidas privadas e que, portanto, por aqui, a maioria dos proprietários tomam decisões de conservar suas terras com base em um desejo próprio de proteger as áreas remanescentes das florestas. Tais proprietários fazem isso para que a decisão de declarar sua terra em reserva seja permanente, conforme estipulado pela lei brasileira.

Em 1977, atendendo à demanda de alguns proprietários, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), publicou a portaria nº 327/77-P, de 29 de agosto de 1977, criando os Refúgios Particulares de Animais Nativos (REPAN). Em 1988, essa portaria foi substituída pela portaria nº 217, de 27 de julho de 1988, que instituiu as Reservas Particulares de Fauna e Flora. Lê-se em seu artigo 1º: *“O proprietário particular interessado em ter área (s): dentre de sua propriedade reconhecida(s) oficialmente como Reserva Particular de Fauna e Flora, deverá cumprir as disposições desta Portaria (BONALUME,1987; BRASIL 1988d)”*.

A portaria nº 1.063, de 31 de outubro de 1989, reconheceu a Fazenda Vereda Grande S/A, com 2.994,80 hectares, em Presidente Olegário, MG, de propriedade de Fernando Pernambuco, reconhece como a primeira Reserva Particular de Fauna e Flora (REPAN) (imagem 5.4) e logo no ano seguinte pela portaria nº 643, de 3 de maio de 1990, a tornou a primeira RPPN a ser criada no Brasil (IBAMA, 1989; IBAMA, 1990).

Posteriormente, a lei que criou as RPPNs, em 1990, determinou em seu artigo 10º que *“as Reservas Particulares de Flora e Fauna, registradas com base na Portaria nº 217/88, de 27 de julho de 1988, do extinto Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal IBDF, deverão ser adaptadas às normas desse Decreto, no prazo de 120 dias, contado da sua publicação, passando à denominação de Reserva Particular do Patrimônio Natural”* (BRASIL, 1990 p. 2).

O decreto nº 98.914, de 31 de janeiro de 1990, criou o mecanismo legal para a criação das RPPNs, e em 2 de abril de 1990, foi reconhecida a primeira reserva a partir desse decreto, com a denominação de RPPN criada no Brasil. Está localizada na Fazenda Lageado, Dois Irmãos do Buriti, MS, com 12.550 hectares pertencente à Agropecuária C.F.M. Ltda. (BRASIL, 1990; ICMBIO 1990).

Imagem 5.4 - REPAN Fazenda Vereda Grande S/A, Presidente Olegário, MG, reconhecida pela portaria nº 1.063, 31 de outubro de 1989.

Fonte: adaptado pelo autor a partir de IBAMA (1989).

No Brasil as RPPNs só podem ser criadas em terras tituladas, como já mencionamos, situação jurídica importante em razão da garantia da conservação e perpetuação do modelo. Para a criação de uma RPPN é necessário a apresentação da certidão de matrícula e registro do imóvel, no qual se constituirá a Área Protegida (AP), indicando a cadeia dominial²⁹ desde a sua origem ou trintenária (ICMBIO, 2011, p. 25; ESPIRITO SANTO, 2013, p. 4; IAP-PR, 2014, p. 1; IEF-MG, 2014, p. 1).

O modelo de reserva privada voluntário brasileiro, apesar de não ter sido o primeiro e nem ser exclusivo do país, é inovador e único no mundo ainda praticamente sem paralelo em outros países em virtude da perpetuidade, da restrição absoluta à exploração dos recursos

²⁹ A cadeia dominial sucessória ou cadeia dominial trintenária é a relação dos proprietários de um determinado imóvel rural desde a titulação original, pelo Poder Público, até o último dono (atual proprietário). Visa demonstrar a propriedade do imóvel nos últimos 30 anos. Esta certidão é obtida no Cartório de Registro de Imóveis em que está registrado o imóvel (ICMBIO, s.d.).

naturais no seu interior e do fato de fazerem parte de um sistema único, o SNUC³⁰ (SWIFT et al., 2004, p. 93; MESQUITA, 2010; WIEDMANN, 2001, p. 3).

5.5. RPPN, proteção integral ou uso sustentável?

GASTAL e SARAGOUSSI (2008) afirmaram que:

As RPPNs são unidade de conservação de uso indireto localizadas em propriedades privadas [...] Sendo uma unidade de conservação de uso indireto, uma RPPN não pode ter sua vegetação nativa removida e nela não é permitida nenhuma atividade de extrativismo. A lei permite somente atividade de cunho científico, cultural educacional, recreativo e de lazer.

Para ser convertida em RPPN, a área precisa apresentar características importantes para a conservação da biodiversidade, possuir grande beleza cênica ou ser uma área cuja recuperação contribuirá na preservação de ecossistemas frágeis e ameaçados (GASTAL; SARAGOUSSI, 2008).

A lei do SNUC, lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, criou dois grupos de unidades de conservação: "*Unidades de Proteção Integral*" e "*Unidades de Uso Sustentável*". O objetivo básico das unidades de proteção integral é "*preservar a natureza*", sendo admitido, via de regra, apenas o uso indireto dos seus recursos naturais (artigo 7º, § 1º) e o objetivo básico das unidades de uso sustentável é "*compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais*" (artigo 7º, § 2º) (BRASIL, 2000 p. 5).

As "*Unidades de Proteção Integral*" são compostas por cinco categorias de unidades de conservação: estação ecológica, reserva biológica, parque nacional, monumento natural e refúgio de vida silvestre. O grupo das "*Unidades de Uso Sustentável*" (artigo 14º) é composto por sete outras categorias de unidades de conservação (BRASIL, 2000).

A RPPN veio prevista no inciso VII do artigo 14º da lei como sendo uma das sete categorias de unidades de conservação de uso sustentável. Mas, "*seria, mas não o é*", segundo Araújo (2017), já que o Presidente da República em exercício na época vetou o inciso III do § 2º do artigo 21º que teria a seguinte redação para as atividades não permitidas em uma RPPN: "*a extração de recursos naturais, exceto madeira, que não coloque em risco as espécies ou os ecossistemas que justificaram a criação da unidade*" (BRASIL, 2000 p. 10).

³⁰ SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação. *Sui generis* é o histórico, pois inicialmente as RPPNs figuravam na categoria de APs de Proteção Integral e somente a partir do SNUC de 2000 passaram a categoria de Uso Sustentável, mas ainda mantém as mesmas restrições.

Assim, a RPPN se prestaria apenas a pesquisa científica e/ou à visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais conforme incisos I e II do § 2º do artigo 21º “*Não é compatível com a RPPN à extração de recursos naturais*”, nem mesmo se realizada de forma sustentável. A extração de recursos naturais em RPPN viola a lei do SNUC e o inciso III do § 1º do artigo 225º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, que proíbe “*qualquer utilização*” que comprometa a “*integridade dos atributos*” que justifiquem a proteção de um espaço territorial especialmente protegido (ARAÚJO, 2017; BRASIL, 1988; BRASIL, 2000).

Araújo (2017, p. 3) afirma ainda que o equívoco do artigo 14º da lei do SNUC quanto à classificação das RPPNs gerou distorções nas legislações estaduais e exemplifica com o caso no Rio Grande do Sul onde no artigo 1º do decreto nº 46.519, de 22 de julho de 2009, encontra-se que a Reserva Particular do Patrimônio Natural Estadual (RPPN Estadual) está classificada “*no Grupo das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, cujo objetivo básico é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais, conforme disposto na lei federal 9.985, de 18 de julho de 2000*” (RIO GRANDE DO SUL, 2009; ARAÚJO, 2017).

A lei estadual que contraria normas gerais da União é inconstitucional, atentando contra as normas gerais de competência da União. É inconstitucional, por vício formal, a lei estadual que inaugura relação jurídica contraposta à legislação federal que regula normas gerais sobre o tema. As normas gerais da União estabelecem piso a ser seguido pelos Estados-membros, isto é, um nível mínimo de proteção ambiental, cabendo aos Estados o detalhamento normativo dos assuntos objetivados pelas normas gerais. Apenas a União pode editar normas gerais, que se impõem a todos os entes federados (CF/88, artigo 24º, § 1º c/c § 4º). Na ausência das normas gerais da União, os Estados-membros podem legislar sobre a matéria da legislação concorrente, mas com limitação espacial a seus territórios e apenas para suas peculiaridades, conforme competência legislativa que vem prevista no § 3º do artigo 24º da CF/88, conhecida como competência estadual concorrente cumulativa (ARAÚJO, p. 4, 2017).

Contrário a esse exemplo que vai de encontro ao texto da Lei Magna, na qual estão as “*normas gerais*” do país, a legislação de São Paulo está alinhada com a lei do SNUC, afirmando em seu artigo 3º do decreto nº 51.150, de 3 de outubro de 2006, que a RPPN é entendida como “*área privada, gravada com perpetuidade, com objetivo de conservar a diversidade biológica*” e, seguindo no artigo 9º, onde “*podem ser implementadas ou desenvolvidas [...] atividades de pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais*” e que em seu § 1º “*é vedado o desenvolvimento de atividades que*

comprometam ou alterem os atributos naturais da Reserva Particular do Patrimônio Natural que justificaram sua criação” (SÃO PAULO (Estado) 2006, p. 1, p. 3).

Diante dessa questão, pode-se afirmar que o marco regulatório quanto ao que é uma RPPN deve ser uniforme, para que seja mantido o princípio da isonomia garantido para todos os proprietários perante o Estado brasileiro, assim como o equilíbrio de incentivos à criação de novas RPPNs (ARAÚJO, 2017) .

O mesmo que vale para os Estados federados é válido aos municípios que o compõe. Na cidade de São Paulo, o decreto nº 50.912, 07 de outubro de 2009, trata em seu artigo 9º do uso da área protegida e afirma que *“só poderá ser utilizada para o desenvolvimento de atividades científicas e de visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais, de acordo com o estabelecido em seu Plano de Manejo* (SÃO PAULO (Estado), 2009)”.

Com a entrada em vigor da lei do SNUC, caso algum Estado já possuísse lei sobre RPPN, anteriormente, a entrada da novas lei fez cessar a eficácia da lei anterior, no que ela fosse contrária à lei nova. Onde o Estado não possuía lei própria, qualquer uma que venha a ser editada, após a entrada em vigor da lei do SNUC, deverá ser totalmente compatível a ela, ou será considerada inconstitucional. Uma RPPN, que seja constituída com base em lei estadual ou municipal e que permita, autorize ou, de qualquer modo, promova, em seu interior, atividades de extração de recursos naturais, ainda que traga a sigla de RPPN, efetivamente, não é esse tipo de reserva, porque não está enquadrada na unificação nacional, determinada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, não podendo o proprietário, então, gozar de benefícios legais, como participação em editais de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) e nem para emissão de Cota de Reserva Ambiental (CRA) (ARAÚJO, 2017).

Conclusivamente, o que cabe às RPPNs, em sua natureza jurídica de Proteção Integral, e como se enquadram na classificação das Unidades de Conservação, em um ou outro grupo, são as atividades permitidas em seu interior e não a sua classificação meramente formal, no âmbito legal. A manutenção das RPPNs no grupo de UCs de Uso Sustentável se explica pela impossibilidade de se alterar a estrutura da lei após os vetos, mesmo que esses alterem a classificação intrínseca da unidade de conservação (RIO DE JANEIRO, 2018).

5.6. RPPNs Federais criadas.

Até 14 de outubro de 2019, segundo o painel de indicadores da CNRPPN, existiam no Brasil 1.563 RPPNs criadas em todo o país num total de 888.060,55 hectares. O painel também apresenta outros dados interessantes demonstrando que o maior número de RPPNs criadas está em área de Mata Atlântica (72,8%), bioma principal da área de estudo dessa pesquisa, seguido pelo cerrado (15,7%), bioma presente também em manchas da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo. Tais indicadores apontam ainda para um crescimento das RPPNs criadas na esfera estadual (52,8%), que vem praticamente substituindo as criadas na esfera federal (44,2%). A região Sudeste é a região onde existe um número maior de reservas criadas – 656 (42%), seguida pelo Sul – 403 (26%), Nordeste – 287 (18,%), Centro-Oeste – 163 (10,5%) e Norte – 54 (3,5%) (imagem 5.5) (CNRPPN, 2019).

Imagem 5.5 - Totalização das RPPNs Brasileiras³¹.

Fonte: adaptado pelo autor a partir de CNRPPN (2019).

Na totalização por estados contabilizando a área total, Minas Gerais lidera o ranking com 235.196, 51 hectares, 26,5%, ¼ do total em área no país. O estado de São Paulo figura na 9ª posição com 22.368,92 hectares, apenas 2,5% do total. Em número total de reservas por estado, Minas Gerais também lidera, com 348 RPPNs, criadas até a data de verificação (14 de outubro de 2019) no Painel de Indicadores da Confederação Nacional de RPPN, representando 22% do total. Nesse *ranking* o estado de São Paulo já aparece mais acima na classificação, na 5ª colocação, com 99 RPPNs criadas, representando 6,3% do total. Isso pode indicar que, apesar de figurar entre os cinco estados que mais criam RPPNs, as áreas das propriedades onde foram criadas as RPPNs no estado de São Paulo são pequenas (imagem 5.6) (CNRPPN, 2019).

³¹ Dados coletados em 14 de outubro de 2019.

Para mostrar que a flutuação de resultados desse levantamento não é apenas ascendente, no sentido de termos seres novas RPPNS, o que induziria a um otimismo mais exacerbado com essa política e sua eficácia, aponta-se que em uma leitura dos dados feita em 26 de maio de 2019, praticamente cinco meses antes dos dados colocados anteriormente, o quadro apresentava números superiores de reservas, 1.565, ao contrário dos 1.563 já expostos acima e mais recentes. Pode ter havido também alguma mudança de metodologia adotada pela CNRPPN na contagem das reservas que aponte essa diferença na origem e somatória dos dados. O estado de São Paulo não apresenta, nos dois levantamentos, alteração em número de RPPNs criadas, nem no total da área preservada (imagem 5.7) (CNRPPN, 2019).

Imagem 5.6 - Totalização das RPPNS Brasileiras por estado³².

UF	Área (ha)	UF	Contagem ...
1. MG	235.196,51	1. MG	348
2. MT	180.715,19	2. PR	282
3. MS	152.241,89	3. BA	157
4. PR	53.408,91	4. RJ	152
5. BA	53.063,46	5. SP	99
6. GO	40.529,67	6. SC	84
7. PI	33.691,47	7. GO	81
8. SC	29.793,48	8. ES	57
9. SP	22.368,92	9. MS	56
10. CE	15.837,81	10. RS	37
11. RJ	13.868,76	11. CE	36
12. AP	10.113,98	12. AL	26
13. PB	7.206,27	13. PE	25
14. ES	6.256,19	14. MT	21
15. TO	5.469,59	15. AM	20
16. PE	5.068,15	16. MA	12
17. RS	4.348,74	17. PB	11
18. MA	3.829,12	18. TO	10
19. RN	3.642,11	19. RO	9
20. RO	3.290,7	20. SE	8
21. PA	2.837,8	21. PI	6
22. AL	1.586,78	22. RN	6
23. SE	1.398,66	23. PA	6
24. AM	1.068,72	24. DF	5
25. RR	1.047,54	25. AP	5
26. DF	142,12	26. RR	3
27. AC	38,01	27. AC	1

Fonte: adaptado pelo autor a partir de CNRPPN (2019).

Imagem 5.7 - Totalização das RPPNS Brasileiras³³.

Fonte: CNRPPN (2019).

³² Dados coletados em 14 de outubro de 2019.

³³ Dados coletados em 26 de maio de 2019.

A distribuição das RPPNs por municípios que se encontram, no território nacional, levantada até 2011, podem ser vistas no mapa 5.1, que indica uma maior concentração das reservas nas regiões sudeste e sul do país, no bioma de Mata Atlântica (CNRPPN, s. d.).

Em julho de 2015, segundo mapa elaborado pela CPRPPN, havia no Brasil 1.351 RPPNs. A imagem 5.8 mostra a distribuição de RPPNs por estado, com Minas Gerais encabeçando a lista, com 281 reservas, seguida pelo Paraná com 252, Rio de Janeiro com 150, Bahia com 128 e o estado de São Paulo na quinta posição, com apenas 81 áreas (FREPESP, 2015).

No *site* do ICMBio, pode ser acompanhada também a totalização das reservas em número e área por estado, mas apenas para as RPPNs Federais, criadas pelo órgão. (dado tomado em 14 de outubro de 2019) (quadro 5.5) (ICMBIO, 2019).

Mapa 5.1 - Municípios com RPPNs no Brasil³⁴.

Fonte: adaptado pelo autor a partir de CNRPPN (sem data).

³⁴ Dados de julho 2011 segundo a CNRPPN. Não encontrado no site da entidade mapa atualizado.

Imagem 5.8 - Distribuição de RPPNs por estado.

Fonte: FREPESP (2015).

Quadro 5.5 - Reservas particulares do patrimônio natural por estado no Brasil.

Estado	Número de RPPN	Área das RPPN (ha)	Estado	Número de RPPN	Área das RPPN (ha)
AC	1	38.01	PB	9	6657.72
AL	7	610.58	PE	12	3467.71
AM	14	879.80	PI	6	33690.85
AP	5	10113.98	PR	18	8185.46
BA	112	47765.39	RJ	66	6066.02
CE	36	15837.81	RN	7	3731.25
DF	5	142.12	RO	10	3848.76
ES	10	646.18	RR	3	1047.54
GO	70	36862.48	RS	34	4302.31
MA	12	3829.12	SC	70	29526.83
MG	88	30481.08	SE	8	1398.66
MS	16	86766.14	SP	47	4549.76
MT	15	172980.67	TO	10	5496.74
PA	6	2837.80	TOTAL	697	521760.79

Fonte: ICMBio (2019a).

Em termos comparativos, as 1.423 áreas públicas protegidas representam no Brasil 59,89% do total de Unidades de Conservação, somando 254.350.027 hectares de área protegida, representando assim a proteção de 18,55% do território brasileiro (imagem 5.9).

Imagem 5.9 - Totais das Unidades de Conservação de gestão pública.

Fonte: adaptado pelo autor a partir de MMA (2019).

Já as 953 áreas privadas protegidas representam no Brasil 40,11% do total de Unidades de Conservação, somando 582,934 hectares, mas protegem apenas 0,07% do território nacional. A Mata Atlântica, bioma principal da área de estudo desta pesquisa, apresenta um total de 9,54%, de todas as áreas de proteção brasileiras somadas. Em número total de áreas, existem 755 áreas públicas protegidas e 609 áreas privadas protegidas³⁵ (imagem 5.10) (MMA, 2019).

Imagem 5.10 - Totais das Unidades de Conservação de gestão privada.

Fonte: adaptado pelo autor a partir de MMA (2019).

³⁵ Dados coletados em 23 de outubro de 2019.

Com esses dados é possível verificar que, enquanto a relação público/privadas em número total de reservas se encontra na proporção 60%/40%, se considerarmos o número total em área (ha) a proporção já se torna 99,8%/0,2%.

Segundo o MMA (2019), o estado de São Paulo possui 75 RPPNs, que representam 3,16% do total de Unidades de Conservação brasileiras, protegendo 10.404 hectares (imagem 5.11). Enquanto que, pela CNRPPN (2019), existem 1.563 RPPN, pelo MMA (2019) são 953 RPPNs. A diferença numérica gera um número expressivo de 610 áreas. Seriam computadas as áreas na tabulação do MMA (2019) apenas as áreas criadas pelo Governo Federal? Se são, parece não fazer muito sentido esse agrupamento de dados, no qual deveria constar todas UCs do país já que a legislação do SNUC unifica as categorias em todo território nacional.

A imagem 5.11 mostra os totais para as RPPNs do estado de São Paulo no *site* do Ministério do Meio Ambiente.

Imagem 5.11 - RPPNs do estado de São Paulo.

Fonte: adaptado pelo autor a partir de MMA (2019).

Apesar dos dados no *site* da CNRPPN (2019) (imagens 5.5, 5.6 e 5.7), do ICMBIO (2019a), (quadro 5.5) e do MMA (2019) (imagens 5.9, 5.10 e 5.11), terem sido obtidos praticamente na mesma data, os dados para o total de RPPNs para o estado de São Paulo são bem diferentes em cada uma das fontes consultadas na mesma data. A totalização do ICMBIO tem sua diferença mais facilmente explicada, pois totaliza apenas as RPPNs federais, criadas pelo órgão. Quanto aos dados do MMA e da CNRPPN, não foram encontrados nos *sites* a origem das informações que alimentam cada banco de dados que são atualizados com

frequência em ambas as plataformas. Se é o órgão público que aceita e cria as RPPNs, causa certa estranheza que o dado da Confederação das RPPNs seja significativamente maior que o do Ministério do Meio Ambiente, cerca de 30%. Uma suposição para isso seria crer que possa haver um atraso no lançamento dos dados na publicação feita pelo órgão público representado pelo Ministério do Meio Ambiente. Mas, de qualquer forma, como a diferença é considerada significativa entre os dados apresentados pelas diferentes instituições consultadas na mesma data, é difícil afirmar o total de RPPNs existentes no estado e mesmo no Brasil (quadro 5.6). Desse modo, os dados aqui apresentados devem ser considerados como uma estimativa.

Quadro 5.6 - Total das RPPNs no estado de São Paulo, segundo diferentes fontes.

Total de RPPNs no estado de São Paulo	
Confederação das RPPNs	99
ICMBio	47
Ministério do Meio Ambiente	75

Fonte: elaborado pelo autor a partir de CNRPPN (2019), ICMBio (2019a) e MMA (2019).

5.7. Documentos exigidos para criar uma RPPN Federal.

No quadro 5.7 está a comparação entre o decreto nº 98.914, de 31 de janeiro de 1990, e o decreto nº 1.922, de 5 de junho de 1996, e em azul são apontadas as mudanças realizadas a partir das alterações que foram feitas no decreto mais recente, no que diz respeito às exigências feitas para que um proprietário rural inicie seu processo para pedir a ratificação de sua área ou parte dela como RPPN (BRASIL, 1990; 1996).

Talvez a mudança mais fundamental de um decreto para outro tenha sido a do artigo 5º do decreto nº 1.922, de 5 de junho de 1996, pois tirou a exclusividade da criação de RPPNs do Governo Federal, abrindo a possibilidade de órgãos estaduais de meio ambiente contribuírem com a recepção da documentação e o andamento do processo de criação da reserva, dando maior agilidade a esse para apostar em um crescente número de adesões dos proprietários rurais ao programa de conservação ambiental de propriedades privadas. Também abriu caminho para que fossem propostos dispositivos legais pelos estados da União. Essa assertiva tem possibilitado uma ampliação altamente desejável de RPPNs no país, além da descentralização de vistorias e fiscalizações, desafogando a área federal. Essa descentralização estadual de RPPNs é prevista expressamente nesse decreto e recepcionada pela lei federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que, em seu artigo 3º dispõe: “*O Sistema Nacional de Unidades de Conservação de Natureza (SNUC) é constituído pelo conjunto de*

unidades de conservação federais, estaduais e municipais, de acordo com o disposto nesta Lei". O decreto de 1996 também adicionou maior detalhamento dos limites da área exigindo plantas a serem anexadas aos documentos (BRASIL, 2000 p. 2; RIO DE JANEIRO (Estado), 2018).

Quadro 5.7 – Mudanças na documentação exigida para a criação de RPPNs federais³⁶.

Decreto nº 98.914, de 31 de janeiro de 1990.	Decreto nº 1.922, de 5 de junho de 1996.
“Dirigir requerimento (artigo 2º) ao Superintendente Regional do IBAMA na Unidade da Federação.”	“Dirigir requerimento (artigo 5º) ao Superintendente Regional do IBAMA na Unidade da Federação ou junto ao Órgão Estadual do Meio Ambiente (OEMA). ”
“Cópias autenticadas de:	“Cópias autenticadas de:
I do título de domínio, com matrícula no Cartório de Registro de Imóveis competente.	I - título de domínio, com matrícula no Cartório de Registro de Imóveis competente.
II da cédula de identidade do proprietário, sendo este pessoa natural.	II - cédula de identidade do proprietário, quando se tratar de pessoa física.
III do ato que designou o representante legal da pessoa jurídica proprietária, com os poderes necessários.	III - ato de designação de representante quando se tratar de pessoa jurídica.
IV da quitação do Imposto Territorial Rural (ITR).”	IV - quitação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR);
-----	V - plantas de situação, indicando os limites, os confrontantes, a área a ser reconhecida e a localização da propriedade no município ou região.”
“Parágrafo único. Serão preferencialmente apreciados pelo IBAMA os requerimentos referentes a imóveis vizinhos das florestas de preservação permanente, ou de outras áreas cujas características devam ser conservadas, no interesse do patrimônio natural do País.”	“Parágrafo único. Serão prioritariamente apreciados pelo órgão responsável pelo reconhecimento os requerimentos referentes aos imóveis contíguos às unidades de conservação ou a áreas cujas características devam ser preservadas no interesse do patrimônio natural do país.”

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Brasil (1990, 1996).

O mapa 5.2 apresenta os limites e um descritivo da RPPN Sítio Capuavinha, Mairiporã, SP, com 5 hectares, como parte do memorial descritivo que o proprietário Eugenio Victor Colman enviou para criação da reserva junto ao IBAMA. A RPPN foi criada pela portaria ICMBio nº 31, de 2 de março de 2001 (ICMBIO, 2001; FOLLMANN, 2019).

Já as imagens 5.12 e 5.13 apresentam o croqui das glebas da área da Fazenda San Michele, de São José dos Campos, SP, com 40,97 hectares como parte do memorial descritivo que o proprietário Gregório Eduardo Franco Vino enviou para criação da reserva de mesmo nome junto ao IBAMA. A RPPN foi criada pelo ICMBio através da portaria nº 57, de 23 de abril de 2001 (ICMBIO, 2001c).

E a imagem 5.14, do *site* do ICMBio, mostra os dados de localização da RPPN Meandros, localizada na Fazenda Meandros, Ibiúna, SP, com 111,30 hectares de propriedade

³⁶ Em azul estão destacadas as alterações feitas do decreto nº 98.914, de 31 de janeiro de 1990, para o decreto nº 1.922, de 5 de junho de 1996.

do espólio de Walter Martins Ferreira, na época da solicitação de criação da reserva. A RPPN foi criada pelo ICMBio, através da portaria nº 157, de 24 de outubro de 2001. Essa informação é parte do memorial descritivo para criação da reserva, mas não apresenta nenhum detalhamento fornecido pelo *site* do órgão governamental e foi colocada como “*imagem meramente ilustrativa do mapa da RPPN que foi gerado através das coordenadas inseridas no SIMRPPN*” (ICMBIO, 2001d).

Diversas RPPNs mostram apenas uma tela como essa na página do ICMBio na internet não apresentando detalhamento na informação pública sobre a área. No entanto, deveriam constar, no *site*, as poligonais detalhadas da reserva já que a área tem outras finalidades que poderiam ser estudadas para se adquirir informações mais precisas sobre a sobre a área e seu contexto. Além de que, se os dados fossem expostos dessa maneira no *site*, haveria nele a transparência que o processo exige, pois, mesmo sendo a propriedade privada, a mesma passa a ser de utilidade pública e as informações sobre ela devem ser garantidas à sociedade (ICMBIO, 2001a).

Depois do envio da documentação e da aprovação dessa pelo órgão público responsável por avalia-la - para as reservas federais, através do ICMBio – é publicado em diário oficial o reconhecimento da área a ser preservada, como pode ser visto na imagem 5.15, na qual pode ser observada em destaque a publicação da portaria nº 145, de 30 de dezembro de 1992, criando a RPPN Carbocloro, Cubatão, SP, pertencente à empresa Carbocloro S/A Indústrias Químicas, com 0,7 hectares, sendo essa a primeira área sob proteção privada dentro da área de estudo da pesquisa (ICMBIO, 1993).

Com o aceite do órgão ambiental, após emitir parecer, incluindo a análise da documentação apresentada, deveria ser feita a solicitação ao proprietário para que esse tomasse as providências no sentido de firmar o termo de compromisso. Com a homologação do pedido e após a publicação do ato de reconhecimento, o proprietário deveria, no prazo de 60 (sessenta) dias, segundo o decreto nº 1.922, de 5 de junho de 1996, promover a averbação do termo de compromisso no Cartório de Registro de Imóveis competente, gravando a área do imóvel reconhecida como Reserva, em caráter perpétuo, nos termos do que dispõe o artigo 6º da lei nº 4.771, de 15 de junho de 1965, a fim de ser emitido o título de reconhecimento definitivo da reserva. Se esse prazo for cumprido o decreto nº 1.922 determina que: “*o descumprimento, pelo proprietário, da obrigação referida no parágrafo anterior importará na revogação da portaria de reconhecimento* (BRASIL, 1965, 1996)”.

Mapa 5.2 - Limites e descritivo da RPPN Sítio Capuavinha, Mairiporã, SP.

Fonte: Documento cedido pelo proprietário, em Follmann (2019).

Imagem 5.12 - Croqui I da RPPN Fazenda San Michele, São José dos Campos, SP.

Fonte: ICMBio (2019a, b) .

Imagem 5.13 - Croqui II da RPPN Fazenda San Michele, São José dos Campos, SP.

Fonte: ICMBio (2019a, b) .

Imagem 5.14 - Localização da RPPN Meandros como se apresenta no *site* do órgão público.

Fonte: ICMBio (2019a, b) .

Imagem 5.15 - Publicação em Diário Oficial da criação da RPPN Carbocloro, Cubatão, SP.

Fonte: ICMBio (1992).

A imagem 5.16 traz a certidão de matrícula com averbação em cartório de registro de imóveis da RPPN Sítio Pithon criada pela portaria nº 11, de 24 de fevereiro de 1997, de posse de Béles Tibor³⁷ e Béles Piroška para parte da propriedade em Araçariguama, SP, totalizando 26 hectares (BÉLES, 2019).

A imagem 5.17 mostra o título de reconhecimento definitivo emitido pelo IBAMA, em 1997, para a RPPN Sítio Pithon, Araçariguama, SP, no qual se pode verificar que houve o registro definitivo da área gravada em “*cartório com perpetuidade em benefício das futuras gerações*”. Consta também o parecer do órgão sobre a área: “*reserva representativa de floresta estacional semi-decidual, com relevo e generosa rede hídrica*” (BÉLES, 2019 p. 1.).

Já a imagem 5.18 mostra o título de reconhecimento definitivo emitido pelo IBAMA, em 1995, para a criação da RPPN Sítio Curucutú, São Paulo, SP, ratificada pela portaria nº 102, de 20 de dezembro de 1995, com 10.89 hectares, no qual se pode verificar que houve o registro definitivo da área gravada em “*cartório com perpetuidade, para proteger a biodiversidade em benefício das futuras gerações*”. Consta também o parecer do órgão sobre a área: “*reserva representativa de remanescente de Mata Atlântica, refúgio de fauna, com diversas espécies florísticas em extinção, relevante beleza cênica e significativo potencial hídrico*” (ROSO, 2019a).

Na documentação gentilmente cedido pelo atual proprietário Vicente Lentini Neto da RPPN Sítio Ryan, Itapevi, SP, comprada de Márcia Snowden Ryan que solicitou o pedido da reserva e o tal foi ratificado na portaria MMA nº 112/93-n, em 20 de outubro de 1993, pode-se verificar na certidão de matrícula do imóvel que não consta a averbação que deveria ter sido pedida em cartório. Como o pedido é anterior ao decreto nº 1.922, de 5 de junho de 1996, a proprietária deveria ter cumprido o artigo 6º, parágrafo 2º do decreto nº 98.914, de 31 de janeiro de 1990, no qual consta que “*o descumprimento, pelo proprietário, da obrigação referida neste artigo importará a revogação do ato de reconhecimento da Reserva*”. Por esse entendimento legal, essa RPPN não existe como considera Araújo (2007), “*seria, mas não é*” (imagem 5.19) (ICMBIO, 1993c; BRASIL, 1990; NETO, 2019).

³⁷ Por se tratarem de um casal de origem húngara, o sobrenome – Béles – aparece antes do nome com foi usado na grafia para o Sr. Tibor, respeitando isso, foi aplicado o mesmo no nome da esposa. Essa distinção também serve para que a citação seja mencionada de forma correta, já que o documento foi fornecido pelo filho Tibor George Béles, que já adota a grafia para nomes utilizada no Brasil.

Imagem 5.16 - Certidão de matrícula com averbação (RPPN Sítio Python, Araçariguama, SP).

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
TÍTULOS E DOCUMENTOS, CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
COMARCA DE SÃO ROQUE - SP

ARI JOSÉ ALVES - OFICIAL
Avenida Antônio Dias Berto, 700 Centro - Fone: (11) 4712-8026 - Tel. 4712-1621 - 4712-9804 e 4712-1773

C E R T I D ã O

C E R T I F I C A, a pedido verbal de pessoa interessada, que revendo no Registro Imobiliário lhe delegado, o livro de número 3-AI, de Transcrição das Transmissões, dele verificou constar à folha 101, a transcrição do seguinte teor: "Nº DE ORDEM: 25394 - Anteriores: 10340 e 10341 - 3U.- DATA: Seis de novembro de 1970.- CIRCUNSCRIÇÃO: São Roque.- DENOMINAÇÃO OU RUA E NÚMERO DO IMÓVEL: Bairro de São Romão, Araçariguama.- CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES: Um imóvel rural, situado no bairro de São Romão, do distrito de Araçariguama, deste município e comarca, com a área de 12.338 alqueires ou 29,8596 hectares, contendo três casinhas de tijolos e telhas, com três cômodos cada uma e um barracão de 9 x 11 ms., tudo dentro das seguintes divisas e confrontações: começa na estrada de Araçariguama, nas divisas de Nicolau Ferreira de Souza; segue dividindo com este, por cerca de arame, na extensão de 143,00 ms. aproximadamente, até o rio Terra Baixa; aí desce pelo rio Terra Baixa, tendo ao lado oposto, terras de Leone Mott, até as divisas de Raimundo de Mattos; aí deflete à esquerda e sobe por um córrego, dividindo com o mesmo Raimundo de Mattos, até uma cerca de arame, na divisa de Albertino Fernandes de Araújo, sucessor de João Prestes; aí deflete à esquerda e segue reta de 326,00 ms., por cerca, até um marco, deflete à esquerda e segue pela mesma cerca, até outro marco, à margem da estrada de Araçariguama, medindo até aqui, 371,00 ms. e dividindo com o mesmo Albertino Fernandes de Araújo, sucessor de João Prestes; deflete à esquerda e segue pela estrada de Araçariguama, na extensão de 565,00 ms., até encontrar as divisas de Nicolau Ferreira de Souza, onde foi o ponto de partida.- São Roque, 6 de novembro de 1970. O Oficial Maior, (a) Jair Fernandes.- NOME, DOMICÍLIO, PROFISSÃO, ESTADO E RESIDÊNCIA DO ADQUIRENTE: BELES TIBOR, aeronauta e sua mulher PIROSKA BELES, de prendas domésticas, ambos brasileiros naturalizados, residentes em São Paulo.- NOME, DOMICÍLIO, ESTADO, PROFISSÃO E RESIDÊNCIA DO TRANSMITENTE: ARONE ULISSES e sua mulher CUSTODIA ULISSES, brasileiros, proprietários, residentes em Araçariguama, deste município.- TÍTULO DE TRANSMISSÃO: Compra e venda.- FORMA DO TÍTULO, DATA E SERVENTUÁRIO: Escritura lavrada pelo oficial maior do segundo Cartório de Notas desta cidade - Heli Ramazzini, em 28 de novembro de 1969, no livro nº 178, fls. 18.- VALOR DO CONTRATO: Cr\$12.960,00 (doze mil, novecentos e sessenta cruzeiros).- CONDIÇÕES DO CONTRATO: Não há.- AVERBAÇÕES: O imóvel à margem acha-se cadastrado no Ibra, em nome do transmitente, sob nº 410903602003, com a área de 29,8 has., nº de módulos 2,48 e fração mínima de parcelamento 12,0 has., conforme certificado de cadastro apresentado.- Av. 1) Certifico, à requerimento do proprietário, subscrito em São Paulo, aos 17 de junho de 1.997, instruído com Termo de Compromisso subscrito em São Paulo aos 12 de junho de 1.997 e com cópia da portaria nº 11/97 - N de 24 de fevereiro de 1.997, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis - IBAMA, publicada no D. O. de 25/02/97, que parte do imóvel à margem transcrita, com a superfície de 26,00 hectares, foi reconhecido como RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL, DE INTERESSE PÚBLICO, EM CARÁTER DE PERPETUIDADE, condicionando-se o titular do imóvel ao cumprimento das exigências contidas no Decreto nº 1.922 de 05 de junho de 1.996 em especial no seu art. 8º. Dou fé. São Roque, 14 de julho de 1.997. A Subst. (a.) Tânia Maria Joana Berton Silvino".- "E R A o que se continha na referida transcrição, para aqui, bem e fielmente trasladada do seu original".- Dá fé. São Roque, vinte e dois (22) de Fevereiro de dois mil e seis (2.006).- Eu, [assinatura], Escrevente, conferi, achei conforme, a subscreeva e assino.

VALQUÍRIA APARECIDA POSSE ALBUQUERQUE
Escrevente

(EMOLUMENTOS PAGOS POR VERBA)

VALIDADE DE (30) TRINTA DIAS
(P/ FINS DO ART. 1º, INC. IV DO DECRETO N. 93.240 DE 09/09/1986)

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE SÃO ROQUE - SP
ARI JOSÉ ALVES - OFICIAL
Nº 11 - RUA JOSÉ ALVES DE ARAÚJO
VALQUÍRIA APARECIDA POSSE ALBUQUERQUE
LEONIA TEIXEIRA DE CARVALHO FERNANDES

COTA RECIBO CUSTAS, EMOLUMENTOS E CONTRIBUIÇÕES	
OFICIAL	R\$ 10,52
ESTADO	R\$ 4,73
CARTERA	R\$ 3,50
SINDRES	R\$ 0,88
TREB. JUST.	R\$ 0,88
TOTAL	R\$ 20,51

Fonte: documento cedido pelo proprietário Béles (2019).

Imagem 5.17 - Título recebido pela criação da RPPN Sítio Python, em 1997.

RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL
(Decreto nº 98.914, de 31.01.90)

TÍTULO DE RECONHECIMENTO

Por iniciativa de seu proprietário

BELÉNS TIBOR

fica reconhecida, de acordo com a Portaria nº 11, de 24 de fevereiro de 1997 do IBAMA, a Reserva Particular do Patrimônio Natural denominada:

SÍTIO PYTHON - MUNICÍPIO DE ARACARIGUAMA - SP

Esta Reserva representativa de floresta estacional semidecidual, com relevo e generosa rede hídrica.

foi gravada em Cartório com perpetuidade, em benefício das futuras gerações.

BELÉNS TIBOR
PROPRIETÁRIO

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI
DIRETOR/DEREC

de
EDUARDO DE SOUZA MARTINS
PRESIDENTE/IBAMA

Obs.: Decreto 1922 de 05/06/96

IBAMA Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Fonte: documento cedido pelo proprietário, Béles (2019).

Imagem 5.18 - Título de reconhecimento da RPPN Sítio Curucutú, em 1995³⁸.

Fonte: documento cedido pelo proprietário, Roso (2019a).

O quadro 5.8 demonstra mais uma vez que as leis não são estáticas e apresenta quais foram as alterações quanto às exigências para o proprietário criar a RPPN avançando desde o decreto nº 98.914, de 31 de janeiro de 1990, passando pelo decreto nº 1.922, de 5 de junho de 1996, e chegando à instrução normativa nº 07, de 17 de dezembro de 2009, do ICMBio que torna mais específico e complexo o processo de criação da RPPN, partindo das experiências anteriores somadas (BRASIL, 1990; 1996; ICMBIO, 2009).

As mudanças da instrução normativa nº 07, de 17 de dezembro de 2009, com relação ao decreto nº 1.922, de 5 de junho de 1996, foram feitas por necessidades jurídicas de maiores garantias na criação das RPPNs, evoluindo em seu detalhamento como pode ser visto no item a) inciso I que exige, além da assinatura do proprietário, a assinatura também do cônjuge ou convivente. Também há um detalhe no inciso II que trata da exigência para pessoa jurídica de que o requerimento deverá “*ser assinado pelos seus membros ou representantes com poder de disposição de imóveis*”. E aparece no inciso III, pela primeira vez na legislação, a figura de condôminos como proprietários de RPPNs e, nesses casos, exige-se que “*todos os condôminos deverão assinar o requerimento ou indicar um representante legal, mediante a apresentação de procuração*” (BRASIL, 1996; ICMBIO, 2009).

³⁸ Nota-se o engano sobre a menção da cidade em que a reserva se localiza como “*município Parelheiros - SP*”, no título de reconhecimento, tal menção que na verdade trata-se de um engano, já que este é um bairro no município de São Paulo, SP.

Imagem 5.19 - Certidão de matrícula do imóvel sem a averbação de criação da RPPN.

matrícula -6.687-	ficha =1= verso
-----------------------------	---------------------------

R. 1/Matrícula numero 6.687 em 11 de abril de 1978.-

TITULO:- VENDA E COMPRA.-

Por escritura de 06 de Abril de 1978, Livro 73, folhas 73, do Cartório do Registro Civil e Tabelionato do Município de Itapetví, deste Estado, os proprietários retro qualificados, transmitiram por venda feita à **MARCIA SNOWDEN RYAN**, americana, portadora da cédula de identidade de estrangeiros, RG numero 1.804.363, RE 405 016, e, do CIC nº 039 936 638/53, proprietária, casada no regime de separação de bens com **FRANK ALVIN RYAN** (RG nº 1.763.293-SP), residentes à Rua Conde de Itú, Santo Amaro, na capital do Estado, o imóvel da presente matrícula, retro descrito e confrontado, pelo preço de cr\$731.000,00 (quinhentos e trinta e um mil cruzeiros).-

O Escrevente Autorizado
(Jonas Francisco de Souza).
O Oficial,
(João Miguel Machado Filho).
Custas:-cr\$500,00-100,00-75,00-675.00.

QUALIFICAÇÃO.-

Pelo requerimento adiante mencionado, procedo a presente para constar que a proprietária **MÁRCIA SNOWDEN RYAN** é portadora atualmente da cédula de identidade para estrangeiro RNE. nº **W-390.924-Q** e inscrita no CPF/MF nº **039.936.638-53**, conforme prova os documentos ora apresentados e microfilmados.-

EU (SUELI A. DOS SANTOS) escrevente autorizada, digitei, EU (Bel. JOSÉ ROBERTO S. SANTOS) escrevente autorizado conferi e achei conforme.-
D.R\$ 8,31

Av.03, em 19 de agosto de 2005.-

ESTADO CIVIL.-

A requerimento firmado aos 05 de agosto de 2005, em São Paulo-SP, procedo a presente para constar que o estado civil da proprietária **MÁRCIA SNOWDEN**

- segue ficha 02 -

Fonte: documento cedido pelo proprietário, Neto (2019).

Quadro 5.8 - Mudanças na documentação exigida para a criação de RPPNs federais³⁹.

Decreto federal nº 1.922, 5 de junho de 1996.	Instrução normativa nº 07, 17 de dezembro de 2009.
“Dirigir requerimento (artigo 5º) ao Superintendente Regional do IBAMA na Unidade da Federação ou junto ao Órgão Estadual do Meio Ambiente (OEMA).”	“a) requerimento gerado pelo Sistema SIMRPPN. I - o requerimento relativo à propriedade de pessoa física deverá conter a assinatura do proprietário e do cônjuge ou convivente, se houver; II - o requerimento relativo à propriedade de pessoa jurídica deverá ser assinado pelos seus membros ou representantes com poder de disposição de imóveis, conforme seu ato constitutivo e alterações posteriores e III - quando se tratar de condomínio, todos os condôminos deverão assinar o requerimento ou indicar um representante legal, mediante a apresentação de procuração.”
Cópias autenticadas de:	
“I título de domínio, com matrícula no Cartório de Registro de Imóveis competente.”	“f) título de domínio do imóvel no qual se constituirá a RPPN; g) certidão de matrícula e registro do imóvel no qual se constituirá a RPPN, indicando a cadeia dominial válida e ininterrupta, trintenária ou desde a sua origem. (A critério do proprietário, poderão ser encaminhados os memoriais descritivos emitidos pelo SIMRPPN, assinados por profissional habilitado, com a devida ART, em substituição ao item “i”. - Quando o título de domínio do imóvel contiver a descrição da cadeia dominial trintenária) ininterrupta ou desde a sua origem, fica dispensada a apresentação de certidão de cadeia dominial trintenária prevista no item “g””
“II cédula de identidade do proprietário, quando se tratar de pessoa física.”	“b) cédulas de identidade dos proprietários, do cônjuge ou convivente, do procurador, se for o caso, e dos membros ou representantes, quando pessoa jurídica. ”
“III ato de designação de representante quando se tratar de pessoa jurídica.”	“Quando for pessoa jurídica, o interessado deverá apresentar, ainda: j) cópia autenticada dos atos constitutivos e suas alterações; l) certidão do órgão de registro de empresas ou de pessoas jurídicas, indicando a data das últimas alterações nos seus atos constitutivos. ”
“IV quitação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.”	“c) - certidão negativa de débitos expedida pelo órgão de administração tributária competente para arrecadação dos tributos relativos ao imóvel.”
“V plantas de situação, indicando os limites, os confrontantes, a área a ser reconhecida e a localização da propriedade no município ou região.”	“h) planta impressa da área total do imóvel indicando os limites; os confrontantes; a área a ser reconhecida, quando parcial; a localização da propriedade no município ou região, e as coordenadas dos vértices definidores dos limites do imóvel rural e da área proposta como RPPN, georreferenciadas de acordo com o Sistema Geodésico Brasileiro, indicando a base cartográfica utilizada e assinada por profissional habilitado, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). ”
_____	“d) certificado do Cadastro do Imóvel Rural (CCIR).”
_____	“e) três vias do Termo de Compromisso, na forma do Anexo I da IN 07/2009, assinadas por quem firmar o requerimento de criação da RPPN; i) memorial descritivo impresso dos limites do imóvel e da área proposta como RPPN, quando parcial, georreferenciado, indicando a base cartográfica utilizada e as coordenadas dos vértices definidores dos limites, assinado por profissional habilitado, com a devida ART.”
“Parágrafo único. Serão prioritariamente apreciados pelo órgão responsável pelo reconhecimento os requerimentos referentes aos imóveis contíguos às unidades de conservação ou a áreas cujas características devam ser preservadas no interesse do patrimônio natural do país.”	_____

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Brasil (1996); ICMBio (2009)⁴⁰.

³⁹ Em azul estão destacadas as alterações feitas do decreto nº 1.922, de 5 de junho de 1996 para a Instrução Normativa nº 07, 17 de dezembro de 2009.

As mudanças da instrução normativa nº 07, de 17 de dezembro de 2009, com relação ao decreto nº 1.922, de 5 de junho de 1996, foram feitas por necessidades jurídicas de maiores garantias na criação das RPPNs, evoluindo em seu detalhamento como pode ser visto no item a) inciso I que exige, além da assinatura do proprietário, a assinatura também do cônjuge ou convivente. Também há um detalhe no inciso II que trata da exigência para pessoa jurídica de que o requerimento deverá “*ser assinado pelos seus membros ou representantes com poder de disposição de imóveis*”. E aparece no inciso III, pela primeira vez na legislação, a figura de condôminos como proprietários de RPPNs e, nesses casos, exige-se que “*todos os condôminos deverão assinar o requerimento ou indicar um representante legal, mediante a apresentação de procuração* (BRASIL, 1996; ICMBIO, 2009)

Quanto à certidão de matrícula, é reforçada a exigência de nessa estar indicada “*a cadeia dominial válida e ininterrupta, trintenária ou desde a sua origem*”. No item relacionado à localização da propriedade no município ou região, passam a ser feitas maiores exigências, sendo solicitado que as coordenadas dos vértices definidores dos limites do imóvel rural e da área proposta como RPPN sejam “*georreferenciadas de acordo com o Sistema Geodésico Brasileiro, indicando a base cartográfica utilizada e assinada por profissional habilitado, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART*”. Passam também a serem exigidos o certificado do Cadastro do Imóvel Rural (CCIR) e o memorial descritivo impresso dos limites do imóvel e da área proposta como RPPN. Quanto ao prazo para o proprietário averbar o termo de compromisso da RPPN, o artigo 7º da instrução normativa manteve os sessenta dias já previsto na lei de 1996 (ICMBIO, 2009).

A imagem 5.20 apresenta o memorial descritivo dos limites do imóvel e da área proposta da RPPN Lafigueira - Naturarte, Piracaia, SP, com 33,69 hectares criada pela portaria nº 371, de 30 de maio de 2017, que o proprietário Thomas Pierre Breu enviou para a criação da reserva junto ao IBAMA (ICMBIO, 2017b, c).

O quadro 5.9, por sua vez, apresenta em ordem cronológica as 21 RPPNs Federais criadas na área de estudo da pesquisa, intercaladas pelos decretos, nos quais foram sendo mudadas as exigências para a criação da RPPN no Estado de São Paulo. Destacadas em fundo amarelo estão as RPPNs criadas por pessoa jurídica (9) e, em verde, as que possuem pessoa física como proprietária (12). Desse modo, consta no quadro os municípios, os proprietários, todas as portarias de criação dessas reservas e a área (ha) de cada uma (ICMBIO, 2019b).

⁴⁰ Os itens desse quadro não estão numerados em ordem sequencial (a), b), c), etc.), mas citados conform os itens constantes na legislação.

Imagem 5.20 - Memorial descritivo dos limites do imóvel e da área proposta da RPPN Lafigueira - Naturarte, Piracaia, SP obtida no *site* do ICMBio.

20/03/2019

ICMBio - SIMRPPN | Impressão Requerimento - Memorial Descritivo

MEMORIAL DESCRITIVO DA RPPN: LAFIGUEIRA - NATURARTE

Nome do Imóvel: Lafigueira	Comarca: São Paulo - SP
Proprietário: Thomas Pierre Brieu	
Município: Piracaia	UF: São Paulo
Matrícula: 11991	
Área: 33,68 ha	
Profissional: Cesar Henrique Dias Aranega	CREA: 5062402485
Sistema UTM - Zona 23 S - SAD69	

A Área 1 da RPPN do imóvel Lafigueira inicia-se no Ponto 1 de coordenadas N 7452081,26 e E 355818,09, segue até o Ponto 2 de coordenadas N 7452002,82 e E 355638,66, segue até o Ponto 3 de coordenadas N 7452043,84 e E 355602,25, segue até o Ponto 4 de coordenadas N 7452049,90 e E 355588,60, segue até o Ponto 5 de coordenadas N 7452069,62 e E 355590,73, segue até o Ponto 6 de coordenadas N 7452074,07 e E 355589,06, segue até o Ponto 7 de coordenadas N 7452075,38 e E 355574,96, segue até o Ponto 8 de coordenadas N 7452083,45 e E 355563,11, segue até o Ponto 9 de coordenadas N 7452104,86 e E 355530,55, segue até o Ponto 10 de coordenadas N 7452227,50 e E 355601,53, segue até o Ponto 11 de coordenadas N 7452269,65 e E 355634,56, segue até o Ponto 12 de coordenadas N 7452276,39 e E 355638,34, segue até o Ponto 13 de coordenadas N 7452303,35 e E 355658,93, segue até o Ponto 14 de coordenadas N 7452330,67 e E 355693,73, segue até o Ponto 15 de coordenadas N 7452356,45 e E 355728,71, segue até o Ponto 16 de coordenadas N 7452367,16 e E 355741,16, segue até o Ponto 17 de coordenadas N 7452389,47 e E 355760,08, segue até o Ponto 18 de coordenadas N 7452378,13 e E 355770,13, segue até o Ponto 19 de coordenadas N 7452452,41 e E 355871,01, segue até o Ponto 20 de coordenadas N 7452585,89 e E 355938,65, segue até o Ponto 21 de coordenadas N 7452613,59 e E 356042,51, segue até o Ponto 22 de coordenadas N 7452642,38 e E 356097,78, segue até o Ponto 23 de coordenadas N 7452671,47 e E 356138,01, segue até o Ponto 24 de coordenadas N 7452717,44 e E 356182,63, segue até o Ponto 25 de coordenadas N 7452682,10 e E 356238,83, segue até o Ponto 26 de coordenadas N 7452639,44 e E 356220,22, segue até o Ponto 27 de coordenadas N 7452649,34 e E 356208,94, segue até o Ponto 28 de coordenadas N 7452615,37 e E 356148,32, segue até o Ponto 29 de coordenadas N 7452581,20 e E 356142,62, segue até o Ponto 30 de coordenadas N 7452565,83 e E 356196,54, segue até o Ponto 31 de coordenadas N 7452571,69 e E 356234,52, segue até o Ponto 32 de coordenadas N 7452590,89 e E 356235,50, segue até o Ponto 33 de coordenadas N 7452637,05 e E 356225,72, segue até o Ponto 34 de coordenadas N 7452678,07 e E 356243,57, segue até o Ponto 35 de coordenadas N 7452628,76 e E 356301,05, segue até o Ponto 36 de coordenadas N 7452051,77 e E 356020,95, seguindo até o Ponto 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

A Área 2 da RPPN do imóvel Lafigueira inicia-se no Ponto 1 de coordenadas N 7453158,69 e E 356169,95, segue até o Ponto 2 de coordenadas N 7453134,32 e E 356191,43, segue até o Ponto 3 de coordenadas N 7453083,70 e E 356252,28, segue até o Ponto 4 de coordenadas N 7453082,67 e E 356269,95, segue até o Ponto 5 de coordenadas N 7453082,18 e E 356291,60, segue até o Ponto 6 de coordenadas N 7453093,68 e E 356338,67, segue até o Ponto 7 de coordenadas N 7453026,79 e E 356368,30, segue até o Ponto 8 de coordenadas N 7452939,69 e E 356306,91, segue até o Ponto 9 de coordenadas N 7452816,61 e E 356137,63, segue até o Ponto 10 de coordenadas N 7452802,20 e E 356120,78, segue até o Ponto 11 de coordenadas N 7452771,24 e E 356109,53, segue até o Ponto 12 de coordenadas N 7452704,51 e E 356032,46, segue até o Ponto 13 de coordenadas N 7452756,69 e E 355942,30, segue até o Ponto 14 de coordenadas N 7452763,74 e E 355946,14, segue até o Ponto 15 de coordenadas N 7452802,72 e E 355985,62, segue até o Ponto 16 de coordenadas N 7452826,22 e E 356039,82, segue até o Ponto 17 de coordenadas N 7452934,75 e E 356095,83, segue até o Ponto 18 de coordenadas N 7453007,20 e E 356052,78, segue até o Ponto 19 de coordenadas N 7453186,73 e E 356156,69, seguindo até o Ponto 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

A Área 3 da RPPN do imóvel Lafigueira inicia-se no Ponto 1 de coordenadas N 7452934,74 e E 356092,35, segue até o Ponto 2 de coordenadas N 7452827,50 e E 356035,23, segue até o Ponto 3 de coordenadas N 7452864,98 e E 355970,47, segue até o Ponto 4 de coordenadas N 7453002,98 e E 356050,35, seguindo até o Ponto 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Mais informações no site www.lafigueira.com.br

Fonte: ICMBio (2019b).

Quadro 5.9 - RPPNs federais paulistas na RBCV de São Paulo.

RPPN	Município	Proprietário	Portaria	Área (ha)
Promulgação do decreto federal nº 98.914, de 31 de janeiro de 1990.				
1) Carbocloro	Cubatão	Carbocloro S/A Indústrias Químicas	nº 145 30/12/1992	7,00
2) Sítio Ryan	Itapevi	Márcia Sodem Ryan vendeu para Vicente Lentini Neto	nº 112 20/10/1993	19,47
3) Voturuna	Santana de Parnaíba	Tevere Empreendimentos e Construções S/A	nº 107-N 04/10/1994	66,55
4) Voturuna V	Pirapora do Bom Jesus	Tevere Empreendimentos e Construções S/A	nº 113-N 21/10/1994	64,13
5) Voturuna II	Santana de Parnaíba	Tevere Empreendimentos e Construções S/A	nº 123-N 14/11/1994	58,45
6) Sítio Sabiuna	Joanópolis	Josef Gruner (falecido)	nº 58-N 22/08/1995	50,00
7) Sítio Curucutu	São Paulo	Jayme Vita Roso	nº 102 20/12/1995	10,89
Promulgação do decreto federal nº 1.922, de 5 de junho de 1996.				
8) Sítio Pithon	Araçariguama	Béles Tibor	nº 11 24/02/1997	26,00
9) EcoWorld	Atibaia	Director's Comercial Assessoria e Planejamento Ltda.	nº 64-N 19/07/1999	51,39
10) Rio dos Pilões	Santa Isabel	Rio Pilões Reflorestamento e Comércio Ltda.	nº 84-N 5/10/1999	560,02
11) Fazenda Meandros	Ibiúna	Walter Martins Ferreira (falecido)	nº 85 01/10/1999	111,30
12) Sítio Capuavinha	Mairiporã	Eugenio Victor Colman	nº 31 2/03/2001	5,00
13) Fazenda San Michele	São José dos Campos	Gregório Eduardo Franco Vito	nº 57 23/04/2001	40,97
14) Fazenda Meandros II	Ibiúna	Claudio Martins Ferreira	nº 149 24/10/2001	145,20
15) Fazenda Meandros III	Ibiúna	Claudio Martins Ferreira	nº 150 24/10/2001	72,60
16) Fazenda Serrinha	Bragança Paulista	Marcos Moreira Silveira	nº 154 24/10/2001	117,30
17) Parque das Nascentes	Bragança Paulista	Terras de Bragança Participações Ltda.	nº 058 18/04/2002	69,25
18) Parque dos Pássaros	Bragança Paulista	Terras de Bragança Participações Ltda.	nº 060 18/04/2002	174,90
Promulgação do decreto estadual nº 51.150 3 de agosto de 2006.				
Promulgação da instrução normativa nº 07, de 17 de dezembro de 2009.				
19) Cruz Preta	Ibiúna	Empresa de Mineração Cruz Preta Ltda.	nº 29 17/02/2012	45,98
20) Sítio Caetê	Nazaré Paulista	Análise A. de Souza Nunes	nº 635 3/10/2017	10,40
21) Lafigueira Naturarte	Piracaia	Thomas Pierre Breu	nº 371 30/05/2017	33,69

Fonte: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019b).

A metrópole de São Paulo foi pioneira na implantação das RPPNs Paulistas. Em 1993 foram reconhecidas duas delas, uma de pessoa jurídica e outra de pessoa física. São elas respectivamente: a RPPN Carbocloro, pertencente à indústria química Carbocloro S/A, de Cubatão, SP, com 0,70 hectares, criada em 07 de janeiro de 1993 e a RPPN Sítio Ryan, de Itapevi, SP, com 19,47 hectares, que pertencia a Márcia Snowden Ryan e que foi criada em 22 de outubro de 1993 (ICMBIO 1993a, b).

Na década de 1990 ainda foram reconhecidas, na área de estudo dessa pesquisa, as RPPNs Voturuna I, Voturuna II e Voturuna V, com 66,55, 58,45 e 64,13 hectares respectivamente e que pertenciam à empresa Tevere Empreendimentos e Construções S/A, empresa do grupo Bombril. Essas reservas foram criadas em 1994. Já a RPPN Sítio Sabiuna, de Joanópolis, SP, com 50,00 hectares e que pertencia a Josef Gruber (falecido) e a RPPN Sítio Curucutu, de Jayme Vita Roso, de São Paulo, SP, com 10,89 hectares foram criadas em 1995. A RPPN Sítio Pithon, de Araçariguama, SP, com 26 hectares, que pertencia a Béles Tibor (falecido) foram criadas em 1997. Já a RPPN EcoWorld, de Atibaia, SP, com 51,39 hectares, de propriedade de Director's Comercial Assessoria e Planejamento Ltda.; a RPPN Fazenda Meandros, de Ibiúna, SP, com 111,30 hectares, que pertencia a Walter Martins

Ferreira (falecido) e a RPPN Rio Pilões, de Santa Isabel, SP com 560,02 hectares de propriedade da Rio dos Pilões Reflorestamento e Comércio Ltda. foram criadas em 1999 (ICMBIO 1994a, b, c; 1995a, b, c; 1996, 1997; 1999a, b, c).

5.8. RPPNs Estaduais criadas pelo Estado de São Paulo.

O pioneirismo em legislar sobre as RPPNs nos Estados da federação é atribuída ao Estado do Mato Grosso do Sul que, em 1993, pelo decreto estadual nº 7.251, de 16 de junho de 1993, dispôs sobre a instituição das Reservas Particulares do Patrimônio Natural *“considerando a competência concorrente para legislar em conservação da natureza, prevista no artigo 24, VI da Constituição Federal”*. No artigo 1º desse decreto foi atribuída a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADES) o papel de reconhecer e registrar as RPPNs, *“por destinação de seu proprietário e, em caráter perpétuo, imóvel do domínio privado localizado no território do Estado em que, no todo ou em parte, sejam identificadas condições naturais primitivas, semi-primitivas, recuperadas, pelo seu aspecto paisagístico, ou para a preservação do ciclo biológico de espécies da flora e fauna nativas”*. Esse decreto, posteriormente, foi revogado e passou a vigorar recentemente, em 2017, o decreto nº 14.755, de 12 de junho de 2017, que detalhou e ampliou decreto anterior (MATO GROSSO DO SUL (Estado), 1993; 2017).

Mas, parece que, a partir de 1996, depois da publicação do decreto nº 1.922, de 5 de junho de 1996, pelo Governo Federal, foi dado um impulso maior para a descentralização na criação de reservas ambientais. O reconhecimento de RPPNs pelos órgãos ambientais federais figurou no artigo 5º do decreto, no qual se explicita que o encaminhamento que antes era feito apenas junto ao IBAMA poderia então ser estendido também ao Órgão Estadual do Meio Ambiente (ICMBIO, 1996). Assim, no ano seguinte, o governo de Pernambuco publicou o decreto estadual nº 19.815, de 2 de junho de 1997 (PERNAMBUCO, 1997). Esse estado foi seguido por Minas Gerais (1998), Paraíba (2002), Alagoas (2006), Espírito Santo (2006), Mato Grosso (2006) e pelo estado de São Paulo (Estado, 2006), em oitavo lugar (RIO DE JANEIRO (ESTADO), 2018).

Dessa forma, os estados e municípios que construíram seus procedimentos próprios para reconhecimento de RPPNs trouxeram maior fôlego a essa categoria de unidade de conservação, aumentando significativamente o número de reservas privadas no país e a conexão com outras áreas protegidas (RIO DE JANEIRO (ESTADO), 2018).

No quadro 5.10 encontra-se o decreto estadual nº 51.150, de 3 de agosto de 2006, que determina os procedimentos e a documentação exigida para que uma propriedade tenha reconhecimento integral ou parcial pelo Estado de São Paulo como área protegida (SÃO PAULO (ESTADO), 2006).

Quadro 5.10 - Documentação exigida para que a propriedade tenha reconhecimento integral ou parcial no Estado de São Paulo como RPPN.

Decreto estadual nº 51.150, de 3 de agosto de 2006.
Artigo 6º
<i>“I - comprovação de dominialidade, representada por certidão atualizada do registro do imóvel, emitido pelo serviço de Registro de Imóveis competente, acompanhada de certidão negativa de ônus reais, ou, se for o caso, da anuência dos credores.”</i>
<i>“II - no caso de pessoa física, cédula de identidade do proprietário ou de procuração, por instrumento público, com poderes específicos, se for o caso, assim como, se legalmente necessário, documento comprobatório de outorga uxória.”</i>
<i>“III - no caso de pessoa jurídica, atos constitutivos atualizados, CNPJ, designação de representante legal com atribuições e poderes específicos, ou procuração com poderes específicos, e documentos do responsável legal.”</i>
<i>“IV - comprovante de quitação do Imposto Territorial Rural (ITR) ou do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), conforme o caso.”</i>
<i>“V - mapa da propriedade, em escala compatível, com descrição das divisas e identificação dos confrontantes e da área proposta como Reserva Particular do Patrimônio Natural.”</i>

Fonte: elaborado pelo autor a partir de São Paulo (Estado) (2006).

A imagem 5.21 é relativa à resolução SMA nº 27, de 24 de abril de 2008, que reconheceu a RPPN Paraíso, de Mairiporã, SP, com 3,54 hectares, de propriedade de Márcia Regina Fonseca, que protege uma área de encosta, coberta com Mata Atlântica, próxima das margens do reservatório do rio Juqueri e que foi a primeira RPPN reconhecida pelo Governo de São Paulo, na área de estudo da pesquisa (SIMA, 2008a).

A imagem 5.22 mostra o detalhamento das cotas da propriedade onde foi reconhecida a RPPN Paraíso, apresentando o detalhamento necessário para averbar a área em cartório de fato e assim reforça quais são os limites reais da propriedade como garantia para que esses não possam ser os mais contestáveis. Comparando esse detalhamento ao que se encontra nos documentos e memorial descritivo de várias RPPNs, principalmente as mais antigas, obtidas no *site* do ICMBio, fica evidente a evolução e a necessidade de se detalhar os limites da propriedade e, assim, dar garantias reais quanto ao carácter de perpetuidade para a conservação da biodiversidade em áreas sob proteção privada (SIMA, 2008a; ICMBIO, 2019a).

Os primeiros diplomas de reconhecimento de RPPNs no Estado de São Paulo foram entregues em abril de 2008 e contou com a participação do próprio Governador na época para

entregá-los aos primeiros proprietários que encaminharam a documentação de solicitação para a criação das suas RPPNs (imagem 5.23) (SÃO PAULO, Estado, 2008) .

Imagem 5.21 e 5.22 - Resolução SMA nº 27, 24 de abril de 2008, que reconhece a RPPN Paraíso (páginas 1 e 2).

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

GABINETE DO SECRETÁRIO

A descrição tem início no marco 0=PP de coordenadas geográficas UTM- N-7419.621,722 e E-331.708,937, situado a 618,32m da Estrada Armando Barbosa de Almeida, daí segue confrontando o marco 0=pp ao marco 13 com terreno de JOSÉ MARCOS PIRES com os seguintes rumos e distâncias: segue com o rumo de 29°35'09"NO e percorre 32,84 m, até o marco 1, segue com o rumo de 52°55'18"NO e percorre 11,77 m, até o marco 2, segue com o rumo de 58°45'26"NO e percorre 42,55 m, até o marco 3, segue com o rumo de 68°26'12"NO e percorre 32,98 m, até o marco 4, segue com o rumo de 37°05'28"NO e percorre 8,70 m, até o marco 5, segue com o rumo de 33°15'21"NO e percorre 21,77 m, até o marco 6, segue com o rumo de 21°26'58"NO e percorre 9,51 m, até o marco 7, segue com o rumo de 11°06'18"NO e percorre 24,89 m, até o marco 8, segue com o rumo de 19°24'24"NO e percorre 70,46 m, até o marco 9, segue com o rumo de 27°34'58"NO e percorre 20,49 m, até o marco 10, segue com o rumo de 22°28'12"NO e percorre 14,38 m, até o marco 11, segue com o rumo de 19°40'38"NO e percorre 44,63 m, até o marco 12, segue com o rumo de 12°00'06"NO e percorre 35,43 m, até o marco 13, do marco 13 ao marco 21 segue confrontando com o terreno de ANTONIO ROSA DE MIRANDA com os seguintes rumos e distâncias: segue com o rumo de 54°32'50"NE e percorre 35,49 m, até o marco 14, segue com o rumo de 77°47'53"NE e percorre 36,24 m, até o marco 15, segue com o rumo de 84°41'42"NE e percorre 44,24 m, até o marco 16, segue com o rumo de 78°13'33"NE e percorre 44,05 m, até o marco 17, segue com o rumo de 9°40'01"SE e percorre 59,47 m, até o marco 18, segue com o rumo de 2°03'21"SE e percorre 48,90 m, até o marco 19, segue com o rumo de 8°19'07"SO e percorre 16,69 m, até o marco 20, segue com o rumo de 16°40'47"SE e percorre 22,40 m, até o marco 21, daí segue com o rumo de 4°33'56"SE e percorre 114,32 m que faz divisa com o terreno de SERGIO TAVARES COSTA, até o marco 22, segue com o rumo de 25°27'30"SO e percorre 18,81 m que faz divisa com o terreno de SERGIO TAVARES COSTA, até o marco 23, segue com o rumo de 8°54'54"SE e percorre 68,61 m que faz divisa com o terreno de SERGIO TAVARES COSTA, até o marco 0=PP, onde teve início esta descrição.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

GABINETE DO SECRETÁRIO

PUBLICADA EM 26-4-08 – SEÇÃO I – PÁG. 42

RESOLUÇÃO SMA Nº 27 DE 24 DE ABRIL DE 2008.

Reconhece a Reserva Particular do Patrimônio Natural "Paraíso" localizada no Município de Mairiporã.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais, e:

Considerando o Decreto Estadual nº 51.150 de 03 de outubro de 2006, que dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN no Estado de São Paulo e a Portaria DE nº 037-2006 da Fundação Florestal de 22 de fevereiro de 2007, que estabeleceu os procedimentos para a criação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural;

Considerando as informações constantes no processo FF nº 311-2007, que trata do pedido de criação da RPPN "Paraíso";

RESOLVE:

Artigo 1º - Reconhecer como de interesse público e em caráter de perpetuidade a Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN denominada "Paraíso", em uma área de 3,54 hectares (três hectares e cinquenta e quatro ares), localizada no Município de Mairiporã, Estado de São Paulo, de propriedade de Márcia Regina Fonseca, constituindo-se do imóvel urbano denominado "Sítio Paraíso" registrado na matrícula nº 13.860 – ficha 1 – livro nº 2 do 1º Cartório de Notas e Ofício de Justiça – Comarca de Mairiporã-SP.

Artigo 2º - A Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN "Paraíso" tem os limites descritos conforme o levantamento planialtimétrico e aerofotogramétrico digital realizado pelo Técnico em Agrimensura José Carlos Madeira, CREA nº 064.183.381-2-SP, transcrito a seguir:

Propriedade: Sítio Paraíso

Proprietário: Márcia Regina Fonseca

Município: Mairiporã – SP

Comarca: Mairiporã – SP

Matrícula: 13.860

Área da Matrícula: 3,54 hectares

Área da RPPN Proposta: 3,54 hectares

Descrição da RPPN (Reserva Particular Patrimônio Natural)

Fonte: SIMA (2008a).

Imagem 5.23 - Entrega dos primeiros diplomas para os proprietários de RPPNs Paulistas, pelo governador José Serra, em abril de 2008.

Fonte: São Paulo (ESTADO, 2008a).

O reconhecimento destas reservas particulares pelo governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria do Meio Ambiente prosseguiu, até maio de 2018 quando foi reconhecida a última RPPN na área de estudo, a RPPN Reserva dos Muriquis, de São José dos Campos, SP, com 41,34 hectares de propriedade de Judith Lúcia Vieira Bose. Esse reserva foi reconhecida pela resolução SMA nº 53, de 15 de maio de 2018 (SIMA, 2018c).

O quadro 5.11 apresenta em ordem cronológica de criação das 18 RPPNs Estaduais reconhecidas na área de estudo pelo Governo do Estado de São Paulo. Destacados em fundo preto estão as RPPNs criadas por pessoa jurídica (7) e, em fundo branco (11), as criadas por pessoa física. Desse modo, constam no quadro os municípios, os proprietários, todas as portarias de criação da reserva a área (ha) de cada uma delas (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2019b).

Uma questão importante a ser mencionada é que após, a publicação da resolução da Secretaria de Infraestrutura e do Meio Ambiente de Estado de São Paulo, que reconheceu a RPPN, o proprietário tem um prazo para dar encaminhamento junto ao cartório de registro de imóveis e regularizar a RPPN, criando-a de fato, mas, antes mesmo que essa etapa, que efetivaria a criação da RPPN, seja concluída, o proprietário recebe do Governo do Estado o “*Título de Reconhecimento Provisório*”, geralmente em um evento público organizado pelos órgãos ambientais responsáveis pelo reconhecimento da área após ter sido concluída apenas a etapa de entrega dos documentos solicitados, com a aprovação do pedido pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA). O evento recebe ampla divulgação e cobertura da mídia, apesar da RPPN “*ser mais não é*” de fato, faltando concluir o importante procedimento de averbação necessária da área em cartório de imóveis (ARAÚJO, 2007).

A imagem 5.25 documenta uma das entregas do “*Título de Reconhecimento Provisório*”, em diploma recebido por Francisco F. Balboni, proprietário da RPPN Parque do Zizo, de Tapiraí, SP, com 9.21 hectares, criada pela resolução SMA nº 46 de 5 de junho de 2013 (SIMA, 2013; FOGAÇA, 2013).

O detalhe de um desses documentos pode ser visto na imagem 5.26, que mostra o “*Título de Reconhecimento Provisório*” da RPPN Gigante do Itaguaré, de Cruzeiro, SP, com 358,64 hectares, que foi criada pela resolução SMA nº 52, de 10 de maio de 2018, graças ao ato voluntário de seu proprietário, Reserva Chico Nunes Empreendimentos e Participações Ltda. (SIMA, 2018b; FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2019b).

Quadro 5.11 - RPPNs estaduais paulistas na RBCV de São Paulo.

RPPN	Município	Proprietário	Resolução	Área (ha)
Promulgação do decreto estadual nº 51.150 de 3 de agosto de 2006.				
1. Paraíso	Mairiporã	Márcia Regina Fonseca	nº 27 24/04/2008	3,54
2. Reserva Mahayana	Mogi das Cruzes	Heródoto Barbeiro	nº 28 24/04/2008	9,34
3. São Judas Tadeu	Juquitiba	Clélia Maria Rossi	nº 65 12/09/2008	6,05
4. Encantos da Juréia	Pedro de Toledo	Daniel Turim	nº 83 01/12/2008	16,05
5. Tijucopava	Guarujá	Acisa Incorporações Ltda.	nº 10 26/02/2009	40,63
6. Ecofuturo	Bertioga	Suzano Papel e Celulose S.A.	nº 20 06/04/2009	518,50
7. O primata	São José dos Campos	Walter Serigato Costa (falecido)	nº 05 01/02/2011	352,92
8. Hercules Florence 1 e 2	Bertioga	Companhia Fazenda Acaraú	nº 06 01/02/2011	709,58
9. Costa Blanca	Bertioga	Barma Empreendimentos e Participações Ltda.	nº 07 01/02/2011	296,93
10. Marina do Conde	Guarujá	Codeara S/A	nº 13 13/02/2012	7,62
11. Hercules Florence 3, 4, 5 e 6	Bertioga	Companhia Fazenda Acaraú	nº 39 05/06/2012	213,31
12. Reserva do Dadinho	Atibaia	Lygia Espindola de Moura, Adriana Espindola Barbosa de Moura e Alessandra Espindola Barbosa de Moura	nº 54 29/06/2012	11,66
13. Reserva do Jacu	Atibaia	Antônio Carlos Bobadilha	nº 44 05/06/2013	3,59
14. Botujuru - Serra de Itapety	Mogi das Cruzes	SPLF Investimentos e Participações Ltda.	nº 78 01/10/2014	437,30
15. Reserva Hinayana	Mogi das Cruzes	Heródoto Barbeiro	nº 29 31/03/2014	24,20
16. Alto do Deco	São José dos Campos	Antônio Carlos de Carvalho Braga	nº 89 10/11/2016	67,03
17. Sítio Solar da Montanha	Atibaia	Antônio Carlos dos Santos Canêlhas, Marilena Ferreira Canêlhas, Clóvis Luiz Zucchetti e Maria da Glória Zucchetti	nº 09 30/01/2018	1,19
18. Reserva dos Muriquis	São José dos Campos	Judith Lúcia Vieira Bose	nº 53 15/05/2018	41,34

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Fundação Florestal (2019b).

Imagem 5.25 - Recebimento do “*Título de Reconhecimento Provisório*” por Francisco F. Balboni, proprietário da RPPN Parque do Zizo.

Fonte: Fogaça (2013, p. 17) Foto: Neco Prates.

Imagem 5.26 - Título de Reconhecimento Provisório recebido pelo proprietário da RPPN Gigante de Itaguapé, SP emitido pela Secretaria do Meio Ambiente, em 10 de maio de 2018.

Fonte: Fundação Florestal (2019b).

No decreto estadual nº 51.150, de 3 de outubro de 2006, que dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, no âmbito do Estado de São Paulo está determinado em seu § 1º que: *“após a publicação do ato de reconhecimento e da assinatura do Termo de Compromisso, o proprietário deverá, no prazo de 60 (sessenta) dias, promover a averbação do Termo de Compromisso, gravando a área do imóvel reconhecida como Reserva Particular do Patrimônio Natural perante o Registro de Imóveis competente, encaminhando cópia autenticada à Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo.”*. Também figura nesse decreto estadual o que acarretaria com o pedido do proprietário para ser atendido em sua solicitação de criação da RPPN caso não cumprisse o que determina o § 1º e consta no § 2º que *“o descumprimento pelo proprietário, das obrigações referidas neste artigo, importará na revogação da resolução de reconhecimento”* (SÃO PAULO (Estado), 2006).

5.9. RPPNs Estaduais criadas pelo município de São Paulo.

No Brasil, o município pioneiro na aprovação de lei para reconhecimento de RPPNs está no estado de São Paulo e trata-se da cidade de Bauru que, por meio da lei municipal nº 4.679, de 18 de maio de 2001, sacramentou o ato. Mesmo sendo vanguardista quanto a legislações municipais, até 2019, nenhuma RPPN foi ainda reconhecida pelo município de Bauru (imagem 5.27) (BAURU, 2001).

Imagem 5.27 - Lei municipal nº 4.679, de 18 de maio de 2001, que tornou Bauru o primeiro município brasileiro a legislar sobre o reconhecimento de RPPNs.

Fonte: Bauru (2001).

A cidade de São Paulo só veio a ter na legislação o equivalente à lei promulgada em Bauru em 2009, com o decreto municipal nº 50.912, de 7 de outubro de 2009, que possibilitou o reconhecimento das RPPNs no município. Nesse decreto, em seu artigo 3º figura também a possibilidade de se criar RPPNs sobre a propriedade urbana em seu artigo 3º: *“o proprietário rural ou urbano interessado em criar uma RPPN sobre a totalidade ou parte de imóvel de sua propriedade deverá dirigir pedido de reconhecimento à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente”* (SÃO PAULO (SP), 2009, p. 2).

A prefeitura de São Paulo exige, no seu artigo 2º § 1º de seu decreto, que a área da RPPN deverá corresponder a, no mínimo, 20% (vinte por cento) da área total do imóvel. E, prevendo conflitos com outras UCs, determina em seu § 3º que: *“quando não atingido o percentual indicado no § 2º deste artigo, a RPPN deverá ter seus limites situados fora das Áreas de Preservação Permanente (APP) e da Reserva Legal em extensão correspondente a pelo menos 10% da área total do imóvel”* (SÃO PAULO (SP), 2009, p. 2). ”

No quadro 5.12 está a extensa documentação exigida do proprietário para que esse busque reconhecimento integral ou parcial de sua reserva privada junto a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SMVM) no município de São Paulo incorrendo, em diversos trâmites e custos para entregar a documentação a ser avaliada pela SMVM (SÃO PAULO (Estado), 2006).

Existe também a exigência, no decreto, em seu artigo 2º § 4º, de que a RPPN não será reconhecida em imóvel sobre o qual recaiam autos de infração de natureza ambiental não quitados ou compensações ambientais pendentes de adimplemento. O prazo para averbação do gravame no Cartório de Registro de Imóveis competente na legislação municipal aparece no artigo 5º e é definida em 60 (sessenta) dias, alinhando o a instrução normativa nº 7, de 17 de dezembro de 2009, do ICMBio (ICMBIO, 2009; SÃO PAULO (SP), 2019).

Se o decreto teve a finalidade de ser um facilitador, abrindo incentivos para a criação de áreas protegidas em zona urbana, o resultado em 10 anos não foi o esperado, pois, tal incentivo não surtiu muito efeito, já que apenas uma RPPN foi criada na cidade. Em 2011, pela portaria nº 12 da SVMA, de 5 de fevereiro de 2011, foi criada a RPPN Mutinga, solicitada pela Gerbera Incorporadora Ltda. Mutinga Empreendimentos Imobiliários Ltda., com 2,5 hectares, passando a ser, então, a única RPPN urbana do município de São Paulo. Mantida por 300 famílias de 4 prédios do Condomínio Sítio Anhanguera, a margem da Rodovia Anhanguera, com trilha de 600 metros com 79 espécies de plantas,; 62 nativas 3 17 exóticas (SÃO PAULO (SP), 2011; FOLHA NOROESTE, 2019).

Quadro 5.12 - Documentação exigida para criação de RPPN na cidade de São Paulo.

Criação de RPPN Municipal - São Paulo.	
Decreto municipal nº 50.912, de 7 de outubro de 2009, artigo 3º.	
“Deverá dirigir pedido de reconhecimento à SMVM, contendo, no mínimo as informações constantes do formulário padronizado constante do Anexo I.”	
“I prova de domínio do imóvel, representada por certidão atualizada, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente, acompanhada de certidão negativa de ônus reais, ou, se o caso, de declaração de anuência dos titulares dos direitos reais incidentes sobre o imóvel e dos credores das obrigações ou dívidas judiciais asseguradas pelo bem.”	
“II - no caso de proprietário pessoa física: a) cópia da cédula de identidade e do documento de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas de todos os proprietários do imóvel; b) outorga do cônjuge nas hipóteses legalmente exigidas.”	
“III - no caso de proprietário pessoa jurídica: a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; b) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício; c) prova de inscrição no CNPJ; d) cópia da cédula de identidade e do documento de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do representante legal.”	
“IV - procuração firmada por instrumento público com poderes específicos para a prática do ato, no caso de requerimentos subscritos por procurador constituído pelo proprietário.”	
“V - certidão negativa de débitos tributários imobiliários expedida pela Secretaria Municipal de Finanças e, ainda, certidão negativa de débitos de imóvel rural, no caso de imóveis sujeitos à incidência do Imposto Territorial Rural (ITR).”	
“VI - cópia do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), se imóvel rural.”	
“VII - memorial descritivo e planta da área total do imóvel, assinados por profissional habilitado e com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), contendo: os limites; os confrontantes; a área a ser reconhecida como RPPN, quando parcial; a localização da propriedade no município ou região e as coordenadas dos vértices definidores dos limites do imóvel e da área proposta como RPPN, georreferenciadas de acordo com o Sistema Geodésico Brasileiro, e com indicação da base cartográfica utilizada.”	
“VIII - declaração do proprietário de que sobre o imóvel não recaem autos de infração de natureza ambiental não quitados ou compensações ambientais pendentes de adimplemento, inclusive referentes a penalidades aplicadas ou compromissos estabelecidos por outros entes da federação.”	

Fonte: elaborado pelo autor a partir de São Paulo (SP) (2006).

Levando em conta dados computados até outubro de 2019, segundo informações coletadas nos *sites* dos órgãos públicos de meio ambiente das esferas federal, estadual e municipal responsáveis pelo reconhecimento das RPPNs, o total de reservas no Estado de São Paulo foi de 99 áreas com área total de 21.984,59 hectares (quadro 5.13) (SÃO PAULO (SP), 2011; FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2019b; ICMBIO, 2019a).

Quadro 5.13 - Área e número de RPPNs reconhecidas no Estado de São Paulo.

Esfera	Área(ha)	Total
Federal	4.549,76	47
Estadual	17.432,33	51
Municipal	2,5	1
Total	21.984,59	99

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019b); Fundação Florestal (2019b); São Paulo (SP) (2011a).

Segundo o Diagnóstico das RPPNs do estado de São Paulo, que entrevistou 50 proprietários de RPPNs do Estado, 62% declararam que sua RPPN está averbada, 26% declaram que não estão averbadas e 12% não responderam (FREPESP; WWF-Brasil, 2013).

Sobre o total de RPPNs no Estado de São Paulo, pode-se deduzir que: 1) considerando o quadro 5.13, observamos que nele consta que estão reconhecidas no Estado 99 RPPNs, com uma área total de 21.984,59 hectares; 2) considerando que na instrução normativa nº 7, de 17

de dezembro de 2009, no artigo 7º, no decreto estadual nº 51.150, de 3 de outubro de 2006, no artigo 7º § 2º e no decreto municipal nº 50.912, de 7 de outubro de 2009, no artigo 5º § 1º ficou estabelecido que se o cumprimento, pelo proprietário, das obrigações de criação da RPPN não for atendido dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, isso importará na revogação da resolução de reconhecimento e 3) considerando, ainda, os dados do diagnóstico das RPPNs do estado de São Paulo, teríamos uma projeção, na qual os números reais para o total em hectares de fato protegidos no estado de São Paulo seria (quadro 5.14) (SÃO PAULO (Estado), 2006; SÃO PAULO (SP), 2009, 2011; FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2019b; ICMBIO, 2009, 2019a).

Quadro 5.14 - Área declarada pelo órgão público e projeção do diagnóstico das RPPNs.

Área total declarada pelos órgãos	21.984,59 ha
Percentual de não averbadas	26%
Projeção de área real de RPPNs no Estado	16.2568,59 ha

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019b); Fundação Florestal (2019b); São Paulo (SP) (2011a).

E para o total nominal de RPPNs:

Quadro 5.15 - Total nominal declarado pelo órgão público e projeção do diagnóstico das RPPNs.

Total declarado pelos órgãos	99
Percentual de não averbadas	26%
Projeção de nº de RPPNs no Estado	73

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019b); Fundação Florestal (2019b); São Paulo (SP) (2011a).

Existe ainda a margem de 12% daqueles que não responderam à pergunta e que poderiam alterar esses números. De qualquer forma, os valores obtidos trazem uma redução expressiva nos números publicados pelos órgãos ambientais e associações de “*RPPNistas*”. Desse modo, acredita-se que as estâncias governamentais envolvidas nesse processo deveriam cobrar mais os prazos de entrega de documentação para que sejam criadas de fato as áreas a serem protegidas, ou divulgar como número total de áreas apenas as efetivamente criadas pela averbação em cartório de registro de imóveis, que daria a garantia verdadeira à sociedade da conservação da biodiversidade para as próximas gerações (ICMBIO, 2019a, FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2019b, SÃO PAULO (SP), 2011).

5.10. Obrigações dos “*RPPNistas*”.

Dentre as obrigações dos proprietários das RPPN para com o órgão fiscalizador está a elaboração do plano de manejo, sistematizando a atividade a ser desenvolvida na reserva e

fornecendo explicações detalhadas a respeito de cada etapa dessa atividade. Ele contém itens como: 1) a caracterização da área a ser preservada em termos de localização e características do entorno; 2) a descrição dos equipamentos utilizados e as facilidades existentes no local; 3) a caracterização do meio físico, biológico e climático da área; 4) a descrição das atividades desenvolvidas ou planejadas na reserva e sua localização dentro da RPPN; 5) os recursos humanos e financeiros do projeto; 6) a relação do proprietário com a comunidade local; e, por fim, 7) problemas e ameaças à conservação da biodiversidade, enfrentados na área. Dentre essas obrigações, a execução do plano de manejo e a relação do proprietário com a comunidade local têm sido desprezadas, colocando, assim, em risco a finalidade da criação da reserva (OLIVEIRA; SUPERTI, 2009).

Pelo decreto federal nº 5.746, de 5 de abril de 2006, que regulamenta o artigo 21º da lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispôs sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, são obrigações dos “*RPPNistas*” (MMA, 2000; BRASIL, 2006):

I - assegurar a manutenção dos atributos ambientais da RPPN e sinalizar os seus limites, advertindo terceiros quanto a proibição de desmatamentos, queimadas, caça, pesca, apanha, captura de animais e quaisquer outros atos que afetem ou possam afetar a integridade da unidade de conservação; II - submeter, no âmbito federal, à aprovação do IBAMA o plano de manejo da unidade de conservação, em consonância com o previsto no artigo 15 deste Decreto; III - encaminhar, no âmbito federal, anualmente ao IBAMA, e sempre que solicitado, relatório da situação da RPPN e das atividades desenvolvidas (BRASIL, 2006, p. 5).

Como a lei federal prevalece sobre a federação, entende-se que, mesmo que a RPPN seja criada pelo estado ou por algum município de São Paulo, seu proprietário deverá respeitar essas exigências.

Pelo decreto estadual nº 51.150, de 3 de outubro de 2006, as obrigações do “*RPPNistas*” são:

I - assegurar a manutenção dos atributos ambientais da Reserva Particular do Patrimônio Natural; II - elaborar e implementar um Plano de Manejo da Unidade; III - divulgar, na região, sua condição de Reserva Particular do Patrimônio Natural, inclusive com a colocação de placas nas vias de acesso e nos limites da área, advertindo quanto à proibição de desmatamento, queimada, caça, pesca, apanha, captura de animais e qualquer outro ato que afete ou possa afetar o meio ambiente; IV - encaminhar, anualmente, e sempre que solicitado, à Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, relatório de situação da Reserva Particular do Patrimônio Natural e das atividades desenvolvidas (SÃO PAULO (Estado), 2006, p. 3).

Se a RPPN for criada na cidade de São Paulo, pelo decreto nº 50.912, de 7 de outubro de 2009, o município exige em seu artigo 10º que o “*RPPNista*” deve:

- I - assegurar a manutenção dos atributos ambientais da RPPN, fazer a demarcação dos seus limites e sinalizar com placas informativas a proibição de desmatamentos, queimadas, caça, pesca, apanha, captura de animais e quaisquer outros atos que afetem ou possam afetar a integridade da unidade;
- II - submeter, em até 5 (cinco) anos a partir da data da averbação do gravame junto ao Cartório de Registro de Imóveis, o Plano de Manejo à aprovação de SVMA, em consonância com o previsto no artigo 11 deste decreto (SÃO PAULO (SP), 2009, p. 4).

Da mesma forma que a legislação obriga, ela também desobriga o proprietário de algumas atribuições. Pelo decreto federal nº 5.746, de 5 de abril de 2006, fica especificado em seu artigo 18º, que não é obrigatória a pesquisa científica feita nas reservas. Há também algumas outras permissões previstas nesse decreto, como aparecem nos artigos 19º, 20º, 21º e 22º que falam sobre a permissão, mediante estudos técnicos e projetos específicos, aprovados pelo órgão ambiental competente, para atividades de como a reintrodução de espécies silvestres, a soltura de animais silvestres, a construção de criadouros de interesse científico ou de programas de repovoamentos de áreas por espécies em declínio na região e a instalação de viveiros de mudas de espécies nativas na RPPN. O parágrafo único do artigo 21º ainda prevê a permissão de coleta de sementes e outros propágulos no interior da RPPN, porém essa coleta deve se destinar exclusivamente para a atividade prevista dentro da área (BRASIL, 2006a).

5.11. Dificuldades e satisfação na criação das RPPNs.

Fernandes (2011) pesquisou as ações de apoio à gestão das Unidades de Conservação do Programa RPPNs Paulistas da Fundação Florestal, avaliando-o desde a sua criação. Em seu trabalho projetou a evolução das RPPNs reconhecidas no Estado de São Paulo após a implementação do Programa de Apoio às RPPNs Paulistas, coordenado pela Fundação Florestal, órgão da Secretaria do Meio Ambiente do estado de São Paulo. Ele convidou proprietários e/ou gestores das 62 RPPNs do Estado de São Paulo por correio eletrônico a participarem de uma entrevista por meio de um questionário, estruturado em cinco partes. O gráfico 5.1 apresenta um gráfico da evolução em área (ha) das RPPNs paulistas de 1993 a 2011 (FERNANDES, 2011).

Gráfico 5.1 - Evolução da área de RPPNs reconhecidas após o início do Programa RPPNs Paulistas da Fundação Florestal de São Paulo.

Fonte: Fernandes (2011).

Esse autor divide sua análise em dois blocos, o período entre 1992-2011, computando as reservas criadas junto ao ICMBIO e o período entre 2006-2011, computando as reservas criadas junto à Fundação Florestal. E compara, em um gráfico, a somatória em área (ha) do total de RPPNs reconhecidas por cada órgão, apontando para o número maior de RPPNs criadas pelo programa da Secretaria do Meio Ambiente, SP, mesmo esse tendo em um período de tempo que o órgão federal (gráfico 5.2) (FERNANDES, 2011).

Gráfico 5.2 - Evolução da área de RPPNs reconhecidas pelo Programa RPPN Paulista entre 2006 -2011em comparação ao programa do ICMBio entre 1992-2011.

Fonte: Fernandes (2011).

Nesse estudo também foram entrevistados diversos proprietários particulares de RPPN do Estado de São Paulo em busca de se encontrar quais foram, segundo o depoimento deles, as maiores dificuldades encontradas no processo de criação de suas áreas protegidas privadas. Os resultados apontaram que para 43% dos entrevistados as atividades relacionadas ao georreferenciamento da propriedade, exigência que não existia na legislação que deu início à criação das RPPNs no Brasil e que depois passou a figurar nas exigências para o reconhecimento das áreas, foi a maior dificuldade enfrentada. Seguida pela dificuldade com a documentação do imóvel (24%), assessoria técnica no processo de criação (19%) e por último

a averbação em cartório (14%). O estudo salienta ainda que o georreferenciamento da propriedade, considerado a maior dificuldade encontrada pelos proprietários no processo de criação de uma RPPN, é um fator que depende de recursos financeiros e que em muitas vezes inviabiliza o procedimento de criação da reserva (gráfico 5.3) (FERNANDES, 2011).

Gráfico 5.3 - Dificuldades encontradas pelos proprietários no processo de criação de uma RPPN no estado de São Paulo.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Fernandes (2011, p. 48).

O grau de satisfação com a criação da reserva também foi avaliado no trabalho através das respostas abertas dos questionários respondidos. O quadro 5.16 abaixo destaca as respostas dos proprietários de RPPN que correspondem à área de estudo desta presente pesquisa, estudo fruto desta tese (FERNANDES, 2011 p. 61).

Quadro 5.16 - Relatos sobre satisfação na criação de RPPNs.

Relatos de proprietários/gestores de RPPN da RBCV
<i>"É um sonho de criança que foi realizado."</i>
Daniel Turi, proprietário da RPPN Encantos da Juréia, de Pedro de Toledo, SP.
<i>"Sempre fui amante da natureza, interagir com a flora e a fauna sempre foi meu sonho."</i>
Walter Cerigatto Costa (falecido), proprietário da RPPN O Primata, de São José dos Campos, SP.
<i>"A RPPN Ecofuturo atende os objetivos para o qual foi criada, o que nos deixa satisfeitos, mas não muito satisfeitos, pois sabemos do seu potencial e importância para conservação da biodiversidade local, sendo que ações planejadas e articuladas poderiam trazer mais benefícios regionalmente."</i>
Guilherme Rocha Dias, coordenador do Parque das Neblinas, na RPPN Ecofuturo, de Bertioga, SP.
<i>"Trata-se de um grande orgulho da empresa possuir uma RPPN dentro de área industrial"</i>
Márcio Fernandes de Abreu, gerente industrial da Unipar Carbocloro, RPPN Carbocloro, de Cubatão, SP.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Fernandes (2011⁴¹).

Pellin (2010) buscou uma avaliação do grau de satisfação em relação à criação da RPPN no estado do Mato Grosso do Sul com tratamento estatístico dos dados obtidos. Dentro

⁴¹ No trabalho de Fernandes, 2011, o nome da RPPN consta como RPPN Parque da Lagoa – Carbocloro, mas a denominação correta dela é apenas RPPN Carbocloro.

da amostra escolhida pela autora, ela observou que 90% dos proprietários de RPPNs estudados estão realizados com o estabelecimento dessas UCs em suas propriedades, dentre esses (60%) colocaram-se como “muito satisfeitos” e (30%) como “satisfeitos”. O restante, 10%, colocaram-se como “insatisfeitos” (5%) e “muito insatisfeitos” (5%). Ela interpreta que *“essa característica pode significar que, a despeito de problemas financeiros ou mesmo da falta de apoio aos proprietários de RPPN, o proprietário pode sentir-se satisfeito desde que a área esteja contribuindo para a conservação da natureza e permaneça protegida para seus filhos e netos”*. No trabalho desenvolvido no MS, as reservas se encontram todas em áreas rurais no *extricto senso* da palavra, com forte atividade econômica agrícola nas áreas.

5.12. Conservação em terras privadas no Brasil e a importância das RPPNs.

Os proprietários das RPPNs devem atender a função à das mesmas em se constituir como espaço caracterizado por representar uma unidade de conservação e colocar sua colaboração com a conservação da biodiversidade, compondo áreas importantes de zonas de amortecimento no entorno de UCs públicas. Também, apesar de que deve ser considerado o fato de que muitas RPPNs tem área muito reduzida comparadas às Áreas de Proteção públicas, elas podem ter um papel importantíssimo na constituição de áreas de passagem e trânsito de fauna, para disseminar espécies florestais no entorno, compor corredores ecológicos e ampliar a eficiência dos espaços protegidos constitucionalmente como patrimônio nacional (JACOB, 2003).

No Brasil as RPPNs podem contribuir para uma rápida ampliação das APs, conforme afirmam alguns autores⁴², pois: a) possuem mecanismos acessíveis para serem criadas; b) desempenham papel importante na redução da distância entre as APs; c) são vistas como uma boa alternativa para minimizar conflitos sociais e gerar benefícios socioambientais; d) se apresentam como um relevante instrumento de conservação para a manutenção do provimento de serviços ambientais hidrológicos em bacias hidrográficas; e) atuam como instrumento ao poder público na gestão ambiental; f) possibilitam a participação da iniciativa privada no esforço nacional em novas estratégias de conservação; g) possuem grande poder de difusão regional; h) diversificam as atividades econômicas com novas oportunidades de emprego e

⁴² MELO; MOTTA (2006); DIAMOND; MAY, 1976; SIQUEIRA FILHO, 2003; PINTO *et al.*, 2004; BRANDT, ZIMMERMANN; FINK, 2005; FERREIRA, 2005; TELINO-JUNIOR, LYRA-NEVES; NASCIMENTO, 2005; FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS, 2007; MILANO, 2007; LEOPOLDINO, 2009; CREPALDI *et al.*, 2008; CRUZ, FEIO; NASCIMENTO, 2008; LEDERMAN, CASES; MACEDO, 2008; SANTOS; COSTA, 2008; PEREIRA, PELLIN; RANIERI, 2008; SILVA, 2008; SIMÕES; FERREIRA, 2008; PINTO, 2009; CASTRO, 2010; ICMBIO, 2010a; ICMBIO, 2010b; MESQUITA, 2010; GIL-SANTANA, 2012; FERREIRA *et al.*, 2013; SOSA-CALVO, 2013; SOCIEDADE DE INVESTIGAÇÕES FLORESTAIS, 2014; WIEDMANN, 2006).

renda; i) das 104 espécies de vertebrados ameaçadas na Mata Atlântica, 54% estão fora das APs; j) muitas espécies endêmicas não estão protegidas nas UCs públicas, k) alojam espécies endêmicas e ameaçadas; l) são encontradas nelas espécies novas para a ciência; m) contribuem para a conservação das aves; n) nos remanescentes de MA presentes nelas, há ocorrência de um expressivo número de espécies; o) preservam registros únicos de espécies para alguns Estados e p) podem abrigar populações significadas de algumas espécies, como em uma RPPN mineira que apresenta a mais densa população de primatas conhecida no Estado.

Para os proprietários, como benefícios com a criação da RPPN podem ser considerados o direito de propriedade preservado, a isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) referente à área criada como RPPN e do IPTU em alguns casos já legislados (artigo 19º do decreto municipal nº 50.912, de 7 de agosto de 2009, que concede o benefício previsto no artigo 17º da lei 10.365, de 22 de setembro de 1987); ter prioridade na análise dos projetos, pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), ter preferência na análise de pedidos de concessão de crédito agrícola, junto às instituições oficiais de crédito, para projetos a serem implementados em propriedades que contiverem RPPN em seus perímetros e ampliar as possibilidades de cooperação com entidades privadas e públicas na proteção, gestão e manejo da unidade (SÃO PAULO (SP), 1987, 2009; FERNANDES, 2011; ICMBIO, 2012b, p. 14).

5.13. Motivações.

As motivações que levam os proprietários a converterem suas terras em áreas protegidas ainda são pouco estudadas, a despeito de quanto isso pode ajudar no desenvolvimento de políticas públicas que promovam a criação de novas RPPNs (SIMÃO; FREITAS, 2018).

Um ponto importante a ser levantado sobre essa questão é que melhorar a compreensão sobre as percepções dos proprietários de terras e dos resultados da conservação da biodiversidade nessas reservas pode ajudar os formuladores de políticas a melhorar os programas privados de conservação de terras.

Se a criação de áreas sob proteção privada é um ato voluntário, que fatores motivam os proprietários de terras? Esses são geralmente mais complexos do que possam parecer e provavelmente poucas reservas privadas devem sua origem a um único motivo. O lucro - especialmente vindo do turismo - é citado frequentemente considerando um panorama das

reservas privadas mundiais, mas a principal motivação pode ser a que menos se poderia imaginar (MITCHELL, 2007).

Uma publicação recente da IUCN (2014b) listou algumas motivações para a conservação de terras privadas ao redor do mundo e há indicativos de que essa são similares às encontradas no Brasil. São elas: o desejo de deixar um legado para as futuras gerações, filantropia, motivações econômicas, resultado de mobilizações sociais e programas de apoio à criação da reserva em áreas relevantes, para proteção de sítios sagrados e prevenção de mudanças de uso da terra.

Existem muitas e variadas motivações para se criarem áreas sob proteção privada. Alguns são para benefício social (por exemplo, conservação ou recreação), outros para ganho pessoal (por exemplo, privacidade ou benefícios em impostos), enquanto outros estão relacionados a questões familiares (por exemplo, manter uma propriedade familiar ou garantir fins de conservação para as gerações futuras). Diferentes atores podem ter diferentes motivações para se criar uma área protegida, como empresas, interessadas em obter reconhecimento por atividades de conservação, universidades que desejam uma estação de campo com a finalidade de grupos de ensino ou religiosos que buscam preservar um espaço sagrado. Pode haver mais de uma motivação e muitos criadores de área sob proteção privada têm várias razões para sua decisão. A criação de área sob proteção privada geralmente também envolve uma entidade privada (por exemplo, ONG, indivíduo particular ou organização com fins lucrativos) que pode tomar a decisão inicial de criar uma área sob proteção privada, como uma entidade que valida, apoia e / ou solicita contas de proprietários. Esses dois atores podem ter motivações diferentes. Em alguns países, como o Chile, geralmente há apenas um ator, o proprietário, embora a crescente associação de área sob proteção privada esteja começando a cumprir o papel do segundo ator. Em outros países, como África do Sul, existem duas entidades claras, nesse caso o governo desempenha um papel importante no desenvolvimento de áreas sob proteção privada (STOLTON; REDFORD; DUDLEY 2014, p. 26).

Pesquisa realizada por Farmer *et al* (2016), enviada por correio a proprietários de terras com propriedades registradas no Programa de Florestas e Florestas implementado no Estado de Indiana, nos EUA, revelou que as motivações principais dos proprietários rurais foi: *“(1) motivos ambientais, (2) motivos residenciais como a vida familiar e (3) ter mais terras registradas no programa eram fortes indicadores de indivíduos que implementaram ações de*

*conservação, como remoção de espécies invasoras e controle da erosão*⁴³”. Na pesquisa mencionada os autores também afirmaram que proprietários de terras que testemunharam melhorias ambientais em suas terras relataram mais ações de conservação do que aqueles que percebem condições ambientais inalteradas.

Legado, qualidade de vida e filantropia foram os três grupos sugeridos por Stolton, Redford e Dudley (2014) para classificar as motivações dos proprietários de terra na criação de suas reservas privadas ambientais, como foi detalhado no quadro 5.17.

Quadro 5.17 – Grupos de motivações pessoais.

Motivações e incentivos pessoais
Legado
Os lugares que são importantes para uma geração podem ser preservados para as gerações futuras através da criação de áreas sob proteção privada com restrições para manter os valores especiais do lugar. O surgimento de instrumentos legais, como pactos e servidões, facilitou bastante essa prática. É possível manter a área sob proteção privada dentro de uma família para uso privado, aberto para uso público, doação ou venda a uma agência pública. Em alguns casos, a condição de área sob proteção privada pode permitir aos pais impedir que uma propriedade seja dividida, quando transferida para os herdeiros. Em outros casos, o desejo de criar um legado pode ser direcionado a uma comunidade em vez de a família ou a um proprietário individual
Qualidade de vida
Ser capaz de manter os atributos de um local valorizado pelo proprietário é uma motivação para criar uma área sob proteção privada. Isso novamente poderia significar manter o local privado ou abri-lo ao público. Embora frequentemente tenha sido considerado que isso é uma motivação apenas para pessoas ricas, esse também pode ser o caso de pessoas com muito menos recursos. Muitos proprietários do Chile afirmaram que sua principal motivação para criar uma área sob proteção privada é ter uma residência em um ambiente natural e de beleza cênica. Essa categoria também pode ser aplicada a comunidades que apoiam, às vezes através de financiamento a criação de uma área sob proteção privada para conservar um espaço de importância local.
Filantropia
Doar um local para uso público é outra motivação para se criar áreas sob proteção privada. Vários atores, de pessoas a empresas, fizeram esse tipo de doação. Em alguns países, como os Estados Unidos, existe uma forte tradição na qual as pessoas doam propriedades a uma organização de confiança no cuidado com a terra.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Stolton, Redford e Dudley (2014, p. 26).

Sobre as reservas privadas corporativas, de pessoa jurídica, Araújo (2017) destaca três aspectos: o de a RPPN ter a função de *"marketing verde"* para as empresas, o de ser criada para compensação ambiental, por uso de recursos naturais em outra área ou ser criada como parte de um loteamento para valorização imobiliária,

Pellin e Ranieri (2009) também trabalharam com o perfil dos *"RPPNistas"* através de entrevistas sobre as motivações para a criação da RPPNs no Estado do Mato Grosso do Sul. E afirmam que a conservação de espécies e ecossistemas se destacou entre as demais motivações para a criação das reservas naturais, sendo esta motivação citada como primária, de forma exclusiva ou associada a outras motivações, por 79% dos 34 entrevistados. O resultado dessa pesquisa assemelha-se também ao de outros, pois, segundo outros autores, a

⁴³ Tradução nossa.

conservação da natureza aparece como uma das principais motivações para a criação de reservas privadas. (LANGHOLZ, 1996; MESQUITA, 1999; CEGANA, 2005).

Segundo as autoras, a satisfação pessoal em contribuir para conservação de ambientes naturais e saber que seus filhos e netos teriam a possibilidade de conhecer e desfrutar do local que transformaram em RPPN foi citada na pesquisa por 32% dos proprietários. Apesar das motivações conservacionistas terem se destacado nesse estudo, a variável econômica foi considerada como fator de decisão por 55% dos entrevistados, mesmo que associada à conservação ou satisfação pessoal (PELLIN, 2010). As motivações econômicas mais citadas foram: obtenção da isenção do Imposto Territorial Rural (ITR) (15 %), seguida por alternativa econômica (turismo, proteção contra reforma agrária e agregar valor econômico – marketing), cada uma com 12% (gráfico 5.4) (PELLIN; RANIERI, 2009).

Gráfico 5.4 - Motivações para o estabelecimento de RPPNs no Mato Grosso do Sul.

Fonte: Pellin e Ranieri (2009, p. 74).

Embora todos os entrevistados aleguem contar com a isenção do ITR sobre a área da unidade, essa foi considerada uma motivação primária para criação de apenas cinco RPPNs e secundária para a criação de duas. Atualmente, a isenção do ITR é o principal benefício oferecido pelos governos federal, estadual e municipal aos proprietários de RPPN, porém é considerado pouco atrativo devido ao seu valor relativamente baixo e por não ser um incentivo exclusivo. Pellin e Ranieri (2009) sugerem uma hipótese não investigada de que esse fator provavelmente só foi considerado importante para alguns proprietários, devido ao

tamanho de suas RPPNs, maiores do que a média nacional e também pela sua localização em áreas com baixo potencial para produção agropecuária, como algumas regiões do Pantanal.

Em Fernandes (2011), destaca-se que o objetivo geral do questionário que foi aplicado aos “RPPNistas” foi caracterizar e avaliar o processo de criação e gestão das RPPNs no Estado de São Paulo, mas a aplicação das questões também teve como objetivos específicos identificar as principais motivações ligadas à criação da RPPN. Na pergunta do levantamento prévio sobre as motivações para a criação da reserva presente no questionário, os proprietários poderiam marcar mais de uma motivação que os levaram a criar suas RPPNs. Como motivação principal se destacou: 1) a conservação do ecossistema, 2) garantir a propriedade da área, 3) proteger recursos hídricos e 4) satisfação pessoal. Os resultados dessa pesquisa são apresentados no gráfico 5.5.

Gráfico 5.5 - Motivação para criação das RPPNs Estado de São Paulo.

Fonte: Fernandes (2011, p. 41).

Para essa pesquisa, aproximadamente 34% dos proprietários de RPPN convidados participaram do questionário, totalizando 21 entrevistados (quadro 5.18). Esse resultado foi superior ao obtido por Sêrpico (2009), que conseguiu que 22% dos proprietários de RPPN participassem de sua pesquisa orientada por um questionário.

O quadro 5.18 apresenta a lista de todas as RPPNs paulistas que participaram da pesquisa feita por Fernandes (2011). As assinaladas em vermelho fazem parte do conjunto das RPPNs que compõe o grupo de estudo desse trabalho.

Quadro 5.18 - Proprietários de RPPN que participaram do levantamento.

Nº	Nome da RPPN	Nome do Proprietário	Nome do Entrevistado
1	Duas Cachoeiras	Guaraci Maria Diniz	Guaraci Maria Diniz
2	Ecofuturo	Suzano Papel e Celulose S/A	Guilherme Rocha Dias
3	Encantos da Juréia	Daniel Turi	Daniel Turi
4	Fazenda Boa Esperança	Aracaju Participações S/A	Josélia
5	Fazenda Renópolis	Débora Mascarenhas Murgel	Débora Mascarenhas Murgel
6	Foz do Aguapeí	CESP - Cia. Energética do Estado de São Paulo	Natália Ribeiro
7	Marina do Conde	Codeara S/A	Antonio Luiz Pelegrini
8	O Primata	Grupo Mandala - Walter Cerrigatto Costa	Walter Cerrigatto Costa
9	Olavo Egydio Setúbal	Duraflora S/A	José Ricardo Paraiso Ferraz
10	Paraiso	Márcia Regina Fonseca	Márcia Regina Fonseca
11	Parque Ecológico Anauá	João Carlos Castoldi	João Carlos Castoldi
12	Pousada Campos da Bocaina	Karina Duque Rubez	Karina Duque Rubez
13	São Judas Tadeu	Clélia Maria Rossi	Clélia Maria Rossi
14	Serra do Itatins	Associação Eco Juréia	Cybele da Silva
15	Tijucopava	Conde Desenvolvimento Imobiliário	Claudia Bispo dos Santos
16	Toca da Paca	Daniela de Azevedo Souza	Daniela de Azevedo Souza
17	Carbocloro - Parque da Lagoa	Carbocloro S/A	Márcio Fernandes de Abreu
18	Estância Jatobá	Lucia Machado Assumpção	Lucia Machado Assumpção
19	Parque das Nascentes	Terras de Bragança Paulista Participações Ltda.	Ciro Antonio Dias
20	Parque dos Pássaros	Terras de Bragança Paulista Participações Ltda.	Ciro Antonio Dias
21	Sítio Primavera	Fabio Canteiro	Fabio Canteiro

Fonte: Fernandes (2011, p. 43)⁴⁴.

No Anuário das Reservas Particulares do Patrimônio Natural Instituídas pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo foram identificadas preliminarmente, através de declarações espontâneas dos proprietários, dezesseis motivações diferentes para a criação das reservas, como mostra o quadro 5.19. A Secretaria do Estado do Meio Ambiente de São Paulo não deu tratamento estatístico a esses dados e não calculou percentual de quais seriam as respostas mais frequentes, apenas fez um fichário de cada uma das propriedades levantadas nesse período, colocando a oportunidade do proprietário assinalar a sua motivação de criação. Cabe considerar que essas motivações foram manifestadas apenas para responder uma pergunta direta sobre porque os proprietários decidiram criar suas reservas privadas. Não foi sugerida nenhuma categoria ou conjunto delas para que eles optassem por assinalar. Foram termos colocados textualmente por eles e que foram agrupados e lançados no quadro 5.19. Tanto é que se pode observar que existe até uma situação que demonstra uma grande distorção quanto ao uso da terra nas RPPNs, no momento em que um dos proprietários coloca a justificativa “*agricultura sustentável*” (item 12), prática que não pode ser proposta para a área (SIMA, 2013e).

Quadro 5.19 - Motivações por declarações espontâneas dos proprietários de RPPNs paulistas entrevistados pela Secretaria do Estado do Meio Ambiente de São Paulo.

⁴⁴ Há um equívoco na tabela quanto a nomenclatura de uma RPPN que está como “Carbocloro – Parque da Lagoa”, mas seu nome é apenas “RPPN Carbocloro”.

Motivações diferentes para a criação das RPPNs
1) proteção perpétua;
2) reflorestar áreas degradadas (recuperação ambiental);
3) preservar espécies nativas;
4) conservação da biodiversidade;
5) pesquisa;
6) educação ambiental;
7) recurso hídrico;
8) ecoturismo;
9) corredor/mosaico ecológico;
10) motivar práticas conservacionistas;
11) garantir fiscalização;
12) agricultura sustentável;
13) Termo de Ajustamento de Conduta (TAC);
14) aumentar a quantidade de UCs;
15) preservar atributos cênicos/paisagem;
16) conservação do solo.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de SIMA (2013e).

Já a FREPESP e WWF-Brasil (2013) realizaram um diagnóstico das RPPNs e tiveram em um universo de 50 entrevistados representando os “*RPPNistas*” do estado de São Paulo, informações que puderem indicar as principais motivações desses para a criação de suas reservas. Em 96% dos participantes há a afirmação de que uma das principais motivações para a criação da reserva foi a vontade de conservar espécies ou ecossistemas. Outro dado que se mostrou relevante foi que 84% dos entrevistados afirmam que outra grande motivação foi a proteção dos recursos hídricos locais (gráfico 5.6)

Gráfico 5.6 - Motivações dos proprietários de RPPNs paulistas na criação de suas reservas.

Fonte: FREPESP; WWF-Brasil, 2013.

Outro estudo com objetivos semelhantes foi aplicado com proprietários no estado de Santa Catarina. Tal pesquisa obteve resultados centrados nas motivações dos proprietários em

criar as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) Federais. Foram entrevistados 65 proprietários de reservas legalmente constituídas e lhes foi perguntado sobre as motivações para criar suas reservas. Foi obtido como resultado a indicação de 16 razões principais para a criação das reservas, que foram divididas em seis grupos de motivações escolhidas pelos autores: conservacionistas, conservacionistas/econômicas, econômicas, psicossociais, defensivas da propriedade e impostas. As respostas foram mais frequentes para motivações conservacionistas (41) e psicossociais (18), o que significa que os proprietários decidiram criar as RPPNs para contribuir com a conservação do patrimônio natural e também pela satisfação pessoal. A defesa da propriedade foi apontada por 15 proprietários como sendo a sua motivação principal para criar as reservas. Trata-se de uma defesa contra estradas, pequenas centrais hidrelétricas ou invasão da área. As motivações conservacionistas/econômicas, econômicas e impostas foram apontadas, respectivamente, por 11, 6 e 4 proprietários de RPPNs (gráfico 5.7) (SIMÃO; FREITAS, 2018).

Gráfico 5.7 - Motivações de proprietários de Santa Catarina para criação de RPPNs Federais.

Fonte: Simão e Freitas (2018).

Já Silveira (2009) ateve-se a estudar a relação patrimônio, posse e propriedade que é parte das motivações que os “*RPPNistas*” demonstram terem tido ao criar suas reservas e procurou explorar mais profundamente esse tema. Estudou a transformação do patrimônio familiar em patrimônio da humanidade através da criação de uma nova “*entidade*”, a RPPN.

A instituição da RPPN em terras de “*família*” tem sido justificada pelo desejo de proteger a memória do lugar, através da proteção do patrimônio. Nesse sentido, a família declara a possibilidade de o indivíduo se reconhecer como parte de algo maior. Como afirma Abreu Filho (1982), o parentesco configura e organiza valores, qualifica, fornece códigos

culturais, capazes de criar um sistema de representações. É interessante observar, assim, como o processo de sacralização da RPPN é pautado junto a tal grupo pela noção de família, pela possibilidade de perpetuação da história familiar através da perpetuação das matas, através da reserva. Considerando-se a ambiguidade constitutiva das RPPNs, que as caracteriza simultaneamente como “*propriedade privada*” e “*patrimônio mundial*”, percebe-se que essas reservas se apresentam, a um só tempo, como instâncias individualizadoras e desindividualizadoras. Os projetos dos “*RPPNistas*” relativos às suas reservas fazem a mediação entre as duas possibilidades, ora reafirmando a terra como lugar do indivíduo, ora como espaço destinado à humanidade e permite que se efetue uma equação insuspeita: natureza-religião-família, que agrega novos sentidos às práticas desses sujeitos (SILVEIRA, 2009).

Durante a pesquisa de mestrado Silveira (2009) pode observar como, através das RPPNs, eram instauradas surpreendentes ambiguidades, relativas às noções de particular/público, indivíduo/coletividade, propriedade privada/ função social e até patrimônio da humanidade. Além disso, a autora relata que as formas de classificação dos animais e plantas, a delimitação do lugar dos homens e dos bichos, realizada pelos “*RPPNistas*”, mereciam uma atenção especial. Não era de qualquer “*natureza*” que eles tratavam, mas de uma “*natureza*” então apropriada por um proprietário particular. A noção de “*patrimônio*”, que inspirava a concepção da categoria RPPN, criava uma ambiguidade característica nessas reservas: eram áreas naturais de domínios particulares e, ao mesmo tempo, “*bens comuns da humanidade*”.

Silveira (2009) também constatou como a defesa da propriedade privada era uma importante marca do universo discursivo dos proprietários de RPPNs. Mas uma “*fala ambientalizadora*”, através da qual esses proprietários acentuam a sua preocupação com a proteção da natureza, revitalizam o discurso sobre o direito de propriedade e apresentam um efeito suavizador sobre o marcado posicionamento político desses atores, contribuindo para recompor a imagem dessa propriedade e do seu proprietário. A autora também afirma perceber um discurso que oscila ora nas referências a uma “*natureza genérica*”, descrita através de códigos estabelecidos pela ciência, ora na interpretação de uma “*natureza*” integrada ao cotidiano, ou pelo menos esporadicamente experimentada, visível e imediata.

Uma primeira constatação que Silveira (2009) indica é que esses proprietários de reservas naturais se autodenominam “*amantes da natureza*”, mas que apesar disso, a autora vê contradição discurso deles, pois criam uma paixão distinguindo uns de outros e não

demonstraram "*amar*" todos os animais e plantas da mesma forma. Os seres identificados como espécies "*endêmicas*", "*nativas*" e "*ameaçadas de extinção*" são aqueles em relação aos quais se tem maior simpatia. Da mesma forma, nem todos os outros seres são bem-vindos às unidades de conservação. Acredita-se que aqueles considerados "*invasores*" ou "*exóticos*", que pertencem originalmente a outro "*habitat*", acabariam por se reproduzir e expulsar as espécies "*nativas*", dominando todo o seu espaço.

Ao se tornarem guardiões da natureza, os RPPNistas ganham autoridade para combater os usurpadores do patrimônio, os "*inimigos da natureza*", sendo esses últimos também, nesse ínterim, inimigos da propriedade privada. Esse pressuposto tem orientado tanto os trabalhos de proteção das "*matas nativas*" quanto à recomposição florestal de áreas degradadas. Trata-se de manter distantes os animais e plantas exóticas dos remanescentes florestais "*originais*" e de retirá-los ou não deixá-los "*invadir*" as áreas que se quer recuperar.

Silveira (2009) lista os "*invasores*" que aparecem com maior frequência nos relatos: os movimentos de trabalhadores sem terra; os caçadores; os "*palmiteiros*"; os madeireiros; os governantes corruptos e descompromissados com a causa ambiental; os agentes responsáveis por empreendimentos como usinas hidrelétricas e projetos de mineração e abertura de estradas em áreas consideradas de relevância natural. O discurso dos "*RPPNistas*" sobre os "*Sem Terra*", no entanto, é o que melhor evidencia a demarcação das fronteiras entre "*amantes*" e "*inimigos*" da natureza. A autora destaca como exemplar a fala de um "*RPPNista*", que enfaticamente defende a importância de sua RPPN como "*patrimônio da humanidade*".

Através do depoimento dos "*RPPNistas*" Silveira (2009) discutiu como são erguidas nesse campo social as fronteiras entre os domínios da "*natureza*" e do "*humano*" e como essas são experimentadas pelos sujeitos da pesquisa. Coloca que se a emergência de campos de conhecimento científico como a biologia da conservação e a ecologia, que cada vez mais esperam submeter a "*natureza*" ao controle e à inteligência humana, nos faz repensar os limites entre esses dois domínios. As RPPNs contribuem ainda mais para redefinir as fronteiras entre as esferas humana e natural. Percebe-se, ao longo dessas análises, que tais domínios ganham novas nuances e seus limites são reconfigurados com a presença da RPPN na propriedade rural. Novas fronteiras são erguidas através da delimitação entre o ambiente doméstico e selvagem. Cria-se uma nova ideia de "*equilíbrio*" e "*harmonia*" na convivência entre as esferas de atuação dos seres, dada não pela intocabilidade da natureza, mas por uma manipulação cuidadosa e especializada, que separa o "*puro*" do "*impuro*", o "*exótico*" do

"nativo". As RPPNs são o "mato" particularizado, subjetivado, sobre o qual o indivíduo se estende e se projeta (SILVEIRA, 2009).

Ao se tornar "*dono da natureza*", ao "*RPPNnista*" é concedido o "*maná*", "*aquilo que permite produzir efeitos que estão fora do poder ordinário dos homens, fora dos processos ordinários da natureza* (DURKHEIM, 1989, p. 96)". Ele se torna o "*produtor das águas*", recompõe as matas, traz de volta animais que já não existiam em suas terras, cria e recria a natureza à semelhança de Deus. E a natureza, comumente entendida como "*dádiva divina*", se torna, então, "*dádiva humana*" (SILVEIRA, 2009).

Silveira (2009) defende que é sobre o solo da retórica dadivosa que os discursos dos "*RPPNnistas*" se assentam. A negação do interesse, a ênfase na gratuidade, a incerteza e a não expectativa de um retorno compõem um discurso que busca, a todo o momento, negar a razão utilitária da criação das reservas. Essa afirmação se torna possível principalmente se trabalharmos com a definição de dádiva de Godbout. De modo negativo, entende-se por dádiva tudo o que circula na sociedade que não está ligado nem ao mercado, nem ao Estado (redistribuição), nem à violência física. De modo positivo, é o que circula em prol ou em nome do laço social (GODBOUT, 1998, p. 44).

O paradigma da dádiva também pode ser um esclarecedor do fenômeno das RPPNs do ponto de vista metodológico; ajuda a perceber as sutilezas de que se constitui esse campo social; inspira uma reflexão que não se detém nos extremos de uma compreensão utilitarista (centrada nos interesses práticos e individualistas) nem ingênua (que focalize uma abnegação e um altruísmo desmedidos) (SILVEIRA, 2009).

Silveira (2009, 2010a, b), sem se referir a autores que estudaram e que buscaram identificar historicamente os paradigmas ecológicos, conclui seu trabalho avaliando os proprietários a partir de três perspectivas que ela sugere e que dizem respeito aos projetos dos "*RPPNnistas*": proprietários familiares, colecionadores da natureza e os espiritualistas ecológicos. Verificou, segundo afirma, que a categoria família e as relações de parentesco organizam a experiência de alguns "*RPPNnistas*" em relação às suas reservas e são importantes referências na sua significação. Entendidas como espaço de permanente reconstrução da memória, as RPPNs dos "*proprietários familiares*" são lugares sobre os quais se nutre um afeto à terra enquanto depositária da história e do legado dos ancestrais.

A compreensão da natureza como objeto de coleção caracteriza para a autora o grupo dos "*coleccionadores da natureza*". Ao constituírem suas coleções e museus nas RPPNs esses atores dizem muito sobre si mesmos. E uma sensibilidade religiosa transparece na experiência

dos “*espiritualistas ecológicos*”. As RPPNs desses proprietários são espaços sacralizados, instituídos a partir de uma correlação entre ecologia e espiritualidade, fundada em uma prática religiosa centrada na busca de introspecção e do auto aperfeiçoamento (SILVEIRA, 2009).

A partir desses estudos sobre motivações parece haver fortes particularidades que indicaram algumas nuances diferentes para motivar os proprietários de RPPNs para criarem as suas reservas em contextos diferentes.

6. CAPÍTULO 4 - RAZÕES DA CONSERVAÇÃO VOLUNTÁRIA NAS RPPNs DA RBCV-SP

6.1. Considerações iniciais.

Antes de tudo e de apresentar os resultados desse estudo desejo mencionar algumas informações sobre o autor que podem ser importantes no contexto dessa proposta de pesquisa: 1) o autor reside há 57 anos na capital do estado de São Paulo (47 na cidade de São Paulo, 8 no Taboão da Serra e cerca de 1 em Jundiaí) testemunhando as transformações dessa região, causadas pelo crescimento da metrópole ; 2) como educador em escolas de São Paulo e em atividades pelo Instituto Ipá Ti-uá (ONG ambientalista) atuou cerca de 20 anos em atividades de estudo do meio e ecoturismo na RBCV-SP, sendo inclusive autor do livro *“Verde Perto, a natureza ao redor de São Paulo”*, o qual trata das trilhas percorridas nessa região e suas características ambientais, fauna e flora; 3) trabalhou alguns anos como redator e repórter em revistas e cadernos de jornais com divulgação científica, tendo recebido dois prêmios de jornalismo, que podem, de certa forma, atestar uma habilidade necessária para os procedimentos de entrevista e em como chegar à informação desejada (OLIVEIRA, 2004).

Já atuou profissionalmente como pessoa jurídica e física, tem formação em administração condominial , exerce a função de administrador condominial em mais de uma edificação há quase duas décadas, e fez a gestão de uma ONG em sua diretoria por quase o mesmo período. E espera que, ao longo dessa argumentação, essas considerações possam ser demonstradas como fatores que podem ter enriquecido esse estudo multidisciplinar.

6.2. A RBCV-SP.

Como tratado anteriormente, a área de estudo onde os questionários foram aplicados aos proprietários das RPPNs para entender suas razões e motivações para a criação das áreas sob proteção privada foi delimitada inicialmente pela que se encontra dentro da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo (RBCV-SP) reconhecida como tal em 1993, pelo Programa Intergovernamental *“O Homem e a Biosfera (MaB)”* da UNESCO, e parte integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) brasileira (RBMA, 2019; UNESCO, 2019a, b, INSTITUTO FLORESTAL, 2019).

A lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) trata das Reservas da Biosfera em seu capítulo VI artigo 41º:

A Reserva da Biosfera é um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações (BRASIL, 2000).

A Reserva da Biosfera é então constituída por *“uma ou várias áreas-núcleo, destinadas à proteção integral da natureza”, por “uma ou várias zonas de amortecimento”* e por *“uma ou várias zonas de transição, sem limites rígidos, onde o processo de ocupação e o manejo dos recursos naturais são planejados e conduzidos de modo participativo e em bases sustentáveis* (BRASIL, 2000)”.*”*

Além disso, há pontos importantes na lei que afirmam que a Reserva da Biosfera *“é constituída por áreas de domínio público ou privado”* e que *“pode ser integrada por unidades de conservação já criadas pelo Poder Público”*.

Para delimitar geograficamente a área de estudo foram obtidos junto a RBMA (2019) os limites da RBCV-SP para que fosse confeccionado o mapa 6.1 com sua delimitação para que se possa visualizar sua extensão e fazer a inserção de todas as RPPNs encontradas nessa área. Foi escolhido o *layer* de vegetação nessa representação porque o tema principal das entrevistas foi as motivações para a criação dessas RPPNs paulistas e a conservação da biodiversidade.

Além da cidade de São Paulo, a RBCV-SP, segundo o *site* da RBMA (2019) consultado em 2019, possui 71 municípios onde se concentram 10% de toda a população brasileira. Essa é a mesma informação que constava nesse *site* em outubro de 2016, quando ele foi consultado anteriormente. Para dirimir dúvidas foi solicitado à gestão da RBCV-SP (2016) a lista oficial dos municípios que compõe a reserva. Em comunicado recebido por e-mail, respondido pela Secretaria da RBCV-SP o autor obteve a informação necessária para delimitação da área de estudo que, pode ser vista na imagem 6.1 em papel timbrado, no qual consta, ao final, a data e o total de 78 municípios, nos quais, então, buscou-se as RPPNs.

Mapa 6.1 - Limites da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de RBMA (2019).

O total de municípios, declarado no documento, foi de 78, ao invés dos 71 que havia sido encontrado inicialmente no *site*. Consultado o *site* em 11 de novembro de 2019, a informação continua desatualizada. Esse aumento numérico de municípios da RBCV-SP incorre também na projeção de outros dados que estão no *site*. Desse modo, teria que ser considerado um aumento populacional na região com mais sete municípios compondo a RBCV-SP para se rever, então, os “10% de população brasileira” que foi estimado e se encontra no *site*, ampliando, assim, a importância dessa reserva na maior conurbação urbana do país. Mesmo em uma região bastante urbanizada foi possível localizar diversas RPPNs na área em questão. Na verdade, foi encontrado um número maior de reservas que as expectativas iniciais supunham, justamente pela condição de expansão da metrópole e sua pressão sobre as áreas verdes, principalmente as compostas por vegetação nativa (RBMA, 2019; RESERVA DA BIOSFERA DO CINTURÃO VERDE DA CIDADE DE SÃO PAULO, 2016).

Com a listagem completa dos municípios em mãos foi possível esboçar outro mapa (mapa 6.2) com os limites dos municípios que figuram na lista da RBCV-SP delimitando a área administrativa de cada um (RESERVA DA BIOSFERA DO CINTURÃO VERDE DE SÃO PAULO, 2016).

No total as RPPNs do Estado de São Paulo em área figuram na 9ª posição com 22.368,92 hectares, apenas 2,5% do total brasileiro. As RPPNs da RBCV-SP somam o total de 4.206, 83 hectares e representam, portanto, 18% do total em área entre as RPPNs no estado.

Imagem 6.1 - Total dos municípios⁴⁵ que compõe a RBCV-SP.

Reserva da Biosfera
do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo
São Paulo City Green Belt Biosphere Reserve

INSTITUTO
FLORESTAL

RESERVA DA BIOSFERA DO CINTURÃO VERDE DA CIDADE E SÃO PAULO

78 MUNICÍPIOS

1 Aluminio	41 Mairiporã
2 Araçatiguama	42 Mauá
3 Arujá	43 Mogi das Cruzes
4 Atibaia	44 Mongaguá
5 Barueri	45 Natividade da Serra
6 Bertoga	46 Nazaré Paulista
7 Biritiba Mirim	47 Osasco
8 Bom Jesus Dos Perdões	48 Paraituna
9 Bragança Paulista	49 Pedro de Toledo
10 Cabreúva	50 Peruibe
11 Caieiras	51 Piedade
12 Cajamar	52 Piracema
13 Campo Limpo Paulista	53 Pirapora do Bom Jesus
14 Carapicuíba	54 Poá
15 Cotia	55 Praia Grande
16 Cubatão	56 Redenção da Serra
17 Diadema	57 Ribeirão Pires
18 Embu das Artes	58 Rio Grande da Serra
19 Embu-Guaçu	59 Salesópolis
20 Ferraz de Vasconcelos	60 Santa Branca
21 Francisco Morato	61 Santa Isabel
22 Franco da Rocha	62 Santana de Parnaíba
23 Guararema	63 Santo André
24 Guarujá	64 Santo André
25 Guarulhos	65 Santos
26 Ibiúna	66 São Bernardo do Campo
27 Igaratá	67 São Caetano do Sul
28 Itanhaém	68 São José dos Campos
29 Itapeverica da Serra	69 São Lourenço da Serra
30 Itapevi	70 São Roque
31 Itaquaquecetuba	71 São Vicente
32 Itariri	72 Suzano
33 Jacareí	73 Taboão da Serra
34 Jandira	74 Tuiuti
35 Jandira	75 Vargem
36 Jarinu	76 Vargem Grande Paulista
37 Joanópolis	77 Várzea Paulista
38 Jundiaí	78 Votorantim
39 Juquitiba	
40 Mairinque	

RBCV informação outubro 2016

rbcv.secretaria@gmail.com

Fonte: Reserva da Biosfera do cinturão verde da cidade de São Paulo (2016)⁴⁶.

⁴⁵ Retificando a lista enviada, o município de número 64 seria São Paulo, já que Santo André está repetido.

⁴⁶ A mensagem permanece arquivada digitalmente como parte dos documentos levantados pela pesquisa.

Mapa 6.2 - Divisão administrativa dos 78 municípios que compõe a RBCV-SP.

Fonte: Reserva da Biosfera do cinturão verde da cidade de São Paulo (2016).

6.3. Localização das RPPNS na RBCV-SP.

A partir desse dado a informação foi cruzada com a lista das RPPNS (quadros 6.1, 6.2 e 6.3) obtida no *site* do Sistema Integrado de Gestão Ambiental da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA) (SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO AMBIENTAL, 2019).

Quadro 6.1 - RPPNs reconhecidas na esfera Federal.

Nome da RPPN	Município	Área (ha)	Instrumento e ano de criação
1. Águas Claras	São Luis do Paraitinga	14,43	Portaria ICMBio 22/2013
2. Carbocloro	Cubatão	0,7	Portaria IBAMA 145/1992
3. Cava II	Colina	40,9525	Portaria IBAMA 40/2005
4. Centro de Vivência com a Natureza - CVN	Araçoiaba da Serra	28,4	Portaria IBAMA 34/2001
5. Cruz Preta	Ibiúna	45,98	Portaria ICMBio 29/2012
6. Ecoworld	Atibaia	51,387	Portaria IBAMA 64/1999
7. Estância Jatobá	Pedro de Toledo	26,67	Portaria IBAMA 105/2000
8. Fazenda Bela Aurora	Cruzeiro	86,1475	Portaria IBAMA 62/1999
9. Fazenda Horii	Guapiara	34,4	Portaria IBAMA 108/1999
10. Fazenda Palmira	Serra Azul	242	Portaria IBAMA 156/2001
11. Fazenda Relógio Queimado	Cafelândia	111,44	Portaria IBAMA 56/2002
12. Fazenda San Michele	São José dos Campos	40,97	Portaria IBAMA 57/2001
13. Fazenda Serrinha	Bragança Paulista	15	Portaria IBAMA 154/2001 (retif. em 18/04/2002)
14. Fazenda Silvo Agro-Pastoril Gonçalves	Tapiraí	60,91	Portaria IBAMA 102/1999
15. Floresta Negra	Araçoiaba da Serra	7	Portaria IBAMA 104/2001
16. Meandros	Ibiúna	111,3	Portaria IBAMA 82/1999 (rev.); 02/2000 (rev.) e 157/2001
17. Meandros II	Ibiúna	145,2	Portaria IBAMA 149/2001
18. Meandros III	Ibiúna	72,6	Portaria IBAMA 150/2001
19. Morro do Curussu Mirim	Ubatuba	22,8	Portaria IBAMA 87/1999
20. Parque das Nascentes	Bragança Paulista	69,25	Portaria IBAMA 58/2002
21. Parque dos Pássaros	Bragança Paulista	174,9	Portaria IBAMA 60/2002
22. Parque Florestal São Marcelo	Mogi-Mirim e Mogi-Guaçu	187,063	Portaria IBAMA 120/2002
23. Reserva Ecológica Amadeu Botelho	Jaú	142,88	Portaria IBAMA 19/2000
24. Reserva Rizzieri	São Sebastião	12,82	Portaria IBAMA 05/2003
25. Fazenda Rio dos Pilões	Santa Isabel	560,02	Portaria IBAMA 84/1999
26. Rio Vermelho	Bananal	22,91	Portaria ICMBio 176/2013
27. Sítio Capuavinha	Mairiporã	5	Portaria IBAMA 31/2001
28. Sítio Curucutu	São Paulo	10,89	Portaria IBAMA 102/1995
29. Sítio do Cantoneiro	Monteiro Lobato	8,7037	Portaria IBAMA 116/1994 (retif. em 29/06/1995)
30. Sítio do Jacu	Caraguatatuba	1,598	Portaria IBAMA 52/2001
31. Sítio Palmital	Itápolis	24,3	Portaria IBAMA 103/1999
32. Sítio Pithon	Araçariguama	26	Portaria IBAMA 11/1997
33. Sítio Primavera	São Luis do Paraitinga	19,3	Portaria IBAMA 37/2000
34. Sítio Ryan	Itapevi	19,47	Portaria IBAMA 112/1993
35. Sítio Sabiuna	Joanópolis	50	Portaria IBAMA 58/1995 (retif. em 15/02/1996)
36. Toque Toque Pequeno	São Sebastião	2,7	Portaria IBAMA 09/2000
37. Travessia	Lavrinhas	255	Portaria ICMBio 112/2014
38. Trilha Coroados - FB	Presidente Alves	52,4042	Portaria IBAMA 78/2006
39. Vale do Corisco ⁴⁷	Itararé	253,75	Portaria IBAMA 83/1999
40. Vista Bonita	Sandovalina	1.069,1	Portaria IBAMA 38/2004
41. Voturuna	Santana do Parnaíba	66,55	Portaria IBAMA 105/1994
42. Voturuna II	Santana do Parnaíba	58,45	Portaria IBAMA 123/1994
43. Voturuna V	Pirapora do Bom Jesus	64,13	Portaria IBAMA 113/1994

Fonte: ICMBio (2019b).

Quadro 6.2 - RPPNs reconhecidas na esfera Estadual.

⁴⁷ A área total da RPPN Vale do Corisco é de 507,5 ha, sendo 137,9 ha no município de Itararé-SP e 369,6 ha no município de Sengés-PR.

Nome da RPPN	Município	Área (ha)	Instrumento e ano de criação
1. Botujuru - Serra do Itapety	Mogi das Cruzes	437,3	Resolução SMA 78/2014
2. Cachoeira Serra Azul	Queluz	6,35	Resolução SMA 12/2013
3. Chácara Santa Inês	Bananal	5,5017	Resolução SMA 33/2015
4. Costa Blanca	Bertioga	296,93	Resolução SMA 07/2011
5. Duas Cachoeiras	Amparo	6,3	Resolução SMA 49/2010
6. Ecofuturo	Bertioga e Mogi das Cruzes	518,5	Resolução SMA 20/2009
7. Encantos da Juréia	Pedro de Toledo	16,05	Resolução SMA 83/2008
8. Entre Rios	Angatuba e Bofete	302,97	Resolução SMA 41/2010
9. Fazenda Boa Esperança	Amparo	31,3	Resolução SMA 08/2011
10. Fazenda Renópolis	Santo Antônio do Pinhal	83,18	Resolução SMA 24/2011
11. Floresta das Águas Perenes	Brotas e Ribeirão Bonito	793,7763	Resolução SMA 76/2011
12. Foz do Rio Aguapeí	Castilho, São João do Pau D'alto e Pauliceia	8.885,335	Resolução SMA 117/2010
13. Hercules Florence 1 e 2	Bertioga	709,5773	Resolução SMA 06/2011
14. Hercules Florence 3, 4, 5 e 6	Bertioga	213,31	Resolução SMA 39/2012
15. Kon Tiki	Santa Rita do Passa Quatro	9,2962	Resolução SMA 75/2011
16. Marina do Conde	Guarujá	7,62	Resolução SMA 23/2009 e 13/2013
17. Mosquito	Narandiba	2.195,89	Resolução SMA 70/2008
18. O Primata	São Francisco Xavier	352,918	Resolução SMA 05/2011
19. Paraíso	Mairiporã	3,54	Resolução SMA 27/2008
20. Parque do Zizo	Tapiraí	9,2139	Resolução SMA 46/2013
21. Parque Ecológico Anauá	Socorro	1,8	Resolução SMA 24/2009
22. Parque Rio das Pedras	Capão Bonito	47,5309	Resolução SMA 31/2014
23. Parque Taquaral da Mata Atlântica	Capão Bonito	51,357	Resolução SMA 30/2014
24. Pedra da Mina	Queluz	632,82	Resolução SMA 60/2013
25. Pousada Campos da Bocaina	São José do Barreiro	3,79	Resolução SMA 125/2010
26. Reserva do Dadinho	Atibaia	11,66	Resolução SMA 54/2012
27. Reserva do Jacu	Atibaia	3,587	Resolução SMA 44/2013
28. Reserva dos Muriquis	São Francisco Xavier	43,7753	Resolução SMA 45/2013
29. Reserva Hinayana	Mogi das Cruzes	3,9	Resolução SMA 29/2014
30. Reserva Mahayana	Mogi das Cruzes	9,34	Resolução SMA 28/2008
31. Reserva Natural Olavo Egydio Setúbal	Lençóis Paulista e Borebi	615,5	Resolução SMA 29/2008
32. São Judas Tadeu	Juquitiba	6,05	Resolução SMA 65/2008
33. Serra dos Itatins	Iguape	75,08	Resolução SMA 84/2009
34. Serrinha	Queluz	245,02	Resolução SMA 59/2014
35. Sítio Manacá	Guaratinguetá	25,083	Resolução SMA 95/2012
36. Tijucopava	Guarujá	40,63	Resolução SMA 10/2009
37. Toca da Paca	Guataporá	187,63	Resolução SMA 26/2008 e 66/2008
38. Vale Verdejante	Ubarana	6,3629	Resolução SMA 77/2014

Fonte: Fundação Florestal (2019b).

Quadros 6.3 - RPPN reconhecida na esfera Municipal.

Nome da RPPN	Município	Área (ha)	Instrumento e ano de criação
1. Mutinga	São Paulo	2,50	Portaria SVMA 12/2011

Fonte: elaborado pelo autor a partir de São Paulo (SP) (2011a).

A partir desse dado foi obtido o número de 43 RPPNs reconhecidas na esfera Federal, 38 RPPNs reconhecidas na esfera Estadual e uma RPPN reconhecida na esfera Municipal. (SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO AMBIENTAL, 2019), totalizando 82 RPPNs no

Estado de São Paulo. Segundo o ICMBio (2019a) no Sistema Integrado de Monitoramento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (SIMRPPN), não são 43, mas 47 RPPNs reconhecidas na esfera Federal (imagem 6.2).

Imagem 6.2 - Total por estado das RPPNs criadas pelo governo federal.

Imagem 6.2 - Total por estado das RPPNs criadas pelo governo federal. A imagem mostra a interface do sistema SIMRPPN (Sistema Informatizado de Monitoria de RPPN) do ICMBio/MMA. O cabeçalho da página indica 'Início' e o título principal é 'RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL - RPPN'. Abaixo, há uma tabela com três colunas: Estado, Número de RPPN e Área das RPPN (ha). A tabela lista 27 estados com seus respectivos valores.

Estado	Número de RPPN	Área das RPPN (ha)
AC	1	38.01
AL	7	610.58
AM	14	879.80
AP	5	10113.98
BA	112	47765.39
CE	36	15837.81
DF	5	142.12
ES	10	646.18
GO	70	36862.48
MA	12	3829.12
MG	88	30481.08
MS	16	86766.14
MT	15	172980.67
PA	6	2837.80
PB	9	6657.72
PE	12	3467.71
PI	6	33690.85
PR	18	8185.46
RJ	66	6066.02
RN	7	3731.25
RO	10	3848.76
RR	3	1047.54
RS	34	4302.31
SC	70	29526.83
SE	8	1398.66
SP	47	4549.76

Fonte: ICMBio (2019a)

Foram então adotados esses dados ampliados do ICMBio (2019a), nessa pesquisa, como é demonstrado no quadro 6.4, ampliando, então, o total das RPPNs para 86.

Quadro 6.4 - RPPNs reconhecidas na esfera Federal em São Paulo.

RPPN	Município	Área (ha)
1. Sítio Python	Araçariguama - SP	26,00
2. Centro de Vivência com a Natureza - CVN	Araçoiaba da Serra - SP	28,40
3. Floresta Negra	Araçoiaba da Serra - SP	7,00
4. Ecoworld	Atibaia - SP	51,39
5. Rio Vermelho	Bananal - SP	22,91
6. Cava II	Barretos - SP	40,95
7. Fazenda Serrinha	Bragança Paulista - SP	15,00
8. Parque das Nascentes	Bragança Paulista - SP	69,25
9. Parque dos Pássaros	Bragança Paulista - SP	174,90
10. Fazenda Relógio Queimado	Cafelândia - SP	111,44
11. Sítio do Jacu	Caraguatatuba - SP	1,60
12. Fazenda Bela Aurora	Cruzeiro - SP	86,15
13. Carbocloro S/A	Cubatão - SP	0,70
14. Fazenda Horii	Guapiara - SP	34,40
15. Meandros II	Ibiúna - SP	145,20
16. Meandros III	Ibiúna - SP	72,60
17. Cruz Preta	Ibiúna - SP	45,98
18. Meandros	Ibiúna - SP	111,30
19. Sítio Ryan	Itapevi - SP	19,47
20. Sítio Palmital	Itápolis - SP	24,30
21. Vale do Corisco	Itararé - SP	137,90
22. Estância Jatobá	Jaguariúna - SP	26,67
23. Reserva Ecológica Amadeu Botelho	Jaú - SP	142,88
24. Sítio Sabiuna	Joanópolis - SP	50,00
25. Travessia	Lavrinhas - SP	255,00
26. Sítio Capuavinha	Mairiporã - SP	5,00
27. Parque Florestal São Marcelo	Moji-Mirim - SP	187,06
28. Sítio do Cantoneiro	Monteiro Lobato - SP	8,70
29. Sítio Caetê	Nazaré Paulista - SP	7,05
30. Lafigueira - Naturarte	Piracaia - SP	33,68
31. Voturuna V	Pirapora do Bom Jesus - SP	64,13
32. Trilha Coroados - FB	Presidente Alves - SP	209,60
33. Vista Bonita	Sandovalina - SP	1069,10
34. Fazenda Rio dos Pilões	Santa Isabel - SP	560,02
35. Voturuna II	Santana de Parnaíba - SP	58,45
36. Voturuna	Santana de Parnaíba - SP	66,55
37. Fazenda Catadupa	São José do Barreiro - SP	38,18
38. Caburé	São José do Barreiro - SP	114,03
39. Fazenda San Michele	São José dos Campos - SP	40,97
40. Sítio Primavera	São Luís do Paraitinga - SP	19,30
41. Águas Claras	São Luís do Paraitinga - SP	14,43
42. Sítio Curucutu	São Paulo - SP	10,89
43. Reserva Rizzieri	São Sebastião - SP	12,82
44. Toque Toque Pequeno	São Sebastião - SP	2,70
45. Fazenda Palmira	Serra Azul - SP	242,00
46. Fazenda Silvo Agro-Pastoril Gonçalves	Tapiraí - SP	60,91
47. Morro do Curussu Mirim	Ubatuba - SP	22,80

Fonte: ICMBio (2019b).

Segundo a Fundação Florestal (2019b) não são 38 RPPNs reconhecidas na esfera Estadual e sim 51 (quadro 6.5).

Quadro 6.5 - RPPNs reconhecidas na esfera Federal em São Paulo.

	RPPN	Município	Resolução SMA	Área (ha)
1	<u>Alto do Deco</u>	São José dos Campos	89-10/11/2016	67,03
2	<u>Botujuru Serra do Itapety</u>	Mogi das Cruzes	78-30/9/2014	437,30
3	<u>Cachoeira Serra Azul</u>	Queluz	12-15/2/2013	6,35
4	<u>Campos da Bocaina</u>	São José do Barreiro	125-28/12/2010	3,79
5	<u>Céu Estrelado</u>	Pindamonhangaba	04-31/01/2019	116,00
6	<u>Chácara Santa Inêz</u>	Bananal	33-19/5/2015	5,50
7	<u>Copaíba</u>	Socorro	06-31/01/2019	2,31
8	<u>Costa Blanca</u>	Bertioga	7-1/2/2011	296,93
9	<u>Duas Cachoeiras</u>	Amparo	49-8/6/2010	6,30
10	<u>Ecofuturo</u>	Bertioga e Mogi das Cruzes	20-4/6/2009	518,50
11	<u>Encantos da Juréia</u>	Pedro de Toledo	83-1/12/2008	16,05
12	<u>Entre Rios</u>	Angatuba e Bofete	41-19/5/2010	302,97
13	<u>Fazenda Boa Esperança</u>	Amparo	8-1/2/2011	31,30
14	<u>Fazenda Renópolis</u>	Santo Antônio do Pinhal	24-06/6/2011	83,18
15	<u>Floresta das Águas Perenes</u>	Brotas e Ribeirão Bonito	76-27/12/2011	793,78
16	<u>Foz do Rio Aguapeí</u>	Castilho, São João do Pau D'alto e Paulicéia	52-31/5/2016	8.353,02
17	<u>Gigante do Itaguaré</u>	Cruzeiro	52-10/5/2018	358,64
18	<u>Guainumbi</u>	São Luís do Paraitinga – SP	79-03/11/2015	38,84
19	<u>Hercules Florence 1 e 2</u>	Bertioga	6-1/2/2011	709,58
20	<u>Hercules Florence 3, 4, 5, e 6</u>	Bertioga	39-05/6/2012	213,31
21	<u>Hinayana</u>	Mogi das Cruzes	29-31/3/2014	3,90
22	<u>Kon Tiki</u>	Santa Rita do Passa Quatro	75-27/12/2011	9,30
23	<u>Mahayana</u>	Mogi das Cruzes	28-24/4/2008	9,34
24	<u>Marina do Conde</u>	Guarujá	13-13/2/2013	7,62
25	<u>Mata dos Macacos</u>	Conchal	8-31/1/2017	91,99
26	<u>Mosquito</u>	Narandiba	70-23/9/2008	2.195,89
27	<u>O Primata</u>	São José dos Campos	5-1/2/2011	352,92
28	<u>Olavo Egydio Setúbal</u>	Lençóis Paulistas e Borebi	29-24/4/2008	615,50
29	<u>Paineira</u>	Espírito Santo do Pinhal	90-10/11/2016	49,81
30	<u>Paraíso</u>	Mairiporã	27-24/4/2008	3,54
31	<u>Parque Do Zizo</u>	Tapiraí	46-5/6/2013	9,21
32	<u>Parque Rio das Pedras</u>	Capão Bonito	31-31/3/2014	47,53
33	<u>Parque Taquaral da Mata Atlântica</u>	Capão Bonito	30-31/4/2014	51,36
34	<u>Pedra da Mina</u>	Queluz	60-17/7/2013	632,82
35	<u>Porto do Ifé</u>	Colômbia	66-5/6/2018	54,08
36	<u>Reserva do Dadinho</u>	Atibaia	54-29/6/2012	11,66
37	<u>Reserva do Jacu</u>	Atibaia	44-5/6/2013	3,59
38	<u>Reserva dos Muriquis</u>	São José dos Campos	53-15/5/2018	41,34
39	<u>Santa Rita de Cássia</u>	Queluz	78-03/11/2015	198,23
40	<u>São Elias</u>	Capivari	43- 2/5/2016	2,81
41	<u>São Judas Tadeu</u>	Juquitiba	65-11/9/2008	6,05
42	<u>Serra da Bocaina</u>	São José do Barreiro	05-31/01/2019	19,88
43	<u>Serra do Itatins</u>	Iguape	84-18/11/2009	75,08
44	<u>Serrinha</u>	Queluz	59-27/6/2014	245,02
45	<u>Sítio das Pedras</u>	Indaiatuba	03-31/01/2019	1,90
46	<u>Sítio Manacá</u>	Guaratinguetá	95-14/12/2012	25,08
47	<u>Sítio Solar da Montanha</u>	Atibaia	09-30/01/2018	1,19
48	<u>Tijucopava</u>	Guarujá	10-26/2/2009	40,63
49	<u>Toca da Paca</u>	Guataporã	26-24/4/2008	187,63
50	<u>Trápaga</u>	São Miguel Arcanjo	10-30/01/2018	70,38
51	<u>Vale Verdejante</u>	Ubarana	77-30/9/2014	6,36
51 RPPN (fevereiro de 2019)			Área total =	17.432,33

Fonte: SIMA(2019).

Os valores encontrados no *site* da SIMA, SP (2019) alteram o total de RPPNs, subindo para 99 reservas no estado de São Paulo (47 federais + 51 estaduais + 1 municipal) ao invés de 82 como aparece nas fontes anteriormente apresentadas para o Estado de São Paulo.

Foi consultada também a página da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da cidade de São Paulo (SVMA) (imagem 6.3) (SÃO PAULO (SP), 2019).

Imagem 6.3 – Unidades de Conservação reconhecidas na esfera Municipal.

Unidades de Conservação

Considerando as três esferas, o município de São Paulo apresenta as seguintes UCs:

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	ESFERA
	FEDERAL
RPPN Curucutu	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
	MUNICIPAL
RPPN Mutinga	Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA)

Fonte: modificado pelo autor a partir de São Paulo (SP) (2011a).

Por fim outras prefeituras da RBCV-SP foram consultadas e não foram encontradas RPPNs criadas por outras administrações municipais dentro da área de estudo.

Usando as seguintes listas: 1) do *site* do ICMBio que apresenta a lista de RPPNs paulistas criadas pelo Governo do Federal; 2) *site* da SIMA-SP, que apresenta a lista de RPPNs paulistas criadas pelo Governo do Estado e do 3) do *site* da SVMA-SP, que apresenta a lista de RPPNs paulistanas criadas pelo Governo Municipal, foi definido o universo de 99 RPPNs e sua localização por município, para então cruzar essa informação com a listagem de municípios, obtida junto à RBCV-SP (2016). Como base nisso, foi elaborado o quadro 6.6, para que fossem identificadas cada uma das RPPNs e em quais municípios ficavam dentro da RBCV-SP, quantas delas havia por cidade e o total das RPPNs em toda a RBCV-SP, obtendo-se o recorte inicial da amostragem a ser usado na pesquisa (RBCV-SP (2016); ICMBIO, (2019b); SÃO PAULO (Estado) (2019); SÃO PAULO (SP) (2019) .

Quadro 6.6 - Municípios da RBCV e quantidade de RPPNs por município (continua)

Município	RPPNs (nº)	Nome
Alumínio	0	
Araçariguama	1	Sítio Python
Arujá	0	
Atibaia	4	EcoWorld, Reserva do Dadinho, Reserva do Jacu, Sítio Solar da Montanha.
Barueri	0	
Bertioga	4	Costa Blanca , Ecofuturo, Hercules Florence 1 e 2, Hercules Florence 3, 4, 5 e 6,
Biritiba Mirim	0	
Bom Jesus dos Perdões	0	
Bragança Paulista	3	Fazenda Serrinha , Parque dos Pássaros, Parque das Nascentes
Cabreúva	0	
Caieiras	0	
Cajamar	0	
Campo Limpo Paulista	0	
Carapicuíba	0	
Cotia	0	
Cubatão	1	Carbocloro
Diadema	0	
Embu das Artes	0	
Embu-Guaçu	0	
Ferraz de Vasconcelos	0	
Francisco Morato	0	
Franco da Rocha	0	
Guararema	0	
Guarujá	2	Marina do Conde, Tijucopava
Guarulhos	0	
Ibiúna	4	Cruz Preta, Fazenda Meandros, Fazenda Meandros II, Fazenda Meandros III
Igaratá	0	
Itanhaém	0	
Itapecerica da Serra	0	
Itapevi	1	Sítio Ryan
Itaquaquecetuba	0	
Itarirí	0	
Jacareí	0	
Jambeiro	0	
Jandira	0	
Jarinu	0	
Joanópolis	1	Sítio Sabiuna
Jundiá	0	
Juquitiba	1	São Judas Tadeu
Mairinque	0	
Mairiporã	2	Paraíso, Sítio Capuavinha
Mauá	0	
Mogi das Cruzes	3	Botujuru - Serra de Itapety, Hinayana, Mahayana
Mongaguá	0	
Natividade da Serra	0	
Nazaré Paulista	1	Sítio Caeté
Osasco	0	
Paraibuna	0	
Pedro de Toledo	1	Encantos da Juréia
Peruíbe	0	
Piedade	0	
Piracaia	1	Lafigueira Naturarte
Pirapora do Bom Jesus	1	Voturuna V

Fonte: São Paulo (Estado) (2019).

Quadro 6.6 - Municípios da RBCV e quantidade de RPPNs por município (conclusão).

Poá	0	
Praia Grande	0	
Redenção da Serra	0	
Ribeirão Pires	0	
Rio Grande da Serra	0	
Salesópolis	0	
Santa Branca	0	
Santa Isabel	1	Fazenda Rio dos Pilões
Santana de Parnaíba	2	Voturuna, Voturuna II
Santo André	0	
Santos	0	
São Bernardo do Campo	0	
São Caetano do Sul	0	
São Jose dos Campos	4	Alto do Deco, Reserva dos Muriquis, Fazenda San Michele, O primata
São Lourenço da Serra	0	
São Paulo	2	Mutinga, Sítio Curucutu
São Roque	0	
São Vicente	0	
Suzano	0	
Taboão da Serra	0	
Tuiuti	0	
Vargem	0	
Vargem Grande Paulista	0	
Várzea Paulista	0	
Votorantim	0	
TOTAL	40	Legendas (nº de RPPNs/município)
		4321

Fonte: elaborado pelo autor a partir de São Paulo (Estado) (2019c).

Esse quadro 6.6 foi inicialmente concebido e confeccionado em 2016. Foi uma escolha deixar ele com a lista total de municípios, pois outras RPPNs poderiam ser criadas após essa data e até a fase de início das entrevistas, na qual esse universo de proprietários teria que estar fechado e definido, mesmo que alguma nova RPPN fosse reconhecida após essa fase. Isso de fato ocorreu, já que no final do ano de 2016 foi reconhecida a RPPN Alto do Deco, em São José dos Campos, SP; em 2017 a RPPN Lafigueira Naturarte, em Piracaia, SP e a RPPN Sítio Caetê, em Nazaré Paulista, SP; em 2018 a RPPN Sítio Solar da Montanha, em Atibaia, SP e a RPPN Reserva dos Muriquis, e São José dos Campos, SP ampliando em mais cinco reservas o número total dessas a terem seus proprietários entrevistados.

O quadro 6.7 apresenta um resumo para melhor visualização dos municípios que estão na RBCV e não tem RPPNs e daqueles que as possuem em seu território, apresentando quantas existem dentro de cada cidade. Dessa forma, são observados quatro municípios com quatro RPPNs, dois municípios com três RPPNs, quatro com duas RPPNs e 10 com uma só RPPN na cidade.

Quadro 6.7 – Total de RPPNs por municípios na RBCV-SP.

MUNICÍPIOS SEM RPPNS	Sub-total	n ⁴⁸	Total
Alumínio, Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Bom Jesus dos Perdões, Cabreúva, Caieiras, Cajamar, Campo Limpo Paulista, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Igaratá, Itanhaém, Itapeverica da Serra, Itaquaquecetuba, Itarirí, Jacareí, Jambuí, Jandira, Jarinu, Jundiaí, Mairinque, Mauá, Mongaguá, Natividade da Serra, Osasco, Paraibuna, Peruíbe, Piedade, Poá, Praia Grande, Redenção da Serra, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Branca, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Roque, São Vicente, Suzano, Taboão da Serra, Tuiuti, Vargem, Vargem Grande Paulista, Várzea Paulista, Votorantim.	58	0	0
MUNICÍPIOS COM RPPNS			
Atibaia, Bertioga, Ibiúna, São Jose dos Campos.	4	4	16
Bragança Paulista, Mogi das Cruzes.	2	3	6
Guarujá, Mairiporã, Santana de Parnaíba, São Paulo	4	2	8
Araçatuba, Cubatão, Itapevi, Joanópolis, Jquitiba, Nazaré Paulista, Pedro de Toledo, Piracaia, Pirapora do Bom Jesus e Santa Isabel	10	1	10
Total			40

Fonte: elaborado pelo autor a partir de São Paulo (Estado) (2019c).

Quadro 6.8 - Resumo dos municípios que possuem RPPNs na RBCV-SP.

Município	RPPN	Município	RPPN
Araçatuba	Sítio Python	Joanópolis	Sítio Sabiuna
Atibaia	Ecoworld	Jquitiba	São Judas Tadeu
	Reserva do Dadinho	Mairiporã	Paraíso
	Reserva do Jacu		Sítio Capuavinha
	Sítio Solar da Montanha		Botujuru - Serra de Itapety
Bertioga	Costa Blanca	Mogi das Cruzes	Reserva Hinayana
	Ecofuturo		Reserva Mahayana
	Hercules Florence 1 e 2		Sítio Caetê
	Hercules Florence 3, 4, 5 e 6	Pedro de Toledo	Encantos da Juréia
Bragança Paulista	Fazenda Serrinha	Piracaia	Lafigueira Naturarte
	Parque das Nascentes	Pirapora do Bom Jesus	Voturuna V
	Parque dos Pássaros	Santa Isabel	Fazenda Rio dos Pilões
Cubatão	Carbocloro	Santana de Parnaíba	Voturuna
Guarujá	Marina do Conde		Voturuna II
	Tijucopava		Alto do Deco
Ibiúna	Cruz Preta	São José dos Campos	Fazenda San Michele
	Fazenda Meandros		O primata
	Fazenda Meandros II		Reserva dos Muriquis
	Fazenda Meandros III	São Paulo	Mutinga
Itapevi	Sítio Ryan		Sítio Curucutu

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019b); Fundação Florestal (2019b); São Paulo (SP) (2011a).

No quadro 6.8 estão todos os municípios da RBCV-SP que possuem RPPNs. Segundo este quadro elaborado pelo autor, foram encontradas 40 RPPNs em 20 municípios. Assim, tem-se que 25% (20/78) dos municípios da RBCV-SP possuem pelo menos uma RPPN em sua cidade. Dentro desse número de municípios, tem-se em média 2 RPPNs por município, mas que não estão distribuídas dessa maneira. Municípios como Atibaia, Bertioga, Ibiúna e

⁴⁸ Número de RPPNs por município.

São José dos Campos tem 4 RPPNs em cada e uma série de municípios tem apenas uma RPPN.

A partir dessa informação foi confeccionado o mapa 6.3 apresentando os limites da RBCV-SP, os limites municipais e a lista e a localização das RPPNs em cada uma das cidades.

Mapa 6.3 - RPPNs da área de estudo⁴⁹.

Fontes: elaborado pelo autor a partir de fontes diversas⁵⁰.

Note-se que a sobreposição do limite da RBCV-SP não coincide exatamente com a divisão administrativa dos municípios. Isso fica bem evidente em seus limites sul e norte onde alguns desses municípios são cortados pelos limites da Reserva da Biosfera, tendo parte do município dentro do limite e parte dele fora. Ao Sul, esse é o caso de Pedro de Toledo, SP, Itirirí, SP e Votorantim, SP. Ao norte, é o caso de São José dos Campos, Jambeiro, Redenção da Serra e Natividade da Serra, SP.

⁴⁹ A numeração corresponde a quadro 6.10 da página 172.

⁵⁰ ICMBio (2019b); SIMA (2019); SVMA (2019); RBMA (2019) e coordenadas geográficas obtidas pelas poligonais obtidas junto aos órgãos públicos citados e com os proprietários.

Note-se com esse arranjo que, se fosse utilizada a divisão administrativa dos municípios, três RPPNs no município de São José dos Campos, SP, ficariam fora da RBCV-SP e assim fora da pesquisa. Seriam elas as RPPNs Alto do Deco, O primata e a Reserva dos Muriquis, que estão localizadas no distrito de São Francisco Xavier ao norte do município em região de relevo bastante acidentado e na divisa do estado com Minas Gerais (quadro 6.6). O nome de duas delas já sugere a existência de uma importante espécie de primata o *Brachyteles arachnoides* (imagem 6.4). São elas, as RPPNs O primata e a Reserva dos Muriquis.

Quadro 6.9 - RPPNs do município de São José dos Campos, SP.

São José dos Campos	Alto do Deco
	Fazenda San Michele
	O primata
	Reserva dos Muriquis

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Fundação Florestal (2019b).

Já a RPPN Alto do Deco é contígua à RPPN O primata fazendo divisa com a mesma e assim somam três reservas sob proteção privada que podem estar protegendo essa espécie. Por este motivo, o autor optou por manter essas RPPNs na listagem e trabalhar com o limite expandido da RBCV-SP, abraçando o restante do município de São José dos Campos, SP incluindo o importante distrito de São Francisco Xavier entre as áreas protegidas estudadas.

Ao plotar a localização das RPPNs no mapa, usando as coordenadas geográficas obtidas nas poligonais disponíveis nos *sites* do ICMBio, SIMA-SP e no plano de manejo da RPPN Mutinga, São Paulo, SP, notou-se que algumas das reservas que estavam na lista de municípios da RBCV-SP que totalizaram 40 RPPNs, estavam fora dos limites geográficos da RBCV-SP, já que algumas das cidades não tinham toda a área do município fazendo parte da reserva do cinturão verde. Foram os casos observados das RPPNs Alto do Deco, O primata, Reserva dos Muriquis, na cidade de São José dos Campos, SP; mais precisamente as três pertencentes e concentradas no distrito de São Francisco Xavier, a noroeste do município, sendo que duas delas são contíguas - Alto do Deco e O primata. Assim, pelo fato de as três RPPNs estarem concentradas particularmente em uma mesma área e com a existência no local de mono-carvoeiro, muriqui (*Brachyteles arachnoides*), uma espécie-bandeira⁵¹ importante na região, cuja ocorrência desta espécie-chave influenciou na tomada a decisão de incluir essas reservas no estudo e ampliar a delimitação da área de estudo, estabelecendo uma versão expandida da RBCV-SP para incorporar dentro dessa da área de estudo da pesquisa estas importantes reservas. Ainda sobre as reservas ambientais nessa região, reforça-se que ainda

⁵¹ Conhecidas como "*flagship species*", servem como emblema (ou catalisadores) em ações de conservação da biodiversidade. São as espécies carismáticas para o público, usadas como propaganda para proteger determinada área que, quando tem esta espécie está preservada no seu ambiente natural, tem como resultado a conservação de um número significativo de outras espécies de diversos grupos taxonômicos neste habitat (VILAS BOAS; DIAS, 2010).

existe a RPPN San Michele que está no município, mas já consta nos limites oficiais da atual RBCV-SP (ICMBio 2019b; FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2019c; MUTINGA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, 2012).

Imagem 6.4 - Distribuição geográfica de *Brachyteles arachnoides* que inclui o município de São José dos Campos, SP.

Fonte: ICMBIO (2019e).

A mesma decisão foi tomada ao sul, já que a RPPN Encantos da Juréia está localizada no município de Pedro de Toledo, SP, mas em uma parte do município que está fora dos limites geográficos da RBCV. Assim, como ela também contava da lista de RPPNs levando-se em conta os municípios constantes na lista de cidades dentro da RBCV-SP, considerou-se expandir esse limite também para essa cidade, a fim de incorporar essa RPPN dentro da área de estudo.

No que se refere ao traçado do limite da RBCV, na maior parte dos municípios de seu perímetro, o mesmo coincide com a divisão municipal administrativa do estado de São Paulo. Porém, em outros locais, observou-se que esses limites não são coincidentes. Considerando que o mapa foi elaborado em escala (1:1.100.000), essas incoerências não são significativas.

Como justificativa da importância da inclusão das RPPNs de São José dos Campos, SP, mencionadas, também foi levado em consideração o fato de que poderá haver

desdobramentos futuros na pesquisa de RPPN nesta região, tendo com um foco bastante particular se aprofundar na motivações locais para criação dessas RPPNs na região. Isso porque a criação dessas reservas naturais se assemelha ao caso das RPPNs que foram criadas na região dos municípios de Casimiro de Abreu e Silva Jardim, no estado do Rio de Janeiro, em que muitas tiveram sua criação induzida pela situação de fragilidade de uma espécie-bandeira, o mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*). Esse importante primata endêmico dessa região foi apontado como vetor para expansão das RPPNs na área. Hoje existem 22 na região, o que representa mais da metade do que foi encontrado na RBCV-SP. Então, essa situação de São Francisco Xavier, distrito turístico de São José dos Campos, em torno do Muriqui, pode vir a ser outro caso futuro de espécie-bandeira, induzindo a criação de RPPNs em uma região específica (SILVA *et al.*, 2017⁵²)

As datas de criação dessas reservas são recentes e podem indicar esse vetor de indução no acompanhamento futuro e em seus desdobramentos na região. A conferir, as datas de criação dessas reservas são: RPPN Fazenda San Michele (2001), O primata (2011), Alto do Deco (2016) e Reserva dos Muriquis (2018) (SIMA, 2001; 2011a; 2016b; 2018c)

Assim, mantém-se com 40 RPPNs a delimitação da amostragem na área que compõe a metrópole de São Paulo e o entorno com as áreas verdes, que a cercam. Esse total numérico representa 2,5% (40/1563) do total nacional (CNRPPN, 2019) e 40% (40/99) das RPPNs paulistas criadas até 2019 (ICMBIO, 2019b; FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2019b; SÃO PAULO (SP), 2011a).

6.4. RPPNs e atos de criação.

Pelas informações constantes na legislação sobre a criação de cada uma das RPPNs, foi possível obter mais dados sobre os proprietários, municípios onde se localizam, área total (ha), natureza jurídica (pessoa física e pessoa jurídica), dentre outras informações levantadas sobre todas as RPPNs que foram criadas no estado de São Paulo, sejam de âmbito federal, estadual ou municipal, entre 1992 e 2018. No âmbito federal, essas informações foram obtidas pelas portarias do IBAMA de 1992 a 2011 e do ICMBIO de 2011 a 2018, no âmbito estadual pelas Resoluções SMA de 2008 a 2018 e, no âmbito municipal pelas portarias SVMA de 2011 a 2019. Foi possível, após organizar as informações (quadro 6.10), identificar também

⁵² “Outra importante iniciativa de conservação na bacia é o grande número de RPPNs. O município de Silva Jardim teve sua primeira RPPN criada em 1994 e tem atualmente 17 RPPNs, o que o torna campeão brasileiro em número de reservas privadas” (FONSECA *et al.*, 2010) “[...]Atualmente a instituição já apoiou a criação de 22 RPPNs na bacia” (SILVA *et al.*, 2017, p.184).

que algumas RPPNs eram do mesmo proprietário, o que reduziria o número de entrevistados também (ICMBIO, 2019b; FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2019b; SÃO PAULO (SP), 2011a).

Quadro 6.10 - Todas as RPPNs da RBCV-SP e seus atos de criação.

Município	RPPN	Proprietário	A ⁵³	Data	Área (ha)	
1. Araçatiguama	Sítio Pithon	Béles Tibor	Fed	Port. ⁵⁴ nº 11 24/02/1997	26,00	
2. Atibaia	Ecoworld	Director's Ltda. ⁵⁵	Fed	Port. nº 64-N 19/07/1999	51,387	
3. Atibaia	Reserva do Dadinho	Lygia Espindola de Moura ⁵⁶	Est	Res. ⁵⁷ nº 54 29/06/2012	11,66	
4. Atibaia	Reserva do Jacu	Antônio Carlos Bobadilha	Est	Res. nº 044 05/06/2013	3,5870	
5. Atibaia	Sítio Solar da Montanha	Antônio Carlos dos S. Canêlhas ⁵⁸	Est	Res. nº 09 30/01/2018	1,1939	
6. Bertioga	Costa Blanca	Barma Ltda. ⁵⁹	Est	Res. nº 07 01/02/2011	296,93	
7. Bertioga	Hercules Florence 1 e 2	Companhia Fazenda Acaraú	Est	Res. nº 06 01/02/2011	709,5773	
8. Bertioga	Hercules Florence 3, 4, 5 e 6	Companhia Fazenda Acaraú	Est	Res. nº 39 05/06/2012	213,3106	
9. Bertioga	Ecofuturo	Suzano Papel e Celulose S.A.	Est	Res. nº 020 04/04/2009	518,50	
10. Bragança Paulista	Parque das Nascentes	Terras de Bragança Ltda. ⁶⁰	Fed	Port. nº 58 18/04/2002	69,25	
11. Bragança Paulista	Parque dos Pássaros	Terras de Bragança Ltda.	Fed	Port. nº 60 18/04/2002	174,90	
12. Bragança Paulista	Fazenda Serrinha	Marcos Moreira Silveira	Fed	Port. nº 154 24/10/2001	117,3	
13. Cubatão	Carbocloro	Carbocloro S/A ⁶¹	Fed	Port. nº 145 30/12/1992	7,00	
14. Guarujá	Tijucopava	Acisa Incorporações Ltda.	Est	Res. nº 01026/02/2009	40,63	
15. Guarujá	Marina do Conde	Codeara S/A	Est	Res. nº 013 13/02/2012	7,62	
16. Ibiúna	Fazenda Meandros	Claudio Martins Ferreira	Fed	Port. nº 157 24/10/2001	111,30	
17. Ibiúna	Fazenda Meandros II	Claudio Martins Ferreira	Fed	Port. nº 149 24/10/2001	145,20	
18. Ibiúna	Fazenda Meandros III	Claudio Martins Ferreira	Fed	Port. nº 150 24/10/2001	72,60	
19. Ibiúna	Cruz Preta	Cruz Preta Ltda. ⁶²	Fed	Port. nº 29 17/02/2012	45,98	
20. Itapevi	Sítio Ryan	Márcia Snowden Ryan	Fed	Port. nº 112 20/10/1993	19,47	
21. Joanópolis	Sítio Sabiuna	Josef Gruber	Fed.	Port. nº 58-N 22/08/1995	50,00	
22. Juquitiba	São Judas Tadeu	Clélia Maria Rossi	Est.	Res. nº 65 12/09/2008	6,05	
23. Mairiporã	Sítio Capuavinha	Eugênio Victor Colman	Fed	Port. nº 31 02/03/2001	5,0	
24. Mairiporã	Paraíso	Márcia Regina Fonseca	Est	Res. nº 027 24/04/2008	3,54	
25. Mogi das Cruzes	Botujuru - Serra de Itapety	SPLF Ltda. ⁶³	Est	Res. nº 078 01/10/2014	437,30	
26. Mogi das Cruzes	Reserva Mahayana	Heródoto Barbeiro	Est	Res. nº 28 24/04/2008	9,34	
27. Mogi das Cruzes	Reserva Hinayana	Heródoto Barbeiro	Est	Res. nº 29 31/03/2014	24,20	
28. Nazaré Paulista	Sítio Caeté	Análise A. de Souza Nunes	Fed	Port. nº 635 03/10/2017	10,40	
29. Pedro de Toledo	Encantos da Juréia	Daniel Turi	Est	Res. nº 83 01/12/2008	16,05	
30. Piracaiá	Lafigueira Naturarte	Thomas Pierre Brieu	Fed	Port. nº 371 30/05/2017	33,69	
31. Pirapora do Bom Jesus	Voturuna V	Tevere S/A ⁶⁴	Fed	Port. nº 113-N 21/10/1994	64,13	
32. Santa Isabel	Fazenda Rio dos Pilões	Rio Pilões Ltda. ⁶⁵	Fed	Port. nº 84-N 05/10/1999	560,02	
33. Santana de Parnaíba	Voturuna	Tevere S/A	Fed	Port. nº 107-N 04/10/1994	66,55	
34. Santana de Parnaíba	Voturuna II	Tevere S/A	Fed	Port. nº 123-N 14/11/1994	58,45	
35. São José dos Campos	Alto do Deco	Antônio Carlos de C. Braga ⁶⁶	Est	Res. nº 89 10/11/2016	67,0292	
36. São José dos Campos	Reserva dos Muriquis	Judith Lúcia Vieira Bose	Est.	Res. nº 053 15/05/2018	41,3383	
37. São José dos Campos	Fazenda San Michele	Gregório Eduardo Franco Vino	Fed.	Port. nº 57 23/04/2001	40,97	
38. São José dos Campos	O primata	Walter Serigato Costa	Est.	Res. nº 05 01/02/2011	352,918	
39. São Paulo	Sítio Curucutu	Jayne Vita Roso	Fed.	Port. nº 102 20/12/1995	10,89	
40. São Paulo	Mutinga	Gerbera Ltda. ⁶⁷ Mutinga Ltda. ⁶⁸	Mun	Port. nº 12 05/02/2011	2,5	
Total RPPN Federais (ha)					38%	1740,87
Total RPPN Estaduais (ha)					62%	2782,064
Total RPPN Municipais (ha)					--	2,5
TOTAL GERAL (ha)						4503,761

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019b); Fundação Florestal (2019b); São Paulo (SP) (2011a).

⁵³ Âmbito federal, estadual ou municipal.

⁵⁴ Portaria.

⁵⁵ Director's Comercial Assessoria e Planejamento Ltda.

⁵⁶ Proprietárias juntamente com as filhas Adriana Espindola Barbosa de Moura e Alessandra Espindola Barbosa de Moura

⁵⁷ Resolução.

⁵⁸ Antônio Carlos dos Santos Canêlhas e também Marilena Ferreira Canêlhas, Clóvis Luiz Zucchetti e Maria da Gloria Zucchetti.

⁵⁹ Barma Empreendimentos e Participações Ltda.

⁶⁰ Terras de Bragança Participações Ltda.

⁶¹ Carbocloro S/A Indústrias Químicas.

⁶² Empresa de Mineração Cruz Preta Ltda.

⁶³ SPLF Investimentos e Participações Ltda.

⁶⁴ Tevere Empreendimentos e Construções S/A

⁶⁵ Rio Pilões Reflorestamento e Comércio Ltda.

⁶⁶ Antônio Carlos de Carvalho Braga

⁶⁷ Gerbera Incorporadora Ltda.

⁶⁸ Mutinga Empreendimentos Imobiliários Ltda.

A tabela anterior representou algumas RPPNs que possuem o mesmo proprietário a partir das informações constantes nas portarias e resoluções que as criaram. No entanto, no desenvolvimento do estudo outras informações puderam ser consideradas para que essa lista fosse ampliada (quadro 6.11).

Quadro 6.11 - RPPNs do mesmo proprietário.

Município	RPPN	Proprietário
Bertioga	Hercules Florence 1 e 2	Companhia Fazenda Acaraú
Bertioga	Hercules Florence 3, 4, 5 e 6	Companhia Fazenda Acaraú
Bertioga	Ecofuturo	Suzano Papel e Celulose S.A.
Mogi das Cruzes	Botujuru - Serra de Itapety	SPLF Ltda. ⁶⁹
Bragança Paulista	Parque das Nascentes	Terras de Bragança Ltda. ⁷⁰
Bragança Paulista	Parque dos Pássaros	Terras de Bragança Ltda.
Guaruja	Tijucopava	Acisa Incorporações Ltda.
Guaruja	Marina do Conde	Codeara S/A
Ibiúna	Fazenda Meandros	Claudio Martins Ferreira
Ibiúna	Fazenda Meandros II	Claudio Martins Ferreira
Ibiúna	Fazenda Meandros III	Claudio Martins Ferreira
Mogi das Cruzes	Reserva Mahayana	Heródoto Barbeiro
Mogi das Cruzes	Reserva Hinayana	Heródoto Barbeiro
Pirapora do Bom Jesus	Voturuna V	Tevere S/A ⁷¹
Santana de Parnaíba	Voturuna	Tevere S/A
Santana de Parnaíba	Voturuna II	Tevere S/A

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019b); Fundação Florestal (2019b); São Paulo (SP) (2011a).

A ampliação da lista de proprietários de RPPNs que possuem mais de uma reserva sob proteção privada foi feita a partir das informações levantadas⁷² em *sites* que indicaram que as empresas Suzano Papel e Celulose S.A. e SPLF Investimentos e Participações Ltda. fazem parte do grupo Alden. Tal informação foi confirmada pelo fato de, posteriormente, as entrevistas com responsáveis por essas duas empresas terem sido marcadas no mesmo escritório. O mesmo ocorreu com as empresas Acisa Incorporações Ltda. e Codeara S/A que pertenceram a Armando Conde⁷³. Essa informação não muda o universo total numérico das RPPNs no estado de São Paulo, mas interfere e reduz o número de proprietários a serem entrevistados.

⁶⁹ SPLF Investimentos e Participações Ltda.

⁷⁰ Terras de Bragança Participações Ltda.

⁷¹ Tevere Empreendimentos e Construções S/A

⁷² Informações constantes nos sites <https://www.consultasocio.com/q/sa/splf-investimentos-e-participacoes-ltda>
<https://monitordomercado.com.br/noticias/5284-acordo-de-voto-alden-voting-agreement-alden>
<https://www.consultasocio.com/q/sa/wellington-francisco-de-lima>

⁷³ Falecido após a entrevista.

6.5. Ordem cronológica das RPPNs e influência na amostragem.

A necessidade de organizar os dados em uma tabela em ordem cronológica de criação das RPPNs na RBCV-SP que contivesse o nome dos proprietários e futuros entrevistados deu-se, pois a relação do proprietário com a reserva poderia ser influenciada pelo tempo de existência da mesma no momento da data da entrevista. Já que a primeira RPPN na região estudada havia sido criada em 1992 e as entrevistas seriam realizadas em 2019, configurando-se uma diferença de 27 anos, entre a criação da reserva e seu depoimento para esse trabalho.

Foi considerado também que, por encontrar na literatura científica relato de problemas enfrentados por proprietários no processo de criação das reservas em que proprietários contataram tido até dois anos de espera entre a entrega da documentação e o reconhecimento da RPPN, teriam outros fatores que ampliariam o número de anos e com eles novos acontecimentos entre a motivação inicial de criarem a RPPN e a data das entrevistas e isso poderia influenciar nas respostas dos entrevistados (FERNANDES, 2011). Esse atraso relatado pelos entrevistados nesse trabalho também é sugerido pelas datas de criação das primeiras reservas, pois entre o decreto federal de criação das RPPNs em 1990 e a primeira reserva reconhecida na área de estudo em 1992 há um período de tempo exatamente de dois anos. Com relação ao decreto estadual, isso poderia ter peso também já que o decreto é de 2006 e a primeira RPPN do entorno da capital paulista é de 2008 (quadros 6.12 e 6.13).

Quadro 6.12 - “Proprietários fundadores” das RPPNs da RBCV-SP (1992 a 2000).
(continua).

RPPN	Município	Lei	Proprietários “Fundadores”	Portaria/Resolução
1992				
Carbocloro	Cubatão	Fed.	Carbocloro S/A ⁷⁴	Portaria IBAMA nº 145 30/12/1992
1993				
Sítio Ryan	Itapevi	Fed.	Márcia Snowden Ryan ⁷⁵	Portaria IBAMA nº 112 20/10/1993
1994				
Voturuna	Santana de Parnaíba	Fed.	Tevere S/A ⁷⁶	Portaria IBAMA nº 107-N 04/10/1994
Voturuna V	Pirapora do Bom Jesus	Fed.	Tevere S/A	Portaria IBAMA nº 113-N 21/10/1994
Voturuna II	Santana de Parnaíba	Fed.	Tevere S/A	Portaria IBAMA nº 123-N 14/11/1994
1995				
Sítio Sabiuna	Joanópolis	Fed.	Josef Gruber (falecido)	Portaria IBAMA nº 58-N 22/08/1995
Curucutu	Sítio São Paulo	Fed.	Jayme Vita Roso	Portaria IBAMA nº 102 20/12/1995
1997				
Sítio Pithon	Araçariguama	Fed.	Sítio Pithon	Portaria IBAMA nº 11 24/02/1997
1999				
Ecoworld	Atibaia	Fed.	Director’s Ltda. ⁷⁷	Portaria IBAMA nº 64-N 19/07/1999
Fazenda Rio dos Pilões	Santa Isabel	Fed.	Rio Pilões Ltda. ⁷⁸	Portaria IBAMA nº 84-N 05/10/1999

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019b).

⁷⁴ Carbocloro S/A Indústrias Químicas.

⁷⁵ Frank Alvin Ryan, esposo e um dos “proprietários fundadores” falecidos.

⁷⁶ Tevere Empreendimentos e Construções S/A

⁷⁷ Director’s Comercial Assessoria e Planejamento Ltda.

⁷⁸ Rio Pilões Reflorestamento e Comércio Ltda.

Quadro 6.13 - “Proprietários fundadores” das RPPNs da RBCV-SP (2000 a 2018) (conclusão).

Município	RPPN	Proprietários “Fundadores”	Lei	Portaria/Resolução
2001				
Mairiporã	Sítio Capuavinha	Eugênio Victor Follmann ⁷⁹	Fed.	Portaria IBAMA nº 31 02/03/2001
São José dos Campos	Fazenda San Michele	Gregório Eduardo Franco Vito	Fed.	Portaria IBAMA nº 57 23/04/2001
Bragança Paulista	Fazenda Serrinha	Marcos Moreira Silveira	Fed.	Portaria IBAMA nº 154 24/10/2001
Ibiúna	Fazenda Meandros	Marcos Moreira Silveira (espólio)	Fed.	Portaria IBAMA nº 157 24/10/2001
Ibiúna	Fazenda Meandros II	Claudio Martins Ferreira	Fed.	Portaria IBAMA nº 149 24/10/2001
Ibiúna	Fazenda Meandros III	Claudio Martins Ferreira	Fed.	Portaria IBAMA nº 150 24/10/2001
2002				
Bragança Paulista	Parque das Nascentes	Terras de Bragança ⁸⁰	Fed.	Portaria IBAMA nº 58 18/04/2002
Bragança Paulista	Parque dos Pássaros	Terras de Bragança	Fed.	Portaria IBAMA nº 60 18/04/2002
2008				
Mogi das Cruzes	Reserva Mahayana	Heródoto Barbeiro	Est.	Resolução SMA nº 28 24/04/2008
Mairiporã	Paraíso	Márcia Regina Fonseca	Est.	Resolução SMA nº 027 24/04/2008
Juquitiba	São Judas Tadeu	Clélia Maria Rossi	Est.	Resolução SMA nº 65 12/09/2008
Pedro de Toledo	Encantos da Juréia	Daniel Turi	Est.	Resolução SMA nº 83 01/12/2008
2009				
Guarujá	Tijucopava	Acisa ⁸¹ (falecido)	Est.	Resolução SMA nº 01026/02/2009
Bertioga	Ecofuturo	Suzano ⁸²	Est.	Resolução SMA nº 020 06/04/2009
2011				
Bertioga	Costa Blanca	Barma ⁸³	Est.	Resolução SMA nº 07 01/02/2011
Bertioga	Hercules Florence 1 e 2	Companhia Fazenda Acaraú ⁸⁴	Est.	Resolução SMA nº 06 01/02/2011
São José dos Campos	O primata	Walter Serigato Costa (falecido)	Est.	Resolução SMA nº 05 01/02/2011
São Paulo	Mutinga	Gerbera ⁸⁵ Ltda. Mutinga Ltda. ⁸⁶	Mun.	Portaria SVMA nº 12 05/02/2011
2012				
Guarujá	Marina do Conde	Codeara S/A (falecido)	Est.	Resolução SMA nº 013 13/02/2012
Ibiúna	Cruz Preta	Cruz Preta Ltda. ⁸⁷	Fed.	Portaria ICMBIO nº 29 17/02/2012
Bertioga	Hercules Florence 3, 4, 5 e 6	Fazenda Acaraú	Est.	Resolução SMA nº 39 05/06/2012
Atibaia	Reserva do Dadinho	Lygia Espindola de Moura ⁸⁸	Est.	Resolução SMA nº 54 29/06/2012
2013				
Atibaia	Reserva do Jacu	Antônio Carlos Bobadilha	Est.	Resolução SMA nº 044 05/06/2013
2014				
Mogi das Cruzes	Reserva Hinayana	Heródoto Barbeiro	Est.	Resolução SMA nº 29 31/03/2014
Mogi das Cruzes	Botujuru - Serra de Itapety	SPLF ⁸⁹	Est.	Resolução SMA nº 078 01/10/2014
2016				
São José dos Campos	Alto do Deco	Antônio Carlos de Carvalho Braga	Est.	Resolução SMA nº 89 10/11/2016
2017				
Piracaia	Lafigueira Naturarte	Thomas Pierre Brieu	Fed.	Portaria ICMBIO nº 371 30/05/2017
Nazaré Paulista	Sítio Caetê	Análise A. de Souza Nunes	Fed.	Portaria ICMBIO nº 635 03/10/2017
2018				
Atibaia	Sítio Solar da Montanha	Antônio Carlos dos S. Canêlhas ⁹⁰	Est.	Resolução SMA nº 09 30/01/2018
São José dos Campos	Reserva dos Muriquis ⁹¹	Judith Lúcia Vieira Bose	Est.	Resolução SMA nº 053 15/05/2018

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019b); Fundação Florestal (2019b); São Paulo (SP) (2011a).

⁷⁹ Kirsten Herlow Balonyi, esposa e uma das “proprietárias fundadoras” falecidas.

⁸⁰ Terras de Bragança Participações Ltda.

⁸¹ Acisa Incorporações Ltda.

⁸² Suzano Papel e Celulose S.A.

⁸³ Barma Empreendimentos e Participações Ltda.

⁸⁴ Companhia Fazenda Acaraú

⁸⁵ Gerbera Incorporadora Ltda.

⁸⁶ Mutinga Empreendimentos Imobiliários Ltda.

⁸⁷ Empresa de Mineração Cruz Preta Ltda.

⁸⁸ Também são proprietárias as filhas Adriana Espindola Barbosa de Moura e Alessandra Espindola Barbosa de Moura.

⁸⁹ SPLF Investimentos e Participações Ltda.

⁹⁰ Proprietários: Antônio Carlos dos Santos Canêlhas, Marilena Ferreira Canêlhas, Clóvis Luiz Zucchetti e Maria da Glória Zucchetti

⁹¹ A RPPN Reserva dos Muriquis foi criada pela resolução SMA nº 045 05 de junho de 2013, com 43,7753 ha, e retificada pela resolução SMA nº 053, de 15 de maio de 2018, com 41,3383 ha, que foi a área considerada na tabela.

Esse cuidado falar das diferentes datas de criação das reservas e do espaço de tempo existente entre elas e data da entrevista também foi estabelecido devido ao fato de as informações colhidas no acompanhamento pelo noticiário, pela rede de “RPPNistas”⁹², pelos boletins da Fundação Florestal⁹³ e pelo contato prévio com alguns proprietários das RPPNs participantes do estudo apontarem, inclusive, o falecimento de alguns dos proprietários das reservas presentes na área de

estudo. Como o autor apurou até a data das entrevistas, haviam falecido os “*proprietários fundadores*”: 1) Frank Alvin Ryan, esposo de Márcia Sondem Ryan que criou em 1993 a RPPN Sítio Ryan, Itapevi, SP, em conjunto com a esposa; 2) Josef Gruber que criou em 1995 a RPPN Sítio Sabiuna, Joanópolis, SP; 3) Béles Tibor que criou em 1997 a RPPN Sítio Python, Araçariguama, SP; 4) Kirsten Herlow Balonyi esposa de Eugênio Victor Follmann que criou com o marido em 2001 a RPPN Sítio Capuavinha, Mairiporã, SP (imagem 6.5) e 5) Walter Serigato Costa⁹⁴ que criou em 2011 a RPPN O primata, São José dos Campos, SP.

Um falecimento infelizmente ocorreu também durante a fase de entrevistas chegando então a seis falecimentos entre os “RPPNistas” da RBCV-SP. Dias após a entrevista com João Roberto Rodrigues para tomar informações a respeito das RPPNs Tijucopava e Marina do Conde, ambas no Guarujá, SP, no escritório do advogado Edis Milaré, ex-Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (1992/1994), ocorrida em 7 de março de 2019, aconteceu o falecimento de Armando Conde em 3 de março de 2019 (imagem 6.6). Ele foi o empresário proprietário da Acisa Incorporações Ltda. e da Codeara S/A, proprietário

Imagem 6.5 - O engenheiro civil Eugênio Victor Follmann com a esposa, Kirsten Herlow Balonyi (falecida) da RPPN Sítio Capuavinha, Mairiporã, SP.

Fonte: Isto é (2016).

Imagem 6.6 - Armando Conde, ex-proprietário das RPPNs Marina do Conde e Tijucopava.

Fonte: Conde, 2006.

⁹² 1) RPPNs Brasil <https://web.facebook.com/RPPN.Brasil/>; 2) RPPN Brasil <https://web.facebook.com/groups/rppnbrasil/> e 3) RPPN RPPN@yahoogrupos.com.br.

⁹³ <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/>

⁹⁴ Walter Serigato Costa faleceu em 15 de março de 2013 (SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013A).

respectivamente das RPPNs mencionadas anteriormente, e ficou mais conhecido também por ter sido dono do Banco de Crédito Nacional (BCN).

Cabe outra observação dentro do assunto para tratar da RPPN Fazenda Meandros, de Ibiúna, SP, com 111,30 ha, que teve seu reconhecimento em 1999 pelo ICMBio em pedido feito provavelmente pelo filho do proprietário da reserva, Claudio Martins Ferreira e consta na documentação de registro “*espólio de Walter Martins Ferreira*” (ICMBIO, 1999b).

Como fato que reforça a questão do legado familiar, apresentada por Silveira (2010a, b) e Stolton, Redford e Dudley (IUCN) (2014), em algumas das RPPNs criadas. a própria nomeação das mesmas já é estabelecida como motivações de criação da RPPN. A RPPN Reserva do Dadinho, em Atibaia, SP, reconhecida em 2012, foi criada por Lygia Espindola de Moura (mãe), Adriana Espindola Barbosa de Moura e Alessandra Espindola Barbosa de Moura (filhas), como sua nomeação sugere, em homenagem póstuma, em demonstração à relação de afetiva do “Dadinho” (apelido do pai/esposo) a sua área, onde parte da família ainda vive. Outro proprietário que escolheu o nome por razões familiares foi o Antônio Carlos de Carvalho Braga, que criou em 2016 a RPPN Alto do Deco, em São José dos Campos, SP, no distrito de São Francisco Xavier, em homenagem póstuma ao “Deco” (filho) e demonstrando a importância dada a questões que envolvem o legado familiar, aos “*proprietários familiares*” tratados por Silveira (2010a, b).

Nesses casos relatados foi considerado tirar essas RPPNs da amostragem pelo falecimento dos proprietários que as criaram, mas também pesou, para que elas fizessem parte campo de estudo da pesquisa, o fato de que, considerando a questão de “*proprietários familiares*”, os herdeiros desse legado poderiam relatar com fidelidade as razões que levaram esses proprietários a pedirem o reconhecimento de suas áreas como uma área sob proteção privada e essa informação importante poderia ser registrada.

6.6. Personalidade jurídica - pessoa física (PF) e pessoa jurídica (PJ).

Como as razões para a criação de RPPNs levando em consideração a sua natureza jurídica sugeriam muitas diferenças de motivações e propósitos, foi necessário separá-las em dois grupos distintos, na expectativa, inclusive, de que algumas das perguntas pensadas para levantar informações sobre elas pudessem ser diferentes, senão em conteúdo, na abordagem e em quem entrevistar representando a área. Entre as jurídicas, as listas elaboradas e apresentadas anteriormente no texto já indicavam grandes diferenças, entre elas e

primeiramente foram divididas da seguinte forma: 1) Reflorestamento (Suzano Papel e Celulose S.A. e Rio Pilões Reflorestamento e Comércio Ltda.); 2) Indústrias (Carbocloro S/A Indústrias Químicas); 3) Mineração (Empresa de Mineração Cruz Preta Ltda.); 4) Mercado imobiliário (Acisa Incorporações Ltda., Tevere Empreendimentos e Construções S/A, Gerbera Incorporadora Ltda. e Mutinga Empreendimentos Imobiliários Ltda.); e 5) Indefinidas (Director's Comercial Assessoria e Planejamento Ltda., Companhia Fazenda Acaraú, Terras de Bragança Participações Ltda., Codeara S/A e SPLF Investimentos e Participações Ltda.).

A classificação de empresas que constaram no item “5” foi fruto de pesquisa em *sites* de busca, nos quais foi feita a busca pelo nome da empresa e a palavra “CNJP”, o que nos remeteu a diversos *sites* sobre as informações da empresa como data de fundação, sócios, endereço, capital e situação cadastral junto à receita federal⁹⁵. Com exceção da Director's e da Codeara todas as outras são do ramo imobiliário. A Director's inclusive constava com situação cadastral “inativa” junto à receita federal, o que indica que a empresa havia fechado. A Codeara consta como “criação de bovinos para corte” e “atividades de apoio à pecuária”. Pode-se assim agrupar então essas empresas, como demonstra o quadro 6.14.

Quadro 6.14 - Empresas proprietárias de RPPNs na RBVC-SP e ramo de atividade.

Atividade	Empresa	Quantidade	
Mercado imobiliário	Acisa Incorporações Ltda. Tevere Empreendimentos e Construções S/A Gerbera Incorporadora Ltda. Mutinga Empreendimentos Imobiliários Ltda. Companhia Fazenda Acaraú Terras de Bragança Participações Ltda. SPLF Investimentos e Participações Ltda.	7	54%
Reflorestamento	Suzano Papel e Celulose S.A Rio Pilões Reflorestamento e Comércio Ltda.	2	14%
Indústrias	Carbocloro S/A Indústrias Químicas.	1	8%
Mineração	Empresa de Mineração Cruz Preta Ltda.	1	8%
Bovinos para corte	Codeara S/A	1	8%
Indefinidas	Director's Comercial Assessoria e Planejamento Ltda.,	1	8%
Total		13	

Fonte: Elaborado pelo autor ⁹⁶.

Dentre as que estavam ligadas ao setor imobiliário foram buscadas informações a respeito de qual e se as RPPNs criadas por essas empresas se associavam a algum empreendimento imobiliário, como os residenciais, condomínios ou loteamentos. Os dados obtidos foram organizados no quadro 6.15.

⁹⁵ Essa consulta foi feita em *sites* como o <https://www.cnpjnacional.com/>, <http://cnpj.info/>, <https://consultacnpj.com/>, o <https://empresasdobrasil.com/>, o <https://www.cnpjreceita.com/>, o <https://www.consultasocio.com/> e até mesmo no <https://www.jusbrasil.com.br/>, que reúne informações sobre processos judiciais em que a empresa possa estar envolvida.

⁹⁶ Pesquisa de ramos de atividade em *sites*, feito como citado na nota de rodapé anterior.

Quadro 6.15 – RPPNs do setor imobiliário na RBVC-SP.

Setor Imobiliário			
RPPN	Nome do empreendimento	Município	Situação
Botujuru- Serra do Itapety	Reserva Serra do Itapety	Mogi das Cruzes	Em implantação.
Hercule Florence	Riviera de São Lourenço City Fazenda Acaraú	Bertioga	
Marina do Conde	-----	Guarujá	Não implantado.
Mutinga	Condomínio Sítio Anhanguera	São Paulo	Implantado.
Parque dos Pássaros e Parque das Nascentes	Quinta da Baronesa	Bragança Paulista	Implantado.
Pilões	Reserva Ibirapitanga	Santa Isabel	Implantado. Lotes a venda.
Tijucopava	Condomínio Tijucopava	Guarujá	Indefinido.
Voturuna	Tevere Ecoville	Pirapora do Bom Jesus Santana de Parnaíba	Implantado

Fonte: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019b), Fundação Florestal (2019b).

Os quadros 6.16, 6.17 e 6.18 apresentam, respectivamente, as RPPNs federais, estaduais e municipais, agrupadas pela ordem alfabética do nome dos municípios.

Quadro 6.16 - RPPNS da RBCV-SP, criadas a partir da promulgação dos decretos federais nº 98.914, de 31 de janeiro de 1990, e nº 5.746, de 5 de abril de 2006.

Município	RPPNS Federais	Data	Área (ha)
1. Araçariguama	Sítio Python	Portaria nº 11 24/02/1997	26
2. Atibaia	Ecoworld	Portaria nº 64-N 19/07/1999	51,387
3. Bragança Paulista	Fazenda Serrinha	Portaria nº 154 24/10/2001	117,3
4. Bragança Paulista	Parque dos Pássaros	Portaria nº 60 18/04/2002	174,90
5. Bragança Paulista	Parque das Nascentes	Portaria nº 58 18/04/2002	69,25
6. Cubatão	Carbocloro	Portaria nº 145 30/12/1992	7,00
7. Ibiúna	Cruz Preta	Portaria nº 29 17/02/2012	45,98
8. Ibiúna	Fazenda Meandros	Portaria nº 157 24/10/2001	111,30
9. Ibiúna	Fazenda Meandros II	Portaria nº 149 24/10/2001	145,20
10. Ibiúna	Fazenda Meandros III	Portaria nº 150 24/10/2001	72,60
11. Itapevi	Sítio Ryan	Portaria nº 112 20/10/1993	19,47
12. Joanópolis	Sítio Sabiuna	Portaria nº 58-N 22/08/1995	50,00
13. Mairiporã	Sítio Capuavinha	Portaria nº 31 02/03/2001	5,0
14. Nazaré Paulista	Sítio Caetê	Portaria nº 635 03/10/2017	10,40
15. Piracaia	Lafigueira Naturarte	Portaria nº 371 30/05/2017	33,69
16. Pirapora do Bom Jesus	Voturuna V	Portaria nº 113-N 21/10/1994	64,13
17. Santa Isabel	Fazenda Rio dos Pilões	Portaria nº 84-N 05/10/1999	560,02
18. Santana de Parnaíba	Voturuna	Portaria nº 107-N 04/10/1994	66,55
19. Santana de Parnaíba	Voturuna II	Portaria nº 123-N 14/11/1994	58,45
20. São José dos Campos	Fazenda San Michele	Portaria nº 57 23/04/2001	40,97
21. São Paulo	Sítio Curucutu	Portaria nº 102 20/12/1995	10,89

Fontes: elaborado pelo autor a partir de Brasil (1990), Brasil (2006a) e ICMBio (2019b)

Quadro 6.17 - RPPNS da RBCV-SP, criadas a partir da promulgação do decreto estadual nº 51.150, de 3 de outubro de 2006.

Município	RPPN Estaduais	Data	Área (ha)
1. Atibaia	Reserva do Dadinho	Resolução nº 54 29/06/2012	11,66
2. Atibaia	Reserva do Jacu	Resolução SMA nº 044 05/06/2013	3,5870
3. Atibaia	Sítio Solar da Montanha	Resolução SMA nº 09 30/01/2018	1,1939
4. Bertioga	Ecofuturo	Resolução SMA nº 020 06/04/2009	518,50
5. Bertioga	Costa Blanca	Resolução SMA nº 07 01/02/2011	293,93
6. Bertioga	Hercules Florence 1 e 2	Resolução SMA nº 06 01/02/2011	709,5773
7. Bertioga	Hercules Florence 3, 4, 5 e 6	Resolução SMA nº 39 05/06/2012	213,3106
8. Guarujá	Marina do Conde	Resolução SMA nº 013 13/02/2012	7,62
9. Guarujá	Tijucopava	Resolução SMA nº 01026/02/2009	40,63
10. Juquitiba	São Judas Tadeu	Resolução SMA nº 65 12/09/2008	6,05
11. Mairiporã	Paraíso	Resolução SMA nº 027 24/04/2008	3,54
12. Mogi das Cruzes	Botujuru - Serra de Itapety	Resolução SMA nº 078 01/10/2014	437,30
13. Mogi das Cruzes	Reserva Hinayana	Resolução SMA nº 29 31/03/2014	24,20
14. Mogi das Cruzes	Reserva Mahayana	Resolução SMA nº 28 24/04/2008	9,34
15. Pedro de Toledo	Encantos da Juréia	Resolução SMA nº 83 01/12/2008	16,05
16. São José dos Campos	Alto do Deco	Resolução SMA nº 89 10/11/2016	67,0292
17. São José dos Campos	Reserva dos Muriquis	Resolução SMA nº 045 05/06/2013 Resolução SMA nº 053 15/05/2018	43,7753 41,3383
18. São José dos Campos	O primata	Resolução SMA nº 05 01/02/2011	352,918

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019b); Fundação Florestal (2019b); São Paulo (SP) (2011a).

Quadro 6.18 - RPPNS da RBCV-SP, criada a partir da promulgação da portaria nº 12, de 5 de fevereiro de 2011.

Município	RPPN Municipais	Data	Área (ha)
1. São Paulo	Mutinga	Portaria nº 12 SVMA 05/02/2011	2,5

Fonte: elaborado pelo autor a partir de São Paulo (SP) (2011a).

Outra forma de se evidenciar essa questão é a observação das datas de criação das RPPNs nos quadros 6.16, 6.17 e 6.18 que mostram que, depois da promulgação do decreto estadual nº 51.150, de 3 de outubro de 2006, e do decreto municipal nº 47.522, de 28 de julho de 2006, 22 RPPNs foram criadas até 2019 quando foi encerrado o levantamento de áreas deste estudo, sendo 19 delas (18 estaduais e uma municipal) não tendo sido criadas no âmbito do governo federal. Portanto, passados 13 anos, apenas três deste total de 22 RPPNs que se encontram dentro dos limites geográficos da área de estudo, foram reconhecidas no âmbito federal. São elas: a RPPN Cruz Preta, criada em 2012, passados seis anos após a publicação dos decretos estadual e municipal mencionados, e as RPPNs Sítio Caetê e Lafigueira Naturarte, passados outros sete anos, as três criadas por meio de portarias federais.

Nesse período (2006-2019), as RPPNs criadas pelo governo do estado de São Paulo representam 81% do total de RPPNs reconhecidas no período. Assim, além do jejum longo de anos sem que fosse criada uma RPPN federal dentro dos limites da área de estudo e o fato de que em quase todos os anos, pelo menos uma RPPN foi reconhecida pelo governo do estado de São Paulo, pode ficar mais evidente a preferência dos proprietários em buscar o reconhecimento direto no órgão estadual responsável e não mais em Brasília, DF, ficam o

governo federal com um número menor de adesões. Isso pode apontar facilidades em medidas que poderiam ser oferecidas pelo governo do estado como desburocratização, apoio técnico e ou administrativo para suporte e preparação da documentação para a solicitação, ou somente campanhas de estímulo, dentro outras iniciativas.

Listando os municípios e as RPPN presentes em cada município tem-se o tal de 40 RPPNs dentro dos limites geográficos da área de estudo (21 RPPNs federais, 18 estaduais e uma municipal) (quadro 6.19). Este quadro fecha o tal da amostragem para a área de estudo e serve como uma pré-visualização da logística da fase campo agrupando as RPPNs por município.

Quadro 6.19 - Municípios e âmbito de criação.

Município	Federal	Estadual	Municipal
Araçariguama	1	---	---
Atibaia	1	3	---
Bertioga	---	4	---
Bragança Paulista	3	---	---
Cubatão	1	---	---
Guarujá	---	2	---
Ibiúna	4	---	---
Itapevi	1	---	---
Joanópolis	1	---	---
Juquitiba	---	1	---
Mairiporã	1	1	---
Mogi das Cruzes	---	3	---
Nazaré Paulista	1	---	---
Pedro de Toledo	---	1	---
Piracaia	1	---	---
Pirapora do Bom Jesus	1	---	---
Santa Isabel	1	---	---
Santana de Parnaíba	2	---	---
São José dos Campos	1	3	---
São Paulo	1	---	1
Totais	21	18	1

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019b); Fundação Florestal (2019b); São Paulo (SP) (2011a).

Depois, foi dividido este total da amostragem em pessoa jurídica (PJ) e pessoa física (PF) já se esta informação criava um expectativa diferente quanto aos procedimentos para se conseguir as entrevistas. Desse modo, espera-se que quanto às RPPNs pertencentes a PF fosse possível tratar e obter as informações diretamente com o proprietário e nas pertencentes a PJ, corporativas, o informante provavelmente fosse um gestor, como indicaram Fernandes (2011) e Simão e Freitas (2018) em seus trabalhos. Se na obtenção dos dados, o gestor possuísse a documentação e conhecimento suficientes para responder sobre as motivações para criação das reservas ainda que não fossem os proprietários, esses seriam considerados aptos a dar a entrevista para colher estas informações.

Quadro 6.20 - RPPNs de Pessoa Jurídica na RBVC-SP.

Município	RPPN	Proprietário ⁹⁷	Âmbito	Área (ha)
1. Atibaia	Ecoworld	Director's	Fed.	51,387
2. Bertioga	Costa Blanca	Barma	Est.	296,93
3. Bertioga	Ecofuturo	Suzano.	Est.	518,50
4. Bertioga	Hercules Florence 1 e 2	Fazenda Acaraú	Est.	709,5773
5. Bertioga	Hercules Florence 3, 4, 5 e 6	Fazenda Acaraú	Est.	213,3106
6. Bragança Paulista	Parque das Nascentes	Terras de Bragança.	Fed.	69,25
7. Bragança Paulista	Parque dos Pássaros	Terras de Bragança	Fed.	174,90
8. Cubatão	Carbocloro	Carbocloro	Fed.	7,00
9. Guarujá	Marina do Conde	Codeara	Est.	7,62
10. Guarujá	Tijucopava	Acisa	Est.	40,63
11. Ibiúna	Cruz Preta	Cruz Preta	Fed.	45,98
12. Mogi das Cruzes	Botujuru - Serra de Itapety	SPLF	Est.	437,30
13. Pirapora do Bom Jesus	Voturuna V	Tevere	Fed.	64,13
14. Santa Isabel	Fazenda Rio dos Pilões	Rio Pilões	Fed.	560,02
15. Santana de Parnaíba	Voturuna	Tevere	Fed.	66,55
16. Santana de Parnaíba	Voturuna II	Tevere	Fed.	58,45
17. São Paulo	Mutinga	Gerbera e Mutinga	Mun.	2,5
TOTAL				3027,105

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019b); Fundação Florestal (2019b); São Paulo (SP) (2011a).

Quadro 6.21 – RPPNs de Pessoa Física na RBVC-SP.

Município	RPPN	Proprietário ⁹⁸	Âmbito	Área (ha)
1. Araçariçuama	Sítio Python	Béles Tibor	Fed.	26
2. Atibaia	Reserva do Dadinho	Lygia Espindola de Moura	Est.	11,66
3. Atibaia	Reserva do Jacu	Antônio Carlos Bobadilha	Est.	3,5870
4. Atibaia	Sítio Solar da Montanha	Antônio Carlos dos S. Canêlhas.	Est.	1,1939
5. Bragança Paulista	Fazenda Serrinha	Marcos Moreira Silveira	Fed.	117,3
6. Ibiúna	Fazenda Meandros	Claudio Martins Ferreira	Fed.	111,30
7. Ibiúna	Fazenda Meandros II	Claudio Martins Ferreira	Fed.	145,20
8. Ibiúna	Fazenda Meandros III	Claudio Martins Ferreira	Fed.	72,60
9. Itapevi	Sítio Ryan	Vicente Lentini Neto	Fed.	19,47
10. Joanópolis	Sítio Sabiuna	Josef Gruber	Fed.	50,00
11. Juquitiba	São Judas Tadeu	Clélia Maria Rossi	Est.	6,05
12. Mairiporã	Paraíso	Márcia Regina Fonseca	Est.	3,54
13. Mairiporã	Sítio Capuavinha	Eugênio Victor Follmann	Fed.	5,0
14. Mogi das Cruzes	Reserva Hinayana	Heródoto Barbeiro	Est.	24,20
15. Mogi das Cruzes	Reserva Mahayana	Heródoto Barbeiro	Est.	9,34
16. Nazaré Paulista	Sítio Caeté	Analice A. de Souza Nunes	Fed.	10,40
17. Pedro de Toledo	Encantos da Juréia	Daniel Turi	Est.	16,05
18. Piracaia	Lafigueira Naturarte	Thomas Pierre Brieu	Fed.	33,69
19. São José dos Campos	Alto do Deco	Antônio Carlos de C. Braga	Est.	67,0292
20. São José dos Campos	Fazenda San Michele	Gregório Eduardo Franco Vino	Fed.	40,97
21. São José dos Campos	O primata	Walter Serigato Costa	Est.	352,918
22. São José dos Campos	Reserva dos Muriquis	Judith Lúcia Vieira Bose	Est.	41,3383
23. São Paulo	Sítio Curucutu	Jayme Vita Roso	Fed.	10,89
TOTAL				1179,7264

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019b); Fundação Florestal (2019b).

Os quadros 6.20 e 6.21, dividindo as RPPNs em PJ e PF, respectivamente, também teve a finalidade de evidenciar a grande diferença em área existente entre elas. Algumas RPPNs PF são praticamente chácaras e sítios, pequenas e médias propriedades, enquanto as PJ são em sua maioria fazendas vão de média a grandes propriedades⁹⁹ (BRASIL, 1993).

⁹⁷ Nome completo das empresas encontraram-se nas notas de rodapé dos quadros 6.12 e 6.13 das páginas 183 e 184.

⁹⁸ O mesmo da nota anterior.

⁹⁹ Pequena propriedade - o imóvel de área compreendida até 4 (quatro) módulos fiscais; média propriedade - o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais; grande propriedade - o imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais. A

O tamanho médio das RPPNs de PJ é de 178 ha., três vezes maior que a média em área das de PF, que tem números em torno de 51 ha. O gráfico 6.1 apresenta o total das RPPNs de PJ e de PF com sua área total.

Gráfico 6.1 - Total das RPPNs de PJ e de PF comparando suas áreas totais.

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019b); Fundação Florestal (2019b); São Paulo (SP) (2011a).

Considerando a área total, as RPPNs de PJ representam 72% e as de PF 28% do total em hectares das áreas das RPPNs da RBVA-SP. A maior RPPN de PJ da RBCV-SP é a RPPN Hercules Florence 1 e 2, que fica em Bertióga, SP, e tem 709,5773 ha. Se considerarmos que a RPPN Hercules Florence 3, 4, 5 e 6, que tem 213,3106 ha é do mesmo proprietário e são glebas contíguas, ela teria 922,8879 ha. Considerando que apesar de estarem em municípios diferentes as RPPNs Ecofuturo e Botujuru - Serra de Itapety, uma em Mogi das Cruzes e outra na parte de Planalto do município de Bertióga, têm como proprietário empresas que fazem parte do mesmo grupo empresarial, teríamos um total de 955,8 ha.

A maior RPPN de PF é a RPPN O primata, em São José dos Campos, SP, que tem 352,918 ha. O tamanho dessa RPPN destoa bastante da média de 51 ha das outras reservas de PF, sendo quase uma exceção dentro da área de estudo, onde são encontradas áreas de um pouco mais de 1 ha. E na qual, onde mais da metade (15) das 23 são menores que 50 ha. Se agruparmos as RPPNs dos mesmos donos das PJ, reduziremos o número total de 17 reservas para 13 e teremos outra disposição quanto aos tamanhos (quadros 6.22 e 6.23).

classificação é definida pela lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e leva em conta o módulo fiscal (e não apenas a metragem), que varia de acordo com cada município (BRASIL, 1993). Como forma também de atestar as pequenas propriedades pessoa física dentro as RPPNs da área de estudo, encontramos a denominação “sítio”, como em Sítio Python, Sítio Ryan, Sítio Sabiuna, Sítio Caeté e Sítio Curucutu.

Com esse agrupamento do “*tamanho real*” das reservas para os mesmos donos, a média de tamanho das RPPNs de PJ aumenta de 178 ha. para 255 ha.

Quadro 6.22 - RPPNs de pessoa jurídica por proprietários.

Município	RPPN	Tamanho
1. Atibaia	Ecoworld	51,87
2. Bertioga	Costa Blanca	296,93
3. Bertioga	Ecofuturo	518,50
4. Bertioga	Hercules Florence 1-2 e 3-4-5-6	922,8879
5. Bragança Paulista	Parque das Nascentes e Parque dos Pássaros	244,15
6. Cubatão	Carbocloro	7,00
7. Guarujá	Marina do Conde e Tijucopava	48,25
8. Ibiúna	Cruz Preta	45,98
9. Mogi das Cruzes	Botujuru - Serra de Itapety	437,30
10. Santa Isabel	Fazenda Rio dos Pilões	560,02
11. Santana de Parnaíba	Voturuna , Voturuna II e Voturuna V	189,13
12. Pirapora do Bom Jesus		
13. São Paulo	Mutinga	2,5

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019b); Fundação Florestal (2019b); São Paulo (SP) (2011a).

Quadro 6.25 - RPPNs pessoa física por proprietários.

Município	RPPN	Tamanho
1. Araçatiguama	Sítio Python	26
2. Atibaia	Reserva do Dadinho	11,6
3. Atibaia	Reserva do Jacu	3,5870
4. Atibaia	Sítio Solar da Montanha	1,1939
5. Bragança Paulista	Fazenda Serrinha	117,3
6. Ibiúna	Fazenda Meandros, Fazenda Meandros II e III	329,10
7. Itapevi	Sítio Ryan	19,47
8. Joanópolis	Sítio Sabiuna	50,00
9. Jquitiba	São Judas Tadeu	6,05
10. Mairiporã	Paraíso	3,54
11. Mairiporã	Sítio Capuavinha	5,0
12. Mogi das Cruzes	Reserva Hinayana e Reserva Mahayana	33,54
13. Nazaré Paulista	Sítio Caeté	10,40
14. Pedro de Toledo	Encantos da Juréia	16,05
15. Piracaia	Lafigueira Naturarte	33,69
16. São José dos Campos	Alto do Deco	67,0292
17. São José dos Campos	Fazenda San Michele	40,97
18. São José dos Campos	O primata	352,918
19. São José dos Campos	Reserva dos Muriquis	41,3383
20. São Paulo	Sítio Curucutu	10,89

Fonte: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019b); Fundação Florestal (2019b).

Se agruparmos as RPPNs dos mesmos donos das PF, reduziremos o número total de 23 reservas para 20 e teremos outra disposição quanto aos tamanhos. Com esse agrupamento do “*tamanho real*” de reservas de mesmos donos, a média de tamanho das RPPNs de PF trará uma pequena diferença passando para 59 ha. como tamanho médio, ao invés de 51 ha.

Tudo isso sobre PF e PJ foi posto, organizado e analisado em busca de contrapor informações junto aos proprietários nas entrevistas e questões sobre suas razões de criação das RPPNs e de verificar as condições colocadas em relação aos termos de incentivos, como

isenção de ITR, acesso a fundos, compensações, prioridades de encaminhamentos para as RPPNs, colaboração em fiscalização como prevê a legislação quando da criação da RPPN, como também ao longo da história da reserva sob proteção privada e se podem ser verificadas distinções de atuações dos órgãos públicos municipais, estaduais ou federais considerando o fato de serem PF ou PJ. O olhar sobre esse agrupamento de informações também teve a finalidade de verificar se nos municípios onde foram identificadas a existência de mais de uma reserva existiria alguma evidência de uma ação maior relacionada ao fato de terem sido criadas em âmbito federal, estadual ou municipal. Deve ser considerado se, pelas informações levantadas nas entrevistas, houve alguma “*indução*” do poder público para estimular a criação das reservas, divulgando campanhas ou por alguma ação na disponibilização de técnicos de órgãos públicos ou se foi um processo mais aleatório em que o proprietário obteve a informação de outras fontes, sem qualquer participação de um fator de incentivo do Estado.

Para reunir essas informações em forma de representação gráfica, foi elaborado o mapa 6.4 que reuniu informações sobre os limites da RBCV-SP, com um limite expandido abraçando o restante do município de São José dos Campos, SP, incluindo o distrito de São Francisco Xavier, os municípios que a compõe, a localização das RPPNs nos municípios, a sua natureza jurídica (PF e PJ) e o âmbito de criação (federal, estadual, municipal).

Mapa 6.7 - Natureza jurídica das RPPNs conforme âmbito de criação na RBCV – SP.

Fontes: elaborado pelo autor a partir de RBCV (2016); ICMBio (2019b); Fundação Florestal (2019b); São Paulo (SP) (2011a).

6.7. Poligonais das RPPNs da RBCV-SP.

Os resultados do levantamento de informações apresentados até aqui sobre o universo das RPPNs da RBCV-SP poderá ser melhor visualizado com a localização mais precisa da posição geográfica de cada uma das reservas privadas da área de estudo, trazendo, com as imagens, informações para avaliar o contexto local, no qual elas estão inseridas, tais como características gerais do entorno, onde se inserem as reservas na região, as dimensões da área nesse contexto, a topografia, hidrografia, a cobertura vegetal, a produção rural, a proximidade ou não das várias zonas urbanas da Metrópole de São Paulo e a proximidade de vetores de urbanização (estradas, ferrovias, reservatórios). São também informações importantes para se entender os impulsos e motivações para a criação das RPPNs dentro do contexto regional e local em que estão inseridas. No caso das RPPNs ligadas ao setor imobiliário também é possível visualizar as dimensões do empreendimento com os lotes ou com a construção da infraestrutura, disposições e imóveis.

Para se obter essas informações, primeiramente foi feita uma busca nos *site* dos órgãos públicos responsáveis pelo reconhecimento das RPPNs, no governo federal, buscou-se no Sistema Informatizado de Monitoria de RPPN (SIMRPPN) do ICMBio (2019b), no governo estadual, na Fundação Florestal (2019b) da SIMA,SP, e no governo municipal, no *site* da SVMA, SP (SÃO PAULO (SP), 2011a).

No ICMBio (2019b) as informações encontradas sobre esse aspecto foram bastante pobres e muito abaixo das expectativas. Na maioria dos casos, para não dizer em quase todos, notou-se a carência de informações disponibilizadas pelo órgão ambiental, tornando-se impossível obter alguma informação mais precisa sobre as coordenadas geográficas das RPPNs Federais reconhecidas. As informações disponíveis apresentam apenas uma representação de um círculo de dimensões variáveis dentro de uma janela do *Google maps* *linkada* no *site*, projetando a localização da RPPN acompanhada da expressão “ponto aproximado” embaixo da imagem (imagem 6.7). Sem considerar também a mensagem recorrente em todas as janelas de informações das RPPNs que avisa “*Esta página não carregou o Google Maps corretamente*”. O *site* tem sido acessado desde 2014 sem que esse defeito do *site* tivesse sido reparado.

Imagem 6.7 - Tela do *site* do ICMBio com as informações de localização por janela “linkada” do *google maps* para a RPPN Fazenda San Michele, São José dos Campos, SP.

Fonte: ICMBio (2019b).

Foi possível também baixar os *shapefiles* (somente na extensão “*.shx” compatível com software *ArcGis*, mas não com o software *Google Earth Pro*), mas, depois de visualizados apresentavam os mesmos problemas do que já era mostrado no *site*.

Na mesma página se encontra um link “*ver mapa da RPPN*” que ao “clicar” ela abre outra tela, que também não oferece nenhuma informação importante sobre as áreas e a maioria delas apresenta o texto “*imagem meramente ilustrativa do mapa da RPPN que foi gerado através das coordenadas inseridas no SIMRPPN*”. A imagem 6.8 é usada para apresentar uma das telas do *site* com informações de uma das RPPNs da RBCV-SP.

Assim, quanto a esse aspecto, na maioria dos casos, o *site* apresentava apenas uma indicação muito grosseira da área e que, depois que foram obtidas outras informações de outras fontes sobre as coordenadas geográficas e os traçados das poligonais da reservas muitas vezes, não bateram com a localização real das áreas. As informações no *site* de órgãos públicos federais sobre as RPPNs deveriam ser precisas, pois esse sites devem tornar público e acessível as informações corretas sobre a posição das RPPNs no território brasileiro, pois passam a fazer parte do patrimônio ambiental do país, apesar de manterem a propriedade privada.

Imagem 6.8 - Tela do *site* do ICMBio com as informações dos mapas da RPPN Fazenda San Michele, São José dos Campos, SP.

Fonte: ICMBio (2019b).

O autor tem a limitação de nunca ter estudado ou trabalhado com nenhum software de geoprocessamento. Dessa forma, esteve no planejamento da pesquisa a meta de dedicar-se a estudar o *ArcGis* ou outros softwares similares, chegando a iniciar um treinamento, mas a ausência total de apoio financeiro para esse estudo e diversos problemas de saúde durante o percurso impossibilitaram-no de atingir esse ideal. Então, para minimizar esses acidentes de percurso, outras alternativas menos sofisticadas foram buscadas para que se pudesse prosseguir no tratamento dessas informações e se demonstrasse detalhes da localização geográfica e dos limites das RPPNs da RBCV-SP e contexto do seu entorno e proximidades. Assim, investiu-se em usar um *software* aberto, o *Google Earth Pro*, no qual a utilização de arquivos com poligonais seria possível e, dessa maneira, puderam ser projetados sobre imagens de satélite, compiladas da superfície terrestre com resolução satisfatória para a necessidade do estudo. Houve incompatibilidade com o formato e os arquivos obtidos junto ao ICMBio, que eram todos *shapefiles* em formato “*.shx”, não lidos pelo *software Google Earth Pro*. Para resolução do problema que se apresentou, em uma busca na internet e com alguns testes em diversos *sites*, foi possível encontrar conversores de arquivos de um formato para outro e que puderam ser abertos no software, além de tutoriais com instruções¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Conversores de arquivos (*shapefiles*) dos formato “*.shx” para “*.kml” e “*.kmz” encontrados nos *sites*: <http://www.gmapas.com/home>, <https://www.gisconvert.com/>, <http://www.clickgeo.com.br/conversor-kml-kmz-shp/>, <https://mygeodata.cloud/converter/shp-to-kml>.

Na apresentação das imagens finais das poligonais obtidas das RPPNs da área de estudo, serão apresentados caso a caso a comparação desses dados do ICMBio com os obtidos em outras fontes.

Para as RPPNs que foram reconhecidas pelo Governo do Estado de São Paulo a primeira busca pelas coordenadas geográficas foi iniciada no portal da Fundação Florestal que apresenta muitas poligonais disponíveis no *site*. Diferentemente do *site* do ICMBio, o *site* da SIMA dá acesso a arquivos com poligonais traçadas (extensão “*.kml” e “*.kmz”, compatível com os *softwares* *ArcGis* e *Google Earth Pro*) (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2019b). Também foi consultado o portal do Sistema Ambiental Paulista (DATAGEO, 2019). Essas poligonais disponíveis no *site*, conforme será visto ao serem apresentadas caso a caso, também apresentaram alguns erros. Para algumas RPPNs da RBCV-SP no *site* ainda não estavam disponibilizados para acesso público os arquivos das poligonais.

Para a única RPPN reconhecida pela Prefeitura Municipal de São Paulo, foi consultado o *site* da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente que reúne informações sobre as áreas verdes da cidade e as UCs. Não foi encontrada a informação esperada dos *shapefiles*, mas está disponível no portal o plano de manejo da área que trazia imagens dos contornos da reserva (SÃO PAULO (SP), 2011a).

Para complementar os dados necessários sobre algumas das RPPNs que os *sites* de órgãos ambientais públicos não disponibilizavam foi necessário utilizar-se de outras fontes para obter os dados de todas as reservas. Em primeiro momento foi tentado prosseguir no buscador *Google*, cruzando o nome das reservas com as palavras “poligonal”, “coordenadas geográficas”, “*shapefile*”, “*.kml” e “*.kmz” e “*.shx”. Posteriormente, durante o período de entrevistas, foi também solicitada essa informação diretamente aos proprietários ou por mensagens via *e-mail*, por telefone e pelo aplicativo *Whatsapp* (2020). Alguns proprietários de RPPNs mais antigas não tinham o georreferenciamento das áreas e enviaram traçados à mão, feitos sobre imagens de satélite. Além disso, nos casos em que não foi possível obter dessas maneiras, o levantamento prosseguiu de várias formas para se conseguir as informações georeferenciadas das áreas, buscando e consultando mapas, croquis, plantas, memoriais descritivos, portarias federais, resoluções estaduais e portarias municipais das áreas, legislação ambiental pertinente ao tema, certidões de matrículas, diplomas, separatas científicas, dissertações e teses sobre as áreas estudadas, registros fotográfico dessas RPPNs, acessando imagens fotográficas fornecidas pelos entrevistados e obtidas pela internet,

buscando informações no perfil do entrevistado pelas redes sociais, em entrevistas na imprensa, em reportagens escritas (diversos) e em vídeo (Repórter Eco, Terra da Gente, Globo Rural), em livros e nas informações gerais sobre UCs próximas das áreas de estudo, nos planos de manejo das RPPNs (nas que o possuíam, já que várias delas ainda não apresentam esse documento). Funcionários¹⁰¹ de órgãos públicos também foram procurados para que a busca de todas as poligonais pudesse ser finalizada.

Dessa maneira, algumas reservas foram delineadas a partir de uma “colcha de retalhos” de informações, pois alguns proprietários não fizeram o georreferenciamento de suas RPPNs, para que se pudesse ter um mínimo de informação de delimitação da área, mesmo que ainda grosseira, incompleta e imprecisa. A série de imagens geradas é apresentada em ordem cronológica de criação das reservas e organizadas como no quadro 6.24 . A numeração que segue à esquerda de cada uma das RPPNs obedece essa sequência, salvo exceções de:

1) manter a mesma numeração, pois:

a) as áreas são contíguas, do mesmo proprietário e foram reconhecidas em datas próximas - Voturuna, Voturuna V e Voturuna II - Fazenda Meandros, Fazenda Meandros II e Fazenda Meandros III - Parque das Nascentes e Parque dos Pássaros.

2) receber numeração diferente apesar de:

a) serem contíguas, do mesmo proprietário, mas reconhecidas em datas diferentes - Reserva Mahayana e Reserva Hinayana - Hercules Florence 1 e 2 e Hercules Florence 3, 4, 5 e 6.

b) serem do mesmo proprietário, não são contíguas, nem foram reconhecidas em datas próximas; As RPPNs Tijucopava e Marina do Conde e as RPPNs Ecofuturo e Botujuru - Serra de Itapety.

¹⁰¹ Oswaldo José Bruno, engenheiro agrônomo, analista de recursos ambientais e coordenador do programa RPPNs Paulistas; Ana Fernandes Xavier, geógrafa, analista de recursos ambientais, programa RPPNs Paulistas; Mônica Pavão, geógrafa e pesquisadora científica (geoprocessamento e sensoriamento remoto); Anderson Luiz Rodrigues, gestor ambiental, gestor do Parque Estadual de Itapetinga, ambos do corpo técnico da Fundação Florestal, SIMA-SP.

Quadro 6.24 - Ordem cronológica de criação das 40 RPPNs da RBCV-SP (1992 a 2018).

	RPPN	Data		RPPN	Data			
1	Carbocloro	1992	12	Fazenda Meandros	2001	22	O primata	2011
2	Sítio Ryan	1993	12	Fazenda Meandros II	2001	23	Mutinga	2011
3	Voturuna	1994	12	Fazenda Meandros III	2001	24	Marina do Conde	2012
3	Voturuna V	1994	13	Parque das Nascentes	2002	25	Cruz Preta	2012
3	Voturuna II	1994	13	Parque dos Pássaros	2002	21	Hercules Florence 3, 4, 5 e 6	2012
4	Sítio Sabiuna	1995	14	Reserva Mahayana	2008	26	Reserva do Dadinho	2012
5	Curucutu	1995	15	Paraíso	2008	27	Reserva do Jacu	2013
6	Sítio Python	1997	16	São Judas Tadeu	2008	14	Reserva Hinayana	2014
7	Ecoworld	1999	17	Encantos da Juréia	2008	28	Botujuru - Serra de Itapety	2014
8	Fazenda Rio dos Pilões	1999	18	Tijucopava	2009	29	Alto do Deco	2016
9	Sítio Capuavinha	2001	19	Ecofuturo	2009	30	Lafigueira Naturarte	2017
10	Fazenda San Michele	2001	20	Costa Blanca	2011	31	Sítio Caetê	2017
11	Fazenda Serrinha	2001	21	Hercules Florence 1 e 2	2011	32	Sítio Solar da Montanha	2018
						33	Reserva dos Muriquis	2018

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019b); Fundação Florestal (2019b); São Paulo (SP) (2011a).

Como convenção usada, quando da modificação dos arquivos das poligonais recebidas ou daqueles que foram traçados no *software Google Earth Pro* a partir de informações levantadas de formas diversas, foi usada a cor **vermelha** para representar RPPNs de pessoa jurídica e a cor **verde** para representar RPPNs de pessoa física, tanto nos traçados dos limites, quanto no uso de marcadores nas imagens de satélite (ver apêndice A).

Uma aproximação da realidade das propriedades e dos proprietários das RPPNs da RBCV-SP e sua contextualização antes de proceder as entrevistas, a foi iniciada com o percurso pelas estradas principais, que levam as reservas, depois com a familiarização dos locais onde estão inseridas estas RPPNs pesquisando e navegando pelas imagens de satélite e estudando os limites e entorno das áreas. Em seguida, foi feito o estudo da documentação relacionada à criação das reservas, lendo todas as resoluções e portarias das RPPNs criadas e a empreitada seguinte foi organizar um material iconográfico das áreas, com imagens de procedimentos diferentes: 1) obtidas nas visitas aos locais, 2) cedidas pelos proprietários, 3) cedidas por fotógrafos e, por fim 4) disponíveis na mídia. As fotos dos proprietários e das propriedades foram organizadas nos painéis dos apêndices B e C.

6.8. Entrevistas de prospecção.

Dentro do cenário das RPPNs paulistas e em relação ao local onde essas estão inseridas nesse estudo, a RBCV-SP, alguns atores representativos nesse cenário foram procurados inicialmente para a pesquisa, entre junho e julho de 2016, em busca de uma colaboração inicial e orientações sobre o perfil dos entrevistados, os contatos, orientações na

aproximação, abordagem e o que esperar deles dentro desse universo de “*RPPNistas*” paulistas. Como encontrado em literatura (PELLIN; RANIERI, 2009; PELLIN, 2010; SILVEIRA, 2009; FERNANDES, 2011; SIMÃO; FREITAS, 2018), a história pessoal e a relação do proprietário com sua RPPN e seu legado pareciam relevantes e, apesar do estudo desejar trazer informações para subsidiar a conservação da biodiversidade, o trabalho a ser desempenhado não era um estudo diretamente sobre ou com ela, em estudos sobre fauna, flora e suas relações, mas dentro das relações humanas e, particularmente, a relação delas com o voluntariar-se como colaboradores na conservação ambiental.

Certa vez, em palestra do Prof. Ângelo Machado¹⁰² da Universidade Federal de Minas Gerais, em um Congresso para educadores, o autor estava presente e testemunhou um relato dele sobre o seu “método” de coleta de libélulas. Ele contou que era necessário buscar “senhas de acesso” na localidade que ele tinha interesse para conseguir autorização de entrada em algumas propriedades particulares onde ele precisava coletar os insetos de sua pesquisa na beira de rios, lagos e outras áreas úmidas onde eles habitavam. Eram locais dentro de propriedades particulares, muitos em lugares ermos, provincianos, em que ele estaria fazendo o papel de “gringo desconhecido” e não poderia sair pulando cerca com seu puçá de coleta, correndo o risco de ser identificado como um invasor. Assim, ele começou seus primeiros contatos pelos bares e botecos, conhecendo pessoas, proseando e se enturmado para depois mostrar suas libélulas e perguntar se alguém conhecia esses animais e onde poderiam ser encontrados, para que assim obtivesse o salvo conduto de acesso nas propriedades privadas a convite de seus donos. As entrevistas de prospecção tiveram um propósito bastante parecido com esse relatado pelo Prof. Ângelo.

Essas entrevistas não foram realizadas com perguntas fechadas, mas com perguntas abertas e gerais, que tinham o intuito de colher por depoimento livre dos entrevistados as suas impressões sobre os proprietários de RPPNs, com relação à proposta dessa pesquisa e aceitação dos proprietários em participar das entrevistas, nas quais se procuraria saber deles as razões e motivações de criação de suas reservas. Outros objetivos dessas entrevista eram estar mais preparado sobre que situações se esperar nessa aproximação e a obtenção do sucesso de ter os proprietários das reservas como participantes do estudo. Dessa maneira, foi fundamental construir qual o melhor modo de posicionamento do pesquisador necessário aos desdobramentos dos contatos e entrevistas.

¹⁰² Prof. Ângelo Barbosa Monteiro Machado do Departamento de Zoologia do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Nascido em Belo Horizonte em 22 de maio de 1934, falecido em 6 de abril de 2020 na mesma cidade, é médico, professor, entomólogo e escritor brasileiro.

Essas entrevistas de prospecção e aproximação foram registradas em diário de campo e gravações. Foram ouvidos: Ana Maria Vieira Soares¹⁰³, da Coordenação Geral da Secretaria Executiva, Flávio Ojidos¹⁰⁴, da Diretoria de Relações Institucionais da Federação das Reservas Ecológicas do Estado de São Paulo, ambos da (FREPESP), Clayton Lino¹⁰⁵, presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Oswaldo Bruno¹⁰⁶, coordenador do Programa RPPN Paulistas, da Fundação Florestal da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e proprietários de RPPNs, presentes em um seminário no SESC Bertioga, SP, em 2016¹⁰⁷ (SOARES, 2016; BRUNO, 2016; LINO, 2016).

Não no papel de entrevistados colaboradores, mas outros atores também foram consultados, em busca de auxílio na aproximação com alguns proprietários mais reservados. Foram contatados: 1) proprietários locais; 2) dirigentes de entidades ambientalistas; 3) gestores de unidade de conservação; 4) funcionários de secretarias municipais; 5) funcionários dos proprietários das RPPNs; 6) prestadores de serviços dos proprietários das RPPNs; 7) pesquisadores; 8) outros proprietários de RPPNs, fora da amostragem pretendida de entrevistados; 9) contato com os próprios proprietários das reservas, através do grupo “RPPNs Brasil”¹⁰⁸ mantido e administrado pelo autor no *Facebook*.

Entre aqueles que não pediram que não fosse feita menção a seus nomes neste trabalho citados como fontes, estão os colaboradores Vinicius Gaburro de Zorzi, integrante da Simbiose, Organização do Terceiro Setor atuante em Atibaia, SP; Anderson Luiz Rodrigues, gestor do Parque Estadual do Itapetinga, de Atibaia, SP da Fundação Florestal, SIMA-SP; Maria Fernanda Campos, encarregada de licenciamentos ambientais na Secretaria do Meio Ambiente e Defesa dos Animais, da Prefeitura de Itapevi, SP; Ítalo Mazzarela, da Gaia Consultoria e Gestão Ambiental, de São Paulo, SP, que prestou serviços para as RPPNs Fazenda Rio dos Pilões, Costa Blanca e Hercules Florence; Idalécio Viviani, diretor de Meio Ambiente da Associação de Proprietários da Reserva Ibirapitanga onde se localiza a RPPN Fazenda Rio dos Pilões, de Santa Isabel, SP; Ângelo Guimarães Simão da RPPN Refúgio Carolina, de Campo Largo, PR que é administrador do grupo “RPPN Brasil”¹⁰⁹ no *Facebook* e repassou os convites para os proprietários contribuírem com esta pesquisa; Carlos Rodrigo Castro, diretoria da Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural

¹⁰³ Ouvida por telefone e no evento de Bertioga, SP, mencionado na nota 100.

¹⁰⁴ Ouvido no evento de Bertioga, SP, mencionado na nota 100.

¹⁰⁵ Entrevista presencial na sede da entidade no Horto Florestal de São Paulo.

¹⁰⁶ Ouvido por telefone e em seguida troca de e-mails durante o período da pesquisa.

¹⁰⁷ Seminário “Áreas Naturais: Alternativas econômicas com a Floresta em pé”, realizado no dia 28 de julho de 2016, pela FREPESP e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA), por meio da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, no SESC Bertioga, SP.

¹⁰⁸ Para acessar ao grupo “RPPNs Brasil”, que conta com 333 membros usa-se o link <https://web.facebook.com/RPPN.Brasil>.

¹⁰⁹ Para acessar ao grupo “RPPN Brasil”, que conta com 1.300 membros usa-se o link <https://web.facebook.com/groups/rppnbrasil/>.

(CNRPPN); Fernanda de Vasconcellos Pegas, pesquisadora da Griffith University, Brisbane, Austrália; Maurício Marinho, gestor da APA Bororé Colônia, Secretaria do Verde e Meio Ambiente da Prefeitura de São Paulo; Bruna Leone Gagettti, analista ambiental da Geonoma Florestal, São Paulo, SP; Cleiton Jordão Santos, gestor da APA Municipal da Serra do Guararú, Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Guarujá e Silvestre Silva, fotógrafo profissional e autor de livros¹¹⁰ relacionados a meio ambiente, principalmente sobre árvores, de São Paulo, SP.

Essa colaboração de vários atores representativos no cenário das RPPNs paulistas e dos vários outros colaboradores citados permitiu tornar viável o levantamento de dados primários para esta pesquisa. Através da aproximação com os proprietários, feita graças a ação e intermediação desses facilitadores, foi possível prosseguir na busca dos depoimentos dos proprietários das 40 RPPNs identificadas dentro da área de estudo, a RBCV-SP.

Entre o autor e a FRESPESP ainda foi estabelecido um documento de Termo de Compromisso de cooperação entre o mesmo e a entidade na qual o mesmo se comprometeu-se a compartilhar os dados da pesquisa com a entidade, devido ao interesse dessa em conhecer o perfil dos proprietários a serem entrevistados na pesquisa, recebendo, em contrapartida, os contatos com os proprietários, convites de participação em eventos organizados pelas entidades e outras formas de facilitação na apresentação do autor aos proprietários das reservas. Com exceção do convite para participar do evento no SESC Bertioga, em julho de 2016, que era um evento aberto a qualquer público aberto, a colaboração não avançou no percurso do estudo.

Foi solicitado, a responsáveis do Programa RPPNs Paulistas, uma listagem de contatos de proprietários, apesar de algumas outras informações terem sido trocadas com representantes deste programa, em colaboração a esta pesquisa, nenhum contato de proprietário foi fornecido.

6.9. Processo das entrevistas.

Depois de levantadas essas informações que, serviram como um *briefing* de um panorama geral e o estado da arte das RPPNs e seus proprietários na RBVC-SP, foi iniciada a uma etapa de ajustes finos, no sentido de organizar os contatos dos proprietários, contatá-los e

¹¹⁰ Silvestre Silva é autor do livro “RPPNs. Cultura e Natureza – Áreas Protegidas do Estado de São Paulo”. Bela Vista Cultural, São Paulo, SP. 2018.

definir a amostragem que participaria das entrevistas para o levantamento de dados sobre as motivações para se criar as reservas e a caracterização do perfil dos entrevistados.

O critério de inclusão dos proprietários das RPPNs como candidatos a entrevistados para o estudo foi feito a partir das listas publicada nos *sites* do ICMBio (2019) (Federais), da Fundação Florestal (2019b) (Estaduais) e Secretaria do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo (SÃO PAULO (SP), (2011a) (Municipais) nas quais se encontram as RPPNs relacionadas. Para todas elas foi dado entrada em pedido de reconhecimento da reserva, junto aos órgãos públicos ambientais. Com essas informações dos *sites*, no entanto, não é possível verificar se as RPPNs foram efetivamente criadas, este tema foi objeto de tema apresentada no capítulo 3. Não foi o objeto desse trabalho, porém verificar a situação de averbação na escritura das propriedades, em cartório de imóveis ou constante em sua matrícula em cartório de registro de imóveis, atestando a sua perpetuidade. Houve iniciativa do pesquisador em obter essas informações dos processos em andamento junto a esses órgãos. Todavia, quando os mesmos foram consultados nem sempre foram claras e precisas as informações de quais RPPNs já tinham concluído os processos, então essa verificação foi abandonada e foram escolhidas como amostra inicial da pesquisa aquelas declaradas pelos órgãos públicos como “criadas”.

Uma ficha modelo foi sendo preenchida para cada proprietário/propriedade na busca de: 1) organizar os contatos dos entrevistados (a definir os atores – proprietários ou outros informantes); 2) levantar o perfil dos proprietários. 3) aproximação e abordagem dos proprietários das reservas para que fosse feito o convite de participação na pesquisa.

Esse fichamento foi feito para todas as RPPNs da área de estudo e agrupou algumas informações sobre elas:

1) Dados das RPPNs

a) nome da RPPN; b) município; c) nome da propriedade; d) data de criação da reserva; e) âmbito de criação (Federal, Estadual ou Municipal); f) ato de criação (portaria/resolução); g) natureza Jurídica; h) atividade (para PJ) (fazenda, condomínio, fábrica, mineração); i) área total do imóvel; j) área total da reserva; k) percentual de área transformada em RPPN.

2) Dados dos proprietários

a) nome do proprietário; b) e-mail c) telefones (fixos, celulares, *Whatsapp*), *Skype*, *Hangout*; d.) *site*: e.) rede social (*Facebook*, *Twiter*, *Instagram*, *Linkedin*); f.) endereço

residencial; g.) endereço comercial; i.) indicação; j.) *sites* e buscadores usados para localização desses contatos.

3) Localização das RPPNs

a) coordenadas geográficas; b) croqui; c) poligonais dos limites das reservas; d) referências de localização e acesso; e) mapas.

4) Participações dos proprietários das RPPNs

a) associativismo (FREPESP); b) associativismo (CNRPPN); c) PSA da Fundação Florestal de São Paulo (FF-SP); d) Sistema Integrado de Monitoramento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (SIMRPPN); e) conselhos ambientais.

5) Unidades de Conservação

Listas com as UCs, onde a reserva poderia estar: a) inserida; b) ser limítrofe; 3) ter proximidade; d) ausência. Foram consideradas todas as UCs Federais, Estaduais e Municipais, tanto de proteção integral, como de uso sustentável, dentro dos limites da RBCV-SP.

6) Atividades desenvolvidas nas reservas

a) educação ambiental; b.) uso público (ecoturismo); c.) pesquisa; d.) fiscalização; e.) existência de plano de manejo; f.) implantação do plano de manejo.

7) Motivação declarada

Se a partir de levantamento em bibliografia ou mídias diversas já havia a manifestação do proprietário a respeito das razões da criação da RPPN.

A partir das fichas individuais foi organizada uma tabela denominada pelo autor como “universo de saída - nome dos proprietários para busca dos contatos” para colocar o resumo das primeiras informações encontradas sobre as RPPN e seus proprietários a partir de agrupamento por municípios.

Esse trabalho começou com um universo de 40 RPPNs que efetivamente compõe a RBCV-SP, mas essa pesquisa não está inventariando os locais, mas sim a quem eles pertencem e, dessa maneira, buscou localizar os proprietários para serem entrevistados (quadro 6.25).

Um painel fotográfico dos proprietários entrevistados foi organizado e se encontra no anexo C.

Quadro 6.25 - Lista de todas as RPPNs da RBCV-SP com seus proprietários.

Município	RPPN	Proprietário
1. Araçariçuama	Sítio Python	Béles Tibor
2. Atibaia	Ecoworld	Director's Comercial Assessoria e Planejamento Ltda.
3. Atibaia	Reserva do Dadinho	Lygia Espindola de Moura, Adriana Espindola Barbosa de Moura e Alessandra Espindola Barbosa de Moura
4. Atibaia	Reserva do Jacu	Antônio Carlos Bobadilha
5. Atibaia	Sítio Solar da Montanha	Antônio Carlos dos Santos Canêlhas, Marilena Ferreira Canêlhas, Clóvis Luiz Zucchetti e Maria da Gloria Zucchetti
6. Bertioga	Hercules Florence 1 e 2	Companhia Fazenda Acaraú
7. Bertioga	Hercules Florence 3, 4, 5 e 6	Companhia Fazenda Acaraú
8. Bertioga	Costa Blanca	Barma Empreendimentos e Participações Ltda.
9. Bertioga	Ecofuturo	Suzano Papel e Celulose S.A.
10. Bragança Paulista	Parque das Nascentes	Terras de Bragança Participações Ltda.
11. Bragança Paulista	Parque dos Pássaros	Terras de Bragança Participações Ltda.
12. Bragança Paulista	Fazenda Serrinha	Marcos Moreira Silveira
13. Cubatão	Carbocloro	Carbocloro S/A Indústrias Químicas
14. Guarujá	Tijucopava	Acisa Incorporações Ltda.
15. Guarujá	Marina do Conde	Codeara S/A
16. Ibiúna	Fazenda Meandros	Espólio de Walter Martins Ferreira
17. Ibiúna	Fazenda Meandros II	Claudio Martins Ferreira
18. Ibiúna	Fazenda Meandros III	Claudio Martins Ferreira
19. Ibiúna	Cruz Preta	Empresa de Mineração Cruz Preta Ltda.
20. Itapevi	Sítio Ryan	Márcia Snowden Ryan
21. Joanópolis	Sítio Sabiuna	Josef Gruber
22. Jujutiba	São Judas Tadeu	Clélia Maria Rossi
23. Mairiporã	Sítio Capuvinha	Eugênio Victor Follmann
24. Mairiporã	Paraíso	Márcia Regina Fonseca
25. Mogi das Cruzes	Botujuru - Serra de Itapety	SPLF Investimentos e Participações Ltda.
26. Mogi das Cruzes	Reserva Mahayana	Heródoto Barbeiro
27. Mogi das Cruzes	Reserva Hinayana	Heródoto Barbeiro
28. Nazaré Paulista	Sítio Caetê	Analice A. de Souza Nunes
29. Pedro de Toledo	Encantos da Juréia	Daniel Turi
30. Piracaia	Lafigueira Naturarte	Thomas Pierre Brieu
31. Pirapora do Bom Jesus	Voturuna V	Tevere Empreendimentos e Construções S/A
32. Santa Isabel	Fazenda Rio dos Pilões	Rio Pilões Reflorestamento e Comércio Ltda.
33. Santana de Parnaíba	Voturuna	Tevere Empreendimentos e Construções S/A
34. Santana de Parnaíba	Voturuna II	Tevere Empreendimentos e Construções S/A
35. São José dos Campos	Alto do Deco	Antônio Carlos de Carvalho Braga
36. São José dos Campos	Reserva dos Muriquis	Judith Lúcia Vieira Bose
37. São José dos Campos	Fazenda San Michele	Gregório Eduardo Franco Vino
38. São José dos Campos	O primata	Walter Serigato Costa
39. São Paulo	Sítio Curucutu	Jayme Vita Roso
40. São Paulo	Mutinga	Gerbera Incorporadora Ltda. Mutinga Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019b); Fundação Florestal (2019b); São Paulo (SP) (2011a).

Com essa informação organizada, a lista de 40 entrevistados das 40 RPPNs na área de estudo passou a 32, pois foram encontradas mais de uma RPPN pertencente ao mesmo proprietário no mesmo município. Houve também o caso de termos o mesmo proprietário de reservas em municípios diferentes, mas como são todas partes do mesmo empreendimento, foram agrupadas.

Esse agrupamento pode ser visualizado pelo quadro 6.26:

Quadro 6.26 - Lista da RPPNs de mesmo proprietário (PJ ou PF) na RBCV-SP.

Município	RPPNs	Proprietário
Bertioga	Hercules Florence 1 e 2 e Hercules Florence 3, 4, 5 e 6	Companhia Fazenda Acaraú
Bragança Paulista	Parque das Nascentes e Parque dos Pássaros	Terras de Bragança Participações Ltda.
Ibiúna	Fazenda Meandros, Fazenda Meandros II e Fazenda Meandros III	Claudio Martins Ferreira
Mogi das Cruzes	Reserva Mahayana e Reserva Hinayana	Heródoto Barbeiro
Santana de Parnaíba Pirapora do Bom Jesus	Voturuna, Voturuna II e Voturuna V	Tevere Empreendimentos e Construções S/A

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019b); Fundação Florestal (2019b); São Paulo (SP) (2011a).

Depois de obtida essa relação final de um universo de 33 proprietários a serem encontrados, a busca de nomes e contatos se deu da seguintes forma:

- 1) Através de entidades (FRESPESP / Fundação Florestal / RBMA / Prefeituras e órgãos correlatos (Secretarias de Meio Ambiente/verde e /ou Secretaria de Turismo);
- 2) Busca de *sites* próprios;
- 3) Página *Facebook* do autor “RPPNs Brasil” e “RPPN Brasil”;
- 4) Busca pelo nome de proprietários, nome da RPPN e da empresa proprietária em redes sociais (*Facebook*, *Twitter*);
- 5) Busca pelo nome dos proprietários em buscadores na internet (*Google/Yahoo*);
- 6) Busca pelo nome das empresas proprietárias em buscadores na internet (*Google/Yahoo*);
- 7) Busca pelo nome das empresas via CNPJ¹¹¹;
- 8) Via autor de livro de RPPNs¹¹²;
- 9) Indicação por contatos pessoais.

Nesse último item “9”, houve indicação de contatos através de proprietários locais, dirigentes de entidades ambientalistas, gestores de unidade de conservação, funcionários dos proprietários das RPPNs, prestadores de serviços dos proprietários das RPPNs e pesquisadores. No item “7”, depois dessa forma de busca apareceram indicados contatos de escritório de contabilidade, representantes e outros prestadores de serviço que foram contatados para que fossem encontrados os proprietários.

Através dessas buscas e cruzamentos de informações, foi identificada mais uma duplicidade de RPPNs pertencentes ao mesmo proprietário, já que as empresas Codeara S/A e

¹¹¹ Informações constantes nos sites <https://www.consultasocio.com/q/sa/splf-investimentos-e-participacoes-ltda>
<https://monitordomercado.com.br/noticias/5284-acordo-de-voto-alden-voting-agreement-alden>
<https://www.consultasocio.com/q/sa/wellington-francisco-de-lima>

¹¹² O fotógrafo profissional e autor Silvestre Silva, já citado em outra nota, contribuiu com diversos contatos de “RPPNistas”.

Acisa Incorporações Ltda. pertenciam a Armando Conde (quadro 6.27). Dessa forma, o número de proprietários diferentes passou de 33 para 32, que seria o universo de entrevistados a serem encontrados.

Quadro 6.27 - RPPNs de mesmo proprietário mas de empresas diferentes.

Município	RPPNs	Proprietário
Guarujá	Tijucopava e Marina do Conde	Acisa Incorporações Ltda. e Codeara S/A de Armando Conde

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Fundação Florestal (2019b)

Outra questão que surgiu no levantamento dos contatos sobre alguns proprietários foi o encontro de notícias sobre o falecimento de alguns deles. Cabe lembrar aqui que as primeiras RPPNs da região foram reconhecidas no início da década de 90, no século XX e, levando em consideração a idade que esses proprietários poderiam ter pedido o reconhecimento das suas reservas, pode-se supor o falecimento de alguns deles. Uma das RPPNs, inclusive não informava como proprietário uma pessoa ou empresa, mas “*espólio de Walter Martins Ferreira*”. Esta informação aparece no pedido de reconhecimento da RPPN Fazenda Meandros, de Ibiúna, SP. Alguns desses “*RPPNistas*”, inclusive, também estavam em idade avançada. As situações apresentadas foram estas que aparecem no quadro 6.28:

Quadro 6.28 - Lista das RPPNs da RBCV-SP com proprietários falecidos.

Município	RPPN	Proprietário
Araçariгуama	Sítio Python	Béles Tibor (falecido)
Joanópolis	Sítio Sabiuna	Josef Gruber (falecido)
São José dos Campos	O primata	Walter Serigato Costa (falecido)

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019b); Fundação Florestal (2019b).

Quanto a esse aspecto, uma decisão deveria ser tomada quanto a tirar ou não mais RPPNs da amostragem pela impossibilidade de se obter as informações sobre as motivações que levaram esses “*RPPNistas*” a criarem as suas reservas. A decisão foi a de procurar mais informações sobre essas RPPNs e verificar em qual situação se encontravam e se as mesmas tinham ficado com seus herdeiros. Também se seria possível encontrar pessoas com documentos ou com larga vivência com os “proprietários fundadores”, e que pudessem trazer um testemunho fiel das motivações. A RPPN Sítio Python, de Araçariгуama, SP, reconhecida em 1997, pertenceu ao casal húngaro Béles Tibor e a sua esposa Piroška Béles, e ainda era propriedade da família, propriedade de Tibor George Béles. No caso da RPPN Sítio Sabiuna, de Joanópolis, SP, a propriedade ainda era da família e estava em nome do filho do austríaco, naturalizado brasileiro, Josef Gruber, Helmut Josef Gruber. E no caso da RPPN O primata, de São José dos Campos, SP, reconhecida em 2011 e que tinha sido de propriedade de Walter Serigato Costa, ela ainda era da família também. Um dos dois herdeiros foi localizado, a

proprietária Camila Attuy, que aceitou o convite para participar de entrevista e recebeu todos os questionários com antecedência para saber o teor das perguntas.

Venda concluída de propriedade foi apurada apenas em uma reserva, a RPPN Sítio Ryan, de Itapevi, SP, reconhecida em 1993 e que foi da americana Márcia Snowden, casada com Frank Alvin Ryan e que foi vendida para Vicente Lentini Neto. A propriedade está à venda e talvez tenha sido a RPPN mais trabalhosa de se conseguir contato.

Feitas essas considerações, decidiu-se que a lista para seguir na busca de contatos continuaria com 32 entrevistados pontenciais, trocando alguns nomes, da listagem original de proprietários, levantados (quadro 6.29).

Usando dos critérios de busca de nomes e contatos já apresentados para encontrar entrevistados foi montado quadro 6.30 para verificar qual dos procedimentos foi mais eficiente para esse encontrar os proprietários deste universo de entrevistados.

Quadro 6.29 - Lista das RPPNs “filtrada” atualizando os proprietários devido a falecimento e agrupando propriedades do mesmo dono.

Município	RPPN	Proprietário
1. Araçariçuama	Sítio Python	Tibor George Béles
2. Atibaia	Ecoworld	Director's Ltda.
3. Atibaia	Reserva do Dadinho	Alessandra Espindola Barbosa de Moura
4. Atibaia	Reserva do Jacu	Antônio Carlos Bobadilha
5. Atibaia	Sítio Solar da Montanha	Antônio Carlos dos Santos Canêlhas
6. Bertioga	Hercules Florence 1 e 2 e Hercules Florence 3, 4, 5 e 6	Companhia Fazenda Acaraú
7. Bertioga	Costa Blanca	Barna Ltda.
8. Bertioga	Ecofuturo	Suzano Papel e Celulose S.A.
9. Bragança Paulista	Parque das Nascentes e Parque dos Pássaros	Terras de Bragança Ltda.
10. Bragança Paulista	Fazenda Serrinha	Marcos Moreira Silveira
11. Cubatão	Carbocloro	Carbocloro S/A
12. Guarujá	Tijucopava e Marina do Conde	Armando Conde
13. Ibiúna	Fazenda Meandros, Fazenda Meandros II e III	Claudio Martins Ferreira
14. Ibiúna	Cruz Preta	Mineração Cruz Preta Ltda.
15. Itapevi	Sítio Ryan	Vicente Lentini Neto
16. Joanópolis	Sítio Sabiuna	Helmut Josef Gruber
17. Juquitiba	São Judas Tadeu	Clélia Maria Rossi
18. Mairiporã	Sítio Capuavinha	Eugênio Victor Follmann
19. Mairiporã	Paraíso	Márcia Regina Fonseca
20. Mogi das Cruzes	Botujuru – Serra de Itapety	SPLF Ltda.
21. Mogi das Cruzes	Reserva Mahayana e Reserva Hinayana	Heródoto Barbeiro
22. Nazaré Paulista	Sítio Caetê	Analice A. de Souza Nunes
23. Pedro de Toledo	Encantos da Juréia	Daniel Turi
24. Piracaia	Lafigueira Naturarte	Thomas Pierre Brieu
25. Santana de Parnaíba Pirapora do Bom Jesus	Voturuna, Voturuna II e Voturuna V	Tevere Empreendi/os e Construções S/A
26. Santa Isabel	Fazenda Rio dos Pilões	Rio Pilões Ltda.
27. São José dos Campos	Alto do Deco	Antônio Carlos de Carvalho Braga
28. São José dos Campos	Reserva dos Muriquis	Judith Lúcia Vieira Bose
29. São José dos Campos	Fazenda San Michele	Gregório Eduardo Franco Vito
30. São José dos Campos	O primata	Camila Attuy
31. São Paulo	Sítio Curucutu	Jayme Vita Roso
32. São Paulo	Mutinga	Gerbera Ltda. e Mutinga Ltda.

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019b); Fundação Florestal (2019b); São Paulo (SP) (2011a).

Quadro 6.30 - Lista das RPPNs e forma de contato.

RPPN	Forma de Contato	RPPN	Forma de Contato
Sítio Python	3	São Judas Tadeu	3
Ecoworld	1, 9	Sítio Capuavinha	3
Reserva do Dadinho	9	Paraíso	3
Reserva do Jacu	4	Botujuru - Serra de Itapety	9
Sítio Solar da Montanha	3, 5, 6	Reserva Mahayana / Reserva Hinayana	3
Costa Blanca	7	Sítio Caetê	5
Hercules Florence 1 e 2, 3, 4, 5 e 6	7	Encantos da Juréia	2, 3
Ecofuturo	9	Lafigueira Naturarte	3
Parque das Nascentes/ Parque dos Pássaros	4, 7	Fazenda Rio dos Pilões	1
Fazenda Serrinha	2, 3	Voturuna , II e V	2, 3
Carbocloro	2	Alto do Deco	8
Tijucopava e Marina do Conde	7	Reserva dos Muriquis	7
Fazenda Meandros, Fazenda Meandros II e III	2	Fazenda San Michele	1
Cruz Preta	7	O primata	9
Sítio Ryan	1	Sítio Curucutu	3
Sítio Sabiuna	3	Mutinga	8

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Nesse quadro, cada um dos itens foi computado, não importando por quantas maneiras o contato do proprietário foi encontrado, buscando mostrar todas as formas levantadas para se chegar até os proprietários das reservas. O mecanismo mais eficiente de busca de contatos mostrou-se ser o que está no item “3” - páginas do *Facebook* do autor “RPPNs Brasil” e “RPPN Brasil”, com 12 contatos feitos por essa iniciativa, seguido pelo item “7” - busca pelo nome das empresas via CNPJ – com 6 contatos, a metade dos contatos encontrados pelo mecanismos anterior e depois vem o item “2” - busca de *sites* próprios e o item “9” - indicação por contatos pessoais, com 5 contatos cada um (gráfico 6.2).

Gráfico 6.2 - Formas de contatos para encontrar os proprietários das RPPNs.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

As entidades ligadas às RPPNs, tanto órgãos públicos como associações, não foram as mais eficientes para se encontrar proprietários com facilidade, como era a expectativa criada pelo autor no início da pesquisa. Pensou-se, naquele momento, no poder que essas instituições teriam para agregar, trocar informações e estabelecer intercâmbios. Outro aprendizado dessa etapa foi a clara necessidade de diversificar as ações de busca, já que boa parte dos resultados se mostraram espalhados em diferentes iniciativas de busca de contatos, que se mostraram bastante trabalhosas e demoradas para todo o universo desejado. A iniciativa de criar a página “*RPPNs Brasil*” em 2011 para juntar proprietários, técnicos e outros interessados no assunto se mostrou a ferramenta mais eficiente para contatar os proprietários, que demonstraram que usam as redes sociais para tratar de assuntos ligados as suas reservas sob proteção privada. Foi onde através dessa página que foi encontrada a maioria dos proprietários das reservas e também o fotógrafo Silvestre Silva, que facilitou o contato com esses outros proprietários.

Com esses números levantados para todas as RPPNs, surgiu uma nova pergunta. Qual teria sido o melhor método de busca dos contatos em RPPNs de PJ e de PF? Haveria alguma diferença (gráfico 6.3)?

Gráfico 6.3 - RPPNs - Formas encontrar proprietários PJ.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Com a leitura do gráfico 6.3, podemos perceber que, para a RPPNs de PJ, a melhor forma encontrada para se chegar aos contatos foi a busca pelo nome das empresas via CNPJ

em *sites* que mostram esses dados das empresas e apresentam contato por telefone e *e-mail* para que depois se siga a busca até se chegar ao proprietário, ou pelo menos ao gestor da área. Essa estratégia foi seguida pelas indicações, que se deram, no caso das reservas de pessoas jurídicas, por técnicos que prestaram serviços para os proprietários das RPPNs corporativas e por uma ONG. .

Gráfico 6.4 - RPPNs – Como proprietários PF foram encontrados.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Para as RPPNs de pessoa física, o quadro foi bastante diferente, indicando que a página criada no *Facebook* e que se utilizou dessa rede social para encontrar os proprietários das reservas foi de fato a melhor forma de contatar esses “*RPPNistas*”, mostrando a importância dessa rede social para esse grupo também reforçar suas relações e trocar experiências. A busca de contatos deve deixar o pesquisador bastante alerta, refletindo em como possa encontrar caminhos para achar suas fontes, como faz o jornalista, tentando usar de todos os artifícios possíveis para, como no caso desta pesquisa, chegar à meta de encontrar todos os integrantes do seu campo de estudo (gráfico 6.4).

Uma busca será relatada para indicar um pouco do que poderia ser a perseverança em pensar alternativas para se chegar ao objetivo. Estava bastante difícil de encontrar uma das proprietárias. Todas essas formas de tentativa de contato apresentadas foram esgotada. Então, apareceu uma “*pista*”, na verdade, uma separata científica cujo nome era o mesmo de uma proprietária de RPPN. Neste trabalho constava seu e-mail e a mesma foi contata e confirmou ser a mesma pessoa da publicação.

O universo inicial da amostra foi de 40 RPPNs na área de estudo, como já foi colocado e esse foi reduzido devido a vários motivos diferentes: **1) RPPNs de mesmo proprietário; 2) RPPNs de mesmo proprietário de empresas diferentes**, que já foram

colocados, mas dos 32 proprietários de RPPNs que formaram a lista para serem contatados, houve outras situações que reduziram mais o universo de entrevistados. Uma dessas situações foi apontada, então, como terceira causa: **3) encontrado contatos, mas proprietário não achado.** São aqueles proprietários, dos quais foram obtidos os contatos (achados e/ou fornecidos), mas os mesmos não foram encontrados. Esse foi o caso da RPPN Ecoworld, de Atibaia, SP da empresa Director's Ltda. Todos os telefones dessa empresa davam como inexistentes e os *e-mails* voltavam. Em nova busca na internet pela situação da CNPJ, constou-se que a situação cadastral desse empreendimento aparece como “inativa”, significando que a empresa proprietária da área não mais existia. Assim, de 32 passou-se a 31 entrevistados potenciais.

Como complemento apenas, depois de encerrada a etapa de entrevistas, com todos os gráficos resultantes da compilação dos questionários prontos, portanto, em um momento bastante difícil para se dar entrada em mais um dado, a filha do proprietário da área foi encontrada e contatada, mas a RPPN não figurou nesta amostragem (quadro 6.31).

Quadro 6.31 - RPPN de proprietário não encontrado.

Município	RPPN	Proprietário
Atibaia	Ecoworld	Director's Ltda.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

O outro motivo para a não participação do proprietário das entrevistas configurou-se na quarta causa: **4) o proprietário declinou de participar.** Foram quatro casos em que isso aconteceu. O responsável João Alberto Tiossi pela RPPN Costa Blanca, de Bertioxa, SP da Barma Empreendimentos e Participações Ltda., empresa do setor imobiliário, foi o mais rápida nessa decisão já no primeiro e único telefonema dado à empresa, em fevereiro de 2019. Outro proprietário contatado por telefone foi Antônio Carlos dos Santos Canêlhas, um dos quatro proprietários da RPPN Sítio Solar da Montanha, de Atibaia, SP. Nesse contato, feito em 29 de abril de 2019, houve a manifestação de lamento por não poderem contribuir com a pesquisa naquele momento. E, desse modo, o mesmo declinou de participar da entrevista.. A área também pertence a Marilena Ferreira Canêlhas, Clóvis Luiz Zucchetti e Maria da Glória Zucchetti, todos idosos.

Os responsáveis da RPPN O primata, de São José dos Campos, SP, criada por Walter Serigato Costa, falecido, também não puderam responder ao questionário. Camila Attuy, um dos filhos herdeiros, mostrou disposição em colaborar com a pesquisa, pediu os questionários, mas, em 21 de março de 2019, afirmou não poder dar sua contribuição, pois fora o pai o criador da RPPN e, em se tratando das motivações para a criação da reserva e outras

informações correlatas ela, não se sentiu à vontade dar declarar a respeito e declinou da participação. A propriedade estava colocada à venda.

A última nesse grupo foram as RPPNs Voturuna I, II e V, de Pirapora do Bom Jesus e de Santana de Parnaíba, SP, de propriedade da Tevere Empreendimentos e Construções S/A, empresa pertencente ao grupo Bom Brill S/A (BOMBRIL, 2005). José Cristino da Costa, engenheiro civil, gestor do Condomínio Ecoville onde ficam as três RPPNs foi contatado por *Whatsapp* (2020) e uma reunião foi marcada para 23 de fevereiro de 2019 no local. Foi levado pelo autor toda a apresentação da pesquisa: a) carta de apresentação da Universidade; b) carta da Profa. orientadora do Doutorado atestando a pesquisa e o programa a qual pertencia com papel timbrado; c) carta do pesquisador com a solicitação de participação na entrevista, com os objetivos da mesma; d) adiantamento dos formulários de entrevistas sobre as perguntas a serem feitas; e) termo de anuência de entrevista, que foi deixado no local para encaminhamento aos proprietários. Em 06 de março de 2019 foi recebida a negativa de participação: *“De acordo com decisão da diretoria da empresa não foi autorizada a avaliação das RPPNs de sua propriedade.”*

Assim, do universo potencial de entrevistados de 31 proprietários, por este motivo do item “4, mais 4 deles foram removidos da listagem, passando ao total de 27 proprietários (quadro 6.33).

Quadro 6.33 - RPPNs que declinaram da participação.

Município	RPPN	Proprietário
1. Atibaia	Sítio Solar da Montanha	Antônio Carlos dos Santos Canêlhas
2. Bertioga	Costa Blanca	Barma Ltda.
3. Pirapora do Bom Jesus /Santana de Parnaíba	Voturuna, Voturuna II e Voturuna V	Tevere Empreendimentos e Construções S/A
4. São José dos Campos	O Primata	Camila Attuy

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

6.10. Escolha entre proprietário e gestor.

Para a finalidade dessa pesquisa, em alguns casos, foi considerada a participação do gestor e não do proprietário por não ser possível o contato com o mesmo. Assim, foi eleito um “porta voz”, responsável pelas informações sobre a RPPN. Foi usada essa alternativa para os casos da RPPNs registradas em nome de pessoa jurídica. Foram os casos das RPPNs Ecofuturo, Botujuru-Itapety, Carbocloro, Tijucopava e Marina do Conde, Mutinga, Parque das Nascentes e dos Pássaros – 6 áreas no total. Apesar de serem registradas em nome de pessoa jurídica, as reservas Hercules Florence 1 e 2 e Hercules Florence 3, 4, 5 e 6, Fazenda Rio dos Pilões e Cruz Preta – 3 áreas no total, tiveram os seus proprietários diretamente entrevistados. No caso dos falecimentos já tratados anteriormente, os herdeiros foram

entrevistados. Na RPPN Fazenda Serrinha, apesar de PF, o filho do proprietário administra a área e deu a entrevista. A RPPN Sítio Ryan foi vendida, mas o novo proprietário se sentiu à vontade para responder os questionários e contribuir com as informações e fornecer os documentos solicitados. A RPPN Tijucopava, como tratado no capítulo 3, teve seu pedido de criação revertido em processo posterior à entrevista dada para a pesquisa. O autor decidiu mantê-la no grupo, pois a RPPN Marina do Conde também foi criada pelo mesmo proprietário e já estava contando com um depoimento pelas duas.

Depois de definida a lista do aceite foram então determinados os entrevistados. No caso de ser o próprio proprietário, seu nome foi mantido no quadro 6.33, no caso de ser gestor da RPPN ou outro informante encontrado, os nomes dos que seriam entrevistados foram alterados. A alteração foi feita, principalmente, quando os proprietários eram de PJ, esses nomes foram trocados pelo nome de seus representantes.

Quadro 6.33 - RPPNs participantes das entrevistas.

Município	RPPN	Proprietário
1. Araçariçuama	Sítio Python	Tibor George Béles
2. Atibaia	Reserva do Dadinho	Alessandra Espindola Barbosa de Moura
3. Atibaia	Reserva do Jacu	Antônio Carlos Bobadilha
4. Bertioga	Hercules Florence 1 e 2 e Hercules Florence 3, 4, 5 e 6	Sergio Ulhoa Levy
5. Bertioga	Ecofuturo	Paulo Groke
6. Bragança Paulista	Parque das Nascentes e Parque dos Pássaros	Ciro Antonio Dias
7. Bragança Paulista	Fazenda Serrinha	Marcos Moreira Silveira
8. Cubatão	Carbocloro	Luis Carlos Villar Gullin
9. Guarujá	Tijucopava e Marina do Conde	João Roberto Rodrigues
10. Ibiúna	Fazenda Meandros, Fazenda Meandros II e III	Claudio Martins Ferreira
11. Ibiúna	Cruz Preta	Eliana Conceição Cesar
12. Itapevi	Sítio Ryan	Vicente Lentini Neto
13. Joanópolis	Sítio Sabiuna	Helmut Josef Gruber
14. Juquitiba	São Judas Tadeu	Clélia Maria Rossi
15. Mairiporã	Sítio Capuavinha	Eugênio Victor Follmann
16. Mairiporã	Paraíso	Márcia Regina Fonseca
17. Mogi das Cruzes	Botujuru – Serra de Itapety	Raquel Coutinho de Souza
18. Mogi das Cruzes	Reserva Mahayana e Reserva Hinayana	Heródoto Barbeiro
19. Nazaré Paulista	Sítio Caetê	Analice A. de Souza Nunes
20. Pedro de Toledo	Encantos da Juréia	Daniel Turi
21. Piracaia	Lafigueira Naturarte	Thomas Pierre Brieu
22. Santa Isabel	Fazenda Rio dos Pilões	Silvano Raia
23. São José dos Campos	Alto do Deco	Antônio Carlos de Carvalho Braga
24. São José dos Campos	Reserva dos Muriquis	Judith Lúcia Vieira Bose
25. São José dos Campos	Fazenda San Michele	Gregório Eduardo Franco Vino
26. São Paulo	Sítio Curucutu	Jayme Vita Roso
27. São Paulo	Mutinga	Josina de Souza

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Com a lista fechada dos entrevistados participantes por cada uma das áreas, iniciou-se o processo de agendamento das entrevistas conforme a disponibilidade de dia, hora e local sugeridos pelos proprietários.

Quadro 6.34 - Entrevistados em ordem de data constando a data das entrevistas, a condição do entrevistado (proprietário ou gestor) e como a entrevista foi realizada.

RPPN	Município	Entrevistado	Data ¹¹³	Condição		Local ¹¹⁴			
				p ¹¹⁵	g	1	2	3	4
1. Fazenda San Michele	São J. dos Campos	Gregório Eduardo Franco Vino	22/02/2019	*	-	-	-	*	-
2. Sítio Sabiuna	Joanópolis	Helmut Josef Gruber ¹¹⁶	23/02/2019	*	-	*	-	-	-
3. Encantos da Juréia	Pedro de Toledo	Daniel Turi	23/02/2019	*	-	-	*	-	-
4. Sítio Capuavinha	Mairiporã	Eugênio Victor Follmann	24/02/2019	*	-	-	*	-	-
5. Paraíso	Mairiporã	Márcia Regina Fonseca	24/02/2019	*	-	-	*	-	-
6. Sítio Curucutu	São Paulo	Jayne Vita Roso	25/02/2019	*	-	-	*	*	*
7. Parque das Nascentes e dos Pássaros ¹¹⁷	Bragança Paulista	Ciro Antônio Dias ¹¹⁸	25/02/2019	-	*	-	-	*	-
8. Fazenda Meandros ¹¹⁹	Ibiúna	Claudio Martins Ferreira	25/02/2019	*	-	-	-	*	-
9. Alto do Deco	São J. dos Campos	Antônio Carlos de C. Braga	25/02/2019	*	-	-	-	*	-
10. Reserva do Jacu	Atibaia	Antônio Carlos Bobadilha	26/02/2019	*	-	-	*	-	-
11. Reserva Mahayana e Hinayana ¹²⁰	Mogi das Cruzes	Heródoto Barbeiro	26/02/2019	*	-	-	*	-	-
12. Reserva do Dadinho	Atibaia	Alessandra Espindola Barbosa de Moura ¹²¹	27/02/2019	*	-	*	-	-	-
13. Lafigueira Naturarte	Piracaia	Thomas Pierre Brieu	27/02/2019	*	-	-	*	-	-
14. Reserva dos Muriquis	São J. dos Campos	Judith Lúcia Vieira Bose	28/02/2019	*	-	-	-	*	-
15. Fazenda Serrinha	Bragança Paulista	Marcelo Moreira Silveira ¹²²	28/02/2019	-	*	-	*	-	-
16. Ecofuturo	Bertioga	Paulo Groke ¹²³	28/02/2019	-	*	-	*	-	-
17. Botujuru - Serra de Itapety	Mogi das Cruzes	Raquel Coutinho de Souza ¹²⁴	28/02/2019	-	*	-	*	-	-
18. Sítio Pithon	Araçariguama	Tibor George Béles	01/03/2019	*	-	-	*	-	-
19. São Judas Tadeu	Juquitiba	Clélia Maria Rossi	01/03/2019	*	-	-	-	*	-
20. Tijucopava e Marina do Conde ¹²⁵	Guarujá	João Roberto Rodrigues	07/03/2019	-	*	-	*	-	-
21. Mutinga	São Paulo	Josina de Souza	11/03/2019	-	*	*	-	-	-
22. Hercules Florence ¹²⁶	Bertioga	Sérgio Levy ¹²⁷	11/03/2019	*	-	-	*	-	-
23. Fazenda Rio dos Pilões	Santa Isabel	Ciro Scopel ¹²⁸ , Silvano Raia ¹²⁹	12/03/2019 23/03/2019	*	*	-	*	-	-
24. Sítio Caetê	Nazaré Paulista	Analice A. de Souza Nunes	13/03/2019	*	-	-	*	-	-
25. Sítio Ryan	Itapevi	Vicente Lentini Neto	02/04/2019	*	-	-	*	-	-
26. Cruz Preta	Ibiúna	Eliana Conceição Cesar ¹³⁰	07/04/2019	*	-	-	-	-	*
27. Carbocloro	Cubatão	Luís Carlos Villar Gullin ¹³¹	10/04/2019	-	*	-	-	-	*

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Nessa pesquisa a tomada de respostas dos questionários teve quatro diferentes formas de como foram obtidas:

¹¹³ Data da entrevista.

¹¹⁴ 1) entrevista direta e *in loco* (na RPPN) com proprietário; 2) entrevista direta, mas em local escolhido pelo proprietário; 3) entrevista por telefone; 4) resposta dos questionários por e-mail.

¹¹⁵ Proprietário(a).

¹¹⁶ A esposa do proprietário, Ieda Coppini, também participou da entrevista.

¹¹⁷ As RPPNs Parque das Nascentes e Parque dos Pássaros, que se localizam dentro do Condomínio Quinta da Baroneza que pertencem ao mesmo proprietário.

¹¹⁸ Supervisor de meio ambiente do condomínio Sociedade Residencial Quinta da Baroneza.

¹¹⁹ RPPNs Fazenda Meandros, Fazenda Meandros II e Fazenda Meandros III que pertencem ao mesmo proprietário.

¹²⁰ As RPPNs Reserva Mahayana e Hinayana pertencem ao mesmo proprietário.

¹²¹ A RPPN tem mais duas proprietárias, Lygia Espindola de Moura e Adriana Espindola Barbosa de Moura que não participaram da entrevista.

¹²² Filho do proprietário.

¹²³ Diretor de sustentabilidade da RPPN Ecofuturo.

¹²⁴ Representante do Instituto Ecofuturo.

¹²⁵ As RPPNs Tijucopava e Marina do Conde pertencem a duas empresas diferentes mas que no momento da entrevista pertenciam ao mesmo dono, Armando Conde.

¹²⁶ As RPPNs Hercules Florence 1 e 2 e Hercules Florence 3, 4, 5 e 6 pertencem ao mesmo proprietário.

¹²⁷ Proprietário da Fazenda Acará.

¹²⁸ Incorporador do loteamento Reserva Ibirapitanga onde se localiza a RPPN Rio dos Pilões.

¹²⁹ Proprietário da Fazenda Rio dos Pilões.

¹³⁰ Proprietária da Empresa de Mineração Cruz Preta Ltda.

¹³¹ Líder Controle Ambiental na Unipar Carbocloro S.A.

- 1) entrevista direta e *in loco* (na RPPN) com o proprietário;
- 2) entrevista direta, mas em local escolhido pelo proprietário;
- 3) entrevista por telefone, *Skype* ou *Whatsapp*;
- 4) resposta dos questionários por *e-mail*.

No quadro 6.34, essas formas de entrevista estão listadas à direita. Mais à esquerda dessas colunas está a informação de “condição” para controlar o papel do entrevistado e foi usado “p” para proprietário e “g” para as outras condições. A tabela foi montada na ordem cronológica das entrevistadas.

Quadro 6.35 - Percentual das formas como foram executadas as entrevistas ou recolhidas as informações.

RPPN	Local ¹³²			
	1	2	3	4
Sítio Python		1		
Reserva do Dadinho	1			
Reserva do Jacu		1		
Hercules Florence		1		
Ecofuturo		1		
Parque das Nascentes/Pássaros			1	
Fazenda Serrinha		1		
Carbocloro				1
Tijucopava / Marina do Conde		1		
Fazenda Meandros			1	
Cruz Preta				1
Sítio Ryan		1		
Sítio Sabiuna		1		
São Judas Tadeu			1	
Sítio Capuavinha		1		
Paraíso		1		
Botujuru - Serra de Itapety		1		
Reserva Mahayana / Hinayana		1		
Sítio Caetê		1		
Encantos da Juréia		1		
Lafigueira Naturarte		1		
Fazenda Rio dos Pilões		1		
Alto do Deco			1	
Reserva dos Muriquis			1	
Fazenda San Michele			1	
Sítio Curucutu		1		
Mutinga	1			
Total	2	17	6	2
Percentual	7,5%	63%	22%	7,5%

Fonte: elaborado pelo autor (2019¹³³).

Para organizar os dados e tornar mais evidente esse conteúdo foi organizado no quadro 6.35, que apresenta os locais onde essas entrevistas foram realizadas, quantificando cada um deles e calculando um percentual do que cada um representou. Havia uma expectativa e preferência do autor em executar as entrevistas pessoalmente com os proprietários e, se possível, fazer todas *in loco*, nas próprias RPPNs, mas por não ter havido

¹³² 1) entrevista direta e *in loco* (na RPPN) com proprietário; 2) entrevista direta mas em local escolhido pelo proprietário; 3) entrevista por telefone; 4) resposta dos questionários por e-mail.

¹³³ Não foram entrevistadas os proprietários das RPPNs Voturuna, Sítio Solar da Montanha, EcoWorld, O primata e Costa Blanca.

nenhum apoio financeiro para a pesquisa¹³⁴, a estratégia teve que ser repensada e adaptada ao que poderia ser executado com essas limitações e com menos horários disponíveis¹³⁵ (gráfico 6.5).

Gráfico 6.5 - Onde as entrevistas foram realizadas.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Segundo as informações colhidas nas entrevistas, o perfil desse “RPPNista” da RBCV-SP parece indicar uma particularidade, a de não residirem em suas propriedades. Muitos, segundo informaram, residem na capital do Estado e/ou trabalham nela. A maioria dos locais escolhidos por eles para as entrevistas foi em locais na cidade de São Paulo (quadro 6.36). Do total de entrevistados, aproximadamente 50% deu suas entrevistas fora da cidade da RPPN. Muitos têm residência em outra cidade ou trabalham fora do município, não residindo na RPPN (ICMBIO (2019b); FUNDAÇÃO FLORESTAL (2019b); SÃO PAULO (SP) (2011a). .

O quadro 6.36 apresenta os dados sobre quem reside ou não RPPN. Cerca de 2/3 não moram na RPPN em muitos desses que residem na capital paulista. Cerca de 40%, tem suas áreas em municípios com até 160 Km de distância (São Paulo – Pedro de Toledo) da capital, tendo a reserva como segunda residência, caso comum do paulistano, ter uma casa de veraneio. Há casos, mesmo entre os que residem hoje na RPPN, de não serem da região e passarem a morar nela após a aquisição da área mais recentemente.

¹³⁴ O autor não teve seu projeto de pesquisa aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo (FAPESP), tal recusa foi feita através de um parecer emitido sem informar os motivos específicos do projeto não ser pleiteado, impossibilitando contestação de qualquer parecerista. O recurso PROEX para custeio de transporte foi aprovado, mas não pode ser gasto, pois as condições impostas para o gasto da verba não serviam a este projeto: 1) o autor não poderia usar carro próprio e ser reembolsado na gasolina; 2) não poderia ser usado carro do Programa (PROCAM) com uso da verba para combustível, pois o auto não tem vínculo institucional; 3) a alternativa de usar transporte coletivo cidade-cidade mais taxi local para chegar a RPPN, tanto quanto taxi direto de São Paulo aos locais tornou-se inviável, pois o valor liberado pagava muito pouco essas saídas e o tempo perdido na logística com relação ao carro própria seria muita grande. Dessa modo, o recurso foi devolvido.

¹³⁵ O autor seguiu exercendo atividades profissionais durante a semana em horário comercial durante todo o percurso da pesquisa.

Quadro 6.36 - Proprietários que residem ou não em suas RPPNs.

RPPNs	Reside na RPPN	Não reside na RPPN
1. Sítio Pithon		1
2. Reserva do Dadinho	1	
3. Reserva do Jacu		1
4. Hercules Florence		1
5. Ecofuturo		1
6. Parque das Nascentes/Pássaros	1	
7. Fazenda Serrinha	1	
8. Carbocloro		1
9. Tijucopava / Marina do Conde		1
10. Fazenda Meandros	1	
11. Cruz Preta		1
12. Sítio Ryan		1
13. Sítio Sabiuna		1
14. São Judas Tadeu		1
15. Sítio Capuavinha	1	
16. Paraíso		1
17. Botujuru - Serra de Itapety		1
18. Reserva Mahayana / Hinayana		1
19. Sítio Caetê	1	
20. Encantos da Juréia		1
21. Lafigueira Naturarte	1	
22. Fazenda Rio dos Pilões		1
23. Alto do Deco		1
24. Reserva dos Muriquis		1
25. Fazenda San Michele	1	
26. Sítio Curucutu		1
27. Mutinga	1	
Totais	9	18

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Claro que não se podem tirar nada conclusivo com essas informações, mas o aprofundamento nessas questões de local de moradia, de tempo de permanência na propriedade poderia elucidar melhor a relação do “RPPNista” com os locais onde adquiriram suas áreas e seu envolvimento comunitário local e com as questões ligadas à conservação da biodiversidade. Para o desenvolvimento desse tema, seria necessário levantar de forma mais aprofundada as relações pertencimento desses proprietários com sua terra, se esses proprietários são ou não “gringos” no contexto local, com relações a serem de origem diferente dos habitantes locais, para poder entender melhor os desdobramentos nas atitudes que envolvem ações comunitárias e conservação. Outra questão a ser analisada seria se eles tem o local para consumo próprio do “quintal verde” ou tornam-no um local, de forma mais ampla, parte integrante e mais ativa na conservação dos biomas.

Cabe ressaltar ainda que do universo da amostra, cinco proprietários que criaram as RPPNs na RBCV-SP são de outra nacionalidade, cerca de 10% do grupo. Dos 27 entrevistados, 9 são de PJ e 19 de PF.

O mapa 6.5 apresenta a localização das reservas de proprietários participantes das entrevistas.

Mapa 6.5 - RPPNS da RBCV-SP participantes do estudo¹³⁶.

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019b); Fundação Florestal (2019b); São Paulo (SP) (2011a).

¹³⁶ A localização aproximada foi estimada a partir das poligonais obtidas.

6.11. Perfil dos entrevistados.

Se a criação de áreas protegidas privadas é um ato voluntário, que fatores motivam os proprietários de terras a fazê-la? Esses são geralmente mais complexos do que possam parecer, e provavelmente poucas reservas privadas devem sua origem a um único motivo. O lucro - especialmente relacionado ao turismo - é citado frequentemente, considerando um panorama das reservas privadas mundiais, mas a principal motivação de um determinado proprietário para a criação de sua reserva pode ser a que menos se poderia imaginar (MITCHELL, 2007).

A aplicação da análise de conteúdos de Bardin (1977), como já foi visto na metodologia, está organizada em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, antes da aplicação dos três formulários de entrevista, os mesmos foram aplicados em um grupo controle de três pessoas, proprietárias de terra, mas não “*RPPNistas*” como teste da preparação e de procedimentos de aplicação, da ordem e da condução das entrevistas e os tempos das entrevistas foram cronometrados levando em conta o cansaço dos entrevistados em responder todas as perguntas, o tempo disponível dos entrevistados para se empenharem em se constituir em uma tarefa que voluntariamente os mesmos estavam se dispondo a fazer, e que o momento agradável de coleta dos depoimentos deles fosse agradável. Depois, com esses entrevistados piloto também foram feitas perguntas em busca de sugestões para a melhoria dos procedimentos, o que poderia ser revisado, como se sentiram, se acharam o tempo excessivo, dentre outras questões que foram consideradas, registradas em diário de campo e gravação e serviram para a reformulação dos formulários de perguntas para se ter a sua versão definitiva. cujos dados serão apresentados a seguir.

Depois de coletadas todas as informações junto aos proprietários das reservas elas passaram para uma etapa de organização, preparação e edição de todo o material para depois se fazer o tratamento dos dados. As respostas do “Formulário 3 - Informações sobre o proprietário” (duas páginas por entrevistado contendo 34 perguntas) dos 27 entrevistados foram, então, digitadas no *software Word* (2010) da *Microsoft*. Foi criada uma pasta e todos os arquivos gerados nessa tarefa foram arquivados nela com uma particular forma de organização. Os arquivos foram criados por perguntas e não por entrevistados, ou seja, no arquivo “pergunta 1” continham todas as respostas dos 27 entrevistados. O mesmo foi feito gerando o arquivo “pergunta 2” com as respostas dos 27 entrevistados e assim por diante até a última pergunta. A finalidade dessa forma de organização foi depois introduzir o coletivo de

respostas a cada pergunta para gerar gráficos de nuvens de palavras e gráficos de estatísticas. Foram usadas as ferramentas online *Wordart* (2019)¹³⁷ para gerar os gráficos de nuvens de palavras e para os estatísticos *software Excel* (2010) da *Microsoft*. Nem todas as perguntas feitas já que a maioria das perguntas desse formulário teve o objetivo de traçar um perfil pessoal de cada entrevistado com informações que pudessem colaborar na interpretação final dos dados, trazendo mais subsídios para isso do que somente o que fosse coletado no formulário principal “Motivações para a tomada de decisão”, no qual está o núcleo principal de respostas para a pesquisa.

A análise dos dados envolve parâmetros objetivos e subjetivos, abstratos na análise de conteúdos. Assim, com a organização do material que será apresentada a seguir para os diferentes formulários aplicados, virá a exploração do material através desses gráficos apresentados nos quais informações de âmbito mais quantitativo – dados estatísticos – serão apresentadas juntos aos dados qualitativos, coletados nas entrevistas. A análise de predominância de palavras nos textos digitados das entrevistas vão dialogar para que se possa evidenciar para onde apontam as reais motivações e razões da criação das RPPNs no contexto da RBCV-SP. Espera-se que esse método possibilite interpretações inferenciais na análise reflexiva e crítica somadas a abstração da utilização de elementos intuitivos.

A maneira como as respostas foram reagrupadas, e criando categorias e aproveitando-se das respostas da mesma pergunta feita a vários entrevistados auxiliou na análise dos dados. As perguntas feitas aos entrevistados seguiram critérios previamente definidos no cuidado e na elaboração dos formulários, na ordem das perguntas, na classe de perguntas, no momento de aplicação de cada questionário durante as entrevistas. Desse modo, criou-se suposições de como a entrevista se constrói, ampliando a sintonia e cumplicidade com o entrevistador no momento das respostas. Claro, deve ser considerado que diversos fatores interferem nas condições ideais para esse ambiente e também ser levado em conta a forma diferente como cada entrevista pode ser executada. Tudo isso e isto também será examinado no momento de análise crítica e reflexiva posterior, ao se observar os dados agrupados por várias e várias vezes para se tentar entender, finalmente, o que esse dados apontam e o que pode, por fim, ser evidenciado por eles e o que pode estar também nas entrelinhas dos discursos e em suas contradições.

A ordem de apresentação dos resultados dos dados agrupados dos questionários/formulários não seguirá a ordem da aplicação dos mesmos juntos aos

¹³⁷ A ferramenta pode ser encontrada para uso online no site <https://wordart.com/create>.

entrevistados e nem a ordem das respostas dadas necessariamente, principalmente no questionário que levantou informações sobre os proprietários. Desse modo, a apresentação dos resultados dos dados agrupados seguirá a seguinte ordem:

- 1) resultados do formulário “Informações sobre o proprietário”;
 - a) escolaridade/formação;
 - b) sobre o meio ambiente;
- 2) resultados do formulário “Perguntas abertas”;
 - a) relação dos proprietários com as RPPNs.
- 3) resultados do formulário “Motivações para a tomada de decisão”.

Esses dados agrupados não serão apresentados na ordem em que as perguntas foram feitas na entrevista, mas, depois da avaliação sobre os três questionários, a exposição dos dados vai seguir a mesma forma como estão sendo apresentadas as informações sobre as RPPNs da RBCV-SP, partindo de um panorama geral para suas particularidades. Dessa maneira então será exposto na pesquisa o perfil dos entrevistados, que foi levantado individualmente através de cada questionário aplicado a cada um deles. Em seguida, serão apresentados os dados com outra finalidade, a de mostrar o que os dados agrupados para os 27 entrevistados sugerem primeiramente e como esses dados poderiam servir de auxílio para se entender as respostas sobre as motivações para a criação das reservas. Exagerando em uma analogia caricata seria como ter obtido no levantamento do perfil uma resposta de um entrevistado sobre escolaridade e o mesmo se declarar analfabeto e ao ser perguntado de como soube da lei sobre as RPPN e pensou em criar a sua reserva a resposta fosse “lendo um artigo em uma revista”.

Desse modo, foi adiantado um pouco do que seria a fase de análise, apenas para pedir um olhar atento na apresentação dos resultados, pois, para o autor algumas respostas dos proprietários sobre a proposta de ter um panorama sobre seu conhecimento ambiental e de “natureza” parece um pouco incompatível com o universo de respostas sobre as motivações. Mas, isso, claro, será devidamente apresentado na discussão dos resultados com maior profundidade. Segue-se, então, a apresentação dos resultados da aplicação dos três formulários aos proprietários das reservas ambientais do campo de estudo desta pesquisa:

- 1) resultados do formulário “Informações sobre o proprietário”;

Conforme já foi mencionado, as respostas desse questionário de perguntas abertas “Informações sobre o proprietário” (duas páginas por entrevistado contendo 34 perguntas) dos 27 entrevistados foram digitadas no *software Word* (2010). Os arquivos criados foram

organizados pela escolha por perguntas e não por entrevistados, ou seja, no arquivo “pergunta 1” continham todas as primeiras respostas a essa pergunta dada pelos 27 entrevistados. O mesmo foi feito gerando o arquivo “pergunta 2” com a respostas a essa pergunta dada pelos 27 entrevistados e assim por diante até o “pergunta 34”. A finalidade dessa forma de organização foi agrupar o coletivo de respostas a cada pergunta para gerar gráficos de nuvens de palavras e estatísticos para assim se chegar a um perfil do grupo de entrevistados proprietários das RPPNs da RBCV-SP. Foi usada a ferramenta online *Wordart* (2019)¹³⁸ para a confecção de gráficos de nuvens de palavras, transportando os dados para a página da *internet*, que elaborou *online* os gráficos, os quais, então, foram salvos em capturas de telas¹³⁹. Já os dados a serem transformados em estatísticos foram transportados para o *software Excel*. As respostas nesses formulários foram preenchidas pelo entrevistador/autor, ao ouvi-las dos entrevistados. Seguem abaixo os dados agrupados desse formulário.

a) escolaridade/formação.

I) Áreas de Formação

Foi levantada a escolaridade dos entrevistados e os resultados estão no gráfico 6.6.

Gráfico 6.6 - Área de formação dos entrevistados.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

¹³⁸ A ferramenta encontra-se para uso online no site <https://wordart.com/create>.

¹³⁹ Foi usado adotando a captação de imagem pelo tecla *print screen* do teclado no computador, recurso do *software Windows*.

b) sobre o meio ambiente

Agora seguem abaixo as informações agrupadas dos questionários sobre esse tem significativas dentro do escopo dos objetivos desse estudo.

I) Palavras mais citadas. O primeiro dado agrupado para esse formulário “Informações sobre o proprietário” sobre o tema meio ambiente, apresentado a seguir, trata-se de uma verificação feita, juntando todas as respostas dos entrevistados a esse formulário em um arquivo só e colocando a representação através da forma gráfica de nuvens de palavras para evidenciar os vocábulos mais citados. Segue abaixo a representação gráfica das palavras mais citadas nesse texto coletivo composto (imagem 6.9).

Imagem 6.9 - Representação gráfica para as palavras mais citadas.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

II) Permanência. O segundo dado agrupado apresentado encontra-se na resposta das perguntas que estava no formulário como “6” e que buscou levantar informações sobre o tempo que o entrevistado já estava na região da RPPN. Segue abaixo a pergunta formulada e os resultados (gráfico 6.7).

Há quanto tempo está na região?

Gráfico 6.7 - Número de anos que os entrevistados estão nas regiões das RPPNs.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Os períodos entre 11-20 e 31-40 anos mostraram-se os mais frequentes entre os entrevistados, seguidos pelos períodos entre 41-50 e 51-60 anos.

A partir dos próximos gráficos que serão apresentados seguirão alguns dados sobre o conhecimento ambiental dos entrevistados.

III) Prática de sustentabilidade. O terceiro dado agrupado apresentado encontra-se nas respostas das perguntas que estavam no formulário como “1” e “2” que tinham como finalidade levantar informações sobre as práticas que o “RPPNistas” tem em sua residência quanto a aspectos ligados a práticas sustentáveis dos 7R’s (repensar, recusar, reduzir, reparar, reintegrar, reciclar, reutilizar) e o autor ainda sugeriria, recuperar. Segue abaixo a pergunta formulada e os resultados (gráfico 6.8).

Tem alguma prática de sustentabilidade em sua residência?

Gráfico 6.8 - Percentual de “RRPPnistas” que tem práticas dos 7R`s em suas residências.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

As práticas indicadas pelos entrevistados foram: água de reuso, aquecimento solar, bioconstrução, biodigestor, captação de água de chuva, compostagem, painel solar, pontos de coleta em curvas de nível, reciclagem, redução de consumo de luz, roda de água, telhado verde e tratamento de soro.

IV) Legislação Ambiental. O quarto dado agrupado apresentado encontra-se na resposta da pergunta que estava no formulário como “15” e buscou levantar informações sobre como os entrevistados declaram seu conhecimento e familiaridade com a legislação ambiental. Segue abaixo a pergunta formulada e os resultados (gráfico 6.9).

Como auto avaliaria seu conhecimento sobre legislação ambiental?

Gráfico 6.9 - Conhecimento dos “RPPNistas” sobre legislação ambiental.

(continua)

Grau de satisfação	nº
Muito insatisfatório	4
Pouco satisfatório	3
Mais ou menos	10
Satisfatório	5
Muito satisfatório	1

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Gráfico 6.9 - Conhecimento dos “RPPNistas” sobre legislação ambiental.
(conclusão)

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

V) Envolvimento com entidades. O quinto dado agrupado apresentado encontra-se na resposta da pergunta que estava no formulário como “26” e tinha a finalidade de levantar informações sobre a participação do entrevistado em alguma entidade ligada aos “RPPNistas” ou à conservação da biodiversidade ou em conselho de meio ambiente. Segue abaixo a pergunta formulada e os resultados (gráfico 6.10).

Participa de algum conselho ambiental ou entidade?

Gráfico 6.10 - Participação dos “RPPNistas” em conselho ou entidades.

Participação em conselho ou entidade	
Sim	10
Não	16

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

VI) Conhecimento da fauna local. O sexto dado agrupado apresentado encontra-se na resposta da pergunta que estava no formulário como “9” e que serviu para levantar informações sobre o conhecimento básico dos proprietário sobre a fauna local. Foi observado nas entrevistas a incapacidade de alguns proprietários de citar qualquer espécie encontrada na região e a declaração de alguns deles sobre não ter conhecimento do assunto. Então, os resultados dessa pergunta foram divididos em três apresentações de dados agrupados: a) se os entrevistados foram ou não capazes de citar alguns animais; b) o número de espécies que foram capazes de citar (o número pedido era em torno de 10) e c) quais foram as espécies mais citadas. Seguem abaixo os resultados.

a.) Capacidade ou não de citar alguns animais da fauna local (gráfico 6.11).

Gráfico 6.11 - Citação ou não pelos entrevistados de animais da fauna local.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

b) Número de espécies de fauna que os proprietários foram capazes de citar.

Como o número sugerido foi o de 10 espécies no formulário, os que citaram mais do que esse número foram agrupados no “10+”. Alguns parecem ter gostado dessa sugestão e usaram como exercício para ver quantas espécies viriam à lembrança no momento da entrevista (gráfico 6.12).

Gráfico 6.12 - Quantidade de espécies de fauna citadas pelos “RPPNistas”.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

c) As espécies mais citadas.

Para ser confeccionada a representação gráfica em nuvem de palavras para que fossem evidenciadas algumas informações, foi necessário um tratamento anterior desses dados antes de lança-los na confecção do gráfico. Foi necessário o agrupamento de alguns vocábulos para construir uma quantificação adequada. Por exemplo, alguns entrevistados escolheram citar “onça parda” e outros o mesmo animal pela denominação de origem indígena “suçuarana”, ou “sussuarana”. Alguns ainda citaram “puma”, que é um nome mais incomum de uso em território brasileiro para esta espécie. Foi escolhido nesse caso ficar com o vocábulo “sussuarana” (*Puma concolor*) e agrupar as respostas todas em torno dele. O mesmo ocorreu para “prego” e “macaco-prego” ficando com o segundo termo. Isso também foi válido para “esquilo”, “caxinguelê” e “serelepe” (*Sciurus aestuans*), ficando com o último; “gambá”, “gambá-de-orelha-preta”, “raposinha”, “sarüê” (*Didelphis marsupials*, *D.albiventris*, *D. Aurita*), ficando com o último; “mão-pelada”, “guaxinim” (*Procyon cancrivorus*), ficando com o segundo. Outro caso mais difícil de identificar pela resposta dos entrevistados mencionando nomes populares seria a qual espécie exatamente tratam por existirem pelo menos duas da região. Foram citados “veado” e “cervo”. A ocorrência de cervos propriamente ditos não é relatava para a região. Já veados existem mais de uma espécie nessa área (*Mazama*

VII) Conhecimento da flora local. O sétimo dado agrupado apresentado encontra-se na resposta à pergunta que estava no formulário como “11)” e serviu para levantar informações sobre o conhecimento básico dos proprietários entrevistados sobre a flora local. Como foi observado nas entrevistas a incapacidade de alguns proprietários de citar qualquer espécie e a declaração por parte de alguns deles de não ter conhecimento algum sobre o assunto, então os resultados dessa pergunta foram então divididos em três apresentações de dados agrupados: a) se os entrevistados foram ou não capazes de citar algumas plantas; b.) o número de espécies que foram capazes de citar (o número pedido era em torno de 10) e c) quais foram as espécies mais citadas. Seguem abaixo os resultados.

a.) Capacidade ou não de citar alguns plantas da fauna local (gráfico 6.12).

Gráfico 6.12 - Citação ou não pelos entrevistados de plantas da flora local.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

b) Número de espécies da flora que os proprietários foram capazes de citar.

Como o número sugerido foi 10 espécies, os que citaram mais do que esse número foram agrupados no “10+” (gráfico 6.13).

Gráfico 6.13 - Quantidade de espécies de flora citadas pelos “RPPNistas”.

Nº de espécies de flora citadas									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10+
3	1	2	4	1	4	3	1	2	4

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

c) As espécies mais citadas.

A imagem 6.11 traz a representação gráfica das plantas mais citadas pelos entrevistados.

Imagem 6.11 - Nomes de plantas mais citados pelos “RPPNistas” da RBCV-SP.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

2) resultados do formulário “Perguntas abertas”.

As respostas desse questionário de perguntas abertas denominado “Perguntas abertas” (duas páginas por entrevistado contendo oito perguntas) dos 27 entrevistados foram digitadas no *software Word* (2010). Foi colocado todo material dentro de um arquivo só. Foi, então, aplicada a ferramenta online *Wordart* (2019)¹⁴⁰ para a confecção de gráficos de nuvens de palavras, transportando os dados para a página da internet, elaborou online os gráficos, os quais foram salvos em capturas de telas nela (*print screen*).

Além disso, as respostas das perguntas foram digitadas em planilhas no *software Excel* com cada uma em uma aba separada, para que fossem transformados em gráficos estatísticos distintos.

A finalidade dessa forma de organização foi agrupar o coletivo de respostas a cada pergunta para gerar gráficos de nuvens de palavras e estatísticos para se criar um perfil do grupo de entrevistados proprietários das RPPNs da RBCV-SP. Seguem abaixo os dados agrupados desse formulário.

Esse formulário “Perguntas abertas” é sobre informações relativas às relações dos proprietários envolvendo: 1) o proprietário da RPPN com sua própria RPPN; 2) o proprietário da RPPN com outros proprietários de RPPNs; 3) o proprietário da RPPN com o poder público; 4) as do proprietário da RPPN com sua avaliação do cenário e perspectivas. A seguir será falado sobre cada um desses itens:

a) Relação do proprietários com as RPPNs.

I) Palavras mais citadas. O primeiro dado agrupado para o tema das diversas relações que os “RPPNistas” estão envolvidos foi baseado no coletivo de respostas dadas para que fosse organizado, quantificado e evidenciado os principais vocábulos utilizados pelo grupo de entrevistados para as suas respostas a este tema. As respostas nesses formulários foram preenchidas pelos mesmos com o mínimo de interferência para que a escrita fosse a mais espontânea possível refletindo o vocabulário de uso do entrevistado. A representação do vocabulário mais usado foi feita através da forma gráfica de nuvens de palavras. Foi necessário um tratamento anterior desses dados, antes de lança-los na confecção do gráfico.

Três foram os procedimentos aplicados: 1) filtro de palavras; 2) agrupamento de palavras compostas e 3) agrupamento por sentido.

1) Filtro de palavras.

¹⁴⁰ A ferramenta pode ser encontrada para uso online no site <https://wordart.com/create>.

Por se tratar de um formulário de respostas mais livres, diferente dos outros dois utilizados nas entrevistas, foi necessário aplicar um filtro na ferramenta utilizada (WORDART, 2019) para eliminar adjetivos, numerais, verbos, advérbios, preposições, conjunções, pronomes e artigos, ou seja, para selecionar apenas os substantivos importantes a esse agrupamento de vocábulo e se para construir uma quantificação adequada.

2) Agrupamento de palavras compostas.

Foi feito agrupamento de palavras por serem compostas, pois como ferramenta usa palavra a palavra em separado, foi importante proceder desse modo, fazendo esse agrupamento de palavras, já que a ferramenta é incapaz de reconhecer esses termos compostos. Assim, para que se tivesse “unidades de conservação” fazendo parte do gráfico foi necessário agrupar as palavras soltas “unidades” e “conservação” e também a quantidade que elas representavam. Por exemplo, “unidades” apareceu com 5 citações e “conservação” com 8 citações, totalizando a princípio 13 citações. Mas, como “conservação” pode ter sido citado se referindo a “conservação da natureza” “conservação do meio ambiente” ou “conservação da biodiversidade” foi necessário a todo o momento consultar o arquivo gerado no *software Word* (2010) para que se estabelecesse essas composições adequadamente, gerando a representação gráfica com a maior fidelidade às respostas possível. O mesmo ajuste foi feito para vocábulos como “área protegida”, “meio ambiente”, “reserva particular”, “mata atlântica”, “compensação ambiental”, “poder público”, “futuras gerações”, “exigência dos órgãos” e “plano de manejo”.

3) Agrupamento por sentido. Foi feito agrupamento de palavras e criada uma “classe” para agrupar expressões do mesmo sentido. Foi utilizado no gráfico a expressão “exigência dos órgãos” para agrupar “exigência dos órgãos públicos”, “exigência do poder público”, “exigência do Estados” por todas essas expressões trazerem o mesmo significado no contexto das perguntas. Segue abaixo a representação gráfica das palavras mais citadas nesse texto coletivo composto (imagem 6.12).

Imagem 6.13 - Representação gráfica dos critérios mais importantes para a escolha do batismo da RPPN.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

O terceiro dado agrupado refere-se às respostas da pergunta do formulário que estava numerada como “3” e desejava identificar se as motivações iniciais de criação da reserva haviam mudado no decorrer do tempo. Havia apenas as opções de respostas “sim” e “não”. Segue abaixo a pergunta formulada e os resultados expostos no gráfico 6.14.

3) Suas motivações e metas mudaram ao longo da história da sua RPPN?

Gráfico 6.14 - Apresentação do percentual de proprietários em que suas motivações iniciais mudaram e em quais não.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

declararam sentir foi otimista ou pessimista para a as RPPN. Segue abaixo a pergunta formulada e os resultados expostos no gráfico 6.15.

5) Suas perspectivas hoje são otimistas ou pessimistas para a sua RPPN?

Gráfico 6.15 - Sentimento sobre as perspectivas dos proprietários com relação a sua RPPN.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

O sexto dado agrupado com o propósito ainda de levantar questões a respeito das relações do proprietário da RPPN com sua própria RPPN começa apresentando o que se tratava s respostas à pergunta que estava no formulário como “6” para identificar as causas que tornam os proprietários das reservas mais otimistas ou pessimistas com relação às perspectivas que possuem para as suas RPPNs. Segue abaixo a pergunta formulada e os resultados (gráfico 6.16 e 6.17).

6) Por que suas perspectivas hoje são otimistas ou pessimistas para a sua RPPN?

Gráfico 6.16 - Causas apontadas pelos “RPPNistas” otimistas.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Gráfico 6.17 - Causas apontadas pelos “RPPNistas” pessimistas.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

III) Relações do proprietário da RPPN com outros proprietários de RPPNS.

O primeiro dado agrupado apresentado levando em conta as relações do proprietário da RPPN com outros proprietários de RPPNS encontra-se nas respostas à pergunta que estava no formulário como “1”, que foi feita para se saber dos entrevistados o que eles poderiam informar sobre os principais objetivos de criação de outras RPPNs, criadas por outros proprietários. Segue abaixo a pergunta formulada e os resultados.

1) No seu entendimento, quais foram os principais objetivos para que outros proprietários criassem suas RPPNs (imagem 6.15)?

Imagem 6.15 - Representação gráfica dos motivos apontados pelos entrevistados para que outros “RPPNistas” tenham criados suas reservas.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

O segundo dado agrupado foi feito a partir de informações que foram levantadas em outro formulário, o “informações sobre o proprietário” e baseou-se nas respostas à pergunta que aparece no questionário como pergunta “33” e que teve o propósito de levantar questões em relação a verificar se houve uma perspectiva mais atuante por parte dos entrevistados em difundir o conhecimento sobre as RPPNs na região e, desse modo, em atuar na disseminação dessa proposta de conservação da biodiversidade em área privada. Apesar desse dado ter sido levantado em outro questionário, faz mais sentido a apresentação de seus resultados junto a esse grupo. Dessa maneira, segue abaixo a pergunta feita e os resultados, expostos no gráfico 6.18.

33) Houve iniciativa sua em dialogar com eles sobre a criação da RPPN para convencê-los a aderir à proposta?

Gráfico 6.18 - Percentual de proprietários que manifestaram tomar iniciativa de procurar vizinhos para criarem RPPNs também e daqueles que não o fizeram.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

IV) Relações do proprietário da RPPN com o poder público

O dado agrupado apresentado sobre as relações do proprietário da RPPN com o poder público baseou-se nas respostas à pergunta que estava no formulário como “7” e tinha como objetivo saber dos entrevistados sobre o sentimento deles em relação as Políticas Públicas ligadas à criação de novas RPPNs. Segue abaixo a pergunta formulada e os resultados no expostos no gráfico 6.19.

7) Sua perspectiva hoje é otimista ou pessimista para a proposta de Política Pública Governamental de criação de novas RPPNs?

Gráfico 6.19 - Percentual de “RPPNistas” otimistas e pessimistas em relação às ações governamentais pró-RPPN.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

V.) Relações do proprietário da RPPN com sua avaliação do cenário e perspectivas.

O dado agrupado apresentado sobre as relações do proprietário da RPPN com sua avaliação do cenário e perspectivas encontra-se nas respostas à pergunta que estava no formulário como “8” e tinha como objetivo saber dos entrevistados quais causas eles apontam para as mudanças de cenários das Políticas Públicas salientando aspectos positivos e negativos dessas mudanças. Segue abaixo a pergunta formulada e os resultados expostos na imagem 6.16.

8) Por quê? Quais mudanças entende hoje como prós e contras?

Imagem 6.16 - Indicativos dos prós e contras declarados pelos “RPPNistas” sobre as políticas públicas.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A palavra destacada “existe lei” foi mencionada nas respostas de muitos proprietários, fator esses entendido como positivo no cenário das reservas privadas ou RPPNs. O fato de ter uma lei específica para a criação das RPPNs, que permite ao proprietário, é visto positivamente pelos proprietários das reservas.

3) Resultados do formulário “motivações para a tomada de decisão”.

Esse formulário “motivações para a tomada de decisão” foi desenvolvido em forma de tabela com aspectos distintos citados um abaixo do outro, mas organizado por grupos temáticos para agrupar respostas. São eles:

- 1 Conservação (proteção integral);
- 2 Conservação (uso sustentável);
- 3 Fatores econômicos (incentivos públicos);
- 4 Fatores econômicos (incentivos no 3º setor e privados);
- 5 Pessoais (intrínsecos);
- 6 Pessoais (extrínsecos);
- 7 Jurídicos;
8. Sagrado/Religioso;

9. Marketing Ambiental;

10. Outros Fatores.

Em busca de levantar todas as opções que fizeram parte da tomada de decisão e das razões de criação das RPPNs pelos proprietários foram elencadas várias questões em um total de 38 perguntas. Em cada uma delas foi pedido ao entrevistado que, dentro de uma escala graduada de 1 a 5, ele escolhesse apenas uma das opções em cada linha. A gradação seguia do menos relevante ao mais relevante, proposta da seguinte maneira 1) não é importante; 2) pouco importante; 3) um pouco importante; 4) muito importante e 5) extremamente importante. As questões foram preenchidas por todos na mesma ordem de cima para baixo. A escolha da ordem das perguntas não foi aleatória, mas uma escolha que foi reformulada várias vezes influenciada por diversos fatores - pela leitura de outros trabalhos, pela leitura de entrevistas, por reportagens televisivas e em vídeos do canal *Youtube*, todos tratando do tema das RPPNs, e, preferencialmente, com atenção a entrevistas de proprietários, pelas sugestões do grupo de entrevistados de prospecção, ao apresentar a colegas do programa de pós-graduação e professores das disciplinas e em conversas prévias com proprietários. As respostas nesses formulários foram preenchidas pelo entrevistador/autor perguntando aos entrevistados nas ocasiões ao vivo – alguns formulários, como já foi mencionado, seguiram por e-mail. Seguem abaixo os gráficos resultantes do questionário “motivações para a tomada de decisão”.

1. Conservação (proteção integral)

Nesse grupo de perguntas foram levantadas respostas para: a) preservar atributos cênicos / paisagem; b) colaborar para a proteção perpétua de um legado para as futuras gerações; c) preservar mananciais/recursos hídricos; d) preservar espécies nativas; e) preservar animais ameaçados, raros, endêmicos ou migratórios; f) estimular a pesquisa científica; g) promover a conservação da biodiversidade; h) colaborar para o aumento da quantidade de UCs (SNUC); i) colaborar na formação de corredores/mosaicos ecológicos; j) receber maior apoio público para melhorar a fiscalização e, assim, inibir a caça, o desmatamento, a queimada e a captura de animais e k) colaborar para evitar o aquecimento global.

No gráfico 6.20, a seguir, estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se preservar atributos cênicos / paisagem foi fator determinante para a criação a RPPN. Um pouco menos da metade dos entrevistados, apontou esse fator como sendo muito relevante, mas em contrapartida da somatória - indiferente + pouco

influenciou+ influenciou um pouco – totalizam 41% dos desses resultados espalhados. Desse modo, esse aspecto não parece ser um fator dos mais relevantes.

Gráfico 6.20 - Resultados das respostas sobre preservação de atributos cênicos / paisagem.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No gráfico 6.21 estão todas as respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se a possibilidade de colaborar para a proteção perpétua de um legado para as futuras gerações foi fator relevante para a decisão de criar a RPPN. A maioria – 89% - apontou esse aspecto como fator muito relevante.

Gráfico 6.21 - Resultados das respostas para proteção perpétua.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No gráfico 6.22 estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se preservar mananciais/recursos hídricos foi fator relevante para a decisão de criar a RPPN. A maioria – 78% - apontou o esse aspecto como fator muito relevante.

Gráfico 6.22 - Resultados das respostas para preservação de mananciais.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No gráfico 6.23 estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se preservar espécies nativas foi fator relevante para a decisão de criar a RPPN. A maioria – 78% - apontou esse aspecto como fator muito relevante.

Gráfico 6.23 - Resultados das respostas para preservação de espécies nativas.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No gráfico 6.24 estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se preservar animais ameaçados, raros, endêmicos ou migratórios foi fator relevante para a decisão de criar a RPPN. A maioria – 63% - apontou esse aspecto como fator muito relevante. O percentual contraposto de 19% como indiferente traz uma oposição nas respostas.

Gráfico 6.24 - Resultados das respostas para preservação de animais ameaçados.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No gráfico 6.25 estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se estimular a pesquisa científica foi fator relevante para a decisão de criar a RPPN. A maioria “tímida” (37%) apontou como fator muito relevante, mas em contraposição quase semelhante em percentuais ficou o influenciou pouco 30%. De qualquer forma, parece que existe parte dos “RPPNistas” que entende a necessidade dessa atividade em suas áreas.

Gráfico 6.25 - Resultados das respostas para estímulo a pesquisa.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No gráfico 6.26 estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se promover a conservação da biodiversidade foi fator relevante para a decisão de criar a RPPN. Uma grande maioria - 93% - apontou esse aspecto como fator muito relevante. Foi o único fator quase unânime, considerando todas as 19 perguntas feitas dentro do tema conservação.

Gráfico 6.26 - Resultados das respostas para conservação da biodiversidade.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No gráfico 6.27 estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se colaborar para o aumento da quantidade de Unidades de Conservação, passando a integrar o SNUC, foi fator importante para a decisão de criar a

RPPN. A maioria – 41% - apontou este aspecto como fator muito relevante, mas, em contraposição, quase semelhante em percentuais ficou o indiferente, que está no extremo oposto da escala de 5 pontos, com 37%.

Gráfico 6.27 - Resultados das respostas para aumento de UCs.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No gráfico 6.28 estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se colaborar na formação de corredores ecológicos foi fator para relevante para a decisão de criar a RPPN. A maioria – 41% - apontou esse aspecto fator muito relevante, mas em contraposição quase semelhante em percentuais ficou o indiferente - com 33% - que está no extremo oposto da escala de 5 pontos. De certa forma, foi uma resposta que fugiu da expectativa do pesquisador, por ser um tema técnico e com ações mais recentes, pensou-se que os proprietários poderiam não estar tão familiarizados com ele.

Gráfico 6.28 - Resultados das respostas para corredores ecológicos.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No gráfico 6.29 estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se receber maior apoio público para melhorar a fiscalização e com isso inibir a caça, o desmatamento, a queimada, e a captura de animais foi fator de relevância para a decisão de criar a RPPN. Um grande número de entrevistados – 41% - apontou esse aspecto como fator muito relevante, mas, em contraposição, no mesmo percentual – 41% - ficou o indiferente, que está no extremo oposto da escala de 5 pontos. Não há maioria de opiniões que prevaleça nesse quesito.

Gráfico 6.29 - Resultados das respostas para incentivos públicos.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No gráfico 6.30 estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se colaborar para evitar o aquecimento global foi fator de relevância para a decisão em criar a RPPN. A maioria – 48% - apontou esse aspecto como fator indiferente, mas, em contraposição, em percentual 15 pontos menor – 33% - declarou ser fator muito relevante. Essa pergunta também poderia ter sido lançada dentro do grupo de conservação (uso sustentável).

Gráfico 6.30 - Resultados das respostas para aquecimento global.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Com a intenção de se obter dados consolidados, foram agrupadas todas as respostas sobre o tema nos critérios de 1 a 5. E, segundo as respostas dos entrevistados, a preocupação com conservação em seus aspectos de proteção integral mostrou-se fator considerado muito relevante para um total de 58% dos entrevistados, seguido de indiferente, que totalizou 20% (gráfico 6.31).

Gráfico 6.31 -Dados agrupados conservação integral.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

2. Conservação (uso sustentável)

Nesse grupo de perguntas foram levantadas respostas para: a) promover práticas conservacionistas; b) reflorestar áreas degradadas; c) promover a conservação do solo; d) recuperação de recurso hídrico; e) promover educação ambiental; f) promover ecoturismo; g) implantar viveiro comercial de mudas de espécies nativas e h) promover agricultura sustentável/orgânica.

No gráfico 6.32 a seguir, estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se promover práticas conservacionistas foi fator determinante para a criação da RPPN. A maioria – 41% - apontou esse aspecto como fator muito relevante, seguida por indiferente – 26% - e influenciou um pouco - 19%. Mesmo apontado uma maioria de proprietários em uma direção, os dados estão bem espalhados quanto ao tema.

Gráfico 6.32 - Resultados das respostas para práticas conservacionistas.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No gráfico 6.33, a seguir, abaixo estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se reflorestar áreas degradadas foi fator determinante para a criação da RPPN. A maioria – 48% - apontou esse aspecto como fator indiferente, mas, em contraposição, em percentual 18 pontos menor – 33% dos entrevistados - declarou ser esse aspecto como fator muito relevante. Se a essa porcentagem for somada a resposta influenciou um pouco – 18% - temos uma conclusão um pouco mais positiva no sentido de mostrar que essa é uma preocupação da maioria dos entrevistados, pois, somadas as duas respostas positivas, ela representa a maioria dos proprietários.

Gráfico 6.33 - Resultados das respostas para recuperação de áreas degradadas.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No gráfico 6.34 a seguir, estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se promover a conservação do solo foi fator determinante para a criação da RPPN. A maioria – 41% - apontou esse aspecto como fator muito relevante, seguida por indiferente – 30% - e influenciou um pouco - 22%. – com até relevante apontando para 11%. Essas respostas foram uma das menos determinantes com percentuais mais equilibrados, o que salienta apontados diversas situações e mostra vários entendimentos sobre essa questão.

Gráfico 6.34- Resultados das respostas para conservação do solo.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No gráfico 6.35 estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava a recuperação de recurso hídrico foi fator determinante para a criação da RPPN. A maioria – 63% - apontou esse aspecto como indiferente.

Gráfico 6.35 - Resultados das respostas para recuperação de recurso hídrico.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No gráfico 6.36 estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se promover educação ambiental foi fator determinante para a criação da RPPN. A maioria – 37% - apontou esse aspecto como fator muito relevante, mas em contraposição em percentual 7 pontos menor e bem próximo numericamente, 33% declarou ser fator indiferente. Se considerarmos dois blocos próximos de cada lado temos 52% no grupo relevante (37%+15%) e 37% no grupo em que isto foi pouco considerado (30%+7%).

Gráfico 6.36 - Resultados das respostas para educação ambiental.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No gráfico 6.37 estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se promover ecoturismo foi fator determinante para a criação da RPPN. Esse gráfico demonstra dados bastante semelhantes aos levantados no gráfico 6.36, o que poderia apontar genericamente que na questão de uso público, educação ambiental e ecoturismo podem ser considerados práticas semelhantes ou agrupados como sendo uma vontade que os proprietários não manifestam muito. De fato, dentro desse grupo de RPPNs da RBCV-SP foram identificadas muito poucas propriedades que desenvolvem essas atividades, a propriedade recebendo visitantes, 5 em 27 (RPPNs Ecofuturo, Serrinha, Carbocloro, Mahayana/Hinayana, Encantos da Juréia). As RPPNs Mutinga e rio dos Pilões têm trilhas abertas para percursos, mas apenas aos condôminos.

Gráfico 6.37 - Resultados das respostas para ecoturismo.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No gráfico 6.38 estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se implantar viveiro comercial de mudas de espécies nativas foi fator determinante para a criação da RPPN. A grande maioria – 74% - apontou esse aspecto como indiferente.

Gráfico 6.38 - Resultados das respostas para viveiro de nativas.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No gráfico 6.38 estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se promover agricultura sustentável/orgânica foi fator determinante para a criação da RPPN. A grande maioria – 66% - apontou esse aspecto como indiferente. Apesar dessa atividade não ser permitida dentro de uma RPPN, existe a questão da mesma estar na legislação dentro da categoria de uso sustentável, o que deve ser cumprido de fato são as exigências da categoria de proteção integral. Dessa forma, a sugestão dessa questão aos entrevistados foi uma maneira de monitorar a manifestação de estranheza por se perguntar sobre uma prática que não é permitida para a RPPN. Poucos manifestaram isso.

Gráfico 6.39 - Resultados das respostas para práticas agrícolas.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Na intenção de se obter dados consolidados, as respostas foram agrupada nos critérios de 1 a 5. E, segundo as respostas dos entrevistados, a preocupação com a conservação da natureza em seus aspectos de uso sustentável mostrou-se fator considerado indiferente para 47% dos entrevistados, seguido de muito relevante para 27% dos entrevistados (gráfico 6.40).

Gráfico 6.40 - Dados agrupados sobre conservação sustentável.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

3. Fatores econômicos (incentivos públicos)

Nesse grupo de perguntas foram levantadas respostas para: a) isenção de Imposto Territorial Rural (ITR); b) repasse de ICMS ecológico; c) incentivos e benefícios do Poder Público Municipal; d) incentivos e benefícios do Poder Público Estadual (Programa RPPNs Paulistas) e e) incentivos e benefícios do Poder Público Federal. (FNMA, priorização em crédito rural).

No gráfico 6.41 abaixo estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se a isenção de Imposto Territorial Rural (ITR) foi fator determinante para a criação da RPPN. A grande maioria – 74% - apontou esse aspecto como indiferente.

Gráfico 6.41 - Resultados das respostas sobre isenção de ITR.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No gráfico 6.42, a seguir, estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se o repasse de ICMS ecológico foi fator determinante para a criação da RPPN. A grande maioria – 70% - apontou esse aspecto como indiferente.

Gráfico 6.42 - Resultados das respostas sobre repasse de ICMS.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No gráfico 6.43 estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se os incentivos e benefícios do Poder Público Municipal foram fatores determinantes para a criação da RPPN. A grande maioria – 82% - apontou esse aspecto como indiferente.

Gráfico 6.43 - Resultados das respostas sobre incentivos municipais.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No gráfico 6.44 estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se os incentivos e benefícios do Poder Público Estadual (Programa RPPNs Paulistas) foram fatores determinantes para a criação da RPPN. A grande maioria – 63% - apontou esse aspecto como indiferente.

Gráfico 6.44 - Resultados das respostas sobre incentivos estaduais.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No gráfico 6.45 estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se os incentivos e benefícios do Poder Público Federal (FNMA, priorização em crédito rural) foram fatores determinantes para a criação da RPPN. A grande maioria – 78% - apontou esse aspecto como indiferente.

Gráfico 6.45 - Resultados das respostas sobre incentivos federais.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Na intenção de se obter dados consolidados, as respostas foram agrupadas nos critérios de 1 a 5. E, segundo as respostas dos entrevistados, a preocupação com incentivos públicos mostrou-se fator considerado indiferente para 73% dos entrevistados (gráfico 6.50).

Gráfico 6.50 - Resultados das respostas sobre incentivos públicos.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

4. Fatores econômicos (incentivos do terceiro setor e privados)

Nesse grupo de perguntas foram levantadas respostas para: a) receber apoio de fundos ambientais não públicos; b) receber apoio do Terceiro Setor/ONGs e c) participar de redes e Associações de “RPPNistas”.

No gráfico 6.47 estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se receber o apoio de fundos ambientais não públicos foi fator determinante para a criação da RPPN. A grande maioria – 67% - apontou esse aspecto como indiferente.

Gráfico 6.47 - Resultados das respostas sobre incentivos não públicos.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No gráfico 6.48 estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se receber o apoio do terceiro setor/ONGs foi fator determinante para a criação da RPPN. A grande maioria – 74% - apontou esse aspecto como indiferente.

Gráfico 6.48 - Resultados das respostas sobre incentivos do terceiro setor.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No gráfico 6.49 estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se participar de redes e Associações de “RPPNistas” foi fator determinante para a criação da RPPN. A grande maioria – 63% - apontou esse aspecto como indiferente.

Gráfico 6.49 - Resultados das respostas sobre associativismo.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

5. Pessoais (intrínsecos)

Nesse grupo de perguntas foram levantadas respostas para: a) tomou a decisão por fatores familiares, herança ou legado; b) tomou a decisão pela relação afetiva com o local/pertencimento e c) tomou a decisão por representar bem estar.

No gráfico 6.50 abaixo estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se fatores familiares, herança ou legado foi fator determinante para a criação da RPPN. A grande maioria – 67% - apontou o item como indiferente.

Gráfico 6.50 - Resultados das respostas sobre fatores familiares.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No gráfico 6.51, a seguir, estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se a relação afetiva com o local foi fator determinante para a criação da RPPN. Essa questão se trata de buscar evidência sobre o sentimento de pertencimento. A grande maioria – 56% - apontou como muito relevante, mas um percentual significativo – 33% - julgou o aspecto indiferente.

Gráfico 6.51 – Resultados das respostas sobre a relação afetiva com local.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No gráfico 6.52 estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se o local representar bem estar foi fator determinante para a criação da RPPN. A maioria – 41% - considerou esse item indiferente, seguido por muito relevante – 33%. Poderia se considerar o relevante – 11% - como resposta próxima e, assim, entender que

para 44% dos entrevistados esse aspecto é relevante, equilibrando, desse modo, as respostas a essa pergunta.

Gráfico 6.53 - Resultados das respostas sobre bem estar.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

6. Pessoais (extrínsecos)

Nesse grupo de perguntas foram levantadas respostas para: a) tomar uma iniciativa filantrópica pela causa ambiental; b) promover a garantia da terra, resistindo às pressões do entorno e c) prevenção de mudanças de uso da terra.

No gráfico 6.54 estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se a iniciativa filantrópica pela causa ambiental foi fator determinante para a criação da RPPN. A maioria - 52% - apontou o aspecto como indiferente.

Gráfico 6.54 - Resultados das respostas sobre filantropia.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No gráfico 6.55 estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se a prevenção de mudanças de uso da terra foi fator determinante para a criação da RPPN. Mais da metade dos entrevistados – 63% - considerou esse aspecto como indiferente.

Gráfico 6.55 - Resultados das respostas sobre uso da terra.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No gráfico 6.56 estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se promover a garantia da terra, resistindo às pressões do entorno foi fator determinante para a criação da RPPN. Mais da metade dos entrevistados – 56% - considerou este aspecto como indiferente.

Gráfico 6.56 - Resultados das respostas sobre garantia de posse.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

7. Jurídicos.

Nesse grupo de perguntas foram levantadas respostas para: a) firmar o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e b) compensação ambiental para uso de recurso em outra área.

No gráfico 6.57 estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se firmar o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi fator determinante para a criação da RPPN. A grande maioria – 96% - considerou este aspecto como indiferente. Cabe destacar que essa pergunta foi feita e respondida indistintamente por todos os proprietários de PF e de PJ. Em mensagem anterior à entrevista uma das proprietárias de RPPN, que é proprietária de empresa de mineração, já tinha dado a informação de que a criação da RPPN deu-se por esse motivo (RPPN Cruz Preta, de Ibiúna, SP). Essa resposta representa os 4% do muito relevante.

Gráfico 6.57 - Resultados das respostas sobre se firmar o TAC.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No gráfico 6.58 estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se compensação ambiental para uso de recurso em outra área foi fator determinante para a criação da RPPN. A grande maioria – 92% - considerou o aspecto como indiferente.

Gráfico 6.58 - Resultados das respostas sobre compensação ambiental.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

8. Sagrado/Religioso.

Nesse grupo de perguntas o que foi levantado foram as respostas sobre a intenção de promover a proteção de sítios sagrados. No gráfico 6.59 estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se promover a proteção de sítios sagrados foi fator determinante para a criação da RPPN. A totalidade dos entrevistados respondeu que para eles este aspecto é indiferente.

Gráfico 6.59 - Resultados das respostas sobre promover a proteção de sítios sagrados.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

9. Marketing Ambiental.

Nesse grupo de perguntas foram levantadas respostas para: a) buscar a vinculação da marca da empresa com o esforço no compromisso com meio ambiente e b) buscar a vinculação do produto ou serviço a uma imagem ecologicamente consciente. Essas perguntas foram feitas apenas há oito RPPNs, que são as corporativas, as de PF não responderam a esse grupo de questões.

No gráfico 6.60 estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se buscar a vinculação da marca da empresa com o esforço no compromisso com meio ambiente foi fator determinante para a criação da RPPN. Metade dos entrevistados – 50% - considerou este aspecto como muito relevante, seguido, com 22%, dos entrevistados que consideraram esse aspecto como indiferente e, em terceiro lugar, vêm os proprietários que consideraram esse aspecto como relevante - 14%.

Gráfico 6.60 - Resultados das respostas sobre marketing da empresa.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No gráfico 6.61 estão todos os resultados das respostas dos entrevistados para a questão que perguntava se buscar a vinculação do produto ou serviço a uma imagem ecologicamente consciente foi fator determinante para a criação da RPPN. Metade dos entrevistados – 50% - considerou esse aspecto como indiferente, seguido de 25% dos entrevistados que consideram que este aspecto influenciou um pouco.

Gráfico 6.61 - Resultados das respostas sobre marketing de produtos.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

10. Outros Fatores

Nesse grupo de perguntas o que foi levantado foram os outros fatores que não estavam na listagem prévia constituída dos grupos de questões anteriores, mas que também

influenciaram os proprietários entrevistados a criarem suas reservas. Desse modo, foi inquirido a todos os entrevistados que indicassem alguns outros fatores que os levaram a criar suas reservas e que não estavam na listagem dos formulários para que se manifestassem espontaneamente indicando alguns outros motivos que os tenham influenciado na tomada de decisão de criarem suas reservas. Nesse item foram apontados apenas mais dois aspectos como razões para criação das RPPNs declarados por dois entrevistados: o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e sua isenção e o motivo de criar a RPPN para aprovação do projeto de empreendimento imobiliário. Esses fatores foram indicados por dois entrevistados, cada um mencionando um deles.

Relatos livres na entrevista, que indicaram outras situações que não foram perguntadas no questionário, tiveram pouca relação com a questão das motivações, pois estavam mais ligados a questões de situações mais tensas, vivenciadas por eles depois da criação das RPPNs. Situações essas que vivenciaram pelas iniciativas que tomaram, independentemente de terem criado suas reservas, mas por suas preocupações com a conservação da biodiversidade e suas ações locais. Mas, o que esses relatos parecem indicar é que existe um encorajamento do proprietário rural a “aderir à marca RPPN” e, como isso, alimentar certa expectativa de se sentir protegido e amparado pelo Estado com a iniciativa legislada. Mas nos casos relatados, infelizmente o que ocorreu foi o oposto. Esses entrevistados aproveitaram a oportunidade para contar esses momentos de tensão e riscos, movidos por indignação, por se sentirem expostos, desprotegidos pelo Estado a mercê de intimidações e violência. Encontraram na entrevista empatia e a possibilidade de dialogar e compartilhar essa experiência ruim. Talvez, poder de alguma forma, imaginando uma certa chancela da universidade indiretamente dada por ser uma pesquisa desenvolvimento na mesma, trazerem o seu relato. São registros fora do foco dessa pesquisa sobre as motivações, mas entrando no âmbito da desmotivação que, infelizmente, foi gerada por episódios de violência e ameaças aos proprietários das reservas em seu trabalho conservacionista na região.

Os proprietários avançam, acabam expostos, estigmatizados e depois recuam por autopreservação, inclusive não frequentando mais a região por “*estar jurado de morte por lá*” ou “*tenho que tomar cuidado quando vou*”. Obviamente, nesses relatos, para questão de proteger aqueles que se sentiram à vontade em testemunhar suas experiências, não serão identificados nominalmente na pesquisa.

São proprietários que, posteriormente às suas iniciativas, de preservar a natureza, receberam reações contrárias a isso, de forte intimidação. Foram ameaçados de morte, e

lograra depois a restrição ou impossibilidade de voltar e menos ainda atuar na região, pois foram coagidos por condutas de ameaça violenta de retaliação a denúncias de danos ambientais. Estão expostos, sem a proteção dos órgãos públicos e, às vezes, segundo seus relatos, de certa forma, a intimidação vem de forma indireta, feita também por funcionários corruptos que atuam em estâncias governamentais, mas que protegem o infrator, ao fazerem a exposição do denunciante anônimo à comunidade entregando ao denunciado de onde partiu a denúncia. Até, segundo eles, reforçando a tentativa de constrangimento e intimidação, acusando o “*RPPNistas*” de outras denúncias que não tenham procedido deles, estigmatizando-o e piorando a situação de tensão na região. São denúncias de caça, de desmatamento, captura de espécimes para o tráfico ilegal de animais silvestres, roubo de equipamentos e máquinas, usados na recuperação ambiental da RPPN.

Um deles relatou que foi diretamente ameaçado por outro proprietário que portava arma de fogo, ameaçando fazer uso da mesma, quando o entrevistado foi abordá-lo para evitar o desmatamento de uma área. Outro relato esteve ligado ao roubo de um lote enorme de espécie de aves ameaçadas de extinção, que estavam em cuidados de reabilitação e aguardavam para que fosse feita a sua soltura, mas foram roubadas dos viveiros. O proprietário tendo condições de fazer isso, reforçou a vigilância no local às custas próprias, sem apoio dos órgãos públicos. O mesmo proprietário teve roubado também um grande lote de mudas de espécies nativas. Outro entrevistado relatou que sua denúncia foi sobre uma captura de um grande número de animais por caçadores. Finalmente outro teve um maquinário pesado e diversos equipamentos, que estavam sendo usados para recuperação ambiental e plantios feitos com seus próprios recursos, roubado e teve que abandonar a empreitada. São situações que acabam por “jogar no colo” do “*RPPNista*” episódios em que o aparato do Estado não deu suporte.

A legislação está criada, mas não veio acompanhada de uma brigada de proteção, prevendo essa tensão e exposição, agravada, para pequenos proprietários que resolvem empreender em criar uma RPPN em seus sítios. São situações de tensão que no país não são absolutamente novidade nenhuma no enfrentamento entre infrator e fiscalizador em UCs públicas ou ao se fazer cumprir leis contra caça e desmatamento. Ter uma RPPN em uma região mais tensa, como essa, pode ser um “apontar de dedo” ao proprietário que toma essa iniciativa, colocando um alvo nas próprias costas, pois ficará mais exposto ainda na região a conflitos e intimidações. Quando a legislação e o Estado apenas estabelecem a esse proprietário que é ele que deve assegurar os atributos ambientais da área e pode, inclusive,

colocar placas sinalizando que ali há uma RPPN. pertencente ao SNUC e podendo usar a logomarca dos órgãos públicos responsáveis, traz para o proprietário dessa reserva a atenção e a tensão regional, com a distorção de que, de certa forma, esse proprietário representa o Estado, com a placa mostrando o que pode parecer uma “sede regional” ou extensão do órgão público ambiental. Mas em um estado de total fragilidade, já que não tem anuência e nem aparato para fiscalizar ações contra a natureza, sem ter poder de advertir, de polícia ou de fazer justiça. Desse modo, o Estado está se eximindo de responsabilidades. Então, algumas partes dessa equação têm que ser solucionadas, ampliando o apoio a essa iniciativa de preservação por parte de alguns proprietários, para não se transferir, pelo que foi levantado nesses entrevistados na pesquisa, a eles um papel que caberia ao Estado dar proteção. Muitos deles já faziam a preservação da natureza sem que tivessem sequer criado a RPPN, mas, ao que indica, a sua criação destacou e canalizou animosidades. Assim, esse pode ser um fator inibidor importante para a criação de novas RPPNs se os candidatos tomarem conhecimento destes episódios e podem seguir protegendo a área sem colocar um sinalizador nas costas. Não foi o fato de eles terem criado as RPPNs que os tornou conservacionistas.

O Estado sinaliza ao proprietário que fará a proteção, como está no decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006, no artigo 25º: *“Caberá, no âmbito federal, ao IBAMA: [...] apoiar o proprietário nas ações de fiscalização, proteção e repressão aos crimes ambientais (BRASIL, 2006a).”*

Na legislação de criação das RPPNs paulistas, ao mesmo tempo e no mesmo documento, o decreto estadual nº 51.150, de 3 de outubro de 2006, se encontra um texto que coloca que a RPPN estará mais amparada, como pode ser visto no artigo 10º, no qual onde se lê que cabe ao Estado a *“articulação e ação conjunta com os demais órgãos públicos fiscalizadores do Sistema Estadual de Meio Ambiente, visando à otimização dos resultados de proteção das Reservas Particulares do Patrimônio Natural”*. Mas, mais adiante, no artigo 12º está que:

à Reserva Particular do Patrimônio Natural será dispensada, pelas autoridades públicas competentes, inclusive pela Polícia Ambiental, a proteção assegurada pela legislação às demais Unidades de Conservação de domínio público, sem prejuízo do direito de propriedade, que deverá ser exercido por seu titular em defesa da preservação da área.

Neste texto de redação muito confusa, parece no último artigo que ele desobriga o Estado de qualquer tarefa concerne à proteção da RPPN (SIMA, 2006).

Tanto em âmbito federal, como estadual e municipal atribui-se ao “*RPPNista*” a proteção ambiental da área. No decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006, vem em seu artigo 24º que “*caberá ao proprietário do imóvel: assegurar a manutenção dos atributos ambientais da RPPN e sinalizar os seus limites, advertindo terceiros quanto a proibição de desmatamentos, queimadas, caça, pesca, apanha, captura de animais e quaisquer outros atos que afetem ou possam afetar a integridade da unidade de conservação*” (BRASIL, 2006a).

Na legislação estadual, através do decreto estadual nº 51.150, de 3 de outubro de 2006, está em seu artigo 10º informação de mesmo teor com texto diferente:

“é obrigação do proprietário da área de Reserva Particular do Patrimônio Natural: divulgar, na região, sua condição de Reserva Particular do Patrimônio Natural, inclusive com a colocação de placas nas vias de acesso e nos limites da área, advertindo quanto à proibição de desmatamento, queimada, caça, pesca, apanha, captura de animais e qualquer outro ato que afete ou possa afetar o meio ambiente” (SÃO PAULO (Estado), 2006).

Na legislação municipal da cidade de São Paulo pelo decreto municipal nº 50.912, de 7 outubro de 2009, em artigo 10º o texto é praticamente o mesmo do decreto federal” (SÃO PAULO (SP), 2009).

Assim, o Estado, pela legislação, sugere que o proprietário crie voluntariamente a RPPN e, considerando o relatado, se torne mais exposto, sem dar garantias nesses casos de tensão dentro do cenário ambiental brasileiro. Fazendo uma analogia a situações jurídicas e de ameaça, seria como, ao invés de um programa de proteção a testemunha, o Estado desse instruções para a testemunha pedir proteção ao vizinho. É um cenário delicadíssimo que envolve ameaça à vida humana e a integridade moral e física desses conservacionista que devem ser amparado pelo Estado, que os estimula a fazer parte da “brigada ambiental” de proprietários, mas os deixa isolados e expostos em um campo de batalha. O proprietário recebe a comenda de “xerife” da sua região, com a nova prerrogativa de “*RPPNista*”, mas é um “xerife” sem pessoal, veículo, farda, arma, sede, sistema penitenciário e jurídico de apoio. E isso parece ter sido facilmente percebido pelos infratores nos casos destacados para alguns dos “*RPPNistas*” da RBCV-SP. Finalizando, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 144º¹⁴⁶, esclarece que essa função de proteção cabe ao Estado (BRASIL, 1988a).

¹⁴⁶ Artigo 144º. A segurança pública é dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis e V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

6.12. Categorias de análise.

A escolha e determinação das categorias escolhidas para classificar os “RPPNistas” a partir de sua motivação para criar sua reserva não seguirá nenhuma que possa ter sido encontrada na literatura sobre o assunto e nem tampouco irá pelo caminho pensado inicialmente em se adotar, seguindo à risca a uma classificação das motivações dos proprietários a partir do que sugeriu Ladle e Whittaker (2011), que apresentaram as mudanças da relação homem natureza e a conservação da biodiversidade ao longo da história, focados na concepção de proteção *in situ*. Essas foram evoluindo das primeiras reservas de caça às de preservação de monumento naturais, cuja proposta foi de fato bastante influente e culminou na criação de muitos *parks* ao redor do mundo espelhados nessa forma de conservação da biodiversidade, delimitando o objeto em fronteiras de proteção até a conservação focada na preservação de biomas.

De qualquer forma, todas essas evoluções da proteção *in situ* foram bastante criticadas por Hutton e Leader-Williams (2003), que apresentaram suas fragilidades e apontaram outras alternativas para tratar do assunto, argumentando contra a preservação por fronteiras de separação natureza-homem e apresentando soluções com maior envolvimento comunitário nas gestões de seus recursos. No entanto, o uso à risca do que foi exposto por esses autores foi abandonados por algumas questões. Apesar de a primeira reserva de caça citada por Ladle e Whittaker (2011) ter sido uma reserva privada, praticamente toda a história que se segue sobre esse tipo de reserva foi feita por reservas públicas, criadas pelo Estado. Mais recentemente é que os mecanismos legais deram aval à iniciativa de se criar reservas particulares. Mesmo com o anseio de alguns proprietários de reservas privadas, que participaram do processo de criação dessa legislação, segundo declara a ex-procuradora do IBAMA, Sonia Widmann, cuja trajetória mistura-se a própria história das RPPNs no país, o caminho de criação para essas áreas não passa nem de perto pelo que tramitam dentro dos órgãos públicos para a criação de uma UC pública (BOLZAN, 2018).

As reservas particulares, com adoção voluntária do proprietário, também foram, pelo menos em território nacional uma, agora, sugestão criada pelo Estado para as áreas privadas. As reservas sob a proteção privada, no entanto, não são criadas a partir de levantamento e inventários longos de espécies, feitos por técnicos ligados a órgãos públicos, capazes hoje de apontar a presença de espécies em extinção, endêmica, raras ou bandeiras, que apontam para as fragilidades e raridades ambientais, criando um conjunto apropriado de argumentos

apoiados nesses achados ímpares, para fundamentar e influenciar a tomada de decisão para a criação de UCs públicas, como é feito para as UCs públicas. Nos “RPPNistas” as “motivações” são outras, como apontaram alguns dos gráficos de resposta às perguntas dos formulários dessa pesquisa, como, por exemplo, o que demonstra o desconhecimento total de alguns proprietários sobre as espécies da fauna e flora mais comuns em suas reservas. Então, a composição de espécies da floresta não é o elemento principal para a criação de reservas particulares, mas sim o desejo de seus proprietários participarem do processo de preservação da natureza como cidadãos comuns altruístas, fazendo a sua parte, como foi apontado pelos gráficos relativos a essa questão, uma das poucas com quase unanimidade nas respostas. Dessa forma, eles mostram-se predispostos a colaborar na preservação, mas desconhecem se em suas áreas existem espécies em extinção, raras ou endêmicas, ou mesmo demonstrando, como pode ser observado em grande parte dos entrevistados, não possuem qualquer conhecimento sobre as espécies mais comuns da fauna e flora, presentes em suas reservas. Cabendo aqui o relato emblemático de um dos proprietários que passou quase duas décadas recuperando as áreas degradadas de sua propriedade, tendo parte dela, inclusive, sido reconhecida como RPPN, por sua própria iniciativa, “*repondo o verde*” e sua floresta e tendo orgulho de seu bosque. Em uma visita técnica de uma universidade pública com alunos de graduação, porém, um proprietário ouviu de um professor da Universidade que levava os alunos a esta atividade de campo: “*mas essas espécies são quase todas exóticas*”. Ao se informar do que tinha feito, teve o consolo de que “*pelo menos embaixo do bosque*” estavam se formando as plantas nativas, que deveriam compor o ambiente¹⁴⁷.

Quando perguntados aos proprietários sobre seu conhecimento básico da fauna e flora locais, tivemos as seguintes respostas, como apresentados anteriormente, para fauna um dos entrevistados não soube citar nenhuma espécie, 10 deles citaram entre 3 e 7 animais e 15 deles entre 8 e 10 espécies silvestres. Para flora existe maior dificuldade no conhecimento de nativas. Dois dos entrevistados não souberam citar nome de nenhuma, 9 deles citaram conhecer entre 1 e 4 espécies, 8 deles citaram entre 6 e 8 espécies e 7 deles citou entre 8 e 10 espécies, números menores que as citações sobre fauna. Aqui vale a ressalva de que as espécies citadas, se o proprietário conhece e frequenta o local, são as mais comuns, que seriam de mais fácil avistamento. Assim, então foram citadas espécies conhecidas, como suçuarana e alguns primatas e aves raras, que figuram na lista e foi mantido dessa forma, pois esses dados começaram a aparecer depois que alguns proprietários foram entrevistados. Se o

¹⁴⁷ Declarações de familiares do entrevistado P6.

autor fosse empreender essa investigação em outro grupo de proprietários, a partir dessa questão, reforçariam que devem ser animais que ele de fato presenciou na área.

São colocações de dois extremos, em que de um lado estão técnicos altamente capacitados versus leigos bem intencionados sem essa capacitação e esses dois agentes hoje são capazes de induzir de alguma forma a criação de UCs. Assim, com isso, o autor deseja argumentar que os primeiros autores citados e que estudaram principalmente as UCs públicas contam uma história de criação de UCs, baseada cada vez mais em informações técnicas e cada vez mais precisas. Isso não estava satisfatório quando se pensava sobre as categorias de análise. Se não vinham de extensos relatório técnicos, grandes estudos de relevo, hidrografia, detalhados mapas cartográficos com vários *layers*, inventários, participação de especialistas de diversas áreas apontando as raridades e fragilidades para a criação das reservas, onde então essas categorias se fundamentavam? Para o proprietário potencial de RPPN basicamente o que ele precisa? Vontade. É isso é de fato o que está na legislação, a simples, livre e espontânea vontade, o voluntarismo de se criar uma área de proteção ambiental.

Na verdade, os requisitos para a criação de uma reserva particular estariam apoiados em quatro fatores: 1) ter vontade; 2) ter terra (ser de domínio privado); 3) aceitar a perpetuidade e 4) sua área ter importância ambiental. O item “1” parece meio óbvio, pois deve ter na sociedade brasileira um número considerável de pessoas que tem essa vontade, esse desejo de preservar a natureza, mas não podem. É, de certa forma uma possibilidade elitiza, pois precisa ter esse bem, terra. Então, temos um fator limitante no item “2”, a necessidade de ser proprietário de uma área que possa ser compatível à implantação de uma reserva a ser aceita pelo Estado. Aqui vale destacar o depoimento de um dos proprietários de RPPN da RBCV-SP. Professora do ensino público com rendimentos limitados teve como meta juntar dinheiro, comprou a terra que tanto sonhou e a tornou “improdutiva” com o dinheiro de sua aposentadoria, no desejo de criar uma RPPN. Resolveu os dois primeiros itens. Faltavam os dois restantes. Vou apenas ilustrar com uma situação hipotética agora, mas tratando desse fio condutor, a vontade. Assim, supostamente essa professora é casada, tem marido e filhos, chega em casa e informa a todos que pegou todos seus rendimentos de aposentadoria e comprou um sítio, com uma extensa área verde e que tornou tudo “intocável”. E dentro do item “3”, para sempre, com eles como herdeiros da iniciativa, inclusive.

Resolvido isso, a vontade e os fatores que cercaram a decisão e a tornaram viáveis, aí então não depende mais da vontade deles, mas da vontade dos órgãos ambientais. Temos, então, de volta, o corpo técnico para dar o “selo verde” ambiental, que diz, de certa maneira,

se essa requisição atende às necessidades do Estado e se ela tem significativa importância ambiental, preservando um bioma nativo, coisa que o leigo com vontade não saberia. O leigo com vontade poderia, por exemplo, adquirir um belo bosque de eucaliptos que ele deseja preservar, levar seu pedido ao Estado e se frustrar. Para um técnico na área ambiental isso parece uma questão um pouco óbvia, mas o contato com alguns “*RPPNistas*” que tiveram suas áreas aprovadas, mostra que eles poderiam ter passado por isso. Uma montanha coberta de verde para se ver da janela já seria o conforto paisagístico que ele poderia estar buscando com a iniciativa de pedir a criação da RPPN. Machado (2007), inclusive, apresentou em seu texto que na composição de parte de uma das RPPN que a autora investigou, na RBCV, havia várias manchas de áreas de reflorestamentos e áreas degradadas dentro do condomínio, na qual a reserva está inserida. Em depoimento do gestor, colhido para esta pesquisa, ele confirmou que essas áreas ainda estão nessa situação, passadas décadas. Assim, percebe-se que, nesse caso, não estão preservando áreas significativas de bioma de Mata Atlântica.

O grupo que tem algum conhecimento técnico entre os entrevistados, como pode ser observado pelos resultados apresentados nos gráficos, é bastante pequeno. Ter diversidade biológica para conservar é apenas um achismo daquele que se candidata a fazer parte do grupo seletivo de proprietários que no entorno da maior metrópole do país ainda tem áreas eletivas para isso.

Mas, se então essas quatro etapas ou exigências - vontade, terras, perpetuidade e importância ambiental – forem cumpridas o proprietário privado torna-se um “*RPPNista*”. São esses, atendidos esses quesitos básicos que devem ser investigados e classificados à luz das categorias de análise.

A observação de cada item será feita de maneira invertida, começando pelo último - importância ambiental. Esse item pode se dividir em dois – tem ou não tem. Em alguns casos acompanhados, houve o talvez, em área aceitas, mas com parte dela indicada para recuperação ambiental. Aqui cabe apenas mencionar as instruções presentes na legislação, que mostram que as avaliações vão além da importância ambiental, e, desse modo, entram em conflito com outras estâncias como a Área de Reserva Legal (ARL) do imóvel já constituída, ou Área de Preservação Permanente (APP) e o percentual da área que pode fazer parte da RPPN (artigo 5º decreto nº 51.150, de 3 de outubro de 2006 e artigo 2º § 2º § 3º do decreto nº 50.912, de 7 de outubro de 2009) (SÃO PAULO (Estado), 2006; 2009).

Sobre o item, a perpetuidade, foi colocada a situação hipotética familiar, pelo qual alguns proprietários podem ter passado, mas parece, sem dúvida, ser um mote importante para

tornar a área uma reserva, pois ele garante que mesmo na necessidade de a reserva ser vendida ou no falecimento do proprietário, nenhuma árvore virá abaixo. Um legado ambiental. É um mote, que foi mais facilmente identificado em alguns entrevistados e menos em outros, mas independente do grau que ele pode estabelecer quanto ao peso disso na decisão de se criar a reserva, após a área criada, isso não importa mais, foi decisão do proprietário criar a reserva, aceitando esse requisito, depois de criada a reserva, nem ele pode mais decidir sobre isso e voltar atrás. Passou ao Estado, através do que se registra nas certidões de matrícula dos imóveis, a obrigação de manter a área preservada e transferir esse legado aos futuros proprietários do local e assim não permitir que se desmate dentro dele.

O terceiro item trata-se de ter “domínios privados”, ter terras para candidatá-las a futuras reservas. Não indicado na legislação áreas mínimas ou máximas, só aparecem as restrições já mencionadas quanto às considerações a serem feitas sobre RL e APP.

Nenhum desses três comentados, no entanto, poderia tratar da questão principal dessa pesquisa, as motivações, as razões, dentro da vontade expressa do candidato “*RPPNista*”, que o leva à criação da área. Nesse ponto a RPPN é colocada como não obrigatória, como uma opção, uma alternativa para proprietários de terras candidatarem suas terras para compor o esforço da conservação da biodiversidade para as futuras gerações. Mas o que os impulsionaria a isso espontaneamente? Incentivos fiscais de taxas, impostos? Pelos gráficos de respostas aos questionários coletados nessa pesquisa, essa foi uma das alternativas que os proprietários menos levaram em consideração, que pesou de alguma forma, mas que em nenhum dos casos foi o fator de tomada de decisão mais importante. No todo das respostas, o grupo dos “fatores econômicos”, no qual faziam parte essas perguntas sobre isenções de taxas, benefícios de crédito rural, financiamento de projetos, foram com percentuais os mais baixos. Além dos benefícios recebidos com a isenção de ITR, que envolve deixar de pagar esse imposto, muito poucos foram atrás de seus direitos como “*RPPNistas*” de terem acesso a diferentes fundos e incentivos ambientais. Um dos proprietários relatou na verdade, nem ter juntado a papelada para isenção de ITR. Ele afirmou que o valor que ele pagava pelo imposto era tão baixo que não compensavam os gastos e o tempo que ele perderia para enfrentar a burocracia para dar entrada ao pedido de isenção, já que a mesma não é imediatamente oferecida pelo Estado logo após a criação da RPPN. Depois de resolvidas as etapas nos cartórios é que, com os documentos em mãos, o proprietário deve dar entrada no órgão competente, justificando e pedindo a isenção e, após isso, aguardar o parecer.

Quando indagados sobre esses incentivos, conforme já mencionado, tivemos os seguintes resultados: a resposta de 74% dos entrevistados para a questão que perguntava se a isenção de Imposto Territorial Rural (ITR) foi fator determinante para a criação a RPPN foi que tal quesito foi indiferente. Quanto ao repasse de ICMS ecológico, a grande maioria, 70%, apontou esse aspecto como indiferente. Para a expectativa de receber incentivos e benefícios do Poder Público vindo do âmbito municipal, 82% dos proprietários apontaram para o item como indiferente, vindo do âmbito do Poder Público Estadual, mencionando-se o Programa RPPNs Paulistas, 63% dos entrevistados apontaram esse aspecto como indiferente e finalmente, vindos do âmbito do Poder Público Federal, mesmo lembrando-se do FNMA e da priorização em crédito rural, a grande maioria, 78%, apontou esse aspecto como indiferente.

Mesmo dentro desse grupo de questões, quando foram questionados sobre outros fundos e incentivos, como receber apoio de fundos ambientais não públicos, a maioria, 67%, apontou esse aspecto como indiferente. Em pergunta específica sobre receber apoio do Terceiro Setor/ONGs, a grande maioria, 74%, apontou esse aspecto como indiferente.

Então, o caminho para se entender as motivações principais desses proprietários, levando em conta os fortes indicativos levantados na pesquisa, parece não ser nessa direção.

No campo de algumas ameaças à propriedade, como relatado em Simão e Freitas (2018) e Fernandes (2011), a pergunta feita sobre se tomaram a decisão por prevenção de mudanças de uso da terra, mais da metade, 56%, considerou isso indiferente, sendo que somente 26% consideraram o aspecto muito relevante. Sobre promover a garantia da terra a pressões do entorno, mais da metade, 63%, considerou isso como indiferente.

Como punições recebidas, perguntados sobre se tiveram que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), a grande maioria, 96%, considerou como indiferente e sobre compensação ambiental o percentual se mostrou parecido, a grande maioria, 92%, considerou como indiferente.

Questionados sobre ter algum propósito sagrado para a criação da reserva, a totalidade dos entrevistados respondeu a isso como indiferente. Para ter tomado a decisão por fatores familiares indicou, 67% como o aspecto como indiferente, apesar de nos estudos de Silveira (2009) e Pellin (2010), em suas regiões estudadas, esse fator parece ter tido peso nas motivações. Dentre esses fatores pessoais/familiares, também foram questionados se a relação afetiva com o local/pertencimento foi fator determinante para a criação a RPPN, a maioria, um pouco mais da metade, 56%, apontou este aspecto como muito relevante. Deve ser

destacado, no entanto, que, nessa questão, um percentual significativo, 33%, julgou o aspecto como indiferente.

Esse dado possui ter indicativos reforçados pelos dados do quadro 6.37 a seguir, no qual é apresentado que, entre os entrevistados que são pessoa física, apenas 1/3 deles reside nas propriedades e isto, como foi colocado anteriormente, ocorre devido à proximidade das reservas com a cidade de São Paulo e, desse modo, os proprietários terem essas áreas como segundas propriedades, não como moradia. Nos trabalhos citados de Silveira (2009), Pellin (2010) e Simão e Freitas (2018), o contexto é diferente e essa questão pode representar um universo maior de resposta.

Quadro 6.37 – “RPPNistas” residentes das RPPNs.

RPPN	res	n res		res	não res
Sítio Python	--	1	Sítio Capuavinha	1	--
Reserva do Dadinho	1	--	Paraíso	1	--
Reserva do Jacu	--	1	Botujuru - Serra de Itapety	--	--
Hercules Florence	--	--	Reserva Mahayana / Hinayana	--	1
Ecofuturo	--	--	Sítio Caetê	1	--
Parque das Nascentes/Pássaros	--	1	Encantos da Juréia	--	1
Fazenda Serrinha	1	--	Lafigueira Naturarte	--	1
Carbocloro	--	--	Fazenda Rio dos Pilões	--	1
Tijucopava / Marina do Conde	--	1	Alto do Deco	--	1
Fazenda Meandros	1	--	Reserva dos Muriquis	--	1
Cruz Preta	--	--	Fazenda San Michele	1	--
Sítio Ryan	--	1	Sítio Curucutu	--	1
Sítio Sabiuna	--	1	Mutinga	--	--
São Judas Tadeu	--	1			
Total	Residentes			7	
	Não residentes			14	

Fonte: elaborado pelo autor.¹⁴⁸

Foi através da grande importância dada pelos entrevistados a responder positivamente às perguntas com relação à conservação/preservação que se percebeu que a maioria dos dados apontam ser essa a questão que se destacou como a principal para elucidar os motivos e a razão da tomada de decisão dos proprietários de criar as RPPNs.

Foi perguntado ao grupo de 27 entrevistados se colaborar para a proteção perpétua de um legado para as futuras gerações foi fator relevante para a decisão de criar a RPPN e a grande maioria, 89%, apontou esse aspecto como fator muito relevante. Para a questão que perguntava se preservar mananciais/recursos hídricos foi fator relevante à maioria, 78% dos entrevistados respondeu que esse aspecto foi fator muito relevante. Quanto a se preservar espécies nativas foi fator relevante para a decisão em criar a RPPN, 78% % dos entrevistados respondeu que esse aspecto foi fator muito relevante. Dentre esses fatores perguntados, em relação ao tema da conservação, o que teve menos proprietários colocando esse fator como

¹⁴⁸Dados obtidos a partir das entrevistas.

muito relevantes foi a resposta à questão de preservar animais ameaçados, raros, endêmicos ou migratórios. Esse aspecto foi fator relevante para a decisão e 63% apontou-o como fator muito relevante. Para essa questão, no entanto, a contraposição de 19% dos entrevistados classificando o aspecto como indiferente carrega um significado importante sobre o que já foi colocado anteriormente sobre a questão do corpo técnico dos órgãos públicos e a adoção de fragilidade e raridade como fatores determinantes para criar se UCs públicas. Para essas RPPNs criadas, 20 % delas considerou essa questão irrelevante. O mote de espécies bandeiras parece não funcionar como parte daqueles motivos a conservar, já que criaram as RPPNs.

E, finalmente, ao serem perguntados se promover a conservação da biodiversidade foi fator relevante para a decisão em criar a RPPN, a grande maioria, 93%, considerou esse o fator mais importante, como fator muito relevante, sendo que os 7% restantes classificaram esse aspecto responderam como relevante. Esse foi o único fator quase unânime nas respostas.

Isso traz para a conservação o foco principal para se pensar nas categorias de análise para esse universo de entrevistados e suas motivações para criar as RPPNs, mas ainda não as define.

Não é desejo do investigador afastar-se do diálogo com outros autores como foi dito no início dessa argumentação, mas talvez por se tratarem de estudos recentes e ainda em pequeno número para as RPPNs brasileiras, não foram identificadas categorias de uso consagrado. Decorre daí a decisão de propor as próprias categorias e, por isso, voltar aos dados e para onde eles apontam e desse outro diálogo, encontrar, definir e delimitar as categorias e análise. Simplesmente seguir um modelo pronto mesmo quando ele parece se adequar e atender às necessidades da pesquisa sendo proposta parece ser uma atitude pouco imaginativa ou propositiva. O uso da criatividade, inventiva, porém não intuitiva, mas baseada nessas considerações sobre os dados pode vir a resolver a tarefa de criar categorias excludentes, sem homogeneidade e objetivas.

Como foi argumentado até aqui, qual seria então o ponto de equilíbrio entre adaptabilidade e comparabilidade? Isso é, seguir-se um modelo de categorias já utilizado pela literatura (garantindo a comparabilidade) ou adaptar/criar categorias específicas, para o estudo que está sendo conduzido?

Em uma revisão de literatura apresentada por Carlomagno e Rocha (2016), tratando de como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo, eles defendem, ao analisar diversos autores, que se adotem cinco regras: a primeira que apontam é a de que “*devem existir regras claras de inclusão e exclusão nas categorias*”. Uma segunda ideia defendida

por eles é a de que as categorias precisam ser mutuamente excludentes. A terceira ideia vem de propor que as categorias não podem ser muito amplas, sendo seu conteúdo homogêneo entre si. O quarto princípio é o de que as categorias devem contemplar todos os conteúdos possíveis e lançar mão de ter um categoria sempre presente que seria o “*outro*”, em que ficaria o material residual do estudo. Sugerem como quinta ideia a atenção de que essa classificação deve ser objetiva, “*não passível de ser codificada de forma diferente a depender a interpretação do analista*”. Apresentam ainda uma de uma regra, baseada em um dos teóricos, Bailey (1994), cujo conceito tem o nome de “*exaustividade*”. Dentro dessa regra, as categorias criadas precisam esgotar o conteúdo que você está analisando. Deve haver uma classe apropriada para cada um desses, mas apenas uma classe correta para cada, com nenhum caso sendo membro de duas classes, sendo essas classes mutuamente exclusivas. Ser objetivo não seria propriamente uma regra para criação de categorias, mas para a prática de classificação.

Pela aproximação a esse universo diferente pensando nesse ponto de vista decisório para proprietários particulares leigos, cidadãos comuns em sua maioria, que decidiram pela criação de suas RPPNS, algumas outras questões deveriam ser consideradas para a escolha de categorias de análise, que servissem à escolha de categorias apropriadas na classificação para a análise desse conteúdo de discursos de Bardin (1977), a ser adaptado tendo em mente buscar garantir um alto grau de confiabilidade à classificação que permita também a replicação da pesquisa em um grande esforço e empenho em procurar o melhor a der feito.

A criação de RPPN, como vem sendo colocada nesse estudo, passa por um processo decisório completamente diferente do processo feito para a criação de UCs públicas. Trata-se um processo pessoal. Como inclusive, a alcunha da legislação com o uso do termo “*privado*” para caracterizar a quem pertence a terra onde a reserva será implantada, de “*domínio privado*”, não o público. Também há a alcunha em Reserva Particular do Patrimônio Natural, em que o particular é o que decide, que faz suas escolhas e o faz assando por aspectos de sua moral, seus valores, suas emoções, suas lembranças, a afetividade, os estímulos e por aí afora. A decisão de criação das UCs, em se tratando do poder público, são políticas, implantadas através do governante empossado, mas tendo um grande suporte de informações de biólogos, geógrafos, engenheiros florestais, agrônomos, geológicos, gestores ambientais, oceanógrafos e toda a gama de profissionais capazes de informar, delimitar e sugerir áreas a serem criadas como UCs públicas.

Então, sendo um “particular”, não políticos, nem técnico, a sugerir ou decidir sobre a criação das reservas como graduar, medir, classificar suas motivações abstratas para serem capturadas em critérios objetivos e sistematizados, menos subjetivas, mais concretas e quantificáveis?

O primeiro requisito de uma técnica que se propõe a descrever qualquer conjunto de características é o de que os resultados tenham alto grau de confiabilidade, que suas conclusões possam ser extrapoladas, que se possa, se possível, a partir delas, formular explicações gerais para fenômenos maiores.

Não se trata de um estudo sendo repetido e, dentro desse contexto pareceu que a melhora decisão a tomar fosse criar as categorias a partir de onde os dados sugeriam sobre essa questão pautada da iniciativa dos “*RPPNistas*”, ligadas à vontade. Existem categorias diferentes de vontade? Como fazer isso então?

A formação do autor está baseada nas ciências biológicas, com mestrado em geografia e buscando a interdisciplinaridade, mas em áreas onde não se aborda a moral. Dessa forma, o que será trazido para dentro de trabalho é uma analogia rasa, baseada em obra do filósofo David Hume (1711-1776), autor lido durante uma disciplina nesse programa, a PEN5031-1 - Fundamentos da Metodologia Científica ministrada pelo Prof. José Jeremias de Oliveira Filho da FFLCH-USP. Forteski (2011, p.9) estudou a motivação moral e o senso de justiça em David Hume e foi nessa obra que encontrei uma forma dessa motivação idealista dos “*RPPNistas*” para a criação das categorias. O autor coloca que:

ao considerar-se um sistema jus político de leis obrigatórias pode-se perguntar pelos motivos que seus membros teriam para o acatarem. do processo feito para a criação de A partir disso, pode-se então responder, metodologicamente, que tais motivos são de três níveis distintos, correspondendo, esses, ao **medo à coerção**, ao **interesse próprio** e ao **senso de justiça** (negrito nosso).

Nesse universo da pesquisa, parece vir à tona, o senso de justiça, mas as outras duas categorias não devem ser abandonadas. Em Hume, ele trata da análise da motivação moral e da formação do senso de justiça conforme essas se apresentam. O autor prossegue colocando que, de forma geral, constata-se que, em Hume, a motivação moral (os motivos morais que levam os indivíduos a agirem de acordo com as leis) é composta por quatro fatores: o princípio da “*sympathy*”, o sentimento de apreço pela própria reputação (“*love of fame*”), o fator político e o processo educacional”. E mais adiante:

o senso de justiça, o qual ocorreria em paralelo ao próprio desenvolvimento da sociedade enquanto sistema de leis obrigatórias”, senso este que “é descrito enquanto se vincula ao princípio da simpatia (a capacidade

humana de sentir o que os outros sentem), ao sentimento humanitário (que é natural ao ser humano) e ao critério da utilidade pública da justiça. Em ambos os casos – a motivação moral e o senso de justiça (FORTESKI, 2011, p.9).

Então, pode-se dizer que a motivação idealista do “*RPPNista*” parte do dever, do desejo de ajuda em vista da utilidade pública, dentro de uma motivação moral e do senso de justiça “conservacionista”. Em se tratando da oportunidade de manifestar ações dentro dessa motivação idealista, que então recentemente puderam ser catalisadas na forma de um corpo de leis, como parte do desenvolvimento da sociedade enquanto sistema de leis obrigatórias, que, na área ambiental, vem como reflexo de toda uma evolução da relação homem-natureza, passando pelos encontros mundiais de nações para tratarem coletivamente de assuntos ligados ao meio ambiente, pelas diretrizes produzidas por esses encontros e por sua grande influencia nos países, para legislar para a proteção ambiental. O Brasil é signatário de todos esses documentos. Dentro desse universo de acontecimentos, as leis de criação das RPPNs abriram a possibilidade desse proprietário ter esse tipo de participação pelo “*senso de justiça*”, oferecendo as suas terras para o bem comum, para torna-se patrimônio ambiental, como coloca Silveira (2010a, b).

Machado (1993, p.218)¹⁴⁹ assim o coloca:

O patrimônio **ambiental** não é uma noção só de presente, pois ele supõe o **direito** de recebê-lo do passado e o **dever** de entregá-lo para o futuro. A Constituição Federal Brasileira agasalhou também a noção de que o meio ambiente **deve** ser conservado em benefício das gerações futuras (artigo, 225 caput). Tudo o que puder seriamente ocasionar o esgotamento dos bens ambientais em prejuízo da atual geração ou somente da futura geração é inconstitucional (negrito nosso).

A legislação das RPPNs, como foi visto em capítulos anteriores, vem atender essas prerrogativas, assim como todas as UCs públicas, nos termos da perpetuidade tão alardeada para as reservas sob a proteção privadas no Brasil. As reservas privadas e públicas devem dar às gerações futuras essas garantias. No princípio nº 3 da Declaração do Rio de Janeiro/92 está: “o *direito ao desenvolvimento deve ser realizado de modo a satisfazer as necessidades relativas ao desenvolvimento e ao meio ambiente das gerações presentes e futuras*” (UNESCO, 1992, p.1, negrito nosso).

Machado (1993, p.218), em sua palestra transcrita afirma que: “*é adequado falar-se em “patrimônio ambiental” a ser conservado, pois a noção do patrimônio é mais ampla do que a de propriedade ambiental*”. Isto está tratado dentro do princípio do desenvolvimento

¹⁴⁹ Luiz Alberto Figueiredo Machado foi o coordenador-geral dos preparativos da Conferência Rio+20.

sustentável, do direito intergerações, princípio esse que está no Relatório “Nosso Futuro Comum” da Comissão Brundtland de abril de 1987, que afirmou que: *“mesmo no sentido mais extremo do termo, o desenvolvimento sustentado pressupõe uma preocupação de equidade social entre as gerações, preocupação que **deve** estar presente, logicamente, numa mesma geração”*. O termo utilizado em francês é *durable* que se trata de um princípio que **deve** garantir as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder também às suas próprias necessidades (ONU, 1987, negrito e tradução nossas).

As RPPNs surgem nesse contexto, de cumprir com o mesmo princípio sem ser criada e administrada pelo Estado, mas por **escolha** dos proprietários particulares, como está lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, no artigo 3º: *“O proprietário interessado em ter seu imóvel, integral ou parcialmente, transformado em RPPN, **deverá**, no âmbito federal, encaminhar requerimento ao IBAMA, solicitando a criação da RPPN, na totalidade ou em parte do seu imóvel* (BRASIL, 2000, negrito nosso).

Trata-se bastante de reforçar essa ação como ato voluntário dos proprietários como uma interpretação do texto da lei, mas que não cita esse termo, porém, já no texto de alteração da legislação sobre RPPNs que está em trâmites em Brasília, como está minuta de decreto federal das RPPNs que regulamenta no artigo 21º da lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, vem em seu artigo 1º:

A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é uma unidade de conservação de **domínio privado**, criada pelo poder público com o objetivo de conservar a diversidade biológica, **gravada com perpetuidade**, a ser gerida e especialmente protegida por **iniciativa voluntária do proprietário** do imóvel urbano ou rural, na forma da lei e seus regulamentos (ICMBIO, 2018, negrito nosso).

Da responsabilidade jurídica de prevenir, decorrem obrigações de fazer e não fazer. O Princípio da prevenção exige que os fundamentos naturais da vida sejam conservados em longo prazo e explorados com precaução. Já o princípio de defesa postula a ação somente contra os perigos certos, como acontece no direito do poder de polícia, ou seja, nesse caso, se prevê somente a restauração do meio ambiente em, assim é contrário ao princípio da prevenção. Dentro do princípio da responsabilidade da pessoa física e jurídica, para a conservação do meio ambiente e do homem – que dele faz parte – é preciso o direito da responsabilidade preventiva, que focaliza situações que antecedem o dano, com um olhar de futuro (MACHADO, 1993).

A reserva legal é obrigatória, podendo ser exigida a qualquer tempo. Já a criação de RPPN é sempre ato voluntário e espontâneo do proprietário (MMA, 2012). As RPPNs representam o engajamento da sociedade, de forma voluntária na implementação do SNUC e, por conseguinte, na conservação da biodiversidade brasileira.

Pela oportunidade dessa legislação, esse espaço é onde os proprietários de terra podem afirmar a pretensão de atuar no que acreditam para desenvolver para alguns até um trabalho transformador, conforme o grau de envolvimento dos proprietários com as possibilidades abertas pela legislação, sobre o que ela exige, obriga, sugere e permite. E assim o que está nessa legislação, em particular, são: 1) exigências para criar a reserva; 2) obrigações para criar a reserva; 3) benefícios advindos da criação de reservas; 4) obrigações e exigências para se manter a reserva e 5) permissões.

Em outros países, como foi possível levantar pela bibliografia, apresentada em capítulos anteriores, os proprietários particulares de terra poderiam até ter motivações e mentalidade conservacionistas, mas estariam engessados em uma legislação que não os permitiria colaborar para a conservação da diversidade biológica para as futuras gerações, como a legislação para as RPPNs permite. Um exemplo disso são as reservas privadas, que em alguns países, são apenas temporárias ou limitadas ao direito em vida de seus proprietários, não existindo a obrigatoriedade da transferência da instituição da reserva para seus herdeiros ou no ato de compra e venda (LANGHOLZ, 1996)

As mudanças de paradigmas conservacionistas estão intrinsecamente ligadas à legislação e caminharam em velocidades diferentes de país para país, às vezes com defasagem de muitos anos entre as medidas adotadas pelos seus Estados e governantes. Os Estados Unidos da América foram inovadores quando o Congresso Nacional criou, em 4 de dezembro de 1872, o Parque Nacional de Yellowstone, o primeiro parque nacional americano. O primeiro o Parque Nacional brasileiro, foi o de Itatiaia, criado em 1937, com uma disparidade de 65 anos (BRASIL, 1937; NATIONAL PARK SERVICE, 2019).

Assim, posto isso, seguirão as considerações sobre a criação das categorias, tendo como fio condutor a questão levantada do dever e da justiça usando-a para definir uma classificação que possa agrupar todos os proprietários e suas iniciativas voluntárias em diferentes grupos, com características diferentes, segundo suas ações e iniciativas, que a legislação permite, indo de um gradiente que envolve a lei como obrigação (“*medo à coerção*” de Hume) o que veio a atender as necessidade do proprietário (“*o interesse*

próprio” de Hume) e as motivações conservacionista (*“senso de justiça”* de Hume) sobre os direitos e deveres ambientais dos cidadãos.

Os deveres e os direitos ambientais dos proprietários das RPPNs auxiliaram na criação dessas categorias, que serão definidas pelo dever e pelo grau de compromisso e responsabilidade dos *“RPPNistas”*, que se mostraram diferentes, frente ao cenário encontrado.

Como última consideração, há de se entender que o controle prévio do Poder Legislativo não eliminará por si só os danos ambientais, mas inegavelmente amplia a possibilidade de participação popular na tramitação e votação de projetos pertinentes a tudo que foi citado acima.

6.13. Categorias de proprietários.

Foram escolhidas e criadas quatro categorias, a primeira trata-se do “obrigado”, a segunda do “cumpridor”, a terceira é o “predisposto” e a quarta é o “transformador”. Essas categorias definem-se basicamente por responderem as essas perguntas:

Categoria 1) “não voluntário, o obrigado”. COMO DEVO FAZER?

Categoria 2) “voluntário cumpridor”. COMO DEVO CUMPRIR?

Categoria 3) “voluntário predisposto”. COMO DEVO AJUDAR?

Categoria 4) “voluntário transformador”. COMO DEVO APERFEIÇOAR?

Basicamente, teremos duas oposições entre os proprietários, uma formada por proprietários não voluntários (NV) e outra por proprietários voluntários (V). Os “NVs” são a parte do grupo de proprietários que, em situações contraditórias a que se encontra no texto da legislação das RPPNs, não aderiram ao “mote” do voluntariado das mesmas. Não se tratam de RPPNs criadas pela espontaneidade para tornar terras de domínio privado em RPPNs. Voltando a Hume, esses enquadram-se em grupos sociais que ele classifica como aqueles com *“medo à coerção”*, somados aos que respondem à legislação apenas por *“interesse próprio”*. Já que esses, os “NVs”, não tiveram suas RPPNs criadas por ato voluntário e sim induzidos. Esses se constituem na categoria 1. Os proprietários “V” são todos aqueles que fizeram a escolha pessoal, particular, própria de tornar suas terras RPPNs. E, por esse gesto, são os que representam o grupo *“senso de justiça”*, exposto por Hume e comporiam o grupo que é esperado surgir perante a oportunidade oferecida pela legislação. Também é aquele fartamente alardeado nas campanhas dos órgãos ambientais públicos e nas entidades que agregam os proprietários de RPPNs em chamamentos, inclusive, para novas adesões de

proprietários. Esses grupos formam as categorias de 2 a 4 e estão nelas separados ainda, dentro do mesmo critério, o dever, mas com demonstram atuações diferentes, serão classificados e separados pelo cumprimento das normas hoje existentes para os “*RPPNistas*”. Na categoria 1, ficarão os que cumprem as obrigações das normas e estão satisfeitos com isso. Na categoria 2, aqueles que cumprem as obrigações das normas e executam também o que elas possibilitam. E na categoria 3, estão aqueles que cumprem as obrigações, e executam o que as normas possibilitam e tomam iniciativa em prol do tema das RPPNs e da conservação da biodiversidade.

Dai surgem os tipos de proprietários. Os “NVs” formam o grupo de proprietários **Legalmente Obrigado (L.O.s)**. O grupo “V” é composto dos proprietários com **Atividade Legal Obrigatória (A.L.O.)**, com **Atividade Legal Não Obrigatória (A.L.N.O.)** e com **Atividades Não Sugeridas na Lei (A.N.S.L.)** e os Proprietários sem classificação (**P.S.**) , respectivamente classificados pelas características definidas nas categorias 2 a 5 (quadro 6.38).

Quadro 6.38 - Categorias de “*RPPNistas*”.

Categoria	Pergunta	Tipo de “ <i>RPPNista</i> ”
1 não voluntário, obrigado.	como devo fazer?	L.O. - Legalmente Obrigado.
2 voluntário cumpridor.	como devo cumprir?	A.L.O. – com Atividades Legais Obrigatórias
3 voluntário predisposto.	como devo ajudar?	A.L.N.O. - com Atividades Legais Não Obrigatórias
4 voluntário transformador.	como devo aperfeiçoar?	A.N.S.L. – com Atividades Não Sugeridas na Lei.
5 Outro	Residual que não se enquadra em nenhuma outra categoria.	P.S. - Proprietários sem classificação

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

1) Categoria 1 - L.O.

Nessa categoria está o “não voluntário. obrigado” é onde ficarão agrupados os proprietários **Legalmente Obrigados (L.O.)**. É a única das categorias, da qual farão parte todos os proprietários de RPPNs, cujo processo de criação foi considerado como tendo sido determinado ou obrigado por terceiros. Estarão fazendo parte dessa categoria as RPPNs que foram criadas dentro de um contexto das compensações ambientais por punição legal por dano ambiental causado ou compensação de possíveis danos ambientais. Assim, nesses casos, entre os proprietários e o Estado, seja pelo sistema judiciário em forma de punição ou ajuste de conduta, ou pelos órgãos de licenciamento, não como punição, mas por estudos técnicos que previram danos ambientais na implantação da atividade. São casos em que foi

estabelecida uma condição, uma exigência estatal para a criação da RPPN, cujos proprietários “voluntariamente” encaminharam as requisições para obter reconhecimento não partindo de uma iniciativa conservacionista de fundo altruísta, mas para atender a “*interesse próprio*”, como coloca Hume, no reparo do passado, em uma demanda do presente ou uma necessidade futura. Seja ela como uma obrigação por ajuste de conduta, compensação e/ou mitigação.

Como foi levantado pela pesquisa, isso ocorreu para atender tratativas jurídicas no estabelecimento de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como punição do Estado para a compensação de danos causados, ou que partiram de processos envolvendo compensações ambientais ligadas à expansão de atividades industriais ou por aquelas demandas geradas para licenciamento de empreendimentos imobiliários, loteamentos previstos em EIA/RIMAs, com a compensação prevista pelos danos ambientais.

Essas foram ações consideradas “não voluntárias”, apesar de a RPPN ter sido criada como qualquer outra, respeitando a legislação que no artigo 3º do decreto nº 5.746, de 5 de junho de 2006, apenas afirma que “*o proprietário interessado em ter seu imóvel, integral ou parcialmente, transformado em RPPN, deverá [...] solicitando a criação da RPPN, na totalidade ou em parte do seu imóvel*”. O decreto não impõe e nem detalha nenhuma condição para tal. Nesses contextos, com a situação de determinação judicial, no caso de TAC ou compensação ambiental, em casos de licenciamentos, cria-se a reserva mesmo assim, mas ferindo o cunho de “voluntaria”, que seria aquela executada por decisão espontânea do proprietário em colaborar para conservação ambiental (BRASIL, 2006a, negrito nosso).

Dessa forma, entende o autor que se a área foi criada nesse contexto e em se tratando de RPPNs, nos casos encontrados de PJ corporativas, não se aplicam nenhum dos critérios que serão utilizados para a avaliação das RPPNs voluntárias a ser classificadas nas categorias de 2 a 4. A identificação desse tipo de RPPN foi feita da seguinte forma: 1) pelo depoimento do entrevistado; 2) pelos documentos acessados na pesquisa bibliográfica ou 3) por ter a questão esclarecida por outra fonte envolvida que tenha acompanhado o caso de pedido do reconhecimento

Quando houve esta identificação a RPPN passou a fazer parte dessa categoria, sem considerar qualquer desdobramento posterior, já que o principal objetivo da pesquisa está ligado a identificar as razões e motivações que influenciaram o momento de decisão de criação da RPPN. Esses proprietários podem ter prosseguido em implantando uma série de programas de cunho educativo, de visitação da área, de soltura de animais, de recomposição ambiental, plantio de nativas, plano de manejo e tudo que a legislação sugere e que,

posteriormente, dificultaria a avaliação de quais razões, motivações e ou intenções de fato teriam motivado a criação da RPN e a execução de tais programas. Muitos desses programas, pós criação da RPPN, podem ter cunho também de “*interesse próprio*” em obter algum tipo de vantagem econômica, de prestígio social, de autopromoção junto ao cliente alvo, o que não torna a área criada um ato de voluntariado para constituir espontaneamente um patrimônio ambiental, pois esse foi criado por algum tipo de interferência estatal. Não foi objetivo dessa pesquisa estabelecer se tais ações prestaram-se mais ao cumprimento da legislação ou a atingir terrenos ainda não previstos nela, como o uso da RPPN para criar empatia com “clientes verdes”, que são entendidos pela empresa como futuros compradores de lotes, ou mesmo agregando valor a esses loteamentos ou ainda para servir como marketing “verde” para manter a empresa com prestígio junto a seus clientes e à sociedade, recebendo até premiações do empresariado por suas “iniciativas sustentáveis” no âmbito da prática de “*green-washing*”¹⁵⁰ como ação corporativa (ADAMS, 2017).

Mesmo que os responsáveis por essas reservas, ao serem perguntados sobre o assunto, nas entrevistas, não tenham declarado essa condição de suas áreas, mas outras formas de busca tenham identificado esse não voluntariado, a RPPN foi lançada nessa categoria.

Entende-se, portanto, por proprietários “NVS” todas aquelas, ao contrário da legislação, criaram suas reservas atreladas a alguma obrigatoriedade, de forma direta ou indireta, com influência do Estado no processo decisório ou decisão corporativa não altruísta, filantrópica na conservação da biodiversidade. Essas não podem ser configuradas como fazendo parte do grupo de RPPNs de criação voluntárias, que irão compor todas as demais categorias, para as quais serão aplicados os critérios que possam distinguir seus responsáveis, em suas motivações e atuação como proprietários de RPPNs.

O Estado está, de alguma forma, em sua função, alinhado a preceitos de conservação consagrados no mundo, pois na Declaração de Estocolmo Sobre O Meio Ambiente Humano, princípio 17, de 1972, o princípio da obrigatoriedade da intervenção estatal está assim:

“**Deve** ser confiada às instituições nacionais competentes a tarefa de planificar, administrar e controlar a utilização dos recursos ambientais dos Estados, com o fim de melhorara a qualidade do meio ambiente” (UN, 1973, **negrito** nosso).

¹⁵⁰ O anglicismo *greenwashing* (do inglês *green*, verde, e *whitewash*, branquear ou encobrir) ou banho verde indica a injustificada apropriação de virtudes ambientalistas por parte de organizações (empresas, governos, etc.) ou pessoas, mediante o uso de técnicas de marketing e relações públicas.

Machado (1993, p. 209) trata do Princípio da prevenção e da precaução e coloca que *“o posicionamento preventivo tem por fundamento a responsabilidade no causar perigo ao meio ambiente. [...]”*. Cabe ainda lembrar a citação de Mitchell (2007) de que embora sem confronto e (na maioria dos casos) apolítico, trabalhando de bom grado, voluntariamente, nem todos os proprietários são motivado por intenções altruístas.

Esse grupo apenas atendeu e responde a um pergunta: “o que sou obrigado a fazer” para viabilizar junto ao Estado a minha iniciativa empresarial? O que posso ou devo cumprir?

A categoria tratada acima, como apresentado, está composta por RPPNs que, em sua origem, tiveram alguma ação direta ou indireta indutiva no processo de criação e sempre configurarão nessa categoria, pois não podem mudar os fatos de origem. Quanto às próximas três categorias, que serão apresentadas a seguir, existe a possibilidade de que as RPPNs, hoje pertencentes a uma categoria, possam, em outro momento que voltem a ser estudadas, serem colocadas em outra categoria, mudando de grupo. Os critérios adotados para classificar essas RPPNs voluntárias “altruístas”, portanto, não “engessam” a sua permanência em alguma categoria, pois são critérios que observaram algumas ações das RPPNs, que podem mudar ao longo do tempo, na passagem, por exemplo, a novos proprietários, alterando a intensidade em sua intensidade em fazer o que a legislação permite e em expandir suas ações conservacionistas para além do que a lei prevê, avançando ações, procedimentos e iniciativas.

As três categorias a serem tratadas a seguir são as dos proprietários “Vs”, de adesão voluntária para a criação de suas RPPNs. A adesão espontânea ao chamamento para criarem RPPNs é o critério para inclusão de todas essas RPPNs identificadas como criadas por ato de iniciativa **exclusivamente** própria, em ato voluntário de seu(s) próprio(s) proprietário(s). Esse grande grupo está em oposição ao dos proprietários “NVs”, que representaram as RPPNs identificadas na RBCV-SP que **não foram criadas** por ato voluntário do proprietário, mas como parte de alguma exigência de órgãos ambientais ou outras entidades do Estado para ajustes, compensações por danos ou compensações futuras previstas, além de outras situações e mecanismos que indicam não terem sido criadas por “ato de voluntariado”.

2) Categoria 2 - A.L.O.

Nessa categoria está o “cumpridor” e é onde ficarão agrupados os proprietários com **Atividade Legal Obrigatória *A.L.O.)** -. Trata-se do grupo de proprietários “Vs”, de vocação altruísta, que tem como característica cumprir todo os deveres que a legislação exige

e se sentem satisfeitos com isso, criando a sua RPPN como está na “cartilha”, sem avançar além de conseguir o reconhecimento da área. São aqueles que tem como objetivo verificar o que devem fazer para terem sua RPPN criada. São os “voluntários legalistas”, o grupo do dever e que atende a legislação do ponto de vista das suas **“obrigações”**. Voluntariam-se a serem cumpridores da lei. A checar tudo que é necessário para ter o reconhecimento de sua área, atendendo a todos os quesitos exigidos pelo Poder Público, sem uma vírgula a mais cumprindo a tabela de exigências e tarefas. São os cumpridores de todos os quesitos e exigências, instituídos pelos decretos - federal nº 5.746, de 5 de abril de 2006; estadual nº 51.150, de 3 de outubro de 2006, ou municipal nº 50.912, de 7 de outubro de 2009 - para a criação da RPPN (BRASIL, 2006a; SÃO PAULO (Estado), 2006, 2009). Basicamente cumprem seu dever e respondem a quatro situações para efetivar a criação de sua reserva e, assim, obter o posterior desfrute do reconhecimento:

- a) atender todas as exigências para se candidatar (quadro 6.39).

Quadro 6.39 - O que precisa ter para se candidatar.

Exigências para criar	Decretos		
	Fed. 5.746/2006	Est. 51.150/200	Mun. 50.912/2009
Ser de domínio privado.	Art. 1 ^o	Art. 3 ^o	Art. 2 ^o
Ter diversidade biológica para conservar. ¹⁵²	Art. 1 ^o	Art. 3 ^o	Art. 2 ^o
Aceitar preservação perpétua.	Art. 1 ^o	Art. 3 ^o e Art. 4 ^o	Art. 2 ^o

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019b); Fundação Florestal (2019b); São Paulo (SP) (2011a).

b) atender todas as obrigações para criar (quadro 6.47).

Quadro 6.40 - O que precisa ter para requerer (continua).

Obrigações para criar	Decretos		
	Fed. 5.746/2006	Est. 51.150/200	Mun. 50.912/2009
Expressa manifestação do proprietário	Art. 3 ^o ¹⁵³	Art. 4 ^o ¹⁵⁴	---
Encaminhar requerimento	Art. 3 ^o	Art. 2 ^o ¹⁵⁵	---
Encaminhar documentos pessoais e da empresa	Art. 3 ^o	Art. 2 ^o /6 ^o	Art. 3 ^o
Certidão negativa de débitos	Art. 3 ^o	Art. 2 ^o /6 ^o	Art. 2 ^o ¹⁵⁶ /3 ^o ¹⁵⁷
Quitação ITR ou IPTU	---	Art. 6 ^o	Art. 3 ^o
CCIR ¹⁵⁸	Art. 3 ^o	Art. 2 ^o	Art. 3 ^o
Termo de Compromisso	Art. 3 ^o	Art. 2 ^o /6 ^o /7 ^o	Art. 4 ^o
Título de domínio do imóvel	Art. 3 ^o	Art. 2 ^o	Art. 3 ^o
Certidão de matrícula e registro do imóvel	Art. 3 ^o	Art. 2 ^o	Art. 5 ^o ¹⁵⁹ /10 ^o ¹⁶⁰
Planta da área total do imóvel/mapa	Art. 3 ^o	Art. 2 ^o /6 ^o	Art. 3 ^o
Memorial descritivo dos limites	Art. 3 ^o	Art. 2 ^o	Art. 3 ^o ¹⁶¹
Atender aprovação de órgão público ¹⁶²	Art. 2 ^o /5 ^o	Art. 4 ^o	Art. 4 ^o
Certidão do Cartório de Registro de Imóveis	Art. 5 ^o ¹⁶³	Art. 4 ^o ¹⁶⁴ /7 ^o	Art. 2 ^o
Ter aprovação em portaria ¹⁶⁵ ou resolução ¹⁶⁶	Art. 2 ^o /5 ^o	Art. 4 ^o e 7 ^o	Art. 4 ^o
Tem anuência de quando os limites podem ser alterados ¹⁶⁷	Art. 5 ^o	---	Art. 7 ^o

¹⁵¹ Adotado a abreviação “art.” comumente usada para “artigo” na legislação.

¹⁵² Não podem se candidatar às RPPNs áreas degradadas, desmatadas e/ou com cobertura de exóticas.

¹⁵³ O proprietário interessado em ter seu imóvel, integral ou parcialmente, transformado em RPPN, deverá, no âmbito federal, encaminhar requerimento ao IBAMA, solicitando a criação da RPPN, na totalidade ou em parte do seu imóvel.

¹⁵⁴ A RPPN será instituída por expressa manifestação do proprietário.

¹⁵⁵ A criação, implantação e gestão de RPPN no Estado de São Paulo obedecerá aos procedimentos fixados no presente decreto, respeitados os princípios constantes da lei federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e os objetivos do Programa Estadual de Apoio às Reservas Particulares do Patrimônio Natural, instituído pelo decreto nº 51.150, de 3 de outubro de 2006, artigo 1^o.

¹⁵⁶ Não será reconhecida RPPN em imóvel sobre o qual recaiam autos de infração de natureza ambientais não quitados ou compensações ambientais pendentes de adimplemento.

¹⁵⁷ Declaração do proprietário de que sobre o imóvel não recaem autos de infração de natureza ambientais não quitados ou compensações ambientais pendentes de adimplemento, inclusive referentes a penalidades aplicadas ou compromissos estabelecidos por outros entes da federação.

¹⁵⁸ Certificado de Cadastro do Imóvel Rural (CCIR).

¹⁵⁹ Após a celebração do termo de compromisso, o proprietário deverá no prazo de 60 (sessenta) dias, promover a averbação do gravame no Cartório de Registro de Imóveis competente e encaminhar cópia do registro atualizado à SVMA.

¹⁶⁰ Submeter, em até 5 (cinco) anos a partir da data da averbação do gravame junto ao Cartório de Registro de Imóveis, o plano de manejo à aprovação de SVMA.

¹⁶¹ Memorial descritivo e planta da área total do imóvel, assinados por profissional habilitado e com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), contendo: os limites; os confrontantes; a área a ser reconhecida como RPPN, quando parcial; a localização da propriedade no município ou região e as coordenadas dos vértices definidores dos limites do imóvel e da área proposta como RPPN, georreferenciadas de acordo com o Sistema Geodésico Brasileiro (SGB), e com indicação da base cartográfica utilizada.

¹⁶² Depois de verificar a legitimidade e a adequação jurídica e técnica do requerimento, frente à documentação apresentada; II - realizar vistoria do imóvel, de acordo com os critérios estabelecidos no anexo III deste decreto; III - divulgar no Diário Oficial da União (DOU) a intenção de criação da RPPN; disponibilizar na internet, pelo prazo de vinte dias, informações sobre a RPPN proposta, e realizar outras providências cabíveis, de acordo com o § 1^o do artigo 5^o do decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, para levar a proposta a conhecimento público; IV - avaliar, após o prazo de divulgação, os resultados e implicações da criação da unidade, e emitir parecer técnico conclusivo que, inclusive, avaliará as propostas do público; V - aprovar ou indeferir o requerimento, ou, ainda, sugerir alterações e adequações à proposta; VI - notificar o proprietário, em caso de parecer positivo, para que proceda à assinatura do Termo de Compromisso, e averbação deste junto à matrícula do imóvel afetado, no Registro de Imóveis competente, no prazo de sessenta dias contados do recebimento da notificação.

¹⁶³ Após a averbação do Termo de Compromisso pelo proprietário, comprovada por certidão do Cartório de Registro de Imóveis.

¹⁶⁴ Averbar no Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição imobiliária competente.

¹⁶⁵ Publicar a portaria referida no artigo 2^o deste Decreto, após a averbação do Termo de Compromisso pelo proprietário, comprovada por certidão do Cartório de Registro de Imóveis.

¹⁶⁶ O reconhecimento de uma RPPN será efetuado por meio de resolução do Secretário do Meio Ambiente, após manifestação favorável fundamentada da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo.

¹⁶⁷ Parágrafo único. Depois de averbada, a RPPN só poderá ser extinta ou ter seus limites recuados na forma prevista no artigo nº 22 da lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Quadro 6.40 - O que precisa ter para requerer (conclusão).

Obrigações para criar	Decretos		
	Fed. 5.746/2006	Est. 51.150/200	Mun. 50.912/2009
Permitida sobre em Reserva Legal	---	Art. 5 ^o ¹⁶⁸	Art. 2 ^o ¹⁶⁹
Permite espécies exóticas preexistentes ¹⁷⁰	Art. 11 ^a § 1 ^o	---	---
Recuperação com espécies nativas ¹⁷¹	Art. 11 ^a § 2 ^o	---	---
Proibida em área de mineração ¹⁷²	Art. 12 ^a	---	Art. 8 ^a ¹⁷³
Proibida práticas incompatíveis ¹⁷⁴	---	Art. 9 ^a	Art. 23 ^a ¹⁷⁵
Não ter nem instalado criadouros ¹⁷⁶	Art. 21 ^a	---	Art. 16 ^a
Acesso livre a vistoria e fiscalização ¹⁷⁷	Art. 23 ^a	Art. 7 ^o /8 ^a	Art. 4 ^o ¹⁷⁸ /18 ^a
Ter permissão de acesso do proprietário ¹⁷⁹	---	Art. 9 ^a	---

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019b); Fundação Florestal (2019b); São Paulo (SP) (2011a).

c) atender todas as exigências para manter quadro 6.48.

Quadro 6.41 - O que precisa ter para manter (continua).

Exigências para manter	Decretos		
	Fed. 5.746/2006	Est. 51.150/200	Mun. 50.912/2009
Não descumprir das normas legais ¹⁸⁰	Art. 9 ^a	---	---
Não ter exploração econômica fora da lei ¹⁸¹	Art. 16 ^a	---	---
Ter moradia apenas para proprietário e alguns funcionários ¹⁸²	Art. 17 ^a	---	---
Assegurar a manutenção dos atributos ambientais	Art. 24 ^a	Art. 10 ^a /11 ^a ¹⁸³	Art. 7 ^a /10 ^a /23 ^a ¹⁸⁴

¹⁶⁸ A RPPN não deverá ser composta exclusivamente da Área de Reserva Legal(ARL) do imóvel, exceto nos casos em que haja comprovado ganho ambiental, devidamente justificado em laudo técnico assinado por profissional legalmente habilitado, aplicando-se a cada uma das áreas a legislação ambiental respectiva.

¹⁶⁹ Quando o somatório das Áreas de Preservação Permanente(APP) e da Área de Reserva Legal(ARL) previstas na lei federal nº 4.771, de 15 setembro de 1965, corresponder a mais de 70% da extensão total do imóvel, a RPPN poderá, a critério do proprietário, situar-se inteiramente nos limites destas áreas. Quando não atingido o percentual indicado no § 2º deste artigo, a RPPN deverá ter seus limites situados fora das APPs e da ARL em extensão correspondente a pelo menos 10% da área total do imóvel.

¹⁷⁰ A eventual utilização de espécies exóticas preexistentes, quando do ato de criação da RPPN, deverá estar vinculada a projetos específicos de recuperação previstos e aprovados no plano de manejo.

¹⁷¹ Os projetos de recuperação somente poderão utilizar espécies nativas dos ecossistemas onde está inserida a RPPN.

¹⁷² Não será criada RPPN em área já concedida para lavra mineira, ou onde já incida decreto de utilidade pública ou de interesse social incompatível com os seus objetivos.

¹⁷³ A existência de direitos minerários anteriores ao pedido de reconhecimento da RPPN poderá implicar na exclusão da área de exploração minerária incidente no perímetro proposto para a instituição da unidade.

¹⁷⁴ É vedado o desenvolvimento de atividades que comprometam ou alterem os atributos naturais da RPPN que justificaram sua criação.

¹⁷⁵ Os benefícios previstos neste decreto poderão ser suspensos por SVMA sempre que promover o proprietário alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu plano de manejo e seu regulamento.

¹⁷⁶ É vedada a instalação de qualquer criadouro em RPPN, inclusive de espécies domésticas. Excetuam-se da proibição prevista no caput deste artigo os criadouros científicos vinculados a planos de recuperação de populações de animais silvestres localmente ameaçados, ou de programas de repovoamentos de áreas por espécies em declínio na região, de acordo com estudos técnicos prévios aprovados pelo órgão ambiental competente.

¹⁷⁷ No exercício das atividades de vistoria, fiscalização, acompanhamento e orientação, os órgãos ambientais competentes, diretamente ou por prepostos formalmente constituídos, terão livre acesso à RPPN.

¹⁷⁸ Emissão de laudo técnico de vistoria do imóvel, contendo informações sobre a tipologia vegetal, a paisagem, a hidrografia, o estado de conservação de seus atributos ambientais, as atividades desenvolvidas no local, as eventuais pressões potencialmente degradantes do ambiente e parecer conclusivo acerca do interesse público na criação da unidade de conservação.

¹⁷⁹ Eventuais atividades a serem desenvolvidas ou implementadas na RPPN, por iniciativa do órgão público, instituição de ensino, científica ou outra de qualquer natureza deverão ser compatíveis com o estipulado no plano de manejo e dependerão de autorização prévia do proprietário do imóvel, no que diz respeito a entrar na área para desenvolvimento das atividades, bem como devem ser objeto de informação ou relatório à Fundação Florestal do Estado de São Paulo, para registro e acompanhamento do manejo e da utilização da Reserva.

¹⁸⁰ O descumprimento das normas legais, constantes deste Decreto e do Termo de Compromisso, referentes à RPPN, sujeitará o proprietário às sanções da lei desde a assinatura do referido Termo.

¹⁸¹ Não é permitida na RPPN qualquer exploração econômica que não seja prevista em lei, no termo de compromisso e no plano de manejo.

¹⁸² Somente será admitida na RPPN moradia do proprietário e funcionários diretamente ligados a gestão da unidade de conservação, conforme dispuser seu plano de manejo. Parágrafo único. Moradias e estruturas existentes antes da criação da RPPN e aceitas no seu perímetro poderão ser mantidas até a elaboração do plano de manejo, que definirá sua destinação.

¹⁸³ As RPPN serão anualmente monitoradas, ficando o proprietário do imóvel, em caso de descaracterização dos atributos que justificarem a sua criação, obrigado à recomposição, sem prejuízo das demais cominações legais. 1º - Por descaracterização, entendem-se atividades e/ou intervenções na RPPN que possam prejudicar seus atributos, sua manutenção, sua qualidade ambiental ou que propiciem o desvio de sua destinação. § 2º - Verificada, no monitoramento, alteração negativa da área protegida por ação ou omissão nociva do responsável legal pela RPPN, este será notificado a sanar a irregularidade e reparar danos causados, com orientação da Fundação Florestal do Estado de São Paulo, sob pena de instauração de procedimentos para apuração de responsabilidades.

¹⁸⁴ Os benefícios previstos neste decreto poderão ser suspensos por SVMA sempre que causar o proprietário ou pessoa sob suas ordens qualquer forma de degradação à RPPN.

Quadro 6.48 - O que precisa ter para manter (conclusão)

Exigências para manter	Decretos		
	Fed. 5.746/2006	Est. 51.150/200	Mun. 50.912/2009
Sinalizar os seus limites	Art. 24 ^o	Art. 10 ^o	---
Advertir 3 ^{os} das proibições	Art. 24 ^o ¹⁸⁵	Art. 10 ^o ¹⁸⁶	---
Plano de manejo	Art. 24 ^o ¹⁸⁷	Art. 8 ^o ¹⁸⁸ /10 ^o ¹⁸⁹	Art. 11 ^o /24 ^o ¹⁹⁰
Relatório anual ¹⁹¹	Art. 24 ^o	Art. 10 ^o	Art. 10 ^o /24 ^o ¹⁹²
RPPN mínimo de 20% do imóvel	---	---	Art. 2 ^o ¹⁹³

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019b); Fundação Florestal (2019b); São Paulo (SP) (2011a).

4) receber todos os benefícios previstos em lei (quadro 6.49).

Quadro 6.42 - Quais benefícios pode se obter (continua).

Benefícios a receber	Decretos		
	Fed. 5.746/2006	Est. 51.150/2006	Mun. 50.912/2009
Preferência de análise na zona de amortecimento	Art. 4 ^o	---	---
Isenção de taxa	Art. 6 ^o	---	---
Isenção de ITR ¹⁹⁴	Art. 8 ^o	---	---
Isenção de IPTU	---	---	Art. 19 ^o
Propriedade hipotecada ¹⁹⁵	Art. 10 ^o	---	---
Ter área degradada ¹⁹⁶	Art. 11 ^o	---	---
Pode ser criada em APAs ¹⁹⁷	Art. 13 ^o	---	---
FNMA e FEMA com análise prioritária	Art. 27 ^o ¹⁹⁸	---	Art. 21 ^o ¹⁹⁹
Crédito rural priorizado ²⁰⁰	Art. 28 ^o	---	---
Compensação ambiental ²⁰¹	Art. 29 ^o	---	Art. 22 ^o

¹⁸⁵ Advertindo terceiros quanto a proibição de desmatamentos, queimadas, caça, pesca, apanha, captura de animais e quaisquer outros atos que afetem ou possam afetar a integridade da unidade de conservação.

¹⁸⁶ Divulgar, na região, sua condição de RPPN, inclusive com a colocação de placas nas vias de acesso e nos limites da área, advertindo quanto à proibição de desmatamento, queimada, caça, pesca, apanha, captura de animais e qualquer outro ato que afete ou possa afetar o meio ambiente.

¹⁸⁷ Submeter, no âmbito federal, à aprovação do IBAMA o plano de manejo da unidade de conservação, em consonância com o previsto no artigo 15^o deste Decreto.

¹⁸⁸ Toda RPPN deverá dispor de plano de manejo elaborado pelo proprietário da área, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses da assinatura do termo de compromisso. § 2^o - A Fundação Florestal do Estado de São Paulo prestará orientação técnica e científica ao proprietário de RPPN, sempre que possível, para a elaboração de plano de manejo.

¹⁸⁹ É obrigação do proprietário da área de RPPN: elaborar e implementar um plano de manejo da unidade.

¹⁹⁰ A RPPN deverá contar com Plano de Manejo analisado e aprovado pela SVMA. Os benefícios previstos neste decreto poderão ser suspensos por SVMA sempre que não for o plano de manejo submetido à aprovação de SVMA.

¹⁹¹ Encaminhar, no âmbito federal, anualmente ao IBAMA, e sempre que solicitado, relatório da situação da RPPN e das atividades desenvolvidas.

¹⁹² Os benefícios previstos neste decreto poderão ser suspensos por SVMA sempre que deixar o proprietário de apresentar os relatórios de atividade previstos.

¹⁹³ A área da RPPN deverá corresponder a, no mínimo, 20% (vinte por cento) da área total do imóvel.

¹⁹⁴ Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

¹⁹⁵ A RPPN poderá ser criada em propriedade hipotecada, desde que o proprietário apresente anuência da instituição credora.

¹⁹⁶ A RPPN poderá ser criada abrangendo até trinta por cento de áreas para a recuperação ambiental, com o limite máximo de mil hectares, a critério do órgão ambiental competente, observado o parecer técnico de vistoria.

¹⁹⁷ A RPPN poderá ser criada dentro dos limites de Área de Proteção Ambiental (APA), sem necessidade de redefinição dos limites da APA.

¹⁹⁸ Os projetos referentes à implantação e gestão de RPPN terão análise prioritária para concessão de recursos oriundos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e de outros programas oficiais.

¹⁹⁹ Análise prioritária de projetos que pleiteiem a concessão de recursos oriundos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA).

²⁰⁰ Os programas de crédito rural regulados pela administração federal priorizarão os projetos que beneficiem propriedade que contiver RPPN no seu perímetro, de tamanho superior a cinquenta por cento da área de reserva legal exigida por lei para a região onde se localiza, com plano de manejo da RPPN aprovado.

²⁰¹ No caso de empreendimento com significativo impacto ambiental que afete diretamente a RPPN já criada, o licenciamento ambiental fica condicionado à prévia consulta ao órgão ambiental que a criou, devendo a RPPN ser uma das beneficiadas pela compensação ambiental, conforme definido no artigo 36^o da lei nº 9.985, de 2000, e no artigo 33^o do decreto nº 4.340, de 2002. § 1^o É vedada a destinação de recursos da compensação ambiental para RPPN criada após o início do processo de licenciamento do empreendimento. § 2^o Os recursos provenientes de compensação ambiental deverão ser empregados na preservação dos recursos ambientais da RPPN.

Quadro 6.42 - Quais benefícios pode obter (conclusão).

Benefícios a receber	Decretos		
	Fed. 5.746/2006	Est. 51.150/2006	Mun. 50.912/2009
Associativismo ²⁰²	---	Art. 1 ^o	---
Redução ou isenção tributária	---	Art. 1 ^o ²⁰³	Art. 22 ^o ²⁰⁴
Concessão de créditos ²⁰⁵	---	Art. 1 ^o	---
Capacitação ²⁰⁶	---	Art. 1 ^o	Art. 20 ^o
Apoio técnico científico	---	Art. 1 ^o ²⁰⁷	Art. 20 ^o ²⁰⁸ /21 ^o
Apoio de instituições de pesquisa	---	Art. 9 ^o	Art. 21 ^o
Eficiência na fiscalização e na proteção	---	Art. 1 ^o ²⁰⁹	Art. 20 ^o ²¹⁰ /21 ^o ²¹¹
Campanhas ²¹²	---	Art. 1 ^o	Art. 20 ^o
Brigadas contra incêndios	ICMBio ²¹³	---	---
Outros estímulos	---	Art. 1 ^o ²¹⁴	Art. 20 ^o ²¹⁵ /21 ^o ²¹⁶

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019b); Fundação Florestal (2019b); São Paulo (SP) (2011a).

Esses “voluntários legalistas” realmente constituem-se no grupo do dever, já que esse proprietário requisitante aproveita a oportunidade de criar a sua reserva particular, mas não avança, não toma iniciativa e nem desfruta do que a legislação permite para as RPPNs criadas (quadro 6.43), já que algumas condições estão na lei apenas como sugestões. Nesse sistema de designação voluntária de área protegida, o grupo dessa categoria apenas concorda com certos objetivos ou restrições de gerenciamento. Há, nesse grupo, por exemplo, RPPNs que existem há duas décadas e não possuem plano de manejo ou que não tenham promovido nenhuma atividade educativa nesse período. Não desenvolvem nenhuma ação que não se possa identificar como o que fizeram foi exercer o papel de cumpridores das leis para as RPPNs.

Esse grupo apenas atendeu e respondeu à pergunta: “como devo cumprir?”, criou a RPPN e está no mesmo ponto, apenas com seu certificado em mãos.

²⁰² Fortalecimento da organização associativa dos proprietários de RPPNs do Estado de São Paulo.

²⁰³ Gestão junto aos competentes órgãos das esferas federal, estadual e municipal objetivando a concessão de isenções tributárias e outros incentivos fiscais para as RPPN, reconhecidas como tal nos termos deste decreto.

²⁰⁴ Promover o relacionamento com os órgãos competentes das esferas federal, estadual e municipal, objetivando a concessão de isenções tributárias e outros incentivos fiscais para as RPPNs.

²⁰⁵ Gestão junto aos setores governamentais das esferas federal, estadual e municipal com vista à priorização da concessão de crédito por instituições oficiais, relativamente a imóveis que contenham em seu perímetro RPPN, reconhecidas como tal nos termos deste decreto.

²⁰⁶ Capacitação dos proprietários de RPPN e apoio às iniciativas de capacitação de suas equipes;

²⁰⁷ Apoio técnico e científico, visando o monitoramento e os estudos nas RPPNs e orientação técnica nos processos de recomposição ambiental das RPPNs.

²⁰⁸ Apoiar as iniciativas técnicas relacionadas ao monitoramento.

²⁰⁹ Articulação e ação conjunta com os demais órgãos públicos fiscalizadores do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IDE-Sisema), visando à otimização dos resultados de proteção das RPPNs.

²¹⁰ Ações conjuntas com os demais órgãos públicos do IDE-Sisema, visando otimizar as medidas de proteção das RPPNs.

²¹¹ Apoio ao proprietário nas ações de proteção e repressão aos crimes ambientais praticados por terceiros, assegurando-lhe atendimento prioritário quando os atributos naturais da RPPN estiverem sob risco.

²¹² Apoio à divulgação das RPPNs, seus objetivos e importância, com campanhas sistemáticas e permanentes, que tenham como público alvo a sociedade e os órgãos públicos.

²¹³ Em documento do MMA (2012) existem informações sobre a possibilidade de conseguir apoio para a formação de uma brigada voluntária de combate a incêndios. O órgão informa que o apoio pode ser por meio da disponibilização de instrutores para a formação dos brigadistas que irão compor a brigada da RPPN. Também pode solicitar apoio para prevenção e combate a incêndios na RPPN.

²¹⁴ Outros estímulos e incentivos objetivando a implementação e consolidação de RPPN.

²¹⁵ Promover medidas de incentivo à criação de RPPNs e apoiar a gestão de RPPNs localizadas no Município de São Paulo, independente da esfera de criação.

²¹⁶ Chamamento específico para a celebração de convênios relativos a projetos de criação e gestão de RPPNs e divulgação de benefícios e incentivos fiscais concedidos por outros entes da federação.

3) Categoria 3. A.L.N.O.

Nessa categoria está o “predisposto” e é onde ficarão agrupados os proprietários com **Atividade Legal Não Obrigatória (A.L.N.O.)**. Trata-se do grupo de proprietários “Vs”, de vocação altruísta, que tem como característica, além de cumprir todo os deveres que a legislação exige, como os da categoria 2 dos “cumpridores”, mostram-se predispostos a executarem ações permitidas, mas não obrigatórias, para realizarem em suas RPPNs. Além de aplicar a “cartilha” de exigências, tem como característica buscar o que podem fazer, além do que está na legislação como exigências a cumprir. A categoria anterior basicamente cumpre seu dever respondendo a quatro situações: 1) atender todas as exigências para se candidatar (quadro 6.39); 2) atender todas as obrigações para criar (quadro 6.40); 3) atender todas as exigências para manter tabela (quadro 6.41) e 4) receber todos os benefícios previstos em lei (quadro 6.42).

Esse proprietário dessa categoria procura pelas atividades que podem ser executadas em sua RPPN e as implantam. Atividades permitidas ou que podem ser estimuladas como a realização de pesquisa científica, visitaço com objetivo turístico, atividades de ecoturismo, visitaço com objetivo recreativo, visitaço com objetivo educacional, atividades de educaço ambiental, introduço de espcies silvestres, soltura de animais silvestres, montagem de viveiros de espcies nativas, recuperaço de florestas e de reas degradadas e participaço em conselho de mosaico de UCs. Todas elas absolutamente **facultativas**. No h exigncia legal alguma que os obrigue a fazer isso, eles a fazem, executando-as dentro de um “*senso de justia*” ambiental pela natureza.

Desse modo, proporcionam, e implantam atividades legais no obrigatrias. um perfil de voluntrio mais “empolgado”, predisposto a atender o que a lei sugere. Alm de seus deveres, exercem seus direitos, executando as atividades que podem ser feitas mesmo que no sejam exigidas na legislao. Como est na legislao que “*os rgos integrantes do SNUC, sempre que possvel e oportuno, prestaro orientao tcnica e cientfica ao proprietrio de Reserva Particular do Patrimnio Natural*”, esses proprietrios procuram esse apoio e orientao. Aproveitam que “*a realizao de pesquisa cientfica independe da existncia de plano de manejo*” e estimulam a atividade (BRASIL, 2006a).

Faro parte dessa categoria qualquer responsvel por RPPN que executar pelo menos uma das atividades no obrigatrias pela legislao (quadro 6.43).

Esse grupo apenas atendeu e responde pergunta: “como devo ajudar?”.

Quadro 6.43 - O que precisa ter para manter.

Permissões para as criadas	Decretos		
	Fed. 5.746/2006	Est. 51.150/2006	Mun. 50.912/2009
Realização de pesquisa científica	Art. 14 ^a 217	Art. 9 ^a 218	Art. 2 ^a /9 ^a /14 ^a 219/20 ^a
Visitação com objetivo turístico	Art. 14 ^a	Art. 9 ^a 220	Art. 2 ^a /9 ^a
Atividades de ecoturismo ²²¹	---	Art. 1 ^a	Art. 20 ^a
Visitação com objetivo recreativo	Art. 14 ^a	Art. 9 ^a 222	Art. 2 ^a /9 ^a
Visitação com objetivo educacional	Art. 14 ^a	Art. 9 ^a 223	Art. 2 ^a /9 ^a
Atividades de educação ambiental ²²⁴	---	Art. 1 ^a	Art. 20 ^a
Estímulo a pesquisa científica ²²⁵	Art. 18 ^a	---	---
Introduzir espécies silvestres ²²⁶	Art. 19 ^a	---	Art. 15 ^a 227
Soltura de animais silvestres ²²⁸	Art. 20 ^a	---	Art. 16 ^a 229/21 ^a 230
Viveiros de espécies nativas ²³¹	Art. 22 ^a	---	Art. 17 ^a /21 ^a 232
Conselho de mosaico ²³³	Art. 30 ^a	---	Art. 13 ^a 234
Recuperação florestal/ambiental	Art. 11 ^a 235	---	Art. 17 ^a

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019b); Fundação Florestal (2019b); São Paulo (SP) (2011a).

4) Categoria 4 - A.N.S.L.

Nessa categoria está o “transformador” e é onde ficarão agrupados os proprietários com **Atividade Não Sugerida na Lei (A.N.S.L.)**. Trata-se do grupo de proprietários “Vs”, de vocação altruísta, que tem como característica, além de cumprir todo os deveres que a legislação exige, como os da categoria 2, dos “cumpridores” e de executar algumas ações não

²¹⁷ Todas as atividades deste artigo devem estar previstas no termo de compromisso e no seu plano de manejo. Parágrafo único. Até que seja aprovado o plano de manejo, as atividades e obras realizadas na RPPN devem se limitar àquelas destinadas a garantir sua proteção e a pesquisa científica.

²¹⁸ Podem ser implementadas ou desenvolvidas na RPPN, atividades de pesquisa científica.

²¹⁹ A pesquisa científica no interior de RPPN não poderá colocar em risco a sobrevivência das espécies integrantes do ecossistema protegido.

²²⁰ Podem ser implementadas ou desenvolvidas na RPPN, atividades de visitação com objetivos turísticos.

²²¹ Estímulo e apoio ao desenvolvimento de atividades de ecoturismo das RPPNs.

²²² Podem ser implementadas ou desenvolvidas na RPPN, atividades de visitação com objetivos recreativos.

²²³ Podem ser implementadas ou desenvolvidas na RPPN, atividades de visitação com objetivos educacionais.

²²⁴ Estímulo e apoio ao desenvolvimento de atividades de educação ambiental das RPPNs.

²²⁵ A pesquisa científica em RPPN deverá ser estimulada e dependerá de autorização prévia do proprietário. § 1^a A realização de pesquisa científica independe da existência de plano de manejo. § 2^a O plano de manejo deverá indicar as prioridades de pesquisa e, se envolver coleta, os pesquisadores deverão adotar os procedimentos exigidos na legislação pertinente.

²²⁶ A reintrodução de espécies silvestres em RPPN somente será permitida mediante estudos técnicos e projetos específicos, aprovados pelo órgão ambiental competente, que comprovem a sua adequação, necessidade e viabilidade.

²²⁷ A soltura de animais silvestres em RPPN será permitida mediante autorização do órgão ambiental competente e de avaliação técnica que comprove, no mínimo, a integridade e sanidade físicas dos animais e sua ocorrência originária nos ecossistemas onde está inserida a unidade.

²²⁸ A soltura de animais silvestres em RPPN será permitida mediante autorização do órgão ambiental competente e de avaliação técnica que comprove, no mínimo, a integridade e sanidade físicas dos animais e sua ocorrência natural nos ecossistemas onde está inserida a RPPN. § 1^a Identificado algum desequilíbrio relacionado à soltura descrita no caput deste artigo, a permissão será suspensa e retomada somente após avaliação específica. § 2^a O órgão ambiental competente organizará e manterá cadastro das RPPNs interessadas em soltura de animais silvestres, orientando os proprietários e técnicos de RPPN sobre os procedimentos e critérios a serem adotados.

²²⁹ Excetuam-se da proibição prevista no “caput” deste artigo os criadouros científicos vinculados a planos de recuperação de populações de animais silvestres localmente ameaçados, ou de programas de repovoamentos da área por espécies em declínio na região, de acordo com estudos técnicos prévios aprovados pelo órgão ambiental competente.

²³⁰ Organização e manutenção de cadastro das RPPN interessadas em soltura de animais silvestres, orientando os proprietários e técnicos sobre os procedimentos e critérios a serem adotados.

²³¹ Será permitida a instalação de viveiros de mudas de espécies nativas dos ecossistemas onde está inserida a RPPN, quando vinculadas a projetos de recuperação de áreas alteradas dentro da unidade de conservação. Parágrafo único. Será permitida a coleta de sementes e outros propágulos no interior da RPPN exclusivamente para a atividade prevista no caput deste artigo.

²³² Fornecimento de mudas para plantio no interior da unidade de conservação.

²³³ No caso da RPPN estar inserida em mosaico de unidades de conservação, o seu representante legal tem o direito de integrar o conselho de mosaico, conforme previsto no artigo 9^o do decreto nº 4.340, de 2002.

²³⁴ Quando a RPPN compuser mosaico de unidades de conservação, sua gestão deverá ser feita de forma participativa e integrada com as demais unidades, de modo a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.

²³⁵ A RPPN poderá ser criada abrangendo até trinta por cento de áreas para a recuperação ambiental, com o limite máximo de mil hectares, a critério do órgão ambiental competente, observado o parecer técnico de vistoria. A eventual utilização de espécies exóticas preexistentes, quando do ato de criação da RPPN, deverá estar vinculada a projetos específicos de recuperação previstos e aprovados no plano de manejo. Os projetos de recuperação somente poderão utilizar espécies nativas dos ecossistemas onde está inserida a RPPN.

obrigatórios apresentadas na legislação, como os da categoria 3, dos “predispostos”, executam atividades que não estão no limite expresso de base legal sobre a criação das RPPNs. São os “voluntários transformadores”, pois suas práticas trazem algo de novo em suas ações diferentes do que “reza a cartilha”. Tem um perfil de cidadania mais ativo, crítico, participativo e engajado.

Os autores Hutton, Adams e Murombedzi (2005) destacam que o debate político deve e pode melhorar os resultados das atividades das RPPNs e são positivos para a conservação da biodiversidade. Eles trataram de fazer algumas críticas ao modelo que adota unicamente a “*conservação por barreiras*”, ou *in situ*, que é o termo de uso no Brasil. Para eles, é importante a extensão para a integração importante da conservação fora das áreas protegidas, a conservação envolvendo as comunidades. Dessa maneira, pensa-se a conservação da natureza como um movimento social que trabalha para desenvolver ou reafirmar certos valores na sociedade a respeito da relação homem e natureza (JEPSON; WHITTAKER, 2002).

Isso pode ser demonstrado por esse grupo de proprietários de visão mais atenta, participativa, crítica e ampla, que entende melhor que a tarefa de empreender a conservação da biodiversidade vai muito além de pedir o reconhecimento de um bosque de nativas, povoado por animais silvestres. Eles precisam de mais, precisam interligar esses pontos, precisam de autocritica, de integração às UCs públicas, além de entender e interferir nas políticas públicas. Existem dezenas de UCs na RBCV-SP (Parques Estaduais da Serra do Mar, Serra da Cantareira, Itapetininga, Itaberaba, Jurupará, Reserva Florestal do Morro Grande, Estação Ecológica de Itapety e Monumento Natural Estadual da Pedra Grande, dentre outras existentes na área mais distantes das RPPNs estudadas), mas muitos “*RPPNistas*” entrevistados desconheciam-nas, mesmo estando bastante próximos a elas (SÃO PAULO (ESTADO), 2020).

Esse grupo de entrevistados destacou a importância para o desenvolvimento futuro das ações e dos debates nos avanços da sociedade em busca de soluções para a conservação da biodiversidade, encontrando novas alternativas para isso ou, de pelo menos, sendo participantes, para que possam gozar do apoio de autoridades e órgãos ambientais que, em certos casos, não apresentam nem condições de atenção às UCs públicas.

A legislação das RPPN não prevê ações comunitárias e alguns desses proprietários atuam nesse sentido. Assim, exercem diferentes ações, que foram identificadas na pesquisa desde buscar envolvimento comunitário ao associativismo. Alguns exemplos dessas

atividades são: participação e realização de eventos, apresentarem “destreza”²³⁶ naturalista, investirem em novas instalações próprias para atividades voltadas às RPPNs, promover capacitação, atuar no encaminhamento de denúncias sobre caça e desmatamento na região onde se localiza a RPPN, criar moções coletivas de repúdio a acontecimentos, que fira a proteção ambiental, mesmo que esses acontecimentos sejam em outras propriedades, fora de sua reserva, ações de cobranças a órgãos públicos, procurando os representantes de Assembleias Legislativas para que tais cobranças sejam feitas e novas instalações próprias (quadro 6.44).

Por tudo isso, a denominação “transformador” lhes cai bem, porque o proprietário deste grupo atende e cria a RPPN, executa o que a mesma permite e empenha-se em atitudes e ações que vão no caminho de estender sua ação fora da RPPN criada, expandindo espacialmente a ação conservacionista, como ações para avanço no tempo, no campo político e social. Claro, com já foi relatado na pesquisa, algumas à custa de conflitos, alguns de alta gravidade de danos pessoais e à própria RPPN. Todas essas ações vão além do que está na base legal para as RPPNs e, por isso, essa categoria de proprietários, que atendem a esse quesito de alguma forma, é composta por aqueles que vão além da base legal e, não somente por isso, lançam um olhar crítico sobre o conceito de RPPN, com o qual que agora estão envolvidos. É a categoria que define o grupo com maior grau de envolvimento com as RPPNs e com a conservação da biodiversidade e de onde se podem esperar avanços, quanto às questões que envolvem a problemática ambiental, para o encaminhamento das reformulações necessárias. Avancam em uma fronteira de maior tensão, inclusive, ao enfrentar, sugerir, fazer, empreender ações que encontram resistência à mudanças, já que estão “incomodando” para estabelecer novas fronteiras, para estabelecer avanços, para mudar a participação e o entendimento social da necessidade da conservação da biodiversidade.

Da observação desse grupo é que poderão surgir ações de mudança das políticas públicas, indicando novas diretrizes e rumos para o crescimento das reservas sobre proteção privada no Brasil, que elas possam ser mais envolventes e atendam a novas expectativas e necessidades.

Esse grupo atendeu e responde à pergunta “como devo aperfeiçoar?”, fazendo isso com o seu envolvimento.

²³⁶ Esse termo serve, no texto, para designar os proprietários que, mesmo sem formação como técnicos na área ambiental, demonstram grande interesse e conhecimento sobre a fauna e ou flora da região onde encontra-se a RPPN.

Quadro 6.44 - Atividades consideradas necessárias para a RPPN ser incluída na categoria “transformadores”.

Atividades consideradas fatores de inclusão da RPPN como pertencente a categoria 4.
Capacitação própria
“Destreza” naturalista
Participação em eventos
Capacitação de outros
Promover capacitação comunitária
Realização de eventos
Fiscalização
Proceder a denúncias de caça
Proceder a denúncias de queimada
Proceder a denúncias de desmatamento
Atividades comunitárias
Busca de envolvimento comunitário
Associativismo
Participação de eventos
Realização de eventos
Educação
Promover arte-educação na propriedade
Promover atividades educativas fora da RPPN
Apoio à pesquisa
Implantação de alojamento próprio
Atitudes no campo de atuação política
Produzir moções coletivas de repúdio
Gestos e ações de cobrança ao Poder Público
Poluição
Propor alternativas contra uso de agrotóxicos
Brigada de incêndio

Fontes: elaborado pelo autor (2019).

Qualquer outro investigador, que tenha o desejo de estudar essa situação, poderá atestar a veracidade de alguns relatos aqui mencionados, sem identificação de fonte junto aos entrevistados confirmando as ocorrências. Assim, o que foi descrito nesta pesquisa, não se trata de uma avaliação abstrata e sim bastante objetiva e baseada em fatos, documentos e depoimentos. Mas, devido a situação delicada em que deve-se evitar a exposição do entrevistado a riscos pelo seus depoimentos para o autor, ao revelar fatos por seu livre depoimento livre, principalmente, no questionamento voltado as mudanças de motivações²³⁷ desde a criação da RPPN e suas causas, foi necessária a ocultação dessas fontes. Mas, as informações dos depoimentos são importantes para constar nesta pesquisa. Assim, contribuem para demonstrar que alguns proprietários, quando empreendem em ações transformadoras e/ou ações que teriam que contar com maior apoio do Poder Público, esses proprietários ficaram expostos e alguns, privados de frequentar a região de suas RPPNs. Por preservação da segurança e garantia de sigilo com os entrevistados, principalmente das

²³⁷ Pergunta três do formulário de perguntas abertas: “3) Suas motivações e metas mudaram ao longo da história da sua RPPN?”.

RPPNs “transformadoras”, não será informado pelo autor, em detalhes, qual ou quais atividades foram relatadas por eles em seu depoimento. Como já exposto, com alguns proprietários desse grupo ocorreram situações de ameaça à vida humana e mesma à área. Na última coluna da direita do quadro organizado para apresentar as informações constará apenas se a propriedade teve qualquer atuação além do previsto em lei. Assim, seguiremos com a classificação das RPPNs, utilizando os critérios adotados para as quatro categorias e enquadrá-las nas categorias adequadas. E, para depois, quantificar cada categoria e traçar um perfil de tendências dos entrevistados e confrontar os resultados com as hipóteses iniciais da pesquisa. No quadro 6.45, os “RPPNistas” dentro das categorias de avaliação..

Quadro 6.45 - “RPPNistas” e categorias²³⁸.

RPPNs	“NV” ²³⁹ De criação voluntária			
	P.L.O.	A.L.O.	A.L.N.O.	A.N.S.L.
Ordem alfabética	*	-	---	---
Botujuru - Serra de Itapety	*	-	---	---
Carbocloro	*	-	---	---
Cruz Preta	*	-	---	---
Ecoworld	*	-	---	---
Fazenda Rio dos Pilões	*	-	---	---
Hercules Florence 1 e 2	*	-	---	---
Hercules Florence 3,4,5 e 6	*	-	---	---
Mutinga	*	-	---	---
Parque dos Pássaros	*	-	---	---
Parque das Nascentes	*	-	---	---
Voturuna	*	-	---	---
Voturuna II	*	-	---	---
Voturuna V	*	-	---	---
Lafigueira/Naturarte	-	*	-	---
Marina do Conde	-	*	-	---
Paraíso	-	*	-	---
Reserva do Dadinho	-	*	-	---
Reserva do Jacu	-	*	-	---
Reserva dos Muriquis	-	*	-	---
O primata	-	*	-	---
Sítio Python	-	*	-	---
Solar da Montanha	-	*	-	---
Tijucopava	-	*	-	---
Sítio Ryan	-	*	*	---
Sítio Sabiuna	-	*	*	---
Alto do Deco	-	*	*	*
Sítio Caeté	-	*	*	*
Ecofuturo	-	*	*	*
Encantos da Juréia	-	*	*	*
Fazenda San Michele	-	*	*	*
Fazenda Serrinha	-	*	*	*
Fazenda Meandros	-	*	*	*
Fazenda Meandros II	-	*	*	*
Fazenda Meandros III	-	*	*	*
Hinayana	-	*	*	*
Mahayana	-	*	*	*
São Judas Tadeu	-	*	*	*
Sítio Curucutu	-	*	*	*
Sítio Capuavinha	-	*	*	*
Total	cat.1- 13	cat.2 - 10	cat.3 - 2	cat.4 -14

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

²³⁸ A RPPN Costa Blanca, de Bertioga, SP não consta na listagem total final, pois não foi homologada pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, por conflitos de terras com áreas do Poder Público.

²³⁹ RPPNs de criação não voluntária.

Agrupando a categoria 1 de um lado, com as RPPNs de criação não voluntária e de outro lado, agrupadas nas categorias de 2 a 4, com RPPNs criadas voluntariamente, temos o gráfico abaixo:

Gráfico 6.62 - RPPNs voluntárias e não voluntárias da RBCV-SP.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Os dados mostram que, na maioria dos casos para a região, as RPPNs foram criadas voluntariamente, mas não deixa de causar surpresa o grande número de RPPNs não voluntárias, frutos de trâmites de licenciamento ambiental, TACs e compensações.

Adiante serão retomadas as categorias e apresentadas as RPPNs que compuseram cada uma delas, dentro da classificação criada, dividindo-as entre P.F. e P.J., já que esse fato pode ser parte da explicação para a ocorrência de tantas RPPNs não voluntárias na RBCV-SP.

1) Categoria 1 - P.L.O.

Nessa categoria estão os “não voluntários obrigados”. É onde ficaram agrupados os proprietários **Legalmente Obrigados (L.O.)**. Grupo constituído exclusivamente de RPPNs de pessoa jurídica, corporativas (100%). Esses “*RPPnistas*” estão todos no quadro 6.46.

Como esta pesquisa tratou de investigar as razões e motivações para a tomada de decisão na criação das RPPNs, o que foi feito nessas reservas sob a proteção privada, depois de seu reconhecimento, só foi levado em consideração, como foi dito anteriormente, para reservas, nas quais não houve nenhum indicativo de que tenham sido criadas no estabelecimento de qualquer tipo de barganha com o poder público. Como dito antes, a que foram “induzidas” pelo Estado, não foram consideradas de criação voluntária, em uma atitude de ato voluntário conservacionista.

Quadro 6.46 - Grupo de “RPPNistas” L.O - 100% constituído de RPPNs pessoa jurídica.

RPPNs	PJ	P.F.
Botujuru - Serra de Itapety	*	-
Carbocloro	*	-
Cruz Preta	*	-
Ecoworld	*	-
Fazenda Rio dos Pilões	*	-
Hercules Florence 1 e 2	*	-
Hercules Florence 3,4,5 e 6	*	-
Mutinga	*	-
Parque dos Pássaros	*	-
Parque das Nascentes	*	-
Voturuna	*	-
Voturuna II	*	-
Voturuna V	*	-

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Assim, por mais louvável que tenha sido o trabalho desenvolvido depois desse momento, pelas empresas associadas a essas RPPNs, esse não foi considerado para sua inclusão nessa categoria. Apesar disso, as atividades realizadas por alguns empreendimentos merecem ser salientadas, entre esses, destaca-se a Companhia Fazenda Acaraú, de Bertiooga, SP, proprietária de parte do condomínio Riviera de São Lourenço e proponente do empreendimento City Fazenda Acaraú, que prevê um bairro novo a ser formado em sua terra, e com ocupação prevista para cerca de 16.500 habitantes, desenvolve atividades de educação ambiental com os funcionários do mencionado condomínio e também realizou um grande investimento nas instalações de recuperação de animais silvestres e viveiro de mudas nativas em áreas lindeiras às RPPNs Hercule Hercules Florence 1 e 2 e Hercules Florence 3,4,5 e 6, pertencentes ao grupo (COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013).

A mesma ressalva pode ser feita ao empreendimento Reserva Ibirapitanga, de Santa Isabel, SP, onde se localiza a RPPN Fazenda Rio dos Pilões e ao Condomínio Sítio Anchieta, de São Paulo, SP, onde fica a RPPN Mutinga. Também há inúmeras atividades deste tipo previstas no plano urbanístico de implantação do Condomínio Reserva da Serra do Itapety, onde se encontra a RPPN Botujuru - Serra de Itapety.

No entanto, para o Condomínio Ecoville, de Araçariguama, SP, onde estão as RPPNs Voturuna, Voturuna II e Voturuna V, bem como para o Condomínio Quinta da Baroneza, de Bragança Paulista, SP, onde estão inseridas as RPPNs Parque dos Pássaros e Parque das Nascentes, nenhuma dessas atividades foi identificada.

A RPPN Carbocloro, de Cubatão, SP, foi criada como mecanismo de compensação ambiental pela construção de um terminal portuário em Santos, SP, para o grupo Unipar, proprietário da fábrica da Carbocloro S/A Indústrias Químicas, onde fica a reserva particular. Existe um programa de visitação na fábrica, mas esse não envolve visita à RPPN. A Mineração Cruz Preta, de Araçariguama, SP, grupo de mineração, em um TAC estabelecido para a mesma, teve de adquirir uma área na mesma bacia hidrográfica, no município de Ibiúna, SP, onde está a reserva sob a proteção privada. No empreendimento hoteleiro previsto pela empresa Barma Empreendimentos e Participações Ltda., na Pedra Grande, em Atibaia, SP está localizada a RPPN Ecoworld, mas, com a criação do Monumento Natural Estadual da Pedra Grande o empreendimento não pode ser licenciado (MMA, 2015).

2) Categoria 2 - A.L.O.

Nessa categoria estão os “cumpridores”. É onde ficaram agrupados os proprietários com **Atividade Legal Obrigatória (A.L.O.)** Voluntários (espontâneos) no pedido de licenciamento, mas obtido esse não foi identificada mais nenhuma ação dos mesmos em implantar qualquer atividade opcional que, a legislação permita e sugira. As reservas com esse tipo de proprietário são:

Quadro 6.54 - Grupo de “RPPNistas” com **A.L.O.**, divididos em P.F. e P.J.

RPPNs	P.F.	P.J.
Lafigueira/Naturarte	*	-
Marina do Conde	-	*
Paraíso	*	-
Reserva do Dadinho	*	-
Reserva do Jacu	*	-
Reserva dos Muriquis	*	-
O primata	*	-
Sítio Python	*	-
Solar da Montanha	*	-
Tijucopava	-	*

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A seguir, encontra-se o gráfico 6.63 totalizando as RPPNs que são de P.F. e de P.J., nessa categoria, que se mostrou composta, em sua grande maioria, por proprietários que são P.Fs.

Gráfico 6.63 - Percentual de “RPPNistas” com **A.L.O.**, que são de PF e PJ.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

3) Categoria 3. A.L.N.O.

Nessa categoria estão os “predispostos”. É onde ficaram agrupados os proprietários com **Atividade Legal Não Obrigatória (A.L.N.O.)**. Voluntários (espontâneos) no pedido de licenciamento e que implantaram o que a base legal das RPPNs permite e sugere. As reservas presentes nessa categoria são:

Quadro 6.48 - Grupo de “RPPNistas” com **A.L.N.O.**

RPPN	P.F.	P.J.
Sítio Ryan	*	-
Sítio Sabiuna	*	-

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

4) Categoria 4 - A.N.S.L.

Nessa categoria estão os “transformadores”. É onde ficaram agrupados os proprietários com **Atividade Não Sugerida na Lei (A.N.S.L.)**. Voluntários (espontâneos) no pedido de licenciamento e que implantaram o que a base legal das RPPNs permite e sugere e criaram ações, além do previsto na legislação. As reservas presentes nessa categoria são:

Quadro 6.49 - Grupo de “RPPNistas” com **A.N.S.L.**, divididos em P.F. e P.J.

RPPN	P.F.	P.J.	RPPN	P.F.	P.J.
Alto do Deco	*	-	Fazenda Meandros II	*	-
Sítio Caetê	*	-	Fazenda Meandros III	*	-
Ecofuturo	-	*	Hinayana	*	-
Encantos da Juréia	*	-	Mahayana	*	-
Fazenda San Michele	-	-	São Judas Tadeu	*	-
Fazenda Serrinha	*	-	Sítio Curucutu	*	-
Fazenda Meandros	*	-	Sítio Capuavinha	*	-

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A seguir, encontra-se o gráfico 6.64 totalizando as RPPNs que são de P.F. e de P.J., nessa categoria, que se mostrou, quase em sua totalidade composta por proprietários que são de P.F.

Gráfico 6.64 - Percentual de “RPPNistas” com A.N.S.L. que são PF e PJ.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A distribuição de proprietários que são P.F. e P.J. por categoria pode ser vista no gráfico 6.65 a seguir. Nota-se a diferença nos extremos, enquanto em um deles, na categorias de “RPPNistas” não voluntários, as RPPNs com P.J. representam a totalidade delas, no outro extremo as P.F. são quase que a maioria completa, com apenas uma exceção.

Gráfico 6.65 - Percentual de PF e de PJ pelos diferentes grupos de “RPPNistas”.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Agrupando todos os proprietários por suas categorias, sem distinção mais de P.F. ou de P.J., tem-se o gráfico 6.66 abaixo como resultado da categorização das RPPNs da RBCV-SP, mostrando dois perfis predominantes e um terceiro próximo, com graus de atuação quase que homogeneamente distribuídos, sem apontar uma categoria de “*RPPNistas*” predominante para a RBCV-SP.

Gráfico 6.66 - Percentual dos grupos de “*RPPNistas*” na RBCV-SP, por categorias.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Ao totalizar a área das RPPNs com proprietários “NVs” e “Vs”, os dados evidenciam que a maioria, em número, dentre os “*RPPNistas*” da RBCV-SP, criaram suas RPPNs por atos voluntários, 67%, enquanto que as criadas por atos não voluntários representam 33%. Isso indica que as RPPNs foram criadas menos por “*interesse próprio*” e mais pelo “*senso de justiça*”, segundo Hume (gráfico 6.67).

Gráfico 6.67 - Percentual de “RPPNistas” “NV” e “V” na RBCV-SP.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No entanto, ao totalizar a área das RPPNs com proprietários “NV” e “V”, os dados evidenciam que a maioria, em área (ha), dentre as RPPNs da RBCV-SP, foram criadas por atos não voluntários, junto à ação do Poder Público sobre os proprietários das áreas, em função de várias motivações já tratadas no texto. Isso demonstra uma oposição a uma ideia altruísta de motivação para a criação das RPPNs na área de estudo. A maioria em área, dentre elas, 58%, estão ligadas a empresas proprietárias de terras na região que, para dar andamento a algum empreendimento futuro ou acordar a cobertura de danos junto ao Poder Público, usa o mecanismo de criação das RPPNs para o cumprimento desses acordos. Essas terras estão em mãos de 9 grupos econômicos ou empresas e o restante dos 42% das terras estão em mãos de 22 proprietários, sendo 2 PJ e 20 PF (quadro 6.50 e gráfico 6.68).

Quadro 6.50 - Total em área(ha), das RPPNs com proprietários “NV” e “V” na RBCV-SP

RPPNs	“NV” ²⁴⁰	“V” ²⁴¹
	Área (ha)	Área (ha)
Botujuru - Serra de Itapety	437,30	-
Carbocloro	7,00	-
Cruz Preta	45,98	-
Ecoworld	51,387	-
Fazenda Rio dos Pilões	560,02	-
Hercules Florence 1 e 2	709,5773	-
Hercules Florence 3,4,5 e 6	213,3106	-
Mutinga	2,5	-
Parque das Nascentes	174,90	-
Parque dos Pássaros	69,25	-
Voturuna	66,55	-
Voturuna II	58,45	-
Voturuna V	64,13	-
Alto do Deco	-	67,0292
Ecofuturo	-	518,50
Encantos da Juréia	-	16,05
Fazenda Meandros	-	111,30
Fazenda Meandros II	-	145,20
Fazenda Meandros III	-	72,60
Fazenda San Michele	-	40,97
Fazenda Serrinha	-	117,3
Hinayana	-	24,20
Lafigueira/Naturarte	-	33,69
Mahayana	-	9,34
Marina do Conde	-	7,62
O primata	-	352,918
Paraíso	-	3,54
Reserva do Dadinho	-	11,66
Reserva do Jacu	-	3,5870
Reserva dos Muriquis	-	41,3383
São Judas Tadeu	-	6,05
Sítio Caetê	-	10,40
Sítio Capuavinha	-	5,0
Sítio Curucutu	-	10,89
Sítio Python	-	26,00
Sítio Ryan	-	19,47
Sítio Sabiuna	-	50,00
Solar da Montanha	-	1,1939
Tijucopava	-	40,63
Total	2460,355	1746,476

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

²⁴⁰ RPPNs de criação não voluntária.

²⁴¹ RPPNs de criação voluntária.

Gráfico 6.68 - Percentual de terras de “*RPPNistas*” “NV” e “V” na RBCV-SP.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

7. CONCLUSÕES

A análise de dados evidenciou que:

- ✓ A maioria dos proprietários de RPPNs considerou a conservação da natureza como a sua principal razão e motivação para a criação das reservas (58%), sendo o fator pertencimento apontado como o mais relevante;
- ✓ Considerando o número de RPPNs, a maioria foi criada “voluntariamente” (67%), com um grande número também de RPPNs criadas de forma não “voluntárias” (33%);
- ✓ Considerando o critério para área (ha) total preservada, o índice inverte-se e aponta a maioria, em área, criada por atos “não voluntários” (58%) e a minoria por “atos voluntários” (42%).
- ✓ Deve-se atentar para o fato de que o conjunto de 27 entrevistados, representando 33 RPPNs, tem a maior porção das terras em mãos de grupos como Suzano Papel e Celulose, Bombril, Praias Paulistas S.A., do ex-dono do Banco de Crédito Nacional e Unipar Carbocloro;
- ✓ Os dados apontam para uma oposição a uma ideia inicial e recorrente baseada na proposição da legislação sobre RPPNs, que parecia apostar em uma motivação apenas altruísta e de voluntariado para a criação das reservas ;
- ✓ Fatores pessoais, de incentivos e proteção da propriedade foram considerados indiferentes para a tomada de decisão de se criar a RPPN pela maioria dos entrevistados;
- ✓ Nas RPPNs corporativas, o marketing ambiental foi indicado como algo relevante.

Sobre esses destaques, há de se fazer algumas considerações também quanto às hipóteses levantadas e aos objetivos almejados nesta pesquisa.

Quanto à hipótese central, que afirmava que seria a disseminação dos paradigmas conservacionistas e os valores intrínsecos da conservação da biodiversidade o fator que tem mais colaborado para a adesão dos proprietários particulares para a criação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) na RBCV-SP, ficou evidenciado que sim, que os aspectos relativos à conservação da biodiversidade foram considerados como fortemente relevantes pelos proprietários das RPPNs na área de estudo para a tomada de decisão de se criar as reservas. Deve-se considerar, no entanto, que a grande frequência de RPPNs de criação “não voluntárias” na região tem um peso muito importante sobre as motivações de

criação das RPPNs, principalmente das de PJ, e, dentre elas, de forma mais preponderante, aquelas que criam essas RPPNs atreladas a empreendimentos imobiliários para loteamentos “ecológicos”, buscando o público “verde” para adquirir os lotes e seus pretendentes poderem viver próximos a um cenário natural de montanhas, áreas florestais e cachoeiras. No entanto, sejam essas RPPNs do setor imobiliário, criadas como mote comercial para atingir esse público, seja por exigências dos órgãos ambientais do Estado para licenciamento desses empreendimentos imobiliários, diante da necessidade de se cumprir exigências legais, em ambos os casos, fica evidenciado o não altruísmo nesta iniciativa que se presente neste universo de criação dessas reservas.

Quanto à hipótese sobre as RPPNs não representarem um novo paradigma da conservação, a pesquisa evidenciou que isso foi validado, já que não foi evidenciado nada nesse aspecto que contrarie esta afirmação.

Analisando os objetivos iniciais atingidos, temos que o objetivo principal da pesquisa de identificar como os proprietários das RPPNs percebem e avaliam os paradigmas ecológicos, que impulsionam as suas decisões de conservar, tenha sido totalmente atingido, mediante os vários aspectos que foram apresentados, principalmente os resultantes da aplicação dos questionários nas entrevistas.

Quanto a compreender as atitudes dos proprietários das reservas privadas (RPPNs) com relação à conservação da natureza, esse também foi um objetivo alcançado pelas evidências das suas motivações, conhecimento e ações junto a sua RPPN.

Quanto aos objetivos específicos, o de identificar quais foram os principais fatores correlacionados positivamente com a atitude conservacionista também foi atingido no levantamento das ações executadas ou não executadas pelos proprietários; em aspectos ligados a seu conhecimento de fauna e flora locais; nas ações que executam ou deixam de executar para a conservação da biodiversidade e junto à comunidade local; na parceria ou não com as escolas da região; na participação em conselhos ligados à UCs ou de outros temas de meio ambiente, junto aos órgãos públicos; pelos programas de educação ambiental, encontrados em algumas das RPPNs; no combate à caça, ao desmatamento, à queimadas e à poluição e na recuperação ambiental, dentre outras atividades que foram identificadas na RPPNs estudadas e que mostraram uma gama, um leque bastante aberto de perfis e ações entre os proprietários das reservas privadas.

Quanto a identificar e compreender quais as motivações estiveram por trás da decisão de preservar/conservar, o autor avalia o levantamento dos dados sobre o assunto como

satisfatório e, principalmente, revelador, já que existe um grande variação dessas motivações com diversas nuances, que devem ser consideradas para novas políticas públicas, por exemplo, já que a legislação tem uma grande necessidade de reformulações para contemplar essas possibilidades que se abrem para, com isso, estimular diferentes públicos com diferentes interesses a criarem RPPNs e, assim, ampliar sua ação conservacionista e o total de áreas para proteção da biodiversidade. Esse é um aspecto importante a se considerar e a ser pesquisado com mais profundidade para trazer questões inovadoras e para provocar mudanças na legislação sobre RPPNs, que têm já mais de 30 anos e permanece “engessada” e necessitando de transformação.

Quanto a determinar o que provoca a voluntariedade dos proprietários de RPPNs em conservar a biodiversidade, ficou evidente, dentro da área de estudo, que o grupo minoritário “voluntário” valoriza bastante os aspectos ligados a conservação da biodiversidade; a conservação dos recursos hídricos e dos mananciais; a colaboração para a proteção perpétua e a proteção e conservação das espécies nativas e das espécies raras e ameaçadas de extinção.

Identificar e classificar por uma “tipologia” os “RPPNistas” com relação aos paradigmas ecológicos foi um objetivo atingido, mas que evidenciou que esse grupo de “RPPNistas” ainda vê a natureza pelo aspecto de apreciação da paisagem, do cenário natural, desconhecendo os elementos básicos representados por suas espécies mais comuns de fauna e flora. E, assim, pode ter uma compreensão ainda muito superficial de conhecimento do bioma, onde está inserida a sua reserva e de suas relações ecológicas. A tal ponto de haver no grupo proprietários que não fazem distinção entre espécies nativas e exóticas, procedendo a recuperação de algumas áreas com *pinus sp* e *eucaliptos sp*. Levantando, assim, evidência de que esses problemas ligados ao limite desse conhecimento pode causar, afetando o manejo de sua área e a conservação da Mata Atlântica, sendo necessário um amplo apoio dos órgãos ambientais, institutos de pesquisa e universidades para acompanhar a evolução da área, pois somente o voluntariado da boa vontade pode trazer aos locais, dentro deste aspecto exemplificado, espécies invasoras, que poderiam ser de pior manejo do que deixar que a resiliência da floresta trata-se de fazer a recuperação ambiental das mesmas, principalmente naqueles de PF por serem menores e também, como foi observado e sua maioria, menos recursos para contratação de equipes técnicas, para comprar de insumos, mudas e equipamentos necessários a eficientes projetos sobre recuperação de áreas degradadas.

Por outro lado, existem RPPNs, em número menor, que recebem pesquisadores e desenvolvem atividade nas mais diversas áreas dentro da reserva e que podem contribuir para

a potencialização de suas ações de conservação com o conhecimento ambiental acumulado. Mas, o ideal seria que isso ocorresse em todas as reservas. Assim, percebe-se que, de fato, existem “tipos” diferentes de “*RPPNistas*”, que se colocam em uma gama que vai desde aqueles que pensam em preservar florestas porque acham o verde importante, chegando a escolher plantas exóticas para o reflorestamento de suas reservas, justamente pelo desconhecimento das espécies do bioma, no qual a RPPN encontra-se, até os mais conhecimento e ou recursos, inclusive, na qual desenvolvem diversos estudos de conservação da biodiversidade.

Na maioria das reservas há muito poucas ações comunitárias e junto a entidade de ensino locais e isso demonstra que as relações de pertencimento não se mostram fortes. Mas também foram encontradas, no grupo, reservas que têm programas fortes de educação comunitária, com a comunidade do entorno, escolas e atividades abertas a público em ecoturismo.

Identificar os grupos/classes aos quais pertencem esses proprietários dentro da sociedade rural é um aspecto que não pode ser muito mais aprofundado como desejado e que trouxe diversas controvérsias, devendo ser, então, mais bem estudado. É necessário também buscar compreender melhor o que as transformações impostas pelo forte crescimento urbano em toda a região estudada provocam nas RPPNs, que, criadas sobre a égide da isenção de tributos como ITR, parte delas pagam hoje, na verdade, fortunas em IPTU, por serem consideradas em áreas urbanas.

A proximidade de cidades e de seu crescimento pode trazer vantagens para algumas, principalmente as do setor imobiliário que terão no entorno desses novos “condomínio verdes” melhor infraestrutura e serviços, que pode ser atraente aqueles que podem intencionar fazer moradia ou também como segunda residência. Esse forte crescimento das cidades, por outro lado, aumenta a pressão sobre aspecto da conservação da biodiversidade, comprometendo propostas de corredores e mosaicos que estas RPPNs poderiam compor, revelando uma característica bastante particular das RPPNs da região estudada por estarem muito próximas da maior metrópole da América Latina. Assim, só faz sentido entender essas RPPNs e seus proprietários num contexto que não pode mais ser considerada “sociedade rural”.

O objetivo de avaliar, em seus locais de implantação, a capacidade de “contaminação” de ideias conservacionistas não foi um objetivo difícil de atingir, já que a maior parte dessas reservas não apresentou essa ação de disseminação de ideias conservacionistas onde se insere.

Mas, existem diversas que exercem importantes esforços nestes sentido. Esperava-se poder identificar múltiplas ações nesse contexto e poder inventariar essas iniciativas para embasar mais as possíveis práticas conservacionistas dos proprietários na RBCV-SP, além de terem criado a RPPN, que preservando o verde para si podendo ampliá-lo para a coletividade. Então, verificar se esses locais tornaram-se um polo de disseminação de ideias conservacionistas e em que grau e de que forma realizam isso não foi atingido como se esperava, sendo assim, necessário prosseguir nesse estudo com mais profundidade, pois foram poucas as RPPNs encontradas, que desenvolvem esse importante trabalho.

O objetivo final de identificar quais outros fatores não conservacionistas estariam envolvidos na criação das reservas talvez tenha sido um dos mais motivadores, pelo encontro de diversos casos que se apresentaram na contramão do quase “jargão”, bastante reforçado nas correntes mais entusiásticas e ufanistas do universo das RPPNs, que é a questão da criação das RPPNs por ato voluntário do proprietário e de perpetuidade e que procuram destacar isso como um propósito nobre e altruísta, que motiva todos aqueles que criam as RPPNs. Mas, o diferente interesse de donos de terra na região da RBCV demonstrou que não há unanimidade neste sentido e outras motivações bastante distante de serem altruístas, voluntárias e sem interesse econômico alimentam as motivações de criação das RPPNs da RBCV-SP. Em alguns casos, cria-se RPPN por determinação de TAC, já que o proprietário causou danos ambientais, no ramo da indústria, mineração, construção civil ou outros setores e esses precisariam ser compensados. Esse foi o caso de duas reservas de nossa amostragem. Outras RPPNs, já em casos mais frequentes, estão ligadas a grandes grupos econômicos, donos de grandes porções de terra, que viram na criação da RPPN a oportunidade de transformar suas terras improdutivas em “paraísos verdes”, com a implantação de loteamentos, principalmente para segunda residência, atraindo, em sua maioria, a casa média e alta de paulistanos, que buscam fugir do “cinza” da cidade para ter um cenário “verde” para apreciar e descansar. Englobadas nesse último caso estão, pelo menos, 11 RPPNs do total de 40, portanto, cerca de 30%. Além desses, também foi identificada uma tentativa de criar um grande empreendimento hoteleiro, freado pelo ativismo ambientalista, que vai na contramão desse interesse puramente econômico.

Além das questões relacionadas à criação de reservas por intuito puramente econômico, ao se tratar da criação voluntária e não comercial de RPPNs, foram encontrados aspectos em oposição, em que, de um lado estaria o simbólico verde idealizado, bucólico, , controlado, estanque, em se apossar de, em um bem privado, ter um quintal verde particular,

um verde para ver, mas distante, um verde ignorado em seus componentes, de consumo, de status e do outro lado a expectativa da participação, da vivência, do comunitário, do cooperativo, da integração, de pertencimento, de laços, de proximidades, do conhecimento, do envolvimento, do bem público, dos serviços ecossistêmicos, de inter-relações, da expectativa de corredores ecológicos e dos mosaicos. Assim, tem-se, então, a oposição de quase um “gueto verde”, simbolizando por um quintal “só para mim”, versus a conservação comunitária da biodiversidade.

REFERÊNCIAS²⁴²

ABREU FILHO, Ovídio de. Parentesco e identidade social. **Anuário Antropológico** 80, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 95-118. 1982. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/download/6138/7843/>. Acesso em: 10 out. 2019.

ABREU FILHO, Ovídio de. O parentesco como sistema de representações: um estudo de caso. In: FIGUEIRA, S. A.; VELHO, G (Orgs.). **Família, psicologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Campus, 1981. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/download/6138/7843/>. Acesso em: 10 out. 2019.

ADAMS, William M. Sleeping with the enemy? Biodiversity conservation, corporations and the green economy. **Journal of Political Ecology**. v. 24, p. 243-257. 2017. Disponível em: <https://www.repository.cam.ac.uk/bitstream/handle/1810/263957/Adams.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: 14 de nov. 2019.

AELO. **Boletim Online**. Informativo Periódico. Ano XVII. n. 691. São Paulo. 28 mar 2018. Disponível em: <https://www.aelo.com.br/boletim-online/boletim-online-691/> Acesso: 10 out. 2019.

ALDERMAN, C. The economics and the role of privately owned lands used for nature tourism, education, and conservation. In: MUNASINGHE M; MCNEELY J, Ed(s.) **Protected area economics and policy: linking conservation and sustainable development**. Washington: IUCN / World Bank, p. 273–305. 1994. Disponível em: <https://www.cabdirect.org/cabdirect/abstract/19951807073>. Acesso em: 10 out. 2019.

ALFAIA JÚNIOR, José Roberto Gioia. Reclamar ou intervir?: as obrigações positivas do Estado em situações de desastre ambiental. 2014. xv, 309 f., il. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/18024> . Acesso em: 10 out. 2019

ALVARENGA NETO, Rivadavia C. Drummond de; BARBOSA, Ricardo Rodrigues; CENDÓN, Beatriz Valadares. A construção de metodologia de pesquisa qualitativa com vistas à apreensão da realidade organizacional brasileira: estudos de casos múltiplos para proposição de modelagem conceitual integrativa. **Inf. & Soc.: Est. João Pessoa**. v. 16, n. 2, p. 63-78. jul. dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/459> Acesso: 07 mar. 2018.

ALVES, Rubem. **Na morada das palavras**. Campinas: Papirus Editora, p. 68-69. 2003. 147 p.

²⁴² Segue as orientações das diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP, de acordo com a NBR 6023, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2018; UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2016, 2017, 2020). Quanto a obras do mesmo autor, seguiu-se a orientação de utilizar “a ordem cronológica crescente de publicação quando houver mais de uma referência do mesmo autor” (FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA, 2017).

ANTUNES, Luciana Rodrigues. **A averbação da reserva legal e da servidão florestal**. 2005. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/6766/a-averbacao-da-reserva-legal-e-da-servidao-florestal/2>. Acesso em: 10 out. 2019.

ARAÚJO, Thiago Cássio D'Ávila. **RPPNs não são unidades de conservação de uso sustentável**. Migalhas. 2017. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI271658,31047-RPPNs+nao+sao+unidades+de+conservacao+de+uso+sustentavel> . Acesso em: 10 set. 2019.

ARCGIS. Versão 10.5 para Windows. Environmental Systems Research Institute (ESRI). Redlands, Califórnia, EUA. 2017. <https://www.arcgis.com/index.html>

ASSIS, Julia Câmara. **Ecologia de estradas no mosaico da Cantareira: conservação ambiental e planejamento**. 2014. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo – Instituto de Energia Ambiental, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-12052014-141239/pt-br.php>. Acesso em: 20 out. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Norma Brasileira. ABNT NBR 6023**. Informação e documentação. Referências. Elaboração. 2018. 2 e. 68 p. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/40070/1837975/ABNT+NBR+6023+2018+%281%29.pdf/3021f721-5be8-4e6d-951b-fa354dc490ed> Acesso: 18 jul. 2020.

AUGUSTO, Elmano. **Diretor do ICMBio propõe “conservação colaborativa”**. 23 mai. de 2017. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/porta/ultimas-noticias/20-geral/8937-diretor-do-icmbio-propoe-conservacao-colaborativa>. Acesso em: 28 nov. 2019.

BAILEY, K. D. **Typologies and Taxonomies: An Introduction to Classification Techniques**. Sage Series on Quantitative Applications in the Social Sciences, Thousand Oaks, California: Sage. 1994. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Costas_Drossos/post/What_is_the_difference_between_a_typology_and_a_taxonomy/attachment/59d63753c49f478072ea4bf1/AS%3A273684877512704%401442262968252/download/%5BKenneth_D._Bailey%5D_Typologies_and_Taxonomies_An_Introduction_to_Classification_Techniques.pdf. Acesso: 07 mar. 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 225p.

BARRETTO FILHO, H. T. **Da nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira**. São Paulo. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-28072017-162458/pt-br.php>. Acesso em: 10 out. 2019.

BAURU. **Lei Municipal nº 4.679, de 18 de maio de 2001**. Regulamenta o artigo 20 da Lei Municipal de 12/01/1999 que instituiu o Código Ambiental de Bauru. 2001. Disponível em: https://sapl.bauru.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/4861_texto_integral.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

BAWDEN, Tom. Green movement must escape its 'white, middle-class ghetto', says Friends of the Earth chief Craig Bennett. **The Independent**. Environment Sunday. 5 jul. 2015.

Disponível em: <https://www.independent.co.uk/environment/green-movement-must-escape-its-white-middle-class-ghetto-says-friends-of-the-earth-chief-craig-10366564.html>. Acesso em: 10 out. 2019.

BELLENZANI, Maria Lucia Ramos (coord.). **Plano de manejo**: APA Capivari-Monos. São Paulo: Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. 2011. 346 p. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/publicacoes_svma/index.php?p=26341. Acesso em: 10 out. 2019.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL DO BRASIL. **Jardim Botânico do Rio de Janeiro**. [S.d.]. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/parceiros/jardim-botanico-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em 10 out. 2019.

BOLZAN, Marcelo. **É fundamental engajar a sociedade nos esforços de conservação**. 5 fev. 2018. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/106890/e-fundamental-engajar-sociedade-nos-esforcos-de-conservacao/>. Acesso em: 6 abr. 2018.

BOMBRIIL S/A. **ATA** da reunião do conselho de administração. 23 nov. 2.005. Disponível em: http://ri.bombriil.com.br/arquivos/Bombriil_RCA_20051209_port.pdf. Acesso em: 12 out. 2019.

BONALUME, Wilson Luiz. O Direito Ambiental na Constituição. **O Estado de São Paulo. Tribunais**. 2 ago. 1987. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/134743/Agosto%2087_%20-%200007.pdf?sequence=3. Acesso em: 10 out. 2019.

BORGES, L. A. C; REZENDE, J. L. P de; PEREIRA J. A. A. Evolução da legislação ambiental no Brasil. **Revista em Agronegócios e Meio Ambiente**, Maringá, v. 2, n. 3. 2009. p. 447-466. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/article/view/1146>. Acesso em: 10 out. 2019.

BORRINI-FEYERABEND, G. et al. **Governança de Áreas Protegidas**: da compreensão a ação. nº. 20. Série Diretrizes para melhores práticas em áreas protegidas, Gland, Suíça: UICN. 2017. Xvi. 123 p. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PAG-020-Pt.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Lisboa: Difel. 1989. 314 p. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-O-poder-simb%C3%B3lico.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRAGA, Antônio Carlos. **Fotos da RPPN Alto do Deco**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por marcelotco@usp.br em 19 mar. 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante**. São Paulo. Editora Brasiliense. 1981.

BRANDT, C. S.; ZIMMERMANN, C. E.; FINK, D. A importância de reservas particulares para a conservação das aves em Santa Catarina. In: SIMPÓSIO SUL DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL, 1, 2005, Erechim. **Anais...** Erechim: URI, 2005. p. 33-47 Disponível em: <https://docplayer.com.br/15324444-A-importancia-de-reservas-particulares-para-a-conservacao-das-aves-em-santa-catarina.html>. Acesso em: 10 out. 2019.

HISTORIA DO BRASIL. **Regimento do Pau-Brasil de 12 de dezembro de 1605**. Dom Filipe 3º. História do Brasil. 1605. S. d. Disponível em: https://www.historiadobrasil.net/documentos/pau_brasil.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. CAMARA DOS DEPUTADOS BRASIL. **Collecção das Leis do Brazil de 1808**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1891. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18319/collecao_leis_1808_parte1.pdf?sequence=4. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934**. Approva o codigo florestal que com este baixa. 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.htm. Acesso em 10 set. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 1.713, de 14 de junho de 1937**. Crêa o Parque Nacional de Itatiaia. 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1937/D01713.html Acesso: 07 mar. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965**. Institui o novo Código Florestal. 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771impressao.htm. Acesso em: 06 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto-Lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967**. Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e dá outras providências. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0289.htm Acesso em: 06 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 5.727, de 4 de novembro de 1971**. Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974. 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5727.htm. Acesso em: 06 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 6.151, de 4 de dezembro de 1974**. Dispõe sobre o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1975 a 1979. 1974. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6151.htm. Acesso em: 06 out. 2019.

BRASIL.III. **Plano Nacional de Desenvolvimento - 1980/85**. Projeto. Set. 1979. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/figueiredo/projeto-iii-pnd/@@download/file/Projeto%20III%20PND.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm. Acesso em: 06 out. 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: **Senado**, 1988a. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508200/CF88_EC85.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Portaria nº 217, de 27 de julho de 1988. Instituiu as Reservas Particulares de Fauna e Flora. **Diário Oficial [da] União.** 5 ago. 1988. 1988 Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/IBDF/PT0217-27071988.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989.** Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. 1989a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7735.htm. Acesso em: 06 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989.** Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências. 1989b Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7797.htm. Acesso em: 06 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 98.914, de 31 de janeiro de 1990.** Dispõe sobre a instituição, no território nacional, de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, por destinação do proprietário. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D98914.htm. Acesso em: 06 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.** Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm. Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8987compilada.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 1.922, de 5 de junho de 1996.** Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e dá outras providências. 1996a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1922.htm. Acesso em: 06 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996.** TR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências. 1996b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9393.htm. Acesso em: 06 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.** Lei dos Crimes Ambientais; Lei da Natureza; Lei dos Crimes contra o Meio Ambiente. 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1998/lei-9605-12-fevereiro-1998-365397-norma-pl.html> Acesso: 07 mar. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm 2000. Acesso em: 06 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Medida provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001.** Altera os arts. 1º, 4º, 14º, 16º e 44º, e acresce dispositivos à Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10º da Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, e dá outras providências. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2166-67.htm. Acesso em: 06 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. 2002a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.** Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. 2002b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm. Acesso em: 06 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006.** Regulamenta o art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. 2006a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5746.htm. Acesso em: 06 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006.** Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. 2006b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm. Acesso em: 06 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006c.** Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11428.htm. Acesso em: 6 out. 2019

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. 2012. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm. Acesso em: 06 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Medida provisória nº 809**, de 1 de dezembro de 2017. 2017. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Mpv/mpv809.htm

BRASIL. Presidência da República Secretaria-Geral. **Lei nº 13.668, de 28 de maio de 2018**. Altera as Leis n.º 11.516, de 28 de agosto de 2007, 7.957, de 20 de dezembro de 1989, e 9.985, de 18 de julho de 2000, para dispor sobre a destinação e a aplicação dos recursos de compensação ambiental e sobre a contratação de pessoal por tempo determinado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes). 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13668.htm. Acesso em: 10 set. 2019.

BRECHIN, S.R. et al. Beyond the Square Wheel: Toward a More Comprehensive Understanding of Biodiversity Conservation as Social and Political Process. **Society and Natural Resources**. v. 15. 2002. pp. 41–64. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228703473_Beyond_the_square_wheel_toward_a_more_comprehensive_understanding_of_biodiversity_conservation_as_social_and_political_process. Acesso em: 10 set. 2019.

BRECHT, Bertolt. **Poemas 1913-1956**. Seleção e tradução de Paulo César de Souza, São Paulo: Editora 34, 2000. P. 360. p. 212-214.

BRUNO, Oswaldo. **As RPPNs da RBCV-SP**. [Entrevista concedida a] Marcelo Teixeira Cesar de Oliveira. São Paulo. SP. 22 jun. 2016.

BRUNO, Oswaldo. **Situação da RPPN Tijucopava** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por marcelotco@usp.br em 19 mar. 2019a.

BRUNO, Oswaldo. **Situação da RPPN Costa Blanca**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por marcelotco@usp.br em 08 abr. 2019b.

BUCKLEY, R. C. Keynotes Addresses. In: RASCHI, Antonio; TRAMPETTI, Sonia (edit.). **Management for protection and sustainable development**. Montecatini Terme, Italy. 19-40 out. 2008. Disponível em: <http://mmv.boku.ac.at/downloads/mmv4-proceedings.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

BUCKLEY, R. C. **Conservation tourism**. Wallingford: CAB International, 2010. 214 p.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973**. Cria, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, e da outras providências. 1973. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73030-30-outubro-1973-421650-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 out. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Resolução nº 1, de 1979-CN.** Aprova O III Plano Nacional de Desenvolvimento. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescon/1970-1979/resolucao-1-5-dezembro-1979-534737-publicacaooriginal-20817-pl.html>. Acesso em: 06 out. 2019.

CARLOMAGNO, Márcio C.; Leonardo Caetano da Rocha como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica1. **Revista Eletrônica de Ciência Política.** v. 7. n. 1. 2016. p. 173-188 . Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/download/45771/28756>. Acesso em: 10 set. 2019.

CASTRO, R. **Contribuição das RPPNs para conservação.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por marcelotco@usp.br em 10 out. 2010.

CATAZONI, Gerson. **Análise espacial da macrofauna edáfica sob diferentes condições ambientais dos trópicos úmidos.** 2010. 201 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas, 2010 Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/287219/1/Catanozi_Gerson_D.pdf. Acesso em: 10 ago. 2019.

CEGANA, A.C.V. **Reservas Particulares do Patrimônio Natural do Estado do Paraná: situação atual e perspectivas.** 2005. 77f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Programa de Pós-graduação em Agronomia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

CERTEAU, M. de. **A escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2008.

CÉSAR, Eliana Conceição. **Pesquisa sobre RPPNs de São Paulo.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por marcelotco@usp.br em 24 jan. 2019.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Parecer técnico nº 461/13/ie. Processo: 1632/2008.** Interessado: Companhia City de Desenvolvimento. Assunto: Loteamento City Fazenda Acaraú. Município: Bertioxa. 4 out. 2013. Disponível em: http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/consema/2013/10/Parecer_Tecnico_CETESB461-13-IE_sobre_o_Eia_Rima_do_loteamento_City_Acarau.pdf Acesso em: 10 out. 2019.

CNPJ INFO. **Site da empresa.** 2019. Disponível em: <http://cnpj.info/>. Acesso em: 10 set. 2019.

CNPJ NACIONAL. **Site da empresa.** 2019. Disponível em: <https://www.cnpjnacional.com/>. Acesso em: 10 set. 2019.

CNPJ RECEITA. **Site da empresa.** 2019. Disponível em: <https://www.cnpjreceita.com/>. Acesso em: 10 set. 2019.

CNPJ WORLD. **Ecoworld Ltda.** 2019. Disponível em <https://www.cnpj.world/empresa/ecoworld-ltda/04159662000160>. Acesso em: 10 set. 2019.

CNPJ WORLD. **Empresa de Mineração Cruz Preta Limitada.** 2019. Disponível em: <https://www.cnpj.world/empresa/empresa-de-mineracao-cruzpreta-limitada/cwaC9t6Gs>. Acesso em: 10 set. 2019.

CONDE, Armando. **A riqueza da vida**. Editora Record, São Paulo, SP. 2006. 262 p.

CONDEPHAAT. **Reserva Florestal do Morro Grande**. [S.d.]. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/reserva-florestal-do-morro-grande/>. Acesso em: 10 set. 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL - CNRPPN. **Estado Atual das RPPNs no Brasil**. Apresentação na Câmara Legislativa de Ana Maria Juliano, Presidente. [S.d.]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cmads/audiencias-publicas/audiencia-publica-2013/13-08-13-rppns-a-legislacao-em-vigor-e-a-modernizacao-do-processo-de-criacao-das-unidades/apresentacoes/sra-ana-maria-juliano/view>. Acesso em: 10 out. 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL - CNRPPN. **Painel de Indicadores da Confederação Nacional de RPPN**. 2019. Disponível em: https://datastudio.google.com/reporting/0B_Gpf05aV2RrNHRvR3kwX2ppSUE/page/J7k. Acesso em: 24 out. 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL - CNRPPN. **Sobre**. 2019. Disponível em: <https://www.rppn.org.br/sobre>. Acesso em: 10 set. 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL - CNRPPN. **Totalização das RPPNs Paulistas no Painel de Indicadores da Confederação Nacional de RPPN**. 2019. Disponível em: https://datastudio.google.com/reporting/0B_Gpf05aV2RrNHRvR3kwX2ppSUE/page/J7k. Acesso em: 24 out. 2019.

CONSULTA CNPJ. **Site da empresa**. 2019. Disponível em: <https://consultacnpj.com/>. Acesso em: 10 set. 2019.

CONSULTA SOCIO. **Site da empresa**. 2019. Disponível em: <https://www.consultasocio.com/>. Acesso em: 10 set. 2019.

CONSULTORIA PAULISTA DE ESTUDOS AMBIENTAIS – CPEA. **Plano Urbanístico da Reserva da Serra do Itapety, Mogi das Cruzes**. 2009a. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/ricciele1/plano-urbanistico-da-serra-do-itapety-mogi-das-cruzes>. Acesso em: 10 set. 2019.

CONSULTORIA PAULISTA DE ESTUDOS AMBIENTAIS – CPEA. **Relatório de Impacto Ambiental - RIMA**. 2009b. Disponível em: <http://livrozilla.com/download/1199943>. Acesso em: 10 ago. 2019.

CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY. **Convention on biological diversity (CBD)**. 1992. Disponível em: <https://www.cbd.int/doc/legal/cbd-en.pdf>. Acesso em: 06 out. 2019.

CREPALDI, M. O. S. et al., A experiência do Estado do Espírito Santo na criação de Reservas Privadas: reconhecimento, implantação e gestão para conservação da Floresta Atlântica. In: CONGRESSO INTERAMERICANO DE CONSERVAÇÃO EM TERRAS PRIVADAS, 8, 2008, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: TNC, 2008. 3p.

CRONBACH, L. J. **Coefficient alpha and the internal structure of tests.** Psychometrika. v. 16. 1951. p. 297-334.

CRUZ, C.A.G.; FEIO, R.N.; NASCIMENTO, L. B. A new species of *Phasmahyla* (Cruz, 1990, Anura: Hylidae) from the Atlantic Rain Forest of the States of Minas Gerais and Bahia, Brazil. **Amphibia-Reptilia**, Leiden. v. 29. 2008. p. 311-318.

Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/233678400_A_new_species_of_Phasmahyla_Cruz_1990_Anura_Hylidae_from_the_Atlantic_Rain_Forest_of_the_States_of_Minas_Gerais_and_Bahia_Brazil. Acesso em: 10 set. 2019.

CUNHA, Altivo R. A. de Almeida et al. Perfil do Produtor Rural Usuário do Mercado Livre do Produtor – MLP na Ceasa Minas – Unidade Grande Belo Horizonte. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 16, 2014. **Anais...** Diamantina, MG. 2014. p. 1-16.

Disponível em:
http://www.ceasaminas.com.br/informacoesmercado/artigos/Perfil_Produtor_Usuario_MLP_CeasaMinas.pdf . Acesso em: 10 set. 2019.

DAEE. **Parque Ecológico do Tietê.** 2019. Disponível em:
http://www.daee.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=564:parque-ecologico-do-tiete-pq&catid=48:noticias&Itemid=53

DATAGEO. **Sistema ambiental Paulista.** 2019. Disponível em:
<http://datageo.ambiente.sp.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2019.

DAVIDSON, CARLOS. Economic Growth and the Environment: Alternatives to the Limits Paradigm. **BioScience** 433. Mai. v. 50. n. 5. 2000. Disponível em:
<https://academic.oup.com/bioscience/article/50/5/433/264211>. Acesso em: 10 set. 2019.

DEFRIES, Ruth et al. Increasing Isolation of Protected Areas in Tropical Forests over the past Twenty Years Source. **Ecological Applications**. v. 15. n. 1. fev. 2005. p. 19. Disponível em:
<http://www.jstor.org/stable/4543332>. Acesso em: 14 nov. 2012.

DIAMOND, J.M.; MAY, M. Island biogeography and the design of natural reserves. In: MAY, R. (ed). **Theoretical Ecology**. Oxford. 1976. p. 163-186.

DICTATE. Versão 2.30 para iOS (iPhone). [s.l]. [s.e]. 2019.

DINIZ, M. H. **Norma constitucional e seus efeitos.** São Paulo: Saraiva. 1998. 178 p.

DRUMMOND, José Augusto Leitão. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, SP, v.2, n. 3/4. 1998-1999. p.127-149. Disponível em:
http://members.fortunecity.com/animusrj/art/art_trab16.htm#2CON. Acesso em: 10 set. 2019.

DUDLEY, N. (Editor). **Guidelines for Applying Protected Area Management Categories**. Gland, Switzerland: IUCN. x + 86pp.. 2008. 143 p. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PAG-021.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

DURKHEIM, Emile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. 2. ed. Traduzido por Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes. 2009.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Paulus. 1989.

ECOFUTURO. **Site do projeto**. 2019. Disponível em: <http://www.ecofuturo.org.br> Acesso: 15 nov. 2019.

EHRlich, Paul; EHRlich, Anne. **Extinction: The Causes and Consequences of the Disappearance of Species**. Random House, New York, p. 72-98. 1981.

EISENHARDT, K.M. Building theories from case study research. **Academy of Management Review**. v.14, n.4, p. 532-550. 1989. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/258557?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 10 set. 2019.

EMPRESAS DO BRASIL. 2019. Disponível em: <https://empresasdobrasil.com/>. Acesso em: 10 set. 2019.

ESPIRITO SANTO (Estado). Decreto Estadual 3384-R. Dispõe sobre o Programa Estadual de Apoio e Incentivo às Reservas Particulares do Patrimônio Natural. **Diário Oficial [do] Estado do Espírito Santo**. 2013. Disponível em: http://www.meioambiente.es.gov.br/download/Decreto_n_3384_R.pdf. Acesso em: 20 jul. 2015.

FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA. Guia de apresentação de teses. 2ª ed. 2017. Disponível em: http://www.biblioteca.fsp.usp.br/~biblioteca/guia/img/guia_teses.pdf Acesso: 18 jul. 2020.

FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian. Green Grabbing: a new appropriation of nature? Pages 237-261. **The Journal of Peasant Studies**. v. 39, n. 2. 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/03066150.2012.671770>. Acesso em: 10 set. 2019.

FARMER, James R. et al. Private Landowners, Voluntary Conservation Programs, and Implementation of Conservation Friendly Land Management Practices. **Conservation Letters**. v. 10, i. 1. 2016. Disponível em: <https://conbio.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/conl.12241>. Acesso em: 10 set. 2019.

FEDERAÇÃO DAS RESERVAS ECOLÓGICAS PARTICULARES DO ESTADO DE SÃO PAULO (FREPESP). **Programa de turismo sustentável em RPPNs inicia a captação de recursos no Brasil e no exterior**. 2015. Disponível em: <http://frepesp.org.br/programa-de-turismo-sustentavel-em-rppns-inicia-a-captacao-de-recursos-no-brasil-e-exterior/>. Acesso em: 20 ago 2015.

FEDERAÇÃO DAS RESERVAS ECOLÓGICAS PARTICULARES DO ESTADO DE SÃO PAULO (FREPESP). **RPPNs do Estado de São Paulo**. Entrevista concedida por Ana Maria Soares, coordenadora. (registro escrito e gravado). 27 jun. 2016.

FEDERAÇÃO DAS RESERVAS ECOLÓGICAS PARTICULARES DO ESTADO DE SÃO PAULO (FREPESP). **Status RPPN SP**. 2019. Disponível em: <http://frepesp.org.br/rppns-paulistas/>. Acesso em: 10 set. 2019.

FEDERAÇÃO DAS RESERVAS ECOLÓGICAS PARTICULARES DO ESTADO DE SÃO PAULO (FREPESP); WORLD WILDLIFE FUND. **Diagnóstico das RPPNs do Estado de SÃO PAULO**. 2013. Disponível em: <http://frepesp.org.br/diagnostico-das-rppns-paulistas/>. Acesso em: 10 set. 2019.

FERNANDES, Maurício Arioli. **Ações de apoio à gestão das Unidades de Conservação e o Programa RPPN Paulistas da Fundação Florestal**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Biológicas) – Instituto de Biociências de Botucatu, Universidade Estadual Paulista, Botucatu. 2011. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/119009/fernandes_ma_tcc_botib.pdf?sequence=1. Acesso em: 19 set. 2019.

FERREIRA, Claudio Martins. **Fotos das RPPN Fazenda Meandros, II, III**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por marcelotco@usp.br em 19 mar. 2019.

FERREIRA, F. M. et al. *Eremitis afimbriata* and *E. magnifica* (Poaceae, Bambusoideae, Olyreae): two remarkable new species from Brazil and a first record of blue iridescence in bamboo leaves. **Phytotaxa**, Auckland, v. 84, ed. 1, p. 31–45. 2013. Disponível em: <http://biotaxa.org/Phytotaxa/article/view/phytotaxa.84.1.3>. Acesso em: 30 ago. 2016.

FERREIRA, Lúcia da Costa. Conflitos sociais e uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa. **Política e Sociedade**. v. 4, n. 7. out. 2005. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/1968/1718>

FIOCRUZ. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. [S.d.] Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/jbotrj.htm#historico>. Acesso em: 10 jan. 2019.

FOGAÇA, Paula Daniel. **Biodiversidade e conservação: Parque do Zizo, Tapiraí, SP**. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade na Gestão Ambiental) - Universidade Federal de São Carlos. Campus Sorocaba, 2013. 54 f. Sorocaba, 2013. Disponível em: <http://www.ppgsga.ufscar.br/alunos/banco-de-dissertacoes/2013/paula-daniel-fogaca-ppgsga.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

FOLHA NOROESTE. **A RPPN Mutinga (Reserva Particular do Patrimônio Natural), em Pirituba, tem 25.000 m² preservados de Mata Atlântica**. 24 jun. 2019. Disponível em: <https://web.facebook.com/folha.noroeste/videos/1373094719495144/> Acesso: 10 out. 2019.

FOLLMANN, Eugenio Victor. **Digitalização Planta**. São Paulo, 2019. [Documento cedido pelo proprietário]. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por marcelotco@usp.br em 5 abr. 2019.

FORTESKI, Joel. **Motivação moral e senso e justiça em David Hume**. 2011. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/94928>. Acesso em: 20 ago. 2019.

FOXIT READER. Versão 3.2.10401. Fremont, Califórnia, EUA. Foxit Corporation. 2010. <https://www.foxitsoftware.com/pt-br/>

FUJISAWA, D.S. **Utilização de jogos e brincadeiras como recurso no atendimento fisioterapêutico de crianças: implicações na formação do fisioterapeuta**. 2000. 147f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2000. Disponível em: <http://docplayer.com.br/56862116-Dirce-shizuko-fujisawa-formacao-academica-do-fisioterapeuta.html> Acesso em: 10 jul. 2019.

FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS. Projeto promove soltura de fêmea isolada de muriqui-do-norte em RPPN da Fundação Biodiversitas. **Espécies ameaçadas online**. Ano 2. n. 9. 31 jan. 2007. <http://www.biodiversitas.org.br/boletim/EAO/2007/JANEIRO/index.htm>

FUNDAÇÃO FLORESTAL. **RPPNs da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – SP**. Entrevista concedida por Clayton Ferreira Lino, coordenador da RBMA-SP. (registro escrito e gravado). 13 jun. 2016.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. **Unidades de Conservação do Estado São Paulo: mapa**. 2019a. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/unidades-de-conservacao/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. **Lista RPPN**. 2019b. Disponível em <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/pagina-inicial/rppn/lista-rppn-fundacao-florestal/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

GASTAL, Maria Luiza; SARAGOUSSI, Muriel. Os instrumentos para a conservação da biodiversidade. In: **Seria melhor mandar ladrilhar?** : biodiversidade como, para que, por quê. 2008. Editora Peirópolis.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. Atlas. – São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20-%20como%20elaborar%20projeto%20de%20pesquisa%20-%20antonio%20carlos%20gil.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

GIL-SANTANA, H. R. *Rhyparoclopius aokiae* sp. nov, a remarkable Stenopodainae (Hemiptera: Heteroptera: Reduviidae) from Mato Grosso do Sul, Brazil, with taxonomical notes on other species of *Rhyparoclopius* Stål. **Zootaxa**, Auckland, v. 3478, p. 93-104, 2012. Disponível em: <https://www.mapress.com/j/zt/article/view/zootaxa.3478.1.11>. Acesso em: 10 jul. 2019.

GLOBO. **Quase no limite, comporta de represa em Franco da Rocha pode ser aberta**. 7 jun. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/06/quase-no-limite-comportas-de-represa-em-franco-da-rocha-devem-ser-abertas.html> Acesso: 15 nov. 2019.

GODBOUT, J.T. Introdução à dádiva. **Rev. bras. Ci. Soc.** v.13, n.38, p.39-52. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300002. Acesso em: 10 jul. 2019.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

GOOGLE EARTH PRO. 7.3.3.7699 (64-bit). Mountain View, Califórnia, EUA. Google LLC. 7.3.3.7699 (64-bit). 2019. https://www.google.com.br/intl/pt-BR_ALL/earth/versions/. Acesso: 10 jan. 2018.

GOOGLE MAPS. **Mapa das RPPNs do Cinturão Verde de São Paulo**. 2016. Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1s1DDxF1WGnjLqHTVOCq5gUjFTLY>. Acesso em: 30 ago. 2016

GOOGLE MAPS. GOOGLE MAPS. 2019. Disponível em: <https://www.google.com/maps/>. Acesso em: 10 abr. 2019.

GRINNELL, George Bird et al. The Boone and Crockett Club in Pioneering Conservation. In: ROSS, Ken. **Pioneering Conservation in Alaska**. University Press of Colorado. 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctt1wn0r8r.15>. Acesso em: 10 jul. 2019.

GRUBER, Helmut Josef. **Imagem de satélite da propriedade Sítio Sabiúna, Joanópolis, SP**. 2019 [Documento cedido pelo proprietário]. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por whatsapp em 08 mar. 2019.

GRUBER, Helmut Josef. **Fotos da RRPPN Sítio Sabiúna**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por marcelotco@usp.br em 19 mar. 2019.

HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/00320956552b81018dae7>. Acesso em: 10 jul. 2019.

HELLER, N.; E. ZAVALA. Biodiversity management in the face of climate change: A review of 22 years of recommendations. **Biological Conservation**, Philadelphia, v. 142, p. 14-32, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/222557816_Biodiversity_management_in_the_face_of_climate_change_A_review_of_22_years_of_recommendations. Acesso em: 10 jul. 2019.

HUTTON, Jon; ADAMS; William M.; MUROMBEDZI, James C. Back to the Barriers? Changing Narratives in Biodiversity Conservation. **Forum for Development Studies**. nº 2 NUPI. 5 dez. 2005. Disponível em: https://www.tnrf.org/files/E-INFO_Hutton.J_etal_Back_to_the_Barriers_Changing_Narratives_in_Biodiversity_Conservation_0.pdf. Acesso em: 10 set. 2019

HUTTON, J.M.; N. Leader-Williams. Sustainable use and incentive-driven conservation: realigning human and conservation interests', **Oryx**, Vol. 37, pp. 215–226. 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/231747436_Sustainable_use_and_incentive-

[driven conservation Realigning human and conservation interests](#). Acesso em: 10 out. 2019.

IEA-USP. **Silvano Raia (perfil)**. São Paulo. SP. 30 nov. 2018. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoas/silvano-raia>. Acesso: 15 nov. 2019.

ILLUKPITIYA, P., GOPALAKRISHNAN, C. Decision-making in soil conservation: application of a behavioral model to potato farmers in Sri Lanka. **Land Use Policy**. 21, p. 321–331. 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/222421307_Decision-making_in_soil_conservation_Application_of_a_behavioral_model_to_potato_farmers_in_Sri_Lanka. Acesso em: 20 nov. 2019.

INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ. **Serviço Técnico para Criação de RPPN**. Curitiba, 2014. 3 p. Disponível em: <https://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1231>. Acesso em: 30 mar. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Unidades de conservação. **Proteção integral 2018**: mapa. 2018a. Disponível em: https://atlasescolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_unidades_de_protecao_integral.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Unidades de conservação. Unidades de Uso Sustentável 2018**: mapa. 2018b. Disponível em: https://atlasescolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_unidades_de_uso_sustentavel.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. Portaria nº 1.063 de 31 de outubro de 1989. Reconhece a Reserva Particular de Fauna e Flora Fazenda Vereda Grande S/A, Presidente Olegário, MG. **Diário Oficial [da] União**. 3 nov. 1989. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/IBAMA/PT1063-311089.PDF>. Acesso em: 10 jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. Portaria 643/1990 – **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 8 maio 1990. seção/p. 01 – 8634. 1990. Disponível em: http://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2010/07/12/PortFazendasVeredasGrandesS.A.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Cartilha de regularização fundiária de unidades de conservação federais**. [S.d.]. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/cartilha_de_regularizacao_fundiaria.pdf. Acesso dez. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Decreto nº 87.561, de 13 de setembro de 1982**. Dispõe sobre as medidas de recuperação e proteção

ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e dá outras providências. 1982.
<https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/paraibadosul.pdf>

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Portaria nº 393 - **Diário Oficial [da] União**. 63 - 02/04/1990. seção/p. 1/6408. RPPN Fazenda Lageado. 1990. Disponível em http://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2010/04/26/MS_Fazenda_Lageado.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Portaria nº 145 de 7 de janeiro de 1993. RPPN Carbocloro**. 1993a. Disponível em: http://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2011/04/13/PortRPPNCaborcloro.pdf. Acesso em: 12 set. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Portaria nº 112 de 20 de outubro de 1993**. 1993b. Disponível em: http://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2010/07/15/PortRPPNS%C3%ADtioRyan.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Portaria nº 105/1994-N de 4 de outubro de 1994. **Diário Oficial [da] União**. Seção. I, p. 15028. 5 out. 1994. 1994a. Disponível: http://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2011/04/14/PortRPPNVoturuna.pdf. Acesso em: 12 set. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Portaria nº 113-N de 21 de outubro de 1994. **Diário Oficial [da] União**. Seção I. p. 19929-19930. 24 out. 1994. 1994b. Disponível em: http://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2010/06/17/SP_RPPN_Voturuna_V.pdf. Acesso em: 12 set. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Portaria nº 123/94-N, de 14 de novembro de 1994. **Diário Oficial [da] União**. Seção I. p. 17207. 16 nov. 1994. 1994c. Disponível em: http://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2010/06/16/PortRPPNVoturunaII-A.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Portaria nº 58/1995-N, de 22 de agosto de 1995. **Diário Oficial [da] União**. Seção I, p. 12926. 23 ago. 1995. 1995a. Disponível em: http://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2010/07/15/PortRPPNS%C3%ADtioSibiu na.pdf. Acesso em: 12 set. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Portaria nº 1023 de 20 de dezembro de 1995**. 1995b. Disponível em: http://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2010/06/17/RPPNS%C3%ADtioCurucuutu .pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Portaria nº 102/95-N. **Diário Oficial [da] União**. 244. 21 dez. 1995. Seção/p. 01 – 21805. RPPN

Curucutu. 1995c. Disponível em: http://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2010/06/17/RPPNS%C3%ADtioCurucuutu.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Portaria nº 70 e 71, de 14 de fevereiro de 1996. **Diário Oficial [da] União**. Seção I, p. 2660. 15 fev. 1996. Disponível em: http://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2010/07/15/PortRPPNS%C3%ADtioSabianaRetifica%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Portaria nº 11, de 24 de fevereiro de 1997**. Disponível em: http://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2010/06/14/SP_RPPN_Sitio_Pithon.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Portaria nº 64. **Diário Oficial [da] União**. 137-E, 20 jul.1999. Seção/p. 01 - 34. 1999a. Disponível em: http://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2010/06/15/PortRPPNEcoworld.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Portaria nº 82/99-N. **Diário Oficial [da] União**. 189-E. 1 out. 1999. Seção/p. 01 – 60. 1999b. Disponível em: http://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2010/07/30/PortRPPNMeandrosRevolgada.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Portaria nº 84/99-N. **Diário Oficial [da] União**. 192-E. 6 out. 1999. Seção/p. 01 – 14. 1999c. Disponível em: http://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2010/07/15/RPPNFazendaRiodosPil%C3%B5es.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Portaria nº 31/2001 - **Diário Oficial [da] União**. 44-E. 5 mar. 2001. Seção/p. 01 - 35. 2001a. Disponível em: http://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2010/07/15/PortRPPNS%C3%ADtioCapuavinha.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN**. RPPN Sítio Capuavinha. 5 mar. 2001. 2001b. Disponível em: <http://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/detalhe/507/>. Acesso em 10 out. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Portaria nº 57, de 24 de abril de 2001**. 2001c. Disponível em: http://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2010/06/18/SP_RPPN_Fazenda_San_Michele.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Portaria nº 157, de 24 de outubro de 2001**. 2001d. Disponível em:

http://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2010/07/30/PortRPPNMeandrosRevolgada.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Portaria nº 149/2001. **Diário Oficial [da] União**. 205. 25 out. 2001. Seção/p. 01 - 121. 2001e. Disponível em: http://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2010/07/15/PortRPPNMeandroII.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Portaria nº 150 - **Diário Oficial [da] União**. 25 de outubro de 2001 - seção/pg. 01 - 121. 2001f. Disponível em: http://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2010/07/15/PortRPPNMeandroIII.pdf. Acesso em: 10 jul. de 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Portaria nº 154. **Diário Oficial [da] União**. 205. 25 out. 2001. Seção/p. 1/122. 2001g. Disponível em: http://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2010/06/17/SP_Fazenda_Serrinha.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Portaria nº 74 retificação. **Diário Oficial [da] União**. 74. 18 abr. 2002. Seção/p. 01 - 127. 2002a. Disponível em: http://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2010/06/17/SP_Fazenda_Serrinha.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Portaria nº 58. **Diário Oficial [da] União**. 75. 19 abr. 2002. Seção/p. 1/140. 2001b. Disponível em: http://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2010/06/21/SP_RPPN_Parque_dos_Passaros.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Portaria nº 60. **Diário Oficial [da] União**. 75. 19 abr. 2002. Seção/p. 1/140.D . 2002c. Disponível em: http://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2010/06/17/SP_RPPN_Parque_dos_Passaros.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Instrução Normativa nº 07, de 17 de dezembro de 2009**. 2009. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in072009.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN**. Brasília, 2010a. Disponível em: <http://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/>. Acesso em: 3 maio 2013.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Relatório Resumido das RPPN por Estado**. Apresenta relatório geral e por estado das RPPNs criadas no Brasil. Brasília, 2010b. 20 p. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br>. Acesso em: 3 maio 2013.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Roteiro para Criação de RPPN Federal. Reserva particular do Patrimônio Natural** / José Luciano de Souza, Dione Angélica de Araújo Côrte. Brasília, DF. 2011. 92 p.: il. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/docroteiorrppn.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Portaria nº 29. **Diário Oficial [da] União**. 36. 22 fev. 2012. Seção/p. 1/69. 2012a. Disponível em http://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2012/03/30/DOU_29_-_17_de_fevereiro_de_2012_Cruz_Preta_-_SP.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Perguntas e Respostas sobre Reserva Particular do Patrimônio Natural**. Brasília / DF Setembro / 2012 Ministério do Meio Ambiente Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2012b. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/downloads/perguntaserespostas_rppn.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Instrução Normativa nº 2/2017/GABIN/ICMBIO, de 30 de janeiro de 2017**. Disciplina, no âmbito do ICMBio, o planejamento, a execução e o monitoramento dos contratos de concessão de uso para prestação de serviços de apoio à visitação em unidades de conservação. 2017a. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/intrucao_normativa_02_2017.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Memorial descritivo da RPPN: Lafigueira – Naturarte**. 6 jan. 2017. 2017b. Disponível em: <http://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/requerimento/impressao/1135/memorppn/>. Acesso em: 10 out. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Portaria nº 371, de 30 de maio de 2017**. 2017c. Disponível em: http://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2017/06/21/Portaria_Lafigueira.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Portaria nº 635. **Diário Oficial [da] União**. 190. 3 out. 2017. Seção/p. 1 - 54. 2017d. Disponível em: http://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2017/10/09/Portaria_RPPN_Caete.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Minuta de decreto federal reservas particulares do patrimônio natural (RPPN)**. Regulamenta no âmbito das unidades de conservação (UCS) federais o art. 21 da lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o sistema nacional de unidades de conservação da natureza (SNUC). 2018. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/edital/minuta_do_decreto_rppn_consulta_publica_24set2018.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN. **Sistema Integrado de Monitoramento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural - SIMRPPN**. 2019a. Disponível em: <http://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/>. Acesso em: 10 set. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN - São Paulo**. 2019b. Disponível em: <http://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/rppn/SP/>. Acesso em: 10 out. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN**. RPPN Fazenda San Michele. 2019c. Disponível em: <http://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/detalhe/412/>. Acesso em: 10 out. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN**. RPPN Fazenda Meandros. 2019d. Disponível em: <http://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/detalhe/534/>. Acesso em: 10 out. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Mamíferos. Brachyteles arachnoides. Muriqui-do-sul**. 2019e. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/faunabrasileira/estado-de-conservacao/7172-mamiferos-brachyteles-arachnoides-muriqui-do-sul>. Acesso em: 10 jul. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Fauna Brasileira**. 2019f. Disponível em: <http://www4.icmbio.gov.br/portal/faunabrasileira/60-fauna-brasileira>. Acesso em: 10 jul. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **RPPN Cruz Preta**. 2019g. Disponível em: <http://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/detalhe/804/>. Acesso em: 12 jul. 2019.

INSTITUTO ECOFUTURO. **Reserva Parque das Neblinas. Ecofuturo**. Conselho Superior de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). [Conteúdo de palestra em Power Point]. S. d.. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/palestra-realizada-na-reuniao-do-cosema-28-05-2014/>. Acesso em: 10 out. 2019.

INSTITUTO ECOFUTURO. **Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural Botuju – Serra do Itapety**. 2014. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.ecofuturo.org.br/files?path=content/pdf/3636bd4365d5324244711fb3856f20ec9ca78f2f.pdf>. Acesso em: 17 set. 2019.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. **Como criar uma RPPN?** Belo Horizonte. 2014. p. 2. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/comocriarumarppn.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2015.

INSTITUTO FLORESTAL. **O cinturão verde**. 2019. Disponível em: <http://iflorestal.sp.gov.br/o-instituto/rbcv/o-cinturao-verde/>. Acesso em: 31 out. 2019.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE AND NATURAL RESOURCE. **Status survey and conservation action plan. The Cranes.** 1996. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/1996-022.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE AND NATURAL RESOURCE. **Callithrix flaviceps (Buffy-headed Marmoset).** 2014a. Disponível em <http://www.iucnredlist.org/details/3571/0>. Acesso em: 20 de jul. 2015.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE AND NATURAL RESOURCE. **Brachyteles arachnoides (Muriqui, Southern Muriqui, Woolly Spider Monkey).** 2014c. Disponível em: <http://www.iucnredlist.org/details/2993/0>. Acesso em: 30 ago. 2016.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE AND NATURAL RESOURCE. **What is a protected area?** 2019a. Disponível em: <https://www.iucn.org/theme/protected-areas/about>. Acesso em: 10 jul. 2019.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE AND NATURAL RESOURCE. **The IUCN Red List of Threatened species.** 2019b. Disponível em: <https://www.iucnredlist.org/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

JACOB, Andrea Dedini. Zonas ripárias: relações com a fauna silvestre. In: SEMINÁRIO DE HIDROLOGIA FLORESTAL: Zonas Ripárias. Alfredo Wagner, SC. 22 set. 2003. p. 112-120 **Anais...** Alfredo Wagner, SC. 2003. Disponível em: <http://www.labhidro.ufsc.br/Artigos/Seminario%20Hidrologia%20Florestal%20%282003%29.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

JCN. **Parceira no desenvolvimento e na preservação ambiental.** Jornal Costa Norte. 2015. Disponível em: <http://d.costanorte.com.br/bertioga-especial/29516/parceira-no-desenvolvimento-e-na-preservacao-ambiental>. Acesso: 15 nov. 2019.

JEPSON, P. & WHITTAKER, R.J. Ecoregions in context: a critique with special reference to Indonesia. **Conservation Biology**, 16, p. 42–57. 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249432277_Ecoregions_in_Context_a_Critique_with_Special_Reference_to_Indonesia. Acesso em 10 jul. 2019.

JORNAL COSTA NORTE. **Parceira no desenvolvimento e na preservação ambiental.** A Cia. Fazenda Acaraú, responsável pela implantação da Riviera de São Lourenço, tem mais planos para a cidade. 2015. Disponível em: <http://d.costanorte.com.br/bertioga-especial/29516/parceira-no-desenvolvimento-e-na-preservacao-ambiental>. Acesso em: 10 jul. 2019.

JUS BRASIL. 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/>. Acesso em: 10 set. 2019.

KAREIVA, P. Trade-in to trade-up. **Nature**, Londres, v. 446, p. 322-333. 2010. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/466322a>. Acesso em: 10 set. 2019.

KENGEN, S. A **política florestal brasileira**: uma perspectiva histórica. Serie Técnica IPEF, Piracicaba. SIMPÓSIO IBERO-AMERICANO DE GESTÃO E ECONOMIA FLORESTAL. 1. 2001, **Anais...** Porto Seguro, BA. Biblioteca(s): Embrapa Florestas. v. 14, n. 34, p. 18-34,

jul. 2001. Disponível em: <https://www.ipef.br/PUBLICACOES/tecnica/nr34/convidados.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

KIM; MALTBY. **Charles Waterton (1782-1865), Curare, and Waterton Lakes National Park.** 1997. Disponível em: [https://www.anesthesiahistoryjournal.org/article/S1522-8649\(97\)50006-0/pdf](https://www.anesthesiahistoryjournal.org/article/S1522-8649(97)50006-0/pdf). Acesso em: 10 set. 2019.

KNIGHT, R. Private lands: the neglected geography. **Conservation Biology**, Malden, v. 13, p. 223-224. 1999. Disponível em: <https://conbio.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1046/j.1523-1739.1999.013002223.x>. Acesso em: 10 set. 2019.

LADLE, R. & WHITTAKER, R. J. (Editor). **Conservation Biogeography.**, Wiley-Blackwell. 320 p. mar. 2011.

LAKATOS, Eva Maria, Marconi, Mariana Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. Atlas, São Paulo, 2003. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india. Acesso em: 10 jul. 2019.

LANGHOLZ, J. Economics, objectives and success of private nature reserves in Sub-Saharan Africa and Latin America. **Conservation Biology**, Malden, v. 10, ed. 1, p. 270-280, 1996. Disponível em: <https://conbio.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1046/j.1523-1739.1996.10010271.x>. Acesso em: 10 jul. 2019.

LANGHOLZ, J et al. New forms of biodiversity governance: non-state actors and the private protected area action plan. **Journal of International Wildlife Law & Policy.** V .29, p. 9-29, n. 12. ago. 2010. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13880290490480112>. Acesso em: 12 jul. 2019.

LANGHOLZ, Jeffrey A.; KRUG. Wolf. New Forms of Biodiversity Governance: Non-State Actors and the Private Protected Area Action Plan. **Journal of International Wildlife Law & Policy.** v 7. 2004. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13880290490480112?journalCode=uwlp20>

LANGHOLZ, J.; LASSOIE, J. Perils and promise of privately owned protected areas. **BioScience.** Reston, v. 51, ed. 12, p. 1079-1085. 2001. Disponível em: <https://academic.oup.com/bioscience/article/51/12/1079/224017>. Acesso em: 10 set. 2019.

LANGHOLZ, J; LASSOIE, J; SCHELHAS, J. Incentives for Biological Conservation: Costa Rica's Private Wildlife Refuge Program. **Conservation Biology** v. 14, i. 6. 7 jul. 2008. Disponível em: <https://conbio.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1523-1739.2000.99049.x>. Acesso em: 12 set. 2019.

LEDERMAN, M. R.; CASES M. O.; MACEDO, D. S. Reservas Privadas do Estado do Amazonas: A oportunidade de ampliação dos atores sociais na conservação da natureza. In: CONGRESSO INTERAMERICANO DE CONSERVAÇÃO EM TERRAS PRIVADAS, 8, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: TNC. 2008. 3 p.

LEOPOLDINO, F. Histórico e Estratégia da Confederação Nacional de RPPN. In: SEMINÁRIO DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS DE MEIO AMBIENTE E ICMBIO SOBRE RPPN, 1. 2009, Salvador. **Resumos...** Salvador: Porto Belo Ondina Praia Hotel. 2009. s/p.

LI, Tania M. Contested Commodifications. Struggles over Nature in a National Park. In Joseph Nevins and Nancy Peluso (Eds.) **Taking Southeast Asia to Market: Commodities, Nature, and People in the Neoliberal Age**, Ithaca: Cornell University Press, pp124-139. 2008. Disponível em: <https://tspace.library.utoronto.ca/handle/1807/67832>. Acesso em: 10 jul. 2019.

LIKERT, R.A., Technique for the measurement of attitudes. **Archives of Psychology**, 140, p. 1-55. 1932. Disponível em: https://legacy.voteview.com/pdf/Likert_1932.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

LINO, C. F. **Mosaico do Jacupiranga**. Grupo de Trabalho SMA, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/images/abook/pdf/mosaico-de-unidades-de-conservacao-do-jacupiranga.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

LINO C. F, ALBUQUERQUE JL, DIAS, H. 2007. **Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica nº 32** - Mosaicos de unidade de conservação no corredor da Serra do Mar. São Paulo. São Paulo, Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Disponível em: http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/Caderno_32.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

LONGO, Luccas Guilherme Rodrigues. **Análise da Avifauna da RPPN Rio dos Pilões (Santa Isabel, SP), visando à conservação de um “Hotspot” da Mata Atlântica**. Luccas Guilherme Rodrigues Longo. Piracicaba, 2007. 134p.: il. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11150/tde-08082007-163301/publico/LuccasLongo.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/2431625/mod_resource/content/1/Pesquisa%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Abordagens%20Qualitativas%20vf.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 1996. 108 p.; 18 cm. (Série Trilhas).

MACHADO, Mariana. **Reservas particulares no estado de São Paulo: avaliação da efetividade na conservação da natureza**. 2007. 165 f.: il. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) -Programa de Ciência Ambiental, São Paulo : PROCAM/USP. 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-13032008-162408/publico/marianamachado.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Princípios gerais de direito ambiental internacional e a política ambiental brasileira. Revista de informação legislativa, v. 30, n. 118, p. 207-218, abr./jun. 1993. **Boletim de direito administrativo**, v. 9, n. 4, p. 241-248, abr. 1993. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176025/000472131.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 set. 2019.

MAGALHÃES, J. P. **A evolução do direito ambiental no Brasil**. São Paulo, SP: J. Oliveira, 2002.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. Disponível em: <https://docplayer.com.br/14121140-Livro-pesquisa-de-marketing-uma-orientacao-aplicada.html>. Acesso em: 10 set. 2019.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2281856/mod_resource/content/1/PPT_Aula-13_Tipos-de-Pesquisa.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

MARQUES, B. F. **Direito Agrário Brasileiro**. Goiânia: AB Editora, 2001. 276 p.

MATO GROSSO DO SUL (estado). **Decreto Estadual nº 7.251, de 16 de junho de 1993**. Dispõe sobre a Instituição de Reserva Particular do Patrimônio Natural e dá outras providências. Disponível em: <http://www.bionconsultoria.com/publicacoes/legislacao%20estadual/decretos/Decreto%207251-93%20-%20Dispoe%20sobre%20a%20isntituicao%20de%20RPPN%60s.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). **Decreto nº 14. 755, de 12 de junho de 2017**. Dispõe: sobre a Instituição de Reserva Particular do Patrimônio Natural. 2017. Disponível em: <http://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/DECRETO14755.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

MAYER, Audrey L.; PÄIVI, M. Tikka. Biodiversity conservation incentive programs for privately owned forests. . **Environmental Science & Policy**. v. 9, n. 7–8, , p. 614-625. Nov. dec. 2006. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1462901106001018>. Acesso em: 10 set. 2019.

MELO, A. L.; MOTTA, Paulo César Silva da. Biodiversidade, serviços ambientais e reservas particulares do patrimônio natural (RPPN) na mata atlântica. In: II Seminário sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social, 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Resumos Expandidos do II Seminário sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social. 2006. Disponível em: <http://www.avesmarinhas.com.br/5%20-%20Biodiversidade%20servicos%20ambientais.pdf>. Acesso em: 20 de jul 2015.

MEON. **Produtor rural de São Francisco Xavier recebe por serviço ambiental**. 13 de abr. 2014. Disponível em: <http://www.meon.com.br/noticias/regiao/produtor-rural-de-sao-francisco-xavier-recebe-por-servico-ambiental> Acesso: 15 nov. 2019.

MESQUITA, C. A. B. **Caracterización de las reservas naturales privadas em América Latina**. 1999. 80 p. Dissertação (Mestrado em Conservação da Biodiversidade) - CATIE,

Turrialba, 1999. Disponível em: <https://www.metabase.net/docs/uicn/01297.html>. Acesso em: 20 de jul 2015.

MESQUITA, C. A. B. **RPPN. Reservas Particulares do Patrimônio Natural**. Apresentação em Power Point. Instituto Bioatlantica, 2010. Disponível em: http://www.bioatlantica.org.br/PPT_reservas_de_valor/historico_rppn_ibio_beto_mesquita.pdf. Acesso em: 25 out. 2015.

MF RURAL. **Fazendas**. 2019. Disponível em: <http://quero-comprar-vender.fazendasvenda.com.br/fazendas-abaixo-de-ha-643/rppn-o-primata-fazenda/156741>. Acesso: 10 out. 2019.

MICROSOFT EXCELL 2010. Microsoft Office Professional Plus. Redmond, Washington, EUA. Microsoft. 2010.

MICROSOFT WORD 2010. Microsoft Office Professional Plus. Redmond, Washington, EUA. Microsoft. 2010.

MILANO, M.Z. **Ecologia da comunidade de pequenos mamíferos da floresta estacional aluvial da RPPN cabeceira da prata, região da serra da Bodoquena, estado do Mato Grosso do Sul**. 2007. 69 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Conservação) - UFP, Curitiba. 2007. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=90841. Acesso em: 25 out. 2015.

MILLER, J. et al. Nature reserves as catalysts for landscape change. **Frontiers in Ecology and the Environment**, Washington, v.10, p. 144-152, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/261977194_Nature_reserves_as_catalysts_for_landscape_change. Acesso em: 25 out. 2015.

MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Vozes. Petrópolis, 2002. 80 p. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em 10 out. 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Portaria MMA nº 9, de 23 de janeiro de 2007**. 2007. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2007/p_mma_09_2007_a_reaprioritariaparabiodiversidade_revga_p_126_2004.pdf. Acesso: 06 out. 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Resolução nº 428, de 17 de dezembro de 2010**, Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências. 2010. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=641>. Acesso em: 10 set. 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Relatório Financeiro dos Recursos de Compensação Ambiental**. Valores Executados. 2015. Disponível em:

http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/428667/RESPOSTA_PEDIDO_Relatorio%20Financeiro%20de%20Recursos%20de%20Compensacao%20Ambiental.pdf. Acesso em: 13 out. 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Painel das Unidades de Conservação brasileiras**. 2019a. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMDNmZTA5Y2ItNmFkMy00Njk2LWI4YjYtZDJINzFkOGM5NWQ4IiwidCI6IjY2ZmE5LTNmOTMtNGJiMS05ODMwLTZyNDY3NTJmMDNINCIsImMiOiJF9>. Acesso em: 10 set. 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC**. 2019b. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>. Acesso em: 23 out. 2019

MITCHELL, B. **Who's Doing the Protecting in Protected Areas?** A Global Perspective on Protected Area Governance. 2007. Disponível em: <http://www.georgewright.org/243mitchell.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

MITCHELL, Brent A. et al. **Guidelines for privately protected areas**. Best Practice Protected Area Guidelines Series nº. 29. Gland, Switzerland: IUCN. xii + 100pp. 2018. <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PAG-029-En.pdf>

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. Annablume. São Paulo, 2001. p. 344.

MUTINGA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. **Plano de manejo da Reserva Particular Do Patrimônio Natural - RPPN Mutinga**. 31 jan. 2012. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/plano_manejo_rppn_mutinga.pdf. Acesso em: 10 set. 2010.

NATIONAL PARK SERVICE. **Act Establishing Yellowstone National Park**. 4 dez. 1872. Disponível em: <https://www.nps.gov/yell/learn/management/yellowstoneprotectionact1872.htm#:~:text=The%20United%20States%20Congress%20established,Park%20Protection%20Act%20into%20law.&text=AN%20ACT%20to%20set%20apart,River%20as%20a%20public%20park>. Acesso: 07 mar. 2018.

NAZO, Georgetie Nacarato; MUKAI, Toshio. O direito ambiental no Brasil: evolução histórica e a relevância do direito internacional do meio ambiente. **R. Dir. Adm.**, Rio de Janeiro, 224: 117-145, abr./jun. 2001. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/48313>. Acesso em: 10 set. 2010.

NETO, Rivadavia C. Drummond de Alvarenga; BARBOSA, Ricardo Rodrigues; CENDÓN, Beatriz Valadares. A construção de metodologia de pesquisa qualitativa com vistas à apreensão da realidade organizacional brasileira: estudos de casos múltiplos para proposição de modelagem conceitual integrativa. **Inf. & Soc. : Est.**, João Pessoa, v.16, n.2, p.63-78, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www3.ufpe.br/moinhojuridico/images/ppgd/8.12b%20casos%20multiplos.pdf>. Acesso em: 10 set. 2010.

NETO, Vicente Lentini. **Certidão de matrícula com averbação da RPPN Sítio Ryan para parte da propriedade em Itapevi, SP.** São Paulo, 2019a. [Documento cedido pelo proprietário]. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por whatsapp em 3 abr. 2019.

NETO, Vicente Lentini. **Imagem de satélite da propriedade Sítio Ryan, Itapevi, SP.** 2019b [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por whatsapp em 3 abr. 2019.

NEW CORE. **Casas de condomínio para comprar em Condomínio Quinta da Baroneza II, Braganca Paulista.** Braganca Paulista. SP. 2019. Disponível em: <https://comprar.newcore.com.br/> Acesso: 10 out. 2019.

NUNES, Analice A. de Souza. **Fotos da RPPN Caetê.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por marcelotco@usp.br em 19 mar. 2019.

OLIVEIRA, Ivanci Magno de; SUPERTI, Eliane. As RPPN como política pública de proteção ambiental: apontamentos sobre as experiências no estado do Amapá. Planeta Amazônia. **Revista internacional de direito ambiental e políticas públicas.** n. 1. 2009. 16p. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta/issue/view/5>. Acesso em: 10 set. 2019.

OLIVEIRA, Marcelo Teixeira Cesar de. **Verde Perto, a natureza ao redor de São Paulo.** São Paulo, SP. Instituto Ipá Ti-uá de Meio Ambiente, Cultura e Sociedade. 2004. p. 153.

OLIVEIRA, Marcelo Teixeira Cesar de. **Bonito para quem? Um estudo sobre um destino turístico no Mato Grosso do Sul:** situação atual e perspectivas, Bonito, MS, Brasil. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-03112010-143452/>. Acesso em: 20 de jul. 2015.

OLIVEIRA, Marcelo Teixeira Cesar de. Bonito para quem? Um estudo sobre um destino turístico no Mato Grosso do Sul: situação atual e perspectivas, Bonito, MS, Brasil. 2011. **Revista Brasileira de Ecoturismo** (RBEcotur), 4(4). 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2011.v4.5987>. Acesso em: 20 de jul. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Our common future.** Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento. 1987. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Acesso em: 10 out. de 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre a diversidade Biológica.** Rio. 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1998/anexos/and2519-98.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

OUTUBO, Renata da Silva. **Cenário e perspectivas para preservação ambiental e da paisagem na região metropolitana do vale do Paraíba e litoral norte (RMVPLN).** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté. 138 p. Taubaté, SP. 2014. Disponível em:

<http://repositorio.unitau.br:8080/jspui/bitstream/20.500.11874/1101/1/Renata%20da%20Silva%20Outubo.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

PELLIN, A., RANIERI, V. E. L. Motivações para o estabelecimento de RPPNs e análise dos incentivos para sua criação e gestão no Mato Grosso do Sul. **Natureza & Conservação**. v. 7, n. 2, out. 2009. p. 72-8. Disponível em: https://www.academia.edu/8405519/Motiva%C3%A7%C3%B5es_para_o_estabelecimento_d_e_RPPNs_e_an%C3%A1lise_dos_incentivos_para_sua_cria%C3%A7%C3%A3o_e_gest%C3%A3o_no_Mato_Grosso_do_Sul. Acesso em: 10 out. 2019.

PELLIN, A. **Avaliação dos aspectos relacionados à criação e manejo de reservas particulares do patrimônio natural no Estado do Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação e área de concentração em ciências da engenharia ambiental. USP. São Carlos. 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18139/tde-10062010-143124/pt-br.php>. Acesso em: 10 out. 2019.

PEREIRA, J. H. S. Q.; PELLIN, A.; RANIERI, V. E. L. Contribuição das RPPN e Áreas de Preservação Permanente na estrutura da paisagem no Corredor de Biodiversidade Miranda - Serra da Bodoquena (Mato Grosso do Sul, Brasil). In: CONGRESSO INTERAMERICANO DE CONSERVAÇÃO EM TERRAS PRIVADAS, 8, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: TNC. 2008. 3p

PEREIRA, P. F. **Conceito e implicações dos espaços territoriais especialmente protegidos no ordenamento ambiental**. Brasília. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Sustentável e Direito Ambiental). Universidade de Brasília. (UnB-CDS). 2006, 63 p.

PEREIRA, P.; SCARDUA, F. P.. Espaços territoriais especialmente protegidos: conceito e implicações jurídicas. **Ambiente & Sociedade**. Campinas v. XI, n. 1, p. 81-97, jan. jun. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2008000100007. Acesso em: 10 out. 2019.

PERNAMBUCO (Estado). **Decreto nº 19.815, de 2 de junho de 1997**. Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN pelo Estado de Pernambuco e dá outras providências. 1997. Disponível em: <http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/dec19815.doc>. Acesso em: 10 out. 019.

PETERSON, Richard B. Diane Russell. Paige West, J. Peter Brosius. Seeing (and Doing) Conservation Through Cultural Lenses. **Environmental Management**. v. 45, n. 1, p. 5-18. Jan. 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/5259760_Seeing_and_Doing_Conservation_Through_Cultural_Lenses. Acesso em: 10 set. 2019.

PETERSON, Richard B. et al.. Seeing (and Doing) Conservation Through Cultural Lenses. **Environmental Management**. Springer Nature. Switzerland. 1 jul. 2008. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s00267-008-9135-1>. Acesso em: 10 set. 2019.

PHOTO FILTRE. Versão 6.2.2 para Windonws.s.l. Antonio da Cruz. 2006. http://photofiltre.free.fr/download_en.htm Acesso em: 15 mar 2016.

PINTO, L. P. et al. O papel das reservas privadas na conservação da biodiversidade. In CASTRO, R.; BORGES, M. E. Org. (s). **RPPN: Conservação em terras privadas: desafios para a sustentabilidade**. Planaltina do Paraná: CNRPPN, 2004. p. 210. Disponível em: https://www.academia.edu/34120948/O_Papel_das_Reservas_Privadas_na_Conserva%C3%A7%C3%A3o_da_Biodiversidade. Acesso em: 10 set. 2019.

PINTO, L. P. Mosaicos de Unidades de Conservação: importância para a proteção da biodiversidade na Mata Atlântica. Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica. In: SEMINÁRIO ÁREAS PROTEGIDAS, MOSAICOS E CORREDORES ECOLÓGICOS NA MATA ATLÂNTICA, 1. 2009, São Paulo. **Resumos...** São Paulo: RBMA/MMA/RMA, 2009. p.13-14.

REDE TV. **RPPN Fazenda Meandros**. Programa Good News. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j2sax68bIyY> Acesso: 10 out. 2019.

RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA. Reserva da biosfera do cinturão verde de São Paulo. 2019. Disponível em: http://www.rbma.org.br/mab/unesco_03_rb_cinturao.asp. Acesso: 30 out. 2019.

RESERVA DA BIOSFERA DO CINTURÃO VERDE DE SÃO PAULO. **Lista dos municípios da RBCVSP**. 2016. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por marcelotco@usp.br em 24 de out. 2016.

REVISTA AUTOMOTIVO. Superando metas, a Tury investe para crescer e revela novidades. 2015. Disponível em: <https://www.revistaautomotivo.com.br/superando-metas-a-tury-investe-para-crescer-e-revela-novidades/> Acesso: 15 nov. 2019.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Programa Estadual de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPNs**: 10 anos de apoio à conservação da biodiversidade / Instituto Estadual do Ambiente; organização: Roberta Guagliardi. 320 p.: il. col.; 22 cm. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2018/11/RPPN-10-anos.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Decreto nº 46.519, de 22 de julho de 2009**. Regulamenta artigos da Lei nº 11.520, de 3 de agosto de 2000, e dispõe sobre a Reserva Particular do Patrimônio Natural Estadual - RPPN Estadual – como Unidade de Conservação da natureza, estabelece procedimentos para a sua criação, apoio para a sua implementação, institui o Programa Estadual de RPPN Estaduais e determina outras providências. 2009. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/2009/dec_46519_2009_regulamenta_lei_11520_2000_dispoesobrerppn_rs.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

ROSO, Jayme Vita. **Título de reconhecimento recebido pelo proprietário pela criação da RPPN Sítio Curucutú**. São Paulo: IBAMA, 1995. [Documento cedido pelo proprietário]. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por whatsapp em 5 abr. 2019.

ROSO, Jayme Vita. **Fotos da RPPN Sítio Curucutu, São Paulo, SP**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por marcelotco@usp.br em 19 mar. 2019a.

ROSO, Jayme Vita. **Imagem de satélite da propriedade Sítio Curucutu, São Paulo, SP**, 2019a. [Documento cedido pelo proprietário]. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por whatsapp em 5 abr. 2019.

ROSSI, Clélia Maria. **Perfil de Clélia Maria Rossi**. São Paulo, 15 nov. 2019. Facebook: clelia.rossi.792. Disponível em: <https://web.facebook.com/clelia.rossi.792> Acesso: 15 nov. 2019.

RPPN Brasil. **Grupo público com 1084 membros**. São Paulo, 27 dez. 2019. Facebook: rppnbrasil. Disponível em: <https://web.facebook.com/groups/rppnbrasil/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

RPPN Mahayana **Perfil da RPPN Mahayana**. São Paulo, 15 nov. 2019. Facebook: reservamahayana. Disponível em: <https://web.facebook.com/reservamahayana/>. Acesso: 15 nov. 2019.

RPPNs Brasil. **Grupo público com 332 membros**. São Paulo. 27 dez. 2019. Facebook: RPPN.Brasil. Disponível em: <https://web.facebook.com/RPPN.Brasil>. Acesso em: 27 dez. 2019.

RUTHERFORD, Mike et al. **A trick of the tail**. Genesis. London. Trident Studios, 1975. 1 disco (51 min): 33 1/3 rpm, microsulco, estéreo.

SANSÃO, Rafaela Aguilar. **As práticas de governança e gestão para a mitigação de pressões e ameaças em unidades de conservação urbanas**. São Paulo, 2017. 272 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100136/tde-12052017-122002/publico/Rafaela.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

SANTOS, Leila Pio dos; CAJUEIRO, Mariana Martins de Carvalho; PEREIRA, Rosângela Gonçalves Projeto de implantação de um parque ecológico privado na Serra do Guararu, Guarujá SP. SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS INTEGRADAS DA UNAERP, 6. Campus Guarujá. 2009 **Anais...** Guarujá: UNAERP. 2009. Disponível em: <https://www.unaerp.br/documentos/1098-projeto-de-implantacao-de-um-parque-ecologico-privado-na-serra-do-guararu-guaruja-sp/file>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SANTOS, N.D.; COSTA, D.P. A importância de Reservas Particulares do Patrimônio Natural para a conservação da brioflora da Mata Atlântica: um estudo em El Nagual Magé, RJ, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, Belo Horizonte, v. 22. e. 2, p. 359-372, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-33062008000200007. Acesso em: 10 set. 2019.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (Prefeitura Municipal). Secretaria de urbanismo e sustentabilidade – SEURBs. **Programa de pagamento por serviços ambientais – PSA**. Produto 10.2 – Projeto Executivo de Restauração – PER (Fazenda Banco da Serra e RPPN O Primata). Out 2017. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/media/38164/per-faz-banco-da-serra-e-rppn-o-primata.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 51.150, de 03 de outubro de 2006.** Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, no âmbito do Estado de São Paulo, institui o Programa Estadual de Apoio às Reservas Particulares do Patrimônio Natural e dá providências correlatas. 2006. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2006/decreto-51150-03.10.2006.html>. Acesso em: 06 out. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Estado reconhece as primeiras reservas ambientais particulares.** 24 abr. de 2008. 2008a. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/estado-reconhece-as-primeiras-reservas-ambientais-particulares>. Acesso em: 19 set. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Resolução SMA nº 83 de 01 de dezembro de 2008.** Folhas 1 a 3. **Dispõe sobre a criação da RPPN Encantos da Juréia.** Pedro de Toledo, SP. São Paulo, 2008b. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/legislacao?s>. Acesso em: 19 set. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 56.500.** Cria o Parque Estadual Restinga de Bertiooga e dá providências correlatas. 9 dez. 2010. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2010/decreto-56500-09.12.2010.html>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Resolução SMA nº 07 de 01 de fevereiro de 2011.** Reconhece a Reserva Particular do Patrimônio Natural “Costa Blanca” localizada no município de Bertiooga/SP. 2011. Disponível em: https://smastr16.blob.core.windows.net/resolucao/2011/07_010211.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

SÃO PAULO (Estado) **Resolução SMA nº 37, de 05 de junho de 2012.** Define as diretrizes para a execução do Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais para as Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN – Projeto PSA/RPPN, no âmbito do Programa de Remanescentes Florestais. 2012. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/legislacao/2012/06/resolucao-sma-37-2012/>. Acesso em: 06 out. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 59.260 de 5 de junho de 2013.** Institui o Programa Estadual de apoio financeiro a ações ambientais, denominado Crédito Ambiental Paulista, e dá providências correlatas. 2013a. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2013/decreto-59260-05.06.2013.html>. Acesso em: 10 set. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Resolução SMA nº 89, de 18 de setembro de 2013.** Institui as diretrizes para a execução do Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais para as Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN, no âmbito do Programa de Remanescentes Florestais. 2013. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_urbanismo_e_meio_ambiente/legislacao/leg_estadual/leg_est_resolucoes/Resol-SMA-89-2013_Diretrizes-execucao-do-PSA-para-RPPN.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 60.521, de 5 junho de 2014.** 2014a. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2014/decreto-60521-05.06.2014.html>. Acesso em 10 set. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Como criar um RPPN.** São Paulo, 2014b. p.3. Disponível em: <http://fflorestal.sp.gov.br/unidades-de-conservacao/rppn/rppn-como-criar/>. Acesso em: 19 jul. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Edital de chamada pública pagamento por serviços ambientais para a conservação da biodiversidade paulista nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).** Crédito Ambiental Paulista RPPN (CAP/RPPN). 2014c. Disponível em: <http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/2014/12/Edital-n-01-2013-CAP-RPPN.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Edital nº 02/2015/CAP/RPPN.** Edital de chamada pública pagamento por serviços ambientais para a conservação da biodiversidade paulista nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN. 2015. Disponível em: http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/2014/12/2-Edital_CAP-RPPN.pdf. Acesso em 10 jul. 2019.

SÃO PAULO (Estado) **Lei nº 16.260, de 29 de junho de 2016.** Autoriza a Fazenda do Estado a conceder a exploração de serviços ou o uso, total ou parcial, de áreas em próprios estaduais que especifica e dá outras providências correlatas. 2016. Disponível em: <http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=20160630&Caderno=DOE-I&NumeroPagina=1>. Acesso em: 10 set. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **O programa Mab.** 2019a. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/institutoflorestal/o-instituto/rbcv/1770-2/>. Acesso em: 10 set. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA.** 2019b. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/pagina-inicial/rppn/projeto-de-pagamento-por-servicos-ambientais-psa/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Lista RPPN Fundação Florestal.** 2019c. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/pagina-inicial/rppn/lista-rppn-fundacao-florestal/>. Acesso em: 10 set. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Parques e Reservas Naturais.** 2020. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/parques-e-reservas-naturais/>. Acesso em: 3 de mar 2020.

SÃO PAULO (SP). **Lei nº 10.365, de 22 de setembro 1987.** Disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo existente no município de São Paulo, e dá outras providências. 1987. Disponível em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L10365.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SÃO PAULO (SP) **Lei nº 13.136, 09 de junho de 2001.** Cria a Área de Proteção Ambiental Municipal do Capivari-Monos - APA Capivari-Monos, e dá outras providências. 2001.

Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-13136-de-9-de-junho-de-2001>
Acesso em: 10 jul. 2019.

SÃO PAULO (SP) **Decreto nº 50.912, de 7 outubro de 2009**. Dispõe sobre a criação e o reconhecimento de Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN no âmbito do Município de São Paulo e institui o Programa Municipal de Apoio às Reserva Particulares do Patrimônio Natural. 2009. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-50912-de-7-de-outubro-de-2009>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SÃO PAULO (SP). **Portaria nº 12 SVMA, de 5 de fevereiro de 2011**. Reconhece como Reserva Particular do Patrimônio Natural Mutinga. 2011a. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-do-verde-e-do-meio-ambiente-12-de-5-de-fevereiro-de-2011>. Acesso em: 10 set. 2019.

SÃO PAULO (SP). **Encontro de RPPNs Paulistas – experiências e incentivos à conservação em áreas privadas**. Solo Sagrado de Guarapiranga, Fundação Mokiti Okada, São Paulo, SP, 17 set. 2011b. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/publicacoes_svma/index.php?p=33895. Acesso em: 15 ago. 2019.

SÃO PAULO (SP) **Reserva Particular do Patrimônio Natural Mutinga**. 2012. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/unid_de_conservacao/index.php?p=42134. Acesso em: 10 set. 2019.

SÃO PAULO (SP) **Unidades de Conservação**. Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da cidade de São Paulo - SVMA. 2019. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/unid_de_conservacao/index.php?p=3339. Acesso em: 10 set. 2019.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resolução SMA nº 27, de 24 de abril de 2008**. Reconhece a Reserva Particular do Patrimônio Natural “Paraíso”, localizada no Município de Mairiporã, SP. 2008a. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/legislacao/2008/04/resolucao-sma-27-2008/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resolução SMA nº 28, de 24 de abril de 2008**. Reconhece a Reserva Particular do Patrimônio Natural “Reserva Mahayana”, localizada no Município de Mogi das Cruzes, SP. 2008b. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/legislacao/2008/04/resolucao-sma-28-2008/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resolução SMA nº 65, de 12 de setembro de 2008**. Reconhece a Reserva Particular do Patrimônio Natural “São Judas Tadeu”, localizada no Município de Jujutiba, SP. 2008c. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/legislacao/2008/09/resolucao-sma-65-2008/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resolução SMA nº 83**. Reconhece a Reserva Particular do Patrimônio Natural “Encantos da Juréia”, localizada no Município de Pedro de Toledo, SP. 1 dez. 2008d. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/legislacao/2008/12/resolucao-sma-83-2008/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resolução SMA nº 1.026, de 26 de fevereiro de 2009**. Reconhece a Reserva Particular do Patrimônio Natural “Tijucopava”, localizada no Município de Guarujá, SP. 2009a. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/legislacao/2009/02/resolucao-sma-10-2009/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resolução SMA nº 20, de 6 de abril de 2009**. Reconhece a Reserva Particular do Patrimônio Natural “Ecofuturo”, localizada no Município de Bertioga, SP. 2009b. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/legislacao/2009/04/resolucao-sma-20-2009/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resolução SMA nº 05 de 1 de fevereiro de 2011**. Reconhece a Reserva Particular do Patrimônio Natural “O primata”, localizada no Município de São José dos Campos, SP. 2011a. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/legislacao/2011/02/resolucao-sma-05-2011/>. Acesso em: 10 set. 2019.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resolução SMA nº 06, de 1 de fevereiro de 2011**. Reconhece a Reserva Particular do Patrimônio Natural “Hercules Florence 1 e 2”, localizada no Município de Bertioga, SP. 2011b. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/legislacao/2011/02/resolucao-sma-06-2011/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resolução SMA nº 07, de 1 de fevereiro de 2011**. Reconhece a Reserva Particular do Patrimônio Natural “Costa Blanca”, localizada no Município de Bertioga, SP. 2011c. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/legislacao/2011/02/resolucao-sma-07-2011/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resolução SMA nº 13, de 13 de fevereiro de 2012**. Reconhece a Reserva Particular do Patrimônio Natural “Marina do Conde”, localizada no Município de Guarujá, SP. 2012a. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/legislacao/2013/02/resolucao-sma-13-2013/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resolução SMA nº 39, de 5 de junho de 2012**. Reconhece a Reserva Particular do

Patrimônio Natural “Hercules Florence 3, 4, 5 e 6”, localizada no Município de Bertiooga, SP. 2012b. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/legislacao/2012/06/resolucao-sma-39-2012/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resolução SMA nº 54, de 29 de junho de 2012**. Reconhece a Reserva Particular do Patrimônio Natural “Reserva do Dadinho”, localizada no Município de Atibaia, SP. 2012c. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/legislacao/2012/06/resolucao-sma-54-2012/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. 304ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente. CONSEMA. 27 fev. 2013a. **Ata**. Disponível em: <https://smastr16.blob.core.windows.net/consema/2015/09/RO-304.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resolução SMA nº 44, de 5 de junho de 2013**. Reconhece a Reserva Particular do Patrimônio Natural “Reserva do Jacu”, localizada no Município de Atibaia, SP. 2013b. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/legislacao/2013/06/resolucao-sma-44-2013/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resolução SMA nº 46, de 5 de junho de 2013**. Reconhece a Reserva Particular do Patrimônio Natural “Parque do Zizo”, localizada no Município de Tapiraí, SP. 2013c. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/legislacao/2013/06/resolucao-sma-46-2013/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Anuário Reservas Particulares do Patrimônio Natural Instituídas pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP. 2013d. Disponível em: <https://smastr16.blob.core.windows.net/portalnovomedia/2013/06/rppn-2013.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resolução SMA nº 29, de 31 de março de 2014**. Reconhece a Reserva Particular do Patrimônio Natural “Reserva Hinayana”, localizada no Município de Mogi das Cruzes, SP. 31 março 2014a. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/pagina-inicial/rppn/lista-rppn-fundacao-florestal/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resolução SMA nº 78, de 1 de outubro de 2014**. Reconhece a Reserva Particular do Patrimônio Natural “Botujuru - Serra de Itapety”, localizada no Município de Mogi das Cruzes, SP. 1 out. 2014b. Disponível em:

<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/legislacao/2014/09/resolucao-sma-78-2014/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Federação das Reservas Ecológicas Particulares do Estado de São Paulo. **Áreas Naturais: Alternativas econômicas com a Floresta em pé**. SESC Bertiooga, Bertiooga, SP. 28 jul. 2016a. Disponível em <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/2016/07/sesc-bertiooga-sedia-seminario-sobre-rppn/>. Acesso em: 15 ago. 2019.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resolução SMA nº 89, de 10 de novembro de 2016**. Reconhece a Reserva Particular do Patrimônio Natural “Alto do Deco”, localizada no Município de São José dos Campos, SP. 2016b. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/legislacao/2016/11/resolucao-sma-89-2016/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resolução SMA nº 09, de 30 de junho de 2018**. Reconhece a Reserva Particular do Patrimônio Natural “Sítio Solar da Montanha”, localizada no Município de Atibaia, SP. 2018a. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/legislacao/2018/01/resolucao-sma-09-2018/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resolução SMA nº 52, de 10 de maio de 2018**. Reconhece a Reserva Particular do Patrimônio Natural “Gigante do Itaguaré”, localizada no Município de Cruzeiro, SP. 2018b. Disponível em: <https://bit.ly/2WDufAT> Acesso em: 10 set. 2019.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resolução SMA nº 53**. Reconhece a Reserva Particular do Patrimônio Natural “Reserva dos Muriquis”, localizada no Município de São José dos Campos, SP. 15 maio 2018c. Disponível em: <http://www2.ambiente.sp.gov.br/legislacao/resolucoes-sma/resolucao-sma-53-2018/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SELLTIZ, C. et al. **Research methods in social relations**. New York: Hwenry Holt, 1960. 622 p. Disponível em: <https://trove.nla.gov.au/work/10569441>. Acesso em: 10 fev. 2019.

SÉRPICO, R. L.; **Avaliação da Reserva Particular do Patrimônio Natural no Estado de São Paulo: perfil, ambiente e gestão**. Trabalho de Conclusão (Gestão ambiental). UNESP – Campus Experimental do Litoral Paulista. São Vicente. 2009. [Documento cedido pela autora]. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por marcelotco@usp.br em 23 set. 2019.

SILVA et al. Benefícios das unidades de conservação na bacia hidrográfica do rio São João (rj) para a preservação de espécies da mata atlântica. In: 6º Simpósio de Gestão Ambiental e Biodiversidade, 6. 2017. p.181-187. Disponível em: https://www.itr.ufrj.br/sigabi/wp-content/uploads/6_sigabi/Sumarizado/SILVA_CARLOS_68.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

SILVA, P. M. M. A Responsabilidade Empresarial e as RPPNs como estratégia de conservação do Bioma Mata Atlântica. In: CONGRESSO INTERAMERICANO DE

CONSERVAÇÃO EM TERRAS PRIVADAS, 8, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: TNC. 2008. 3p.

SILVA, Silvestre. **Imagens das RPPNs Paulistas**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por marcelotco@usp.br em 19 mar. 2019.

SILVEIRA, Marcelo Moreira. **Fotos da RPPN Fazenda Serrinha**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por marcelotco@usp.br em 19 mar. 2019.

SILVEIRA, L. B. **Os donos da natureza**: patrimônio, posse e propriedade na instituição de RPPN. 2009. 284p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais) UERJ, Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_74e2ff3ad569efe012d08c887e309a8a. Acesso em: 10 jul. 2019.

SILVEIRA, L. B. **Entre donos e guardiões**: A natureza como propriedade particular. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 30(2): 122-144, 2010a. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872010000200007. Acesso: 30 de agosto de 2016.

SILVEIRA, L. B. Os colecionadores da natureza: a invenção de si mesmo através da patrimonialização do mundo natural. **InteRseÇÕES**. Rio de Janeiro, v. 12 n. 2, p. 301-329, dez. 2010b. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/download/4592/3388>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SIMÃO, Isaac; FREITAS, Mário Jorge Cardoso Coelho de. As motivações dos proprietários de terra para a criação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural federais do estado de Santa Catarina, Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 45, p. 231-257, abril 2018. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/1e5b/0ea0d6eb0317f1e83b17083f70776cc7f4f8.pdf?_ga=2.112711300.1270598500.1571309084-183351989.1571309084. Acesso em: 10 jul. 2019.

SIMÕES, E.; FERREIRA, L. da C. Gestão compartilhada entre caiçaras, quilombolas e técnicos no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar (NP/PESM). In: ENCONTRO DA ENANPPAS, 4., 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: ENANPPAS, 2008, 15 p. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT2-851-998-20080519003446.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SIQUEIRA FILHO, J.A. **Fenologia da floração, ecologia da polinização e conservação de Bromeliaceae na floresta Atlântica nordestina**. 2003, 171 p. Tese (Doutorado em Biologia Vegetal) - UFPe, Recife. 2003. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/568>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO AMBIENTAL. **Planos de Fiscalização**. Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura de São Paulo. 2019. Disponível em: <https://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Default.aspx?idPagina=14059>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SOARES, Ana Maria. **Perfil dos proprietários de RPPNs da FRESPEP**. São Paulo. 27 jun. 2016. (Comunicação oral).

SOCIEDADE DE INVESTIGAÇÕES FLORESTAIS. Nova espécie de bambu descoberta em RPPN da Cenibra. **Jornal do SIF**. Viçosa: SIF/UFV, 2014. p. 2. Disponível em: <https://www.cenibra.com.br/noticias/nova-especie-de-bambu-descoberta-em-rppn-da-cenibra/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

SOCIEDADE DE INVESTIGAÇÕES FLORESTAIS. **Monumento Natural da Pedra Grande**. [S. d.]. Disponível em: <https://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Default.aspx?idPagina=14899>. Acesso em: 10 set. 2019.

SOSA-CALVO et al. *Cyatta abscondita*: Taxonomy, Evolution, and Natural History of a New Fungus-Farming Ant Genus from Brazil. **Plos One**, São Francisco. v. 8 ed. 11. 2013. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0080498>. Acesso em: 10 set. 2019.

SPEECHY. versão 3.19 para iOS (iPhone). s.l. s.e. 2019

SPLF. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA**. SPLF Investimentos e Participações Ltda. Ago. 2009. Disponível em: <http://livrozilla.com/download/1199943>. Acesso em: 10 jul. 2019.

STOLTON, Sue; REDFORD, Kent H.; DUDLEY, Nigel **The Futures of Privately Protected Areas**. Gland, Switzerland: IUCN. 2014. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PATRS-001.pdf>. Acesso em 10 jul. 2019.

SWIFT, B. et al. Private lands conservation in Latin America: the need for enhanced legal tools and incentives. **Journal of Environmental Law and Litigation**, Oregon, v. 19, ed. 86, p. 85-139. 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/279714551_Private_land_conservation_in_Latin_America_The_need_for_enhanced_legal_tools_and_incentives. Acesso em: 10 jul. 2019.

TAYLOR, M. et al. What works for threatened species recovery? An empirical evaluation for Australia. **Biodiversity Conservation**, Houten, v. 20, p. 767-777. 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/226794029_What_works_for_threatened_species_recovery_An_empirical_evaluation_for_Australia. Acesso em: 10 jul. 2019.

TAYLOR, M. et al. **Introduction to qualitative research methods**: A guidebook and resource. 4ª ed, John Wiley & Sons, Inc., Hoboken, New Jersey. 2016. Disponível em: http://www.elfhs.ssrui.ac.th/pokkrong_ma/pluginfile.php/50/block_html/content/%5BTaylor%2C%20Steven%3B%20Bogdan%2C%20Robert%3B%20DeVault%2C%20Marjorie%28b-ok.org%29.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

TELINO-JUNIOR, W.R.; LYRA-NEVES, R. M. de; NASCIMENTO, J. L. X. do. Biologia e composição da avifauna em uma RPPN da caatinga paraibana. **Ornithologia**, Oregon, v. 1, ed.1, p. 49-58, jun. 2005. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/4c2b/7f21339e5697372bcf4916b1e5eef16f9bd2.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

TERRAS DE BRAGANÇA. **Imagens das RPPNs Parque dos Pássaros e Parque das Nascentes.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por marcelotco@usp.br em 19 mar. 2019.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural:** mudanças na atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TIBOR, Beles. **Certidão de matrícula com averbação da RPPN Sítio Pithon para parte da propriedade em Araçariguama, SP.** São Paulo, 2019a. [Documento cedido pelo proprietário]. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por marcelotco@usp.br em 29 de jan. 2019.

TIBOR, Beles. **Mapa da cobertura vegetal apresentado pelo proprietário pela criação da RPPN Sítio Pithon, Araçariguama, SP como parte do Memorial Descritivo para criação da reserva junto ao IBAMA.** São Paulo, 2019b. [Documento cedido pelo proprietário]. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por marcelotco@usp.br em 29 de jan. 2019.

TIBOR, Beles. **Título de reconhecimento recebido pelo proprietário pela criação da RPPN Sítio Pithon, Araçariguama, SP emitido pelo IBAMA em 1997.** São Paulo, 2019c. [Documento cedido pelo proprietário]. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por marcelotco@usp.br em 29 de jan. 2019.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/s8155x>. Acesso em: 10 set. 2019.

TURY, Daniel. Fotos da RPPN Encantos da Juréia. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por marcelotco@usp.br em 19 mar. 2019.

TV CULTURA. **Fotógrafo registra a natureza pelas reservas particulares paulistas.** Repórter Eco. 25 de fev. de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E2iwABpZlCM&feature=youtu.be> Acesso: 10 out. 2019.

UNEP. Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment. 1972. Disponível em: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.48/14/REV.1. Acesso em: 10 set. 2019.

UNESCO. **The Rio declaration on environment and development.** 1992. Disponível em: https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wpcontent/uploads/sites/36/2013/12/declaracao_rio_ma.pdf. Acesso em: 06 out. 2019.

UNESCO. **Biosphere Reserve Information.** Brazil. Mata Atlântica (including Sao Paulo city green belt). 2019. Disponível em: <http://www.unesco.org/mabdb/br/brdir/directory/biores.asp?code=BRA+01&mode=all>. Acesso em: 10 Jul. 2019.

UNESCO. **Reservas da Biosfera no Brasil.** 2019. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/natural/sciences/environment/biodiversity/biodiversity/>. Acesso em: 10 Jul. 2019.

UNIPAR CARBOCLORO. **Site da empresa.** 2019a. Disponível em: http://www.uniparcarbocloro.com.br/default_pt.asp?idioma=0&conta=28. Acesso em: 10 set. 2019.

UNIPAR CARBOCLORO. **Programa Fábrica Aberta.** 2019b Disponível em: http://www.uniparcarbocloro.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=48900. Acesso: 10 out. 2019.

UNITED NATIONS. **Agenda 21.** 1992a. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf1992_a. Acesso em: 06 out. 2019.

UNITED NATIONS. **United Nations framework convention on climate change.** 1992b. Disponível em: <https://unfccc.int/resource/docs/convkp/conveng.pdf>. Acesso em: 06 out. 2019.

UNITED NATIONS. **Conference On The Human Environment.** Stockholm. 5-16 June. 1972. New York. 1973. Disponível em: Disponível em: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.48/14/REV.1. Acesso em: 11 nov. 2013.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema Integrado de Bibliotecas da USP. **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: parte I (ABNT)** / Sistema Integrado de Bibliotecas da USP; Vânia Martins Bueno de Oliveira Funaro, coordenadora; Vânia Martins Bueno de Oliveira Funaro... [et al.]. 3.ed. rev. ampl. mod. São Paulo: SIBiUSP, 2016. 100p.: il. (Cadernos de estudos; 9). Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/111/95/491-1>. Acesso em: 10 set. 2019.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Adendo das Diretrizes para apresentação de dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM-USP).** Biblioteca Prof. Fonseca Telles. Maria Penha da Silva Oliveira et al.. 3.ed. rev. ampl. mod. - São Paulo: SIBiUSP, 2017. 100p.: il. Disponível em: <http://www.iee.usp.br/sites/default/files/anexospaginas/Manual%20-%20Tese-PROCAM%202017%20-%20Adendo.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

VIEIRA, Rodrigo. **Imagens da RPPN Lafigueira-Natuarte de autoria de Rodrigo Vieira enviadas por** Thomas Pierre Brieu. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por marcelotco@usp.br em 19 mar. 2019.

VILAS BOAS, M. H. A.; DIAS, R. Biodiversidade e turismo: o significado e importância das espécies-bandeira. **Turismo & Sociedade.** Curitiba, v. 3, n.1, p. 91-114, abril de 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/16659>. Acesso em: 10 set. 2019.

WARD, Barbara; DUBOS, René. **Uma Terra Somente.** São Paulo: Melhoramentos, 1973.

WATERTON, Charles, 1782-1865. **Wanderings in South America.** Thomas Nelson & Sons. London, Edinburgh e New York, 1891. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4590>. Acesso em: 10 jul. 2019.

WATKINS, C. W. et al., **Private Protected Areas: A Preliminary Study of Initiatives to Conserve Biodiversity in Selected African Countries**. Prepared by the World Conservation Monitoring Centre. Dez. 1996. 27 p. Disponível em: <https://ia800308.us.archive.org/30/items/privateprotected96watk/privateprotected96watk.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

WATKINS, C.W.; GREEN, M. J. B. The contribution of private initiatives in conserving biological diversity: a pilot study. **Environments**. 1998. Disponível em: https://archive.org/stream/contributionofpr96watk/contributionofpr96watk_djvu.txt. Acesso em: 10 set. 2019.

WHATSAPP. Versão 2.20.71 para iPhone. Menlo Park, Califórnia, EUA. 2020. <https://web.whatsapp.com/>

WIEDMANN, S. Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN – na Lei nº 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. In: BENJAMIN, A. H. et al (coord.). **Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 190-231. 2001.

WIEDMANN, S. **RPPN - Categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável**. 2006. Disponível em: http://www.rppnweb.com/site_rppn/index.php/artigos/159-sonia-wiedman-a-sustentabilidade-das-rppn. Acesso em: 30 ago. 2016.

WILSHUSEN et all. Reinventing a Square Wheel: Critique of a Resurgent “Protection Paradigm”. **International Biodiversity Conservation’, Society and Natural Resources**, v. 15, p. 17–40. 2002. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/05a4/99f37e9a4cab57e1ae49502ec3735f1f0cb1.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

WOLFF, Simone. **Legislação ambiental brasileira: grau de adequação à convenção sobre diversidade biológica**. Brasília: MMA, 2000. 88p. (Biodiversidade, 3). Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/chm/arquivos/Biodiversidade%203.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

WORBOYS, G.W.; LOCKWOOD, F.; LOCKWOOD, M. **Connectivity conservation management: a global guide**. Washington: Earthscan, 2010. 382 p. Disponível em: <https://bit.ly/32BI0oQ> Acesso em: 10 set. 2019.

WORDART. Versão 4.65. s.l. Veridiana De Camargo Maués. 2019. <https://wordart.com/create>.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª ed. Tradução: Daniel Grassi. Bookman. Artmed Editora S.A. Porto Alegre, 2001. Disponível em: https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

ZORZI, Vinicius Gaburro. **[Depoimento do ex-integrante da ONG Simbiose de Atibaia, SP, com informações sobre a RPPN Ecoworld]**. WhatsApp: [contato pessoal]. 6 mar. 2019. 18h48. 8 mensagens de WhatsApp.

APÊNDICE B - Poligonais das RPPNs

1) As primeiras informações sobre as coordenadas geográficas da RPPN Carbocloro, de Cubatão, SP, foram obtidas junto ao *site* do ICMBio (1993a). Elas apontam uma área no mesmo município, nas margens de uma rotatória, no entroncamento das Rodovias Anchieta com a Piaçaguera–Guarujá indicando um pátio de caminhões. Posteriormente, com a poligonal fornecida pelo grupo UNIPAR (2019), proprietários da indústria Carbocloro, que dá nome à RPPN, a localização da área indicada mostrou-se bastante diferente da fornecida pelo ICMBio (2019a, b). Segundo estimativa do recurso de “régua”, do *software Google Earth Pro*, há um erro de aproximadamente 3,85 km em linha reta para sudoeste na localização da propriedade, fornecida pelo instituto, com relação à área correta (imagem 1).

Imagem 1 - À esquerda, a localização indicada pelo ICMBio para a RPPN Carbocloro, de Cubatão, SP, e à direita a localização fornecida pelos proprietários.

Fontes: elaborado pelo autor a partir de Google Earth Pro (2019), ICMBio (2019a, b); UNIPAR (2019).

A imagem 2 ampliada com relação à anterior, permite ver mais detalhes da área com 7,0 ha, cobertura de vegetação arbórea, que se inicia a partir do fundo da fábrica da Carbocloro, localizada em Cubatão, SP.

Imagem 2 - Poligonal com os limites da RPPN Carbocloro, de Cubatão, SP.

Fontes: elaborado pelo autor a partir de Google Earth Pro (2019), UNIPAR (2019).

2) As primeiras informações sobre as coordenadas geográficas da RPPN Sítio Ryan, Itapevi, SP, foram obtidas junto ao *site* do ICMBio (2019a, b). Elas apontam o centro urbano da cidade, indicando um bairro residencial. Posteriormente, com a poligonal criada pelo autor a partir de Machado (2007), conferida e corrigida pelo proprietário Vicente Lentini Neto sobre imagem de satélite, a localização da área indicada mostrou-se bastante diferente da fornecida pelo ICMBio (2019a, b) (imagem 3).

Imagem 3 - À direita, a localização indicada pelo ICMBio para a Sítio Ryan, de Itapevi, SP, e à esquerda a localização fornecida pelo proprietário.

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019a, b), Neto (2019).

Segundo estimativa do recurso de “régua”, do *software Google Earth Pro*, há um erro de aproximadamente 5,75 km em linha reta para oeste na localização da propriedade com relação à área correta. A RPPN Sítio Ryan, de Itapevi, SP, tem 19,47 ha e foi estudada por Machado (2007, p. 111), que desenhou seus limites sobre uma foto aérea (imagem 4). Essas

fotos, juntamente com a ajuda do atual proprietário serviram para traçar a poligonal apenas sobre uma foto de satélite, com seus limites aproximados.

Imagem 4 - Foto aérea com limites da RPPN Sítio Ryan, de Itapevi, SP.

Fonte: Machado (2007).

No traçado da RPPN, informado pelo proprietário, tal como consta na foto aérea de Machado (2007), estão dentro da RPPN pelo menos cinco instalações (imagem 5).

Imagem 5 - Traçado dos limites da RPPN Sítio Ryan, de Itapevi, SP.

Fontes: elaborado pelo autor a partir de Google Earth Pro (2019) e Neto (2019a, b)

3) Segundo a localização aproximada, encontrada no site do ICMBio (2019a, b) para as RPPNs Voturuna I , II e III, em Santana do Parnaíba e Pirapora do Bom Jesus, SP, que totalizam 189,13 ha, pode-se observar apenas que as mesmas estão localizadas na porção mais elevada da Serra do Voturuna (imagem 6), pois trata-se apenas de uma localização aproximada.

Imagem 6 - A localização apenas aproximada das RPPNs Voturuna I , II e III.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019a, b)

No caso dos *shapefiles* encontrados no *site* do órgão público federal não existe detalhamento dos limites, mas as coordenadas geográficas dessas reservas estão bem mais próximas que nos casos anteriores. A criação do desenho da poligonal foi elaborada pelo autor no *software Google Earth Pro* a partir da foto aérea como os limites da área encontrados em Machado (2007, p. 14).

Imagem 7 - Foto aérea com os limites das RPPN “Voturunas”.

Fonte: Machado (2007).

O traçado da poligonal resultante, portanto, traz apenas uma delimitação das RPPNs que ficam dentro do condomínio Tevere Ecoville localizado as margens da Rodovia Castelo Branco próximo ao quilômetro 46 (imagem 6.15 e 6.16).

Imagem 8 - Poligonal traçada pelo autor para as RPPNs “Voturunas” totalizadas.

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019a, b), Machado (2007).

Na imagem 9 pode ser visto todo o sistema viário do condomínio Tevere Ecoville localizado no pé da Serra do Voturuna com a rodovia Castelo Branco na divisa ao sul.

Imagem 9 - Poligonal traçada pelo autor para as RPPNs Voturuna I, II e III totalizadas.

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019a, b), Machado (2007).

4) As primeiras informações sobre as coordenadas geográficas da RPPB Sítio Sabiúna, em Joanópolis, SP, com 50 ha foram obtidas junto ao *site* do ICMBio (2019a, b). Elas apontam para um bairro residencial da cidade (imagem 10).

Imagem 10 - Localização errônea da RPPN Sítio Sabiúna, segundo o ICMBio.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019a, b).

A localização correta da área foi obtida posteriormente, cedida gentilmente pelo proprietário Helmut Josef Gruber, que enviou ao autor o um arquivo “I” com o traçado aproximado dos limites da RPPN. Confrontando as duas informações e usando o recurso de “régua”. do software *Google Earth Pro*, há um erro de aproximadamente 5,5 km a noroeste na localização correta da propriedade (imagem 11).

Imagem 11 - Diferença da localização da área, segundo o ICMBio e a fornecida pelo proprietário.

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019a, b), Gruber (2019).

Imagem 12 - Mapa da propriedade de mesmo nome, onde se encontra a RPPN Sítio Sabiúna, a partir do qual o proprietário fez o traçado dos limites da reserva sobre foto de satélite.

Fonte: Gruber (2019).

O limite acima da RPPN é dado por uma estrada que dá acesso a uma rampa de salto de asa delta, a uma torre de celular e à Trilha das Flores/Pico do Lopo (imagem 13).

Imagem 13 - Limites da RPPN Sítio Sabiúna próximo à divida do Estado de Minas Gerais.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Gruber (2019).

5) A informação do *shapefile* encontrada no *site* do ICMBio (2019a, b) para a RPPN Sítio Curucutu, de São Paulo, SP, com 10,89 ha, faz uma aproximação boa de onde está localizada a reserva (imagem 14).

Imagem 14 - Comparação entre a poligonal fornecida pelo proprietário e a localização via ICMBio.

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019) e Roso (2019b)

Catazoni (2010) traz uma localização aproximada da RPPN Curucutu, indicando que a mesma está dentro da Área de Proteção Ambiental Capivari Monos, delimitada em amarelo, que foi criada pelo município de São Paulo, no planalto ao sul da cidade, pela lei nº 13.136, 09 de junho de 2001, próxima às represas Guarapiranga, à esquerda, e Billings, à direita. Na imagem, a cidade de São Paulo está delimitada em preto (imagem 15) (ICMBIO, 1995c; SÃO PAULO (SP), 2001) .

Imagem 15 - APA Capivari Monos destacando a localização da RPPN Curucutu²⁴³.

Fontes: Bellenzani (2001), Catazoni (2010).

²⁴³ Imagem de Satélite Landsat TM – 1993.

6) A RPPN Sítio Python, de Araçariçuama, SP, com 26 ha, localiza-se próxima a rodovia Castelo Branco, no quilômetro 51 e é cercada por áreas urbanizadas. O proprietário Béles Tibor não executou o georreferenciamento da propriedade, assim, a área indicada e delimitada em verde corresponde à informação sobre a RPPN, que está no *site* do ICMBio (2019a, b) . O marcador em verde indica a sede do Sítio (imagem 16).

Imagem 16 - Cercada por estradas, a RPPN Sítio Python está próxima de áreas bastante urbanizadas da cidade de Araçariçuama, à direita.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019a, b) .

7) As primeiras informações sobre as coordenadas geográficas da RPPN Ecoworld, próximo a Pedra Grande, em Atibaia, SP, com 51,87 ha, foram obtidas junto ao *site* do ICMBio (2019a, b) . Elas apontam de forma aproximada um local a oeste da Pedra Grande, no pé da mesma (imagem 17).

Imagem 17 - Localização aproximada da RPPN Ecoworld.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019a, b) .

Fornecido por Vinicius Gaburro de Zorzi, um integrante da Simbiose, Organização do Terceiro Setor de longa e larga atuação na região, inclusive, que participou ativamente do tombamento da Pedra Grande como Monumento Natural pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), o arquivo em formato “*.kmz” apresenta os limites da área onde se pode ver a extensão maior da propriedade local. A criação dessa RPPN e o projeto de se fazer um hotel sobre a Pedra foi o fator que impulsionou na época todo o movimento para o tombamento (imagem 18).

Imagem 18 - Limites da RPPN Ecoworld em nota-se que a Pedra Grande está na propriedade.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Zorzi (2019).

8) A RPPN Fazenda Rio dos Pilões, de Santa Isabel, SP, com 560,02 ha, é parte integrante do loteamento do condomínio Reserva Ibirapitanga e é a primeira dessa série de RPPNs já apresentadas, que têm várias glebas das terras de uma antiga fazenda de atividade pecuária e reflorestamento. Parte da RPPN “abraça” o loteamento (imagem 19).

Imagem 19 - Poligonal disponível no *site* da Fundação Florestal de São Paulo com delimitação precisa da área.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Fundação Florestal (2019b).

Dois mapas indicam que a RPPN Fazenda Rio dos Pilões está inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) Federal dos mananciais do rio Paraíba do Sul (imagem 20) e dentro do contexto das UCs no Mosaico Cantareira (imagem 21) (ICMBIO, 1982; LONGO 2007; ASSIS, 2014).

Imagem 20 - Mapa com a inserção da RPPN Fazenda Rios do Pilões em APA.

Fonte: Longo (2007)

Imagem 21 - Hachurado em preto no mapa está a RPPN Fazenda Rio dos Pilões dentro do contexto das Unidades de Conservação, no Mosaico Cantareira.

Fonte: Assis (2014).

9) A localização fornecida – círculo verde - dada pelo arquivo da RPPN Sítio Capuavinha, Mairiporã, SP, com 5 ha, pode ser encontrada no *site* do ICMBio (2019a, b). Essa apresenta uma localização bem próxima e dentro da área do sítio. A poligonal com os limites da área foi traçada pelo autor, a partir de informações colhidas com o proprietário Eugênio Follmann (imagem 22).

Imagem 22 - Limites da RPPN Sítio Capuavinha, inserida dentro de Mairiporã, SP.

Fonte: Follmann (2019).

10.) O “*shapefile*” obtido no *site* do ICMBio (2019a, b) para a RPPN Fazenda San Michele, de São José dos Campos, SP, com 40,97 ha, não apresenta os limites – círculo verde _ da área. Não há detalhamento desse espaço, pois o proprietário da reserva Gregório Franco Vito não executou o georreferenciamento do local e não tem traçado as suas poligonais. Para essa RPPN não foi possível obter coordenadas geográficas precisas e limites para que fosse feita a comparação com as informações do ICMBio (imagem 23).

Imagem 23 - Localização aproximada da RPPN San Michele.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019).

11) A RPPN Fazenda Serrinha, de Bragança Paulista, SP, com 117,3 ha, apresentou apenas uma alteração com relação às informações que estão disponíveis no *site* do ICMBio (2019a, b) nas poligonais das diversas glebas desmembradas, fornecidas por Marcelo Moreira Silveira, filho de Marcos Moreira Silveira, proprietário. A gleba mais distante abaixo, ao sul, não consta na imagem no *site* do ICMBio, mas parece tratar-se de uma falta de atualização de informações, já que a portaria que criou a área em 2001 foi retificada em 2002, incluindo todas essas glebas. A reserva apresenta núcleos bem dispersos, em um deles, inclusive, pode se observar uma área praticamente toda desmatada. A legislação permite um percentual de áreas degradadas para que RPPNs possam ser criadas, compondo a reserva como parte dessa área, para se fazer a sua recuperação ambiental (imagem 24).

Imagem 24 - A RPPN Serrinha, com glebas dispersas, compondo uma só reserva.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Silveira (2019).

12) As primeiras informações sobre as coordenadas geográficas da RPPN Fazenda Meandros I, II e III, de Ibiúna, SP, com um total 329,10 ha, foram obtidas junto ao *site* do ICMBio (2019a, b). Elas aponta apenas o centro da cidade de Ibiúna, SP (imagem 25).

Imagem 25 - Diferença de localizações das RPPNs Fazenda Meandros I, II e III.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Ferreira (2019), (ICMBio, 2019)

Posteriormente, com a poligonal fornecida pelo proprietário Claudio Martins Ferreira a localização da área indicada mostrou-se bastante diferente da fornecida pelo ICMBio (2019a, b). Segundo estimativa do recurso de “régua”, do *software Google Earth Pro*, há um erro de aproximadamente 4,15 km em linha reta para noroeste na localização da propriedade com relação à área correta.

A imagem 26 mostra uma aproximação das três RPPNs do mesmo proprietário, duas delas contíguas e a terceira separada por outra área da fazenda, ocupada por estufas de

produção hidropônica e outras instalações. Nota-se a proximidade da reserva com a Represa de Itupararanga, ao norte e a oeste.

Imagem 26 - As três RPPNs Fazenda Meandros I, II e III, pertencentes ao mesmo proprietário, compondo a área da fazenda, que leva o mesmo nome.

Fontes: elaborado pelo autor a partir de (2019), (ICMBio, 019)

13) A localização – círculo vermelho – demonstrada, segundo memorial descritivo e pelo *shapefile* obtido no *site* do ICMBio (2019a, b), para a RPPN Parque das Nascentes, de Bragança Paulista, SP, está compatível com o ponto onde fica a reserva, apontando para a propriedade do condomínio Quinta da Baroneza, onde a RPPN encontra-se (imagem 27).

Imagem 27 - Comparação das informações de localização da RPPN Parque das Nascentes do ICMBio e a fornecida pelo proprietário.

Fontes: elaborado pelo autor a partir de Terras de Bragança (2019), ICMBio (2019a, b)

No entanto, o que está disponível no mesmo *site* para a RPPN Parque dos Pássaros, do mesmo proprietário e dentro do mesmo empreendimento imobiliário, segundo estimativa do recurso de “régua”, do *software Google Earth Pro* está apontada para uma área há cerca de 2 km a leste de onde está a RPPN. As imagens das poligonais, traçando os limites corretos das duas RPPNs foram fornecidas pelo gestor ambiental do condomínio. As reservas somam 244,15 ha de área protegida dentro do loteamento (imagem 28).

Imagem 28 - Comparação das informações de localização da RPPN Parque dos Pássaros do ICMBio e a fornecida pelo proprietário.

Fontes: elaborado pelo autor a partir de Terras de Bragança (2019), ICMBio (2019a, b)

As RPPNs Parque das Nascentes e Parque dos Pássaros, de Bragança Paulista, SP, foram registradas separadas em pedidos diferentes e reconhecidas pelo ICMBio (2019a, b) em portarias diferentes na mesma data mas pertencem ao mesmo proprietário e fazem parte do mesmo condomínio de alto padrão, o Quinta da Baroneza. Na imagem 29 estão as áreas de reservas privadas, e a leste, os lotes. Parte do loteamento também está localizado ao norte das RPPNs. Nota-se que dentro das áreas delimitadas como RPPNs, encontram-se algumas instalações e, na RPPN Parque dos Pássaros, uma extensa área também com instalações e sem cobertura vegetal.

Imagem 29 - Limites e localização das RPPNs Parque dos Pássaros e Parque das Nascentes que compõe a área do mesmo condomínio.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Terras de Bragança (2019) .

14) As RPPNs Mahayana e Hinayana, de Mogi das Cruzes, SP, que totalizam 33,54 ha pertencem ao mesmo proprietário, Heródoto Barbeiro, e à mesma propriedade. As poligonais delimitando as áreas foram obtidas no *site* da Fundação Florestal (2019b) de São Paulo, que apresentam as áreas reconhecidas como RPPNs pelo governo do Estado de São Paulo (imagem 30).

Imagem 30 - RPPNs Mahayana e Hinayana, de Mogi das Cruzes, SP.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Florestal de São Paulo (2019a).

15) A poligonal da RPPN Paraíso, de Mairiporã, SP, com 3,54 ha, segundo arquivo “*.kmz”, compatível com *software Google Earth Pro*, obtido no *site* da Florestal de São Paulo, mostra os limites da área - em verde. A reserva encontra-se próxima as margens da Represa Paulo de Paiva Castro, também conhecida como Represa do Juqueri, e do Parque Estadual do Juqueri – em azul (imagem 31) (GLOBO, 2016; FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2019B; DATAGEO, 2019).

Imagem 31 - RRPP Paraíso, de Mairiporã, SP e entorno.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Fundação Florestal (2019b), e Datageo (2019).

16) A RPPN São Judas Tadeu, de Juquitiba, SP, com 6,05 ha, pode ser observada pela poligonal obtida no *site* da Fundação Florestal (2019 b) de São Paulo, que apresenta os limites da área e sua localização, mostrando a proximidade da mesma com a represa Cachoeira do França, formada pelo rio Juquiá e afluentes e onde está instalada a Usina Hidrelétrica Cachoeira do França, pertencente ao Grupo Votorantim (imagem 32).

Imagem 32 - RPPN São Judas Tadeu, de Juquitiba, SP, e o entorno da reserva privada.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Fundação Florestal (2019b).

17) As primeiras informações sobre as coordenadas geográficas da RPPN Encantos da Juréia, de Pedro de Toledo, SP, com 16,05 ha, foram obtidas junto ao *site* do Fundação Florestal (2019b). Elas aponta uma área desmatada que não seria muito compatível com uma RPPN. Consultando o proprietário Daniel Turi sobre a informação, ele observou que além do *site* indicar o local errado, a imagem também tinha o traçado da poligonal em outro formato. Posteriormente, com a poligonal fornecida pelo proprietário, a localização da área indicada mostrou-se bastante diferente da fornecida pelo órgão público. Segundo estimativa do recurso de “régua” do *software Google Earth Pro*, há um erro de aproximadamente dois km em linha reta para sudoeste da localização da propriedade com relação à área correta (imagem 33).

Imagem 33 - Comparação entre a poligonal fornecida pelo proprietário e a localização via Fundação Florestal de São Paulo.

Fontes: elaborado pelo autor a partir de Florestal de São Paulo (2019b) e Turi (2019).

18) No mapa geográfico apresentado por Santos, Cajueiro e Pereira (2009), a RPPN Tijucopava, de Guarujá, SP, com 40,36 ha, está destacada na área em azul. O mapa foi obtido por eles junto ao Instituto Litoral Verde, em sua sede administrativa (imagem 34). O instituto é uma organização não governamental, que administrou a área até recentemente. Acima do mapa está o canal de Bertioga e abaixo o Oceano Atlântico, abaixo da área representada em laranja. A RPPN está localizada na área conhecida como “rabo do Dragão” na ilha de Santo Amaro (imagem 35).

Imagem 34 - Mapa dos arredores da RPPN Tijucopava.

Fonte: Santos, Cajueiro e Pereira (2009).

Imagem 35 - Traçado elaborado pelo autor, no *software Google Earth Pro*, para ilustrar a ilha de Santo Amaro, o “dragão” e as RPPNs, que se encontram no “rabo do Dragão”.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Fundação Florestal (2019b)

O traçado dos limites das glebas que compõe a RPPN Tijucopava, pode ser visto no segundo arquivo disponível no *site* da Fundação Florestal. Segundo o gestor João Roberto Rodrigues²⁴⁴, o traçado é aproximado, mas em campo não foi possível finalizar o georreferenciamento completo da área. Na imagem 36 temos, da esquerda para a direita, as

²⁴⁴ Informação fornecida durante a entrevista em 06 de março de 2019.

praias do Perequê, São Pedro e Iporanga e acima do mapa o canal de Bertioga (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2019b).

Imagem 36 - RPPN Tijucopava na ilha de Santo Amaro, Guarujá, SP.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Fundação Florestal (2019b)

19) O mapa da propriedade da empresa Suzano Papel e Celulose S.A. apresenta os limites da RPPN Ecofuturo, de Bertioga, SP, com 518,50 ha, juntamente com o Parque das Neblinas, que compõe a área, mostrando parte do Parque, que está sobreposto ao Parque Estadual da Serra do Mar. A RPPN faz limite com o mesmo (INSTITUTO ECOFUTURO, 2014) (imagem 37). A imagem 38 apresenta uma fotografia aérea da área, que é composta pelo parque e pela RPPN, em traçado elaborado pelo Instituto Ecofuturo, mostrando as distâncias da área a algumas cidades do Estado. Nela também é possível ver a barragem da que faz parte da usina da vila de Itatinga, no pé da serra do Mar que fornece parte da energia do porto de Santos. O traçado da poligonal da área está apresentado na imagem 39.

Imagem 37 - Mapa da RPPN Ecofuturo e arredores.

Fonte: Instituto Ecofuturo (2014).

Imagem 38 - Foto aérea mostrando as distâncias da área a algumas cidades do Estado.

Fonte: Instituto Ecofuturo (2014).

Imagem 39 - Poligonal da RPPN Ecofuturo, de Bertioga, no alto da Serra do Mar.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Fundação Florestal (2019b).

20) A RPPN Costa Blanca, de Bertioga, SP, com 296,93 ha, está localizada na área de restinga do município, próximo à margem esquerda da rodovia Rio-Santos sentido Rio de Janeiro, após o condomínio Riviera de São Lourenço (imagem 40).

Imagem 40 - RPPN Costa Blanca e arredores com a proximidade da mesma ao condomínio Riviera de São Lourenço abaixo.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Fundação Florestal (2019b).

21) A imagem 41 mostra a Gleba do loteamento City Acaraú, parte da antiga Fazenda Acaraú, lindeira às RPPNs Hercules Florence 1, 2, 3, 4 e 5, de Bertioga, SP, que totalizam 922,88 ha, com o traçado do projeto urbanístico para um futuro bairro de Bertioga, SP (CETESB, 2013). As RPPNs são parte das terras da empresa Praias Paulistas, integram áreas também da Riviera de São Lourenço e fazem parte do licenciamento ambiental de implantação dos dois empreendimentos citados.

Imagem 41 – Mapa, parte da documentação do pedido de licenciamento do empreendimento City Fazenda Acaraú, com previsão populacional de cerca de 16.000 habitantes.

Fonte: CETESB (2013).

Na imagem de satélite, obtida no *software Google Earth Pro*, colocadas as poligonais das RPPNs, podem ser vistos o condomínio Riviera de São Lourenço, embaixo da imagem, a ETE/ETA da Riviera, lindeira a elas, à esquerda, o entroncamento da rodovia Mogi-Bertioga, mostrando que ela corta e divide as glebas das RPPNs, em três trechos. A última dessas glebas está à margem do rio Itapanhaú. As RPPNs estão instaladas dentro de uma importante área de restinga da região, próximas ao Parque Estadual da Restinga, de Bertioga (imagem 42).

Imagem 42 - RPPNs Hercules Florence 1, 2, 3, 4 e 5, de Bertioga, SP, com a Riviera de São Lourenço abaixo.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Fundação Florestal (2019b).

22) A RPPN O Primata, de São José do Campos, localizada no distrito de São Francisco Xavier, SP, com 353,92 ha, pode ser vista, representada com seus limites em documento recente da Prefeitura da Cidade (imagem 43) (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2017).

Imagem 43 - Poligonal da RPPN O Primata, no distrito de São Francisco Xavier, SP.

Fonte: São José dos Campos (2017)

O traçado da poligonal da reserva, apresentado pela Prefeitura de São José dos Campos (2017), não difere do apresentado no *site* da Fundação Florestal de São Paulo (2019). Utilizando-se do recurso de “régua”, do *software Google Earth Pro*, foi estimado que o distrito de São Francisco Xavier, SP, fica há cerca de 40 km em linha reta do centro da cidade de São José dos Campos. Por estrada, são 56 km. A RPPN O Primata fica a 4 km em linha reta do distrito, utilizando-se do mesmo método, e está localizada em região de relevo bastante acidentado, na Serra da Mantiqueira e cercada de área com outras importantes áreas com boa cobertura vegetal (imagem 44).

Imagem 44 - Poligonal da RPPN O Primata, do *site* da Fundação Florestal.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Fundação Florestal (2019b).

23) A imagem obtida no Plano de manejo da RPPN Mutinga, de São Paulo, SP, com 2,5 ha, mostra, a partir de uma foto aérea, o limite e arredores da área. Pode ser notado o canteiro de obras, à esquerda da RPPN, em 2012, para início da construção do condomínio, que também é da incorporadora proprietária da reserva. Pode ser visto ainda o telhado onde reside a antiga proprietária da área, a senhora Maria Helena Franco, que teve como exigência de venda da área para a incorporadora, que fosse criada uma reserva particular para preservar a mata, em seu antigo terreno. A proprietária mora na sua residência ainda em regime de usufruto (imagem 45) (MUTINGA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., 2012).

Imagem 4.5 - Limites da RPPN Mutinga, de São Paulo, SP, foto presente em seu plano de manejo SP.

Fonte: Mutinga Empreendimentos Imobiliários Ltda. (2012).

A poligonal aproximada da RPPN Mutinga foi traçada no *software Google Earth Pro* a partir das informações do plano de manejo e das transmitidas pela gestora Josina de Souza²⁴⁵ para demonstrar o condomínio de edifícios do Sítio Anhanguera, no bairro de Pirituba, SP, instalado dentro da propriedade e seu entorno com a rodovia Anhanguera na imagem à esquerda, com fábricas e área residencial no entorno, em uma região fortemente urbanizada (imagem 46).

Imagem 46 - Traçado dos limites da RPPN Mutinga, de São Paulo, SP e seu entorno.

Fonte: Mutinga Empreendimentos Imobiliários Ltda. (2012).

24) A poligonal mostra os limites da RPPN Marina do Conde, de Guarujá, SP, com 7,62 ha e densa cobertura de Mata Atlântica. Ela que foi obtida no *site* da Fundação Florestal (2019b) de São Paulo (imagem 47).

²⁴⁵ Informação fornecida durante a entrevista em 11 de março de 2019.

Imagem 47 - Traçado da poligonal da RPPN Marina do Conde.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Fundação Florestal (2019b)

Esta RPPN, juntamente com a RPPN Tijucopava, de Guarujá, SP, pertenciam ao mesmo proprietário, que as criou, Armando Conde, empresário ex-proprietário do Banco de Crédito Nacional, que também foi dono das empresas CODEARA S/A e da ACISA INCORPORAÇÕES LTDA., que pediram o reconhecimento dessas áreas como reservas sob proteção privada. Ambas ficam na região do chamado “rabo do Dragão”, na ilha de Santo

Amaro, delimitada pelo Oceano Atlântico, pelo canal de Bertioga e pelo canal do porto de Santos (imagem 48) (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2019b).

Imagem 48 - RPPN Tijucopava e Marina do Conde, no morro do Guararu, no Guarujá, SP.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Fundação Florestal (2019b).

A RPPN Tijucopava fica na parte alta do morro do Guararu, enquanto a RPPN Marina do Conde está localizada na encosta do mesmo, próxima às margens do canal de Bertioga, como está bem representado em Santos, Cajueiro e Pereira (2009), por foto aérea, obtida junto ao Instituto Litoral Verde (imagem 49).

Imagem 49 - Foto aérea da RPPN Marina do Conde, mostrando as encostas do morro do Guararu, onde ela se encontra.

Fonte: Santos, Cajueiro e Pereira (2009).

25) A RPPN Cruz Preta, de Ibiúna, SP, com 45,98 ha, pertence à Empresa de Mineração Cruz Preta Ltda., que tem sede no município de Araçariguama, antigo Distrito de São Roque até 1991. Os limites da reserva podem ser vistos na imagem 50.

Imagem 50 - Poligonal com os limites da RPPN Cruz Preta, de Ibiúna, SP e o entorno.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Fundação Florestal (2019b)

A empresa de mineração tem endereço na Rodovia Castelo Branco, Sn, Km 54, em Araçariguama, SP (imagem 51) e a área indicada de RPPN, como pertencente à mesma encontra-se em outro município, que nem faz divisa com esse, a cidade de Ibiúna, SP.

Imagem 51 – A Mineração Cruz Preta e pátio de atividades em Araçariguama, SP, Próximo à rodovia Castelo Branco, km 54.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Cesar (2019)

Em consulta a sua proprietária, Eliana Conceição Cesar, o autor recebeu a informação de que a área foi adquirida como compensação das atividades de mineração, sob a condição de estar na mesma bacia hidrográfica. A propriedade adquirida foi o Sítio dos Galeras que, em distância aproximada, segundo estimativa do recurso de “régua” do *software Google Earth Pro*, está a 48 km, em linha reta, à sudoeste, da sede da mineradora (imagem 52).

Imagem 52 - Distância entre a RPPN Cruz Preta, de Ibiúna, SP e a Mineradora Cruz Preta, em Araçariguama, SP.

Fontes: elaborado pelo autor a partir de Fundação Florestal (2019b), Cesar (2019).

26) A imagem 53, da poligonal da área, obtida a partir do arquivo “*.kmz”, junto ao *site* da Fundação Florestal de São Paulo (2019b) mostra os limites da RPPN Reserva do Dadinho, em Atibaia, SP, com 11,6 ha. Essa reserva particular encontra-se em um ponto quase que equidistante em seu acesso pela Rodovia Dom Pedro I e à Pedra Grande, sendo que a propriedade e a RPPN fazem divisa com a estrada de acesso a esse atrativo turístico, bastante conhecido na região. Placas na estrada indicam o local da RPPN.

Imagem 53 - Distância entre a RPPN Reserva do Dadinho e a rodovia Dom Pedro e a Pedra Grande, em Atibaia, SP.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Fundação Florestal (2019b).

27) A imagem 54 mostra a RPPN Reserva do Jacu, de Atibaia, SP, com 3,58 ha, conforme a poligonal traçada no arquivo “*.kmz”, disponível no *site* da Fundação Florestal de São Paulo (2019b) que apresenta os limites da área.

Imagem 54 - RPPN Reserva do Jacu, de Atibaia, SP.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Fundação Florestal (2019b)

28) A imagem 55 mostra o mapa, com os limites da área de propriedade da SPLF Investimentos e Participações Ltda., do Grupo Alden, onde se localiza a RPPN Botujuru - Serra de Itapety, de Mogi das Cruzes, SP, com 437,30 ha, que faz parte do empreendimento

Reserva da Serra do Itapety, em fase de implantação e é fácil acesso e às margens da rodovia Henrique Eroles, 397 (CPEA, 2009a)

Imagem 55 - Limites da área do empreendimento Reserva da Serra do Itapety.

Fonte: CPEA (2009b)

A imagem 56 mostra a RPPN Botujuru - Serra de Itapety conforme a poligonal traçada no arquivo “*.kmz”, disponível no *site* da Fundação Florestal de São Paulo (2019b) que apresenta os limites da área.

Imagem 56 - RPPN Botujuru - Serra de Itapety, de Mogi das Cruzes, SP.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Fundação Florestal (2019)

Em consulta ao Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e ao Plano Urbanístico da Reserva da Serra do Itapety, algumas imagens e mapas constantes nos mesmos, indicavam uma “*área de baixa ocupação*”, mas que extrapolariam os limites do loteamento, invadindo parte da área delimitada para a RPPN (imagens 57, 58 e 59) (CPEA, 2009a; SPLF, 2019).

Imagem 57 – Comparação da poligonal da Fundação Florestal com a imagem do Plano Urbanístico.

Fontes: elaborado pelo autor a partir de Fundação Florestal (2019b), CPEA (2009a) e SPLF (2019).

Imagem 58 - Outra imagem, na qual se pode ver a “*área de baixa densidade de ocupação*” do loteamento, que ocuparia parte da RPPN Botujuru - Serra de Itapety.

Fontes: CPEA(2009a) e SPLF (2019)

Imagem 59 - Planta identificando etapas de implantação do loteamento na qual a área da RPPN também aparece ocupada pelo loteamento.

Fontes: CPEA(2009a) e SPLF (2019)

Apesar dessas imagens e mapas constarem no Plano Urbanístico da Reserva da Serra do Itapety, de Mogi das Cruzes, SP, o gestor Paulo Groke, um dos entrevistados da pesquisa pela RPPN Ecofuturo, também de propriedade do Grupo Alden, questionado em 6 novembro de 2019 sobre o assunto, ao receber a imagem comparativa, afirmou que essa expansão não ocorrerá (CPEA, 2009a; SPLF. 2019).

29) A RPPN Alto do Deco, de São José dos Campos, SP, com 37,03 ha, localizada no distrito de São Francisco Xavier, SP, teve as suas poligonais também baixadas do *site* da Fundação Florestal de São Paulo (2019b). Como o *shapefile* da RPPN O Primata já havia sido consultado ao abrir o arquivo houve estranheza, por parte do autor, com o tamanho da área representada, pois a RPPN Alto do Deco, contígua a essa, é quase 10 vezes menor que a área a RPPN O Primata, que possui de 352,92 ha. Em contato com o proprietário da RPPN Alto do Deco, Antônio Carlos de C. Braga, foi lhe enviado as poligonais e ele afirmou que elas estavam erradas e que ele iria tentar levantar mais informações sobre o assunto. Até o fim da etapa da coleta de dados essa dúvida não foi resolvida. Essas poligonais apresentam outro fato curioso, já que mostram uma sobreposição entre as duas RPPNs, que estão em propriedades lindeiras, mas devem ter seus limites bem definidos pelo georreferenciamento das mesmas que deveria ser feito para se entrar com o pedido de reconhecimento da reserva sob proteção privada para o Governo do Estado. Segue na imagem 60 onde estão representadas as duas poligonais, encontradas que estão no portal da Fundação Florestal de São Paulo (2019b).

Imagem 60 - Representação dos limites das RPPNs Alto do Deco e O Primata, apresentando sobreposição das áreas e de tamanhos desproporcionais as suas áreas.

Fontes: elaborado pelo autor a partir de Fundação Florestal (2019b).

30.) O arquivo com as poligonais da RPPN Lafigueira-Naturarte, de Piracaia, SP, com 33,69 ha, fornecido gentilmente pelo proprietário Thomas Pierre Brieu, assemelham-se à imagem e posição indicada para essa RPPN, na página do ICMBio (2019a, b) (imagem 61).

Imagem 61 - Tela da página da RPPN Lafigueira-Naturarte, no *site* do ICMBio.

O arquivo *shapefile* do *site* parece estar corrompido, pois não foi possível convertê-lo em outro formato. A RPPN é dividida em três glebas próximas, sendo duas lindeiras. Em uma das porções nota-se uma área desmatada, mas que está dentro do aceitável legalmente, pois segundo a legislação é permitido até um determinado percentual de área desmatada para recuperação ambiental posterior do local (imagem 62).

Fonte: ICMBio (2019a, b)

Imagem 62 - Poligonal da RPPN Lafigueira-Naturarte, de Piracaia, SP.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Brieu (2019).

31) A imagem dos limites da RPPN Sítio Caetê, de Nazaré Paulista, SP, com 10,40 ha, segundo o *site* do ICMBio (2019 b) não corresponde com a poligonal enviada pela proprietária Analice A. de Souza Nunes²⁴⁶ (imagem 63). No *site* do órgão ambiental federal são encontradas duas informações contraditórias. Na tela da página da RPPN Caetê existe uma representação de uma imagem *linkada* ao *Google Maps* (imagem 6.4) onde aparecem duas glebas compondo a reserva. Ao consultar e clicar o “Ver Mapa da RPPN”, abre-se outra janela com uma “imagem meramente ilustrativa do mapa da RPPN”, que foi gerado através das coordenadas inseridas no *SIMRPPN*”, apresentando apenas uma gleba (imagem 65).

Imagem 63 - Poligonal da RPPN Sítio Caetê, de Nazaré Paulista, SP.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Nunes (2019).

²⁴⁶ Informação fornecida durante a entrevista em 13 de março de 2019.

Imagem 64 - Primeira imagem da RPPN Sítio Caetê do *site* do ICMBio, na qual se sugere haver duas glebas na RPPN.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019a, b) .

Imagem 65 – Segunda tela do site do ICMBio, na qual é apresentada apenas uma gleba da RPPN.

Imagem meramente ilustrativa do mapa da RPPN que foi gerado através das coordenadas inseridas no SIMRPPN.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019a, b) .

32) A poligonal com os limites e entorno da recém criada reserva, a RPPN Sítio Solar da Montanha, mais nova reserva sob proteção privada da RBCV-SP, localizada em Atibaia, SP, com 1,19 ha, pode ser vista através do arquivo baixado do *site* da Fundação Florestal de São Paulo (2019b). Com essa nova RPPN na cidade, Atibaia, juntamente com Bertioga, São José dos Campos e Ibiúna são os municípios com mais RPPNs em seus limites. Essas cidades apresentam quatro RPPNs em cada uma, mas apenas São José dos Campos e Atibaia possuem quatro reservas sobre proteção privada de proprietários distintos (imagem 66).

Imagem 66 - Limite da RPPN Sitio Solar da Montanha e seu entorno.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Fundação Florestal (2019b).

Como destaque ao município de Atibaia e às RPPNs da região a imagem 67 foi elaborada para evidenciar a localização das reservas no conjunto da Pedra Grande e seu entorno. Essas RPPNs têm suas áreas contíguas, dentro ou próximas de duas UCs importantes na região, o Parque Estadual da Serra do Itapetinga e o Monumento Natural da Pedra Grande (SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO AMBIENTAL, 2019).

Imagem 67 - Todas as RPPNs do município de Atibaia, SP.

Fontes: elaborado pelo autor a partir de Fundação Florestal (2019b); ZORZI (2019).

33) A RPPN Reserva dos Muriquis, de São José dos Campos, SP, com 41,34 ha é a reserva sob proteção privada mais próxima ao centro do Distrito de São Francisco Xavier, São José dos Campos, SP. O arquivo das poligonais, obtido na Fundação Florestal (2019b) está na imagem 68, na qual pode ser visto embaixo à esquerda parte do distrito mencionado e o entorno da reserva.

Imagem 68 - Limite da RPPN Reserva dos Muriquis, de São Jose dos Campos, SP e o entorno da reserva.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Fundação Florestal (2019b).

Como destaque para São José dos Campos, SP, pela quantidade de RPPNs no mesmo município – são quatro de proprietários distintos - a imagem 69 foi elaborada para evidenciar a localização dessas mesmas nos limites do município e aponta a distância em linha reta da RPPN mais próxima do centro da cidade. Essas RPPNs têm suas áreas contíguas, dentro ou próximas da APA São Francisco Xavier.

Imagem 69 - Todas as RPPNs do município de São José dos Campos, SP.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Braga (2019); Fundação Florestal (2019b)

Não foi gerada uma imagem compondo todas RPPNs para o município de Bertioga, SP, e suas quatro RPPNs, porque duas delas, apesar de criadas independentemente, pertencem ao mesmo proprietário e uma delas, a RPPN Costa Blanca acabou não sendo homologada. Para o município de Ibiúna, SP, vale quase a mesma justificativa, já que três RPPNs, apesar de criadas independentemente, pertencem ao mesmo proprietário.

Abordando não apenas as questões expostas sobre os erros das poligonais disponíveis e as localizações erradas nos *sites* dos órgãos públicos de meio ambiente, federal - o ICMBio - e estadual - a Fundação Florestal de São Paulo, mas também falando sobre outras questões, tratadas neste tese, com relação aos documentos que devem ser apresentados para o reconhecimento das RPPNs (mapa, croquis, memoriais descritivos e etc.), podemos dizer que os aqui apresentados foram os encontrados. Mas, as RPPNs só se efetivariam com as certidões de matrícula com o Termo de Compromisso e com a averbação desse junto à matrícula do imóvel afetado, no Registro de Imóveis, que cria de fato a RPPN e nenhuma dessas instituições públicas e aqui também pode ser incluída a Secretaria do Verde de Meio Ambiente, da Prefeitura de São Paulo, disponibiliza e torna público esses documentos.

O proprietário ao pedir esse reconhecimento mantém suas terras como propriedade privada, ele não colabora com a conservação da biodiversidade doando-as ao Estado, ou colocando-as em regime de usufruto, ou transferindo ao Estado por testamento para essa finalidade ou ligado a qualquer outra iniciativa, mas voluntaria-se na preservação do ambiente

mudando o *status* da sua área, que passa de patrimônio privado para patrimônio ambiental, mas mantida a custódia dela para seus herdeiros e ou compradores.

Assim, dentro desse regime de patrimônio particular, mas ambiental, e, portanto, atendendo à inclusão do mesmo ao SNUC e a todo sistema ambiental da nação, essas informações colocadas acima têm de ser de domínio público, como atestam há garantias para isso em nossa legislação, que dão o direito ao acesso à informação ambiental dentro do princípio da informação e da notificação ambiental.

Isso está no princípio da participação, presente na declaração do Rio de Janeiro de 1992, como princípio 10: *“trata-se mais adequadamente das questões ambientais assegurando a participação de todos os cidadãos interessados em nível pertinente. [...] O acesso às ações judiciais e administrativas, aí compreendidas as ações que visem à imposição de sanções e à obtenção de reparações, deve ser assegurado (ONU, 1992)”*. E Machado (1993, p. 211) esclarece:

O direito à informação ambiental consta no artigo 6º, § 3º, da Lei de Política Nacional de Meio Ambiente e o dever do Poder Público de informar à sociedade civil constou do art. 10 da mesma lei. A implementação da obrigatoriedade de ser publicado o pedido de licenciamento e a decisão administrativa a respeito foi uma conquista demorada, pois [...] ainda há os que sabotam essa medida que visa possibilitar o acompanhamento do procedimento de tomada de decisão.

Dito isso, por esse autor, a respeito de pedido de licenciamentos ambientais, há o entendimento de que o licenciamento para a criação, pelo órgão ambiental, das RPPNs deve ser feito dentro dos mesmos princípios, garantidos na lei, para que haja, nessa questão, o acompanhamento transparente da sociedade e assim sejam ampliados os mecanismos de controle das reservas, com a garantia da atenção sobre esses processos abertos com a finalidade de evitar a *“sabotagem”* citada por Machado (1993). Dessa forma, poderá a sociedade analisar os documentos gerados para a criação das RPPNs de forma precisa, completa e correta, diferente do que foi encontrado nos problemas expostos, sobre o que foi analisado acima, a partir do que foi disponibilizado pelos órgãos ambientais citados. Está no decreto estadual nº 51.150, de 3 de outubro de 2006, no artigo 14º que: *“A Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo divulgará amplamente a lista e informações ambientais pertinentes às Reservas Particulares do Patrimônio Natural (SIMA, 2006)”*.

Dessa maneira, a lei está sendo descumprida pelos órgãos ambientais citados, pelo fato de não disponibilizarem essa informação nos *sites* ou de outra forma, que garanta o acesso

público a ela. Assim, quando houve solicitação do autor a esses órgãos sobre essas informações, a disponibilização delas não seria por boa vontade, um favor ou colaboração à pesquisa, mas pelo cumprimento de princípios da lei. Esses procedimentos não podem vir a proteger os envolvidos.

Deve haver esse cumprimento da lei, pois houve o agravante de lançamento de coordenadas geográficas extremamente imprecisas, com erros de até mais de 5 km, outros com localização aproximada e mais certa, mas com o perímetro da área totalmente errado, criando uma RPPN “fantasma”, totalmente desvinculado da situação real da propriedade requerente com informações mais ou menos certas, como consta no *site* do ICMBio (2019a, b) nas informações sobre as RPPNs criadas: “*imagem meramente ilustrativa do mapa da RPPN que foi gerado através das coordenadas inseridas no SIMRPPN.*” Isso ocorre até para RPPNs “criadas” no início da década de 90 ainda sem avanços na informação disponibilizada. Isso gera uma situação de fragilidade da conservação ambiental, inclusive em aspectos jurídicos que deveriam garantir a área, pois este favor pode e poderá dar margens a outros sucessores na cadeia (herdeiros e ou compradores) reverterem esse processo de criação das RPPNs que parecia garantido. A sociedade conta com aquela nova RPPN no compito nacional do SNUC e das áreas protegidas com garantia de conservação para as futuras gerações e de repente ela pode desaparecer da relação de reservas de proteção do meio ambiente.

Desse modo, deve haver essa preocupação deve haver para que exista garantia real da sociedade de que as RPPNs que receberam os certificados de reconhecimento em eventos com autoridades, não estejam apenas fazendo com que testemunhamos um *misancene* midiático de cunho de promoção política, já que RPPN, com esse documento ainda não está criada. Trata-se de um evento em que, estranhamente, comemore-se o envio de uma documentação em trâmite. Esse certificado, sem os procedimentos no cartório de registro de imóveis, não cria a RPPN. Se esse procedimento não for concluído, o processo de criação da reserva pode ser revertido. Para o pesquisador, ao se deparar com esse universo de informações, essa questão foi clareando e tomando áreas de preocupação, com a suspeita crescente da perda de algumas áreas de conservação da biodiversidade da Mata Atlântica do RBCV-SP.

Uma informação foi revelada, durante uma das entrevistas, de que advogados que representariam os filhos do Armando Conde, falecido, e que era proprietário da RPPN Tijucopava, localizada no Guarujá, SP, teriam entrado com um pedido para “reverter” o processo de criação dessa reserva. Foi consultado, então, Oswaldo Bruno, coordenador do Programa RPPNs Paulistas, da Fundação Florestal de São Paulo, para se obter maiores

informações a respeito. As respostas do coordenador sobre o assunto estão na imagem 70 e foram enviadas ao autor via e-mail, após esse ter solicitado ao coordenador se ele poderia fornecer alguma informação sobre o caso e informar como localizar os documentos mencionados pelo entrevistado.

Imagem 70 - Resposta a consulta sobre situação da RPPN Tijucopava.

Fonte: Bruno (2019b)

Em informação fornecida pelo entrevistado João Roberto Rodrigues, responsável pela RPN Tijucopava, ele afirmou que o georreferenciamento da reserva não foi concluído pelo proprietário, que o cartório não tinha aceitado a averbação da reserva e talvez essa fosse a alegação dos advogados dos herdeiros para a reversão da reserva, por indefinição do perímetro da área.

O mesmo entrevistado mencionou ainda que tinha tido alguma informação de que a RPPN Costa Blanca também estava com algum problema para completar o processo de reconhecimento. No final da fase de entrevista, o autor foi informado em 25 de março de 2019, ao telefone por Ítalo Pompeo Sérgio Mazzarella, proprietário da empresa Gaia Consultoria, ex-presidente da Fundação Florestal, gestão 2014-2016, e que prestou serviços à empresa proprietária da área, que a RPPN Costa Blanca, de Bertioga, SP, de fato não seria homologada, já que a gleba solicitada pertencia ao governo do Estado e, portanto, a área será anexada ao Parque Estadual da Restinga de Bertioga (SÃO PAULO (ESTADO), 2010).

Ao receber essa informação o autor voltou a escrever a Oswaldo Bruno solicitando informações sobre essa situação com essa RPPN, relatando as informações que havia

recebido, e foi pedido também o contato da área jurídica do quadro da Fundação Florestal, que pudesse esclarecer esses pontos. Segue abaixo a imagem 71 com a resposta recebida.

Imagem 71 - Resposta à consulta sobre situação da RPPN Costa Blanca.

Fonte: Bruno (2019b)

Apesar boa vontade do coordenador em responder às indagações, o pesquisador não recebeu nenhum documento atestando as informações para que tivesse o direito de acompanhá-la e nem obteve o contato de quem dá andamento a essas tratativas na Fundação Florestal.

Ao que parece, o fato de não ter o georreferenciamento correto, que até poderia servir a outro encaminhamento como um pedido de reconsideração, de dilatação de prazo ou qualquer alternativa para se encontrar a delimitação correta da área e assim efetivar a criação da RPPN Tijucopava, acabou tornando-se a alegação usada para fazer com que ela deixasse de ser RPPN. Desse modo, não finalizar todo o processo até a averbação na matrícula do imóvel mostrou que a RPPN pode ser revertida e deixar de ter carácter de perpetuidade, como é pretendido, através da legislação, a qual, no entanto, possui brechas como essas para a reversão do processo como essa de criação de reservas.

A partir desses dois casos expostos, a lista deveria ser toda revisada, para que se elaborasse uma lista real de RPPNs, baseada nos registros dos cartórios de imóveis, mas esses fatos não vão mudar a escolha da amostra, que foi mantida com as reservas que foram informadas pelos órgãos públicos ambientais, tanto em âmbito federal, estadual como municipal. Considera-se que no âmbito federal o processo de criação da RPPN esteja finalizado, como está no decreto 5.746, de 5 de abril de 2006, artigo 5º: *“VII - publicar a portaria referida no art. 2º deste Decreto, após a averbação do Termo de Compromisso pelo proprietário, comprovada por certidão do Cartório de Registro de Imóveis”*. Fechando a questão, ainda no decreto consta no art. 9º: *“Parágrafo único. A partir da averbação do Termo de Compromisso no Cartório de Registro de Imóveis, ninguém mais poderá alegar o desconhecimento da RPPN”* (BRASIL, 2006a)”

Várias RPPNs federais estudadas tiveram a sua portaria de aprovação publicada sem que essa exigência desse decreto fosse cumprida. Elas também não deveriam constar nas listas de RPPNs, cadastradas pelo órgão na *web* pelo que está no artigo 7º: *“Para fins de composição de cadastro, a comunicação da criação de RPPNs pelos demais entes federados ao IBAMA disponibilizará, dentre os elementos previstos no § 1º do art. 50 da lei nº 9.985, de 2000, o Termo de Compromisso e a planta de localização, se possível”*. No artigo 25º complementa-se como atribuição do órgão ambiental: *“caberá, no âmbito federal, ao IBAMA: III - manter cadastro atualizado sobre as RPPNs, conforme previsto no art. 50 da Lei nº 9.985, de 2000”* (BRASIL, 2006).

Considera-se que, no âmbito estadual, o processo de criação esteja finalizado como está no decreto estadual nº 51.150, de 03 de outubro de 2006, artigo 4º que depois da obtenção da certidão de matrícula, com a averbação no Cartório de Registro de Imóveis que:

assim que aprovada sua criação por meio de ato administrativo específico que reconheça o interesse público em sua instituição. Parágrafo único - o reconhecimento de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural será efetuado por meio de resolução do Secretário do Meio Ambiente, após manifestação favorável fundamentada da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (SIMA, 2006).

Mais adiante no mesmo decreto está no artigo 7º que:

§ 1º - Após a publicação do ato de reconhecimento e da assinatura do Termo de Compromisso, o proprietário deverá, no prazo de 60 (sessenta) dias, promover a averbação do Termo de Compromisso, gravando a área do imóvel reconhecida como Reserva Particular do Patrimônio Natural perante o Registro de Imóveis competente, encaminhando cópia autenticada à Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo. § 2º - O descumprimento pelo proprietário, das obrigações referidas neste artigo, importará na revogação da resolução de reconhecimento (SIMA, 2006).

Considera-se que no âmbito municipal o processo de criação da reserva esteja finalizado quando se seguir o que como está no decreto nº 50.912, de 7 outubro de 2009, artigo 5º: *“Após a celebração do Termo de Compromisso, o proprietário deverá, no prazo de 60 (sessenta) dias, promover a averbação do gravame no Cartório de Registro de Imóveis competente e encaminhar cópia do registro atualizado à SVMA”* (SÃO PAULO (SP), 2009).

Dessa forma, como apresentado, existem pretextos jurídicos e uma grande fragilidade dos órgãos ambientais em efetivar a criação das RPPNs, acompanhando o processo até o final para que se cumpram todas as exigências legais.

No gráfico 1 a seguir, pode-se então, ver a primeira inflexão negativa da curva de crescimento das RPPNs paulistas da RBCV-SP, em 27 anos, desde a criação da primeira reserva sob proteção privada. Ao que tudo indica, o pedido de reversão da Tijucopava parece ter sido enviado pelos herdeiros, então essa situação poderá se agravar com o passar dos anos, caso o interesse de novos proprietários mude e os mesmos encontrem alguma brecha na lei, de iniciativa voluntária, mas legal para abandonar a lista de RPPNs criadas, modificando o ato de voluntariado do criador da reserva e, principalmente, perdendo o carácter de perpetuidade. Essas reversões representam até o momento 5% do total de RPPNs da região estudada.

Gráfico 1 - Total das RPPNs na RBCV-SP ao longo dos anos.

Fontes: elaborado pelo autor a partir de ICMBio (2019b); Fundação Florestal (2019b); São Paulo (SP) (2011a).

APÊNDICE B - Painel fotográfico das propriedades (quadros 1 a 7).

Quadro 1 - Registros fotográficos das RPPNs da RBCV.

RPPN Reserva do Dadinho, em Atibaia, SP, visitada em 27/02/2019.
Foto: autor (2019).

Placa da RPPN Reserva do Dadinho, no perímetro da reserva.
Foto: autor (2019).

Trilha para educação ambiental na RPPN Mahayana, Mogi das Cruzes, SP.
Fonte: Reserva Mahayana (2019).

Trecho de mata na beira de estrada interna da RPPN Mahayana, Mogi das Cruzes, SP.
Fonte: Reserva Mahayana (2019).

Reserva Ibirapitanga, loteamento onde fica a RPPN Rio dos Pilões, Santa Isabel, SP, visitada em 11/09/2014. Foto: autor (2014).

Maquete do loteamento Reserva Ibirapitanga onde fica a RPPN Rio dos Pilões, Santa Isabel, SP. Foto: autor (2014).

Quadro 2 - Registros fotográficos das RPPNs da RBCV.

Foto da RPPN Rio dos Pilões, Santa Isabel, SP, na Reserva Ibirapitanga.
Foto: autor (2014).

RPPN Voturuna, Santana do Parnaíba, SP.
Foto: Silvestre Silva (2019).

RPPN Ecofuturo, Bertioga, SP, pertencente à Suzano Papel e Celulose S.A.
Foto: Ecofuturo (2019).

Muriquis na RPPN Ecofuturo, Bertioga, SP, pertencente à Suzano Papel e Celulose
Foto: Ecofuturo (2019).

Viveiros de animais silvestres na RPPN Hercules Florence, Bertioga, SP.
Foto: JCN (2015).

Trilha sobre paliçadas na restinga da RPPN Hercules Florence, Bertioga, SP.
Foto: JCN (2015).

Quadro 3 - Registros fotográficos das RPPNs da RBCV.

Trilha dentro da RPPN Mutinga, uma reserva urbana encravada dentro da cidade de São Paulo. Visitada em 11/03/2019.
Foto: autor (2019).

Passagem para fauna dentro da RPPN Mutinga, localizada próximo à rodovia Anhanguera..
Foto: autor (2019).

Viveiro de nativas com sementes e propágulos, coletados na própria reserva RPPN Mutinga, São Paulo, SP.
Foto: autor (2019).

Painel explicativo afixado na trilha, dentro da RPPN Mutinga, São Paulo, SP, com instruções aos visitantes do condomínio.
Foto: autor (2019).

Antes trecho 1.

Registro de regeneração ambiental na RPPN Fazenda Serrinha, Bragança Paulista, SP.
Foto: Silveira (2019).

Depois trecho 1.

Estado mais recente do mesmo trecho da propriedade RPPN Fazenda Serrinha, Bragança Paulista, SP.
Foto: Silveira (2019).

Quadro 4 - Registros fotográficos das RPPNs da RBCV.

Antes trecho 2.

Registro de regeneração ambiental na RPPN Fazenda Serrinha, Bragança Paulista, SP.
Foto: Silveira (2019).

Depois trecho 2.

Estado mais recente do mesmo trecho da propriedade RPPN Fazenda Serrinha, Bragança Paulista, SP.
Foto: Silveira (2019).

Antes trecho 3.

Registro de regeneração ambiental na RPPN Fazenda Serrinha, Bragança Paulista, SP.
Foto: Silveira (2019).

Depois trecho 3.

Estado mais recente do mesmo trecho da propriedade RPPN Fazenda Serrinha, Bragança Paulista, SP.
Foto: Silveira (2019).

RPPN Alto do Deco, distrito de São Francisco Xavier, São José dos Campos, SP.
Foto: Braga (2019).

RPPN O Primata, distrito de São Francisco Xavier, São José dos Campos, SP.
Foto: MFRural (2019).

Quadro 5 - Registros fotográficos das RPPNs da RBCV.

Foto captada por drone da RPPN Fazenda Meandros, Ibiúna, SP.
Foto: Ferreira (2019).

Foto captada por drone, que mostra família de capivaras na RPPN Fazenda Meandros, Ibiúna, SP.
Foto: Ferreira (2019).

Vista geral da RPPN LaFigueiraNaturarte, Piracaia, SP. Foto: Vieira (2019).

Trilha na RPPN São Judas Tadeu, Juquitiba, SP.
Foto: Silva (2019).

Cachoeira na RPPN LaFigueiraNaturarte, Piracaia, SP. Foto: Vieira (2019).

Quadro 6 - Registros fotográficos das RPPNs da RBCV.

RPPN Sítio Curucutu, São Paulo, SP, subdistrito de Parelheiros, inserida na APA Capivari Monos.
Foto: Roso (2019b).

RPPN Sítio Curucutu, São Paulo, SP.
Foto: Silva (2019).

RPPN Reserva do Jacu, Atibaia, SP.
Foto: Silva (2019).

RPPN Caetê, Nazaré Paulista, SP.
Foto: Nunes (2019).

RPPN Caetê, Nazaré Paulista, SP.
Foto: Silva (2019).

Visão panorâmica da RPPN Encantos da Juréia,
Pedro de Toledo, SP. Foto: Tury (2019).

RPPN Encantos da Juréia, Pedro de Toledo, SP.
Foto: Tury (2019).

Quadro 7 - Registros fotográficos das RPPNs da RBCV.

RPPN Parque dos Pássaros.
Bragança Paulista, SP.
Foto: Silva (2019).

Anúncio de casa à venda no loteamento Quinta da Baroneza,
Bragança Paulista, SP²⁴⁷.
Foto: Newcore (2019).

RPPN Carbocloro, Cubatão, SP.
Foto: UNIPAR (2019).

RPPN Carbocloro, Cubatão, SP. Visita de alunos,
durante o Programa Fábrica Aberta.
Foto: UNIPAR (2019).

Imagem do antigo início da trilha da RPPN O Primata. Foto: São José dos Campos (2017).

Aspecto geral da vegetação da RPPN O Primata. Foto: São José dos Campos (2017).

²⁴⁷ Foto de anúncio (nº 22722). Venda de casa dentro no condomínio, onde estão localizadas as RPPNs Parque das Nascentes e dos Pássaros.

APÊNDICE C - Painel fotográfico de todos dos entrevistados

Quadro 1 – Fotos dos entrevistados.

Helmut Josef Gruber, advogado, proprietário da RPPN Sítio Sabiúna, Joanópolis, SP, criada em 1995. Entrevistado em 23/02/2019.
Foto: Gruber (2019).

Clélia Maria Rossi, bióloga, proprietária da RPPN São Judas Tadeu, Juquitiba, SP, criada em 2008. Entrevistada em 23/02/2019.
Foto: Rossi (2019).

Marcelo Moreira Silveira, filho do proprietário da RPPN Fazenda Serrinha, Bragança Paulista, SP, criada em 2001. Entrevistado em 28/02/2019.
Foto: autor (2019).

Claudio Martins Ferreira, biólogo, proprietário das RPPNs Meandros I, II, III, Bragança Paulista, SP, criadas em 2001. Entrevistado em 25/02/2019.
Foto: Rede TV (2014).

Josina de Souza, geógrafa, gestora da RPPN Mutinga, São Paulo, SP, criada em 2011. Entrevistada em 11/03/2019.
Foto: Folha Noroeste (2019).

Heródoto Barbeiro, historiador, proprietário das RPPNs Hinayana e Mahayana, Mogi das Cruzes, SP criadas em 2008 e 2014. Entrevistado em 20/06/2019.
Foto: autor (2019).

Quadro 2 – Fotos dos entrevistados.

Raquel Coutinho de Souza, RPPN Botujuru-Itapevi, Mogi das Cruzes, SP, criada em 2014, pertencente à CPLV. Entrevistada em 28/02/2019.
Foto: autor (2019).

Paulo Groke, Diretor de sustentabilidade da RPPN Ecofuturo, Bertioga, SP, criada em 2009, pertencente à Suzano. Entrevistado em 28/02/2019.
Foto: autor (2019).

Jayme Vita Roso, advogado, proprietário da RPPN Curucutu, São Paulo, SP, criada em 1995. Entrevistado em 25/02/2019.
Foto: autor (2019).

Sérgio Levy, proprietário da Fazenda Acaraú, Bertioga, SP, onde estão as RPPNs Hercules Florence, criadas em 2011 e 2012. Entrevistado em 11/03/2019.
Foto: JCN (2015).

Antônio Carlos Bobadilha, proprietário da RPPN Reserva do Jacu, Atibaia, SP, criada em 2012. Entrevistado em 26/02/2019.
Foto: autor (2019).

Thomas Pierre Brieu, economista, proprietário da RPPN LaFigueira-Naturarte, Piracaia, SP, criada em 2017. Entrevistado em 27/02/2019.
Foto: autor (2019).

Quadro 3 – Fotos dos entrevistados.

Maria Regina Rosa, advogada, proprietária da RPPN Paraíso, Mairiporã, SP, criada em 2008. Entrevistada em 24/02/2019.

Foto: autor (2019).

O húngaro Eugênio Victor Follmann, luthier, proprietário da RPPN Sítio Capuavinha, Mairiporã, SP, criada em 2001.

Entrevistado em 24/02/2019.

Foto: autor (2019).

Tibor George Béles, engenheiro, proprietário da RPPN Sítio Python, Araçatiguama, SP, criada em 1997.

Entrevistado em 23/02/2019.

Foto: autor (2019).

Vicente Lentini Neto, arquiteto, proprietário da RPPN Sítio Ryan, Itapevi, SP, criada em 1993.

Entrevistado em 02/04/2019.

Foto: autor (2019).

João Roberto Rodrigues, engenheiro industrial, colaborador na criação e gestão das RPPNs Tijucopava e Marina do Conde, Guarujá, SP, criadas em 2009 e 2012. Entrevistado em 06 e 07/03/2019.

Foto: Perfil do Whatsapp (2020).

Ciro Antônio Dias, supervisor de meio ambiente do condomínio Sociedade Residencial Quinta da Baroneza, Bragança Paulista, SP, onde estão localizadas as RPPNs Parque das Nascentes e Parque dos Pássaros, criadas em 2002.

Entrevistado em 25/02/2019.

Foto: Perfil do Whatsapp (2020).

Quadro 6.41 – Fotos dos entrevistados.

Silvano Raia, médico, dono da fazenda onde está localizada a RPPN Rio Pilões, Santa Isabel, SP, criada em 1999. Entrevistado em 25/03/2019. Foto: IEA/USP (2018).

Ciro Scopel, proprietário da Scopel Incorporadora, que implantou a Reserva Ibirapitanga (RPPN dos Pilões). Entrevistado em 12/03/2019. Fonte: AELO (2018)

Daniel Turi, empresário, proprietário da RPPN Encantos da Juréia, Pedro de Toledo, SP, criada em 2008. Entrevistado em 23/02/2019. Fonte: Automotivo (2015).

Analice A. de Souza Nunes, pedagoga, proprietária da RPPN Sítio Caetê, Nazaré Paulista, SP, criada em 2017. Entrevistada em 13/03/2019. Foto: FREPESP (s.d).

Antônio Carlos de Carvalho Braga, fazendeiro, proprietário da RPPN Alto do Deco, São José dos Campos, SP, criada em 2016. Entrevistado em 25/02/2019. Foto: Meon (2014).

Maria Helena Franco, 99 anos, antiga proprietária da RPPN Mutinga, São Paulo, SP, no Condomínio Sítio Anhanguera. Foto: Folha Noroeste (2019).